



# HOMOS

REVISTA ELETRÔNICA DISCENTE



**ISSN 2675-8725**

**2021 v.2 n.1**



A **Revista Eletrônica Discente Homos** é uma revista científica da área de História, com periodicidade semestral e fluxo contínuo. A revista não tem vínculo institucional nem fins lucrativos, tendo como principal objetivo publicar artigos e trabalhos científicos produzidos por alunos de graduação, fomentando a pesquisa acadêmica e a inserção de discentes graduandos nos mundos da pesquisa e da divulgação científica.

Publicada em julho de 2021  
Última edição em outubro de 2020

## EXPEDIENTE

---

Diagramação: Felipe Cardoso de Souza  
Mestrando, PPGH, Universidade Federal de Campina Grande

Projeto Gráfico: Felipe Cardoso de Souza  
Mestrando, PPGH, Universidade Federal de Campina Grande

Capa: Felipe Cardoso de Souza  
Mestrando, PPGH, Universidade Federal de Campina Grande

*Foto de capa: Kyle Geib - KG23 (Banco do Creative Commons)*

*“Alphonse Mucha - L25 Clio, 1900.” por KG23 está marcado em CC0 1.0.*

*Para ver os termos, visite <https://creativecommons.org/licenses/cc0/1.0/>*

*Este trabalho foi marcado como dedicado ao domínio público.*

*“Alphonse Mucha - L25 Clio, 1900.” por KG23 é marcado com CC0 1.0*

*Disponível em <https://search.creativecommons.org/photos/24162fa6-b3fe-409c-9d14-afd7f6d0723b> (Acesso em 1 de maio 2021).*

Editor-Chefe: Felipe Cardoso de Souza  
Mestrando, PPGH, Universidade Federal de Campina Grande

Secretaria administrativa: Joana D’arc do Nascimento Lira  
Graduanda, História, Universidade Federal de Campina Grande

Revisão ortográfica/gramatical: Bárbara Cardoso de Souza  
Graduanda, Letras-Língua Portuguesa, Universidade Federal de Campina Grande

## CONSELHO EDITORIAL

---

Felipe Cardoso de Souza  
Mestrando, PPGH, Universidade Federal de Campina Grande

Franciel dos Santos Rodrigues  
Mestrando, PPGH, Universidade Federal de Campina Grande

Jessica Kaline Oliveira Santos  
Mestranda, PPGH, Universidade Federal de Campina Grande

Jilton Joselito de Lucena Ferreira  
Mestrando, PPGH, Universidade Federal de Campina Grande

Maria Letícia Costa Vieira  
Mestranda, PPGH, Universidade Federal de Campina Grande

Luiz Gervazio Lopes Junior  
Mestrando, PPGH, Universidade Federal de Campina Grande

Mariana Melo Angelino  
Pós-Graduanda, Lato Sensu, Faculdade Descomplica

Rafael Nóbrega Araújo  
Doutorando, PPGH, Universidade Federal de Pernambuco

Túlio Carlos Silva Antunes  
Mestrando, PPGH, Universidade Federal de Campina Grande

Victória Melissa da Silva Sousa  
Licenciada/História (UEPB); Letras (UFCG)

## SUMÁRIO

---

Editorial.....	11
----------------	----

### Artigos

As transformações atuais do precariado brasileiro: O teleatendente em Campina Grande (Campina Grande/PB, 2021) <i>Gabriel de Araujo Souto</i> .....	15
Os herdeiros de Francisco Varnhagen: Convergências e divergências entre Oliveira Lima e Capistrano de Abreu <i>Thiago Henrique dos Passos Felix</i> <i>Davi Taylor Pompermaya</i> .....	26
O ensino de história local: A importância da vivência social para construção do conhecimento e para o ensino de história (Campina Grande/PB, 2021) <i>Joyce Kelly Lima Carolino</i> <i>Jonathan Nunes Alves do Nascimento</i> .....	39
O Alienista (1882): Machado de Assis e sua crítica a intelectualidade brasileira no limiar da primeira república <i>Matheus Santos Garcia de Carvalho</i> <i>Everton dos Santos</i> .....	51
Vergniaud Wanderley e a Reforma Urbana em Campina Grande - PB: Continuidades e descontinuidades na memória campinense <i>Jefter Cavalcante Porto</i> .....	64
Lentes e memória: As subjetividades nos álbuns de fotografia de três mulheres brasileiras e suas famílias <i>Kathleen Loureiro Santana dos Reis</i> .....	76
Estágio online e o ensino remoto: A formação docente e a produção de conhecimento em análise <i>Pedro Gabriel dos Santos Silva</i> .....	87
“Na vida dos ciganos não existe um amanhã”: O corpo e o discurso sobre os ciganos no Rio Grande do Norte pela ótica do jornal Diário de Natal (1970 – 1979) <i>Pedro Gabriel dos Santos Silva</i> .....	105

<b>A vida no claustro: Percepções iniciais de uma pesquisa de Iniciação Científica sobre a vida conventual feminina em Portugal no século XVIII</b> <i>Julia Piovesan Pereira</i> .....	122
<b>“E para o caso de não nos vermos mais, bom dia, boa tarde e boa noite!”: A distopia em O show de Truman - O show da vida (1998) (Florianópolis/SC, 2021)</b> <i>Ana Cecília Lopes de Souza</i> <i>Gabriela Araldi</i> .....	136
<b>O zumbido dos marimbondos contra o mapa censitário: Pobres e livres na Guerra dos Marimbondos (1851-1852)</b> <i>Victor Hugo de Almeida França</i> <i>Maria Eduarda Pereira dos Santos</i> .....	148
<b>BNCC e ensino de História: O que dizem os críticos?</b> <i>Jean Felix Borges</i> <i>Ana Carolina de Souza Ferreira</i> .....	168
<b>A ascensão dos mercadores e as mudanças nas relações de poder na Idade Média entre os séculos XI e XIII</b> <i>João Marcos de Sousa Maia</i> .....	183
<b>Distúrbios psicológicos: Temporalidade, mundo digital e neoliberalismo (Campinas/SP, 2021)</b> <i>Juliana Fernandes Scaff</i> <i>Leonardo Lehmann Concentino</i> .....	194
<b>A Revolução Cubana e a Crise dos Mísseis: Uma análise dos conteúdos em livros didáticos do Ensino Fundamental e Médio</b> <i>Jeferson de Castro Silva</i> <i>João Alesson Vidal da Silva</i> .....	208
<b>O cangaceirismo político cearense nos tempos de Lampião (1926-1927)</b> <i>Benedito Renan Bezerra de Brito</i> .....	220
<b>Entre a informação e a interação: Uma análise do conteúdo sobre o período da ditadura militar brasileira na plataforma Youtube</b> <i>Letícia Elias Bernardes</i> .....	238
<b>Rememorar e redimir: Os desaparecidos da Ditadura Militar brasileira na literatura de testemunho de Bernardo Kucinski</b> <i>Ismael Lacerda Brasileiro</i> .....	255

<b>Histórias transnacionais: Uma análise das aparições marianas em Portugal e no Brasil (1917 – 1942)</b> <i>Andressa Rayane Maria Almeida da Mota</i> .....	266
<b>O encarnado como sina da gênese brasileira</b> <i>Jéssica Viana Marques</i> <i>João Balduino de Brito Neto</i> .....	280
<b>Práticas educativas em ações extensionistas: Abordagens para o Currículo de História na Educação básica</b> <i>Ewerton Rafael Raimundo Gomes</i> <i>Joice Silva Ferraz</i> .....	291
<b>Entre índios e colonos: O Senado da Câmara e as dinâmicas sociais na Vila de Portalegre, Capitania do Rio Grande do Norte (1762-1806)</b> <i>Iara Cristina Soares Silva</i> .....	302
<b>A atuação dos sindicatos de professores e de instituições privadas de ensino durante a pandemia do novo coronavírus: As disputas de poder pelo retorno das aulas (Niterói/RJ, 2021)</b> <i>Francisco de Oliveira Henriques</i> <i>Guilherme Gonçalves Oliveira</i> .....	316
<b>Viajando no século XIX: Uma análise do diário do comerciante francês Louis-François de Tollenare</b> <i>Jéssica Priscila de Melo Machado</i> .....	329
<b>As contribuições do critério de cidadania grega para a formação da cidadania educacional na contemporaneidade brasileira</b> <i>Matheus Gleydson do Nascimento Sales</i> <i>Ana Vitória Imperiano da Silva</i> .....	340
<b>Um diálogo entre História e literatura: Casamento, adultério e família patriarcal na obra O Cortiço, análise dos personagens Miranda e D. Estela (Cajazeiras, PB, 2021)</b> <i>Davi Formiga Rolim de Albuquerque</i> .....	352
<b>As vertentes pedagógicas críticas do século XX e as suas influências no ensino de História</b> <i>Marinita Moreira Cordeiro</i> <i>Amanda Thays Cavalcante de Albuquerque</i> .....	364
<b>A experiência do Estágio Supervisionado em formato remoto nas cidades de Natal/RN e Olho D'Água do Borges/RN:</b>	

<b>Pensando a prática docente durante a pandemia de Covid-19 (Campina Grande/PB, 2020)</b> <i>Emmily Keturyn Moreira da Paschoa</i> .....	374
<b>A escrita feminina e o cânone literário: Recuperação do tempo impedido</b> <i>Mayara Kaline Gomes Da Silva</i> .....	387
<b>“Pacificidade” e exclusão indígena na formação da capitania da Parahyba: O Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba e a historiografia na 1ª metade do século XX</b> <i>Gabriel Lopes Dantas</i> .....	400
<b>A representação da mulher negra na literatura moderna: Um estudo da interseccionalidade entre gênero, raça e classe em Paulina Chiziane, Toni Morrison e Carolina Maria de Jesus</b> <i>Aline da Silva Campos</i> .....	412
<b>O desaparecimento do indivíduo: Um questionamento sobre as relações humanas na Sociedade da Informação a partir da análise do filme O Círculo (2017)</b> <i>Brenda de Souza Silva</i> <i>Caio Rennery de Oliveira Silva</i> .....	429
<b>Educação Decolonial: Um Sonho Distante (Itaúna/MG, 2021)</b> <i>Andressa Oliveira Boim</i> .....	441
<b>O jornal francês Charlie Hebdo e suas charges: As representações orientalistas (2013 - 2015)</b> <i>Gabriel Filipe Matos dos Santos</i> .....	454
<b>Esboço Histórico, a história picuiense traçada por Abílio César de Oliveira: Análise Historiográfica</b> <i>Elielma da Silva Nóbrega</i> <i>Magnólia Suellem da Silva Azevedo</i> .....	467
<b>A construção do mito político de João Pessoa: Da interventoria de Anthenor Navarro (1930-1932) à consolidação de um projeto reformista</b> <i>Ruan Azevedo Batista Lima</i> .....	483
<b>Sismo de Lisboa de 1755: (Des) continuidades político-econômicas</b> <i>Kivanny Augusto de Brito Silva</i> <i>Rafael Santana da Silva</i> .....	499

## Relatos de experiência em sala de aula

- Residência Pedagógica e desafios diante da pandemia da Covid-19 no Brasil (Campina Grande/PB)  
*Gabriel de Araujo Souto*.....516

## Resenhas

- A importância do acompanhamento psicoterápico destinado ao psicólogo hospitalar: A morte e o morrer vivenciado numa perspectiva profissional  
*Diego Mendes dos Santos*.....526

- “A violência é a negação do direito à vida”: O genocídio da juventude negra no Brasil. Pedagogia da crueldade: Racismo e extermínio da juventude negra  
*Gabriel Lopes Dantas*.....531

- Do paraíso na terra ao inferno psíquico: Os fatos e tramas por trás da vida da “rainha louca”  
*Jean Felix Borges*.....538

- Humanização dos seres folclóricos: Entidades presente entre nós  
*Fábio Alexandrino da Silva*.....542

## Entrevista

- Prof. Dr. Iordan Queiroz Gomes.....547

# EDITORIAL





Essa edição, para nós editores, é um marco. Criado por um grupo de estudantes e, às pressas, publicado um primeiro número para obtenção do registro ISSN, o projeto passou por perdas, mas em seguida os ganhos foram ainda maiores. Ao ingressarem os editores que hoje fazem parte do corpo editorial, a revista cresceu de forma exponencial em muito pouco tempo, mesmo período em que amadureceu, ganhou cara e uma identidade...

Por isso sou grato, enquanto idealizador deste projeto, a estes que ingressaram na revista; sim, existe um consenso entre os editores para que o editorial seja escrito por todos, entretanto, no melhor momento da revista até agora estou me despedindo do projeto, por isso pedi licença para escrever sozinho este editorial, para agradecer aos que ingressaram neste projeto e abraçaram a visão. Mas que visão é essa que mudou a história de um projeto que, diga-se de passagem, ainda é um bebê (uma vez que completou apenas 1 ano)?

Pois bem, a visão partiu de mim, idealizador do projeto, que, mais ou menos na metade da graduação me encontrava desenvolvendo um projeto PIBIC e precisando de publicações, quando percebi algo de muito sério: o espaço para alunos de graduação é muito limitado, muito se incentiva a publicar, iniciar a escrita, mas pouco se dá espaço, este fica reduzido apenas a discussões em sala de aula, ao passo que as revistas estão reservadas aos alunos de pós e em sua grande maioria a doutores.

O choque foi gigante: “que contradição!” – pensei, “como nos incentivam tanto a publicar e não nos dão espaço?”, o máximo de espaço em publicação que eu via limitava-se eventos científicos, não menosprezando o espaço, mas considerando que quando vamos a uma seleção de pós esse espaço conta muito pouco, ao passo que as maiores pontuações vão para

publicações em periódicos. Mas como publicar em periódico se estes estão reservados aos pós-graduandos e doutores? E como ainda me cobram numa seleção de pós por isso? Contradições, contradições, enfim...

Nesse momento eu trabalhava no corpo editorial da *Mnemosine Revista* – revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande, eu exercia a função de editor de formatação; entretanto, pensando no gigantesco problema que eu havia encontrado, pensei “por que não abrir uma revista voltada somente para estudante de Graduação?”, mas por onde começar? Me aprofundei no tema, fiz um curso pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, intitulado “qualificação para novos editores”, que diga-se de passagem foi maravilhoso, e criei o projeto.

Após divulgado o projeto, uma proposta tentadora bateu à nossa porta: de financiamento da revista, entretanto, seria uma proposta de vinculação a uma instituição, com site próprio, página do OJS PKP, tudo gratuito, entretanto, deveríamos ceder 50% do espaço da revista a alunos de Pós-Graduação... Mas não, não era o nosso foco, queríamos dar espaço a aluno de graduação, este era o nosso objetivo, nosso anseio, nosso princípio maior, por isso recusamos a proposta e decidimos seguir pelo caminho mais difícil: financiamento próprio (do próprio bolso), divulgação como trabalho “de formiguinha” – cada editor trabalhando nisso, e várias outras dificuldades que nos empenhamos a enfrentar para ter a liberdade de colocar em caixa alta “projeto sem fins lucrativos nem vínculo institucional”, decisão que cobrou um preço alto.

Um preço alto que deu certo, hoje somos mais de 1.000 seguidores no Instagram, mais centenas no Facebook e um volume alto de submissão de trabalhos, trabalhos de todos os cantos do Brasil, de muitas instituições, um número de páginas que excede 500 páginas, ainda no 2º número da revista.

Estamos apenas começando, mas para mim é o fim de um ciclo, me sinto feliz e honrado em ter iniciado esse projeto, mas “passo a bola” para o

peçoal que fica, com toda certeza do mundo que vai crescer ainda mais. Minha saída se justifica por questões muito pessoais, que não cabe publicizar, mas quis usar esse espaço para dizer que sou grato por ter iniciado esse projeto e por ver que alunos de Graduação podem publicar, ter voz e provar que podem desenvolver bons trabalhos!

À vida, à fé e à esperança na Ciência...

*Felipe Cardoso de Souza*

*(Ex)Editor e idealizador do projeto...*

*Julho de 2021.*

# ARTIGOS



## As transformações atuais do precariado brasileiro: O teleatendente em Campina Grande (Campina Grande/PB, 2021)

Gabriel de Araujo Souto  
Universidade Federal de Campina Grande  
gabrielldearaujo@gmail.com

O artigo busca analisar o precariado das empresas de Call Center e Contact Center na cidade de Campina Grande - PB, problematizando as relações de exploração dentro das empresas. Para compreender o conceito de “Trabalho” e como ele se apresenta de diferentes formas ao longo do processo histórico, o presente estudo se utiliza das contribuições de Decca (1982) e Gay (2002). Para entender o conceito de “precariado”, o trabalho se vale das contribuições de Standing (2017). O trabalho também recorre às discussões que vislumbram o contexto do aumento expressivo no número de teleatendentes no Brasil por intermédio dos estudos organizados por Antunes e Braga (2009). Quanto às discussões sobre as relações de exploração nas empresas de Campina Grande nos dias atuais, serão utilizados os aportes encontrados nos estudos de Nogueira (2011), Pimentel (2010) e Venco (2009), além das fontes orais a partir de entrevistas colhidas entre os funcionários de uma empresa na cidade.

Palavras-chave: Trabalho. Precariado. Teleatendente. Telemarketing.

### Agradecimentos:

Agradeço aos meus pais, amigos e professores, de quem recebi o apoio e a compreensão imprescindíveis. (O autor)

## INTRODUÇÃO

A indústria de Call Center mostrou-se um terreno privilegiado para a observação das transformações atuais do precariado brasileiro. O operador de telemarketing integra o grupo de trabalhadores do grupo de serviços que mais cresceu nos últimos 20 anos. Diante de uma crise econômica iniciada em fins dos anos sessenta, e intensificada nos anos setenta, seguiram-se amplos processos de reestruturação produtiva, consistentes em modificações consideráveis na organização da produção e dos processos de trabalho. Verificou-se também uma ampla financeirização da economia, de maneira que as empresas passaram a destinar cada vez mais seus investimentos à esfera do capital fictício, assim como também uma profunda mudança na atuação do Estado, fundada na retração do seu papel de ator econômico, como também na diminuição de suas funções de regular a economia e as relações trabalhistas. Esse cenário levou a uma reestruturação produtiva e flexibilização das relações trabalhistas a partir de fins dos anos setenta, mas no caso do Brasil a partir do início dos anos noventa.

Isso contribuiu para o declínio da força que os sindicatos haviam conseguido alcançar em momentos históricos que, lá como cá, haviam sido marcados pela concomitância de crise econômica, contestação política e início da reestruturação produtiva. As taxas de sindicalização, a frequência das greves e a importância política do movimento sindical brasileiro se dá de forma muito menos ativa atualmente, em comparação com a época da ascensão do “novo sindicalismo” na região do ABC paulista.

Os telemarketings enfrentam alguns problemas quanto a sindicalização, muito pela rotatividade das empresas de Call Center, que impede o trabalhador de criar uma identidade ou até mesmo criar raízes. Algo que é extremamente estratégico das empresas, persuadir o trabalhador de que há ali uma competição, afastando-os de qualquer ideia política sindical.

O objeto de pesquisa aqui trabalhado é a questão da precarização e exploração do trabalho em empresas de telemarketings. A pesquisa parte de uma empresa de Call Center na cidade de Campina Grande – PB, que será utilizada como objeto de estudo. Tendo como objetivo expor nesse trabalho a servidão ao qual os trabalhadores em grande escala estão sujeitos nos dias atuais, busco mostrar o operador de telemarketing em específico e seus desafios diante da exploração de sua força de trabalho. Conceitos como trabalho e pós-fordismos são discutidos, visando um maior esclarecimento a respeito do

trabalho dos teleoperadores e sua precaridade, assim como dificuldades em relação a sindicalização.

Com grande parte dos trabalhadores dentro de uma faixa etária bastante jovem, temos um quadro de pessoas que conciliam – ou pelo menos tentam – estudo e trabalho, num ambiente carregado do discurso de que esse seria o “emprego perfeito” para os mesmos, usando ainda do argumento de “flexibilidade de horários” e jornada de trabalho teoricamente mais reduzida que empregos no comércio, por exemplo. Não sendo levado em conta o deslocamento até a empresa e as horas extras feitas de forma involuntária. Tentaremos ao longo de nosso trabalho tratar do modo de constituição desses fenômenos na história recente, assim como discutir as maneiras pelas quais os trabalhadores os vivenciam e respondem a eles.

Dada a importância de se compreender as transformações de um precariado cada vez mais comum na contemporaneidade – graças a anseios neoliberais –, fica evidente o quanto explorado é esse trabalhador dentro de uma esfera mascarada por campanhas motivacionais, metas inalcançáveis e controle de tempo rígido. Portanto, como se dão essas relações de exploração e como elas afetam diretamente a vida do teleatendente?

Na primeira parte, farei uma conceituação em torno de trabalho. Em seguida, sobre o que seria o precariado. Na terceira Parte, é exposta as razões que levaram ao apogeu das indústrias de Call Center e, por último, o perfil do operador de telemarketing. Concluindo, coloco uma breve reflexão a respeito da politização – ou falta dela – nos jovens operadores de call center.

## O TRABALHO

Conceituar o trabalho ao longo da história digamos que é de fato algo curioso, tendo em vista o que para muitos ele já significou e ainda significa. Ao longo da história o trabalho passa por diversas transformações, onde há inclusive a inversão de significado da própria palavra, passando a carregar um cunho positivo, pois até a idade moderna sempre foi sinônimo de penalização e de cansaços insuportáveis.

Seja a palavra latina e inglesa *labor*, ou a francesa *travail*, ou grega *ponos* ou a alemã *Arbeit*, todas elas, sem exceção, assinalam a dor e o esforço inerentes à condição do homem, e algumas como *ponos* e *Arbeit* têm a mesma raiz etimológica que pobreza. (DECCA, 1982, p. 7-8)

Decca (1982), coloca a sociedade do trabalho como uma utopia criada pela burguesia, onde está irá glorificar a fábrica e criar um sonho para o trabalhador. O processo de mudança da concepção do significado pode ser percebido através de alguns pensadores entre o século XVII e XIX, começando por Locke que coloca o trabalho como fonte de toda a propriedade; já Adam Smith acreditava que era fonte de toda a riqueza; e para Marx a fonte de toda a produtividade e expressão da própria humanidade do indivíduo. Portanto, o trabalho agora é algo belo, que dignifica e é capaz de determinar o seu caráter. Assim coloca o autor Peter Gay em uma de suas obras quando trata do problema do evangelho do trabalho, pois o trabalho era visto como uma purificação dos pecados do homem, já que as escrituras o colocava como castigo severo de Deus pela desobediência de Adão e Eva. Sendo assim, o autor expõe a ideologia dos vitorianos para com o trabalho e o quão o oposto do mesmo significava a destruição do próprio indivíduo, ou seja, a preguiça como pecado mortal. “Desde a antiguidade, as recompensas do trabalho vinham sendo sucintamente formuladas em chaves e provérbios, e os pais vitorianos de classe média os usavam constantemente para ensinar os filhos e provavelmente atormentá-los.” (GAY, 2002, p. 211).

Com o surgimento da fábrica temos a expressão máxima do trabalho. Percebemos então que o trabalho foi sendo moldado ao longo do tempo e se tornou essa expressão capaz de qualificar o ser humano em diferentes categorias. Para entendermos basta nos voltarmos para a atualidade, onde não nos é estranho observar que muitas pessoas – se não todas – são bem vistas muito em função do emprego que ocupa. Dessa forma, o trabalho ainda não deixou de ser um formador do caráter humano.

## O PRECARIADO

Guy Standing (2017), traz uma abordagem a respeito de quem seria o sujeito precariado e o que o define. Com o avanço da globalização, o autor destaca o aumento da demanda por trabalho mais barato em todos os lugares, o que acaba favorecendo o aumento do número de pessoas realizando “formas inseguras” de trabalho. Sendo assim, o precariado se baseia no “curto prazo”, ou seja, postos de trabalho, habitação e residência em países que oferecem pouca esperança de se construir um futuro ou carreira. Essa ideia vem dos neoliberais, pois os mesmos acreditam na “flexibilidade do mercado de trabalho”, o que significa que as empresas devem ser livres para encontrar trabalhadores nas nações onde os custos forem mais baixos. Isso abre espaço para pessoas vulneráveis que se

agarram a qualquer oportunidade que surgir, sendo muito interessante para os empresários que podem brincar com os salários, tendo em vista a grande quantidade de mão de obra nesses países.

Além da falta de garantia no emprego e da renda social insegura, aqueles que fazem parte do precariado carecem de uma identidade baseada no trabalho. Quando estão empregados, ocupam empregos desprovidos de carreira e sem tradições de memória social, ou seja, não sentem que pertencem a uma comunidade ocupacional imersa em práticas estáveis, códigos de ética e normas de comportamento, reciprocidade e fraternidade. O precariado não se sente parte de uma comunidade trabalhista solidária. Esse fato intensifica um sentimento de alienação e instrumentalidade no que ele tem de fazer. As ações e atitudes derivadas da precariedade tendem ao oportunismo.

Portanto, tendo em vista que o neoliberalismo vai ser o grande responsável pela flexibilidade do trabalho, este mesmo propicia também a privatização de empresas estatais e dos serviços públicos, portanto é em decorrência dessas decisões tomadas por governantes que observaremos um crescimento exponencial de um outro tipo de trabalhador que não o industrial. Esse precariado agora desempenha várias funções ao mesmo tempo e com isso nunca tem a certeza de por quanto tempo ficará em determinado cargo, estando sujeito sempre ao medo de ser realocado. Os efeitos disso são vistos na relação direta do trabalho terceirizado, como no caso dos teleoperadores.

## O APOGEU DA INDÚSTRIA DE TELEMARKETING

Após fazer algumas conceituações que situam o leitor a respeito das discussões em torno de trabalho e sua precarização no contexto em que vivemos, será abordado ainda o cenário em que se deu a consolidação de uma nova onda de proletariados no Brasil, os proletários de serviços – teleoperadores ou telemarketings. Mas especificamente a partir das últimas três décadas do século XX o capitalismo sofrerá transformações que impactam diretamente no mundo do trabalho.

Após 1970 não teremos mais aquele grande crescimento que vinha se dando desde o pós-guerra, sendo assim, medidas vão ser tomadas, desenhando a divisão internacional do trabalho e causando mudanças na composição da classe trabalhadora em escala global. Com a nova divisão do trabalho grande parcela das atividades produtivas se deslocam para as periferias do sistema, reduzindo o proletariado industrial nos países de capitalismo avançado.

No Brasil, particularmente na década de 1990, as transformações geradas pela nova divisão internacional do trabalho foram de grande intensidade, já que partiram de uma dinâmica interna, característica dos países de industrialização dependente, fundada na superexploração da força de trabalho. (ANTUNES, 2018, p.138)

Tendo em vista o contexto brasileiro da década de 1990, veremos que o operariado de serviços no país cresce em grande escala, dando assim uma nova cara a classe trabalhadora nacional, que até então estava muito mais ligada a indústria de bens de consumo. Teremos uma reestruturação do capital e isso se deve a vitória do neoliberalismo no Brasil, que estimula uma nova forma organizacional do trabalho ao qual as empresas são levadas a adotar.

O neoliberalismo vai propiciar a privatização de empresas estatais e dos serviços públicos, portanto é em decorrência dessas decisões tomadas por governantes que observaremos um crescimento exponencial do proletariado de serviços. “A princípio com o governo de Collor de Mello e, na sequência, com o de Fernando Henrique Cardoso, quando o neoliberalismo se desenvolveu com rapidez.” (ANTUNES, 2018, p. 120). Ainda nos anos noventa, vivemos um momento de desorganização operária e sindical muito grande, e isso se deve em razão da opressão aos mesmos durante o período da ditadura civil-militar (1964-1985), portanto, a imposição de baixos salários, carga horária excessiva e ritmos de produção intensificados ainda está muito banalizada em razão da herança que o regime totalitário deixou. É nesse cenário que temos a expansão de empresas de telemarketing (call-center), Empresas conhecidas pelo caráter rígido e que acaba por desenvolver traumas psicológicos em seus funcionários, que em grande maioria são mulheres e jovens.

No regime de acumulação pós-fordista, onde a flexibilidade é colocada em pauta, algumas características são fundamentais para encontrar determinado grupo de trabalhadores que corresponda as necessidades do regime, que são: a terceirização empresarial, a privatização neoliberal e a financeirização do trabalho. Sendo assim, segundo Ruy Braga (2012), esse grupo integrou o setor que mais contratou no mercado formal de trabalho nas últimas duas décadas.

Sumariamente, diríamos que as principais características da reestruturação produtiva da década de 1990 no Brasil estiveram associadas à relação do conhecimento produtivo apoiado nas tecnologias informacionais com a financeirização do meio ambiente empresarial. (BRAGA, 2012, p. 185)

Portanto, com a financeirização temos uma multiplicação das formas de contratação, aumentando terceirizações, aumento de rotatividade e flexibilização de jornadas, por exemplo. O que se torna terreno essencial para empresas como as de Call Center.

## O PERFIL DO OPERADOR

Muitas pessoas são atraídas pela questão da formalidade ao qual o emprego proporciona, fugindo inclusive de possíveis trabalhos domésticos que não lhes proporcionam direitos trabalhistas, por exemplo. Esse segmento de empresa cresceu principalmente no Nordeste e atrai em sua maioria o público jovem que vê o trabalho como porta de entrada no mercado de trabalho.

Resultado do amadurecimento de um novo regime de acumulação pós-fordista no país, os call centers brasileiros espalharam-se pelo Nordeste, nutrindo-se de um vasto contingente de trabalhadores jovens, especialmente mulheres e negros, em busca de uma primeira oportunidade no mercado formal de trabalho. (BRAGA, 2012, p. 189)

Um fato curioso, é o grande número de mulheres e pessoas da comunidade LGBTQIA+ dentre o quadro de funcionários da empresa, ou seja, grupos discriminados dentro da sociedade que encontram nos call centers uma oportunidade de se sustentar, já que o emprego lida com a voz, sendo a estética algo sem importância, pois o operador não é visto pelo cliente.

Essas pessoas por não possuírem tantas chances no mercado de trabalho, acabam sendo ótimos funcionários visando não perder o emprego, assim como também são estereotipadas muitas vezes como pessoas calmas, amáveis e delicadas. Portanto, sem encaixam perfeitamente dentro do que a empresa preza em um atendimento.

É possível analisar esse fenômeno que vem ocorrendo nas centrais de teleatividades por pelo menos dois ângulos diametralmente opostos. Por um lado, as desigualdades vividas por negros, mulheres, obesos, homossexuais e outras pessoas discriminadas na sociedade, que são variáveis condicionantes – quando não determinantes – do ingresso no mercado de trabalho, dos níveis salariais e das probabilidades promocionais. Por outro, a emergência de um segmento do mercado de trabalho que traz a possibilidade de inclusão, via emprego formal, mas cuja atividade é, no entanto, realizada a distância e, portanto, reitera as barreiras baseadas no preconceito racial, estético ou sexual, criadas na civilização. A voz e a capacidade de comunicação são fatores preponderantes nesse setor, o qual, contratando pessoas comumente excluídas do mercado de trabalho, por razões pautadas na estética, na

cor da pele ou na orientação sexual, obtém melhores índices de produtividade. (VENCO, 2009, p. 164)

No entanto, vale ressaltar que diante dessa problematização o setor não deixa de ser um potencial de sobrevivência e sustento para essas pessoas que são marginalizadas. As mesmas encontram nessas empresas a única forma de trabalho dito digno dentro da esfera capitalista de exploração. Sendo assim, é válido destacar o papel importante que essas empresas desenvolvem ao empregarem pessoas LGBTQIA+, mesmo sabendo das estratégias capitalistas sob as quais estão pautadas.

Outro ponto é grande rotatividade de funcionários nessas empresas, que treinam seus novos funcionários em poucas semanas, sem ser preciso especialização prévia. Portanto, o quadro de funcionários está sempre mudando graças ao grande número de pessoas em seus bancos de dados esperando para serem contratados. Entre estes, como já foi dito, jovens em busca do primeiro emprego, estudantes que buscam pagar sua universidade ou até mesmo formados em curso superior que não conseguem emprego na área.

No entanto, o endurecimento das metas, a rotinização do trabalho, o depotismo dos coordenadores de operação, os baixos salários e a negligência por parte das empresas em relação à ergonomia e à temperatura do ambiente promovem o adoecimento e alimentam o desinteresse pelo trabalho. Nessa fase, o teleoperador deixa de “dar o resultado”, sendo, então, demitido e substituído por outro, que recomeçará o mesmo ciclo. (BRAGA, 2012, p. 194-195)

Quando perguntado a 7 funcionários todos afirmaram que acreditavam que o seu trabalho trazia prejuízos a sua saúde, dentre esses entrevistados temos o depoimento de uma ex funcionária, ao qual será citada com o nome fictício de Cláudia, visando preservar a identidade da mesma. Cláudia relata:

Ingressei nessa, ainda aos 19 anos, foi meu primeiro, e, infelizmente, traumático, emprego. Minha função era em um setor comissionado, o que, à primeira vista, parece um bônus positivo, porém, bem desgastante, uma vez que as cobranças para atingir metas estipuladas pela empresa são desumanas. Eu cansei de atender ligações de clientes em um estado emocional perturbador, como crise de choro, pedindo que “pelo amor de deus” eu cancelasse seu contrato, esses geralmente, já tinham entrado em contato diversas vezes tentando o fazer, suas ligações geralmente eram desligadas ou enviadas pra outro setor de forma interminável. Clientes que mudaram de endereço e não tinha mais como utilizar o serviço, pagavam há meses indevidamente. Seguindo um mecanismo infundável, por medo da empresa e de ter seu nome negativado, e os funcionários, medo de serem demitidos por cancelarem um contrato. Não consigo deixar de relatar a situação que

causou minha primeira crise nervosa na empresa. Atendi uma cliente, de Fortaleza. Excedi o tempo de ligação com ela em linha, pois, ela chorava tanto que eu não a entendia com clareza. Vi no sistema o registro das diversas vezes que essa consumidora havia entrado em contato tentando cancelar seu serviço. Ela havia mudado para outro estado pra fazer o tratamento de sua filha com câncer. Eu não conseguia mais achar aquilo normal. Quanto transtorno em prol de lucro aquele lugar nos fazia causar. Esse foi só um exemplo. Em outubro de 2018 fui afastada da empresa por encaminhamento de meu psiquiatra. Eu havia adquirido Transtorno de Ansiedade, que evoluiu posteriormente para uma Depressão. Todos naquele ambiente sabiam do meu estado emocional, meus colegas de trabalho e meus gestores. Frequentemente, era aconselhada por supervisor e coordenador a pedir demissão ou eles me demitiriam por justa causa. No estado frágil que eu estava na época, me causou medo. Mas por que eu seria demitida por justa causa? Legalmente, não havia justificativas para esse possível feito. Hoje é dia 25 de junho de 2019. Ainda sou acompanhada por psiquiatra, e tomo três tipos de remédios tarja preta. Tenho crises frequentes, as quais iniciaram-se durante esse tempo de trabalho. Meu psiquiatra já me relatou diversas vezes que boa parte de seus pacientes vieram da empresa em questão. Isso me assusta. Quantos ainda precisam perder a saúde, como eu perdi?

Depois do relato da mesma percebemos o quão desgastante pode ser um “simples” emprego com jornada de seis horas por dia. O trabalho, tão dignificante para muitos, pode causar a ruína e o mal-estar de muitos também. Controle de tempo rígido acaba por reduzir a liberdade de trabalho, onde o funcionário da empresa fica sempre a mercê da máquina realizando movimento e diálogos repetitivos. Metas e campanhas para alcançá-las são as maiores jogadas dos patrões para lucrarem mais, campanhas essas que só estimulam a rivalidade e muitos não se dão conta das reais intenções desses eventos que são mascarados como um “incentivo motivacional”.

A flexibilidade de relação salarial, o baixo nível dos salários, a alta rotatividade dos trabalhadores em seus empregos e as poucas possibilidades de ascensão interna nas empresas sujeitam de forma notável os trabalhadores do setor ao processo de precarização, com todas as conseqüências que esse processo tem para a dificuldade de construção de formas de ação coletiva. É nesse contexto que as negociações entre sindicato e empresa, expressas nas convenções coletivas de trabalho, têm seguido um padrão passível de ser verificado também em outros setores: a substituição da luta por melhores salários pela proposição da criação de novos empregos (Oliveira, M.A., 2006, p. 292-297).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, vimos o quão precário é o sistema de trabalho dos chamados proletários de serviços, em específico em empresas de Call center, que é meu objeto de estudo, onde o jovem que está mais vulnerável psicologicamente é também a maioria nesses ambientes. Vimos que a nova morfologia da classe trabalhadora no Brasil se deu muito em virtude dos desígnios neoliberais, tendo como consequência a flexibilização do trabalhador, que agora desempenha várias funções ao mesmo tempo, e os efeitos disso são vistos na relação direta do trabalho terceirizado com altos índices de acidente de trabalho, adoecimentos de nexos laborais e transtornos mentais.

Há ainda uma grande dificuldade quanto à sindicalização, que através da alienação as empresas afastam o trabalhador de qualquer ideia política, seja através do pressuposto de que há uma “competição” entre os trabalhadores, muito incentivada pelas metas, prêmios ou, não menos importante, a questão da alta rotatividade de funcionários nas empresas, que dificulta uma organização coletiva.

Muitos operadores costumam destacar os grandes laços na empresa, até mesmo de forma protecional. Obviamente se escondem nesses laços de forma passiva por comodismo e medo de demissão, o que é totalmente intrigante quando nos voltamos para os altos índices de depressão e outros problemas psíquicos. Onde estão esses laços protecionais que a empresa tanto usa como marketing? Portanto, acredito ser de certo equívoco ver o operador como ser despolitizado, pois muitos têm consciência dos abusos, mas não tem outras opções se não ceder passivamente – por medo – diante da empresa. Ainda há um longo caminho na questão de organização coletiva, mas ao meu ver não é algo impossível e alguns passos já foram dados.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 1. ed. São Paulo, Boitempo, 2018.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo, Boitempo, 2012.

DECCA, Edgar Salvadori De. **O nascimento das fábricas**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1982.

GAY, Peter. **O Século do Schnitzler: a formação da cultura da classe média: 1815-1914**. Tradução S. Duarte. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

OLIVEIRA, Marco Antonio de. **Tendências recentes das negociações coletivas no Brasil**. In: RAMALHO, José Ricardo e SANTANA, Marco Aurélio. *Além da Fábrica – trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo, Boitempo, 2006

PIMENTEL, Fábio. **Trabalho e emprego no setor de telemarketing**. Dissertação de Mestrado. São Paulo, FFLCH, USP, 2009.

STANDING, Guy. **O Precariado: a nova classe perigosa**. Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2017.

VENCO, Selma. **Centrais de teleatividades: o surgimento dos colarinhos furta-cores?** In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (orgs.). *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo, Boitempo, 2009.

## Os herdeiros de Francisco Varnhagen: Convergências e divergências entre Oliveira Lima e Capistrano de Abreu

Thiago Henrique dos Passos Felix  
Universidade Federal do Espírito Santo  
thiagofelix12.26@gmail.com

Davi Taylor Pompermaya  
Universidade Federal do Espírito Santo  
davitaylorp@gmail.com

Esse artigo tem como objetivo discorrer sobre as influências exercidas por Francisco Varnhagen em Oliveira Lima e Capistrano de Abreu. Tanto Oliveira Lima quanto Capistrano foram dois historiadores muito influenciados pela obra de Varnhagen, porém, responderam a essa influência de formas diferentes em suas produções. Enquanto Oliveira parece seguir a linha de tratar a nacionalidade brasileira como construída com base na continuidade com as relações portuguesas, Capistrano enxerga a mesma com base na multietnicidade do povo e suas mesclas. Ambos os autores possuem continuidades e rupturas com Varnhagen, Oliveira mais próximo da continuidade e Capistrano da ruptura, mas, ambos, também desenvolvem a partir de Varnhagen suas próprias representações do que vão chamar de Brasil.

Palavras-chave: Varnhagen. Oliveira Lima. Capistrano de Abreu. Nacionalidade.

## INTRODUÇÃO

Inicialmente é necessário entendermos quem foi Francisco Varnhagen, uma vez que é quem dá o pano de fundo da influência de Oliveira Lima e Capistrano de Abreu. Nos tópicos seguintes à nossa introdução trabalharemos de forma separada as relações de cada um desses autores com Varnhagen, seus percursos, continuidades e rupturas. E na seção final, traçaremos um comparativo entre os dois autores, a partir da influência de Varnhagen

Francisco Adolfo Varnhagen, o visconde de Porto Seguro, foi um renovador do método de pesquisa histórica no Brasil. Muito influenciado por Von Martius, que iniciou a elaboração dos métodos aplicados pelo próprio visconde, ele teve o grande mérito de ser o historiador brasileiro que se propôs a colocá-lo em prática, se destacando como o primeiro grande “inventor do Brasil”. Sendo, por isso, considerado por alguns o “Heródoto do Brasil”.

Assim, utilizando os critérios de Martius, iniciou a produção de um projeto de nação, tendo como base a projeção das ambições do Império Brasileiro. Dessa forma, também percebemos uma outra característica fundamental de Varnhagen: sua forte relação com a coroa portuguesa. Sua principal obra, *História Geral do Brasil* (1854), gira em torno disso: construir um projeto de nação a partir dos primeiros contatos com Portugal.

Dessa forma, o autor junta o útil ao agradável. O recém Império precisava de historiadores para construir uma história de legitimação de poder, algo no qual olhasse para o passado e trouxesse orgulho. Esse é o trabalho de Varnhagen, a construção de uma memória nacional que fundasse não somente uma “nacionalidade”, mas também sentidos de pertencimento aos brasileiros, de modo a fazê-los sentirem conectados, por extensão, ao recém Império e a sua Coroa. Conseqüentemente, em suas produções, constrói heróis e vilões, identidade e alteridade, de modo a enaltecer os primeiros na figura dos portugueses e amigos da coroa e a condenar os segundos, como por exemplos as figuras envolvidas nas revoltas e movimentos que buscavam independência e rupturas com o Império. Assim, também podemos concluir que:

O olhar de Varnhagen sobre a história do Brasil é, portanto, o olhar do colonizador português. Ele inicia a corrente de interpretação do Brasil que articulará os sentimentos e interesses dos “descobridores do Brasil”. Ele reconstrói o Brasil, sintetiza os seus diversos ritmos temporais, submetendo-os à lógica do descobridor e conquistador. O vencedor tem todos os direitos. Vencedor, o português impôs a sua superioridade étnica, cultural e religiosa. Aliás, se o português venceu

militarmente os seus adversários, se conquistou seus territórios e os escravizou e exterminou, é porque é superior. Eis o seu silogismo (ou sofisma?) básico! A vitória confirma uma superioridade presumida. (REIS, 2007, p. 60)

Na construção do Brasil de Varnhagen, os grandes heróis são Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral, uma vez que são eles os “descobridores” do Brasil. Ele apoia-se na narrativa da descoberta “por acaso”, uma rota alternativa que Cabral apostou para chegar às Índias, e traça a descoberta como o início da história do Brasil, uma vez que, para o historiador, essa encontra-se vinculada a Portugal. Varnhagen vê o Brasil pela mesma ótica de quem admira, a nação portuguesa, observando qualquer ideia de revolução no Brasil como um desrespeito ao rei. Na sua perspectiva, o exemplo de homem bom é o português, branco, cristão, honrado e pagador da Fazenda real.

Apoiado nisso, o conteúdo da *História Geral do Brasil* (1854) demonstra uma outra generalidade, provavelmente, diferente do sentido inicial. A obra não é apenas geral por se propor a falar do Brasil como um todo, mas por reduzir e apagar os demais grupos e suas diversidades presentes nele:

Por excelência, tudo que é diverso deve ser erradicado, tudo o que caracteriza uma singularidade dentro do que Varnhagen pretende retratar como homogêneo deve ser suprimido. Sua obra busca o enfraquecimento da identidade regional, pois como intelectual a serviço do Estado, Varnhagen se comporta como inimigo ferrenho do provincialismo, por ele visto como desagregador. Este é, sobretudo, o sentido da sua *História Geral*. A HGB é por excelência uma história que assassina a diferença em nome da unidade da nação. (JUNIOR, 2007, p. 127)

Como alteridade à imagem do herói, Varnhagen negligência o índio e o negro. Varnhagen segue as recomendações de Martius e faz um longo estudo sobre os indígenas, sua língua, armas, religião, organização social, trabalho, guerra, e o resultado que chega é uma prática que nega a civilização. Os índios, em Varnhagen, não são confiáveis, são falsos, infiéis, imorais como homens-feras. A única “redenção” do índio é pelo contato com os portugueses, seja na aliança contra outros estrangeiros, como franceses e holandeses, ou no contato com jesuítas e bandeirantes, privilegiando os segundos aos primeiros. A visão sobre o negro não é muito diferente. Varnhagen é um crítico ao movimento de tráfico negreiro que vê como um desserviço à nação, uma vez que a miscigenação com essas etnias de origens africanas foram danosas ao desenvolvimento do Brasil. Para Varnhagen, os jesuítas fizeram um péssimo trabalho com a sua “pseudofilantropia” que impediu a escravidão indígena, construindo em torno dos bandeirantes a figura do herói

e responsável pela caça aos índios e por serem o braço forte que os impunha os serviços forçados. Dessa forma:

A História geral do Brasil é uma história sobretudo político-administrativa, repleta de fatos, nomes e datas, individualista e psicológica. Ela não abrange todos os aspectos da vida nacional. Assemelha-se a um nostálgico e prazeroso álbum de fotografias das ações dos heróis portugueses. Cada descrição é minuciosa como se fosse um quadro ou uma foto. (REIS, 2007, p. 75)

Varnhagen é ambíguo em seu trabalho historiográfico. Ao mesmo tempo que faz uso do método crítico, da objetividade e da imparcialidade, algo moderno para sua época, ele também é um defensor das continuidades do passado colonial no futuro do Brasil. Ao romper com o distanciamento, o historiador se confunde com o homem contemporâneo. Varnhagen parece não dominar aquilo que é o essencial da tarefa do historiador: cortar e recortar o tempo, periodizar, criar ritmos que facilitem o domínio e a compreensão da vida social (REIS, 2007, p. 75).

Ainda assim, a obra de Varnhagen foi um marco na historiografia nacional, alvo de críticas e elogios e, sem dúvida, exerceu significativa influência nos intelectuais das décadas seguintes, principalmente Oliveira Lima e Capistrano de Abreu, como veremos nos próximos tópicos.

## OLIVEIRA LIMA: O HERDEIRO DA CONTINUIDADE PORTUGUESA DE VARNHAGEN

Manuel de Oliveira Lima, nascido em 25 de dezembro de 1867 na cidade de Recife, foi diplomata, jornalista, crítico literário e historiador. Se mudou para Portugal aos seis anos de idade onde ocorreu sua formação escolar e acadêmica. Como diplomata, atuou em Portugal, Bélgica, Alemanha, Japão, Venezuela, Inglaterra e Estados Unidos. Oliveira foi muito influenciado por Eça de Queiroz, Oliveira Martins, Teófilo Braga, Joaquim Nabuco, mas sem dúvida, sua principal influência foi Varnhagen, podendo ser comprovado, entre outras coisas, na escolha do visconde para ser o patrono de sua cadeira na Academia Brasileira de Letras (ABL). Mais do que admiração por Francisco Adolfo Varnhagen, Oliveira Lima o tomava como inspiração e, mais, como referência para a escrita da história brasileira: era “o criador da história pátria” (SILVA, 2003, p. 84).

Oliveira, diferente de Varnhagen, viveu em um contexto histórico em que algumas correntes sociológicas estavam em voga na Europa, como: a história Rankeana, o

positivismo de Comte, o darwinismo social e o evolucionismo de Spencer, assim como uma concepção de história marcada por critérios biológicos e físicos que estabeleceram uma hierarquia evolutiva das civilizações, com o topo ocupado pelas sociedades europeias. Oliveira também dava extremo valor para a obra *História Geral do Brasil*, vendo grande mérito na sua ruptura com a visão da origem da nacionalidade brasileira com base no indigenismo, visão comum nos meios intelectuais do país.

Oliveira Lima, enxergava a cultura brasileira diretamente vinculada à cultura europeia como “herança” da sua relação com Portugal, e com isso herdando também uma posição no espaço de “nações civilizadas”. Essa ideia de Oliveira vem de uma continuidade do pensamento de Varnhagen. Porém, Oliveira dá alguns passos além, enxergando de uma outra perspectiva: o rompimento da metrópole como a representação da maioria da nação e como o clímax de um período de evolução natural, uma regra do reino animal que se estende ao domínio social.

Assim:

A emancipação política do Brasil tem um significado especial nesta narrativa. Ou melhor, o Brasil só tem história quando torna-se independente. [...] Ela pré-existe em toda a história brasileira. [...] A época colonial é o momento onde o Oliveira Lima procura as marcas da nacionalidade, os fatos e aspectos que indicam a antiguidade do sentimento de brasilidade. Ele encontra os primeiros passos da construção de um destino manifesto desde Cabral. Quando acontece a emancipação, o olhar e os objetivos do texto mudam. Não é preciso mais procurar nada e nem afirmar a nacionalidade brasileira. O que existia em potência, se traduziu em ato. (SILVA, 2003, p. 121)

Oliveira não enxergava a continuidade essencialmente na ação civilizadora, mas na transição e na ausência de rupturas nos acontecimentos marcantes para a construção da nacionalidade, por exemplo: a vinda da Coroa portuguesa ao Brasil; o processo de independência e os seus governos subsequentes.

Daí a importância de Oliveira Lima como um agente “multifuncional”. Ao mesmo tempo que utilizava dos seus espaços de atuação em importantes instituições nacionais como a ABL, a Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o Itamaraty, Oliveira também representava e divulgava o Brasil no exterior em suas publicações e conferências como diplomata e um intelectual “homem das letras”.

A construção da identidade nacional, no período que prosseguiu a independência, ocorreu nas instituições intelectuais em que Oliveira fazia-se presente. A literatura ganha destaque nessa construção, com conotações indigenistas e anti-lusitanas, como por

exemplo os romances de José de Alencar, principalmente sua trilogia: *O Guarani* (1857), *Iracema* (1865) e *Ubirajara* (1874). A criação de uma nação envolve memória nacional, narrativa sobre as origens e suas fundações e a disseminação dessas narrativas na organização social. Símbolos, rituais, espaços de identificação e consolidação dessas narrativas como a bandeira, hino, estátuas, bustos, lápides, dias festivos nos calendários são grandes disseminadores da imagem que se faz de uma nação. Contudo, essas representações não são nem universais, embora aspirem a ser, e muito menos imutáveis, mas antes ocupam uma área de disputa pelo lugar de “verídica” no imaginário nacional.

Esse é o papel desenvolvido por Oliveira. Como diplomata via a chance de estreitar laços comerciais e estabelecer aproximações com nações europeias, construindo narrativas que evidenciassem as valiosas contribuições de estrangeiros para a formação da nossa nacionalidade. Além das ações dos jesuítas e bandeirantes e da importância dos Bragança ele, também flerta com as atuações francesas no Brasil, nesse caso se desvinculando da concepção exclusiva de Varnhagen com Portugal. Em sua perspectiva, a França atua como uma nação civilizadora e educadora no espírito, na alma, na racionalidade e nos desejos por liberdade vindos do iluminismo, que segundo ele influenciaram o processo de independência nacional. Após uma conferência sobre Machado de Assis em Sorbonne, Oliveira foi convidado pela Revista *La Revue* para escrever uma série de artigos de outros escritores brasileiros nos mesmos moldes que fez de Machado.

Com isso, ele ganhou espaço no exterior para divulgar personalidades brasileiras que julgava produzirem conteúdos nos mesmos moldes da cultura europeia. Enquanto construía caminho nos espaços internacionais para vender uma narrativa do Brasil ligado à Europa pelas continuidades em sua formação, Oliveira, também se empenhou em traduzir para o jornal *Estado de São Paulo* o conteúdo de suas conferências, almejando ganhar espaço semelhante para sua narrativa em territórios nacionais.

A temática da nacionalidade brasileira, da construção de sua História e sua transformação em uma nação madura, independente e “evoluída” aos moldes europeus é presente na obra de Oliveira. O historiador pernambucano encontra-se entre a narrativa de Varnhagen e a sociologia contemporânea. A exemplo do visconde, Oliveira descarta os indígenas, os negros e qualquer elemento regionalista que rompa com as continuidades portuguesas. A sociologia racionalista em que baseava-se ampara o discurso da exaltação do vencedor por meio da difusão de seus costumes, e não da mestiçagem, a unificação e a harmonia da nacionalidade. Assim, a “disciplina portuguesa havia vencido no Brasil a

anarquia social" que germinaria devido às circunstâncias da primeira colonização europeia e das condições de povoamento definidas no conflito de duas raças - índios e portugueses lutando pela terra (SILVA, 2003, p. 113).

Contudo, para Oliveira Lima, diferente de Varnhagen, é o Brasil e não Portugal quem se destaca nas crises do período colonial. Em suas conferências, ele afirma ser o Brasil que enfrenta e expulsa os demais países europeus e já demonstra sinais de sua nacionalidade, e até mesmo ao escolher reafirmar sua fidelidade à metrópole. Se por um lado, a exemplo de Varnhagen, Oliveira compreende a função civilizadora de Portugal e constrói a partir dela traços fundamentais para a herança de "civilização nos trópicos", por outro, ele enxerga como necessária a independência do Brasil, uma vez que esse processo, a seu ver, não gerou rupturas, mas um novo passo em direção a natural evolução social.

Uma das principais "ambiguidades" em Oliveira, permaneceu sendo a sua relação com as demais nações europeias. Ao passo que enxerga o Brasil como herdeiro de Portugal, de modo a ser praticamente impossível vincular seu desenvolvimento sem a nação luso portuguesa, ele seguiu enfatizando a importância das demais nações europeias. Oliveira nunca escondeu sua vontade como diplomata de ser removido para as principais capitais europeias como Londres e Paris, fazendo-nos acreditar que, diferente de Varnhagen, ele não deixava sua admiração à monarquia portuguesa fazer da nação lusitana sua favorita, algo pelo qual lhe gerou problemas,

#### **CAPISTRANO DE ABREU: O APERFEIÇOADOR CRÍTICO DE VARNHAGEN**

Para compreender as ideias de Capistrano de Abreu, é necessário fazermos uma breve apresentação biográfica, destacando alguns importantes percursos e influências que vão conectá-lo a Varnhagen e suas ideias. Além de possibilitar uma análise mais consistente sobre a interpretação do Brasil de Capistrano, fruto do seu processo de construção intelectual.

João Capistrano de Abreu, nasceu no dia 23 de outubro de 1853, na província do Ceará, em um sítio chamado Culuminjuba, próximo a Maranguape. Filho do major da Guarda Nacional, Jerônimo Honório de Abreu e de Antônia Vieira de Abreu, Capistrano tinha sua descendência ligada à agricultura, o que lhe permitiu escapar da pobreza, apesar de se constituir em um ambiente de exacerbada severidade. Fruto dessa condição social,

foi alfabetizado no sítio em que nasceu antes de frequentar alguma instituição educacional.

No período da sua infância para a adolescência, Capistrano demonstrou uma postura que iria aplicar no decorrer de sua trajetória, e que indicara o caminho intelectual que iria seguir. Enquanto estudava no colégio Seminário Episcopal do Ceará, no ano de 1865, seu desempenho escolar era de baixa produtividade, pois Capistrano não se encaixava em um sistema de ensino impositivo e era extremamente seletivo aos conteúdos que desejava se aprofundar, envolvendo-se com as disciplinas de caráter histórico, geográfico e literário, em oposição às ciências exatas.

Apesar das tentativas de “encaixar” Capistrano dentro do modelo de desenvolvimento desejado naquela sociedade, percebe-se que o método ideal de aprendizagem que conduz esse cearense é a curiosidade no conhecimento que o interessa. Isso é atestado quando foi enviado, em 1869, a Recife com a intenção de que fosse preparado para ingressar na Faculdade de Direito:

Também na capital pernambucana não se modificou o sistema de estudos do moço de Maranguape. Apenas consta, por diversas informações, que passou a ser freqüentador de livrarias e bibliotecas, continuando, entretanto, a apresentar maus resultados escolares [...] em 1871 teve ordem de regressar ao Ceará, onde o severo pai pretendeu destiná-lo aos afazeres agrícolas [...]. (VIANA, 1955, p. 4)

De volta a sua terra natal, Capistrano de fato iniciou sua trajetória intelectual, entrando em contato com pensadores que o direcionaram para o estudo acerca da construção do Brasil, e possibilitando que ele produzisse uma nova concepção dessa nacionalidade que buscaram produzir. Podemos destacar aqui, como seus passos iniciais, a fundação da Academia Francesa e a publicação do seu primeiro texto – uma análise crítica sobre os romancistas Casemiro de Abreu e Junqueira Freire. Nesse tempo em que permaneceu na cidade, ainda, mostrou-se adepto às reflexões de cunho geográfico e histórico dos filósofos Herbert Spencer, Auguste Comte e o historiador crítico Hippolyte Taine, ao apresentar e publicar um ensaio teórico sobre a literatura brasileira. Nos anos finais em que esteve na província, trabalhou com José de Alencar, enquanto o escritor realizava uma pesquisa folclórica na região.

Esse contato com Alencar, possibilitou que Capistrano ingressasse no meio jornalístico, educacional e bibliotecário do Rio de Janeiro. Trabalhou, por exemplo, na renomada Livraria Garnier, considerada por muitos um “espaço de reunião entre intelectuais”, e portas para o desenvolvimentos dos pensadores. Nessa província,

estabeleceu uma rede de contatos que ligava-o a Joaquim Serra, Machado de Assis, e outras importantes figuras da elite intelectual do Império. Foi nesse período, no ano de 1878, enquanto trabalhava no *Jornal do Comércio*, que ele escreveu o *Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto-Seguro*. Na publicação, Capistrano tece diversos elogios a importância desse historiador, e demonstra certa atração por suas ideias. Porém, posteriormente, iria apontar, sem desconsiderar as atribuições do intelectual que ele define como “mestre” a ser seguido, as deficiências do projeto de Varnhagen na construção da nacionalidade brasileira.

Antes de estabelecermos as relações no campo das intenções, de suas ideias, com Varnhagen, é importante destacar que Capistrano não apoia a produção crítica do seu projeto, exclusivamente nas relações com a *História Geral do Brasil*, mas na análise de uma amplitude de propostas que circulavam em seu período sobre a nacionalidade brasileira. Destacamos aqui uma referência à crítica feita pelo cearense ao texto de Sílvio Romero, em 1876, intitulado *O caráter nacional e as origens do povo brasileiro*, no qual o brasileiro é descrito como distinto do português, especificamente pela presença do negro:

Utilizando a estratégia de citar autores estrangeiros como argumento de autoridade e de reproduzir as contradições do texto analisado, Capistrano se opôs à tese apresentada, afirmando a importância do meio na formação da nacionalidade brasileira e ressaltando o papel do elemento indígena. Alguns anos depois, em 1880, Capistrano teve nova oportunidade de atacar Romero, pelos mesmos motivos apontados anteriormente. Ele publicou, na *Gazeta de Notícias*, três artigos sob o título de “História Pátria”, criticando o livro *A literatura brasileira e a crítica moderna*. Desta vez, buscou nas leis da ciência e na “verdade histórica” os argumentos para contradizer seu interlocutor [...]. (GONTIJO, 2010, p. 18)

A partir dessa crítica, entramos no primeiro ponto, que pretendemos destacar, em que Varnhagen e Capistrano vão ser análogos e ao mesmo tempo distintos. O visconde é um dos primeiros, mesmo que de forma contraditória, a observar o indígena como um dos agentes constituintes da nacionalidade brasileira, prevalecendo a percepção da unidade da raça e da língua indígena, apesar de construir uma narrativa diretamente relacionada aos “heróis portugueses”. De maneira semelhante, Capistrano aponta a necessidade de se estudar o indígena, mas com ênfase na questão da linguagem e sua diversidade, que ele considera como questão essencial para se compreender o povo brasileiro. Entretanto, o indígena aqui discutido não seria aquele inserido na sociedade que se formava, mas aquele que mantém suas origens culturais preservadas. Segundo Gontijo (2010, p. 22), essa

busca por compreender a propriedade distintiva do Brasil e do brasileiro, utilizando o estudo sobre as línguas e costumes indígenas, é um dos aspectos de destaque do intelectual. Associada às questões indígenas, Capistrano vai se diferenciar também por envolver o espaço geográfico do sertão e sua relação com os povos autóctones, como uma fonte de cultura popular. Característica essa que nos textos do visconde não apresentava relevância o suficiente, ou aparecia como um espaço que detém os marginais do país.

Consideramos que a proposta de Varnhagen direcionava-se a utilizar diversas fontes interdisciplinares que abrangessem a produção de uma História do Brasil, como é possível observar em sua obra. Porém, o projeto não continha uma organização que pudesse construir essa narrativa de maneira mais precisa, identificando os diversos elementos que a compõem. Nesse aspecto, Capistrano apresentara, a partir dessa deficiência, uma metodologia para a análise das fontes, dialogando com os processos críticos da etnologia alemã, fruto do ambiente em que o cearense estava inserido. Isso porque, no período em que ocorria a transição do Império para a República, os intelectuais daquele tempo desenvolveram a percepção de que suas reflexões se distanciavam da realidade empírica, o que prejudicava o olhar e repensar a constituição do país. Se no contexto de Varnhagen, as escolas francesas eram hegemônicas no Brasil, durante o século XIX, os autores alemães e ingleses, além dos diálogos entre as correntes positivistas e evolucionistas, foram destaque no país.

Outro ponto que ambos historiadores vão se assemelhar, pode ser observado na negligência com a participação do negro na formação da nacionalidade brasileira. No caso de Capistrano, tanto o homem europeu, quanto o africano seriam estranhos ao território, como uma substância indiferente que não encontrava espaço naquilo que seria a nação brasileira. Também vão entrar nesse grupo “sem significado”, na proposta dos historiadores, algumas figuras que para eles representavam a desordem, a exemplo de Tiradentes.

Em um panorama geral, Capistrano de Abreu, vai reunir, principalmente, em sua obra *Capítulos de História Colonial* (1907), a história dispersa e não contada por Varnhagen. A despeito disso, ele atesta em uma carta enviada ao Barão do Rio Branco, de 17 de abril de 1890, que:

Escrevo-a porque posso reunir muita coisa que está esparsa, e espero encadear melhor certos fatos, e chamar a atenção para certos aspectos até agora menosprezados. Parece-me que poderei dizer algumas coisas novas e pelo menos quebrar os quadros de ferro de Varnhagen, que, introduzidos por Macedo(64) no Colégio de Pedro II, ainda hoje são a

base de nosso ensino. As bandeiras, as minas, as estradas, a criação de gado pode dizer-se que ainda são desconhecidas, como, aliás quase todo o século XVII, tirando-se as guerras espanholas e holandesas. (VIANNA, 1955, p. 46)

## CONCLUSÃO

Apesar de herdeiros de Varnhagen, Capistrano de Abreu e Oliveira Lima não trilharam os mesmos caminhos, como foi destacado nos tópicos anteriores, mas também possuem traços em comum. Ambos os autores pensam a história do Brasil pela ótica da luta dos brasileiros pela independência contra governos e governantes que sufocam a nação. Se para Capistrano o estrangeiro é tão indiferente quanto o negro, Oliveira, menos radical enquanto a ruptura contra os europeus, enxerga uma independência natural e necessária para o desenvolvimento da civilização brasileira a partir da continuidade e não da ruptura, permanecendo as relações de proximidade com a Europa, mas sem segurar o Brasil em amarras.

Apesar de suas correlações em entender a necessidade de um Brasil independente, Oliveira e Capistrano racham em sua percepção de nacionalidade. Oliveira, diferente de Capistrano, não entende o povo brasileiro como mestiço. Oliveira acreditava que o país era unido pela identidade da raça, da língua e da religião de forma harmônica, não vinda da mestiçagem, como pensava Gilberto Freyre, mas do sangue europeu, da língua portuguesa e da religião católica. Não podemos esquecer que Oliveira enxerga as conexões a partir dos fortes e dos vencedores, com base em teorias de evoluções sociais. Os costumes e tradições das “nações superiores”, no caso as europeias, têm a função, na mentalidade de Oliveira, de gerar unificação a partir da educação dos demais povos e etnias em contato. Na visão da história do Brasil de Oliveira, o povo brasileiro é educado pelo contato com Portugal para ser uma espécie de “português na América”, enquanto apresenta os outros grupos étnicos como participantes desse projeto lusitano de civilização que obteve sucesso.

Além disso, Oliveira parece enxergar a necessidade de um branqueamento, uma vez que entendia a desvantagem que o Brasil levava em relação às “raças” superiores que o dominaram. O Itamaraty, instituição que Oliveira fazia parte, era visto como o órgão adequado para essa “política pública” de pontes entre o Brasil e as nações europeias, e com isso a atração desses povos para o país, justamente a política de relações exteriores que Oliveira colocou em prática ao longo da carreira como diplomata.

Ao direcionarmos o foco para as perspectivas historiográficas de Capistrano em relação às de Oliveira, podemos destacar três momentos do desenvolvimento da concepção historiadora do cearense, que irão demarcar esses dois projetos de construção da nacionalidade brasileira. O primeiro, estaria relacionado ao naturalismo em que o intelectual se envolve em discutir os contrastes entre a natureza, e toda a beleza que a compõe, com o homem, que seria o povoador do território, e as deficiências que esse demonstra em relação ao meio natural. Em um segundo momento, Capistrano estaria próximo ao Romantismo literário e histórico. Nesse processo, ele vai pensar, diferente de Oliveira, o mito de uma nação em formação a partir do entrecruzamento das raças, a fim de explicar ou justificar o presente e direcionar um olhar de progresso, de otimismo sobre o futuro, com base na construção desse passado brasileiro.

E o terceiro momento que vai formular a historicidade de Capistrano, é na transição do século XIX para o XX, em que a historiografia cientificista, e positivista, ganhava corpo no Brasil. Podemos observar nas produções do cearense, concepções mais modernas da época, que pensavam, semelhante ao romantismo, no progresso da sociedade e a busca pela superação de um estilo e estética observados como inconsistentes. É, principalmente, esse momento que vai colocar Capistrano em uma posição mais destacada entre Oliveira Lima e Varnhagen, por que o historiador irá introduzir uma metodologia de análise das fontes, e acrescentar outros campos do saber no olhar crítico histórico, sendo identificado como o prelúdio da formação da teoria da história brasileira, desenvolvida por José Honório Rodrigues.

A partir das discussões levantadas no presente artigo, podemos compreender os projetos de construção da nacionalidade brasileira desenvolvidos por Varnhagen, Oliveira Lima e Capistrano de Abreu, como olhares diferentes que não podem ser dissociados. Porque, a produção dos contemporâneos, podem ser consideradas como o aprimoramento das ideias do visconde, influenciadas pelo contexto particular dos historiadores, que compiladas vão ser identificadas como a “história da nacionalidade brasileira”, passando pelos diversos agentes históricos que vão, entre aspetos negativos e positivos, compor essa narrativa que será objeto de estudos de importantes historiadores do século XX.

## REFERÊNCIAS

FALCON, F. J. C. *O Brasil de Capistrano de Abreu*. Trajetos (UFC), Fortaleza, v. 3, n.5, p. 65-77, 2004.

GONTIJO, R. *Capistrano de Abreu, viajante*. Revista Brasileira de História (Impresso), São Paulo, v. 30, p. 15-36, 2010

JUNIOR, K. H. S. *A construção da narrativa nacional brasileira: a escrita da nação em Barbosa, Martius e Varnhagen*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

REIS, C. J. *As Identidades do Brasil*. Rio de Janeiro: EDITORA FGV, 2007.

SILVA, V. L. *Sobre a na(rra)ção em Oliveira Lima: Uma leitura de “formação histórica da nacionalidade brasileira”*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

VIANA, H. *Capistrano de Abreu: ensaio bibliográfico*. Rio de Janeiro: MEC, 1955.

## O ensino de história local: A importância da vivência social para construção do conhecimento e para o ensino de história (Campina Grande/PB, 2021)

Joyce Kelly Lima Carolino  
Universidade Estadual da Paraíba  
joyce08dejulho17@gmail.com

Jonathan Nunes Alves do Nascimento  
Universidade Estadual da Paraíba  
jonathanmbg1997@hotmail.com

Este artigo tem como objetivo tratar do ensino da história local entre os saberes escolares e refletir a aplicabilidade como recurso pedagógico que possibilita que o conteúdo ministrado na escola tenha um enfoque significativo na interpretação do mundo, percepção do outro e exercício de cidadania. Para isso, foi realizada uma pesquisa pelos residentes de História em uma escola municipal localizada no município de Queimadas-Pb em turmas do 7º ano incorporando o ensino de história local ao currículo trabalhado em sala, mostrando aspectos da história da cidade; fundação; seus primeiros habitantes e os patrimônios históricos presentes na cidade. Ademais, foi utilizado como referencial o livro Terra Tataguaçú de José Ezequiel Barbosa, além das contribuições dos escritos de Circe Bittencourt. Como resultado percebemos que os alunos da escola repararam sobre a construção do conhecimento histórico no ambiente em que convivem e ainda mais, identificaram as inúmeras interações do homem relacionando os fatos históricos com os saberes populares.

Palavras-chave: Ensino de História. História Local. Saberes populares.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo busca refletir acerca da práxis do ensino de história, dando ênfase na aplicabilidade do ensino de história local na educação básica, levando em consideração que até o final do século XX, a historiografia, e conseqüentemente o ensino de história, estava mediado por tradições e concepções europeias, sendo compreendida que a história era a ciência que estudava apenas o passado pelo passado, sem relação com o presente.

Mesmo com inúmeras transformações didático-pedagógica e conceitual, o ensino de história sofre ainda com grandes influências do ensino tradicional, de tal maneira que, muitos alunos foram e são educados pelas concepções de um ensino marcado por grandes acontecimentos, bem como, por “heróis”, além da separação mediante a linearidade cronológica. Esta mentalidade reforça o desprestígio das ciências humanas e, na maioria das vezes, encerra a curiosidade dos alunos, gerando um senso comum de que a disciplina só remete a “coisas antigas” desassociadas do cotidiano; que basta somente a memorização de datas comemorativas e dos homens “importantes” da política e/ou das guerras.

De fato, um modelo de ensino pautado na narrativa apenas no viés dos ditos heróis sem a existência de contextualização e discussão, é algo que separa o universo do aluno e os exclui do processo. No entanto, diante das mudanças introduzidas a partir das reformas educacionais brasileiras de 1990 e a reformulação da Lei de Diretrizes e Bases da Educacional Nacional - LDB em 1996 (principal legislação educacional brasileira que buscou organizar e regulamentar a estrutura, assim como, o funcionamento do sistema educacional, definindo os princípios e fins direitos e deveres da educação) acarretaram uma reconfiguração no ensino, conseqüentemente, o ensino de história e suas práticas.

Contudo, o ensino pautado em pressupostos teórico-metodológico é fundamental repensar sobre a educação e refletir sobre as práticas e as concepções no âmbito de conhecer a realidade em que estamos inseridos, levando em consideração os inúmeros saberes, seja este científico, empírico ou dialogando com o cotidiano numa busca de uma compreensão crítica. Deste modo, a história local passa a ser um referencial para o aluno entender a dinâmica social.

[...] A história local tem sido indicada como necessária para o ensino por possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência - escola, casa, comunidade, trabalho e lazer igualmente por situar os problemas significativos da história do presente (BITTENCOUR, 2009, p.168).

Ao proporem projetos que articulem conteúdos às legislações vigentes, os docentes devem pensar na vivência dos alunos. Acima de tudo, é de extrema relevância apresentar ao aluno os aspectos que compõem a história e fazê-lo entender a importância de se conhecer a sua História Local, não apenas assimilando as informações e fatos presentes em desconexão com o que ocorrera outrora, contextualizando as relações da cotidianidade com o conteúdo de história geral. É todo um conjunto indissociável e fundamental para compreender problemas atuais e verificar possíveis soluções e reflexões para estes.

Esta atividade torna-se mais atrativa para os alunos por ser mais flexível e tratar-se do estudo de sua localidade, ou seja, o educando tem proximidade com o seu dia a dia que por vezes, passa despercebido. Além disso, o objetivo deste estudo é mostrar a relevância da utilização da história local e de suas fontes em sala de aula. É também o fazer entender que a história local contribui para mudar a ideia de que o 'estudo da localidade' é mero coadjuvante nas questões nacionais. Aqui se utilizou como estudo de caso um projeto que levou para a sala de aula questões da história local do município de Queimadas-PB que são consideravelmente importantes na formação de crianças e adolescentes.

## TRAJETÓRIA DO ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL

O ensino de história foi introduzido nas escolas brasileiras no regime Imperial por volta do século XIX, no Colégio Pedro II, seguindo a linha metodológica francesa, caracterizado por sua concepção tradicional e hierarquizada. Marcada pela transmissão oral e memorização, por vezes alinhadas aos grupos dominantes, estava associada à constituição da identidade nacional. O nacionalismo patriótico integrou no ensino de história (que era pautado em datas), fatos e personagens considerados importantes; supostos heróis em consonância com o que era produzido na historiografia.

Deste modo, inicialmente com foco na valorização da cultura europeia ocidental, a disciplina história foi introduzida no currículo com número reduzido de aulas e

somente a partir dos anos finais que equivale ao ginásio. No período Republicano o ensino de história ganhou caráter de atuação no desenvolvimento e na formação do Estado Nação, evidenciando determinados autores da esfera política e econômica e silenciando outros, por vezes excluindo a história e a cultura, na sua maioria oral. Esse modelo de currículo de humanidades, voltado para formação de valores aristocráticos, configura-se excludente.

A historiografia, conseqüentemente, o ensino de história, passou por inúmeras transformações. O ensino anteriormente baseado, sobretudo, pela história positivista, preocupada com os aspectos políticos, econômicos e sociais tendo como fonte, documentos oficiais, será repensado diante do movimento de ampliação do âmbito histórico proposto pela Escola dos Annales que abrangia todos os aspectos da vida social, ampliava o conceito de fontes e incorporava novos temas históricos. Vale salientar, que apenas no Estado Novo coloca-se em vigor a lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942, que estabelecia uma maior autonomia didática e pedagógica ao professor, estabelecida pelo Ministro Gustavo Capanema.

No entanto, o ensino secundário continuava destinado a preparar as elites, tendo como objetivo formar um espírito nacionalista. Contudo, com a ampliação dos debates e através das reformulações curriculares iniciadas em 1980, novas perspectivas foram trazidas para o ensino de história que mesmo diante de inúmeras mudanças sofre com as influências das antigas configurações, de modo que, o ensino de história erroneamente seja associado apenas ao acúmulo de informações fazendo com que os alunos não enxerguem a utilidade no ensino de história, buscando apenas decorar nomes, datas e fatos dos conteúdos trabalhados em sala sem a análise crítica para exames avaliativos. De acordo com Barbosa (2006, p.58):

Não é de se estranhar que assim seja, porque ocorre a enorme distância entre a realidade vivenciada pela comunidade e o tratamento dado ao ensino de História, já que o aluno se torna mero espectador de fatos, não necessitando esforços no sentido de qualquer reflexão ou elaboração.

Fazendo-se necessário estabelecer propostas com objetivos que possibilitem trabalhar temas que aproxime a disciplina de história ao universo do aluno, em que o professor possa despertar a reflexão e reconhecimento do aluno sobre os acontecimentos frutos da ação de indivíduos e de grupos na sociedade, conseqüentemente reconhecimento de sujeitos históricos e formação de cidadão consciente do que os cerca.

Tendo disciplina de história como disciplina primordial para esse processo, o ensino de história local torna-se importante, principalmente pelo fato de trazer uma aproximação com o tema da história da cidade do aluno, anteriormente caracterizados como saberes menores, sem importância social, concepção que vem sendo superada ao longo dos anos possibilitando melhor desempenho acerca das análises históricas e culturais presentes e compõem a identidade e o sentimento de pertencimento do local.

Os PCN's propuseram que o ensino não tenha como meta o mero acúmulo de informações, mas que trabalhe a formação integral dos alunos. Desta forma, para organizar os conteúdos de História, os PCN's trabalham com eixos temáticos. Para o Ensino Fundamental o documento sugere quatro eixos temáticos. No primeiro ciclo (1ª e 2ª séries), a proposta é "História Local e do Cotidiano".

Nesse sentido, o eixo propõe que os conteúdos voltados, preferencialmente, às diferentes histórias pertencentes ao local em que o aluno convive dimensionado em diferentes tempos, sejam trabalhados (BRASIL, 1997, p.40); o que torna essencial a discussão sobre o ensino de história local na disciplina de história para a formação dos alunos.

## A RELEVÂNCIA DO ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL

O ensino de história local, em suma, passou a ser incorporado por influência da Escola dos Annales, assim como pelas novas tendências historiográficas, além da história das mentalidades e da história cultural. A construção de um saber histórico de um recorte específico de investigação, possibilita levar em consideração as ações de sujeitos agentes de grupos de convívio. Viabilizou a construção de uma história que relacione com tempo e espaço bem como a diversidade regional sob uma perspectiva de acontecimentos locais evidenciando ações de grupos anteriormente excluídos.

O trabalho com o local pode produzir a inserção do aluno na comunidade da qual ele faz parte, criar a sua própria historicidade e produzir a identificação de si mesmo e também do seu redor, dentro da História, levando-o a compreender como se constitui e se desenvolve a sua historicidade em relação aos demais, entendendo o quanto há de História em sua vida, construída por ele mesmo, e quanto tem a ver com os elementos externos a ele-próximo/ distantes: pessoais/estruturais; temporais/espaciais. (SCHIMIDTE, GARCIA, 2003, p.232).

Assim, o ensino de História possibilita pensar os diferentes ângulos, a relação entre o passado, o presente e o futuro, mobilizando a percepção que o passado reflete nos acontecimentos do presente. Nesse sentido, o ensino de história local se apresenta como ferramenta para construção de ensino que proporciona a construção de saberes significativos para formação de alunos conscientes que compreendam as mudanças expressas pela experiência humana, histórica, cultural e política.

Possibilitando ao aluno reconhecer-se como sujeito histórico capaz de relacionar o conteúdo investigado com o conteúdo exposto em sala de aula, e ao escutar os pais e os avôs, os moradores em geral relataram as transformações e história da cidade construindo a possibilidade de visibilizar a história outrora negada. Deste modo, configurando uma superação a própria metodologia tradicional muito presente em nossas escolas em que autora Bittencourt (2009, p.121) compreende que:

(...) o ensino de História deve efetivamente superar a abordagem informativa, conteudista, tradicional, desinteressante e não significativa - para professores e alunos- e que uma das oportunidades para esta superação e sua problematização a partir do que está próximo, do que é familiar e natural aos alunos. Esse pressuposto é válido e aplicável desde os anos iniciais do ensino fundamental, quando é necessário haver uma abordagem e desenvolvimento importante das noções de tempo e espaço, justamente com o início da problematização, da compreensão e explicação histórica e o contato com o documento.

Deste modo, compreendemos que o ensino de história local é caracterizado como uma visão que fornece um novo olhar para história que não está mais centrada nos grandes nomes advindos da concepção positivista, porém mesmo assim percebemos que essa perspectiva ainda exerce grande influência no nosso ensino. Sendo assim, é fundamental compreender que é necessário estudar a localidade sem desassociar-se do contexto global para o entendimento de um todo, ou seja, fazendo relação com o currículo regente da escola.

Ao articular o ensino de história com a vivência do aluno e a vida prática, ou seja, seu dia a dia, ele ficará possibilitado a identificar alguns caminhos de análise da consciência histórica, viabilizando questionamentos acerca do que o cerca, permitindo que perguntem “*por que razões históricas a minha comunidade não aparece nos livros didáticos?*”, ou “*por que é mantida sempre uma ordem familiar constante no poder na minha cidade?*”. Essas são indagações que aproximam os alunos de um posicionamento crítico acerca da sua realidade, além de inseri-los socialmente como cidadãos que reconhecem seus direitos.

Portanto, o ensino de história local incentiva os alunos a construir suas memórias coletivas, adquirindo o sentimento de pertencimento ao lugar em que vivem e assumindo sua identidade social, compreendendo que são agentes históricos que valorizam seus territórios e patrimônios.

## METODOLOGIA

O presente artigo é resultado de pesquisa que teve por intermédio o programa de Residência Pedagógica, subprojeto de História vinculada à Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, financiado pela CAPES (coordenação de aperfeiçoamento de pessoal ao Nível Superior). A pesquisa foi realizada na Escola Municipal Judith Barbosa de Paula Rego que está situada na cidade de Queimadas-PB. O projeto foi ministrado por professores e residentes (o termo residente é atribuído para os estudantes de graduação que estão/estavam engajados no programa de Residência Pedagógica) com alunos de duas turmas do 7º ano, incorporando o ensino de história local ao currículo trabalhado em sala de aula, mostrando aspectos da história da cidade, sua fundação e seus primeiros habitantes. Deste modo, foram apresentados os patrimônios históricos presentes na cidade com belas paisagens de um passado ainda preservado.

Por fim, a atividade efetuada no segundo semestre de 2019 teve como base teórica delineada com aproximações teórico-metodológicas do ensino, com a perspectiva do ensino história local, buscando problematizar inicialmente através de aula expositiva dialogada interligada com aula de campo, tendo como foco a valorização dos contextos locais, viabilizando a exposição do olhar dos alunos sobre a história de sua cidade natal e suas vivências culturais.

## CAMINHOS PERCORRIDOS, DESCOBERTAS E APRENDIZAGENS SOBRE SABERES LOCAIS

A pesquisa e os métodos usados em sala de aula são projetados para permitir que os alunos percebam e sejam guiados a refletirem sobre as mudanças locais, além de investigar o seu entorno acarretando ocasionalmente a historicização do lugar em que por vezes é desconhecida ou “esquecida”.

Foram selecionados para esse projeto lugares que propiciam reflexões sobre a história de Queimadas-PB, de modo que os educandos foram levados para além dos muros da escola, ou seja, no campo que equivale a sua sociedade. O objetivo de tudo isso foi o de estabelecer conexões com os problemas levantados na sala de aula, sobretudo aqueles que são e estão presente em seu cotidiano, além de esclarecer fatos históricos e sociais compreendendo que o conhecimento é construído em diversos espaços como: a realização de visita à feira central; as primeiras escolas (Prof. “Zé Miranda” e “Ernestão”) da cidade; a igreja matriz (Paróquia Nossa Senhora da Guia) e as principais ruas do centro (as ruas Cezar Ribeiro, Santo Antônio, Eunice Ribeiro) e com isso possibilitando o aprendizado amplo que segundo:

E nessa experiência que ocorrem as relações corpo consciente ou consciência e mundo, subjetividade e objetividade, relações cujas consequências tornam homens e mulheres seres de compreensão, de conhecimento, de comunicação e de ação, na temporalidade da existência humana. (PEREIRA, 2010, p.119).

Deste modo, a prática educativa não se limita à sala de aula, ainda que a partir desta, o uso de diferentes métodos por meio de investigações despertou o interesse dos alunos nas discussões sobre o patrimônio local, na coleta de dados e na construção de histórias locais. A princípio, a sugestão é trazer conteúdos teóricos aos alunos para socialização das informações, permitindo que o professor avalie os conhecimentos prévios para que eles vivam a experiência de sala de aula e na prática logo em seguida.

Ao utilizar fontes diversas como o recurso, o relato oral, ou a documentos como jornais e fotografias para pesquisa e identificação da história local, permite abranger os espaços urbanos e campo, ao solicitar a pequenos grupos de alunos a realizarem breves entrevistas aos moradores próximos a sua localidade acerca da história da cidade.

Você sabe o porquê a cidade se chama Queimadas? O nome Queimadas surgiu diante das inúmeras queimadas de árvores e terrenos que tinha na cidade na época, mas anteriormente tinha o nome de Tataguaçu. (ENTREVISTA COM MORADOR 01, 2019).

O termo “Queimadas”, ao qual é atualmente utilizado para caracterizar a cidade, como citado pela fala de um morador desta, é uma nomenclatura de originalidade colonial. O autor Barbosa (2015, p.17) aponta várias versões justificando o nome da cidade, sendo uma delas descritas como os fazendeiros que atearam fogo para abrir caminhos ao gado. Sobretudo essa é talvez a versão mais convincente da história, visto que os registros infelizmente são bastante escassos. Já a origem do nome “Tataguaçu” que

no tupi significa “fogo grande”, é um termo surgido em 1943 se referindo a cidade sendo resultado do decreto de uma Lei Federal que definia que nenhuma localidade poderia ser homônima ou ter nomes repetidos dentro do mesmo Estado.

Ao se depararem com as visões de autores e as experiências e as lembranças em que os moradores, vizinhos e familiares têm acerca das transformações e sobre a cidade que por vezes nasceram traz à tona a memória e os vestígios da cultura e da história cidade, demonstram que as narrativas são fontes de conhecimento, mas principalmente de saberes.

Possibilitando também repensar o espaço institucionalizado da educação na escola, rompendo com a hierarquia de uma educação centrada na figura do professor como único detentor de conhecimento possível; como se o aluno e outros não possuíssem experiência de aprendizagem extracurricular válida para ser compartilhado.

Assim sendo, o objetivo da aula de campo é a interdisciplinaridade dos saberes, tornando a aula de campo um laboratório para o ensino da história; uma visita do passado para o presente sob diferentes perspectivas compreendendo que “o olhar do homem no tempo traz em si a marca da historicidade” (DELGADO, 2010, p.33).

Nesse contexto de diálogo entre fontes e visões acerca da cidade, surgiu a ideia de realizar e conseguinte concretizar uma entrevista com o professor *José Ezequiel Barbosa Lopes* que é nada mais do que o Administrador do blog cultural de Queimadas denominado “Blog Tataguaçu” e autor do Livro “Terra Tataguaçu retalhos da história de Queimadas”, citado acima, que é autor de uma das principais obras acerca da história da cidade.

A entrevista com o professor Quiel (José Ezequiel) foi capaz de proporcionar a explanação acerca da pesquisa realizada pelo mesmo sobre a cidade de Queimadas-PB, além de proporcionar aos alunos o esclarecimento de suas dúvidas sobre a temática (história local) e conseqüentemente muito contribuiu para a aprendizagem não só dos alunos da escola Judith, mas também dos residentes que estavam atrelados ao projeto.

Como foi a fundação da cidade? Região inicialmente utilizada para se chegar a outras cidades, foi inicialmente povoada por volta do ano de 1889, quando chegaram à região as primeiras famílias, Maia, Muniz, Tavares, Gomes, Rêgo e Teixeira (ENTREVISTA Professor, BARBOSA, 2019).

Assim, mediante o incentivo aos alunos em entrevistar moradores e professores, possibilitou a estes se depararem com diferentes representações, embora alguns

apresentassem resistência a ser entrevistados. Ademais, foi proporcionado a estes o contato com as vivências locais, além de ajudar ou contribuir em uma melhor percepção de sua realidade social, do retrato urbano da cidade que passou por inúmeras transformações e expansão ao longo dos anos, tendo seu povoamento segundo relatos orais relacionado ao surto de cólera que afligia as regiões vizinhas a cidade de Queimadas-PB, rica em história e patrimônios que ao ter conhecimento proporciona o rememoração e continuidade histórica de pertencimento ao lugar que numa perspectiva política questionadora contribuí com a significação dos conteúdos e consequentemente com a formação de cidadãos críticos.

Além de tudo, Barbosa (2015, p.35), aponta segundo Almeida (1980, p.441) que essa epidemia assolou toda a Paraíba, no entanto, os dados a respeito de Fagundes e Queimadas não são exatos, porém os registros em Campina Grande relatam que morreram 1.547 pessoas em uma população de 15 mil, sendo esse apontamento o pior episódio da Paraíba. No entanto, na contemporaneidade a humanidade por inteira está vivenciando uma pandemia atrelada a Covid-19, de modo que somente no Estado paraibano já se vão 5.509 vidas (G1 PARAÍBA) e o número tende a aumentar ainda mais.

Contudo, para a realização e conclusão do projeto com produção de vídeo, em resultado, foi possível somente através da colaboração do corpo escolar e parceria com residente. A produção foi concluída de modo satisfatório em que ao utilizar metodologia dialogada com os saberes dos educandos conferiu uma significação aos conteúdos trabalhados em sala.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contudo, percebemos a necessidade de superação da visão dos alunos sobre a disciplina de história que por vezes é relacionada à "decoreba" tendo caráter enfadonho. Ademais, sendo evidente a influência na educação e no ensino de história sobre o olhar europeu nos conteúdos (perspectiva eurocêntrica), e consequentemente, dando-se uma valorização da história do outro, expressa na celebração dos grandes sujeitos.

Compreendendo estes desafios e a perspectiva pedagógica que se preocupa apenas com a transmissão de informação do que com a formação de sujeitos, é essencial que o docente seja constante pesquisador e um ser reflexivo diante de sua didática e práticas pedagógicas, pois os métodos de ensino interferem diretamente no rendimento escolar, adequando-se à realidade em que os alunos estão inseridos.

Em meio às inovações no campo de ensino, conseqüentemente em história, essas conquistas possibilitaram ao ensino o poder de produzir novos conhecimentos para além da teoria. Nesse contexto, o ensino de história local ganhou visibilidade com a percepção da necessidade de uma educação crítica e dialogada. O campo da História Local se estruturou historicamente e metodologicamente por meio do diálogo com os diversos tipos de saberes. Esse reconhecimento social temporal de grupos sociais locais que por muito tempo foram excluídos do cenário histórico oficial. O estudo e pesquisa do local trazem à tona a diversidade cultural.

Com o presente estudo foi possível enxergar a efetividade da associação das aulas teóricas e aulas de campo disposta pelo projeto, onde possibilitou aos alunos obter suas impressões subjetivas acerca da história da cidade de Queimadas-PB. A metodologia utilizada foi bem empregada neste conteúdo, ou seja, no ensino do local essa efetivação do ensino de história dialogada, além de apresentar e familiarizar os alunos, a pesquisa em campo, considera suas vivências e abarcam seus territórios como espaços de estudo e de importância para o cenário local e nacional.

A partir da pesquisa rompe-se a ideia de que o ensino se dá exclusivamente em sala de aula. A história local incentiva os alunos a construírem suas memórias coletivas, adquirindo o sentimento de pertencimento ao lugar e assumindo sua identidade social, compreendendo que são agentes históricos que valorizem seus territórios e patrimônios. Nesse sentido, os alunos participantes apresentaram maior envolvimento pela pesquisa histórica se interessando pelas práticas educativas que envolvessem ou partissem de suas realidades.

Por fim, ressaltamos que o espaço da escola é um lugar de possibilidades, um campo propício para experiências educativas que podem produzir saberes para a vida, e conferindo significado aos conteúdos ministrados em sala o estudo histórico desempenha papel importante na medida em que abrange a reflexão social do aluno com ambiente em que convive, permitindo que este entenda a historicidade do local estabelecendo vínculos com diversas gerações e culturas que o circundam, ou seja, compreendendo a história de sua cidade dando voz aos sujeitos de forma em que o aluno desenvolva a sua própria análise de sua realidade dando significado a aprendizagem.

## REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Vilma de Lurdes. **Contribuições para Pensar Fazer e ensinar história Local**. Tese de doutorado em Educação. Programa de Pós-graduação em Educação. Natal: UFRN, 2005.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (Org.). Capitalismo e cidadania nas atuais propostas curriculares de História. In: **O saber histórico na sala de aula**. 5ed. São Paulo: Contexto, 2001, p.11-27.
- BITTENCOURT, Circe. Identidade Nacional e ensino de história no Brasil. In: KARNAL, Leandro (org.) **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. 5.ed. São Paulo: Contexto, 2008. p.185-204.
- SOUSA, Israel Soares de; Silva, Severino Bezerra de. **Educação Popular e Ensino de História Local: Cruzando conceitos e Práticas**. ed. João Pessoa: Editora UFPB, 2017.
- PEREIRA, Aldiceia Machado. **A importância da história local para o ensino de história: um olhar para o Município de Duque de Caxias**. Artigo Apresentado no Programa Integrado de Pesquisa e Cooperação Técnica da Baixada Fluminense - PIMBA. 17 e 19 de agosto e 01 de setembro de 2011.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História Oral - Memória, tempo, identidades**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora; GARCIA, Tânia Braga. **O Trabalho histórico na sala de aula**. Revista HISTÓRIA ENSINO, Londrina, v.9, p.219, out.2003.
- BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais: história e geografia**. Secretaria de educação Fundamental. 2ªEd. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- EZEQUIEL BARBOSA, José. **Terra Tataguauçú: Retalhos da história de Queimadas**. [S. l.: s. n.], 2015.
- G1 PB. casos de coronavírus na Paraíba em 27 de março. **G1 PARAÍBA**, 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2021/03/27/casos-de-coronavirus-na-paraiba-em-27-de-marco.ghtml>>. Acesso em: 28 mar. 2021.

## O Alienista (1882): Machado de Assis e sua crítica a intelectualidade brasileira no limiar da primeira república

Matheus Santos Garcia de Carvalho  
Universidade Federal de Sergipe  
matheus.sgc@gmail.com

Everton dos Santos  
Universidade Federal de Sergipe  
everton.his@outlook.com

O presente artigo tem por objetivo analisar a crítica empreendida por Machado de Assis em seu conto O Alienista (1882) à intelectualidade do período de transição entre o Brasil imperial (1822-1889) e a Primeira República (1889-1930). Para tal objetivo, percorremos uma revisão bibliográfica que buscou levantar outros estudos já realizados sobre a obra; nos valem também de escritos que nos auxiliassem a relacionar o contexto histórico abordado com a obra estudada. Por fim, concluímos que Machado de Assis utiliza da ironia e da sátira para a criação de uma caricatura do cientificismo em vigor naquele período. Assim, podemos dizer que essa caricatura será reverberada também nos anos seguintes, servindo de contraponto as produções de outros intelectuais que trabalharão em favor de estabelecer uma ideologia excludente a partir de um discurso científico.

Palavras-chave: Machado de Assis, História e Literatura, Brasil República.

## INTRODUÇÃO

Joaquim Maria Machado de Assis (1839-1908), negro, nascido em família pobre, no morro do livramento (RJ), perdeu a mãe ainda criança e amparado pela madrinha começou a trabalhar desde cedo como tipógrafo. Não teve acesso a formação regular, mas aprendeu francês e latim com o professor Padre Antônio José da Silveira Sarmiento. Seu primeiro escrito publicado foi o poema “Ela”, de 1855, na *Marmota Fluminense*, onde era colaborador.

Machado de Assis foi enquanto literato do mais alto nível, um homem que galgou posições nas hierarquias sociais da vida na corte do Império de D. Pedro II. Se tornou famoso, próximo a elite e foi funcionário imperial em algumas ocasiões. Em seus contos, crônicas e romances, retratou como ninguém a velha elite imperial e a ascensão burguesa. Dentre suas principais obras estão os cânones *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881), *Dom Casmurro* (1899), *Quincas Borba* (1891) e *Esaú e Jacó* (1904), romances fundamentais da literatura brasileira e do realismo no Brasil. Machado e sua obra são essenciais para a compreensão do Brasil, das transformações no fim do século XIX, com o golpe republicano e a vigência de diversas correntes de pensamento científicos à época, até os dias atuais, pois como define Ítalo Calvino “Um clássico é um livro que nunca terminou de dizer aquilo que tinha para dizer” (1993, p. 11).

Assim, o intelectual Machado de Assis produz entre 1881 e 1882 um conto, que se tornou um dos mais populares e conhecidos, intitulado “O Alienista”. A história narra as aventuras de um renomado médico brasileiro, formado nas melhores universidades do mundo ibérico, que retorna ao Brasil jovem e decide se dedicar ao estudo da loucura na vila de Itaguaí. A partir daí se desenrola o enredo do conto. Simão Bacamarte, o médico, será o fundador da casa verde, local que manterá os loucos isolados do restante da população enquanto desenvolve suas pesquisas. A história, com um certo tom humorístico, satiriza algumas das definições de ciência que circulavam no Brasil em fins dos oitocentos e início dos novecentos, como os discursos positivistas e o darwinismo social com suas consequências no higienismo. Essa cadeia de discursos científicas, que propagavam uma ode à razão está muito bem sintetizada em Simão Bacamarte e sua casa verde.

O texto machadiano vai de encontro às formulações de diversos outros intelectuais da época, que produziram sob a batuta da razão, uma série de resoluções racistas e higienistas como as de Silvío Romero (1852-1914), Nina Rodrigues (1862-1906)

e Cesare Lombroso (1835-1909). Há ainda que se ressaltar que, à exceção de Lima Barreto (1881-1922), o meio literário brasileiro pouco produzirá em termos de crítica. O parnasianismo e o simbolismo vão ganhar força principalmente na poesia e o formalismo textual não se caracterizará como uma forma de protesto a essas ideias então vigentes.

Diante do exposto lança-se a seguinte questão de pesquisa: De quais maneiras “O Alienista” de Machado de Assis produz uma crítica aos ideais cientificistas defendidos pela intelectualidade na primeira república brasileira?

## METODOLOGIA

O presente artigo tem por objetivo analisar a crítica empreendida por Machado de Assis em seu conto O Alienista (1882) à intelectualidade do período de transição entre o Brasil imperial (1822-1889) e a Primeira República (1889-1930), que por sua vez era bastante influenciada pelos ideais do positivismo, cientificismo, higienismo e o darwinismo social. Para alcançar tal propósito, o trabalho seguiu as seguintes etapas:

Inicialmente foi realizada a leitura da obra, com atenção especial para seus aspectos literários e historiográficos, com a observação da escola literária a qual o conto faz parte, os recursos utilizados, assim como ao contexto histórico no qual o texto se situa.

A segunda etapa do trabalho foi o levantamento e leitura do estado da arte acerca das produções que versam sobre o conto de Machado de Assis. Utilizamos dois critérios principais para escolha dos textos citados nesse artigo. Primeiro a relevância acadêmica, ao selecionar as análises clássicas sobre a obra, e posteriormente procuramos descobrir qual o conteúdo das pesquisas mais recentes sobre o assunto, com um recorte temporal voltado para os últimos dez anos.

No terceiro momento consultamos os textos referentes ao contexto histórico do período do lançamento da obra, com enfoque nas questões relacionadas a intelectualidade e o cientificismo. As principais obras lidas foram o capítulo de livro de Napolitano (2016), intitulado “Modernidade sem modernização: a vida cultural na Primeira República” e “Analistas de ‘O Alienista’ De Letícia Malard” (2001). Por fim, realizamos a escrita do presente artigo.

## LEITORES DE MACHADO DE ASSIS: UM BREVE PANORAMA SOBRE AS PRODUÇÕES A RESPEITO D'O ALIENISTA

Não é o foco desse trabalho percorrer e levantar todos os escritos a respeito da obra machadiana e em especial, do conto aqui analisado. Entretanto, uma obra centenária como o *Alienista*, gostemos ou não, foi lida por gerações e gerações anteriores a nossa. Dessas leituras, algumas serão destacadas, por força de conhecermos um pouco mais a respeito de como a leitura da obra chegou aos nossos dias atuais. Assim, a revisão bibliográfica que se segue será dividida em duas partes, a primeira contará com um levantamento a respeito do século XX, para tal, nos valem de dois textos principais, “Esquema de Machado de Assis”, de Antônio Cândido (1995) e “Analistas de ‘O Alienista’”, de Letícia Malard (2001). Com essas duas produções podemos visualizar de maneira breve como se interpretou o *Alienista* no século passado. A segunda metade desse levantamento contará com estudos mais recentes, com a finalidade de percebermos o que ainda tem sido dito sobre a obra. Essa segunda parte vale uma consideração, pois é nela que invariavelmente pretendemos inserir nosso estudo, ainda que, como veremos nossa interpretação da obra esteja próxima de outras mais antigas.

Em “Esquema de Machado de Assis” (1995), Antônio Candido ensaia um panorama sobre a obra machadiana, debatendo algumas das análises daqueles que se debruçaram sobre os escritos do autor. Nesse ensaio, da década de 1970, além de analisar os perfis recriados sobre o próprio Machado de Assis, Candido elabora uma divisão de sua obra em seis partes, a partir do que ele considera serem os grandes temas de análise e interpretação da obra completa de Machado, por seus críticos. Dentre essas seis grandes questões que perpassam a obra completa, nos vale citar duas em especial, o problema da identidade e o humanismo.

Sobre o problema da identidade, Candido destaca o *Alienista* e a forma como Machado utiliza o tema da loucura para levantar questionamentos acerca da personalidade humana, dos limites entre razão e loucura. Com relação ao humanismo presente em sua obra, Candido destaca que esse humanismo não aparece de outra forma se não em tom jocoso, satirizado, como uma crítica ao positivismo e ao cientificismo, ressaltando as análises de Barreto filho

“Os críticos, sobretudo Barreto Filho, que melhor estudou o caso, interpretam o Humanismo como **sátira ao positivismo e em geral ao naturalismo filosófico do século XIX**, principalmente sob o aspecto da teoria darwiniana da luta pela vida com sobrevivência do mais apto. Mas além disso é notória uma conotação mais ampla, que transcende a sátira e vê o homem como um ser devorador em cuja dinâmica a sobrevivência do mais forte é um episódio e um caso particular. Essa

devoração geral e surda tende a transformar o homem em instrumento do homem, e sob este aspecto a obra de Machado de Assis se articula, muito mais do que poderia parecer à primeira vista, com os conceitos de alienação e decorrente reificação da personalidade, dominantes no pensamento e na crítica marxista de nossos dias e já ilustrados pela obra dos grandes realistas, homens tão diferentes dele quanto Balzac e Zola.” (CANDIDO, 1995, p. 36, grifo nosso)

A partir do escrito de Candido podemos balizar algumas interpretações da obra machadiana, como a que fazemos nesse estudo. Ainda, há que se ressaltar que outros autores darão respaldo a análise aqui empreendida, como é o caso dos críticos da década de 1930, Augusto Meyer, Lúcia Miguel Pereira e em especial, Viana Moog, que segundo Malard “vê no texto [o alienista] a maior inventiva já feita às convicções científicas do século XIX, nada mais corrosivo contra a ciência e contra a orgulhosa certeza da razão” (2001, p. 46). Ainda segundo Malard, na década de 1980, Kátia Muricy é responsável por retomar essa interpretação da obra como sendo uma sátira ao cientificismo, já que entre os decênios de 1950 e 1970, algumas outras interpretações, como as mais voltadas a psicanálise e a psiquiatria, vão tomar conta da crítica machadiana.

Um outro estudo, que atravessa um outro campo de interpretação além desses já citados, é o de Roberto Gomes proferido numa palestra em 1983 e presente na edição da editora Nova Fronteira, publicada em 2017. Em “O alienista: Loucura, poder e ciência”, Gomes se vale dos principais conceitos da linguagem foucaultiana, como discurso, poder, disciplina e a própria genealogia da loucura, desenvolvida no clássico “História da Loucura”.

Nessa segunda parte do levantamento do estado da arte sobre a obra “O Alienista” (1882), apresentaremos os principais artigos acadêmicos sobre o assunto publicados nos últimos dez anos. O intuito é avaliar o que afirmam parte desses estudos recentes, e dessa forma, demonstrar a relevância do presente artigo em comparação aos demais trabalhos.

O primeiro artigo, cujo título é “A razão e a loucura na literatura: um estudo sobre O Alienista, do Machado de Assis”, foi publicado no ano de 2014, numa parceria entre Maria Vanesse Andrade, Aluísio Ferreira de Lima e Maria Elisalene Alves dos Santos. O trabalho tem o objetivo de analisar a abordagem do tema da loucura na literatura, com foco no conto do Machado de Assis. Então, inicialmente discute-se a relação entre loucura e literatura, na qual se chega à conclusão de que quando esse encontro acontece tende a ser voltado para a discussão da ideia de o que faria alguém ser considerado louco ou não. Depois disso os autores apresentam as diversas ocasiões em que o Machado abordou o tema, seguido por uma análise da obra em questão, que gira em torno da figura

do Simão Bacamarte e das suas atitudes como médico alienista durante a trama. Os autores concluem que a obra, a partir de um enredo voltado para questões relacionadas a diagnósticos psiquiátricos, traz uma crítica ao cientificismo do período, assim como a prática do alienismo sob influência do positivismo.

“Uma bengala para restituir a razão’: representações da ciência em *O Alienista*, de Machado de Assis” é o título do artigo científico publicado em 2016 e escrito pelos professores Iranilson Oliveira, Leonardo Freire e Yara Santos. Os autores, a partir de um referencial teórico-metodológico ligado a História Cultural, analisam as maneiras pelas quais o livro buscou representar a relação entre a sociedade, o cientista e a imagem que se tem dele, e o saber científico no fim do século XIX. Para isso, é apresentado o contexto da publicação do conto, inclusive por esse ter sido feito no periódico “A Estação”, que era um espaço de instrução cotidiana para o público feminino, demonstrando como Machado se utilizou de um espaço de difusão do conhecimento para realizar sua crítica ao cientificismo da época, e como sempre, abusou de sua já característica ironia. O trabalho tem como conclusão a ideia de que Machado de Assis, em sua crítica versada no conto, apresentou os riscos à sociedade de um cientificismo que não concebe, e por isso não respeita, suas próprias limitações.

O terceiro trabalho aqui citado foi publicado em 2018 e é de autoria do professor Eloésio Paulo, sendo intitulado de “Lacunas, truques e titubeios em *O Alienista*”. A obra investiga de forma eloquente a narrativa do conto machadiano, trazendo outras perspectivas de leitura e análise que ultrapassam percepções mais superficiais, como por exemplo as possibilidades de ligação da obra com o clássico *Dom Quixote* e um exame focado apenas nas participações do padre Lopes. Paulo apresenta também diversas lacunas, que aparentam não serem intencionais, no conto de um escritor que tem como uma de suas principais características o perfeccionismo. Por esses e outros motivos, segundo o autor, *O Alienista* é uma obra inacabada.

Em 2012, Célia Pires Maciel Sales apresentou sua monografia, cujo título é “A ironia como crítica social na obra *O Alienista* em Machado de Assis”. Além da apresentação do contexto histórico do período em que viveu o Machado, o texto faz uma análise das principais características de sua produção literária, abordando também as fases pelas quais passou durante sua trajetória como escritor. Após isso, a autora discorre sobre os artifícios utilizados por ele, em especial a ironia, como forma de apresentar suas críticas a sociedade em que estava inserido, com o foco no conto aqui estudado. Por fim, a autora apresenta algumas possibilidades de utilização da obra em sala de aula, tendo

como público-alvo alunos do ensino básico. O intuito é iniciar os discentes na leitura dos clássicos da literatura brasileira, ao mesmo tempo que também se utiliza de práticas pedagógicas ativas para contribuir no processo de ensino e aprendizagem, nesse caso em específico, voltado para a compreensão da história do Brasil no fim do século XIX a partir de um olhar crítico às ideias presentes na obra de Machado.

O último trabalho aqui descrito foi apresentado em 2015 e é de autoria do Fábio Pereira Rosa, com o título “O discurso e as relações de poder em *O Alienista*, de Machado de Assis”. O texto traz uma abordagem foucaultiana da obra machadiana, analisando as relações de poder presentes no conto que inferem ao contexto da associação entre o conhecimento científico e o poder. Inicialmente, o autor descreve os conceitos de Michel Foucault que são utilizados no texto, o discurso e o de relações de poder. Na segunda parte, Rosa (2015) analisa os discursos presentes na obra nos âmbitos das três partes da narrativa, que se referem aos períodos do conto em que o Simão Bacamarte passa a internar na Casa Verde primeiro os loucos habituais, depois no momento em que ele passa a prender todos os indivíduos que apresentem algum desequilíbrio mental, e por fim quando ele confina os moradores que eram considerados estarem em perfeito equilíbrio mental.

Referente as relações de poder, Rosa (2015) traz três formas de análise, que se referem a disputa entre ciência e religião, representada nas discussões entre o Simão Bacamarte e o vigário local; na conexão entre disputas políticas e o saber científico, presente na obra nas palestras do alienista, principalmente em direção ao povo da cidade com o intuito de legitimar os seus estudos; e a do narrador que põe, numa obra satírica, o Simão em um posto de superioridade moral e intelectual.

## OS INTELECUTAIS E A CIRCULAÇÃO DE IDEIAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA

O período de transição entre o império e a república brasileira foi palco de intensas mudanças estruturais não somente no aspecto político, mas também no ideológico, artístico e cultural. A nova ordem política representava para a elite nacional, a oportunidade de o país se estabelecer dentre os mais altos patamares daquilo que se considerava como modernidade. Claro que um país que durante toda a sua história teve uma dependência exacerbada das nações europeias, a visão de modernidade não poderia ser muito diferente daquilo que as elites do velho continente difundiam.

Era preciso então que se rediscutisse a ideia da identidade nacional, assim como a forma pela qual o país encontraria o seu devido lugar dentro do restrito círculo das grandes nações mundiais. Porém, o Brasil possuía uma história manchada pelo escravismo, preconceito racial e desigualdade. Mas o que fazer com tudo isso? A opção escolhida foi a de varrer tudo para debaixo do tapete e apostar na formação de uma nova sociedade em que tais mazelas não mais tivessem participação ativa. Nesse sentido, a intelectualidade brasileira empreendeu diversas ações tendo como objetivo o branqueamento e europeização do país, buscando assim apagar o seu passado sombrio.

As principais ideias circulantes no academicismo europeu eram de vertente positivista, como a crença no constante progresso e o cientificismo, que se relacionavam diretamente com as teorias do darwinismo social e do higienismo. Obviamente que todo esse pensamento será assimilado em nosso país, adaptando-se as particularidades locais. E isso está no cerne das políticas racistas e excludentes que serão adotadas pelo Estado brasileiro, isso porque as

teorias revelavam (e aumentavam) o preconceito social e racial das elites intelectuais em relação às classes populares, pois acabavam por condenar o modo de vida dos pobres, seus hábitos pessoais de higiene, alimentação, vida sexual. Além disso, alimentavam a crença, supostamente científica conforme a época, de que a falta de saúde, de disciplina para o trabalho e de capacidade intelectual era produto da mistura de raças, enfraquecendo toda a sociedade. (NAPOLITANO, 2016, p. 42)

Nesse sentido, fica evidente como tais ideias de cunho racista em um espaço com forte influência do cientificismo, que traz consigo a convicção acerca da primazia da ciência perante as demais formas de explicação dos seres humanos e suas relações interpessoais, foram determinantes na consolidação da república brasileira a partir dos moldes europeizantes. As pautas dos trabalhadores do campo e da cidade, dos negros, índios e mestiços ficavam em segundo plano. O fato é que a Proclamação da República não representou uma revolução social, o povo nem sequer teve participação em sua efetivação. As elites econômicas não poderiam promover profundas mudanças no âmbito social pois isso colocaria sua própria posição na sociedade em risco, e o Estado, que como sempre representou um grande parceiro, manteve sua relação com as classes populares na mesma medida. Logo, as correntes academicistas que aqui chegaram, eram de certa forma até legitimadoras do arranjo social do país, sendo assim integradas ao discurso da classe dominante.

Além disso, um dos pressupostos do cientificismo era o de que a ciência só poderia ser refutada pela própria ciência, isso numa sociedade majoritariamente iletrada e que não tinha a menor possibilidade de adentrar em tais discussões, como era o caso do Brasil. O ensino universitário era reservado aos membros da elite econômica do país, então quase sempre a intelectualidade brasileira se colocava numa posição de superioridade, e em alguns momentos, como veremos na Primeira República, buscará impor suas deliberações a população em geral, sem que ela seja sequer consultada ou instruída sobre o assunto.

## O ALIENISTA E A CRÍTICA MACHADIANA AO ARRANJO CIENTÍFICO-IDEOLÓGICO DA PRIMEIRA REPÚBLICA

O Alienista, como podemos perceber através da revisão bibliográfica permitirá uma série de análises e leituras diferentes, algumas das quais se aproximam da leitura que fizemos da obra. É assim que a obra nos permite enxergar para além de questões individuais (ainda que versem sobre questões sumariamente gerais, como o “quem sou eu?”, “o que é a loucura?”, “onde está a verdade?”) para perguntas que nos permitem enxergar o contexto. Nesse caso, um contexto intelectual, político e cultural, de um país em transformação.

O conto possui um tom humorístico e satírico, que nos permite indagar sobre o desenrolar da história. Afinal, se a ciência é tão dona da verdade, ora são todos loucos, depois ninguém é louco, por fim, só resta loucura naquele que se meteu a procurá-la? Não estaria Machado de Assis provocando a toda poderosa verdade científica?

Em nossa visão sim. As idas e vindas de Simão Bacamarte em suas investigações, as confusões geradas pela casa verde e o fim tragicômico da história, com o médico diagnosticando a si mesmo como o único louco da vila, nos remete a uma crítica irônica a um cientificismo exacerbado, que se tornou cada vez mais em voga desde o fim da Guerra do Paraguai e o crescente republicanismismo a partir do decênio de 1870 e culminaria na instauração da República em 1889.

Podemos perceber a ironia como Machado caracteriza o perfil de Simão Bacamarte, por exemplo

“Simão Bacamarte explicou-lhe que d. Evarista reunia condições fisiológicas e anatômicas de primeira ordem, digeriria com facilidade, dormia regularmente, tinha bom pulso, e excelente vista; estava assim apta para dar-lhe filhos robustos, são e inteligentes. [...] D. Evarista mentiu às esperanças do dr. Bacamarte, não lhe deu filhos robustos nem

mofinos. *A índole natural da ciência é a longanimidade.*” (ASSIS, 2017, p. 29, grifo nosso)

Essa longanimidade a qual se refere o narrador sobre a índole da ciência, vem a delimitar os espaços entre a certeza científica e as contrariedades das quais a própria ciência não consegue escapar. São por tiradas bem humoradas como essa, que a narração vai construindo ao longo de toda a história, que nos permitem afirmar, próximo das interpretações de Moog nos anos 30 e Barreto Filho nos anos 70, e também de outros pesquisadores que se debruçaram sobre a obra nos últimos anos, que *O Alienista* é uma sátira ao que podemos chamar de arcabouço filosófico e científico que dominou o mundo intelectual entre o fim do século XIX e o início do século XX, que engloba o positivismo e as ideias provindas do darwinismo social e suas outras ideologias anexas, como o higienismo.

Como diz um famoso ditado Iorubá, “exu matou um pássaro ontem com uma pedra que só jogou hoje”. Se tomarmos por contexto o período posterior à obra, a partir do início da república brasileira, podemos perceber como essa crítica vai acertar alvos mesmo anos após a publicação. São aqueles que defenderam a criação de uma república baseada em darwinismo social, uma república tão excludente que, àqueles que ousaram esboçar resposta ao problema chamado Brasil, responderam com racismo e elitismo, no ápice das políticas higienistas. Foi o caso de Nina Rodrigues e Silvio Romero, já citados nesse trabalho, mas de tantos outros intelectuais que utilizaram do discurso científico para a propagação de uma ideologia na qual prevalecessem os ricos sobre os pobres, os brancos sobre os negros, indígenas e mestiços, a elite sobre o povo.

Vale ressaltar o nome de Manuel Bomfim entre os críticos dessa ideologia na qual se fundou o novo Estado republicano, principalmente a partir do livro *A América Latina: Males de origem*, publicado pela primeira vez em 1903. Outra crítica como essa, só será produzida na literatura por outro escritor negro, Lima Barreto (1881-1922), muito menos próximo da elite do que Machado de Assis, e muito mais radical que o então presidente da Academia Brasileira de Letras. Trata-se de “Notas sobre a República dos Bruzundangas” ou somente “Os Bruzundangas”, publicado postumamente, no qual Lima produzirá uma sátira sobre o sistema político instaurado no Brasil pelos militares. Lima, que anteriormente, em “Triste Fim de Policarpo Quaresma”, narrou o desânimo de Quaresma ao encontrar o “Marechal de ferro”, como era conhecido Floriano Peixoto, principalmente entre os florianistas

Quaresma pôde então ver melhor a fisionomia do homem que ia feixar em suas mãos, durante quase um ano, tão fortes poderes, poderes de Imperador Romano [...]. Era vulgar e desoladora. O bigode caído; o lábio inferior pendente e mole a que se agarrava uma grande "mosca»; os traços flácidos e grosseiros; não havia nem o desenho do queixo ou olhar que fosse próprio, que revelasse algum dote superior. Era um olhar mortiço, redondo, pobre de expressões, a não ser de tristeza que não lhe era individual, mas nativa, de raça; e todo ele era gelatinoso — parecia não ter nervos. Não quis o major [Quaresma] ver em tais sinais nada que lhe denotasse o caráter, a inteligência e o temperamento. [...] O seu entusiasmo por aquele ídolo político era forte, sincero e desinteressado. Tinha-o na conta de enérgico, de fino e supervidente, tenaz e conhecedor das necessidades do país [...]. Entretanto, não era assim. Com uma ausência total de qualidades intelectuais, havia no caráter do Marechal Floriano uma qualidade predominante: tibieza de ânimo; e no seu temperamento, muita preguiça. [...]. Pelos lugares que passou, tornou-se notável pela indolência e desamor às obrigações dos seus cargos. (BARRETO apud in NAPOLITANO, 2016, p. 27)

Em suma, podemos dizer que a obra se constitui como um importante escrito sobre o período de transição entre o Império e a República brasileira, de modo que a partir da crítica irônica elaborada por Machado de Assis, é possível desenvolver uma série de temas ligados a História da primeira República, principalmente os temas ligados as ideologias vigentes naquele período.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o que fora exposto, podemos afirmar que a partir do uso da sátira e ironia, características essenciais da literatura machadiana, o conto “O Alienista” (1882) apresenta uma crítica aberta ao cientificismo do fim dos oitocentos. Através de uma trama envolvente e cômica, a obra produz uma caricatura da elite intelectual brasileira, praticante de um discurso de forte influência europeia – em certos pontos inadequada ao contexto brasileiro – e produtores de um conhecimento científico “incontestável” e voltado para seus próprios ambientes restritos.

O presente estudo nos proporcionou a compreensão do contexto histórico da transição entre o império e a república no Brasil, em especial no aspecto das produções científicas, assim como as suas contraposições na sociedade brasileira, aqui representada no conto de Machado de Assis.

Com relação as lacunas existentes na análise do conto “O Alienista”, apesar de se tratar de uma fonte analisada a exaustão, trata-se de uma obra clássica e de autoria de um

dos maiores escritores da literatura brasileira. É evidente então que com o passar do tempo outras perspectivas advindas de novos contextos, metodologias e visões de mundo continuem acrescentando possibilidades de interpretação pelas quais a obra possa ser examinada.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Vanesse; DE LIMA, Aluísio Ferreira; DOS SANTOS, Maria Elisalene Alves. A razão e a loucura na literatura: um estudo sobre o alienista, de Machado de Assis. *Revista Psicologia e Saúde*, Campo Grande, v. 6, n. 1, p. 37-47, 2014. Disponível em: <[pssa.ucdb.br/pssa/article/view/322](http://pssa.ucdb.br/pssa/article/view/322)> Acesso em: 08 de fevereiro de 2021.

ASSIS, Machado de. *O Alienista*. [Ed. Especial]. – Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2017.

CANDIDO, Antonio. Esquema de Machado de Assis. *Vários escritos*, v. 3, p. 17-39, 1995.

DE OLIVEIRA, Iranilson Buriti; FREIRE, Leonardo Querino B.; DOS SANTOS, Yara Michelle F. “UMA BENGALA PARA RESTITUIR A RAZÃO”: Representações da Ciência em *O Alienista*, de Machado de Assis. *Revista Encontros*, v. 14, n. 26, p. 07-28, 2016. Disponível em: <[cp2.g12.br/ojs/index.php/encontros/article/view/743](http://cp2.g12.br/ojs/index.php/encontros/article/view/743)> Acesso em: 08 de fevereiro de 2021.

GOMES, Roberto. *O Alienista: Loucura, poder e ciência*. In: ASSIS, Machado de. *O Alienista*. [Ed. Especial]. – Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2017.

IANNI, Octavio. A idéia de Brasil moderno. *Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura*, v. 1, n. 1, p. 19-38, 1990. Disponível em: <[periodicos.sbu.unicamp.br](http://periodicos.sbu.unicamp.br)> Acesso em: 09 de fevereiro de 2021.

MALARD, Letícia. Analistas de "O Alienista". *O Eixo e a Roda: Revista de Literatura Brasileira*, v. 7, n. 1, p. 45-54, 2001. Disponível em <[http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/o\\_eixo\\_e\\_a\\_roda/article/download/3094/3047](http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/o_eixo_e_a_roda/article/download/3094/3047)> Acesso em: 08 de fevereiro de 2021.

NAPOLITANO, Marcos. Da República da Espada ao condomínio de fazendeiros: a consolidação da ordem republicana. In: \_\_\_\_\_. *História do Brasil República: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo*. Editora Contexto, 2016. p. 13-39.

NAPOLITANO, Marcos. Modernidade sem modernização: a vida cultural na Primeira República. In: \_\_\_\_\_. *História do Brasil República: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo*. Editora Contexto, 2016. P. 41-70

PAULO, Eloésio. LACUNAS, TRUQUES E TITUBEIOS EM O ALIENISTA. *Revista (Entre Parênteses)*, v. 7, n. 1, 2018. Disponível em: <[publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/entrepareses/article/view/858](http://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/entrepareses/article/view/858)> Acesso em: 08 de fevereiro de 2021.

ROSA, Fábio Pereira. O discurso e as relações de poder em *O Alienista*, de Machado de Assis. *Revista Encontros*, v. 1, n. 26, 2016. Disponível em:

<fespsp.org.br/store/file\_source/FESPSP/Documentos/Manuais/FABIOPEREIRAROSA.pdf> Acesso em: 08 de fevereiro de 2021.

SALES, Célia Pires Maciel. **A ironia como crítica social na obra “O alienista” de Machado de Assis**. UniCEUB, Brasília, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.uniceub.br>> Acesso em: 08 de fevereiro de 2021.

## Vergniaud Wanderley e a Reforma Urbana em Campina Grande - PB: Continuidades e descontinuidades na memória campinense

Jefer Cavalcante Porto  
Universidade Federal de Campina Grande  
pjefer@gmail.com

O presente artigo centra-se nas potencialidades memorialísticas da reforma urbana de Vergniaud Wanderley (1940-45) relacionado com a promoção de uma memória popular a posteriori e o construto de um “Vergniaud a ser lembrado”. Por essa razão, buscaremos explicitar a visão dos que foram testemunhas desses ares modernizadores chegados à cidade, assim como entender o processo de construção de uma memória sobre Wanderley, analisando os aspectos paisagísticos da nova *urbe* e os discursos políticos das folhas de jornais como portadores de uma intencionalidade e responsabilidade na conservação mnemônica. cremos na importância de ressaltar os aspectos memoriais da reforma urbana campinense, pois, como aponta Veras (1988), houve uma disputa de memórias entre o próprio condutor do processo, as camadas beneficiadas e os setores populares mais afetados, a pesquisa histórica em sua multipolaridade nos ajudará a entender essas disputas subjetivas, sem deixar de lado os aspectos materiais. Partimos, pois, de um aporte bibliográfico, somado com entrevistas de Wanderley, com as reflexões de Veras (1988) e Sousa (2003) sobre os intentos reformistas, de maneira análoga, nos valeremos do conceito de memória coletiva, de Maurice Halbwachs (2006), que foi de extrema importância para entendermos a imagem refletida na nova *urbe* e os discursos gestados. Observamos, pois, que houve uma elaboração memorial em torno da figura do ex-prefeito, tanto como parte dos seus intentos de auto “heroicização” evocando para si o mote de timoneiro da modernidade campinense, como por parte dos receptáculos desse processo modernizador, vemos que os discursos de grupos dissonantes passam a ser descredibilizados e a memória dos novos grupos chegados ao poder se impõe nos aspectos materiais e simbólicos da reforma.

Palavras-chave: História e memória. Reforma Urbana. Campina Grande - PB. Vergniaud Wanderley

## INTRODUÇÃO

Vergniaud Wanderley é uma das figuras mais lembradas pela memória popular e um dos personagens históricos campinenses mais marcantes, seja em seu favor ou contra, uma vez que, como aponta Souza, o processo de “bota-abaixo” implementado pelo Pereira Passos campinense, alterou não só a realidade popular, como também afetou as moradias e negócios da elite (SOUSA, 2003, p. 83). Desta feita, é mister analisar a assimilação dos intentos reformistas de Vergniaud, buscando relacionar as marcas profundas deixadas pelo seu afã modernizador, sejam no tocante às construções e a formação da paisagem campinense, dotada de uma intencionalidade particular, seja pelo processo de germe e conservação de uma memória em torno da figura de Wanderley, evocada pelos olhos da população (populares e a própria elite), atentos ao processo da reforma.

Vergniaud Borborema Wanderley era filho de tradicionais famílias de proprietários do sertão paraibano, natural de Campina Grande. Cresceu e fez seus primeiros estudos na sua cidade natal, partiu para o curso secundário no Liceu Paraibano, na capital paraibana, e formou-se em Direito na Faculdade de Direito do Recife, em 1929. Possuindo divergências políticas com seus familiares, Wanderley, para não romper com eles, se estabelece no Rio de Janeiro, ingressando, por intermédio de amigos, no Ministério Público. Foi juiz de direito em Harmonia e Biguaçu, cidades de Santa Catarina, quando então seu amigo e governador recém-eleito, Argemiro de Figueiredo, lhe convidou para integrar seu governo.

O fomento e a preservação mnemônica a respeito de Wanderley estiveram intimamente ligados com processo de reforma urbana, atuando como parte integrante de uma construção interessada sobre a imagem do então prefeito campinense. É, pois, essencial analisar a memória construída sobre a reforma e o seu mentor, tal como os usos feitos pelo mesmo do processo reformador, buscando construir sua própria imagem perante a população. Para além de simples alterações paisagísticas, é importante salientar as intencionalidades da reforma urbana enquanto construções de marcos memoriais para um momento que deveria ser lembrado.

A problemática da significação dos lugares é levantada por Maurice Halbwachs, em sua obra “A memória coletiva”, propondo o conceito de lembrança, como sendo: “uma reconstrução do passado com a ajuda de dados tomados de empréstimo do presente” (SILVA, 2016, p. 251). De maneira análoga, visando à manutenção de uma “memória coletiva” podemos traçar um paralelo entre a recepção popular e a divulgação do processo

reformista feito pela imprensa jornalística, pautada por uma construção discursiva controlada (FOUCAULT, 1999) vinculada aos interesses do escritor. Isso se torna possível, visto que, como aponta Halbwachs o indivíduo que lembra se insere em um contexto social, sendo, pois, a memória construída a partir de uma referência grupal, em que “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva” (2006, p. 30).

Para entendermos o processo de reforma urbanística campinense torna-se patente a análise conjuntural do país, desde o início da década de 1930, com a ascensão da Revolução de 30 e a subsequente chegada de Getúlio Vargas ao poder. A partir desse período, inicia-se em Campina Grande um período de grandes alterações na paisagem urbana, antes mesmo da chegada de Vergniaud Wanderley a prefeitura, a cidade passa, pois, a integrar o plano de urbanização dos grandes municípios brasileiros, sob o mote do “planejamento urbano” (OLIVEIRA, 2007, p. 22). Inicia-se paulatinamente um processo de adequação do município aos novos padrões de urbanismo, embebidos diretamente de influências europeias e estadunidenses, em consonância com a expansão do capitalismo brasileiro.

Desta feita, os intentos modernizadores das elites políticas e econômicas campinenses em ascensão orbitavam em torno de garantir mudanças estéticas para o que consideravam ser o embelezamento da *urbe*, em adequação com o moderno estilo arquitetônico décor. Era premente a busca por alterações – pelo menos nas áreas mais abastadas – higiênico/sanitárias, visando conter epidemias, uma vez que o crescimento populacional se deu à revelia das condições de infraestrutura da cidade e, corroborando com tais discursos, havia um crescente teor moralista e econômico na busca pela modernização (SOUSA, op. cit., pp. 63 - 64). Podemos observar uma busca por apagar elementos representantes do que, na ótica desses agentes do poder, era arcaico, herdeiro das estruturas coloniais ainda tão presentes na realidade material das cidades.

Essa situação ganhava contornos cada vez mais claros, ao passo que a política federal, sob a égide do trabalhismo getulista, começava a se expandir pelo país, em um regime marcadamente de autoritário. Um dos marcos simbólicos dos interesses reformistas em Campina Grande ocorre em razão da visita, em 1933, do urbanista Nestor de Figueiredo à cidade, fazendo com que afluíssem jornalistas interessados em registrar a opinião dele sobre o que deveria ser feito para modernizar Campina Grande:

[...] procuramos ouvir o dr. Nestor de Figueiredo a respeito do que ele viu em nossa terra e o que é possível fazer para se transformar Campina numa cidade moderna, confortável, que possa atrair turistas, e possa aumentar as possibilidades do grande ritmo de todas as suas surpreendentes atividades (Jornal de Campina nº 2, 05/02/1933, pp. 1-6, apud Ibid., p. 62.).

A reforma urbana campinense tem seu início em janeiro de 1935, quando, seguindo os preceitos da evocada moderna estética urbana, o Decreto Municipal nº 51 é assinado pelo prefeito Antônio Pereira Diniz (OLIVEIRA, op. cit., p. 23). A partir desse momento, como aponta Epaminondas Câmara (apud ARAÚJO, 2010, p. 56), ficou determinado “que fossem mosaicadas as calçadas das ruas centrais da cidade e que teriam de serem assobradadas todas as construções ou reconstruções começadas nas mesmas”. Os intentos da reforma visavam, sobretudo, atender as potencialidades turísticas da empreitada, visto que, a justificativa do decreto baseava-se na expansão econômica e populacional da cidade e na imagem que esta adquiriria no olhar do visitante.

#### “REPRODUZIR A MODERNIDADE”: A IDEOLOGIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Apesar do antecessor de Vergniaud sob a chefia do Executivo municipal, Antônio Pereira Diniz, ter proporcionado o pontapé inicial de um remodelamento urbano em Campina Grande, foi sob a égide de Vergniaud Wanderley, prefeito da cidade em duas ocasiões, que Campina Grande passou por uma total reconfiguração paisagística, sobretudo o centro da cidade. Como prova disso podemos observar que, em 1947, após sua saída definitiva da prefeitura, havia como saldo um elevado crescimento urbano, tanto em área como em população, “a cidade contava com 13.259 prédios, mais de 70 ruas, mais de 300 logradouros públicos, 7 avenidas e 6 praças pavimentadas, período que Campina se consolida como centro regional importante no interior nordestino” (OLIVEIRA, op. cit., p. 26).

Nas eleições realizadas em 9 de setembro de 1935 Wanderley foi indicado candidato à prefeitura de Campina Grande, sendo o representante do consenso para apaziguar as disputas internas do Partido Progressista. Disputando com Lafaiete Cavalcanti, Vergniaud Wanderley era evocado por seus apoiadores como sendo um homem formado, douto nas letras e com experiência de vida e trabalho nas “cidades civilizadas” do sul do Brasil (SOUSA, op. cit., p. 68), características essenciais para

manutenção do processo modernizador iniciado meses antes pelo prefeito Antônio Pereira Diniz.

Wanderley é eleito, sendo empossado em outubro do mesmo ano. A partir de então, tem início sua primeira experiência na chefia do Executivo municipal, permanecendo no poder até 1937, alguns anos depois, em 1940, ele assume novamente a prefeitura, permanecendo até 1945. O então prefeito, desde o seu primeiro mandato, explicitara seus intentos em relação à paisagem campinense, em entrevista ao Diário de Pernambuco (A união, nº 212, 24/09/1935, p.1 apud Ibid, p. 69), declarou:

[...] O casario de Campina Grande, com exceção de alguns edifícios residenciais do tipo *bungalow*, é acanhado e sem o menor gosto arquitetônico. É uma das minhas cogitações estimular a construção de prédios modernos que substituam os casebres inestéticos pelo menos na principal artéria da cidade [a Rua Maciel Pinheiro].

Por essa razão, desde o seu primeiro momento a frente da administração do município, Vergniaud Wanderley dedicou esforços para imprimir nos ares citadinos sua visão de uma cidade moderna, adequada aos auspícios das elites locais em ascensão. Desta feita, empreendeu um amplo movimento de desapropriação de prédios e casas, buscando alinhar ruas e avenidas. Entretanto, de maneira diversa do que ocorreu no Rio de Janeiro, por exemplo, onde as camadas mais baixas da hierarquia social foram as mais atingidas pelo processo reformador, os entraves de Wanderley para as modificações pretendidas tornaram-se alvo de grandes confusões na época.

Ocorreu que, na reforma urbana carioca, o foco nas derrubadas dos cortiços, atingiu majoritariamente as camadas subalternas da população, Conforme explicitado por Araújo (2010, p. 62): “o projeto higienizador realizado no Rio de Janeiro, pautado na demolição dos cortiços, atingiu, sobretudo, as classes pobres, sendo expulsas das áreas centrais e desolando-se em direção aos morros”. Contudo, “no caso de Campina Grande foi bem diferente. A região central abrigava famílias ricas e a imperiosa necessidade de mudança tomada por Vergniaud foi realizada debaixo de muita polêmica” (CLEOBLO, 2005, p. 21).

As mudanças arquitetônicas postas em voga por Wanderley possuíam, para além do aspecto de modernização e de embelezamento ventilado pelo discurso do mesmo, um objetivo claro para a consolidação de uma nova ordem, instaurada após a ascensão da Revolução de 30. Por essa razão, tendo a vista o processo de solidificação da classe dos grandes comerciantes, postura consonante com o capitalismo em fase de expansão no

país, os impactos da reforma para a principal artéria da cidade, a Rua Maciel Pinheiro, reduto das famílias mais tradicionais da cidade, representaram, no plano simbólico, a derrocada das antigas oligarquias agrárias (VERAS, 1988, p. 11).

A busca por uma unicidade imagética dos centros urbanos brasileiros mostrava-se como ânsia premente, uma vez que, “com o governo populista de Getúlio Vargas, havia uma necessidade de redefinir o espaço, necessidade essa ligada aos interesses centralizadores que visavam destruir as regionalidades e construir ao mesmo tempo, uma imagem uniformizada do país” (Ibid., p. 22). O progresso era apresentado pelas autoridades políticas como uma necessidade nacional, pauta de um governo interessado em sedimentar no Brasil o capitalismo e o fomento de uma ordem burguesa, fatores visto como fundamentais para inclusão do país na economia global.

## IMPLICAÇÕES SIMBÓLICAS E MNEMÔNICAS DO PROCESSO MODERNIZADOR

Desta feita, ao passo que as antigas famílias ricas e tradicionais perdiam seu espaço político, passavam, igualmente, por uma derrota simbólica, declinando seus domínios espaciais, sua arquitetura e sua cultura baseada em traços provinciais que deveriam ser abolidos pelos ares modernos da nova *urbe*. A busca por esses valores burgueses modernos foi ganhando contornos iminentemente conflituosos, uma vez que Vergniaud Wanderley explicitava cada vez mais seu caráter de “ditador-realizador” (Ibid., p. 10).

De maneira análoga, a memória dominante, propalada pelos letrados e apoiadores da reforma, passa a colidir com as ressentidas lembranças dos que tiveram suas habitações e seu estilo de vida modificados por Wanderley, visto que:

[...] além de famílias pobres que moravam nos becos, em suas partes centrais e adjacências, teve-se a demolição, em alguns casos de forma deliberadamente arbitraria de antigos casarões pertencentes a famílias tradicionais da cidade e armazéns e prédios de grandes comerciantes e novos ricos (SOUSA, op. cit., p. 78).

A truculência do processo de reorganização urbanística torna-se notória a partir tanto dos relatos populares, como pelas próprias palavras do timoneiro desse processo. Em entrevista concedida para Ronaldo Dinoá (apud Sousa, p. 78), Wanderley deixa claro:

[...] houve muitos conflitos, que terminavam sempre resolvidos satisfatoriamente. [...], entretanto, a desapropriação da casa de Pedro do Egito, foi a única que levei a juízo, em virtude da sua obstinação em não querer entrar em acordo. Apesar disto, logo que foi pagar a desapropriação em juízo, houve um incidente, porque não esperando pelo recurso do tribunal, que o mesmo tinha direito, mandei derrubar na calada da noite o referido prédio.

Anos depois, em 1979, ao conceder uma entrevista ao Diário da Borborema, o ex-prefeito evoca a si mesmo como grande mentor do processo de reforma urbana, buscando se colocar como o reflexo da modernização, o gosto moderno e refinado entendido como característica dele e que havia respingado na cidade por sua influência. Ele afirma:

Ao fazer a reforma que você acaba de citar, e que é de conhecimento de todos que aquela época habitavam a nossa urbes, eu vislumbrei a hipótese de Campina tornar-se até mesmo a Capital do nosso Estado, por isso mesmo, iniciei uma reforma urbanística que apesar das dificuldades da época, foi dada a um bom termo posso assim dizer, por que as bases, as preliminares, as coordenadas do grande desenvolvimento foram traçadas naquela época por mim, e hoje, ao voltar aqui após anos de ausência de que eu muito me penitencio, eu encontrei Campina em pleno desenvolvimento, [...] de forma que, eu só tenho de me orgulhar daqueles passos, daquelas medidas que tomei, fazendo com que aquela um pouco desenvolvida da época, se tornasse hoje essa verdadeira Capital do Centro do Nordeste Brasileiro.  
(Disponível em: <http://cgretalhos.blogspot.com/2009/08/vergniaud-wanderley.html#links> )

O uso excessivo da primeira pessoa, marca do discurso supracitado, explicita bem a visão que o antigo prefeito tinha de si mesmo e da sua responsabilidade em guiar a reforma segundo seus auspícios pessoais, amalgamados com os interesses políticos e econômicos entrelaçados a sua figura. Vergniaud Wanderley, em conluio com as elites políticas e econômicas em ascensão, tornava Campina Grande como fruto de seu reflexo auto imposto ao novo modelo de *urbe* nascente, prova disso tem-se, especialmente, em dois momentos da sua gestão.

Em primeiro lugar, uma das medidas essenciais tomadas pelo prefeito para que “não mais o esquecessem” (SOUSA, op. cit., p. 70) foi a construção do Grande Hotel, um processo eivado de significações e simbolismos, pois a construção de um suntuoso hotel era um atestado de progresso e modernização, sobretudo aos olhos dos visitantes. Além disso, o hotel, construído como um símile de arranha-céu, tornou-se o monumento mais alto da cidade, rivalizando com a Igreja do Rosário. Vergniaud, desde sua campanha em 1935, nunca escondeu seu ateísmo da população, logo, a construção de uma obra

arquitetônica secular que pudesse rivalizar com o vislumbre da principal igreja da cidade na época refletia os credos do prefeito, tal como desligava a cidade de um provincianismo religioso das antigas famílias tradicionais.

Concomitantemente, Wanderley buscava romper com os laços paisagísticos das antigas elites agrárias no campo da memória e da significação das localidades citadinas. Aspecto esse essencial para “a construção do mito Vergniaud Wanderley” (Ibid., p. 76), visto que, como aponta Halbwachs, para o processo de lembrança:

Não basta reconstituir pedaço por pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta constituição funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, por que elas estão sempre passando destes para aqueles e vice-versa (HALBWACHS, 2006, p. 39).

Observa-se, pois, que as memórias, para serem lembradas, evocam a importância de gatilhos no entorno da realidade dos indivíduos, sejam objetos materiais ou imateriais. A importância simbólica memorial da reforma consiste, sobretudo, no aspecto da rememoração, a supressão do velho e a ode ao novo. Por essa razão, Vergniaud buscou desmontar (ou inibir) símbolos seculares anteriores e exaltar outros elementos representantes do novo, como exemplo disso: há a reordenação da estátua de João Pessoa para o sul do centro, local onde as novas elites se instalavam, evocando todo o simbolismo da figura do ex-presidente, personagem central dos desenlaces predecessores da Revolução de 30 e mártir construído para atender aos intentos sedentos de poder da Aliança Liberal (AIRES, 2013).

Além disso, a retirada da Praça Epitácio Pessoa, tal como a estátua do mesmo, da Maciel Pinheiro (centro da vida comercial campinense), atrelado à marginalização e a busca por esconder a casa do ex-prefeito Cristiano Lauritzen, construída em um estilo arquitetônico colonial, evidenciam a necessidade premente sentida por Vergniaud Wanderley em escamotear a memória dos antigos chefes da política oligárquica estadual das décadas anteriores. A década de 30, sobretudo em razão da ascensão de Vargas ao poder, é um período de disputas de memória constantes (AIRES, op. cit.), onde uma nova organização social, marcada pela ascensão das classes médias e do proletariado urbano, se impõe na busca por consolidar-se em detrimento de uma velha ordem à ser esquecida ou descredibilizada.

Dessa forma, criou-se uma percepção, encabeçada pelas novas elites, a respeito do processo de remodelamento urbanístico como contraponto as ressentidas memórias dos detentores de casarões na, agora renovada, Maciel Pinheiro. De um lado, podemos observar o depoimento de Esmeraldina Agra (apud VERAS, op. cit., p. 27), moradora que sofreu com as desapropriações da chamada Rua Grande:

[...] Você entenda que não sou contra o progresso, tá entendendo? Mas o prefeito devia fazer uma exceção e ouvir o pessoal da cidade, por que a pessoa ser um “ditador”, ser uma “mão de ferro”? [...] E eu, na minha idade, pelo que ouvi e pelo que senti, dentre todos os prefeitos de Campina Grande, o único que conheci, ele foi o único prefeito que se considerou o “dono do mundo” e o “ditador”. (Grifos nossos)

Uma rememoração eivada de subjetividade e de um sentimento de perda, revolta e insatisfação com uma reforma urbanística, lembrada pelo autoritarismo do seu condutor que, na ótica dos afetados por ela, sequestrou traços da cultura, da vivência e interferiu ditatorialmente no cotidiano de centenas de habitantes. Considera-se que “a implementação de tais obras tinha efeitos práticos sobre o cotidiano e os hábitos da população, dando uma dimensão política e social a um dispositivo que se queria técnico e neutro” (ARAÚJO, 2010, p. 58)

Em oposição ao ressentimento dos que sentiam a perda, o advogado e cronista Hortênsio Ribeiro deixou um registro sobre sua visita a construção em andamento do Grande Hotel (A Imprensa, nº 4, 24/02/1937 apud SOUSA, op. cit., p. 73):

[...] graças aos esforços do prefeito Vergniaud Vanderlei (sic) que não come nem dorme, absorvido inteiramente pelo pensamento de dotar Campina Grande de um hotel compatível com o desenvolvimento e progresso da cartaginesa cidade do sertão.

Ao passo que as memórias de D. Esmeraldina Agra Ramos apresentam-se como elementos de uma dimensão simbólica da derrota das tradicionais famílias locais, o discurso interessado de Ribeiro eiva de heroísmo a figura de Vergniaud, construindo um discurso dominante, pois se baseava na autoridade do saber do advogado, servindo como um contraponto a memória que os habitantes do centro de Campina tinham do seu “algoz”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos, pois, que a reforma urbana campinense se situa dialeticamente entre a resistência memorial daqueles que se sentiram afetados pelo autoritarismo do processo e o apoio dos letrados, sobretudo, das novas elites econômicas em ascensão. Atrelando isso a própria figura do prefeito que buscava angariar para si o mote de condutor da modernização de Campina Grande. “Assim como Vergniaud se via refletido elegantemente no espelho, com seus trajes impecáveis e seu rosto barbeado, também assim deveria ser a cidade por ele governada: alinhada, cheirosa, apresentável”(VERAS, op. cit., p. 30), a cidade passa a ser moldada sob os auspícios do “ideário burguês” da figura do chefe do executivo municipal e seu aliados políticos e econômicos.

A nova *urbe* nascente deveria pautar-se em um modelo citadino que dispensava a estética rural e provinciana para dar lugar à alvenaria e os estilos arquitetônicos novos. O prefeito, a sua própria imagem de homem viajado e moderno, queria ver refletido na cidade o progresso (VERAS, op. cit.), sobretudo sob o olhar do visitante, vide a importância simbólica do Grande Hotel. A elevação de um suntuoso edifício para ser sede da Prefeitura Municipal, capaz de impressionar aos que visitavam, evocava a autoridade e o papel centralizador desse “pequeno monarca”, dotando seu empreendimento de dimensões até então inéditas, minorando a influência das relações pessoais e político-partidárias na busca por dotar Campina Grande de uma imagem do progresso, a frente de um governo forte “Vergniaud pôde agir livre e arbitrariamente [...], não poupando nem novos, ricos nem pobres” (SOUSA, op. cit., p. 78).

De maneira análoga, vemos o relato de Epaminondas Câmara que deixa explícita sua visão sobre os acontecidos ao dispensar méritos ao prefeito “incompreendido”, endossando as batalhas de memórias no seio do processo: “não obstante os embaraços a que teve de enfrentar, oriundos das próprias condições ambientes e da incompreensão do povo” (apud SOUSA, op. cit., p. 79). Corroborando com a oficialidade do discurso, ele trata dos descontentes com o processo como pessoas que não o compreendiam (seja por incapacidade ou falta de vontade), em uma busca por deslegitimar o discurso opositor dos que se sentiram afetados.

O período, pois, dos dois mandatos de Vergniaud Wanderley é marcado “no imaginário local por uma forte ideia de progresso” (VERAS, op. cit., p 62), nota-se um vertiginoso crescimento urbano amalgamado com a destruição e substituição do passado e dos seus símbolos. A reforma ocorria de acordo com necessidades e interesses em uma

busca por extirpar (ou se não, torná-la secundária) a lembrança do passado. Para isso, se fez necessário à construção de um discurso pautado na retaliação do pretérito onde, os interessados na busca por tal progresso, escamoteiam as memórias e os símbolos do velho e, por sua vez, constroem novas simbologias, odes ao desenvolvimento e uma imagem positiva da modernidade ao seu sabor.

Para a consolidação desse processo, torna-se necessário a ereção de novos símbolos, novas figuras, que auxiliem no processo de rememoração e construção de uma memória coletiva, esta que é, por sua vez, pautada pela importância da memória individual em consonância com a dos outros indivíduos do grupo (LEAL, 2012). Observamos, pois, a ereção de novos monumentos; a derrubada dos velhos casarões (símbolos das velhas oligarquias); a evocação da imagem do prefeito condutor da reforma, seja no próprio processo de uma reforma auto refletida, seja pela construção de um discurso dos letrados sobre sua figura e a importância de sua atuação; a retirada de bustos e estátuas representativas do passado político do município e a centralização das figuras representantes do período vivido. Tais elementos, amalgamados, tornaram-se essenciais para que lembranças sejam reconstruídas e reconhecidas pelos membros da sociedade, o fomento de uma “memória histórica” evocando sentimentos de pertencimento grupal, nesse caso, de uma identidade entre os munícipes.

## REFERÊNCIAS

- AIRES, José Luciano de Queiroz. *A fabricação do mito João Pessoa: batalhas de memória na Paraíba (1930-1945)*. Campina Grande: EDUFCEG, 2013.
- ARAÚJO, Silvera Vieira de. *Dispensando o feioso: a construção da higiene estética de Campina Grande (1930-1960)*. Mestrado em História. Campina Grande: UFCG, 2010.
- CLEOBLO, João Marcelo Gomes. *De Vergniaud à Cássio Cunha Lima. Campina Grande e seus surtos de remodelação urbana*. Campina Grande: UEPB-CEDUC (Especialização em História do Brasil), 2005
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: 5ª ed. São Paulo: Loyola, 1999.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória Coletiva*. Trad. De Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.
- LEAL, Luana Aparecida Matos. *Memória, rememoração e lembrança em Maurice Halbwachs*. Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade. Bahia: UESB, 2012.

OLIVEIRA, Júlio César Mélo de. **Campina Grande: a cidade se consolida no século XX**. João Pessoa - PB. UFPB, 2007. Monografia em Geografia. João Pessoa – PB: UFPB, 2007.

SILVA, Giuslane Francisca da. **Resenha de A memória coletiva**. Aedos, Porto Alegre, v. 8, n. 18, p. 247-253, Ago. 2016.

SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de. **Campina Grande: cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945)**. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, Volume 23, nº 46, 2003, pp 61-92

VERAS, Cassandra Carmo de Lima. **O espelho de Narciso: urna visão histórica das transformações urbanas em Campina Grande (1935-1945)**. Bacharelado em História. Campina Grande: UFPB Campus – II, 1988.

Entrevista concedida por Vergniaud Wanderley ao Diário da Borborema em 08 de julho de 1979. Disponível em: <http://cgretalhos.blogspot.com/2009/08/vergniaud-wanderley.html#links>. Consultado em: 28 de maio de 2019

## Lentes e memória: As subjetividades nos álbuns de fotografia de três mulheres brasileiras e suas famílias

Kathleen Loureiro Santana dos Reis  
Universidade Federal de Uberlândia  
kathleenloureiro@outlook.com

O presente artigo pretende abordar as relações entre memória, história e construção de imagem a partir das concepções e álbuns de família de três mulheres de gerações e lugares diferentes, onde suas experiências com a fotografia são marcadas profundamente por seus contextos. Desenvolvendo a partir das obras de Certeau (2008) e Bazin (1999), a proposta, quase experimental, é compreender quais as possibilidades e dificuldades que essas mulheres tiveram para registrar a memória de suas vidas e de que maneira essas memórias são ressignificadas e sofrem manutenção pelo revisitar.

Palavras-chave: Fotografia; Mulheres; Memória.

## INTRODUÇÃO: A INTELLECTUALIDADE FRENTE AS LENTES FRIAS

O intelectual alemão Walter Benjamin publicou em 1936 o texto *A obra de arte no tempo da sua reprodutibilidade técnica*, nos momentos em que sentia com grande sensibilidade as atrocidades provocadas pelo avanço do fascismo e seus dispositivos. Nos aponta que o avanço da tecnologia moderna, provocada pela infraestrutura capitalista, esmagava os trabalhos manuais e teria trazido uma capacidade maior de reprodutibilidade, principalmente a partir do século XIX, em todas as instâncias da vida humana, inclusive, nas artes. A reprodução de obras de arte era algo comum anteriormente às sociedades modernas, como o caso da fundição e da cunhagem, mas o novo fenômeno é a reprodutibilidade técnica da obra de arte, realizada por máquinas frias. Para o autor, essa frieza fantasmagórica da reprodutibilidade da arte impediu que ela pudesse se expressar e expressar sua aura.

Para Benjamin, a aura do objeto de arte, ou seja, sua originalidade, foi usurpada pela transformação técnica da fotografia. As lentes frias das máquinas da fotografia e do cinema inibiram a possibilidade da obra de arte de existir em sua totalidade, que indicaria o lugar, as sensibilidades, a presença do autor e a relação da obra/autor com quem aprecia a obra. Dessa forma, é impossível que a reprodutibilidade técnica da arte possa transmitir o sensível, o autêntico, o íntimo.

A individualidade e singularidade da obra de arte não poderia ser simplesmente reproduzida pelas lentes frias da fotografia. A autenticidade que era garantida às obras de pintura, por exemplo, era valorizada e legitimada pelo esforço do tempo presente. A aura era trazida como “aqui e agora”, refletido dentro da obra de arte. Esse “aqui e agora” se anunciava nas obras a partir de sua história, constituição material, as tradições, as relações de propriedade que foram empenhadas para a produção da obra em si. A fotografia representava a massificação das obras de arte, sendo assim, o cinema (fotografias em sequência) se torna o principal meio de massificação das obras de arte, tudo pode ser re-reproduzido, recopiado, etc.

Outro ponto crucial para Benjamin, é em relação ao valor da obra de arte, que também está ligado à função social em que a obra cumpre para aqueles que apreciam. De valor de culto, para valor de exibição, a reprodutibilidade técnica significa o deslocamento do aqui e do agora/tempo presente da obra de arte, tornando consumo, mercadoria. O valor de exibição da obra a torna “arte pela arte”, rejeitando a função social da arte. O valor de culto estava ligado, segundo o autor, com as tradições e certo teor

místico que a eram garantidos pelas subjetividades do artista, produzidas unicamente uma vez em apenas uma obra de arte.

A reproduzibilidade técnica envolvendo a fotografia tornou a obra de arte sem aura, sem autonomia e sem autenticidade. Para Benjamin, a fotografia e o cinema produziram uma standardização da obra de arte, e submeteram os agora consumidores em um processo de repetição, reprodução e consumo. O autor indica que a sociedade se constitui pela carência de cópias, posses e reprodução, visto que, possuem uma necessidade sufocante de consumo.

A escola de Frankfurt desde 1930 se empenhou em estudar as culturas visuais/midiáticas e cunharam a expressão “indústria cultural” para designar toda produção cultural que emergia e era direcionada para as massas. Douglas Kellner em *A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno* (2001), indica diversas limitações acerca do modelo clássico de análise da indústria cultural, pois devemos levar em conta a análise empírica e concreta de todas as interações econômica, social e de produção da indústria da mídia com outras instituições e sujeitos sociais, que fogem da institucionalidade (KELLNER, 2001, p. 44).

É um dos pontos fundamentais trazidos por Kellner que se aplica a maneira como olhamos para as fotografias, a fotografia e os álbuns de família e que nos referenciamos para escrever o presente artigo, é a necessidade de entender “a cultura como um espectro” e aplicar “semelhantes métodos críticos a todas as produções culturais que vão desde a opera até a música popular, desde a literatura modernista até as novelas” (KELLNER, 2001, p. 45). Ou seja, a fotografia em geral carrega em si dispositivos de diversas origens, analisamos as suas formas de criação, interação e contextos respeitando o modo como uma produção cultural extensa e modificada ao longo dos anos por instituições ou sujeitos não profissionais.

Em *A invenção do cotidiano* (1994), o historiador Michel de Certeau, escreve a partir da preocupação com o que se fabrica após/durante o consumo de objetos/práticas cotidianas pelos consumidores/pessoas comuns. Há em primeiro momento uma interrogação sobre as práticas cotidianas (uso de mídias, processos, produtos alimentícios, de arte, de necessidade, etc.)

Uma extensão autoritária, da fabricação, não permite a marcação desses fazeres pelos consumidores, como indicado pelos intelectuais da escola de Frankfurt, há “uma produção racionalizada, expansionista além de centralizada, barulhenta e espetacular”: o consumo. Essas indústrias de consumo tentam especificar esquemas de operações e como

se operam. Contudo, essas maneiras de fazer regulam em um primeiro nível, apenas o do contato, porém, depois se abre um espaço para as pluralidades e criatividade, que podem se chamar de operações de (re)emprego, os consumidores criam um jogo para as maneiras de utilizar determinado produto/cultura. Deste modo, os marcadores que seriam colocados para apenas um modo de fazer, são reintegrados e “o cotidiano se inventa com mil maneiras de caça não autorizada” (CERTEAU, 1994, p. 87).

Nessa trama de consumo e consumidor, há uma manipulação pelos praticantes que não fabricam os produtos, isto é, há uma reapropriação dos sentidos dos usos e fazeres após a apropriação de determinado produto/ação, a constituição de novas *maneiras de fazer*. Ante a barulhenta indústria de consumo, os consumidores criam uma produção “astuciosa, dispersa e quase invisível, pois não se faz notar com produtor próprio, mas nas maneiras de empregar os produtos impostos por uma ordem econômica dominante”

Outro ponto em que podemos ler Certeau discordando da Teoria Crítica é frente ao que ele coloca como o “enigma do consumidor esfinge”: esse consumidor que não responde e não produz nada a partir “do que vê na tv”. Para a Teoria Crítica, segundo Certeau, esse consumidor apenas se informa e absorve/compra o que, no caso, a produção fonográfica oferece/vende, de maneira impositiva e assertiva. Não há possibilidade de clandestinidade para esse consumidor, que é o argumento central da obra de Certeau: a possibilidade de bricolagem dos consumidores. A constituição de uma arte que se produz “de utilizar aquilo que lhe são impostos” (CERTEAU, 1994, p. 90).

Segundo Certeau, a força estratégica do dominador/capitalista que organiza o sistema de produtividade e da divisão do tempo em que estamos inseridos é extremamente potente. Porém, apesar de qualificarem e categorizarem os elementos que são inicialmente regulados institucionalmente, não conseguem alcançar a formalidade das práticas/usos, estão longe da esfera da “a atividade de fazer com” (CERTEAU, 1994, p.92). Estão inseridos em uma relação de poder referencial a sua visibilidade, portanto, ficam fora dos cantos dos consumidores e de onde há uma circulação de novas formas de usos/práticas. Enquanto, nos cantos, os que estão do outro lado da relação consumista, reagem com táticas. Se movimentam a partir das falhas que “as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário (CERTEAU, 1994, p.95).

A astúcia dos consumidores em subverter aquilo que é dado e esquematizado é o que a obra de Michel de Certeau traz. Possibilidades, diferente do proposto pela Teoria Crítica de Frankfurt, de mostrar as mudanças/as relações/os usos/as práticas subvertidas daqueles que são considerados dominados (ou consumidores). Subverter aquilo que é

ensinado, propagado, exposto e vendido para um novo uso, assimilar e reapropriar para uma nova prática, “trata-se de combates ou de jogos entre o forte e o fraco, e das ‘ações’ que o fraco pode empreender” (CERTEAU, 1994, p.91).

A obra abaixo é da artista Rosana Paulino, doutora em artes visuais pela ECA-USP. Exposta na Pinacoteca do Estado de São Paulo no ano de 2016 traz consigo, além da criatividade da artista, uma reflexão acerca dos lugares de visibilidade e reconhecimento das pessoas negras, das famílias negras. O bordado (lugar doméstico) se conflui com as fotografias posadas para fotógrafos (lugar público) a fim de criar uma *Parede da memória* (imagem 1), obra está que teve início em 1994 e foi finalizada apenas no ano de 2015. Composta por pequenas bolsas almofadas com impressões fotográficas em cima, chegou a contar com mais almofadinhas, que foram perdidas e recuperadas diversas vezes conforme transitou em exposições e casas da família de Rosana Paulino.



*Imagem 1- patuás da obra de PAULINO, Rosana. Paerde de Memória. Tecido, microfibra. Formato de 173,5 x 724 x 2, 1994-2015. Retirado da exposição na Pinacoteca de São Paulo, 2016. Disponível no site: [http://pinacoteca.org.br/wp-content/uploads/2019/07/AF\\_ROSANAPA](http://pinacoteca.org.br/wp-content/uploads/2019/07/AF_ROSANAPA)*

É possível, portanto, afirmar que a fotografia e o cinema não condenam o autor/consumidor/apreciador da obra em apenas uma relação maniqueísta de dominador-dominador, criador-alienado. A obra proposta por Rosana Paulino escolhe por autenticidade os retratos de família. Homens e mulheres, jovens e idosos, posando para as fotos e compondo, anos mais tarde, a parede da memória em trouxinhas bordadas. Patuás de proteção e ancestralidade. A obra em si, apesar da livre criatividade da autora, foi proposta e pensada para atingir certas notas a quem olha e admira, entretanto, a autora só consegue atingir o primeiro nível, o nível de contato, o que as pessoas que transitaram pela Pinacoteca do Estado de São Paulo pensaram ao passar pela obra, o que esse texto está fazendo com ela, não é mais controle da artista.

Artistas da arte contemporânea brasileira se propõem a incluir em suas obras diversas fotografias de família, que outrora, foram tiradas por quem nem de artista é denominado. As fotografias não institucionalizadas, sem cursos técnicos e superiores, são arte?

A pesquisa seguiu questionando o lugar da fotografia no ambiente familiar, o popular, e como três mulheres de gerações e lugares diferentes lidaram com o processo de tiragem e armazenamento de diversas fotografias das suas respectivas famílias.

O objetivo do artigo, apresentado como trabalho final para a disciplina de História e Cultura Popular, sob orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivete Almeida, é investigar as possibilidades de distorção, de subversão, de construção de identidade e de subjetividades que estão nas mãos de três mulheres comuns, anônimas às lentes da indústria da mídia, e que puderam estipular novos modos de fazer e de atuar com as lentes de suas próprias câmeras. Além disso, o presente artigo possibilitou a feitura da produção audiovisual *Lentes e Memórias*, disponível no link <https://www.youtube.com/watch?v=y3Bmafgo2sg&t=274s>.

#### PARA QUANDO QUISER ANDAR SOB O INFINITO: QUESTÕES DE MEMÓRIA, AUTONOMIA E FOTOGRAFIA.

Ao longo da pesquisa para esse trabalho, pensamos em algumas questões para selecionar as pessoas para serem entrevistadas. Buscamos pessoas em nossa comunidade que, porventura, guardam em suas casas as fotografias da família, e após selecionadas, tentamos criar uma linha de análise entre elas. Conversei com três mulheres de gerações diferentes, de cidades diferentes, que responderam questões iniciais iguais. Escolhi primeiramente Kátia Silene Loureiro da Silva, nascida no ano de 1968, na cidade de São Paulo – SP, que por essa razão pode ter tido contato com a indústria midiática, o cinema e os aparelhos midiáticos desde sua adolescência, por conta da cosmopolita capital do estado paulista. Kátia mora atualmente na região de São Miguel Paulista, Zona Leste da cidade. Estudou pelo supletivo e pôde realizar alguns cursos profissionalizantes ainda na década de 1980.

A outra mulher entrevistada foi Cléria Ferreira, que nasceu em 1971, na região rural de Lagoa Formosa, e se mudou para a cidade de Uberlândia na década de 1980, não completou os estudos, pôde apenas estudar até a 4<sup>o</sup> série. Atualmente mora no bairro Nossa Senhora das Graças, região norte da cidade mineira. Por fim, de outra geração,

entrevistei a Mariana Rezende Machado, de 1997, nasceu e reside atualmente na cidade de Uberlândia e é historiadora pela Universidade Federal de Uberlândia, seu principal contato com a fotografia é o celular e as mídias digitais, como a maioria das pessoas que possuem um smartphone.

Realizamos com Mariana e Cléria uma entrevista pessoalmente, conversando sobre as fotografias de família que elas possuem guardadas. Com Kátia, realizei a entrevista por videochamada, com ela selecionando da casa dela fotografias que se referenciavam as respostas das quais ela dizia.

As entrevistas duraram em torno de 1 hora, conforme as entrevistadas se sentiam à vontade para comentar e motivadas a conversar sobre fotografia e fotografias. Algumas questões foram inicialmente tratadas iguais para as três e depois, ao longo das respostas de cada uma, realizando outras perguntas. As perguntas iniciais foram: 1) Quando começou a sua relação com a fotografia?; 2) O que você acha de fotografias?; 3) você costumava fotografar e revelar? Se sim, parou de revelar em algum momento?; 4) Você guarda fotografias? Se sim, o que isso significa para você?; 5) O que você acha da relação das fotografias com a memória?

Kátia Silene, a primeira entrevistada em um dos áudios relaciona a fotografia com a experiência de uma certa eternidade do papel fotográfico e a ação de guarda-los:

“Bom, fotografias, eu acho que é algo muito importante que, que existe, para gente desde que foi inventado, né, a primeira máquina fotográfica. Porque são, hm, é algo que a gente pode guardar para sempre na nossa vida, não só no momento, que é muito engraçado tirar a foto no momento, mas a gente tem isso muitos e muitos anos como recordação”.

A resposta da Cléria:

“Interessante como lembrança (...) ajuda a lembrar das coisas, lembrar das coisas, mas lembrar das coisas com mais clareza (...) Tinha, agora não tem mais não [costume de revelar fotos] (risos). Gosto de guardar fotos (...) [gosta de mexer nas fotos antigas]. É de vez em quando, mas é muito raro, né, (risos), mas eu gosto de saber que quando quiser ver ela tá lá”.

Segundo André Bazin (1991, p. 122), a manutenção das aparências é algo fundamental para o fortalecimento da memória. E isso foi acentuado pela invenção da fotografia, que pôde garantir aos seres humanos uma dimensão atemporal, um “destino atemporal autônomo”. Esse lugar do infinito, onde é possível reaver sempre que quiser,

guardando para sempre e fortificando a memória sobre o que já se passou. Isso é visível nos depoimentos anteriores, a sensação de que as fotografias podem trazer para sempre lembranças e sentimentos, mesmo que, ao longo da entrevista, as duas foram confrontadas com fotografias das quais haviam pessoas que elas não se recordavam, lugares desconhecidos ou pouco visitados. Essas duas mulheres também refletiram sobre quando começaram a tirar fotografias:

“É. No tempo que se revelava as fotos, nossas, eu tirava muitas e muitas. E mandava revelar todos os filmes. Eram 12, 24, às vezes até 36 fotos. Eu gostava muito de mandar revelar (...). Eu comecei a tirar fotos na adolescência, né, que eu ganhei uma máquina de uma tia bem distante (...), daquelas que saía a foto na hora. Eu nem sei se existe essa máquina ainda hoje, mas era muito bom. Minha primeira máquina (...) era nossa alegria, aí ia tirando foto de tudo que a gente via que estava bom, eu tava lá tirando” (Kátia Silene Loureiro da Silva).

“[E quando você começou a fotografar?] A partir do momento que eu tive condições (risos) (...). Na roça era bem pouco que tirava foto, máquina naquela época era raro, né, ninguém tinha” (Cléria Ferreira).

Duas mulheres que nasceram em anos próximos, mas que tiveram o contato completamente diferente com a fotografia, por conta dos espaços onde cresceram. Kátia Silva, apesar da condição de renda baixa, durante toda sua vida, dividindo a casa com vários irmãos e os pais, teve ainda na sua adolescência uma máquina fotográfica modelo instantâneo da marca Polaroid. Por outro lado, Cléria Ferreira, ao longo de sua infância e adolescência não teve contato com máquinas e fotografias. É perceptível o quão as experiências dessas mulheres foram marcadas pelo espaço geográfico. Kátia Silva possui em uma certa quantidade fotografias antigas, de quando era criança, ainda em preto e branco. Enquanto as fotografias dos álbuns de Cléria Ferreira são datadas a partir do momento em que ela se mudou para Uberlândia e se casou nos anos de 1990. Um fato interessante é que tanto as fotografias de Kátia quanto de Cléria que foram tiradas no período de 1990-1993, possuem em suas revelações a indicação de ano que foram tiradas.

Kátia ainda diz sobre as fotografias:

“Eu gosto de rever fotos antigas, gosto muito. É uma boa lembrança que a gente tem de poder viver mentalmente, né, lembrar tudo aquilo que a gente passou pessoas que a gente conheceu pessoas que estavam nas nossas vidas, é muito bom. Porque na verdade as fotografias são sempre de momentos bons, né. Momentos de lugar que a gente passou, pessoas que a gente conheceu (...)”

Dessa forma, podemos pensar na relação que a fotografia tem com a consciência histórica. Kátia Silva entende que olhar para as fotografias antigas podem “reviver mentalmente” uma lembrança, daquilo em que ela viveu, conheceu e experimentou ao longo dos seus 52 anos de idade. Refletindo acerca das possibilidades enquanto formação em história, é possível usar essas ferramentas para que as pessoas compreendam que possuem história, como Kátia diz a seguir:

“E guardar essas fotos é algo muito importante na nossa vida, porque afinal de conta é uma história né, mas história da nossa vida, uma história de pessoas que passou pela gente, de pessoas que a gente conheceu, de família, pessoas que a gente gostou. É algo que pertence a nossa história, o que a gente, vai levar, vai levar para o resto da nossa vida, e às vezes até de geração para geração”.

A entrevista com Mariana Machado não foge bruscamente de algumas constatações que Kátia Silva e Cléria Ferreira fazem, a historiadora também indica que gosta muito de tirar fotografias, conta como a fotografia também pode fazer uma ação direta em relação ao fortalecimento da memória. Para elas as fotografias podem auxiliar no processo de identificação e pertencimento à família.

“Isso aqui, olha [mostrando fotografias], os homens sentados jogando truco, fazendo churrasco. Isso é algo que na minha família sempre teve (...). Aqui, minha tataravó, avó (...). Então nas fotos eu consigo identificar de onde eu venho, quem eu sou, quem faz parte da minha vida, quem fez antes de eu nascer, desde sempre (...). O meu avô ele tem alzheimer, e ele já está doente há muito tempo, mas quando ele vê aquela foto ali (*aponta*), que tem ele e meu pai parado na frente do caminhão, ele se reconhece. Ele se reconhece nessa foto [mostrando a fotografia]. Aí ele vê ele, o caminhão, meu pai que trabalhou com ele a vida inteira. Então, assim, a pessoa não tem o registro da memória recente, mas ela vê isso aqui [segurando a fotografia] e consegue identificar de novo quem ela é, de onde ela veio”

Mariana Machado compreende que seu avô que possui uma doença que ataca prontamente a memória, consegue estabelecer contato com a família e a memória passada a partir da fotografia, entendendo de onde vem, a qual grupo pertence. Um dos pontos que a entrevista com a Machado difere do que foi trabalho com Kátia Silva e Cléria Ferreira foi em relação ao sentimento de pertencimento que indica antepassados, ancestralidade. Mariana dá uma atenção maior para os que vieram antes e estão nas fotografias: “Então nas fotos eu consigo identificar de onde eu venho, quem eu sou, quem

faz parte da minha vida, quem fez antes de eu nascer, desde sempre”. Enquanto Kátia, por exemplo, indica as fotografias de quando ela era adolescente para vida adulta, das pessoas que passaram por sua vida, não as que necessariamente compunham a família antes dela nascer. Talvez por conta da geração de 1960-1970 ser agraciada com a popularização das indústrias das máquinas fotográficas, das imagens, o que não ocorreu com as gerações anteriores. Ainda, vale lembrar que quanto mais longe das regiões do eixo São Paulo – Rio de Janeiro, maior a dificuldade de acesso.

Outro ponto, tocado por todas é o que tange a acessibilidade hoje em dia em tirar e revelar fotos. Apesar de muitas não fazerem, Mariana ainda revela fotos que tira com os amigos e familiares, seus álbuns não são apenas de quando era criança, mas acompanham sua trajetória. A internet/celulares, segundo Kátia, é bastante útil para guardar as fotografias, que hoje em dia podem ser tiradas de qualquer lugar, em qualquer hora, basta iluminação e bateria completa no celular. Mariana e Cléria indicam uma preocupação em relação a possibilidade de perda dessas fotos, afinal, os celulares podem dar algum tipo de problema e não ter como recorrer, ou perder as fotos da nuvem na internet.

“Eu fico pensando e se tiver uma pane geral e você perder todas as suas fotos? Isso é lugar de memória para a gente” (Mariana Machado).

#### ALGUMAS CONSIDERAÇÕES: REGISTRO E SENTIDOS.

Há muitos trabalhos que se utilizam das fotografias de família para de certa forma reconstituir historicamente um certo período, de um certo lugar. A utilização dos conceitos de memória, passado e identidade podem fornecer uma pista de como a fotografia está sendo pensada como um lugar de produção de sentidos. As mulheres entrevistadas para essa pesquisa não conscientemente produzem seus registros de memória apenas para guardar para a posteridade, afinal, apenas Mariana continua revelando fotografias, e Cléria raramente revê as fotografias que foram tiradas anos atrás.

As pessoas estão produzindo seus próprios sentidos, suas próprias estéticas. Kátia e Mariana, as que mais falaram por conta própria suas experiências, que tiveram mais disposição e contato com as máquinas fotográficas, celulares e o ato de revelar, mostram fotos que não foram posadas, eram fotos mais espontâneas. Porém, Cléria que foi bem mais tímida e retraída ao ser entrevistada, e ainda não possuía um contato muito intenso com a produção de fotografias, revela álbuns de fotografia (ao todo cerca de 400

fotografias) em que a maioria são fotos posadas, que estavam aguardando para serem tiradas.

Talvez uma relação mais próxima com o que nós temos hoje, com as redes sociais como o Instagram que é apenas para compartilhamento de fotos e vídeos curtos. As fotografias digitais são pensadas para engajamento, há pessoas que trabalham com esses engajamentos. Um cooptação do capitalismo dos antigos álbuns de família? A construção de um nicho específico que reforça a competitividade e criam modelos estéticos de fotos bastante específicos? Podemos dizer que sim, mas assim como Michel de Certeau, acreditamos, portanto, que as pessoas não são apenas cooptadas completamente. Ainda restam nas pessoas, mesmo que pouco em alguns, as bricolagens para produção de sentidos, e apesar da correria do cotidiano, elas podem se perceber enquanto indivíduos de e com história.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BAZIN, André. Ontologia da imagem fotográfica. In: **A experiência do Cinema**. Ismail Xavier (org). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1991.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: **Obras escolhidas I**. São Paulo: Brasiliense, 1987

CARVALHO, Vânia C. LIMA, Solange F. de. CARVALHO, Maria Cristina R. de. RODRIGUES, Tânia Francisco. Fotografia e História: ensaio bibliográfico. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Ser. v.2 p. 253-300 jan./dez., 1994.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: I. Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2008

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**. EDUSC, 2001.

## Estágio online e o ensino remoto: A formação docente e a produção de conhecimento em análise

Pedro Gabriel dos Santos Silva  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
gabrielpedrodss@gmail.com

O presente trabalho tem por mote realizar uma discussão ao que tange o relato de experiência de Estágio Supervisionado, desenvolvida entre os meses de outubro e dezembro de 2020, no município de São João do Sabugi-RN, na Escola Estadual Senador José Bernardo. Para tanto, procura-se expor os principais desafios que marcam a experiência que consiste em um estágio remoto, do distanciamento da sala de aula em prol das medidas de segurança devido a pandemia de COVID-19, e as novas formas de reinventar as práticas didáticas, na tentativa de transpor as barreiras excludentes do ensino integralmente digital, especialmente em um contexto de desigualdade na distribuição de riquezas que marca a realidade geopolítica e social do Sertão Potiguar.

Palavras-chave: Estágio Remoto; História; Ensino de História.

## INTRODUÇÃO

Certa vez, quando Fernando de Araújo Penna e Ana Maria Ferreira da Costa Monteiro (2011) refletiram sobre o Ensino de História e a pesquisa etnográfica, os estudiosos classificaram a pesquisa entre o ensino e a produção de conhecimento como *lugares de fronteira*. A saber, tal perspectiva teórica significa a educação histórica como uma constante negociação de distâncias entre professor e aluno, entre o contexto histórico abordado e a realidade dos estudantes; o ensino de História insere-se no seio da comparação, da analogia para validar uma conexão entre agentes que, distantes pelo tempo, possam se unir na crítica da história e transformar o presente através do conhecimento do passado. A história, nesse sentido, ao ser caracterizada como um *lugar de fronteira*, contempla uma definição conceitual que propõe “(...) considerá-lo como um lugar de encontros, diálogos, mas, também, de marcação de diferenças (...)” (MONTEIRO; PENNA, 2011, p. 206).

Em concordância aos argumentos anteriormente citados, os objetivos do presente texto o circunscrevem em um relato experiencial sobre a disciplina de Estágio Supervisionado, em modelo remoto, a partir do contato com a regência em turmas de ensino médio, precisamente 2º e 3º anos, na Escola Estadual Senador José Bernardo, no município de São João do Sabugi-RN, entre os meses de outubro à dezembro de 2020.

Destarte, em um balanço geral sobre o ensino remoto em 2020, quando frente ao pouco acesso à internet ou a falta aparelhos necessários de aporte para que os alunos possam integrar o processo de ensino digital, muitos estudantes que, ou precisaram trabalhar para ajudar na renda da família durante o isolamento social, ou aqueles que não tinham condição de arcar com os custos dos materiais para assistir as aulas, tiveram que, infelizmente, ficar de fora do acompanhamento do ano escolar pelos custos necessários durante o processo. Sendo assim, além da triste realidade fruto da exclusão digital, outro desafio monumental foi de motivar aqueles que, mesmo podendo assistir as aulas online, ainda assim consideravam o ano perdido devido ao contexto de desânimo, levando-os a visualizar o ano de 2020 como um conjunto de meses inúteis, não merecedor de esforço, apenas uma carga emocional negativa de ensino inválido.

Dito isto, foi através da educação que o empenho da experiência do estágio se deu por fazer com que os alunos vissem, no ensino, a abertura para novos mundos de pensamento crítico, da criação de consciência, levando-os ao entendimento do lugar que ocupam em meio a sociedade e, principalmente, integrando-os a noções que demonstram

que a educação nunca é inválida, mesmo em meio a tamanha desesperança que nos encontramos – e que é exatamente porque vivemos tempos sombrios, de pandemia, morte e de ascensão de políticas conservadoras que o ensino e a educação são cada vez mais necessários.

Por conseguinte, a atuação em turmas concluintes durante o período de regência legitimou uma prática que, além de trazer conteúdo crítico para as aulas, possibilitasse a preparação destes alunos para o ensino superior por meio da conexão das aulas com o ENEM. Pois, se a desigualdade abarca o arcabouço da realidade do sertão potiguar nordestino, possibilitar que os alunos se preparem para o ensino superior é uma forma de resistência, pela educação, que desliga o sertanejo da imagem que constrói, narrativa e politicamente, o Sertão pelas lentes da seca, fome e miséria; de um povo itinerante, alçado as duras viagens em paus de arara e, que tem na enxada uma amiga fiel do ofício do trabalho na terra. É possível também construir um sertão do ensino, de afetos, de um povo estudioso que valoriza a educação pública, que pode votar conscientemente pois, quando bem educados, conseguem ser críticos e atuar politicamente – integrantes de um sertão vivo e político.

Dada a explicação prévia, é possível inferir também, desse modo, que o estágio, tal como encarado pelos cursos de graduação e todos os agentes que nele estão envolvidos, integra uma das etapas mais importantes das licenciaturas, pois é o momento da reelaboração e da ressignificação dos saberes teóricos construídos ao longo da formação específica e da formação profissional. É o confronto com a realidade que, por vezes áspera, também pode ser desafiadora e sedutora por meio da atuação dos futuros docentes no seio do processo de ensino-aprendizagem; com a presença participativa em ambientes próprios do campo educacional. (CONCEIÇÃO; DIAS, 2012). Por conseguinte, durante a grade curricular das licenciaturas, é principalmente no estágio que os acadêmicos terão a oportunidade de trocar de lugar: não serão mais alunos, e sim professores.

A saber, ao todo foram cinco (05) encontros, dos quais dois (02) serviram de reconhecimento etnográfico, e os três (03) restantes sedimentaram a junção entre conhecimentos teóricos do curso de História aplicados à prática da regência após o mapeamento da turma. O estágio, em seu modelo prático, foi o resultado das discussões teóricas realizadas no circuito dos muros da universidade e seu confronto direto com a realidade da práxis como professor – *condutor da produção do conhecimento escolar*.

## A PANDEMIA E O ENSINO REMOTO: UM MARCO TEÓRICO

Quando Flávia Eloisa Caimi (2015) escreveu importantes apontamentos acerca das finalidades educativas da História Escolar nas sociedades contemporâneas, ela nos circunscreve em uma análise crítica sobre o ensino de história na atualidade, e, nesse sentido, a autora afirma que a História, como um campo do conhecimento social tem um importante papel, não mais como “mestra da vida” (*magistra vitae*) conforme a definiu Cícero, mas como um conhecimento que se pode mobilizar para justificação do tempo presente, um arcabouço educativo para conhecermos a nós e aos outros, explicar o mundo, nos orientar na vida prática cotidiana e enfrentar as suas contingências. (CAIMI, 2015).

Então, é através do despertar do interesse dos alunos pelo estudo historiográfico que colocamos no ensino de história questões fundamentais sobre esse passado analisado com base nas demandas do presente, o que produz reflexão e compromisso com a transformação da realidade atual.

A história como conhecimento escolar dá-se por meio da dominação objetiva da constituição da identidade do aluno. Luis Fernando Cerri (2011) defende o pressuposto que o processo de escolarização é sistematizado pela interpretação pessoal e coletiva sobre o “eu”. O ensino de história nas escolas propõe assim, a ordenação intelectual do conhecimento e a expansão dos horizontes subjetivos dos alunos pelo processo de exame dos fatos, narrativas, memórias e documentos que marcam os corpos e vivências através do tempo.

Por conseguinte, a escola apresenta demandas integradas ao conjunto de funções que esta exerce dentro da sociedade; a história escolar é planejada para o ensino de valores e modelos de ação, definindo seus alicerces de atuação a partir de necessidades específicas de acordo com o tempo e espaço ao qual está vinculada. (CERRI, 2011, p. 112). O ser e a educação são marcados pelo devir, por processos de rupturas, descontinuidades e transformações que marcam a identidade e a consciência. É um saber amalgamado a prática, em junção a discussões políticas e sociais fundamentadas através de processos históricos. A história escolar forma para além de subjetividades, integra a jornada de estudantes que, futuramente, se tornarão cidadãos que convivem, trocam experiências e se constroem através e para o espaço público.

Neste meio, a própria formação docente é um reflexo dos marcos teóricos e práticos requeridos para a atuação em sala de aula e trabalho com a memória e o passado

em diálogo com o presente, essencial à delimitação do processo de ensino-aprendizagem e ao embasamento crítico da discussão historiográfica nas escolas. A fuga do tradicionalismo, a tomada do aluno como um agente importante de mediação e diálogo do ensino-aprendizagem, a retirada do professor do papel central de detentor de todos os conhecimentos para a educação vem sendo medidas tomadas para transformação dos conceitos sobre ensino e produção do conhecimento no âmbito escolar. O desafio de ensinar História neste contexto plural e complexo que emerge na contemporaneidade também interpela as instituições de formação docente, obrigando-as a redefinir acordos mínimos para formar os futuros professores (CAIMI, 2015).

O saber histórico mergulha em diversas camadas que constituem sua atuação no processo de ensino-aprendizagem para construção de um saber histórico escolar. A formação do professor-pesquisador, no campo da História, perpassa três aspectos da natureza do trabalho docente: (1) *os saberes a ensinar*, que formam a gama de marcos teóricos apreendidos na graduação, entre história, historiografia, epistemologia e outros; (2) *os saberes para ensinar*, geralmente integrados ao corpo de valores educativos tais como noções sobre docência, currículo, didática e cultura escolar; por fim, (3) *os saberes a aprender*, levando em conta o contexto do aluno, a formação do pensamento histórico em bases entendíveis para o público da sala de aula, a cognição, entre outros fatores decisivos para a implementação do ensino de história nas escolas (CAIMI, 2015). Pode-se entender a ação de ensinar também como o conjunto de tarefas que o professor realiza cotidianamente.

Em suma,

Nesse sentido, ensinar é fácil, bem mais difícil é fazer o outro aprender, bem mais difícil é criar condições para que outro sujeito possa mobilizar-se intelectualmente, bem mais difícil é levar o eu empírico a constituir-se como um eu epistêmico, (...), criando pontes para passar do “indivíduo preso no movimento da vida cotidiana ao indivíduo intelectualmente mobilizado, atento ao saber”, que estabelece uma relação qualificada com este saber. (CAIMI, 2015, p. 115).

Porquanto, entende-se que o ensino de história vai além da funcionalidade social abstrata: é integrante de um processo de aprendizado histórico estruturador do pensamento, e de formação da consciência de grupos e indivíduos a partir de apropriações subjetivas dos conteúdos abordados na produção do saber em sala de aula. O aprendizado histórico, deste modo, apenas se mostra eficaz e com sentido quando em menção às experiências e demandas do presente, retomadas pela memória. (RÜSEN, 2011).

Memória, identidade, consciência. Formas abstratas de definição de grupos que, no entanto, não são valores fixos. Como bem pontua Joël Candau, a memória sobre o passado é mais uma versão continuamente atualizada deste do que uma reconstituição fiel do mesmo. O estudo do passado, a rememoração dos fatos consiste na busca por um passado reconhecível, em que a memória e identidade estão indissolúvelmente ligadas, integrando a passagem de formas individuais a formas coletivas de interação social. A memória, ao mesmo tempo que nos modela, é também por nós modelada. Isso resume com certo grau de coesão a sua dialética, juntamente a sua conjugação com a identidade, que se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa. “Ao final, resta apenas o esquecimento” (CANDAU, 2014 p. 16).

Em retrospecto, espera-se que o aparato conceitual da história habilite os jovens a desenvolverem de forma objetiva, fundamentada porque assente na análise crítica da evidência, as suas interpretações do mundo humano e social, permitindo-lhes, assim, melhor se situarem no seu tempo e definir bases identitárias, individuais e coletivas. A consciência histórica será algo que ocorre quando a informação inerte, progressivamente interiorizada, torna-se parte da ferramenta mental do sujeito e é utilizada, com alguma consistência, como orientação no quotidiano. (SCHMIDT; BARCAR; GARCIA, 2011).

Permitindo-nos utilizar das reflexões de Eduardo Giannetti (1997, p. 28), através de suas palavras, é possível apontar que a história humana, tal qual suas manifestações são mutáveis e, de maneira sensível, o autor afirma que:

Nada é tudo. Tempo, espaço e condições impõem, em alguma medida, perspectivas, ângulos e filtros. O passado e o futuro só podem ser concebidos a partir do presente; o próximo e o distante só se definem a partir de um ponto determinado; o alheio pressupõe e reflete o familiar. (GIANNETTI, 1997, p. 28).

Se a História, a educação e as práticas educativas têm algo a nos dizer, é referente a mutabilidade das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais.

Para tanto, o cenário educacional ainda precisa ser problematizado com mais afinco e aprofundamento, pois, no passo que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, no dia 11 de março de 2020 a pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2), a real dimensão de seu significado ainda não estava colocada para nós, sobretudo para os profissionais do campo da educação. Desse modo, de forma abrupta, emergencial e impactante, os duros impactos de um cenário de crise e pandemia mundial relegou o ensino ao meio digital, modificando o contato entre professores e alunos por intermédio

de um computador ou celular, em que o letramento digital e usos de plataformas de encontro modificaram o que conhecíamos e estávamos habituados a enfrentar na educação brasileira – sobretudo a pública.

Em citação dos informes trazidos por Diego dos Santos Reis (2020), a discussão acerca da educação em contexto de pandemia não pode ignorar que esse cenário intensifica desigualdades socioeconômicas e raciais no Brasil, um país marcado, historicamente, por lutas sociais entre classes privilegiadas e aqueles social e politicamente marginalizados. Em 2020 vimos, sequencial e dolorosamente, a emergência da “cultura de privilégios – de raça, classe, território – que opera em benefício de alguns grupos e impede que transformações estruturais, coletivas e democráticas, revertam a lógica de desumanização e de (des)vantagens em curso no país (...)” (REIS, 2020, p. 2).

Com a pandemia e o COVID-19 veio o aumento da exclusão do acesso ao ensino, especialmente as camadas sociais de baixa renda no Brasil. Enquanto o país tornava-se um foco de casos e aumento de mortes devido a políticas públicas pouco efetivas e o descaso governamental pela vida da população, o cenário educacional registrou marcos de evasão generalizada dos estudantes e desmotivação dos profissionais na área, cada vez mais esgotados e exaustos psicologicamente e emocionalmente. Fatores que condicionaram a descrença na educação no ano de 2020. Não obstante, se os anos letivos eram calculados e planejados para continuarem, antes de seguir cronogramas escolares e manter os alunos estudando, dever-se-ia, a priori, reformular práticas de ensino e elaborar novos questionamentos que serviriam de mote para atuação docente nas salas de aula (coisa que, na maioria das escolas, não aconteceu, infelizmente. Mas como poderia? Cada ação na comunidade escolar, em tempos de crise, precisa de suporte de políticas públicas de manejo eficiente).

O questionamento sedimentar que mobilizou a atuação da experiência do estágio para que ela se concretizasse se deu pela seguinte indagação: *no atual momento mundial/nacional de pandemia e isolamento social, é possível produzir conhecimento escolar de qualidade, mobilizando a consciência crítica através do saber histórico?* Pois, questionava-se como continuar produzindo em meio a tamanha desigualdade, em que o Brasil acumulava, em meados de agosto de 2020, mais de 100 mil mortes devido ao rápido contágio de COVID-19 e, principalmente, se seria o momento ideal para preocupar-se com o cumprimento de cronogramas de ensino anuais nas escolas de ensino básico.

Além disso, quando em menção ao modelo de educação totalmente a distância, que não configura as noções de ensino EaD, é preciso também prestar atenção que nem

todos têm acesso aos meios e aos instrumentos necessários para serem digitalmente participantes, ou que sequer disponham das condições mínimas para um processo significativo de ensino-aprendizagem em suas residências e territórios. E, mesmo aqueles que estão integrados, que possuem os meios, geralmente, pelo contexto sociopolítico experienciado em 2020, encontram-se em níveis alarmantes de estresse, agonia e melancolia que torna as questões de ensino um peso a ser carregado durante o ano letivo. (REIS, 2012).

Pensando nessas questões do ensino remoto entrelaçados a experiência do estágio, ao tratar de temas como Revolução Francesa, Revolução Americana e Guerra de Secessão, optou-se por meios didáticos pouco cansativos, com uso de vídeos históricos recortados de videogames, conexões com os temas de luta por liberdade e atuação democrática do cidadão por meio da análise de manchetes de jornais, trabalho com charges, entre outros fatores que, desapegando-se de um monólogo exclusivo por parte do estagiário, possibilita o diálogo, interação e debate crítico dos conteúdos, motivando os alunos a se sentirem participantes, sem o peso da cobrança ao que tange notas, prazos de atividades, ou a data limite para uma prova. Fazendo-os aprender de maneira leve, se possível prazerosa, com crítica ao presente pelo estudo do passado e, ao mesmo tempo, prepará-los de maneira embasada para as avaliações bimestrais, além disso, em menção às turmas de 3º ano, para o ENEM.

Todavia, não se trata de também condenar o ensino digital, pois através do uso da internet, novos horizontes são abertos no processo de ensino-aprendizagem, com ferramentas dinâmicas, novos métodos avaliativos e concepções teóricas que pensam a integração digital ao ensino contemporâneo. Não obstante, a suposta “autonomia para estudar” e flexibilidade na construção do conhecimento à distância (física), anunciadas como salvação para a conjuntura atual, esbarram, porém, em alguns obstáculos. Sobretudo, diante da inegável desigualdade digital que assola o país. Trata-se, sim, de trazer ao foco da discussão a necessidade de garantir o direito à educação para todos, assim como, diante da constatação do abismo social que separa a população brasileira, “(...) a utilização dessas tecnologias digitais poderia operar o reforço da estratificação digital/social, bem como das desvantagens de oportunidades experimentadas por determinados/as estudantes.” (REIS, 2020, p. 3).

A experiência do estágio se deu em atender as demandas dos alunos (colocando-os no centro do processo), realizando aulas temáticas com resoluções de questões de ENEM passados e diálogo inclusivo para que os estudantes possam desmistificar saberes,

serem críticos em relação a própria realidade e, acima de tudo, superar um ensino técnico que visa apenas a realização de um exame. Mas que, além de prepará-los para o acesso ao ensino superior, possa transformá-los enquanto cidadãos, saindo do ensino abstrato e integrando o saber crítico. Neste viés, indo além de uma problematização contextual descolada da realidade, pretendeu-se revisitar os discursos regionalistas brasileiros, indo além das práticas tradicionais e desconstruir conceitos que classificam o Nordeste pela seca, pobreza e desinformação.

O principal desafio, mas o que também justifica a prática, é o empenho em produzir conhecimento, incentivar a consciência histórica, sem perder de vista o papel social do ensino e do estágio na rede pública-estadual de educação, na tentativa de diminuição das desigualdades sociais, principalmente no contexto de interiores, como é o caso do município de São João do Sabugi-RN.

Os desafios com os quais nos deparamos diante da realidade virtual exigem que nós repensemos as potencialidades dos aparatos tecnológicos para fins educativos. Mas também aprofundamos o debate acerca do pedagógico e da necessidade de ressignificar os processos educativos, sem perder o foco de nossas práticas: a formação humana de sujeitos em permanente processo de produção e reinvenção de suas próprias vidas. (REIS, 2020).

No decorrer do ano de 2020, nas metodologias de ensino não poderiam haver resquícios de tradicionalismo, não bastando um *conteúdo sem forma*, apenas no repasse do que se tem de ensinar; muito menos uma *forma sem conteúdo*, em que o professor utiliza apenas ferramentas pedagógicas para organizar o que se tem de ensinar. É necessário humanizar o ensino, dedicar-se a trazer os alunos para o debate, sem torná-lo cansativo, sobrecarregando-os com prazos, no abuso de modelos de avaliação. O reconhecimento e cuidado para com a saúde mental do outro também visa preservar a integridade do professor, que precisamos adotar para avançar em significativamente e em qualidade no âmbito do ensino-aprendizagem da História na escola.

Revisitando análises sobre a educação brasileira por profissionais que pesquisam questões sobre ensino e pesquisa no campo da História, no Brasil, as palavras de Flávia Eloisa Caimi, redigidas no ano de 2015, se fazem muito atuais uma vez que a autora afirma que “(...) a escola precisa contar com professores que conheçam bem os fundamentos de sua disciplina e que saibam comunicá-la aos jovens, para fazê-los pensar historicamente.” (CAIMI, 2015, p. 121). Suportados por políticas públicas que, hodiernamente, pensam o

letramento digital destes docentes para atuação na educação remota. (ALMEIDA; ALVES, 2020)

## ANÁLISE DO PROCESSO: O CAMPO E A METODOLOGIA

Sobre o processo de estágio, o desenvolvimento das atividades se deu junto aos alunos, das turmas de 2º e 3º anos, da Escola Estadual Senador José Bernardo, localizada no município de São João do Sabugi, no interior do Rio Grande do Norte, uma das diversas regiões que integram o Sertão Potiguar. Destarte, houve o acompanhamento do professor-supervisor em um sistema de observação da desenvoltura de ensino-aprendizagem que o docente possui com seus alunos para, em seguida, a experimentação da regência supervisionada.

Em reflexão ao ambiente da instituição, através do olhar distante pelas telas do computador e por informações obtidas em momentos de trocas de informações mediadas por recursos digitais, ao exemplo do Google Meet, temos conhecimento de um ambiente educacional em que prevalece a parceria entre docentes e discentes da instituição na tentativa de construção de um ensino que resiste, mesmo em tempos tão sufocantes. O apelo para a formação cidadã dos alunos é resgatado pelo esforço dos profissionais na organização de aulas que favoreçam a produção do conhecimento e a preparação dos alunos para a vida em sociedade.

Dado o contexto inusitado, o motor do estágio em modelo remoto se deu na base da reinvenção, superação de dificuldades e tentativa de mobilização dos alunos pela proposta de produção de conhecimento escolar de qualidade, formação de consciência histórica para agregar a atuação cidadã em sociedade, além de preparar os alunos para o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, abrindo novos horizontes de oportunidades para os estudantes da rede estadual pública de ensino do Seridó Potiguar.

A escola-campo do estágio contempla um sistema educacional que inclui desde os Anos Iniciais (1º ao 5º ano), indo ao Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e Ensino Médio (1º ao 3º ano), além de possuir um aparato para Educação de Jovens e Adultos (EJA). No mais, também possui aporte para apoio de crianças que precisam de acompanhamento especial. Localizada no centro da cidade, em uma área urbana e comercial, a escola possui, ao todo, 342 alunos matriculados na instituição, do fundamental ao ensino de jovens e adultos.

As turmas de Ensino Médio da escola, em geral, são bem niveladas, do primeiro ao terceiro ano os alunos apresentam uma média progressiva de idades que variam entre 15 e 18 anos. Entre as turmas do estágio, isto é, os segundos e terceiros anos, reunidos em uma única turma, eles se apresentaram pouco participativos a primeiro momento, só que com o desenrolar das aulas começaram a dialogar mais e participar do debate dos conteúdos.

Desde março as instituições educativas, assim como o restante da sociedade, entraram em estado de alerta devido ao início dos casos de contaminação por COVID-19 no Rio Grande do Norte. Suspendendo o contato em sala de aula e cancelando encontros presenciais, a Escola Estadual Senador José Bernardo conseguiu manter suas atividades desde finais de março e início abril de 2020 em modelo totalmente remoto, com encontros quinzenais via Google Meet e planejamento semanal entre os professores também por reuniões online.

Nesse sentido, em relação ao planejamento das aulas, sabe-se que os professores se reúnem semanalmente, às quintas-feiras, no período da tarde, para dialogarem sobre as necessidades dos alunos, além de falarem sobre eventuais problemas e qualquer outro tipo de dificuldade apresentada no processo de ensino remoto. Sistema que serve também para o compartilhamento de informações entre o corpo de docentes sobre metodologias que possibilitem maior engajamento dos alunos, visando o aumento do ânimo dos estudantes na semana em questão, dentre outros fatores ligados a facilitação do processo de ensino-aprendizagem em um contexto tão delicado.

A metodologia de ensino que o corpo administrativo da escola optou, com apoio dos professores e dos alunos, seguiu um padrão de encontros temáticos às quartas-feiras, de duração de uma hora a aula, ao menos ao que tange o Ensino Médio, alternando entre uma semana dedicada aos 1º anos, para na semana seguinte ser a vez da turma de 2º e 3º anos (as duas turmas foram unidas por causa da menor adesão de muitos alunos que, por questões de trabalho ou por não terem condições financeiras de arcarem com os custos do ensino remoto, não tiveram como realizar o acompanhamento do ano letivo junto ao restante da turma).

Assim, os alunos têm aulas em encontros a cada quinze dias ocorridos durante a tarde (geralmente das 14:00 às 15:00 horas) e, no dia seguinte à aula (nas quintas-feiras), por meio da formação de grupos de WhatsApp e utilizando o sistema online da escola ao qual os alunos possuem acesso, são postadas tarefas a serem feitas em casa e entregues em datas acordadas com os professores, funcionando também como avaliações

bimestrais. As atividades são tanto as que já estão presentes nas páginas do livro didático, como também podem ser elaboradas pelos próprios professores.

Durante o exercício do estágio, houve o acompanhamento das aulas do professor-supervisor em um sistema de observação da desenvoltura que possui com seus alunos para, em seguida, a experimentação da regência supervisionada. Devido aos encontros serem apenas uma vez por semana e a cada quinze dias, nos dias 21 e 28 de outubro tive que observar, além da turma que iria estagiar, outra turma em função do cumprimento da carga horária da disciplina. Em retrospectiva, dia 21/10 houve a observação da aula para as turmas de 2º e 3º anos, em seguida, dia 28/10, acompanhamento e anotações da aula ministrada nos 1º anos.

As aulas do dia 21 e do dia 28 seguiram, respectivamente, temáticas referentes à Revolução Francesa e a Mesopotâmia, com discussões mediadas pela fala, sem uso de recursos didáticos, maior participação do professor e alunos mais envergonhados e menos participantes – o que também pode ser justificado pela ação de fazer anotações e observar a dinâmica dos encontros. Enquanto estagiário e agente desconhecido, o clima de insegurança e curiosidade prevaleceu.

Tendo em vista o mecanismo didático utilizado pelo professor ser um pouco mais tradicional, e em tentativa a expandir a aula para além do livro didático, no início da regência o material utilizado como suporte foi construído especialmente para a aula e divulgado para os estudantes após o encontro para estudo individual em casa, não obstante, quando necessário, houve a elaboração de materiais de suporte ao conteúdo discutido. A saber, no geral, a base das aulas se deu pela utilização de slides participativos, com citações de historiadores especializados nos temas debatidos, uso de imagens para análise iconográfica e vídeos de jogos que apelassem ao contexto histórico abordado; além disso, ao fim de cada aula, como tratam-se de turmas interessadas em prestar a prova do ENEM, também houve a separação de um tempo para resolução de questões de provas passadas para embasamento dos alunos no perfil do exame e entendimento das cobranças que a disciplina de História possui no ENEM.

Sendo assim, em descrição da experiência de regência, dia 04 de novembro houve a primeira aula ministrada de forma supervisionada. Pelo fato de que no encontro anterior o professor discutiu com os alunos a Revolução Francesa, no dia em questão houve a continuação da discussão ao que tange o período que seguiu a revolução, isto é, a Era Napoleônica. Na aula, mediada por um slide feito pelo estagiário, destarte, procurou-se realizar uma revisão sobre a chama que movimentou a Revolução Francesa a partir de

três aspectos: (1) *ideal de liberdade dos homens pela luta em prol da República*; (2) a derrubada do Antigo Regime; (3) e a queda da Bastilha, em 1789, como um ato simbólico contra o poder monárquico. Este também foi um momento pensado para estabelecer pontes entre passado e presente, temporalidades conectadas pela luta de direitos de uma população de cansou de ser explorada.

Em seguida, para complementação visual da discussão, houve a exibição de um trecho do jogo “Assassin’s Creed: Unity (2014)” em que há a representação – por meio de apropriações modernas – da queda da Bastilha, servindo de reflexão de como veículos modernos, neste caso games massificados, se apropriam de contextos históricos para a narrativa e ambientação do videogame e, nesse sentido, como podemos utilizar tais mecanismos altamente consumidos em sala de aula. Optou-se pelo que gerasse debates, menos monólogos e mais diálogo, sendo os games uma linguagem acessível aos alunos e por isso ter sido escolhido.

No restante da aula, em relação a discussão sobre a Era Napoleônica, o mecanismo de ensino-aprendizagem se deu pela análise de como se deu a construção retórica de Napoleão Bonaparte como *herói da pátria* no período de transição entre a revolução e a ascensão de Napoleão como cônsul, delineando seu rumo a tornar-se um imperador. Juntamente a uma análise das obras de arte do período que tendem a retratar Napoleão em um espaço de poder e memória, especialmente pela estética e imagética dos quadros de Jacques-Louis David (1748 – 1825). Por fim, a resolução de questões de ENEM passados junto aos alunos para revisão do tema e entendimento das cobranças do assunto no exame.

No encontro seguinte, dia 18 de novembro, a aula programada estava a ser para discussão sobre o Iluminismo e a Revolução Americana (1776). No dia em questão, houve uma falha de comunicação e a prática da regência não pôde ser executada. Todavia, quando em contato com o professor, para não perder todo o material produzido, o conteúdo preparado foi transformado em mini apostilas para ser encaminhado aos estudantes como suporte bibliográfico. Porque devido ao pouco tempo para execução das aulas do estágio no semestre e as cobranças da disciplina de Estágio Supervisionado IV, não houve como repor o encontro pelo espaçamento distante em que ocorriam, pois os encontros quinzenais tornaram inviáveis a reposição da carga horário através de um novo encontro ministrado, e o cronograma teve que seguir contando o evento como auxílio ao professor em sua aula.

A saber, em uma descrição minuciosa, no material entregue aos alunos, preparado exclusivamente para a aula de estágio, continha um slide com uma discussão conceitual sobre o iluminismo (características e aspectos gerais), em veio de estudo sobre ciência, liberdade e estado; e dentro da gênese do movimento das luzes, os principais teóricos que integraram o período: Montesquieu, Rousseau e Voltaire; além disso, um estudo sobre a crítica dos filósofos das luzes contra as raízes do absolutismo, como também uma explanação sobre a essencial tripartição dos poderes do estatais entre Legislativo, Executivo e Judiciário, idealizada por Montesquieu. O estudo da filosofia moderna pretendeu, além de caracterizar a interdisciplinaridade da História, também servir como arcabouço argumentativo que pode ser usado como referência nas redações do ENEM.

Para a Revolução Americana, o centro da discussão se deu por meio do conhecimento da luta contra o colonialismo, além disso, como suas bases tiveram suporte dentro pensamento libertário e antiabsolutista idealizado no contexto iluminista dos séculos XVII e XVIII, para então, discutir os pressupostos de formação dos Estados Unidos da América, em 1776, a partir da proclamação da República e independência das 13 colônias americanas. Através do uso de games como recursos visuais, também houve um recorte do jogo “Assassin's Creed III” (2012) que, ambientado no contexto da América do Norte revolucionária, reconstrói o momento da luta armada entre soldados norte-americanos e ingleses pela liberdade e independência.

Não obstante, tendo em mente o vácuo na educação política nas escolas brasileiras e o desconhecimento da população sobre a atuação dos três poderes no Brasil, ilustrativos de uma democracia representativa e um Estado federativo, também foi disponibilizado para os alunos um folder, de fácil e rápida leitura, pensado para divulgação no grupo de WhatsApp da turma, contendo uma explicação sobre atuação de cada poder (Legislativo, Executivo e Judiciário) no país, quem os representa e como são eleitos. O valor de tal menção se dá pelo fato de que, num período próximo à discussão das aulas, no dia 15 de novembro de 2020, ocorreram as eleições municipais. Isto serve de reflexão aos alunos sobre a importância do exercício político através do voto consciente. Por fim, o material também foi acompanhado de uma lista de questões do ENEM sobre Iluminismo e Revolução Americana, com gabarito e alternativas explicadas.

## ANEXO I – FOLDER ENVIADO AOS ALUNOS



Fonte: acervo pessoal (2020).

Na aula final, realizada no dia 02 de dezembro de 2020, o tema a ser discutido foi a Guerra de Secessão norte-americana e a questão escravista que movimentou as disputas entre Norte e Sul dos Estados Unidos da América, entre 1861 a 1865. Em analogia ao conteúdo, também foi analisado a situação dos E.UA na contemporaneidade, ainda altamente racista e conservador – explicando as raízes históricas do fenômeno.

O foco de problematização do eixo temático esteve envolto em entender A Guerra de Secessão, a questão da supremacia branca no sul do país, o surgimento de movimentos racistas no pós-guerra, ao exemplo da Ku Klux Klan, e como isto favoreceu o ódio contra a comunidade negra e minorias sociais na América do Norte ao longo dos séculos. Representando fortes indicadores para a ascensão, na contemporaneidade, de políticos conservadores que em seus planos de governo se apoiam em medidas arraigadas em tradicionalismos como forma de assegurar a proteção nacional. Para contextualização, houve o estudo de caso das eleições presidenciais norte-americanas de 2016, que levou Donald Trump ao poder e, junto a ele, uma carga de políticas conservadoras e imperialistas.

Para tanto, a aula teve grande suporte ao utilizar manchetes de jornais para ilustrar a discussão e didatizar um saber histórico pelas lentes das grandes mídias digitais. Entre a BBC News, G1, Brazilian Times, entre outros jornais e revistas, a história ficou mais fácil de ser entendida e criticada, favorecendo-nos uma ponte para a percepção

de como se dá a construção e a ascensão do conservadorismo estadunidense apoiado em discursos de valorização nacional, racismo estrutural e com grande apoio de estados sulistas que, desde o século XIX, mostram-se altamente nocivos contra o ganho de direitos pelos marginalizados social e politicamente.

Além disso, o estudo de caso do racismo presente na sociedade norte-americana hodierna também foi embasado pela crítica ao caso do assassinato de George Floyd, homem negro de 47 anos que foi assassinado, no dia 25 de maio de 2020, por policiais brancos no estado de Minnesota, nos Estados Unidos. Gerando comoção a nível mundial, além de uma série de revoltas na América do Norte contra a violência estatal perante a comunidade negra e, em decorrência do caso, o surgimento do movimento social e político do “Black Lives Matter”, este que mobilizou a ação de conscientização, entre cidadãos comuns, artistas e políticos, sobre a importância da luta contra o racismo, em denúncia do alto nível de encarceramento negro nos E.U.A e os altos níveis de mortalidade diárias de vidas afro-americanas que são injustamente tiradas. Em conclusão, houve a união entre teoria e práxis por meio da resolução de questões de ENEM sobre o tema.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em crítica a realidade encontrada no estágio remoto, é possível inferir que as turmas ainda têm uma quantidade reduzida de alunos que comparecem regularmente às aulas. O padrão, entre os 2º e 3º anos, é de cerca de 30 a 35 alunos por encontro e, se pensarmos que são mais de quatro turmas reunidas, totalizando mais de 100 alunos, é um número muito baixo para o total de estudantes matriculados. Contudo, dado o panorama nacional da educação pública atualmente, já é um grande ganho haver um público regular que pode e está disposto a encarar o duro contexto do ensino online.

Para os professores que ainda insistem na educação em contexto remoto, se dedicando ao ensino e conquistando a afeição dos alunos, como percebido na Escola Estadual Senador José Bernardo, o carinho entre profissionais e estudantes move o processo de aprendizagem em tempos tão difíceis, fazendo com que os alunos reconheçam o esforço dos docentes e também passem a participar das aulas. Portanto, apesar da desigualdade e do cansaço mental, ainda há, no contexto analisado, a luta pela educação e a produção de conhecimento suportado pelo afeto e empatia.

Ademais, pelo fato de que as aulas não seguiram um cronograma fixo em assuntos, pois os encontros eram temáticos e acordados previamente entre o professor e os alunos na aula anterior, indo por temas que os estudantes se interessam ou possuem dificuldade, foi difícil traçar uma linha de raciocínio que contemplasse todas as aulas. Desse modo, em cada período histórico discutido, seja na Revolução Francesa ou na Revolução Americana, o que mais chamou a atenção dos alunos foi o paralelo entre República e a luta por liberdade, seja contra a monarquia, no caso francês, ou contra o domínio colonial, no caso norte-americano. A discussão crítica sobre política, Estado e ciência movimentou os debates durante as aulas de estágio. Não obstante, o paralelo estabelecido entre a Guerra de Secessão nos Estados Unidos da América, em conexão com a ascensão de políticos conservadores na contemporaneidade, ao exemplo das eleições que levaram Donald Trump ao poder, entrelaçados a mentalidades violentas contra minorias sociais, foi amplamente debatido pelos alunos e movimentou a consciência crítica dos estudantes por meio do estudo da história.

Além disso, muitos dos alunos da escola vem de um contexto social desfavorável, de pouco acesso à educação de qualidade ou informação por meio do ensino, então, na metodologia prática da aula em resolver junto a eles questões de vestibulares e ENEM passados, fez com que houvesse a mobilização dos estudantes em participar da aula pelo desejo que possuem de, mais tarde, integrarem os círculos de ensino superior nos cursos que desejam. Todavia, quando se depararam com discussões sobre República, política e liberdade, apropriaram-se do conteúdo em prol da reflexão sobre a própria realidade.

## CONCLUSÃO

Por fim, pode-se concluir que a experiência de estágio supervisionado remoto foi um modelo de ensino totalmente fora do contexto usual da regência obrigatória dos cursos de licenciatura, contudo, quando frente a resistência dos professores da rede pública em manter a educação e em continuar ministrando suas aulas aos alunos que podem e estão dispostos a encarar o ensino remoto, o saber floresce, mesmo em tamanha desvantagem. Fazendo com que essa troca de experiências beneficie positivamente os licenciandos que tiveram que se deparar com o contexto da regência mediada por mecanismos digitais.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Beatriz Oliveira; ALVES, Lynn Rosalina Gama. Letramento Digital em tempos de COVID-19: uma análise da educação no contexto atual. **Debates em Educação**, Maceió, v.12, n.º 28, Set./Dez., p. 1 – 18, 2020.
- CAIMI, Flávia Eloisa. O que precisa saber um professor de História?. **História & Ensino**, Londrina, v. 21, n. 2, p. 105-124, jul./dez. 2015.
- CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2014.
- CERRI, Luis Fernando. **Ensino de história e consciência histórica: implicações didáticas de uma discussão contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
- GIANNETTI, Eduardo. **Auto-engano**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa; PENNA, Fernando de Araújo. Ensino de História: saberes em lugar de fronteira. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 36, n.1, p. 191-211, jan./abr., 2011
- REIS, Diego dos Santos. Coronavírus e Desigualdades Educacionais: Reposicionando o Debate. **Olhar de professor**, Ponta Grossa, v. 23, p. 1-5, 2020.
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTIN, Estevão de Rezende. (Orgs.). **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Curitiba: Editora UFPR, 2011.

“Na vida dos ciganos não existe um amanhã”:  
O corpo e o discurso sobre os ciganos no Rio Grande do  
Norte pela ótica do jornal *Diário de Natal* (1970 – 1979)

Pedro Gabriel dos Santos Silva  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
gabrielpedrodss@gmail.com

O escopo do presente trabalho se debruça por analisar os aspectos intrínsecos a construção narrativa acerca das definições, práticas e discursos que codificam a caracterização dos povos ciganos, no Rio Grande do Norte, através do jornal *Diário de Natal*, no recorte de 1970 até 1979. Nesse sentido, o pressuposto adotado encara o próprio mecanismo comunicativo do jornal como fonte histórica de impacto social, ela molda visões, elabora estruturas culturais e reflete a sociedade por seus idealizadores: remete assim, aos corpos flagelados ou privilegiados a partir de demandas específicas. Através dos conceitos de *representação* (CHARTIER, 1988) e *banditismo social* (HOBSBAWM, 1976), o mote do projeto terá duas bases de sustentação: perceber, nas manchetes e na literatura jornalística, como esses ciganos são abordados, construídos e modelados pela estrutura retórica no recorte espacial do Rio Grande do Norte; subsequentemente, as relações sociais entre os ciganos e os poderes locais (moradores, instituições da justiça e a própria polícia): entre a desordem, convivência e o misticismo do exótico.

Palavras-Chave: Ciganos. Jornal. *Diário de Natal*. Rio Grande do Norte.

## INTRODUÇÃO

“Os ciganos não tem casa” – escreveu Isabel Fonseca – “e talvez únicos entre os povos, não sonham com uma terra natal” (FONSECA, 1996, p. 17). Os povos ciganos vivem na longa estrada, possuindo a chama *nostalgia da utopia*: um retorno a lugar nenhum. Encaramos essa nostalgia como a um traço da ciganidade, que permeia a cultura e a diversidade étnica que os caracterizam como *os povos do mundo*. Sempre em transitoriedade, explorando lugares e espaços na constituição da memória sobre si. Vivendo no limiar da marginalização ou total esquecimento dentro da escrita historiográfica. Ademais, em meio aos discursos que tange a construção mental coletiva sobre esses indivíduos, a idealização e os discursos sobre o corpo são históricos, são ferro, papel e madeira, que moldam os sujeitos e subjetividades, marcando-os; ou seja, as idealizações sobre o marginal são discursos cunhados pelo pressuposto daquilo que é familiar e a perspectiva que constrói o estranho socialmente.

Dito isto, o presente trabalho tem como análise central a problematização da narrativa acerca das definições, práticas e discursos que culminaram na caracterização retórica dos povos ciganos no Rio Grande do Norte através do jornal *Diário de Natal*, no recorte de 1970 até 1979. Nesse sentido, encara-se o mecanismo comunicativo do jornal como fonte histórica de impacto social, ela molda visões, elabora estruturas culturais e reflete a sociedade por seus idealizadores: remete aos corpos flagelados ou privilegiados a partir de demandas específicas do poder cunhado pelo domínio da escrita. Em suma, possui impacto construtivo de modelos de pensamentos e proliferação de ideais e discursos.

Adotando o valor metodológico da História Cultural, é possível perceber a reconstrução da subjetividade dos antes esquecidos pela História através da crítica a memória e dos indivíduos aos quais essas memórias pertencem. Em meio a emergência de novos objetos no seio das análises históricas, encontra-se a revisão de questões tangentes ao exercício do historiador, estas que, grosso modo, narram sobre atitudes perante a vida e a morte, religiosidade popular, crenças, relações familiares, construções políticas e de gênero, em suma, integram as nuances e formas do confronto com o passado sob uma ótica plural, entre agentes, fontes e vivências (CHARTIER, 1988)

O trabalho seguirá por dois focos: (1) perceber como os ciganos são abordados e modelados pela estrutura das manchetes e do discurso jornalístico no Rio Grande do Norte, entre 1970 e 1979; (2) as formas como são apresentadas as relações sociais entre

ciganos com os cidadãos e poderes locais: *são relações pacíficas? Ou estão envoltas na esfera da desordem e banditismo?* Para tanto, ao trabalho com conceitos, utilizaremos do aparato teórico definido por Eric Hobsbawm (1976) para tratar sobre o fenômeno do banditismo, na medida em que o autor trabalha o termo em seu valor social, este que se aplica aos encarados como transgressores da lei e vistos de forma diferente por serem integrantes de um grupo específico, nem sempre bem aceito.

É proposto estabelecer a análise de temas transversais ao estudo sobre os ciganos no Rio Grande do Norte, isto é, as formas de representação que esses grupos assumem dentro das manchetes. Pois, como bem será avaliado mais a frente, a proliferação das informações entre as fontes analisadas atribuem ao cigano a figura que está constantemente ligada a práticas no limiar entre magia e sedução, ou seja, homens e mulheres que vivem o efêmero – para estes “o amanhã não existe”. Vivendo no imaginário por vezes como *exóticos e místicos*, ora como corpos marcados pela *mentira e enganação*.

## O QUE SIGNIFICA SER CIGANO?

Como bem afirma Michel Pollak (1989), a memória é uma construção, estruturada a partir da seleção de fatos, narrativas e subjetividades que exercem um papel simbólico de dominação ou violência. A memória em comum de um povo reforça a coesão social: *e aqueles que ficam de fora?* Bem, provavelmente são esquecidos, silenciados, imemoráveis. Em uma comunidade, adere-se a símbolos familiares a partir da vivência afetiva, amalgamada a práticas e tradições socialmente aceitas. A *memória de um coletivo* se forma pela “negociação” entre a seleção de testemunhos memorialísticos comuns, familiares, conhecidos e adotados socialmente.

Entre a memória e o discurso está a representação, em que a função da lembrança assume a forma de um produto construtivo e pedagogicamente maleável. Em que o “eu” precisa do “outro” para gerar o estranhamento, produzindo *uma* identidade em comum. Deste modo, a própria representação é ambígua, pois ora faz alusão a *uma* realidade a ser representada e, portanto, evoca sua ausência; ora torna visível e crível a realidade representada, sugerindo a sua presença (GINZBURG, 2001).

Os fatos sociais se reverberam em coisas: práticas, necessidades, saberes. Atores e agentes da constituição dessa memória se responsabilizam pelo seu convencimento, persuasão e o caráter verossímil dos discursos à serviço do poder dominante. Dentre as

batalhas pela memória, privilegiar a análise dos excluídos, marginalizados e esquecidos da narrativa dos vitoriosos, constitui a luta e crítica do caráter uniformizador trazido pela identidade. A história constitui-se, sobretudo, de vivências concorrentes (POLLAK, 1989).

Na rispidez da realidade à luz dos flagelados se revela. Portanto, neste meio plural da pesquisa histórica, os ciganos são inseridos nas nossas temáticas de interesse. Um povo que, mesmo sem pátria, podem ser considerados uma nação (pois sua etnicidade é confirmada pela União Romani Internacional, reconhecida pela ONU no dia 28 de fevereiro de 1979). O ramo da ciganologia já passa a existir na Europa desde o século XIX, em que os primeiros estudos foram publicados no *Journal of the Gypsy Lore Society* (em Londres, a partir de 1888). Segundo Cristina da Costa Pereira (2009), hoje a ciganologia é considerada como um ramo da antropologia cultura ou da etnologia, mas que ainda luta contra os preconceitos que a caracterizam como uma “pseudo-ciência”. Prosseguindo, por serem integrantes de uma cultura ágrafa, a história viva – dos relatos orais –, as palavras, o dito, os viveres e os cantos são de extrema importância para a pesquisa sobre os ciganos; visando a desmistificação de imagens sustentadas por ideais estereotipados e folclóricos.

Dito isto, sabe-se que os ciganos existem em diversos países da Europa e nas Américas. As teses coincidem em mencionar que o surgimento dos povos ciganos se deu no Noroeste da Índia, atual Paquistão e, por volta de 1.500 a.C., iniciaram as emigrações por, provavelmente, não se adequarem ao sistema de castas. Por consequente, tornaram-se povos errantes. Séculos depois, nas invasões muçulmanas, foram expulsos da Índia, iniciando as peregrinações pelo mundo (PEREIRA, 2009).

Os ciganos são divididos em grupos e subgrupos, ampliando os relatos, tradições, mitos e possíveis origens. Por exemplo, “é preciso que se destaque que há grupos – *rom*, *caló*, *sintó*, *manuche* – e subgrupos – *kalderash*, *macwaia*, *lovara*, *xoraxanó* etc” (PEREIRA, 2009, p. 11). Ligados por um tronco linguístico em comum, conhecido como *romani*, e dialetos derivados dessa estrutura (*romanó*, *caló*, *sintó*). A própria palavra *Romani* designa um conceito que tem sua origem a partir de “rom”, estrutura derivada de “dom, dum, domba”, que em sânscrito significa “homem de baixa casta que vive do canto e da música” (FONSECA, 1996, p. 118).

Isabel Fonseca (1996) em “Enterrem-me em pé: os ciganos e sua jornada”, estudou, acompanhou e viveu com grupos ciganos na Europa Ocidental, em um contexto de guerra, fome e miséria. De maneira sensível, seu relato apresenta os fatos da tradição

milênar dos *romani*. Na dissertação da autora, percebe-se a constituição da identidade cigana na Europa com base na necessidade de sobrevivência, pois, quando aparecerem pela primeira vez na Europa Ocidental do século XIV, os ciganos se apresentavam como peregrinos e leitores da sorte: boas profissões numa época de superstição. Ademais, a própria ligação dos ciganos ao misticismo, desconhecimento e exótico torna-se uma barreira de proteção, nos ajudando a desvendar um valor cigano fundamental: o “nós contra o mundo”. Apesar de a crença de que devem se manter um povo separado não ser baseada em preceitos teológicos, essa visão de mundo, codificada em centenas de leis e superstições não escritas, enfatizam a purificação simbólica dos grupos. Sempre sob pressão, os ciganos só buscam construir sua cerca viva.

Na organização dos grupos, normalmente os laços afetivos de lealdade são familiares e, em termos mais amplos, tribal, mas nunca nacional no sentido de aspirar por um estado territorial. Ainda mencionando o estudo de caso de Fonseca (1996), os grupos nômades da Europa ocidental, apesar de não possuírem pátria ou casa por um longo tempo, talvez sejam um dos únicos povos que não anseiam por uma terra natal. A longa estrada por eles percorrida visa o retorno a lugar nenhum.

Não há homogeneidade ao abordar a diversidade que constitui o *ser cigano*, as vivências variam entre os grupos pesquisados, a ressignificação destas vivências se dá a partir da adesão e sobrevivência cultural através da mescla com novas tradições e práticas adquiridas pelo contato com novos povos durante suas jornadas. Esse fator que fundamenta a heterogeneidade de identidades e comportamentos. A outra face da ciganidade em contraste ao nomadismo é a adesão ao sedentarismo, adotando novas práticas de cunho social “aceitáveis”, reverberando na busca de encontrar, no modo de vida dos não ciganos, uma forma de adaptação e aceitação no meio social que se inserem, ou seja, “Os ciganos vivem o seu lugar” – afirmou Lourival Andrade Júnior – “Os ciganos vivem o seu tempo” (ANDRADE JÚNIOR, 2012, p. 2).

Entretanto, ao abordar os grupos ciganos habitantes do Rio Grande do Norte, há de se fazer necessário uma menção etimológica entre a divisão destes na habitação do Brasil durante os séculos. Em suma, utilizando da tese de Lourival Andrade Júnior (2008) para conhecimento aprofundado sobre o tema, os grupos exportados ao país foram dois: os *Rom* e os *Calon*, entre os primeiros, há a prática de quiromancia e comércio (comercializavam tachos e utensílios domésticos, atualmente vendem enxovais), eles habitavam principalmente as regiões sul e sudeste do país; ao segundo grupo, estes habitaram as áreas norte e nordeste (incluindo o sertão norte-rio-grandense), são

ibéricos, habitando na Europa países como Portugal e Espanha, tendo como dialeto o *caló*. Portanto, em referência a ciganidade no Rio Grande do Norte, grosso modo, pode-se inferir, embora não mencionado nas fontes do artigo, que estes sejam com quase certeza, *Calons*.

Em estudo etnográfico, Maria Patrícia Lopes Goldfarb (2013) infere que a desqualificação desses grupos minoritários têm raízes históricas. Portanto, como Goldfarb, pensamos a própria identidade dos ciganos que habitaram o norte e nordeste, os *calon*, vista, no Diário de Natal, como uma construção simbólica que se forma em relação ao estranhamento social destes grupos, sempre um produto da história dos homens e suas experiências de confronto com o não-familiar.

Nesse sentido, o fator que caracteriza o *ser cigano* para esses grupos parte das significações linguísticas que compartilham, sustentando a base da comunicação e simbologia do social e imaginário de grande parte dos grupos *calon* no Rio Grande do Norte. O *caló* ou *calé* representa a linguagem específica dos ciganos *Calon*, um léxico de origem indiana que lhes caracteriza existência, comunicação e práticas em comuns. *Calé* seria então a língua dos ciganos Ibero Americanos (derivada também do dialeto hispanoromani), que na América apresenta um empobrecimento devido os contatos étnicos entre os ciganos *calon* e os não ciganos, “(...) cujas ‘palavras sobreviventes’ não seriam mais trezentas, embora conservando a sua marca indiana” (GOLDFARB, 2013, p. 104). Para além do recrudescimento, a língua é um elemento que distingue estes grupos de outras comunidades ciganas e principalmente dos *juron* (não ciganos).

A chegada dos ciganos as colônias localizadas nas Américas se deu basicamente pelo fator-chave de que a Europa não sabia mais o que fazer com eles, obrigando-os a alojarem-se em locais como o Brasil e a África, igualmente aqueles considerados como a escória social, “(...) ou seja, os que de alguma maneira eram indesejáveis, por serem improdutivos e perturbadores de sua organização social” (PEREIRA, 2009, p. 31).

A presença dos ciganos no Brasil resulta da perseguição pelo Santo Ofício. Em Portugal, os textos de leis os apresentam sempre como um tipo de gente desprezível, que foge ao olhar da normalidade: as más castas. Ademais, o primeiro cigano a chegar no Brasil foi João Torres, em 1574, desagregado de território e na companhia de seus filhos e esposa. A partir de então, entre os séculos XVI ao XVIII, grandes levadas de ciganos vieram em afluxo à colônia portuguesa, estes que, segundo Pereira (2009), constituíram comunidades na Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Por não possuírem o fator cultural de obediência no sentido militarista do

bandeirismo, em referência ao espírito do comando e servidão à serviço da Coroa Portuguesa, os ciganos passaram a constituir grupos independentes, já que a historiografia remonta que esses agentes eram exímios conhecedores das artes de mineração e do manuseio do ouro. Os homens ciganos possuíam esse destaque sob o olhar cotidiano e frugal, eram reconhecidos como perspicazes e hábeis no comércio de todo tipo. Eles tinham experiência na venda e troca de tecidos, roupas, jóias e, como era de seu costume, panelas, caldeirões e utensílios de cobre, não esquecendo das quinquilharias em geral. Lourival Andrade Júnior ainda elenca que “fazer negócio com um cigano era ter a sua frente um excelente ‘barganhista’, como eram conhecidos os comerciantes ciganos em todo o Brasil” (ANDRADE JÚNIOR, 2008, p. 76)

É importante mencionar que outra informação sobre a atuação cigana no cotidiano mercantil da História do Brasil foi o seu envolvimento com o tráfico de escravos no Rio de Janeiro. O oportunismo no Novo Mundo marcou as táticas de sobrevivência dos ciganos durante a colonização, tendo em vista que em outros centros geopolíticos “banir, torturar, prender e matar ciganos tornaram-se práticas comuns e que não causam nenhum impacto na opinião pública, já que a propaganda anti-cigana já está mais do que aceita” (ANDRADE JÚNIOR, 2012, p. 8). Ou seja, os ciganos viveram no Brasil as ambiguidades que na sua história já eram comuns. O acúmulo de experiências no comércio de cavalos e mulas ao longo da história fez com que os ciganos soubessem aproveitar um mercado rentável de escravos, principalmente os escravos de menor valor, que podiam atender a uma demanda de pequenos comerciantes e proprietários.

As principais medidas políticas e sociais da Coroa, ao mandarem levas de ciganos ao Brasil, seria a partir da demanda de impedimento da proliferação da língua cigana em Portugal e subjugação desse povo na colônia, cabendo às autoridades locais a repressão à linguagem dos degenerados, evitando assim, a perpetuação da ciganidade nas provincialidades brasileiras. Desta feita, a condição do povo cigano não foi diferente no Brasil do que de outras partes do mundo. Expulsão, escravidão, mortes e perseguições constituem a condição historicizada da existência cigana; não obstante, lidamos com a própria omissão do passado e negligência do saber científico sobre as potencialidades da memória e tradição ferida desses grupos, tão maltratados pelo tempo e pelos homens.

Com a Revolução Industrial do século XX, a marginalização dos ciganos artesãos e comerciantes de cavalos foi ainda mais acentuada. Esse foi o momento em que muitos deles se sedentarizaram e trabalharam dentro das fábricas, enquanto outros, insistiram no nomadismo – a identidade cigana se manifesta a partir de diversos campos culturais –

, entretanto, para alguns, o ser e o existir está na vida nômade, em perambular por regiões desconhecidas, assimilando novas práticas e ressignificando novas experiências na construção subjetiva e coletiva dos grupos. Eles em incontáveis momentos da história se sentem pressionados e reagem, realimentando os seus valores tradicionais e, apesar de reconhecerem as inegáveis diferenças entre grupos e subgrupos, buscam ressaltar os pontos em comum.

Portanto, é possível estabelecer parâmetros de subsistência dos ciganos ao longo da história, apesar de todas as mazelas a eles relegadas, estes puderam resistir enquanto grupos étnicos até nossos dias. Os ciganos sedentários na atualidade compõem o maior contingente dos grupos existentes, adequando-se a modelos de vida e comportamento dos não-ciganos, ressignificando padrões identitários para sobrevivência. Contudo, as políticas de segregação ainda os colocam à margem da sociedade e da produção científica dentro das academias, tornando inegável a existência de um imaginário social que ainda os objetiva como alvos de desconfiança e banditismo, mostrando-nos que as heranças da mentalidade anticigana ainda se reverberam nas estruturas sociais atuais.

Os estudos sobre a questão da ciganidade no século XXI apontam que para sobrevivência da tradição por duas perspectivas, pois, enquanto uns continuam “insistindo, a duras penas, em preservar seus valores; outros pensam que o melhor meio de os ciganos sobreviverem etnicamente é a inserção no sistema dos não-ciganos, sem que isto acarrete na perda da romanipen” (PEREIRA, 2009, p. 41).

O silêncio da memória subalterna dos povos ciganos, quando não suscitada, se reverbera na incompreensão dos marginalizados. A vivacidade das lembranças desses indivíduos e de seus grupos durante dezenas de anos, e até mesmo séculos, opõe-se à mais legítima das memórias coletivas, a memória nacional, pois, enquanto um coletivo marginal, suas lembranças são apenas transmitidas no quadro familiar, em associações, em redes de sociabilidade afetiva e/ou política daqueles que a compartilham. Essas lembranças são proibidas, indizíveis ou vergonhosas, são zelosamente guardadas em estruturas de comunicação informais e passam despercebidas pela sociedade englobante (POLLAK, 1989). Cabe ao historiador, com cuidado e dedicação, narrá-las.

## OS CIGANOS PELA ÓTICA DO DIÁRIO DE NATAL

No primeiro semestre de 1945, Natal-RN tem três jornais de destaque em circulação: *A Ordem*, um periódico a cargo da Igreja Católica; *A República*, o jornal

“oficial” da capital; e o **Diário**, da rede de Diários Associados. Centrando o objeto de destaque no terceiro exemplo, O Diário foi fundado no ano de 1939 por Valdemar Araújo, Rivaldo Pinheiro, Adherbal de França e Djalma Maranhão, a priori, trazendo notícias sobre a Segunda Guerra Mundial. Entre idas e voltas, em 1944, a companhia de Diários Associados o compra e, por volta de 1947, este passou a ser intitulado de Diário de Natal, circulando ativamente na Cidade do Sol até o ano de 2012 (LIMA, 2017).

Sob a chefia de Assis Chateaubriand, o Diário passou impreterivelmente a dissertar sobre processo de redemocratização do país a partir de 1944, defendendo a candidatura de Eduardo Gomes e a intensificação da ousada campanha contra Getúlio Vargas, significando no recrudescimento de matérias políticas pelo fim da ditadura varguista e também, em outro plano, sobre as faces da guerra na Europa (LIMA, 2017). No entanto, entre esses temas de ênfase principal, nas linhas da literatura jornalística sobre sociedade e os olhares sobre a cidade, política e economia, encontramos o objeto do nosso estudo a ser exposto no presente trabalho. Grupos específicos e distintos do ponto de vista cultural, figuras que pensam e são pensadas diferente: os ciganos. Imaginados através da ausência de raízes, fruto de delírios etnocêntricos que os ligam ao nomadismo e desconforto social.

O jornal, percebido como uma fonte histórica, possui o que Ariane P. Edwald et al (2006, p. 238) irão chamar de subjetividade social em movimento, ou seja, as produções humanas que em seu sentido cru e pungente, expressam significações de complexos processos de realidades nas quais o homem está envolvido, integrando o mundo em que os sujeitos vivem, e como cada um deles aparece (ou não) por meio dessas linguagens diferentes, que nesse caso, encontra no jornal seu refúgio identitário. A relação intrínseca entre a construção do elemento humano (política, cultura e ideologicamente) e suas nuances multifacetadas do discurso.

Dentro dessa dinâmica humana presente na literatura jornalística, o novo pressupõe o esquecimento do velho, as memórias dos não padronizados socialmente vivem no limiar da marginalização, ou então, no campo do esquecimento. E, ao nos concentrarmos nesse esquecimento, é entendível a construção da memória como um fruto cultural, um processo longo e progressivo em fecundação. “Essa memória é caudatária de uma longa história de ‘superações’ que merecem e precisam ser desveladas, pois reafirmam um laço identitário com o passado que afinal nunca passa, mas é somente ‘superado’” (EDWALD et al., 2006, p. 239). É essa memória dos esquecidos, dos superados e marginalizados que não condiz com um lugar tranquilo e neutro. O cigano

apareceu como um agente não familiar, temível por vir de fora, transgredindo a normalidade trazida pela sensação de segurança das sociedades que estes entraram em contato; a ferida que rememora a exploração, a escravidão e pressupõe aquilo que deve ser combatido e dominado.

Destarte, no ímpeto de análise das ocorrências do Diário de Natal, a notícia primordial de relevância ao assunto, seria de uma edição do jornal de 22 de maio de 1970. O conteúdo narrativo da matéria trabalha a partir da descrição de um golpe de dois ciganos, João Nunes de Medeiros e Luiz Cirino de Paula, aplicado no agricultor Luiz Gonzaga de Nascimento, em Natal-RN (bairro Alecrim). A partir da manchete, o esperto truque se deu através do “Conto da Cascata”, este que, em miúdos fez-se porque os acusados “(...) conseguiram “trocar” com o agricultor a importância de Cr\$... 4.000,00 (em papel cortado, naturalmente) por 700,00 Cr\$ que o agricultor carregava” (NATAL 1970, p. 8)

O processo tomou curso através da denúncia da dita vítima aos soldados do 3.º Distrito de Natal, local onde os ciganos foram presos. Entretanto, em defesa pessoal do ato, Luiz Cirino afirmou que a culpa é de todos e Gonzaga nada de inocente teria, porque “ele é tão culpado quanto nós, pois deu os Cr\$ 700,00 pensando que ia ganhar Cr\$..... 4.000,00” (NATAL 1970, p. 8). O golpe foi analisado, ao final, em seu aspecto quase cômico; no entanto, é possível abordar análises diametralmente paralelas, trazidas à luz em referência diretas aos escritos de Eric Hobsbawm (1976) quando se trata daqueles transgressores que para além da descrição naturalizada trazida pela lei, também são aqueles que a opinião pública não considera tão comuns.

Nesse sentido, entre conflitos de moradores locais e ciganos itinerantes, cita-se aqui outra matéria de 27 de outubro de 1976 em que João Maria Bastos, 18 anos e morador de Arês/RN “foi alvejado com três tiros, quando tentava roubar um animal pertencente a um bando de ciganos que está acampado naquela cidade. A vítima recebeu dois tiros na perna direita e um nas nádegas” (NATAL, 1976, p. 6), o responsável pelos disparos foi dito como procurado pela polícia, porém manteve-se foragido. No mais, isso aborda de forma clara as relações de poder e disputa entre os agentes envolvidos na trama.

As desavenças entre o indivíduo classificado como vítima expõe debates étnicos e culturais ainda mais profundos, ocasiões em que os atritos com os agentes do familiar entram em conflito com o estranho nômade, exemplificando o “submundo” do bandido relegado ao cigano. O banditismo social, em seu aspecto cru, é analisado por Hobsbawm (1976); em suma, é tido como universal, no entanto, não podemos considerar até qual

ponto ele torna-se comum, porém, os paralelos de tratamento entre o familiar e o estranho são discrepantes entre estudos de caso a partir de cada sociedade. Tendo em vista que, no estudo do caso anterior, o réu que foi alvejado com os tiros da mãos dos ciganos no acampamento foi considerado como “vítima”, e não como um suspeito em comum, e isso pesa na decisão final do julgamento; porque no aspecto essencial da lei, sua atitude também a transgride e viola o próprio conceito de propriedade privada, que apesar de não ser adotado na cultura cigana, para João Maria lhe é uma prática familiar.

Por conseguinte, percebendo o viés de desordem e caos público atribuído ao cigano itinerante nas regiões norte-rio-grandenses, cita-se uma passagem de 22 de fevereiro de 1978, em uma matéria que discorre sobre um garoto cigano ter matado sua mãe em um acampamento em José do Mipibu. Sobre o ocorrido, a matéria elabora uma argumentação afirmando que “O garoto O. G., de 7 anos, matou anteontem à tarde sua mãe Olívia Vicente, de 28 anos, com um tiro de espingarda” (NATAL, 1978, p. 8). Em uma análise mais profunda,

Segundo comunicação feita ontem à Secretaria de Segurança Pública, pelo delegado daquele município, tenente Belmiro de Medeiros, o tiro foi acidental (...). O menor brincava com a espingarda tendo acionado o gatilho acidentalmente. O tiro atingiu sua mãe mesmo na cabeça, e ela morreu instantaneamente (NATAL, 1978, p. 8).

Com isso, pode-se averiguar que para além do banditismo e criminalidade, a vida e o povo cigano são construídos também através da tragédia. Sustentando a estrutura de desordem e sofrimento. Prova disso, é também a afirmação de que o corpo da mãe passou dias em exposição, atraindo curiosos, até finalmente ser levado à Mossoró onde se realizou o enterro. O bandido marginal, além de ser um indivíduo ou um grupo, é também um símbolo, tem seu impacto no imaginário, um traço endêmico das Culturas Oficiais (HOBBSAWM, 1976).

Em outras facetas do discurso, a literatura jornalística também aborda o próprio serviço de adivinhação e feitiçaria realizados pelos ciganos, e o contato da população na compra desses serviços. Em uma publicação do Diário de Natal datada em 4 de agosto de 1971, um operário foi preso por policiais do 7º Distrito Policial das Quintas pelo confronto direto na tentativa de subjugação e imposição de poder perante um grupo de ciganos alojados em Natal-RN. João Honorato do Nascimento, intitulado de “Joca”, “que, armado de faca, correu atrás de alguns ciganos e ainda cortou as tendas que foram armadas no bairro Nordeste” (NATAL, 1971a, p. 8).

A cena ocorreu porque o acusado, assim como ele relata na delegacia ao capitão

João Damasceno Filho, bebeu durante todo o dia, e ao chegar ao acampamento dos ciganos embriagado, pediu a um mulher que lê-se sua mão, não obstante, quando ela afirmou que ele deveria pagar adiantado pelo serviço, o acusado revoltou-se em um surto de raiva tentando forçá-la a prever seu futuro, ameaçando-a com uma faca. Contudo, o próprio réu, de maneira desinibida e dissimulada “(...) dizia que era bom de faca” para reafirmar a ação realizada (NATAL, 1971a, p. 8). Ademais, é demonstrado de forma nítida e lúdica a colocação da população local em relação ao povo cigano que ali se aloja, na tentativa de subjugar-los. O próprio título da matéria “Joca” é bom na faca e correu atrás do cigano” (NATAL, 1971a, p. 8), conota o caráter cômico que a nota quer mostrar. Relegando ao povo cigano uma vida à margem (do convívio social e da própria história), errados até quando são as vítimas.

Na imagem da cultura, os bandidos fazem parte da história recordada em contraposição à história oficial, porque, parafraseando Hobsbawm, “fazem parte da história que é menos um registro de fatos e daqueles que o realizaram, quando dos símbolos dos fatores teoricamente controláveis, mas na prática descontrolados, que moldam o mundo dos pobres” (HOBSBAWM, 1976, p. 135).

Partindo por outro pressuposto referente ao Diário, no acervo documental obtido, um texto aborda aspectos mais otimistas sobre os ciganos e sua cultura. Escrito por Beth Carneiro de Lima, publicado em 18 de setembro de 1971, evidencia a vida dos ciganos de forma singela e única. Destarte, é possível citar duas colocações que chamam a atenção, sendo assim, duas sentenças de estilo poético. A primeira, situada no início da reportagem, antes da narrativa ser iniciada, refere à beleza das andanças do povo sem pátria:

Os Ciganos Chegaram.  
Ninguém sabe de onde.  
Vieram rodando devagar  
nos seus caminhões, as tendas e os tapetes enrolados,  
as panelas amontoadas nos cantos.  
Vieram olhando as ruas  
e as pessoas, sentindo o  
lugar. De repente, um  
terreno vazio. Um muro  
baixo de pedra, um pouco  
de grama. É aqui (LIMA, 1971b, p. 4).

A segunda citação está situada à direita da mesma página, esta que em estilo limpo e claro, em uma linguagem acessível, narra as virtudes da ciganidade:

Entre eles não há  
preconceito de raça  
ou de cor. Ser  
cigano é uma  
maneira especial  
de encarar a vida (LIMA, 1971b, p. 4).

O corpo do texto é dividido entre a descrição de um grupo de ciganos (não se especifica onde estão situados), mas que a autora os escreve detalhadamente:

Essa tribo é pequena. Quatro ou cinco barracas, umas trinta pessoas no máximo. Homens, mulheres, crianças. Em volta da barraca, as crianças correm seminuas, com cordões de ouro brilhando nos peitos sujos. No acampamento, as crianças brincam soltas pelo chão. Não existe nas mães ciganas a preocupação de não deixar que as crianças sujem a roupa. Eles estão por ali já há mais de um mês (LIMA, 1971b, p. 4).

Outro fator importante, é a crítica feita pela autora à marginalidade atrelada aos povos ciganos no Brasil: “No Brasil, apesar da maioria dos livros de História ignorarem sua existência, eles se dizem milhões, entre os que conservam sua tradição de nomadismo e os que se fixaram em cidades, nas quais constituem a maioria da população” (LIMA, 1971b, p. 4).

Neste meio, a religiosidade também é trabalhada:

Sua religião é uma mistura das crenças dos países que vivem e algumas superstições antigas. Falam a língua do país onde estão, e uma outra, a **língua cigana**, mistura de todas as línguas, espécie de Esperanto universal, entendida por ciganos de qualquer parte do mundo (LIMA, 1971b, p. 4).

É possível fazer uma problematização a essa referência, porque conforme há uma heterogeneidade de grupos ciganos, há também uma variabilidade entre seus dialetos, portanto, há uma homogeneização da autora ao se referir a “língua cigana” como universalmente entendível por qualquer que seja o grupo. No Brasil, por exemplo, grupos Calon, habitantes do Nordeste, possuidores da composição lexical denominada Calé, não compreendem aqueles habitantes do Sul, os Rom, por estes possuírem uma estrutura de linguagem diferente. Apesar de ambos derivarem do tronco linguístico, o Romani, os subgrupos possuem adaptações de linguagem diferentes.

Ainda no que tange a caracterização da cultura e modo de vida cotidiano, Beth Carneiro aponta: “São exageradamente fatalistas e levam uma vida despreocupada, cantando e dançando com maestria e paixão que suas canções se tornam famosas, por toda parte por onde passam, com hinos à alegria de viver” (LIMA, 1971b, p. 4). O conhecimento de magia e do misticismo das práticas ciganas também são explorados,

sendo assim, as mulheres ciganas

São famosas por seus conhecimentos das ciências ocultas. Elas sabem encantamentos para fazer mal aos inimigos e para ajudar os amigos. Conhecem a maneira de se conquistar o amor de quem se quer, podem quebrar encantamentos feitos por outras. E as velhas ciganas são hábeis em ler a vida nas mãos e a sorte nas cartas, usando um antiquíssimo batalho mágico, o Tarok, das antigas feiticeiras (LIMA, 1971b, p. 4).

Noutra matéria dias depois, ainda é perceptível através do discurso midiático do Diário de Natal, diferentes eixos de análise sobre os povos ciganos. Contudo, a proximidade entre este texto e o artigo de Beth Carneiro, parece-nos uma espécie de diálogo ou resposta a tese da autora, pelo conteúdo das publicações serem de uma similaridade que ressalta a curiosidade.

Citamos aqui um texto escrito por Albimar Furtado, numa edição do jornal do dia 29 de setembro de 1971, na qual Furtado disserta sobre um grupo de ciganos instalados na rodovia RN-4, próximo a cidade de Natal. O autor tece detalhes sobre a vida itinerante e as primeiras impressões de contato entre moradores locais – nos quais ele vê-se integrado – com o acampamento cigano. Nesse sentido, o redator escreve que

Com muita conversa, mas sem muito explicar, eles estão chegando e vendo, na área plena e de vegetação pouco densa, um convite a parada. Não é necessário qualquer apresentação pois as barracas começam a ser armadas, os braços e o rosto, de um bronzeado intenso, são cartão de apresentação. Todos estão cientes que os ciganos estão chegando (FURTADO, 1971c, p. 3).

Prosseguindo, o autor do texto entrevista uma mulher cigana, Luza, esta que descreve não estar acostumada com a “(...) vida incerta dos ciganos. Vivendo isolada em sua tenda conforme afirma”. Descrevendo também, as roupas e o cotidiano, em suma “A roupa é pouco suja e rasgada. Mas os ciganos estão lá, na deles indiferentes a tudo isso, mais preocupados com o jogo de baralho que só foi paralisado com a chegada da reportagem” (FURTADO, 1971c, p. 3). Outro aspecto interessante, é o que Almir apresenta sobre a figura de Luza ao entrevistá-la, segundo o autor

Na tenda que abre o acampamento, uma cigana, apesar da roupa rasgada e do aspecto mostrando cansaço, ainda evidencia a beleza de seus 19 anos. É Luza, nome com que os ciganos passaram a chamá-la desde o dia em que ingressou no bando. Ao contrário de todos os componentes do grupo, Luza não nasceu cigana e, quando fala sobre o que lhe aconteceu, demonstra uma certa revolta. Era ainda garota, talvez menos de três anos, e pertencia a uma tribo indígena do Amazonas, quando foi raptada pelos ciganos. Apesar de todo esse

tempo de convivência e de casa com um cigano, sendo mãe de dois filhos, Luza parece não ter ainda se adaptado à vida sempre instável dos ciganos. Vivendo isolada em sua tenda, conforme afirma (FURTADO, 1971c, p. 3).

Findando o seu texto em uma sentença provocante, ao entrar em contato com o cigano nomeado de velho Julião:

(...) diz poucas palavras com um certo sentido mas, depois as frases saem sem nenhuma conexão. Já no final, com um pouco de raciocínio, arrisca uma profecia: “você tem a proteção de dois sacramentos e vai ser casado duas vezes. Na primeira, terá felicidade mas na segunda vai ser muito infeliz”. A partir daí, Julião não disse mais nada (FURTADO, 1971c, p. 3).

Entre Carneiro e Furtado são abordados grupos diferentes e de formas diferentes, entre a compreensão e a crítica de homens e mulheres que vem de espaços e locais não conhecidos, que são recebidos e lidos através da linguagem jornalística pelos pressupostos do autor que os constrói narrativamente.

Em conclusão, podemos ter referência sobre uma tipologia das minorias expropriadas pelos abusos durante a história e pela própria história, os ciganos. No entanto, não procuramos tratar do cigano místico ou viajante, e sim sobre as idealizações sob os ciganos através do jornal, não figuras reais, mas sim projeções por meio do discurso referentes à agentes sociais em conflito com o normal. A análise aqui se volta para os ciganos nômades e sedentários no sertão norte-rio-grandense que aparecem nas manchetes dos jornais, trazendo-os a par da discussão política e acadêmica na rememoração de sua própria historicidade pelo exercício da profissão do historiador em reverberar feridas e dores antes cobertas.

O dispositivo informativo de literatura política, de cunho jornalístico, expande as informações através do surgimento da mídia. Possuindo uma escrita estrutural própria e um estilo narrativo proferido pela entidade que o constrói. Os direcionamentos ao público modificam a opinião popular sobre os temas, o dispositivo (o jornal) pressupõe o texto, o comanda e define sua duração, tal qual sua extensão (MOUILLAUD, 1997).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo refletiu no esforço da pesquisa em busca de trazer à luz as idealizações sobre os corpos e discursos sob os ciganos envolvendo a ótica do Diário de Natal aos finais do século XX, no recorte espacial norte-rio-grandense. Buscamos rememorar os

esquecidos, os silenciados e as doídas memórias que se revelam nos jornais em índices de criminalidade, na tentativa de compreender os ciganos enquanto grupo específico e distinto do ponto de vista cultural. E como esses indivíduos, em meio ao processo de interação social são e tem sido aprisionados pela falta, por vezes de raízes, vistos como povos que não tem origem, não possuindo desenvolvimento ou afetividade por nenhum lugar, ora pela falta de capacidade de se fixar em um determinado lugar, na qual o nomadismo reverbera-se em seu aspecto mais contundente e fortificado.

Na conceituação interpretativa da representação e do banditismo social pôde-se ler os ciganos como construídos, pelo discurso jornalístico, na representação da tragédia, de uma vida de sofrimento, ou então pela criminalidade, na disputa por territórios e atrito com as instituições e moradores locais das regiões analisadas. No entanto, o apanhado historiográfico da longa trajetória dos povos ciganos na história nos mostra uma cultura viva, que sobreviveu às dificuldades que lhes foram impostas, fazendo com que esses homens, mulheres e crianças pudessem existir e resistir nas estruturas sociais ao longo do tempo.

## REFERÊNCIAS

### Fontes

NATAL, Diário de. Agricultor troca Cr\$ 700 por um pacote de papel. *Diário de Natal*. Natal/RN, p. 1 – 8, 1970, n. 08911B. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/docreader/028711\\_02/906](http://memoria.bn.br/docreader/028711_02/906)> acesso em: 24 abr. 2021.

\_\_. “Joca” é bom na faca e correu atrás do cigano. *Diário de Natal*. Natal/RN, p. 1 – 8, 1971, n. 09229. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/docreader/028711\\_02/3848](http://memoria.bn.br/docreader/028711_02/3848)>. Acesso em: 26 de abr. 2021.

LIMA, Beth Carneiro de. Ciganos, esses filhos do mundo. *Diário de Natal*. Natal/RN, p. 1 – 16, 1971, n. 09265. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/docreader/028711\\_02/4168](http://memoria.bn.br/docreader/028711_02/4168)>. Acesso em: 21 abr. 2021.

FURTADO, Albimar. Na vida dos ciganos, não existe um amanhã. *Diário de Natal*. Natal/RN, p. 1 – 8, 1971, n. 09274. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/docreader/028711\\_02/4247](http://memoria.bn.br/docreader/028711_02/4247)>. Acesso em: 21 abr. 2021.

NATAL, Diário de. Agredido com três tiros pelo cigano. *Diário de Natal*. Natal/RN, p. 1 – 16, 1976, n. 10174. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/docreader/028711\\_02/21456](http://memoria.bn.br/docreader/028711_02/21456)> Acesso em: 25 abr. 2021.

\_\_. O garoto cigano mata mãe no acampamento. *Diário de Natal*. Natal/RN, p. 1 – 16, 1978, n. 10428. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/docreader/028711\\_02/25640](http://memoria.bn.br/docreader/028711_02/25640)>. Acesso em: 25 abr. 2021.

### Bibliografia

ANDRADE JÚNIOR, Lourival. **Da barraca ao túmulo: Cigana Sebinca Christo e as construções de uma devoção**. Dissertação (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná. Pós-Graduação em História, 2008, 292f.

\_\_\_\_\_. OS CIGANOS EM PROCESSOS CRIMINAIS NA REGIÃO DO SERIDÓ POTIGUAR (FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX). In. VI Simpósio Nacional de História Cultural, Escritas da História: Ver – Sentir – Narrar. 2012, Uberlândia. **Anais do VI Simpósio Nacional de História Cultural Escrita da História: Ver – Sentir – Narrar**. Uberlândia: GT Nacional de História Cultural, 2012, v. 6, p. 1 – 12.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editorial, 1988.

EDWALD, Ariane P.; GUIMARÃES, Aurea D.; BRAVO, Camila F.; SOBREIRA, Carolina B. Crônicas folhetinescas: subjetividade, modernidade e circulação da notícia. In. NEVES, Lúcia Maria P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (Orgs.). **História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A: FAPERJ, 2006, p. 237 – 259.

FONSECA, Isabel. **Enterrem-me em pé: os ciganos e sua jornada**. Tradução: José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GINZBURG, Carlo. **Olhos de Madeira: nove reflexões sobre a distância**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GOLDFARB, Maria Patrícia Lopes. **Memória e etnicidade entre os ciganos Calon em Sousa-PB**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

HOBSBAWM, Eric J. **Bandidos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

LIMA, Jailma Maria de. **“Taquei Detefon nos Brutos”**: O Rio Grande do Norte em campanha política (1945-1955). Campina Grande/PB: EDUFCEG, 2017.

MOUILLAUD, Maurice. Da forma ao sentido. In. \_\_\_\_\_. **O Jornal da Forma ao Sentido**. Brasília/DF: Paralelo 15, 1997, p. 29 – 35.

PEREIRA, Cristina da Costa. **Os ciganos ainda estão na estrada**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

## A vida no claustro: Percepções iniciais de uma pesquisa de Iniciação Científica sobre a vida conventual feminina em Portugal no século XVIII

Julia Piovesan Pereira  
Universidade Estadual de Maringá  
julia.piovesan@outlook.com

O presente artigo tem como objetivo apresentar os resultados obtidos pela pesquisa de Iniciação Científica “A vida conventual feminina em Portugal no século XVIII” desenvolvida entre os anos de 2019 e 2020 sob orientação da Profa. Dra. Gislaine Aparecida Valadares de Godoy (UEM). A pesquisa buscou investigar os motivos pelos quais as mulheres portuguesas do século XVIII ingressavam na vida religiosa, independente de possuírem vocação, motivados pela percepção de que o número de religiosas havia aumentado significativamente neste período. Observamos, a partir de uma investigação documental de caráter bibliográfico baseada na História Cultural, que a vida religiosa significava para muitas mulheres a chance de se tornarem letradas e disporem de certas liberdades sobre suas vidas e rotinas, inclusive disporem de uma vida sexual conforme analisamos a partir de nossa fonte, a obra *Que seja em segredo* de Ana Miranda, publicada no ano de 1998. Buscamos mostrar como a instrução oferecida nos conventos ofereceram às mulheres daquele tempo um tipo sutil de direito de escolha sobre suas vidas.

Palavras-chave: Mulheres. Clausura. Intelectualidade. Portugal.

### Agradecimentos

Ao LEIP-UEM, por todo acolhimento e ensinamentos.

## INTRODUÇÃO

A pesquisa aqui apresentada foi motivada por um dado que apontou o crescimento da procura pelos conventos no final do século XVII e início do XVIII, tal dado nos levou a questionar o motivo desse aumento, após este questionamento buscamos entender como funcionava a vida dessas mulheres dentro do convento.

A partir das evidências documentais, buscamos nos questionar se a vida dentro do convento possibilitava a essas mulheres uma maior liberdade do que a vida que levariam fora dele, considerando suas motivações e o que as levava para dentro da clausura. Para possibilitar essas análises realizamos uma investigação bibliográfica acerca do tema até chegarmos aos textos freiráticos documentais que nos mostraram algumas liberdades que as freiras tinham dentro dos conventos, e como a troca de poemas e correspondências com outros homens aliviavam seu cotidiano.

Apesar de algumas dessas mulheres perceberem o convento como uma possibilidade de fuga do comando patriarcal, a maioria delas estava lá a mando de algum homem, pretendemos aqui mostrar o porquê da vida conventual ter se tornado uma opção tão comum dentro da sociedade portuguesa do século XVIII.

Nas últimas décadas a temática feminina se torna cada vez mais relevante para a produção historiográfica, por muito tempo as mulheres ficaram excluídas da história, devido a essa lacuna historiográfica, foi se verificando essa necessidade de dar voz as mulheres trazendo-as para a narrativa histórica, percebemos isso observando o grande volume de produções que vem sendo publicadas em pesquisa de mestrado, doutorado bem como em publicações em periódicos. Buscamos com esse tema entender a realidade conventual feminina como uma possibilidade de fuga das garras patriarcais, as mulheres guiando suas vidas e fazendo escolhas, mudando sua realidade, mesmo que lenta e gradualmente, e assim colaborar com o debate historiográfico e somar as produções sobre o tema.

Primeiramente contextualizaremos a situação política e econômica de Portugal no final do século XVII e início do XVIII, isso nos permitirá localizar os conventos nos recortes temporal e geográfico. Depois desse processo, descrevemos a partir da análise documental e bibliográfica, a situação das mulheres em Portugal no século XVIII para finalmente retratar a vida na clausura, como as mulheres chegavam lá e quem eram elas. Em nossa análise sobre a vida no convento, apresentamos os freiráticos, homens que

tinham desejos pelas freiras, como esses freiráticos e as freiras se relacionavam e como eles representavam uma possibilidade de liberdade sexual para as enclausuradas.

## PORTUGAL NO PERÍODO PRÉ E PÓS POMBAL: AS ALTERAÇÕES NA VIDA RELIGIOSA

Para entendermos a vida conventual feminina em Portugal não a podemos enxergar de maneira estática, tal instituição aparece desde o século XVI e, a partir disso, sofreu muitas mudanças em seu funcionamento, porém o objetivo principal de controlar as mulheres seguiu sendo o mesmo. Devemos ter em mente que mesmo durante o século XVIII esta instituição sofreu diversas alterações por razões políticas e econômicas que pretendemos demonstrar aqui.

Para fins do século XVII e primeira metade do XVIII foi notado um aumento na procura pela vida religiosa, Hanson explica que em 1750 o número de clérigos em Portugal deve ter atingido 200.000, cerca de quatro vezes o número de padres, freiras e monges existentes no país um século atrás (HANSON, 1986, p.43).

Podemos explicar este aumento na procura da vida religiosa em Portugal devido a um período de crise econômica entre o século XVII e XVIII, esta crise se devia ao expansionismo colonial, as prolongadas guerras de independência e a escassez de produção e recursos naturais, com tudo isso o convento se tornou uma saída, por ser uma profissão que garantia proteção e prestígio as mulheres e a sua família (HATHERLY, 1996, p.271).

Com a falta de dinheiro gerada pela crise econômica, as famílias tiveram que procurar outros caminhos para suas filhas, um caminho tão honrado quanto o casamento, mas que gastasse menos, segundo Almeida:

Quando havia condições de casá-las com pessoas consideradas da mesma posição e igualdade, tudo ia bem, mas, para conseguir tal façanha, os pais precisavam acenar com um dote estimulador. A segunda alternativa, o convento, também pressupunha ter a família recursos, pois era necessário fazer um grande investimento para recolher uma filha naquele período. (ALMEIDA, 2005, p.108-109).

Como Almeida explicita, para ambos os caminhos considerados honrados para as mulheres se precisava de dinheiro, o casamento mais do que o convento, mas isso não significava que o convento era uma opção barata. Isso nos leva a pensar que apenas os

nobres afortunados tinham chance de ter essa escolha, Almeida explica sobre os caminhos das mulheres dentro das famílias de elite:

A mulher da elite foi participante de uma das camadas sociais mais cerceadas sobre os mais variados aspectos. Seu destino era traçado pelo poder patriarcal do chefe da família, que, apoiado pelas regras morais da religião católica e pela força institucional da Igreja, tornava muito difícil para a mulher das altas camadas da sociedade encontrar um caminho, outro que não fosse aquele definido pela família como sendo o seu. As fontes nos informam que, em algumas ocasiões, as famílias optaram por reunir sua fortuna em um morgado, preservando-se a fortuna através do ramo masculino e primogênito dos filhos. Para as filhas envolvidas nessa decisão, restava o dote para se recolherem a conventos ou recolhimentos disponíveis. Em caso de as famílias optarem por casar suas filhas, desejavam fazê-lo com um homem a sua altura social, agregando além do dote em dinheiro, um capital simbólico relacionado às ocupações destacadas que a família exercia na administração colonial, ou em instituições leigas e da Igreja. (ALMEIDA, 2005, p.200-201).

Dentro das famílias nobres a escolha era clara, a primeira filha tem um bom casamento e as outras ficam reservadas para o convento, pois o dote era mais baixo. Essa era a solução utilizada pelas famílias nobres portuguesas no século XVII e metade do XVIII para manter suas filhas honradas e conseqüentemente sua própria honra dentro da sociedade portuguesa (CARDOSO, 2003, p.31).

Porém Portugal sofreu uma grande mudança política na segunda metade do século XVIII que alterou o funcionamento dos conventos femininos. O terremoto em Lisboa no ano de 1755 marcou uma ruptura na forma de pensar do país, a partir do terremoto o marquês de Pombal conseguiu se fortalecer no poder aumentando a intervenção do Estado enquanto centro de decisão política. Pombal era influenciado pelo iluminismo e acreditava que os gastos eclesiásticos e com a nobreza portuguesa eram muito altos, com base nisso provocou uma crise irreversível no ingresso nas carreiras eclesiásticas de pessoas nascidas nas elites, essa mudança significou a diminuição na entrada em conventos e mosteiros (MONTEIRO; SOUSA; RAMOS, 2009, p.355-366).

A mudança operada no período pombalino é muito clara, tal mudança no funcionamento eclesiástico irá se perdurar nos governos que o seguiram, segundo Algranti:

No período pombalino, não era fácil conseguir o beneplácito real para a fundação de novas instituições religiosas. Pelo contrário, procedeu-se a uma devassa sobre os costumes morais do clero em todo o reino, e, entre 1764 e 1778, o marquês fechou os noviciados. A medida foi reforçada mais tarde, no governo de D. Maria I. Em 1788, um edito real impunha a

necessidade de se solicitar à rainha permissão para os jovens de ambos os sexos ingressarem na religião. (ALGRANTI, 1993, p.75).

## CONDIÇÃO FEMININA EM PORTUGAL NO SÉCULO XVIII

O século XVIII em Portugal foi um século de mudanças na condição feminina, seguindo essa ideia trataremos o cotidiano e condições das mulheres no reino. Se faz necessário entender como as mulheres leigas viviam no reino para depois entender o funcionamento da clausura feminina, para assim percebermos algumas das liberdades que o claustro fornecia para as mulheres.

Inicialmente é importante entendermos como as mulheres eram vistas dentro da sociedade portuguesa oitocentista. Devemos ter em mente que na Europa do século XVIII e até XIX, as mulheres eram consideradas seres inferiores em relação aos homens, eram julgadas incapazes, irracionais e sua única função era reservada a reprodução e cuidados com a casa. Sempre retratadas por homens, as mulheres que se destacavam eram consideradas exceções, devido a uma classe social superior que as permitia acesso à educação (GODOY, 2018, p.78).

Segundo o pensamento da época, os dois sexos estavam separados, as mulheres tinham de ter uma vida interior, dentro de suas casas e para seus maridos, e aos homens estava reservada a rua, os cuidados políticos, a vida fora de casa. A mulher era a imagem do pecado, ela comeu o fruto proibido, por isso deveria ser tutelada e controlada pelos seres considerados superiores, os homens. Este quadro foi se alterando aos poucos com a difusão das ideias iluministas em Portugal, aos poucos as mulheres começaram a participar do espaço público e assim tiveram oportunidades nunca antes possíveis, porém este processo só se intensificou a partir da segunda metade do século XIX (GODOY, 2018 p.79).

As mulheres portuguesas da segunda metade do século XVIII perceberam que para conseguirem espaço, precisariam de acesso à educação, a forma pela qual conseguiram isso foi a entrada nos conventos. Apoiadas por alguns homens educadores intelectuais, as mulheres conseguiram aos poucos a possibilidade de serem educadas, suas vozes começaram a ser ouvidas, mesmo que gradualmente (GODOY, 2018 p.80).

Foi neste contexto em que as mulheres adentravam aos claustros, mesmo sendo mandadas para lá por homens, conseguiam ser educadas e praticar a liberdade cada vez mais. A pequenos passos começaram a conquistar espaço dentro da sociedade portuguesa, uma sociedade marcadamente patriarcal. Não podemos ignorar a influência

das ideias iluministas e do período pombalino que renovaram o caráter dos claustros, antes focados em apenas enclausurar mulheres que não tinham lugar na sociedade, agora era cada vez mais um local reservado para a educação das mulheres.

## A VIDA CONVENTUAL FEMININA E AS POSSIBILIDADES DA CLAUSURA

A análise da vida conventual portuguesa realizada nesta pesquisa foi possível graças a revolução de fontes e objetos da história produzidas pela História Cultural. A fonte utilizada para entender o cotidiano das freiras portuguesas neste projeto é uma obra literária, a obra *Que seja em segredo* organizada por Ana Miranda em 1998, neste livro estão contidos alguns dos poemas e correspondências trocados entre os freiráticos e a freiras em Portugal e na colônia, os escritos datam XVII e XVIII.

Se tratando de uma fonte literária alguns cuidados foram tomados, já que o texto literário não tem obrigação de ser factual, o trabalho do historiador é mediar o que se espera dessa fonte e como vai obter essas respostas, segundo Sandra Pesavento:

Nessa medida, é a história que formula as perguntas e coloca as questões, enquanto a literatura opera como fonte. A literatura ocupa, no caso, a função de traço, que se transforma em documento e que passa a responder às questões formuladas pelo historiador. Não se trata, no caso, de estabelecer uma hierarquia entre história e a literatura, mas sim precisar o lugar de onde se faz a pergunta. (PESAVENTO, 2012, p.82).

Tal fonte foi escolhida, pois revela o cotidiano dessas mulheres nos conventos do reino, mostrando que muitas delas não estavam lá por vocação, que elas desejavam transgredir e arrumaram maneiras para tal, apesar do controle das madres superiores ser intenso. Esses escritos nos revelam também que os conventos eram um espaço onde as mulheres podiam ser letradas, escrever, ler e produzirem escritos literários, como vimos nos poemas, odes, sonetos e correspondências contidas na obra em questão.

Esses escritos nos possibilitaram olhar as mulheres do reino de maneira menos simplista, enxergamos seus sentimentos, angústias, amores. Nos possibilitou principalmente ver que as mulheres construíram uma sociabilidade própria apesar da dominação masculina. Mostramos aqui as mulheres enclausuradas do século XVIII para além da dominação de gênero, ressaltamos como elas resistiram a dominação institucional que as cercava:

A pesquisa histórica não pode se limitar a descrever as transformações da condição das mulheres no decurso dos tempos, nem mesmo a relação

entre os gêneros nas diferentes épocas; ela deve empenhar-se em estabelecer, para cada período, o estado do sistema de agentes e das instituições, Família, Igreja, Estado, Escola etc., que, com pesos e medidas diversas em diferentes momentos, contribuíram para arrancar da História, mais ou menos completamente, as relações de dominação masculina. (BOURDIEU, 2002, p.99).

Levando esses fatos em consideração, abordaremos a partir de agora a vida conventual feminina portuguesa diretamente. Como vimos anteriormente, o casamento era uma opção muito cara para a maioria da população, mesmo para os nobres, logo o destino final das mulheres no reino era a clausura, mesmo sem vocação religiosa. Porém com o tempo as mulheres foram percebendo que a vida no claustro era, muitas vezes, melhor do que a vida que levariam casadas, sendo tuteladas por maridos que eram seus donos e fariam o que bem entendessem com elas, segundo Almeida “O casamento não a emancipava, o marido poderia castigar moderadamente sua esposa e até matá-la em caso de adultério” (ALMEIDA, 2012, p.98).

Dentro dos conventos as mulheres se viram livres de seus maridos, pais, irmãos, finalmente distantes do controle patriarcal, dentro do convento elas estavam presas e ainda assim eram mais livres do que eram dentro de suas casas, segundo Hatherly:

No que diz respeito as mulheres, a vida no convento parece ter sido, em muitos casos, uma melhor opção do que a vida em família, e sobretudo no matrimônio, dada a singular prepotência de muitos maridos que, abusando dos direitos que a lei e o costume lhes concediam, maltratavam e até matavam as esposas com a maior impunidade (HATHERLY, 1996, p.271).

O claustro possibilitou as mulheres uma vida que até então elas não conheciam, pela primeira vez puderam dispor de alguma liberdade. A vida das mulheres dentro das casas de suas famílias se resumia a aprender a ser uma boa esposa, no claustro novos interesses poderiam ser explorados por elas, segundo Bellini “O ingresso no convento podia proporcionar às mulheres outras formas de auto realização, incluindo o exercício de uma relativa autoridade e a aquisição de um certo prestígio e liberdade” (BELLINI, 2006, p.216).

A vida claustral deu as mulheres a chance de desenvolver suas capacidades intelectuais, este desenvolvimento levou as mulheres religiosas a criarem um lugar para si nas letras, segundo Bellini:

Ainda é possível afirmar que, no interior de casas monásticas, resguardadas das tensões econômicas e sociais do mundo secular, libertas das funções do casamento e da representação negativa da sua

sexualidade, mulheres tinham as melhores condições para dedicar-se a escrever textos religiosos, traduzir obras do latim para o vernáculo e trocar correspondência com os poderosos. (BELLINI, 2006, p.210).

Os conventos eram locais de suma importância para o letramento de mulheres, a educação aparece como uma forma de libertação do comando patriarcal, Hatherly explica que “Libertas da autoridade masculina sobre seu corpo, essas mulheres criadoras puderam entregar-se à expressão da sua sensibilidade, acabando por criar uma autonomia que lhes conferiu um lugar único na sociedade do seu tempo” (HATHERLY, 1996, p.279).

Entendemos o letramento como uma forma de liberdade para as mulheres, pois boa parte da população portuguesa não era alfabetizada ainda no século XVIII, e a camada alfabetizada era geralmente masculina, principalmente os nobres e o clero. A escrita era uma forma de expressão dessas mulheres, nos textos organizados por Ana Miranda em *Que seja em segredo*, conseguimos sentir o que elas sentem, entender o que elas passavam dentro dos conventos.

A compreensão da língua era de tamanha importância para a liberdade, não só a intelectual, os textos freiráticos contidos na obra de Ana Miranda nos mostram como a escrita foi usada para libertação da sexualidade dessas mulheres, trocando odes, sonetos, poesias e correspondências com outros homens, elas subverteram a clausura para um local onde podiam realizar coisas antes nunca feitas, segundo Silva e Leitão “O interesse intelectual agregado à paixão e ao desejo acaba por fazer as integrantes do convento concluírem que seus corpos emanam desejo e que eles deveriam ser saciados conscientemente” (SILVA; LEITÃO, 2018, p.93).

Os ditos textos freiráticos, usados aqui como fonte, se tratam de textos de teor literário trocado entre os homens freiráticos e as freiras que roubaram seus corações. Antes de trata-los diretamente devemos entender o que são homens freiráticos. O termo freirático foi usado para designar os homens que gostavam de se relacionar com freiras, estes ditos freiráticos trocavam cartas com as freiras, eram adoradores muitas vezes platônicos, mas em alguns casos foi consumado. As correspondências, odes, sonetos marcavam um processo de longa sedução, depois de toda a conversa por papel o encontro presencial poderia acontecer, para Ana Miranda “Elas fruía a volúpia de serem desejadas e admiradas; eles, a da violação do pudor feminino e do dogma religioso” (MIRANDA, 1998, p.9).

Os freiráticos e as freiras se conheciam nas cerimônias religiosas, dentro das igrejas eles trocavam olhares, flertavam e as vezes tinham chance de se encontrar nos confessionários e locutórios, se tratava de um longo processo de sedução, segundo Miranda:

Inicialmente as freiras não respondiam as cartas, os homens mais persistentes seguiam até receber uma resposta, estes seguiam com o cortejo até receberem a resposta final da freira: “Já que tem de ser, que seja em segredo”. Após esta resposta a freira convidava o homem para ir ao sermão, os primeiros encontros se davam no ralo, onde podiam se falar sem se ver. Depois dos primeiros encontros eles se viam na escuridão do locutório, local dividido por grades, se galanteavam por trás das grades, por muitas vezes era só isso que acontecia, mas alguns iam além. Alguns homens presenteavam e subornavam as abadessas para conseguirem adentrar o convento e consumarem o ato (MIRANDA, 1998, p.8).

O amor relatado na troca entre os freiráticos e as freiras é um amor sofredor, um amor que reconhece seu erro e sua dificuldade, segundo Silva e Leitão:

O freirático reconhece que está violando o espaço sagrado e que pode ser severamente castigado por isso. No entanto, ele cria estratégias através das quais ele aparece como aquele que busca a santificação: o olhar suplicante, a entrega ao sofrimento amoroso são atos de quem busca desfazer-se do que é ruim e entregar-se ao bom (SILVA; LEITÃO, 2018, p.98).

Ambos os envolvidos nesse enlace reconheciam o erro da relação, muitas vezes o prazer estava no erro, na proibição da igreja, na transgressão. Se tratava uma poesia do amor freirático, ora satírica, ora lírica, nessa troca havia uma profanação da santidade por meio da adesão da prática libertina, como dito anteriormente poderia nem ser consumado, mas a possibilidade de transgredir já era prazerosa (MIRANDA, 1998, p.11).

As mulheres dentro dos conventos muitas vezes se relacionavam com os próprios padres, com seus confessores, que tinham acesso direto ao convento. Dentro dos parlatórios e confessionários eles dispunham de uma liberdade além da espiritual. Se sabe também de casos de homossexualidade feminina dentro dos conventos, com o prazer reprimido, essas mulheres buscavam formas de se realizar não só religiosamente (SÁ, 2011, p.292).

O grande empenho da igreja para encarcerar mulheres e tirar todas as distrações do mundo fora do convento, fez com que a vontade pelo proibido aumentasse, segundo Silva e Leitão:

No local onde se buscava a espiritualização do corpo no anseio de santificar a morada de Cristo, passou-se a cultuar os prazeres carnis, quase louvando-os em um ato elevado de profanação. Era uma espécie de protesto, silencioso talvez. Uma vingança contra aqueles que se dedicavam a frustrar a luxúria inerente ao indivíduo e, na obra em questão, à personagem feminina. No convento de Odivelas, a propensão aos prazeres sensuais indica que nesse lugar transgredir é a regra que rege grande parte as moças daquele lugar (SILVA; LEITÃO, 2018, p.98).

Algumas dessas freiras se apaixonavam pelos freiráticos e achavam que com isso teriam chance de sair dos conventos para viverem seu amor, como foi o caso da Soror Mariana de Alcoforado. Mariana se envolveu com um homem que lhe prometeu amor e quando viu que o recebeu, desistiu, ela indignada envia uma carta dolorosa o acusando de ser ingrato, mas com uma esperança dele voltar para busca-la. Soror Mariana escreve “Se me fosse possível sair desta amaldiçoada clausura, não esperaria certo em Portugal o cumprimento das tuas promessas: mas partiria desconsertadamente a buscar-te, seguir-te, e amar-te por todo o mundo” (MIRANDA, 1998, p.73).

O caso de Soror Mariana de Alcoforado nos mostra que muitas vezes estes homens só buscavam a conversa, a troca de correspondências e amores, não queriam realmente consumir o ato. A intenção era galantear o amor proibido, almeja-lo, mas jamais o tirar do convento, ter que pagar um dote e casar.

Vemos nos textos organizados por Ana Miranda um caso de duas freiras apaixonadas pelo mesmo homem, este era Dom Afonso VI, rei de Portugal entre os anos de 1656-1683. Dona Feliciano de Milão e Dona Anna de Moura trocam insultos e disputam pelo amor do soberano. As duas trocam diversas odes, com boas rimas, para ofender uma a outra. Um trecho de Dona Feliciano à Dona Anna de Moura finaliza com a seguinte rima “Errastes, por confiada; /Donde podeis entender/ Que, errando e sendo mulher,/ Ficais por mulher errada” (MIRANDA, 1998, p.81).

Tratava-se de relações marcadas pelo ciúme, amor intenso, mas um amor, na maioria dos casos, platônico, um amor lírico, essa disputa do amor entre as freiras era muitas vezes uma maneira de aliviar o cotidiano delas dentro do convento. Percebemos também que os freiráticos eram diversos tipos de homens, incluindo reis, apesar de isso ser extremamente condenado pela igreja, a figura mais importante de Portugal se relacionava com freiras. Além de Dom Afonso VI, temos o conhecimento de que Dom João V também era um freirático assíduo, sendo representado de maneira icônica no romance de José Saramago, Memorial do Convento.

Apesar de o convento simbolizar para as mulheres uma chance de liberdade, de realizar feitos nunca antes pensáveis para elas, temos que ter em mente que a grande maioria delas não estava lá por vocação ou vontade própria. As mulheres não tinham chance de escolher seus caminhos, quer fosse o casamento, quer fosse o convento, essa decisão era tomada pelos homens de sua vida, não por elas.

Elas dispunham sim de certa liberdade dentro dos conventos, seja a intelectual ou a sexual, mas isso não significava que era uma vida fácil, ainda mais para aquelas que não escolheram a vida claustral, se tornar uma freira significava abdicar do mundo secular. Todos os contatos com o exterior eram monitorados pelas freiras que exerciam autoridade no convento (madre abadessa, vigária, porteiras), elas ouviam as conversas, liam as cartas, autorizavam as vindas dos familiares. E a freira que não seguisse as regras era severamente castigada, já que o convento tinha um cárcere privado, local sem pavimentação nem iluminação, onde as enclausuradas podiam ficar por dias ou meses, sem pão ou água (SÁ, 2011, p.284).

Mesmo com todas essas dificuldades e regras rígidas, muitas ainda percebiam que este era um caminho melhor do que o que elas levariam sendo casadas, segundo Soihet:

As mulheres reclusas em conventos e recolhimentos conseguiram reverter alguns dos propósitos punitivos e supostamente opressivos destas instituições. Não poucas perceberam que ali se desenhava a possibilidade de uma vida autônoma, frente aos rigores da família e da sociedade, inclusive permitindo o exercício do poder (SOIHET, 1997, p.284).

Para finalizarmos, devemos ter em mente que dentro dos mosteiros, as mulheres eram permitidas ao reconhecimento e aquisição de um estatuto e personalidade social, tais papéis eram vedados a elas no espaço familiar, era a chance de adquirir um poder que na sociedade civil era reservado aos homens. Os conventos eram os cenários mais favoráveis à autonomia e expressão femininas, libertando as mulheres da tutela do pai, marido e do fardo da maternidade. Dentro do convento as mulheres estavam distanciadas da vigilância masculina (CARDOSO, 2003, p.28-36).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término dos nossos estudos, nos foi possível comprovar nossas hipóteses iniciais, fato esse possível graças ao aporte teórico que sustentou nossas análises quanto a vida das portuguesas do século XVIII. Na trajetória da investigação, a questão

norteadora que conduziu toda a pesquisa, a possibilidade de liberdade feminina dentro dos conventos, obteve sua resposta que, nesse momento passaremos a apresentá-la; a fim de, poder contribuir com a história, historiografia feminina.

Toda a análise não buscou intensificar a “guerra dos sexos”, nem romantizar a figura feminina. Pretendemos demonstrar como a forma de pensar das mulheres foi se modificando na medida em que elas foram podendo fazer suas próprias escolhas e, também quando foram tendo acesso a intelectualidade, construindo seu pensar e descortinando novos horizontes distintos da vida conjugal e da tutela masculina. Isso contribui com a história das mulheres, pois as coloca como sujeito de sua própria história e como agentes na agenda da humanidade, evidenciando que a imagem de ser incapaz e dependente foi construída pelas necessidades e exigências sociais de uma dada organização social, não tendo nada a ver com capacidade ou fragilidade.

Concluimos que apesar de muitas vezes não terem vocação, as mulheres no convento foram muitas vezes mais livres do que seriam fora deles, isso porque estavam longe do controle patriarcal e pela primeira vez poderiam criar uma sociabilidade e serem agentes de suas vidas, mesmo que isso significasse estar enclausurada.

Intentamos aqui construir uma imagem não romantizada do estado de clausura das mulheres no século XVIII, esforçamo-nos para mostrar como as mulheres foram capazes de se estabelecer em espaços hostis, como transgrediram e subverteram as regras para aliviarem seu cotidiano. Não devemos entender essas mulheres como livres e realizadoras das suas vontades, mas também não devemos as entender apenas como submissas e reclusas. As mulheres que tiveram a chance de entrar nos conventos, conseguiram a longos passos e duras penas, mudar mesmo que muito pouco, o rumo de suas histórias, de maneira lenta e gradativa as mulheres enclausuradas adquiriram um pouco de espaço dentro da sociedade portuguesa.

Intencionamos aqui entender como o letramento, a educação, a alfabetização eram uma maneira de praticar a liberdade, como a poesia, a literatura eram importantes para manter ocupada a mente dessas mulheres, como elas adquiriram importância a partir disso. As mulheres conseguiram mudar o rumo de sua situação dentro da sociedade portuguesa graças a educação que recebiam dentro dos conventos, elas entenderam que só teriam a chance de serem minimamente ouvidas se buscassem a educação. Devemos ter sempre em mente a importância dos conventos para a formação educacional das mulheres em Portugal. A partir da segunda metade do século XVIII os conventos

começaram a diminuir cada vez mais, e esses espaços se tornaram centros para educar mulheres, essa transição nos mostra como o letramento era marcante na vida claustral.

O intuito aqui foi mostrar as mulheres como agentes da história, contar a história a partir delas e não apenas do ponto de vista dos homens importantes, já estamos sobrecarregados deste tipo de narrativa. As mulheres precisam de espaço dentro da historiografia, por muito tempo foi considerado que este tipo de história não era importante, chegou o momento de subvertermos esse quadro e darmos espaço para essas mulheres que foram por tanto tempo ignoradas.

Precisamos analisar as mulheres mesmo dentro dos espaços em que elas foram impostas a estarem, dentro das grandes instituições que as oprimiram e que mesmo assim elas conseguiram, a duras penalizações, subverter sua realidade, isso revela como elas começaram aos poucos a possuir suas próprias histórias. Devemos ter sempre em mente que todos os direitos que as mulheres adquiriram na história não foi dado a elas, foi conquistado por elas, e este foi um processo muito longo, estas mulheres do século XVIII mesmo enclausuradas conseguiram mudar, mesmo que pouco, suas realidades e assim deram espaço para outras mulheres mudarem as suas.

## FONTE

MIRANDA, Ana. **Que seja em segredo**. Revisão: Lia Cremonese e Marianne Scholze. Porto Alegre: L&PM POCKET, 1998.

## REFERÊNCIAS

ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e devotas: mulheres da colônia. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1950-1822**. Rio de Janeiro, José Olympio e Brasília, Edunb, 1993.

ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. **O sexo devoto**. Normatização e resistência feminina no império português XVI-XVIII. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005.

ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. **A clausura feminina no mundo ibero atlântico: Pernambuco e Portugal nos séculos XVI ao XVIII**. *Tempo* [online]. 2012, vol.18, n.32, pp.95-113. ISSN 1413-7704.

BELLINI, Lígia. **Vida monástica e práticas de escrita entre mulheres em Portugal no Antigo Regime**. *Campus Social*, 2006. .p209-218.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CARDOSO, F. A. L. A. **As religiosas e a Inquisição no século XVII quadros de vida e espiritualidade**. Dissertação (Mestrado em História Moderna)- Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 2003.

HANSON, Carl A. **Economia e Sociedade no Portugal Barroco (1668-1703)**. 5. Ed. Lisboa: University of Minnesota, 1981).

HATHERLY, A. **Tomar a palavra aspectos de vida da mulher na sociedade barroca**. In: Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, n9, Lisboa, Edições Colibri, 1996, pp.269-280.

GODOY, Gislaine Aparecida Valadares de. **Princípios educativos para mulheres dos séculos XVIII e XIX: Contribuições da Marquesa de Alorna**. 150 f. Tese de Doutorado (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Prof. Dr. Célio Juvenal Costa. Maringá, 2018.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; RAMOS, Rui (coord.). **História de Portugal**. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009.

PESAVENTO, Sandra. **História e história cultural**. 3. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SÁ, Isabel dos Guimarães. **Os espaços de reclusão e a vida nas margens**. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo; MATTOSO, José (Orgs.). **História da vida privada em Portugal: A Idade Moderna**. Lisboa: Temas e Debates, 2011.

SILVA, Cássia Alves da; LEITÃO, Mary Nascimento da Silva. **A personagem feminina transgressora em Que Seja em Segredo, de Ana Miranda**. In: SILVA, Fernanda Maria Diniz da; SILVA, Marilde Alves da; SILVA, Fernângela Diniz da; SOUSA, Alexandre Vidal de. (orgs.). **Ceará em prosa e verso: ensaios sobre literatura**. Fortaleza: Ceará em letras, 2018. Pg 89 à 102.

SOIHET, Rachel. **História das mulheres**. In: FLAMARION & VAINFAS, Ciro e Ronaldo. (Org.). **Domínios da história**. 16. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

“E para o caso de não nos vermos mais, bom dia,  
boa tarde e boa noite!”:  
A distopia em *O show de Truman - O show da vida*  
(1998) (Florianópolis/SC, 2021)

Ana Cecília Lopes de Souza  
Universidade Federal de Santa Catarina  
anacecilialedes1999@gmail.com

Gabriela Araldi  
Universidade Federal de Santa Catarina  
gabrielaaraldi13@gmail.com

Este artigo tem como objetivo principal a discussão acerca do filme *O Show de Truman - O Show da Vida*, de 1998, dirigido por Peter Weir, roteirizado por Andrew Niccol e produzido pela Paramount Pictures em parceria com Scott Rudin Productions. Nossa argumentação é baseada na análise fílmica e abrange os conceitos de distopia e utopia, e de que maneira a narrativa de Truman e seu mundo se encaixam em uma tentativa utópica, mas que, na verdade, acaba por se distorcer em uma clássica distopia. Um dos debates propostos no artigo, através da análise social, segue as noções de entretenimento nos dias atuais e a relação midiática que a emissora de Truman possui com seus telespectadores, considerando Truman mais como um objeto do que um ser humano. O artigo tende a refletir as noções de tempo e os séculos XX-XXI que são representados em *O Show de Truman*.

Palavras-chave: O show de Truman. Distopia. Utopia. Mídia.

## INTRODUÇÃO

Por toda a história manifestações artísticas ocorriam em paralelo a grandes acontecimentos, e o século XX não foi diferente. Convivendo com realidades como guerras mundiais, movimentação de grupos ativistas marginalizados perante a sociedade e um capitalismo cada vez mais selvagem que passa a mudar os modos de consumo, além de inúmeros novos meios de comunicação como rádio, televisão, cinema e internet, ao fim do século passado, em 1998, o diretor Peter Weir e o roteirista Andrew Niccol idealizaram um filme intitulado no Brasil de *O Show de Truman - O Show da Vida*, que veio a ser produzido pela Paramount Pictures em parceria com Scott Rudin Productions. Com temáticas ainda atuais, o filme possui 103 minutos de duração e é estrelado pelo ator Jim Carrey que, conhecido por comédias, não deixa de entregar a dramaticidade de que *O Show de Truman* necessita.

No início do longa-metragem o espectador recebe informações de que Truman Burbank interpreta a si mesmo e aos poucos descobre que toda sua vida é uma grande atuação em massa. Adotado legalmente por uma emissora de televisão ao nascer, sendo um dos bebês concorrentes indesejados por sua mãe, Truman é criado por pais fictícios em uma cidade também fictícia chamada Seahaven, de onde aproximadamente 1,7 bilhão de pessoas acompanharam seu nascimento e 220 países assistiram seu primeiro passo; no entanto, Truman não sabe que é uma celebridade e nem que sua vida é um palco para atores. O grande mestre de todo o show é Christof, que mora dentro da lua de Seahaven, onde é transmitido tudo o que ocorre com Truman vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, sem pausas para comerciais, já que tudo por ali é comprável, incluindo roupas e casas, além de alimentos que são “disfarçadamente” vendidos pelos personagens secundários. Quando Truman Burbank está prestes a comemorar 30 anos, 10.909 dias de show ininterruptos, sua vida começa a lhe soar estranha: acontecimentos repetitivos em sua rua, o casamento com Meryl que nunca parece evoluir, um objeto estranho que cai do céu (um refletor) e o reaparecimento de seu pai morto anos atrás. Este último evento desencadeou um sentimento de terror para o protagonista: ao reconhecê-lo, Truman vê o homem ser levado às pressas por pessoas que o cumprimentaram algumas cenas antes. Até o momento, os telespectadores o consomem como objeto e torcem por sua vida, e como comenta Christof em uma entrevista dada à emissora, ainda que o mundo em que Truman viva seja falso, o que importa é que não há falsidade nenhuma nele.

Aos poucos surgem *flashbacks* da infância e juventude de Truman, como os tempos da universidade e sua paixão por Lauren, uma garota que sempre o rejeita, ainda que o instigue, para que no fim tente lhe explicar toda a verdade; porém, ela é impedida por um ator que se diz seu pai e é desligada do show; enquanto isso, sua futura esposa Meryl já era introduzida em sua vida de forma forçada, impedindo que o personagem saia do roteiro original, enquanto para Truman, Lauren permanece como sua grande paixão secreta. Segundo Rodrigues “[...] a todo o momento, a direção do programa interferia, seja manipulando notícias e informações, seja criando situações de todo tipo.” (2011, p. 167). No entanto, a vida de Burbank foge dos eixos quando sua percepção aumenta e ele se torna imprevisível, deixando os produtores do programa desesperados para restaurar a “normalidade”. Ao fim do filme, ultrapassando seu pior medo, sair de Seahaven e entrar no mar (devido ao afogamento de seu pai de forma trágica), Truman não desiste de encontrar a verdade e, mesmo quase morrendo afogado, segue de barco para o infinito, até bater em uma parede pintada de céu e nuvens. Em um último momento, criador e criatura se conversam pela primeira vez, Christof tenta convencer quase de forma paternal que Truman nunca sairia dali, mas é neste momento que o protagonista, aceitando seu espaço de estrela principal, se despede do público com uma saudação teatral e segue em rumo a escuridão de uma porta que põe um fim à sua vida de mentiras.

Nossa proposta com essa atividade final é pensar *O Show de Truman* como uma obra distópica, primeiramente abrindo a discussão sobre os conceitos de utopia e distopia e como se encaixam na película, além de discutir a estrutura de mundo, as relações entre Truman, os telespectadores e a mídia no século XX.

## O MUNDO DE TRUMAN

Entender os conceitos de utopia e distopia é fundamental para nossa análise, pois consideramos *O Show de Truman* como uma distopia que possui um tanto de utopia em si mesma. Sendo assim, utopia seria um lugar ideal, imaginário e perfeito, mas inexistente. Como traz Ginway, podemos a definir como “[...] um gênero literário que descreve uma comunidade hipotética concebida de acordo com princípios racionais [...]” (2005, p. 94), portanto, Seahaven é utópica, uma cidade ordeira e impossível.

Em contrapartida, a distopia é a representação desse mundo não-ideal, um mundo violento e de opressão, ou seja, Seahaven é uma distopia, que tentou ser utópica:

A distopia não é uma *antiutopia*, ela é um *deslugar*, que não se encontra exatamente no futuro, mas, que pode estar em qualquer lugar, inclusive no presente e no passado. Ela não seria um espaço desejável ou sonhado, mas um mau lugar, de contrariedade e privação. A distopia seria, portanto, a desfiguração da própria possibilidade da utopia. (BENTIVOGLIO, 2019, p. 95-96)

Podemos refletir, então, como o mundo de Truman Burbank e sua realidade, criados por Christof, se encaixam em nossa proposta. Ao observarmos a cidade de Seahaven, vemos um subúrbio norte americano comum, com casas espaçosas e jardins, famílias nucleares heteronormativas, tons de amarelo e azul predominantes em um local ensolarado, limpo e bem organizado, habitantes simpáticos e que sempre estão de bom humor. Com clara inspiração no *american way of life* das décadas de 1950 e 1960, até mesmo as vestimentas e eletrônicos relembram essa fase tida como de ouro para os Estados Unidos. No entanto, a cidade ensolarada não é o que parece, sendo descrita fora dali como:

Construída em Hollywood, a Ilha de Seahaven possui uma alta tecnologia e uma complexa cadeia de câmeras escondidas. Ao todo são quase 05 mil câmeras e um elenco que, contabilizando atores e produção, perfaz o montante equivalente à população de um país. Além disso, a Ilha é o maior estúdio construído no mundo e é, junto com a Muralha da China, uma das duas estruturas feitas pelo homem visíveis do espaço. (RODRIGUES, 2011, p. 166)

Seahaven é esse local perfeito do ponto de vista interno, um Estados Unidos no auge de seu capitalismo, onde os empregos são respeitáveis (Truman é corretor de seguros e Meryl é enfermeira), onde os programas de televisão e rádio são clássicos, sendo o favorito de Truman *I Love Lucy* (1951-1957), e onde todos os personagens ironicamente possuem nomes de estrelas de cinema hollywoodianas, como seu melhor amigo Marlon (Brando) e sua esposa Meryl (Streep). Outro aspecto possível de análise é o próprio nome dado à cidade fictícia, Seahaven pode ser pensado como “um lugar seguro rodeado pelo mar” (tradução nossa), ou podemos pensar que seu nome, ao adicionarmos um ‘e’ em ‘haven’, também pode ser interpretado como “paraíso ao mar” (tradução nossa), ou seja, o paraíso ao qual Christof idealiza, não somente para seu personagem principal, mas também para consumo dos espectadores, um local inatingível, mas imensamente desejável.

Desse modo, Seahaven representa o mundo ideal dentro do mundo não ideal pela visão de Christof, cercada por câmeras e fechada em uma bolha de metal. O mundo de

Truman é complexo e pequeno em comparação ao restante do globo terrestre, e no entanto, é suficiente para entreter milhares de espectadores por quase trinta anos.

Em contraste a Seahaven, porém, existe um mundo “real”, o mundo de Christof e dos telespectadores, que no filme são representados por figuras como duas senhoras em um sofá, abraçadas em uma almofada com o rosto de Truman, um verdadeiro objeto de consumo, além de um homem que assiste televisão dentro de sua banheira, e uma lanchonete, onde funcionários e clientes não somente assistem ao programa como fazem apostas sobre o futuro de Truman, contando os dias ininterruptos por um calendário, 10.909 dias. É assim que nós, os verdadeiros telespectadores, entendemos o tempo dentro e fora de Seahaven.

Em *O Show de Truman* encontramos dois níveis ou universos narrativos: o mundo “ideal e perfeito” conhecido por Truman, chamado Seahaven, criado por Christof, única e exclusivamente para aquele personagem; e um outro mundo, externo a Seahaven, desconhecido por Truman, e que caracteriza o lugar que os telespectadores do show conhecem por realidade. (NOVELO, 2016, p. 33)

Ao refletirmos sobre a relação entre o Tempo e *O Show de Truman*, podemos repensar esse século XX e suas consequências deixadas que, até 1998, já eram bem perceptíveis. É importante ressaltar que para a discussão partimos da percepção de que, apesar de Seahaven se caracterizar pelo mundo norte americano de 1950-60, o exterior estaria em um possível fim do século XX, devido a atmosfera que se apresenta em diversas cenas, assim como roupas e meios de comunicação como televisores, sendo possível, ao mesmo tempo, pensarmos em um mundo futurístico, considerando a tecnologia necessária para a criação de Seahaven e a lua a qual Christof e sua equipe vivem, sendo assim, um local com tempo indefinido, mas ainda possível de reconhecer como nossa realidade em alguma instância. Como indica Enzo Traverso em seu capítulo “Passados assombrados desprovidos de utopias”, o fim da URSS e a queda do Muro de Berlim, são acontecimentos imprevisíveis, que põem o mundo em um local desconhecido e, se antes as revoluções como a de 1789 traziam o sentimento de esperança e novas ideias, agora no séc. XX o sentimento é de sonhos frustrados e paralisação da produção cultural. O filme em discussão nos parece também uma representação dessa utopia frustrada; Traverso pensa a História e o século XX como “[...] uma paisagem de ruínas, um legado vivo de dor e sofrimento.” (2018, p. 40), Christof também parece entender o mundo fora de seu paraíso fictício desse modo, um local que não seria amigável à Truman e, por isso, ele deveria

permanecer dentro da utópica Seahaven. É interessante considerarmos que o tempo dentro de Seahaven também era controlado, assim como os atores e a vida de Truman, incluindo eventos naturais como dia e noite, sol e chuva, e até certo momento, seus próprios telespectadores, que nunca desligam suas telas.

Seahaven, portanto, é uma cidade utópica somente em teoria, com suas belezas e idealizações, que, no entanto, cai em todas as caracterizações de uma distopia, mostrando a representação de um mundo não-ideal e a formação de uma vida silenciosamente violenta para seu principal alvo, Truman Burbank.

### A VIDA DISTÓPICA DE TRUMAN

Contrariamente à proposta insustentável de Seahaven como lugar utópico, é através das ferramentas de controle elaboradas por Christof e sua equipe que Truman vive sob constante violência e privação. A agressão psicológica é expressa em diversas formas, todas com a finalidade clara de forçar a permanência do astro na ilha. O exemplo mais claro é o episódio de afogamento de seu pai: se torna um recurso utilizado pelos diretores para causar profundo trauma em Truman, fazendo-o sentir-se impotente e culpado pela morte de seu responsável, ao passo que também estava no passeio de barco e não pode salvá-lo, e, mais importante, fez com que ele ficasse com medo da água para sempre, fazendo-o desistir toda vez que pensava em ir para outro lugar.

Além disso, todo o tipo de veículo midiático da cidade constrói a imagem de Seahaven como o melhor lugar do mundo, criando, inconscientemente, uma não necessidade de viajar e conhecer outros lugares; o *script* e os pontos do elenco direcionam os atores a reagir e controlar as reações de Truman, de forma que, toda a vez que ele pensa em sair da ilha, é impossibilitado. No momento em que começa a desconfiar que sua vida é manipulada, Truman tenta comprar uma passagem de avião para Fiji, porém a atendente responde que não há passagens disponíveis no próximo mês; posteriormente, ele compra uma passagem de ônibus que o faria atravessar a única ponte que ligava a cidade e o fim do cenário, contudo, quando o ônibus vai partir, o veículo não sai do lugar, pois encontra-se quebrado. Estas são formas claras de controle por parte da produção, que não sabia lidar com os imprevistos recentes de Truman e nem preparava seus atores coadjuvantes para reagirem a situações similares.

Quando o controle e violência psicológica não são suficientes para manter o protagonista na ilha, o apelo parte para a agressão física. A última tentativa falha de fuga

de Seahaven por parte do personagem principal é atravessar a ponte de carro; ele até chega no outro lado, mas é perseguido violentamente por supostos agentes de uma usina que funcionava por lá, acaba sedado e é levado de volta à sua casa. A partir desse momento, a estratégia de Truman foi outra: agir normalmente e fugir durante a noite, enquanto simulava dormir através de uma pilha de travesseiros, em um local estratégico de sua casa. O astro já estava velejando no mar quando a produção percebe a fuga; Christof então, decide manipular os eventos meteorológicos simulando uma tempestade que coloca a vida de Truman em risco, quase o matando. Considerando que: “No plano filosófico, a distopia representa a resistência ao humanismo diante de realidades sempre hostis, das quais, aparentemente, não é possível escapar.” (BENTIVOGLIO, 2019, p. 21), podemos concluir que essa é uma das razões para *O Show de Truman* ser uma obra distópica.

O longa-metragem se passa em uma condição que pode ser questionada acerca de sua localidade no tempo. Embora caracterize uma sociedade norte-americana dos anos 1960, foi gravado praticamente na passagem para o século XXI, e pode ser comparado à nossa vida contemporânea atual, do mesmo modo que translocado para uma sociedade do futuro: é um evento que não consegue ser localizado em um espaço temporal único e absoluto. Uma distopia apresenta essa qualidade de *deslugar* (BENTIVOGLIO, 2019):

No caso de *O Show de Truman*, o particular se sobrepõe ao singular, pois, tal como em clássicos da ficção científica como *Blade Runner*, *Matrix* e *Laranja Mecânica* – a relevância desses filmes se deve, em parte, ao fato de que são verdadeiras distopias e funcionam como um aviso para tendências potencialmente realistas – há uma ameaça do estranhamento total, da total submissão da criatura para com o seu criador, e até a perda total da identidade. O sujeito, quando condicionado a uma instância meramente particular, pode ser manipulado sem dificuldades. E manipular sujeitos é o grande desejo da ideologia opressora. (NOVELO, 2016, p. 48)

Dessa maneira, *O show de Truman* prova-se uma distopia, pois além de condicionar a vida do personagem principal à um constante estado de violência e sua realidade ser passível de viagem pelos marcadores de tempo (passado, presente e futuro), Seahaven também expressa-se como um lugar de privação e, conseqüentemente, perda de identidade para Truman. Ao ser submetido a um modo de vida que não o permite escolher suas ações e destino de forma livre ou autônoma, Truman perde todo e qualquer senso de identidade ou personalidade próprios, uma vez que atende sem saber aos padrões de vida ditados pelos responsáveis do *reality show*:

[...] claro se mostra que o diretor esperava do astro apenas o cumprimento de seu destino. Ou seja, a “vida” se encarregaria de conduzir os acontecimentos, de forma a alegrar os milhares de espectadores que assistiam Truman todos os dias. (RODRIGUES, 2011, p. 168).

De acordo com Rodrigues (2011), em *O show de Truman* é possível observar a quebra de direitos básicos do cidadão, pois todas as ferramentas utilizadas pela emissora, como a introjeção do medo e as chantagens emocionais, aparecem como instrumentos de opressão - são violações expressas ao direito de liberdade e ao direito à vida privada e a imagem. Tendo em vista que Truman vive uma realidade que não permite momentos íntimos ou privados, o papel da mídia e dos meios de comunicação como alicerce utópico e opressivo entra em xeque. Tanto Christof, enquanto criador do reality show e responsável pela primeira adoção de um recém-nascido em nome de uma emissora, quanto todos os aparatos utilizados para o entretenimento em massa, reduzem Truman à um produto manipulável com um fim único e indiscutível: o comercial.

As quase cinco mil câmeras escondidas somadas a todo o aparato técnico que envolve Seahaven, fazem dela uma cidade cinematográfica em que a produção tecnológica é tão grande, que é capaz de ser usada como arma de controle social, político e econômico, confirmando, portanto, uma das premissas que compõem uma ficção distópica:

Também, como Keith Booker aponta, “a ficção distópica difere da ficção científica na especificidade de sua atenção à crítica social e política”. Por essa razão, a metáfora primária da ficção distópica é a sociedade como uma máquina que usa a tecnologia para o controle social e político. Ao empregar um mundo futurista imaginário, as distopias efetivamente se concentram em temas políticos e satirizam tendências presentes na sociedade contemporânea. (GINWAY 2005, p. 93).

Se obras distópicas podem refletir tanto sociedades do passado e do futuro, como podemos trazê-las para nossa realidade? *O show de Truman - O show da vida* faz emergir uma crítica social e política acerca dos meios de comunicação e informação que temos atualmente. Experimentamos um mundo em que as informações circulam em alta velocidade e atingem lugares inimagináveis, ao passo que a falta de privacidade é um fenômeno recorrente por conta da superexposição nas redes sociais. Segundo Novelo (2016), o filme não deixa de representar um futuro não tão distante e, até mesmo, nossa realidade, onde a falta de privacidade e os *reality shows* 24 horas já acontecem com frequência. O *Big Brother Brasil*, por exemplo, é um programa inspirado em *Show de Truman*

e na obra *1984*, de George Orwell (PEREIRA; SANTOS, 2011), o que comprova que Truman se assemelha a um participante de *reality show*, embora não saiba que existe um mundo o assistindo e não consiga sair da cidade depois de 3 meses possuindo um milhão e meio de reais no bolso, como no programa:

Para os que acompanham o show da vida de Truman como para nós na contemporaneidade naturalizou-se a ideia da visibilidade concedida a fatos corriqueiros antes restritos a ambientes privados, de modo que abundam hoje em dia programas de televisão, redes sociais, vídeos lançados na Web, blogs e microblogs onde pessoas comuns ficam famosas e atingem o status de celebridade. (PEREIRA; SANTOS, 2011, p. 7)

Ao discutir sobre o fenômeno de dessincronização temporal, Rodrigo Turin (2019) elaborou o conceito de *aceleração*, no qual a dimensão espaço-temporal vai reduzindo-se até tornar-se praticamente nula, e se expressa, por exemplo, na circulação de notícias pela *internet*. A aceleração vem se intensificando desde o século XX e, nos dias atuais, molda a sociedade de uma nova forma: como *hiper aceleração* temporal. Uma das críticas de Turin referentes ao Brasil, seria a exploração das *fake news* como meio de difusão e propaganda política de forma irresponsável; no entanto, podemos refletir em escala global a repercussão de uma mídia não apurada e criada por qualquer pessoa com o mínimo acesso a redes sociais. Sobretudo em momentos de crises mundiais, as consequências são irreversíveis, desinformando tanto grandes quanto pequenos grupos, sem preocupação com a verdade. O espaço-tempo das comunicações e informações está tão acelerado, que é praticamente impossível medir a velocidade e, sobretudo, a veracidade dos fatos.

#### A MÍDIA E A MODERNIDADE EM *O SHOW DE TRUMAN*

A obra distópica reproduz uma sociedade moderna. Rodrigues (2011) classifica este período como transformador no modo de compreender o mundo, uma vez que o homem passou a dar sentido para sua própria existência e ao universo que o circunda; sendo assim, o sentido de subjetividade ganhou relevância. De acordo com o autor, foi a subjetividade de Truman a força motriz que o libertou de Seahaven, uma vez que ele passou a reconstruir sua trajetória de vida segundo suas próprias motivações. Todo o processo de conscientização de Truman “teve início a partir do momento em que a

monotonia do dia a dia tornou-se insuportável, quando Truman percebeu que sua rotina não tolerava imprevistos.” (RODRIGUES, 2011, p. 170).

Como subproduto do período moderno, aparece o conjunto dos meios de comunicação de massa (RODRIGUES, 2011), da mesma maneira que a aceleração temporal é uma premissa da modernidade e, conseqüentemente, da mídia (TURIN, 2019). Calcular a força e influência desses segmentos é crucial para entender a crítica em *O Show de Truman*. Conforme argumenta Rodrigues (2011), Christof e sua equipe utilizam em todo o filme a racionalidade instrumental como uma estratégia de lucro com a vida pública de Truman. É através dela que a emissora controla todos os acontecimentos da cidade cenográfica e também a recepção dela pelo público - atitude que justifica o porquê da esmagadora maioria dos telespectadores não se revoltarem com o fato de Truman viver uma enganação. A indústria cultural, portanto, se transforma em um negócio que visa legitimar as atitudes daqueles que detêm o poder econômico: “Isso porque a racionalidade e o esquematismo eram empregados para a dominação” (RODRIGUES, 2011, p. 165).

À medida que a mídia tem forte influência na maneira que as pessoas concebem e compreendem a realidade, “interesses estratégicos sobrepõem-se à solidariedade, às leis morais - constituindo-se em verdadeiros impedimentos para quaisquer possibilidades de mudança social.” (RODRIGUES, 2011, p. 175). Assim, a audiência do *reality show* permanece anestesiada pela curiosidade e diversão, comprando produtos de Seahaven e torcendo, ironicamente, por Truman, como é o caso das duas senhoras que abraçam-se em almofadas com o rosto do astro: ambas esquecem-se de questionar sobre o custo de seu entretenimento que, neste caso, é a submissão de um ser humano a um estado de violência. Ou seja, a crítica presente na obra é que a racionalidade estratégica dos meios de comunicação são empregadas até hoje, fazendo com que os grandes empresários lucrem e instruem, inclusive, padrões de comportamento ao público:

[...] a “indústria cultural” se voltava a reproduzir a realidade como um modelo a ser seguido. A fantasia pretendia reproduzir o mundo da percepção cotidiana, adestrando o espectador para que ele se identificasse prontamente com aquilo que estava assistindo ou ouvindo. (RODRIGUES, 2011, p. 165)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do filme *O show de Truman - O show da vida* buscou argumentar, através da diferenciação conceitual e da exploração dos componentes de uma obra distópica, que

Seahaven, embora projetada para ser uma utopia, revela-se como um lugar de constante violação ao único habitante real da cidade, classificando-se, na verdade, como uma distopia.

Estudar artefatos culturais é fundamental para compreender e relacionar a sociedade que o consome. O uso da visualidade, como é o caso da obra em questão, abre caminhos para discussões e entendimentos que muitos textos teóricos não sonham alcançar, pois, da mesma maneira que a literatura, apela para o sentimental. Através do estudo de uma obra distópica, pudemos comparar o contexto do longa metragem com o modo de vida contemporâneo ao nosso, criticando as ferramentas utilizadas pelas plataformas de comunicação de massa para faturar e vender padrões de comportamento ao público. Além disso, fizemos um paralelo entre a privação de privacidade de Truman no *reality show* 24hrs e a superexposição causada por programas de televisão inspirados em *O Show de Truman* e pelas redes sociais.

A análise do programa ainda permite uma série de questionamentos acerca dos ideais da modernidade e o desenvolvimento da trama. Neste contexto, há o surgimento do direito subjetivo, da moralidade e da ética (RODRIGUES, 2011). Embora o filme represente uma sociedade em moldes modernos, a ética e moral dos envolvidos pode ser refutada. Por exemplo, o direito à vida privada e a imagem é negado à Truman, ao mesmo tempo em que a produção do programa pode ser considerada como imoral ao criar um indivíduo rodeado de mentiras e violações, e abusadora de seu direito ao passo que insere medos e chantagens na vida do protagonista. Os valores dos espectadores também são passíveis de crítica, já que eles assistem confortavelmente o condicionamento do personagem em uma cidade cenográfica sem sair do sofá:

Os valores dos espectadores estavam tão invertidos e esquecidos, que a cena em que a figurante tentou alertar Truman da verdade dos fatos foi colocada pela produção do programa nos “melhores momentos”, como se se tratasse de algo divertido e absolutamente normal. (RODRIGUES, 2011, p. 174).

*O Show de Truman - O show da vida* foi um sucesso de bilheteria, constituindo-se como atual e irreverente para a cultura cinematográfica e histórica, não à toa nos possibilitando novas visões com o passar das décadas, possibilitando inúmeras abordagens e interpretações, e nos fazendo questionar, por fim: em qual grau nossa vida e a de Truman Burbank realmente se diferenciam?

## FONTE

1. O SHOW de Truman - O show da Vida. Direção de Peter Weir. Produção de Scott Rudin. Intérpretes: Jim Carrey. Roteiro: Andrew Niccol. Estados Unidos: Paramount Pictures, 1998. (103 min.), son., color. Legendado.

## REFERÊNCIAS

- BENTIVOGLIO, Julio. *História e distopia*. Vitória: Editora Milfontes, 2019. III p.
- GINWAY, M. Elizabeth. *Ficção Científica Brasileira: Mitos Culturais e Nacionalidade no País do Futuro*. São Paulo: Devir, 2005, p. 93-94.
- NOVELO, Rafael Antonio. *Simulação do real e a espetacularização do cotidiano: reflexos da vida pós-moderna em O Show De Truman*. 2016. 57 f. TCC (Graduação) - Curso de Letras Português-Inglês, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2016.
- PEREIRA, Patrícia Almeida; SANTOS, Rita de Cássia S. O show de Truman e a espetacularização do cotidiano: controle e visibilidade na sociedade contemporânea. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS NA AMAZÔNIA, 3., 2011, Belém. *Anais [...]*. Belém: s/n, 2011. p. 1-10.
- RODRIGUES, Marluce de Oliveira. O Show de Truman: Uma análise crítica da indústria cultural. *Revista Ética e Filosofia Política*, v. 2, ed. 14, 2011, p. 164-182.
- TRAVERSO, Enzo. Introdução: Passados assombrados desprovidos de utopias. In: \_\_\_\_\_. TRAVERSO, Enzo. *Melancolia de Esquerda: Marxismo, História e Memória*. Belo Horizonte: Editora Âyiné, p. 27-67, 2018.
- TURIN, R. Tempos de transição: aceleração e dessincronização social. In: \_\_\_\_\_. VÁZQUEZ, G.G.H; DENIPOTI, C. (org). *Tempos de Transição*. Porto Alegre: Editora Fi, p. 19-37, 2019.

## REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- NARITA, F. Z.; SIMON, Z. B. *Futuros em fuga, tecnologia e o colapso do entendimento em tempos de mudanças sem precedentes*. Transições, Ribeirão Preto, v. 1, n. 1, 2020
- PEREIRA, M; MARQUES, M; ARAUJO, V. *Almanaque da Covid-19: 150 dias para não esquecer ou a história do encontro entre um presidente fake e um vírus real*. Vitória: Milfontes, p. 279-282, 2020.
- RODRIGUES RIBEIRO, Michela. O Show de Truman: A escolha por um "controle mais livre". In: \_\_\_\_\_. QUILHARDI, Hélio José; CAMPBELL DE AGUIRRE, Noreen. *Sobre Comportamento e Cognição: Expondo a variabilidade*. Santo André: ESE Tec Editores Associados, 2006. v. 18, cap. 22, p. 280-285.
- TURIN, R. *A (des)temporalização da pandemia*. Editora UFMG, 2020a.
- \_\_\_\_\_. *Tempos pandêmicos e cronopolíticas*. Pandemia Crítica: N-1 Edições, 2020b.

## O zumbido dos marimbondos contra o mapa censitário:

Pobres e livres na Guerra dos Marimbondos (1851-1852)

Victor Hugo de Almeida França  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
vhugo012@gmail.com

Maria Eduarda Pereira dos Santos  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
maria.eduardantos@gmail.com

O presente trabalho tem por objetivo evidenciar a Guerra dos Marimbondos como um importante movimento sedicioso em Pernambuco e outras províncias no nordeste imperial, tendo como agentes protagonistas de tal movimento os pobres e livres, que se configuram no século XIX como uma camada fluída e polissêmica. Utilizando de autores que tratam a classe dos pobres e livres como Maria Sylvania de Carvalho Franco (1997) e Hebe Mattos (2009) e de estudos relacionados à Guerra como o de Guillermo Palacios (2006) e Renata Saavedra (2009), o artigo busca contextualizar o Império Brasileiro e o conceito de pobres e livres, para que se possa entender a Guerra como um movimento contrário ao controle do Estado sobre os pobres e livres no processo de transformação das relações de trabalho escravo para o trabalho livre. Para tanto, como uma pesquisa inicial, o presente trabalho fora construído com o levantamento prévio de fontes e referenciais bibliográficos acerca da temática em questão.

Palavras-chave: Brasil Imperial. Pobres e Livres. Guerra dos Marimbondos. Província de Pernambuco.

### Agradecemos

À nossa professora titular do Curso de História da UFMS no Campus de Três Lagoas, a prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Celma Borges por ter nos orientado e corrigido nosso trabalho referente ao Brasil Império.

## INTRODUÇÃO

A História do Brasil se constituiu a partir de inúmeras dicotomias que se expressaram em todos os campos das relações humanas, de modo que, com a efetivação da emancipação política, através de processos como o de interiorização da metrópole ou eventos como o Fico (1822) e a Independência (1822), a dualidade entre a metrópole e a colônia dá lugar a tamanhas outras movimentações no chamado Império brasileiro. Assim, o presente artigo tem por objetivo compreender como as construções sociais, políticas e legislativas, principalmente, são responsáveis por tentar conformar a vida da classe dos pobres e livres. Em especial, buscamos entender a Guerra dos Marimbondos como um marco sedicioso das camadas populares, ante os decretos para o recenseamento e o controle de nascimentos e óbitos.

Em um primeiro momento, busca-se compreender o contexto do Brasil oitocentista, o qual passara por diversas transformações, que vão desde a vinda da corte para o Rio de Janeiro até mesmo a Proclamação da Independência em 1822. Assim, o deslocamento da capital do Império Português para as terras fluminenses, como salienta Dias (1972), além da reabertura dos portos e a entrada de capital inglês em terras brasileiras, são importantes fatores para a emancipação.

A partir do que se expressa no estudo de Maria Odila Leite Dias, Ribeiro e Pereira (2018) onde analisam a emancipação política brasileira, de modo que, à partir da crise do sistema colonial, tal processo não fora pensado como uma ruptura e sim como uma reorganização dos pilares que estruturavam a colônia americana. A classe dominante do Centro-Sul visava a consolidação da unidade brasileira e afirmar o Rio de Janeiro como o centro político e a causa da liberdade/autonomia, além de se moverem conforme o medo do Haitianismo e dos anseios populares. A liberdade se configura na conservação à propriedade e nos direitos sociais e políticos, sempre se excluindo os escravos e os pobres e livres de tal contexto, assim a sociedade imperial, à partir do processo de construção de uma identidade nacional e das Constituintes a liberdade é o principal objetivo dentro de um país marcado pela ordem escravista.

Por conseguinte, em um segundo momento objetivamos analisar a classe de pobres e livres brasileira dentro dessa dicotomia entre senhor e escravo, de modo a entender tais indivíduos não como desprendidos das agitações sociais ou mesmo marginalizados. Buscamos compreender os pobres e livres como agentes ativos do

processo histórico e que constituem importante papel social, não somente nos mundos do trabalho, mas como em toda a esfera pública e privada imperial.

A camada dos pobres e livres era marcada por grande polissemia de constituintes (MATTOS, 2009), tanto urbanos quanto rurais. A constante marginalização dessa classe também é responsável por criar organizações e ajuntamentos sociais desses indivíduos que juntos, exercem o que Thompson (1998) denomina de cultura de classe.

Mesmo que os pobres e livres estivessem subjugados aos grandes fazendeiros, as relações de trabalho eram fluídas e marcadas por constantes negociações, as quais configuram a fluidez da camada. Ademais, busca-se compreender a sociedade do trabalho em transição como aquela dominada pelos grandes proprietários: uma elite rural e urbana que visa o controle dos corpos.

A Lei de Terras de 1850 também é um importante fator analisado para que se possa compreender que o cativo da terra é o principal mecanismo de controle dessa camada social, já que ela consolida a propriedade fundiária no Brasil dentro do processo capitalista de controle do proletariado (MOTTA, 1988).

Por fim, a Guerra dos Marimbondos é apresentada como um dos principais movimentos dos pobres e livres ocorridos durante o Segundo Reinado. A revolta que se iniciou e teve maior impacto na Província de Pernambuco em 1851, teve como fator a tentativa do Estado nacional de recensear a população brasileira e regular os nascimentos e óbitos ocorridos em cada comarca e província.

A Guerra dos Marimbondos (1851-1852), ocorrida inicialmente na província de Pernambuco e que se espalhou por grande parte da região nordeste do Brasil, se deu no contexto da proclamação da Lei nº586/1850, que estipulava normas e verba para o recenseamento da população geral do Império e da regulamentação dos nascimentos e óbitos em cada província, e da tentativa de se proclamar os decretos nº797 e 798 de 1851, de modo que tais diretrizes geraram desconforto na população livre que temia a reescravização.

Desta forma, o estudo da Guerra é uma importante ferramenta para a observação de como as classes dominantes agiam para com os pobres e livres no contexto do Segundo Reinado, de modo que, ao analisar o movimento contra os decretos de recenseamento e de controle de nascimentos e óbitos, é possível compreender como os pobres e livres se confrontavam com a ordem escravista, buscando entender o porquê tal movimento é tão pouco explorado na historiografia do Brasil Imperial.

Os decretos nº 797 e 798 de 1851, bem como a lei de nº586 de 1850, tem fundamental importância nessa revolta popular, já que, os revoltosos acreditavam que tais legislações poderiam ser a chave para o retorno ao cativeiro. Por conseguinte, as leis exerciam a necessidade do Estado e das classes dominantes de colocar no mapa da dominação os indivíduos invisibilizados por um processo social anterior (PALACIOS, 2006).

A Guerra dos Marimbondos não se ateve somente à província pernambucana, visto que muitas outras províncias do Nordeste brasileiro foram tomadas pelas agitações contra a lei censitária. Além disso, é importante salientar que o processo era destituído de importantes figuras heroicas, e por isso a pouca relevância historiográfica, e o papel das mulheres era demasiadamente importante devido a participação ativa na revolta.

Ao analisar a Guerra no nordeste brasileiro, podemos obter um parâmetro de que os pobres e livres no Brasil oitocentista eram uma camada em movimento que lutava pelo direito à liberdade.

## O CONTEXTO OITOCENTISTA BRASILEIRO

Para iniciarmos o debate acerca dos pobres e livres em Pernambuco, no contexto da Guerra dos Marimbondos, primeiro é essencial contextualizar alguns conceitos básicos como, o período em que se passa, em quais locais e o que houve durante essa época. Neste primeiro tópico iremos conceituar o cenário do Brasil Império e explicar pontos fundamentais desse período, para assim chegarmos ao tema de pobres livres e a guerra dos Marimbondos.

Em uma análise política, econômica e social, o Brasil império teve início quando a corte real portuguesa veio para o Rio de Janeiro em 1808, que não só foi responsável por trazer a família real de Portugal para a colônia, mas também um contingente de nobres, fidalgos, funcionários, entre outros cargos responsáveis pelo funcionamento da corte portuguesa que se estabelecera em território americano com Dom João VI (ALENCASTRO, 1997). Os primórdios do Brasil Imperial revelam o embate entre os setores comerciais e de autoridades locais objetivadas por anseios diferentes, permeados pela necessidade de construção de um Estado independente e pela instituição escravista.

As visões de construção acerca de um Estado, de um cidadão e de direitos foram feitas a partir desse período, mas também havia disputas políticas, em que de um lado se tinha a compreensão de que a soberania estaria nas mãos do representante do povo, os

deputados; e da outra a figura do Imperador, aclamado pelo povo e ungido pela Igreja. Por conseguinte, nesse período, os setores municipais sofriam com um movimento antimunicipalista que objetiva a centralização do poder provincial e a redução do poder local. O poder público era exercido essencialmente por nomeados pelo governo provincial, de modo que tal medida centralizadora ameaçasse os setores privados locais (ALENCASTRO, 1997).

O que sempre esteve em jogo foi a autonomia política. O constitucionalismo popular era parte de um processo ideológico e de um movimento social, já os populares queriam um código legal, para chamar de cidadania, as formas de governo e o futuro da nação. Então o discurso de liberdade aparece, mas em um país majoritariamente escravista. Os documentos desse período tratam de um lado da tropa e do outro do povo e acontecimentos marcantes (RIBEIRO, 2014).

Ademais, é necessário salientar que os senhores das grandes produções rurais defendiam a ordem escravista e repudiavam os liberais, então, o embate entre o público e o privado nunca tinha expressado tanta dualidade quanto nesse contexto, se tornando palco de contradições imperiais. E a medida que a capital se desenvolvia como centro econômico da nação brasileira, a concentração negra da cidade aumentava, e o sentimento de nacionalismo dessas pessoas que passaram a ver o território como sua nova casa, só aumentava.

Assim como salienta Maria Odila Leite Silva Dias (1972), a interiorização da metrópole e a conseqüente independência para com Portugal não fora marcada por movimentos nacionalistas ou revolucionários, o que não excluía a identidade dos brasileiros. Mas a historiografia nos diz que o Brasil toma rumo a uma emancipação política com constitucionalistas que diziam que era impossível continuar ligados a Portugal, pois viam na monarquia dual os laços que os prendiam a civilização europeia.

Um marco importante para as estruturas políticas brasileiras foi o Golpe da Maioridade, num contexto em que Dom Pedro II assumiu o trono aos 14 anos de idade em julho de 1840. O Poder Executivo era chefiado pelo Imperador e exercido por ministros de Estado livremente nomeados por ele. Precisamos nos ater a um fato importante para o segundo reinado como Marcelo Figueiredo nos fala em seu texto “Transição do Brasil Império à República Velha” (2011):

É preciso ainda recordar um fato econômico importante no Segundo Reinado. O surgimento na economia brasileira nas primeiras décadas do século XIX da produção de café para exportação, a modernização do sistema de transportes, sobretudo ferroviário e o impulso da navegação

a vapor revolucionaram a economia de então. Surge a burguesia do café, sobretudo na província de São Paulo, dando-se início a imigração de italianos, seguida posteriormente de alemães e suíços no Sul do Brasil (1846 a 1875); (2011, p.135).

Outro fator que precisamos salientar e que se interliga com essa citação é a economia escravista, que estava muito em alta nesse período de tempo, porém os senhores e a administração imperial não contavam com a pressão inglesa para a abolição dessa norma. Depois do surto cafeeiro o sistema de utilização da mão-de-obra cativa não era capaz de suprir a demanda produtiva e em 1807, com a Inglaterra declarando ilegalidade do tráfico negreiro, Portugal se viu obrigado a ceder às pressões inglesas que em 1850 também tornou o tráfico ilegal, com a lei Eusébio de Queiroz (SILVA, 1850).

É importante destacar que essa lei não causou impacto imediato na disponibilidade da mão-de-obra cativa, pois entre 1840 e 1850 entraram no país cerca 500.000 escravos, e as culturas tradicionais (cana-de-açúcar, algodão e tabaco) da região norte do país viviam seu momento de decadência, ocasionando a liberação de seus cativos para o centro-sul do país, onde a economia efervescia, gerando um tráfico interprovincial (CAVALCANTE, 2005).

Em 1850, a Lei de Terras coincidiu justamente com a criação da Lei Eusébio de Queiroz. Em seu texto, Cavalcante (2005) salienta que a Lei de Terras de 1850 foi ferramenta para a reafirmação do poder básico do Estado sobre a terra. Sobre a Lei de Terras, o autor afirma:

Em pouco mais de vinte artigos, a Lei de Terra de 1850 tentou corrigir os erros cometidos pelo Brasil durante o período colonial (nas concessões de sesmarias) e início da independência até sua promulgação (o crescimento do número de posseiros) e, dentro das possibilidades, promover a imigração a fim de substituir o trabalho escravo. A Lei de Terra de 1850 é significativa no que se refere à ocupação da terra no Brasil, pois a partir dela a terra deixou de ser apenas um privilégio e passou a ser encarada como uma mercadoria capaz de gerar lucros. (CAVALCANTE, 2005, p.5)

Podemos dizer que o império acaba no final do século XIX, mais precisamente até 1889 onde começa a primeira república. Ademais, vale ressaltar que durante suas quase sete décadas, o império apresentou uma configuração político-ideológica afastada das classes populares e que afirmasse a hegemonia das classes dominantes, assim como se observou no período anterior a 1822.

Ao contextualizar o período do Império no Brasil e espera-se que o conjunto social, político e econômico apresentado sirva de embasamento para que se possa

entender o período e os conceitos a serem explorados adiante. Assim o conceito de pobres e livres dentro do Império no Brasil e a Revoltas dos Marimbondos são os pontos principais a serem abordados.

## POBRES E LIVRES NO BRASIL IMPERIAL

A historiografia acerca da História do Brasil se constituiu em torno da dicotomia senhor e escravo, a qual marcou não somente a história brasileira até 1888, mas como influencia os processos sociais até o século XXI. Após compreendermos o contexto em que o Império brasileiro e suas respectivas províncias se encontravam, vale salientar os impactos da camada social dos pobres e livres no século XIX, já que, é a partir das movimentações das camadas populares que a revolta censitária floresce na província de Pernambuco e em outras regiões do que se denomina atualmente de Nordeste brasileiro.

O século XIX é marcado por constantes transformações no território nacional visto que, é a partir do processo de interiorização da metrópole (DIAS, 1972) que as estruturas vão se alterando até o processo de emancipação política deflagrado em 1822, além de tal processo continuar ao menos até as décadas de 1840 e 1850. A expansão do capitalismo industrial na Inglaterra bem como seu imperialismo do “livre comércio” no ocidente, evidencia as pressões externas responsáveis, em parte pelas transformações que a América Portuguesa fora submetida, bem como a “fundação de um novo Império Português no Brasil” (DIAS, 1972, p.10) com a vinda da corte para o Rio de Janeiro. Assim, na nova ordem liberalista os comerciantes portugueses se unem às elites rurais, de modo que as pressões liberais para o fim do tráfico negreiro, segundo a autora, ampliassem as animosidades entre o setor agrário e o poder central português.

Dentre as transformações que ocorrem no cenário social do Império vale ressaltar a crescente camada dos pobres e livres, em que, segundo Mattos (2009) a classe apresenta uma grande polissemia de constituintes, de origens e estratos sociais. Assim, para que se possa entender a revolta ocorrida com a tentativa de se implementar um censo em 1852, deve-se antes figurar uma projeção das mulheres e dos homens para além dos senhores e escravos: objetivamos pensar no campesinato livre, nos caboclos, caipiras, vadios, artesãos, entre tantos outros papéis sociais que figuraram no século XIX, papel importante ao que se trata de sedições e no amplo processo de enraizamento do capitalismo industrial inglês no Brasil. Para tanto, buscamos compreender que, mesmo sob a característica heterogeneidade da camada e da constante marginalização desses

indivíduos em âmbito social, pode se perceber o aglutinamento de comunidades e a formação de uma cultura de classe, principalmente camponesa, assim como observa Thompson em “Costumes em Comum” (1998).

Para que se possa ter um panorama dessa parcela social, os conceitos explorados por Thompson auxiliam entender como, por meio de agentes ativos e passivos, as junções sociais dessa camada no Brasil originaram uma cultura que vai muito além de somente estar na condição de pobre e livre em um sistema escravista.

Não somente na América Portuguesa antes da emancipação, mas como em todo o Império Português, após a revolução industrial que a Inglaterra se estabeleceu como a maior potência mundial, as pressões externas de introdução dos sistemas de trabalho e produção ingleses no Brasil se agravaram, de modo que, o que entendemos como a formação característica de uma camada dissidente, mas constituinte do sistema escravista, é resultado de um processo ocasionado pelas relações de trabalho que esta classe é submetida, já que, mesmo que os indivíduos expressassem o senso comum de revolta para com as classes dominantes (THOMPSON, 1998).

Para tanto, vale ressaltar que a historiografia se constituiu nas bases da bipolaridade escravista, de modo que a figura construída do pobre e livre, não sendo senhor, nem escravo, evidenciava certa transitoriedade dentro do sistema escravista. Assim, a tese desenvolvida por Maria Sylvania de Carvalho Franco em “Homens Livres na Ordem Escravocrata” (1997) é um importante referencial acerca dos pobres e livres no Brasil imperial.

Segundo Franco, a cultura de classe que se constituiu na população rural e urbana no Brasil oitocentista, vezes, impediu que as relações de trabalho se cristalizassem e se homogeneizassem devido à polissemia de constituintes da camada, e da fluidez do trabalho dos pobres e livres. A autora também discorre sobre a constante marginalização da camada e do caráter da violência no contexto em que esses indivíduos estavam inseridos, sempre levando em conta que, mesmo sob o afastamento social, os pobres e livres estavam sobre constante exploração da força de trabalho (FRANCO, 1997). Todavia, o trabalho de Franco, ao visibilizar tais pessoas, também os reduz à condição de seres sem razão de ser: “os chamados homens livres pobres têm sido sistematicamente relegados e segundo plano, rotulados sob o signo da marginalidade” (MATTOS, 2009), assim, deve-se partir do pressuposto de que tais indivíduos são agentes ativos dentro dos processos sociais do Império.

Os pobres livres, principalmente no meio rural eram ainda subordinados a uma classe dominante, já que muitos dos ex-escravos sem ter para onde ir devido à falta de criação de condições e direitos que propiciassem uma vida autônoma, por parte do Estado ficavam nas grandes fazendas sob a denominação de agregados (MATTOS, 2009). Para além dos senhores e escravos, as diversidades da pobreza e dos modos de trabalho projetam na figura do trabalhador livre e assalariado, não um sistema capitalista desvinculado das forças escravistas, mas um processo de continuidade do domínio pessoal sobre os corpos e a força de trabalho, fator explicitado no crescimento da monocultura cafeeira na província paulista.

Assim, livre e não-livre são categorias ambíguas na sociedade brasileira, na qual as delimitações não são fixas e os pequenos retrocessos em direção do estigmatizado *status* de não-livre são constantes. Quer tenham sido ex-escravos, libertos ou nascidos livres, as vidas dos trabalhadores rurais mudou apenas em aspectos limitados depois de 1888. (FRENCH, 2006, p.81)

Por conseguinte, as considerações feitas por John French no excerto de “As falsas dicotomias entre a escravidão e liberdade” (2006) evidenciam que, mesmo sob a condição legal de liberdade, a permanência do estigma escravocrata ainda permeia o processo de “transição” dos modos de trabalho. Ao descrever as falsas dicotomias entre a escravidão e da liberdade, o autor apresenta um cenário historiográfico de postulados e teorias acerca do vínculo entre escravidão e liberdade, de modo que, ao analisar o trabalho como categoria importante das condições escrava e livre, grande parte dos escritos desassocia o escravizado da condição de trabalhador e vincula o imigrante (e não o pobre e livre) como o trabalhador que virá substituir a estrutura escravista no Brasil.

No entanto não se pode desvincular o sistema capitalista da escravidão, visto que as relações capitalistas de produção ainda mais após o processo de crescimento e desenvolvimento tecnológico de cidades no interior brasileiro, principalmente no interior cafeeiro paulista (DOIN, 2007), configuraram um mundo do trabalho que, paralelamente, utilizava de mão-de-obra escrava e assalariada. É a partir da falsa ideia de que a escravidão retrocedente fora substituída pelo trabalho assalariado moderno em um processo de transformação das estruturas de trabalho, que Silvia Lara (1998) desconstrói o movimento historiográfico de se colocar um marco cronológico nessa “transição”. Em suas palavras, “a historiografia da transição postula a tese da ‘substituição’ do escravo pelo trabalho livre; com o negro desaparecendo da história, sendo substituído pelo

imigrante europeu” (LARA, 1998, p.27). A sociedade da *Belle Époque* tinha no trabalho livre, similaridades e heranças da escravidão nas formas de violência e dominação.

A figura do pobre e livre no Brasil Império também permeia a questão do acesso à terra, que se configurou como um dos principais mecanismo de dominação dessa camada, não somente no século XIX, mas como em toda a República até o tempo presente. Assim, para que se possa compreender tal dimensão, a Lei de Terras de 1850 é um importante documento que, ao analisarmos, podemos identificar que a lei fora constituída à favor das classes dominantes rurais, já que ao proibir “as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra” (BRASIL,1850) o acesso à terra dessas classes se torna limitado a somente trabalhar ou utilizar as terras dos grandes proprietários.

A Lei de Terras “consagrou o ‘cativeiro da terra’, ou seja, a lei teria sido apenas o resultado da necessidade de impedir o apossamento de terras por parte daqueles que viriam substituir o cativo, na transição do trabalho escravo para o livre” (MOTTA, 1998). Todo o movimento que culminou na lei de 1850 fora uma tentativa de impedir o acesso à propriedade por parte dos pobres e livres, de modo a expressar o resultado de interesses dos grandes proprietários e a consolidação da divisão da propriedade e da mercadorização da terra no Brasil. Ademais, a lei promoveu diversos conflitos de grilagem de terras e de confronto entre grandes fazendeiros que, para evitar conflitos de terras com seus agregados e escravos, exerciam controle sob forma violenta. A luta dos pequenos posseiros, antes agregados/arrendatários, também revela a possibilidade de se obter terra, mesmo com todo o jogo de força envolvido para a dominação dos corpos.

Por conseguinte, a existência do pobre e livre no Império brasileiro significou estar subjugado a uma série de fatores herdados do estigma escravista, de modo que, mesmo na condição legal de liberdade, ser pobre livre era nada mais do que ser condensado em um sistema de opressão e mandonismo, já que o acesso à terra lhes era negado e as relações de trabalho contribuíram para que tal sistema de dominação pessoal se perpetuasse na história das décadas posteriores. A figura aqui analisada tem importante papel na sedição em questão, tendo em vista o caráter de massas que configurou a Revolta dos Marimbondos.

## A GUERRA DOS MARIMBONDOS E OS DECRETOS CENSITÁRIOS

Antes que se possa explicitar o que fora a Guerra dos Marimbondos, é necessário contextualizar a esfera política da corte e das províncias que, no contexto em questão

está dividida em segmentos moderados, que expressam o controle do governo, e exaltados que propunham ideais progressistas, assim como se pode observar com a Praieira em 1848. Nesse sentido, as instabilidades se expressavam também na problemática e incipiente economia e nas teias do exercício do poder de modo que, não somente “a população fluminense achava-se marcada profundamente por clivagens sociais, étnicas e nacionais” (BASILE, 2006, p.33), mas como toda a sociedade imperial, com especial atenção à província de Pernambuco, que passara por diversos movimentos sediciosos e de sublevação que tinham atuantes de vários setores sociais.

Na província de Pernambuco, onde esteve o cerne da sedição dos marimbondos, a Revolução Praieira, que eclodira em 1848 nas províncias de Pernambuco e Paraíba, ainda exercia certo ressentimento e receio de novos levantes que perturbassem a ordem e tentassem alterar o *status quo* imperial. A revolta de cunho nacionalista e liberalista teve palco principal a capital provincial de Recife, de modo que, o levante contra os portugueses, a partir da disseminação de ideais antiluzitanos por parte do partido liberal, é responsável por avivar o espírito combativo dos pernambucanos, assim como se observou na Revolução Pernambucana de 1817. Assim, o Partido da Praia fundou mais que um movimento político na província, seus ideais adquiriram caráter social e de organização das massas no processo sedicioso (FIUZA, 1995).

O processo de formação de um Estado imperial unificado e centralizado, com importante influência da Regência Una, é o principal agente motriz dos esforços de pacificação e centralização do poder no Segundo Reinado, tanto que muito ainda se analisa esse período do século XIX como tomado por décadas de pacificidade e uma constante social. Todavia, assim como salienta Saavedra (2015), é essencial desconstruir tal abordagem historiográfica para que se possa analisar com outros olhares acontecimentos como o analisado em questão, já que todo o Império fora marcado por constantes levantes e sedições das camadas populares desde o processo de interiorização da metrópole analisado por Dias, até a efetiva interiorização do poder nas estruturas imperiais.

Retomando a discussão acerca dos pobres e livres, “é importante fazer um esforço para romper com uma ideia de um caráter imobilista desses homens” (SAAVEDRA, 2015, p. 103), deste modo, as constantes transformações, como as leis anti-tráfico de escravos e a própria Lei de Terras de 1850, que fora um dos principais fatores para afirmar a tentativa de se marginalizar e invisibilizar o pobre e livre no Império, são importantes para que se possa apreender a classe camponesa que se levanta por todo o Nordeste, tendo em vista

o medo de retornar à condição de escravizado, após o Regulamento do Registro dos Nascimentos e Óbitos e as leis de recenseamento da população imperial.

A apelidada “Lei do Cativo” implicou em constantes movimentações das camadas dos pobres e livres em Pernambuco, que teve o estopim da Guerra dos Marimbondos na comarca de Pau D’alho e, posteriormente, se alastrou para toda a província e províncias vizinhas do Nordeste brasileiro. São após a lei n° 586 de 1850 que o Estado brasileiro, em vista da necessidade de formação e consolidação de uma nação fortificada e organizada, afirma a seu objetivo em realizar o recenseamento da população e a controlar os registros de óbitos e nascimentos em todas as províncias. Assim, conforme o Artigo 17 da lei nº586/1850:

§ 3º Para despende o que necessário for a fim de Levar a effeito no menor prazo possível o Censo geral do Imperio, com especificação do que respeita a cada huma das Províncias: e outrosim para estabelecer Registros regulares dos nascimentos e obitos annuaes. (BRASIL, 1850)

Por conseguinte, a lei de 1850 é responsável por apresentar a necessidade de controle e monitoramento da população pobre e livre, que fora submetida a um “complexo processo de transição que as províncias nordestinas iniciavam então em direção à constituição de um novo sistema de controle social do trabalho que substituiu o escravismo” (PALÁCIOS, 2006, p.12). Ao tentar implementar uma lei censitária tenta-se recuperar para o escravismo uma população que não existia na documentação do mapa do império nem dos grandes fazendeiros: registrar os camponeses que viviam da subsistência era uma forma de trazê-los novamente para o jogo de forças e de dominação pessoal da mão-de-obra.

A Guerra dos Marimbondos, segundo Guilherme Palácios (2006), expressivamente, não teve tamanho estudo ou importância historiográfica devido ao caráter da revolta como um todo. Diferente de outras sedições que tiveram importantes figuras permeando os holofotes, o levante iniciado em Pernambuco fora desprovido de glórias, atos heroicos, nem sangrentos e, por esse fato, tal desdobramento histórico é muitas vezes pálido comparado a outros que tiveram sua relevância reconhecida pela historiografia do Brasil Imperial.

Os registros de óbito antes da década de 1850 eram essencialmente atividade exercida pelos párocos no Brasil, de modo a entendermos como a figura dos religiosos na Guerra era importante ao que se trata da aplicação dos registros de óbitos e nascimentos, tanto que durante o período, a Igreja se recusava a realizar eventos como os batizados e

as missas de sétimo dia. Todavia, a abordagem de que frei Caetano de Messina fora a peça chave para o apaziguamento das agitações nos principais focos com seus ideais religiosos, evidencia que a historiografia “sobre populações livres e pobres no nordeste tende a destacar demasiadamente o papel da religião, deixando de lado os modos de vida e as relações sociais [...] das manifestações de cada grupo” (OLIVEIRA, 2006).

A repressão sistemática dos indivíduos pobres e livres em Pernambuco, diante do cenário de criação de sistemas que acompanhassem a ordem do capitalismo industrial inglês, era amplamente exemplificada nos relatórios provinciais escritos pelos presidentes de província. Em 1852 após os conflitos da Guerra dos Marimbondos terem sido amenizados, o presidente de Pernambuco Dr. Vitor Oliveira discorre sobre a tranquilidade e segurança pública na província após o ocorrido. Ao analisar as movimentações políticas e sociais, o presidente apresenta um parâmetro do que foi a sedição na perspectiva governamental, de modo que, os decretos nº 797 e nº798 foram interpretados de maneira errônea pelas camadas populares revoltosas. Em suas palavras:

Nessas duas últimas Comarcas teve de se lamentar por alguns dias o transtorno geral da ordem pública, porque foram ellas o principal theatro das violências do povo armado, que possuido de uma ideia falsa levada até o delírio, pareceo por momentos recusar a esperança de um desfecho incruento, atentando contra a vida d'aquelles mesmos que o pretendiam aconselhar. Aceitando como verdade tudo quanto de desumano, irreligioso e imoral se attribuía ao Regulamento, davam esses homens amotinados a ideia mais triste da cegueira de espírito. (PERNAMBUCO, OLIVEIRA, 01.03.1852, p.4)

No excerto apresentado, o presidente de província classifica os agentes da sublevação como cegos de espírito pelo fato de encontrarem na “Lei do Cativo” a possibilidade de retomarem a condição de escravizado. Assim, segundo aborda Palácios, a Guerra dos Marimbondos de certa forma, também constituía uma forma de desejo da manutenção da ordem escravista por parte da classe dos pobres e livres, já que, após 1888 os livres e escravizados se fundem na classe de pobres no Brasil.

A necessidade de se criar um mapa de nascimentos e óbitos de cada comarca, província e do Império, expressada no artigo nº 798, revela a possibilidade de se colocar no mapa de dominação estes indivíduos, de modo que o decreto de organização dos mapas revela a importância dos Juizes de Paz na coordenação do Regulamento. Todavia, mesmo com os esforços do Estado de se constituir um censo e controlar os números de nascimentos e óbitos, o Artigo 33 revela que a Igreja não perdera força no controle sobre os indivíduos no Império, segundo o artigo: “Pelas disposições d'este Regulamento não se

entenderá que ficão suprimidos os registros Ecclesiásticos, que costumão fazer os Parochos, os quaes continuarão, como até agora, para a prova dos baptismos e casamentos” (BRASIL, 1851).

As províncias ao redor de Pernambuco também tinham a sua história contra esse decreto, como as províncias de Paraíba, Alagoas, Sergipe e Ceará; porém todos os governos lidaram com as revoltas de maneira diferenciada. Em Pernambuco e Alagoas se instauraram processos contra “criminosos”; em Sergipe houve a prisão de dois “sediciosos”; nas províncias de Paraíba e Pernambuco o esforço do governo se deu no sentido de pacificação. (SAAVEDRA, 2015, p. 93).

A primeira manifestação contrária ao decreto em que é datada, e que é em relação ao cativo ocorreu em Alagoas, nas localidades de Mundahú-Mirim e do Riachão, no norte da Província. Saavedra nos diz em seu texto “Recenseamento e conflito no Brasil Imperial” o seguinte:

Em carta de 25 de novembro o presidente da província, José Bento da Cunha Figueiredo, já menciona uma "espécie de pronunciamento de grande parte da população contra a execução do Decreto 798". Segunda a autora, um delegado "foi agredido pelos “amotinados” ao tentar dispersar o grupo, o Juiz Municipal e o de Direito foram acionados, tiveram ordem de instaurar processo e pronunciaram quatro indivíduos como “cabeças pelo crime de sedição” (OLIVEIRA, 2011, p.392, Apud SAAVEDRA, 2015).

Na Paraíba o presidente Antônio Coelho de Sá Albuquerque recebeu a primeira notícia de agitação popular no dia 12 de dezembro, e poucos dias antes os movimentos começaram em Pernambuco.

Como já fora dito a revolta extrapolava os limites da província, fala-se que em Alagoas, o movimento atingiu as localidades de Mundahú- Mirim, Riachão, Lage do Canhoto, Imperatriz, Camaragibe, aldeia de Jacuípe, Salomé e São Braz (termo de Penedo), Penedo, Porto Calvo, Porto de Pedras, Barra Grande e nas matas do Angelim. E para o presidente da província o movimento atingiu somente “lugares no mato”.

Podemos falar com mais propriedade sobre o que aconteceu em Alagoas com Danilo Luiz Marques, em seu texto: “Fazendo desatinos e propalando idéias subversivas a ordem pública”: os marimbondos contrários a “Lei do Cativo” em Alagoas; em que diz:

Alguns escrivães e juizes de paz (responsáveis pela implementação dos decretos) foram ameaçados e sofreram perseguição e agressão. Além disto, autoridades policiais foram desarmadas e trancafiadas em cadeias. Os revoltosos vigiaram os emissários e as correspondências que

tinham como endereços os municípios, com o objetivo de arrebatam os textos dos decretos antes que chegassem ao destino final. Queriam, assim, coibir que os decretos fossem divulgados e que os escrivães dos juizes de paz emitissem as certidões. (MARQUES, 2017, p. 29)

Marques ainda diz em seu texto que o Presidente da Província de Alagoas, José Bento da Cunha e Figueiredo, na parte sobre tranquilidade pública, de sua fala dirigida a assembléia Legislativa da Província de Alagoas, em abril de 1852, disse que tudo se achava “em perfeita tranquilidade, resultado necessário do espírito de ordem” que continuava a dominar Alagoas. Entretanto, se referindo aos motins causados pelos contrários a “lei do cativo”, alegou “que entre o bom povo alagoano existe enxertado um tal ou qual germen de anarquia que, não obstante ser mui fraco, não perde ocasião de se desenvolver” (2017, p.38).

Em Sergipe, mas especificamente Porto da Folha, a missa de primeiro de janeiro fora impedida por um grupo de homens armados e lá, os cidadãos se armaram para ajudar a dispensar os amotinados. Na Paraíba, o movimento seria também bastante expressivo, com ocorrências em Alagoa Nova, Campina Grande, Ingá, Cabaceiras, Serra Redonda, Pontes, Pombal, Piancó, e Bananeiras.

Um fato importante de se destacar é o papel das mulheres livres na luta contra o decreto, em que Oliveira nos diz o seguinte: “até as mulheres armadas de pedras esperavam que nas missas conventuais das capelas se lesse a lei da escravidão para romperem-na. (...) Cumpre observar que o decreto já estava suspenso desde o dia 29 de janeiro, mas a notícia ainda não tinha chegado a essas localidades.”.

É importante destacar que a história das estatísticas e de um controle demográfico no Brasil é marcada por resistências e dificuldades. No contexto em tela, muitas das novas leis e normas – como os recenseamentos e registros civis – vinham em prol da construção de uma unidade nacional. A nação que se desenhava no Brasil do século XIX era, na verdade, a expressão de diversos projetos nacionais, por vezes complementares, mas, majoritariamente, conflituosos. (SAAVEDRA, 2009).

Fica evidente aqui que as pulsões do Estado no sentido de extrair recursos, recrutar homens, estabelecer metas, homogeneizar padrões de medida, ordenar a vida coletiva, atua em conjunto com uma ordem material – ordem esta que não precede o tal estado, mas se reconstrói com ele – e com conflitos de interesses que moldam e definem sua historicidade.

A Guerra dos Marimbondos indica que se a margem de ação do homem livre pobre não eliminava a subordinação social como meio de sobrevivência num mundo onde

ele não se fazia politicamente representado, podemos afirmar que a violência entra em cena como possibilidade de expressão política, e a violência atua como a voz de todos esses homens.

Devemos observar que as revoltas não eram para superar a dicotomia ruptura-conservação: não se trata de um movimento anti-Estado, anti-institucional, anti-formal, nem de um movimento que apenas afirma concepções tradicionais de pertencimentos contra elementos modernizantes. O que há é uma dupla face, uma dimensão disruptiva acoplada a uma dimensão integrativa (SAAVEDRA, 2015).

Um dos traços fundamentais da cultura política dos homens e mulheres que se levantaram contra o registro civil e a proposta de censo do Império é o medo – um medo não contra o Estado como ente abstrato que paira sobre a sociedade, ou um Estado modernizante, mas contra um Estado escravista em crise que poderia tê-los como um viés de potencial de mão de obra escrava.

Esse “abafamento” da revolta em 1832 tem, primeiramente, um sentido prático: a falta de recursos para colocá-la em prática, como por exemplo: as próprias condições do aparato policial pernambucano se constituíam como brechas para a atuação dos revoltosos; pelas longas distâncias a serem atravessadas até o juiz de paz quando morresse alguém, com o risco de deixar um cadáver insepulto caso o juiz estivesse ausente; entre outros.

A Guerra dos Marimbondos nos leva a pensar no Estado brasileiro, em como o movimento social de negociação com o Estado em meados do século XIX, tem um viés contemporâneo em que o mesmo vê sua incapacidade de legibilidade da “classificação” social, e na inabilidade de conciliar segurança e direitos, que continua a classificar tais sujeitos pela via do crime e da violência e não consegue chegar a grandes camadas da população pelas vias da cidadania.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil Império foi marcado por constantes transformações, de modo que o presente texto buscou compreender o contexto imperial em suas especificidades e como ele se constituía dentro da dicotomia entre escravidão e liberdade.

O processo de interiorização da metrópole apontado por Dias (1972) é um importante estudo conceitual acerca do processo de emancipação do Brasil para com Portugal, já que, é a partir da vinda da corte para o Brasil, em 1808, que a metrópole central

passa ser interiorizada, não somente geograficamente, mas como um deslocamento de poderes para uma colônia do Império Português, fator esse que será o principal impulsor da Independência de 1822, não como algo voluntariamente desejado pelas classes dominantes, mas como uma consequência de todo o processo de interiorização.

É no Segundo Reinado que o Brasil passa por transformações sociais, políticas e econômicas devido o advento tecnológico importado da Europa, a exemplo das estradas de terra, os quais são responsáveis por alterar não somente a vida pública, mas como os modos de vida privada (ALENCASTRO, 1997). O período pós-regencial é marcado pela historiografia como anos de paz e de consolidação de um Estado nacional, o qual é responsável por criar todo um aparato legal de opressão dos escravos e pobres e livres em favor das classes dominantes rurais e urbanas.

Todavia, não se pode dizer que o período após o Golpe da Maioridade (1840) fora totalmente pacífico e livre de lutas populares. Em especial, a província aqui analisada fora palco de duas importantes sedições: a Revolução Praieira (1848) e a Guerra dos Marimbondos (1851-52). O espírito de revolta avivado com os ideais disseminados pelo Partido da Praia em 1848, bem como o de décadas anteriores, com a Revolução Pernambucana de 1817, fora responsável pela articulação popular ante os decretos nº 797 e 798 de 1851.

A Guerra dos Marimbondos fora um importante episódio da história brasileira, mesmo que pouco explorada pela historiografia, já que ela expressa o verdadeiro papel do pobre e livre frente aos arranjos de poder e do gradual processo de transição do trabalho escravo para o livre.

Ao longo do texto, também exploramos a condição de pobre e livre no Império, além da importância da Lei de Terras de 1850 como um marco para o processo de dominação da terra e, conseqüentemente, de violência sobre os camponeses e sitiantes.

A revolta dos marimbondos expressou os temores da população livre e liberta de retornar ao cativeiro após anos de luta para conseguir tal condição jurídica. Os decretos figuraram como uma ameaça ao retorno de tal condição, pois o recenseamento contribuía para o controle do trabalho exercido por estes indivíduos. Vale também ressaltar que as leis de descontinuidade do tráfico escravo e a crescente necessidade de mão-de-obra nas monoculturas, principalmente a cafeeira, expressaram a igual necessidade de se manter as rédeas em uma população que muitas vezes escapava de tal dominação.

## FONTES UTILIZADAS

BRASIL, Lei nº 586 de 6 de setembro de 1850. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/norma/542104/publicacao/15632072>> Acesso em: 21/11/2020 às 23:10.

BRASIL, Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm)> Acesso em 15/11/2020, às 14:25.

BRASIL, Decreto nº 797, de 18 de junho de 1851. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-797-18-junho-1851-559435-publicacaooriginal-81652-pe.html#:~:text=Manda%20executar%20o%20Regulamento%20para,no%20%C2%A7%203%C2%BA%20do%20Art.&text=Palacio%20do%20Rio%20de%20Janeiro,da%20Independencia%20e%20do%20Imperio>> Acesso em 21/11/2020 às 21:30

BRASIL, Decreto nº 798, de 18 de junho de 1851. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-798-18-junho-1851-559436-publicacaooriginal-81654-pe.html#:~:text=Manda%20executar%20o%20Regulamento%20do,no%20%C2%A7%203%C2%BA%20do%20Art.&text=Palacio%20do%20Rio%20de%20Janeiro,da%20Independencia%20e%20do%20Imperio>> Acesso em 21/11/2020 às 21:30

PERNAMBUCO, Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco [sic] apresentou na sessão ordinária do 1. de março de 1852 o excellentissimo presidente da mesma provincia, o dr. Victor de Oliveira. *Provincial Presidential Reports: CRL Digital Delivery System*. Disponível em:

<[http://ddsnxt.crl.edu/titles/180?terms&item\\_id=4285#?c=4&m=17&s=0&cv=1&r=0&x\\_ywh=83%2C273%2C2074%2C1463](http://ddsnxt.crl.edu/titles/180?terms&item_id=4285#?c=4&m=17&s=0&cv=1&r=0&x_ywh=83%2C273%2C2074%2C1463)> Acesso em 21/11/2020 às 18:40.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCASTRO, Luis F. de. Vida privada e ordem privada no Império. In: *História da vida privada no Brasil*, v.2. SOUZA, Laura de M. e ALENCASTRO, Luiz F. de. (orgs). São Paulo: Cia das Letras, 1997

BASILE, Marcello. Revolta e cidadania na Corte Regencial. In: *Tempo* [online], 2007, v.11, n.22

CAVALCANTE, José Luiz. A Lei de Terras de 1850 e a reafirmação do poder básico do Estado sobre a terra. *Histórica*, p. 1-7, 2005

COSTA, Mariana Barbosa Carvalho da. Golpe Parlamentar da Maioridade: construção da ordem Imperial. Rio de Janeiro, XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio: Memória e Patrimônio, 2010

DIAS, Maria Odila Leite Silva. A interiorização da metrópole. IN: MOTA, Carlos Guilherme (org). 1822: Dimensões, São Paulo: Editora Perspectiva, 1972. p. 160-184

DOIN, José Evaldo de Mello et alii. A Belle Époque caipira: problematizações e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização no Mundo do Café (1852-1930) – a proposta do Cemumc. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, vol.27, n.53, jan. jun, 2007

FIGUEIREDO, Marcelo. Transição do Brasil Império à República Velha. *Araucária*, v. 13, n. 26, 2011

FIUZA, Alexandre Felipe. *Rebelião Praieira: Um Estudo de Caso em Areia/ PB*. Curso de História da UFPB, João Pessoa, 1995

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. 4. Ed. – São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997

FRENCH, Jhon. As falsas dicotomias entre a escravidão e liberdade: continuidades e rupturas na formação política e social do Brasil moderno. In: LIBBY, Douglas Colle; FURTADO, Júnia Ferreira (Orgs.). *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006

LARA, Silvia Hunold. "Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil." Projeto História. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, n. 16, Rio de Janeiro, 1998

MARQUES, Danilo Luiz. "Fazendo desatinos e propalando ideias subversivas a ordem pública": os marimbondos contrários a "Lei do Cativo" em Alagoas (1851-1852). *Fronteiras & Debates*, v. 3, n. 2, p. 25-47, 2017.

MATTOS, Hebe. *Ao Sul da História: Lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, Faperj, 2009

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema: a formação do estado imperial*. Rio de Janeiro: Editora Access, 1994

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas Fronteiras do Poder: conflito de terra e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do estado do Rio de Janeiro, 1998

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. Sobreviver à pressão escapando ao controle: embates em torno da "lei do cativo" (a Guerra dos Marimbondos em Pernambuco, 1851-1852). *Revista Almanack Braziliense: fórum Revoltas camponesas no Brasil escravista*, nº3. São Paulo, 2006. p.40-46

PALACIOS, Guillermo. Revoltas camponesas no Brasil escravista: a 'Guerra dos Marimbondos' (Pernambuco, 1851-1852). *Revista Almanack Braziliense: fórum Revoltas camponesas no Brasil escravista*, nº3. São Paulo, 2006. p.9-39

RIBEIRO, Gladys Sabina; PEREIRA, Vantuil. O Primeiro Reinado em revisão. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (Orgs.) *O Brasil Imperial*, Vol. I 1808-1831. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014

SAAVEDRA, Renata. Recenseamento e Conflito no Brasil Imperial: o caso da Guerra dos Marimbondos. *CLIO – Revista de pesquisa histórica – nº 33.1* ISSN 0102-9487, 2015. p.90-113

SAAVEDRA, Renata Franco. Marimbondos: política e estado no Brasil do século XIX. *Anais do XXV Simpósio Nacional de História da ANPUH*. Fortaleza, 2009.

SILVA, Lígia Osorio. **Terras Devolutas e latifúndio**: Efeitos da lei de 1850. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. p.117-126

SILVA, Wellington Barbosa da. **Burlando a vigilância**: repressão policial e resistência negra no Recife do século XIX (1830-1850). Universidade Federal do Pernambuco, s/d

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Introdução: “Costume e cultura” (p.13-24)

## BNCC e ensino de História: O que dizem os críticos?

Jean Felix Borges  
Universidade Estadual da Paraíba  
jean.jeremiasfelix@gmail.com

Ana Carolina de Souza Ferreira  
Universidade Estadual da Paraíba  
carol\_ferreira1995@hotmail.com

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no que se refere a área das Ciências Humanas vem sendo e tem sido alvo de fortes críticas e controvérsias, sobretudo no quesito Ensino de História, constituindo em seu entorno um verdadeiro campo de “guerras de narrativas.” Nesse sentido, objetivamos organizar alguns desses argumentos críticos e ponderações, acerca da BNCC, em forma de artigo, através de uma pesquisa bibliográfica. Para tanto, fora utilizado o livro: “Ensino de História e Currículo: Reflexões Sobre a Base Nacional Comum Curricular, Formação de Professores e Prática de Ensino”, com organização de Halferd Carlos Ribeiro Júnior e Mairon Escorsi Valério. Nos utilizamos da primeira seção desse livro, na qual é discutida a temática do Ensino de História na BNCC, a luz de críticos historiadores e especialista em educação e ensino de história, a exemplo da Katia Maria Abud, entre outros.

Palavras-chave: BNCC – Currículo – Ensino de História – Políticas Educacionais.

## INTRODUÇÃO

Ao longo da História do Brasil, a educação vem sofrendo diversas reformas, configurações e reconfigurações, na busca por melhorias que permitam a efetivação de um processo de ensino-aprendizagem eficaz. De melhores condições estruturais para alunos e alunas, bem como melhorias no que tange, a formação de professores e professoras que cada vez mais, demanda por uma formação contínua e continuada, em um contexto de mudanças constantes e contínuas, no qual “tudo muda de lugar o tempo todo.” Em tese, foi à esse propósito que se pretenderam e se pretendem tais reformas.

Porém, vale salientar que apesar de todo o esforço na busca por um Sistema Educacional melhor e eficaz, existem falhas que nos levaram a pensar sobre os reais propósitos por trás de tantas reformas, uma vez que, houveram poucas mudanças, na estrutura educacional do país e do Ensino de História, desde o século XIX para cá.

Para refletirmos acerca desta questão, recorreremos as reflexões feitas por Macedo, (2014; 2015). Nas quais, a autora discutiu sobre os interesses e sobre os agentes políticos públicos e privados, que buscaram hegemonizar os novos sentidos para a educação presentes na BNCC e, os sentidos que lhes fora outorgados. Algo que nos levou a refletirmos sobre os propósitos e a repensarmos os processos e conceitos, por trás das reformas educacionais no contexto brasileiro.

Além disso, a autora também discute os sentidos de educação como direito público subjetivo e como bem privado, cuja performance é medida pelo Estado. Argumentando que eles se articulam produzindo uma compreensão normativa do currículo, ao partilharem o antagonismo em relação à imprevisibilidade do chão da escola Macedo, (2015, p.891).

Por outro lado, apesar das reformas com fins a melhoria do ensino no país, em se tratado do campo do Ensino de História, tais mudanças – segundo nos parece – não foram tão significativas quanto às modificações do que se deve ensinar, como se deve ensinar e para quem ensinar, no Brasil.

Nesse sentido, recorreremos às páginas organizadas por Halferd Carlos Ribeiro Júnior e Mairon Escorsi Valério, na busca por entendermos e compreendermos um pouco mais sobre essa questão, tão cara e importante aos professores e professoras de História de todo o Brasil, ou seja, a questão da formação do currículo, a saber: o que se pode e não se pode ensinar.

Nos escritos que se seguem, a presente discussão se deterá ao campo do Ensino de História presente na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Nesse sentido, cabe uma primeira questão norteadora, a saber: a que se prestou o Ensino de História no Brasil? E, como estava estruturado? Segundo Renilson Rosa Ribeiro e Osvaldo Rodrigues Junior, a princípio, o ensino de história se prestou à formação de uma memória nacional, a qual geraria uma identidade brasileira, resultando na coesão nacional, em torno de um fim comum, o bem da pátria.

A estrutura que se seguia, era a sistemática de uma História Universal europeia pautada no sistema quadripartite francês: História Antiga, História Medieval, História Moderna e História Contemporânea, ou seja, um esquema eurocêntrico, no qual partia-se do estudo das antigas civilizações europeias (Grécia e Roma), para os dias atuais.

Por outro lado, também convém perguntar-nos e dizer, o que é a BNCC? Segundo a versão final, publicada no ano de 2017, trata-se de: “um documento completo e contemporâneo, que corresponde às demandas do estudante desta época, preparando-o para o futuro BNCC, (2017 p. 5).

Nesse sentido, com base neste pequeno fragmento, questionou-se o seguinte: seria a BNCC, de fato, um documento completo e que atende às demandas do estudante desta época, ou ela atenderia às demandas de outros setores da sociedade, sendo estas maquiadas por esse discurso?

Desse modo, insinua-se o seguinte: estaria de fato a BNCC, preocupada em suprir as reais demandas dos estudantes de nossa época, dado que em todo o texto não se contempla uma das questões mais atuais, contemporâneas e que atravessa os estudantes e às estudantes do século XXI, a saber: a questão de gênero e sexualidade?

Conforme este questionamento, supomos que estaria o dito documento esquecendo-se do presente-estudantil, uma vez que, demandas como a supracitada, sempre atuais, estão sendo obliteradas, ou melhor, negligenciadas, em prol dos interesses de agentes políticos público e privados, que têm no Sistema Educacional um mecanismo de reprodução social.

Nesse sentido, inquietações como estas, tem movido especialistas das mais diversas áreas do saber, à realizarem análises e críticas acerca do documento que se pretende o pontapé inicial, para a mudança rumo às melhorias do sistema de ensino no país. Por esse motivo – *a priori* – decidimos reunir algumas dessas análises e ponderações acerca do texto da Base, em forma de artigo, nos detendo sobretudo à proposta para o ensino de História.

Por conseguinte, e não menos importante, vale salientar um outro trecho da versão final do documento, a título de esclarecimento, no que tange à definição de si e à que se propõe, que nos diz o seguinte:

(...)vamos garantir o conjunto de aprendizagens essenciais aos estudantes brasileiros, seu desenvolvimento integral por meio das dez competências gerais para a Educação Básica, apoiando as escolhas necessárias para a concretização dos seus projetos de vida e a continuidade dos estudos. A BNCC por si só não alterará o quadro de desigualdade ainda presente na Educação Básica do Brasil, mas é essencial para que a mudança tenha início porque, além dos currículos, influenciará a formação inicial e continuada dos educadores, a produção de materiais didáticos, as matrizes de avaliações e os exames nacionais que serão revistos à luz do texto homologado da Base. (BNCC, 2017 p. 5)

Além disso, e de seu aparente caráter revolucionário, a BNCC visa superar a fragmentação disciplinar com uma proposta interdisciplinar, a qual divide o ensino por áreas do conhecimento.

Para o Ensino Fundamental anos iniciais e anos finais, teremos a seguinte divisão: Linguagens, Matemáticas, ciências da natureza, ciência humanas e ensino religioso; já para o Ensino Médio, a divisão se deu de forma semelhante a divisão encontrada no Exame Nacional do Ensino médio (ENEM), ou seja, Linguagens e suas tecnologias, matemáticas e suas tecnologias, ciências da natureza e suas tecnologias e ciências humanas e sociais aplicada.

Em vista disso, supõe-se que mais uma vez, a Educação no Brasil, está sendo organizada com base nos critérios de avaliação em detrimento da aprendizagem do público discente. Nesse sentido, lançamos a seguinte inquietação: Seria a BNCC mais um documento de reafirmação da cultura da avaliação, que tem regido o ensino no país, objetivando apenas a aprovação do alunado, tanto às séries subseqüentes quanto à aprovação no ensino superior – via prova do ENEM – ficando a aprendizagem em segundo plano? Tal inquietação, figura aqui enquanto elemento reflexivo à se ponderar, uma vez que este não é o objetivo da presente discussão.

Por fim, o nosso objetivo com à presente discussão, consiste na tentativa de desvendar alguns pontos que – para nós – se constituem enquanto verdadeiros enigmas e mistérios, acerca dos motivos por trás da implementação da BNCC e, de suas propostas para o Ensino de História. Que o materializamos nas seguintes questões: Quais interesses políticos públicos e privados estão por trás da implementação da BNCC? E, por

consequente: Como especialistas da área do Ensino de História, têm lido e compreendido a proposta do texto da Base, na orientação de sua práxis docente?

Para tanto, organizamos o texto em duas seções. Na primeira, realizamos uma discussão mais geral, acerca da BNCC, através dos postulados de Macedo (2014;2015), em resposta à primeira de nossas questões. Por outro lado, na segunda seção, organizamos algumas críticas e reflexões, que achamos contundentes para a realização de uma leitura crítico-reflexiva do documento da Base, como resposta à segunda indagação. Afinal, nada melhor para responder à estas inquietações, do que uma radiografia dos diagnósticos realizados por especialistas em Educação e Ensino de História, a partir da publicação das versões preliminares do texto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

### REFLEXÕES ACERCA DOS INTERESSES POLÍTICOS, PÚBLICOS E PRIVADOS, POR TRÁS DA IMPLEMENTAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

A necessidade de implementação de uma base nacional comum curricular, para a educação no Brasil, não é um fenômeno da atualidade. Essa questão figurava entre os documentos oficiais desde a promulgação da Constituição de 1988, na qual já conjecturava em seu artigo 210, a necessidade de “fixação de conteúdos mínimos para o ensino fundamental”, com fins à assegurar e garantir uma “formação básica comum.”

Por conseguinte, com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, esta questão volta a figurar no cenário educacional brasileiro, agora em forma de regulamentação, uma vez que no artigo 26, deste documento, o texto faz menção explícita à necessidade de implantação de “uma base nacional comum”, enquanto diretriz para organização e estruturação dos currículos nacionais para o ensino fundamental e médio. Nesse sentido, a presença desta questão figurou na agenda das políticas públicas em um espécie de linha do tempo evolutiva.

Dessa forma, com base na linha temporal elaborada pelo próprio Ministério da Educação (MEC), Macedo, (2014, p.892), demonstrou que o debate atual, após ter sido iniciado via Constituição e LDB, seguiu ganhando novos foros e lugares no âmbito das políticas públicas, com a elaboração de Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), culminando com a promulgação das Diretrizes Nacionais Gerais para a Educação Básica (DCNs), e do Plano Nacional de Educação (PNE), sendo o último destes, o fator que

potencializou a recente implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a partir do ano de 2014.

Nesse sentido, Abud, (2017 p.14), salientou que a cada troca de grupos em nossos órgãos de poder, a cada posse de novos líderes, surgem propostas de modificações no Sistema de Ensino. Comutações estas, que se dão pelas vias das mudanças quanto aos métodos de ensino, aos conteúdos, aos processos formativos dos professores e professoras, sobretudo na área das humanidades, uma vez que, ao longa da história do Brasil, esta tem sido utilizada à proveito do alinhamento das predileções da nação aos interesses do grupo dominante.

De modo geral, cabe destacar que, o contexto em que se deu o processo de elaboração e publicação da Base, foi marcado por uma intensa polarização política, aspecto este, que denota uma certa complexidade quanto a implementação de um referencial comum, para o ensino no país. Além disso, cabe destacar algumas cenas ilustrativas, deste período de mudanças e conflitos ideológicos, como

(...)o processo de *ipeachment* da Presidente da República, destituição de presidentes das casas legislativas, prisões de senadores da República, corrupção desenfreada e escancarada nos mais variados âmbitos da gestão pública, reações conservadoras de toda a ordem, retrocessos nos debates e conquistas sociais, trágico crescimento de movimentos como Escola sem Partido e Escola Livre, tentativas de cerceamento e até mesmo de criminalização do exercício da docência, dentre tantas outras situações. (CAIMI ET AL 2017, p.69).

A primeira vista, este contexto de “gravidade e acirramento” nos provoca a impressão de que dado o momento de instabilidade, nas instâncias de poder político-administrativo do país, este não seria o melhor momento para implementação de uma política educacional ou de currículo, sobretudo em se tratando do caso específico do Brasil, de grande dimensão territorial e enorme diversidade cultural e regional.

Entretanto, se pensarmos a construção do currículo a luz de Goodson (2007, p.243), ou seja, enquanto um conceito que foi “inventado para dirigir e controlar”, bem como um “mecanismo de reprodução das relações de poder existentes na sociedade”, em conformidade com as perspectivas mais recentes, como nos alerta Caimi *et al*

...vemos que o currículo também produz e reposiciona identidades culturais, de gênero, religiosas, étnico-raciais, sexuais. Desse modo, conhecimento e currículo podem ser entendidos, então, como “campos sujeitos à disputa e à interpretação, nos quais diferentes grupos tentam estabelecer sua hegemonia(...)” e, por isso, exercem o papel de poder

regulador onde se confrontam opções e se produzem consensos possíveis. (CAIMI ET AL, 2017, p.70) (grifo nosso)

Isto posto, entendemos que para além da aparente impossibilidade, à implementação de uma política de currículo, esse período constituiu-se enquanto um terreno fértil para a elaboração de uma nova matriz referencial para a educação. Uma vez que, um grupo político fora destituído do poder e outro ocupara o seu lugar. Com isto, emergiu a necessidade de reposicionamento das identidades brasileiras, de estabelecimento hegemônico do novo grupo, bem como da produção de consensos em seu entorno, com fins à legitimação de suas práticas políticas e tomada do poder.

Dessa forma, defendemos a hipótese de que a recente implementação da BNCC atenderia às demandas da nova agenda política pública e privada, em detrimento das reais necessidades e interesses do alunado, servindo enquanto meio para o estabelecimento hegemônico do novo grupo no poder, bem como na produção de assentimentos e legitimidade de suas pautas políticas.

Por outro lado, refletimos com Macedo (2014, p. 1538), através de sua análise acerca dos debates a favor da BNCC, baseada em Ball (2012), “a constituição de uma nova forma de governabilidade, marcada pela concessão entre agentes públicos e privados, resultando na criação de uma nova forma de sociabilidade.”

Desse modo, baseada na teoria do discurso e no conceito de “redes” cunhado por Ball (2012) – as redes são tratadas por Ball como “comunidades políticas” (p.5) descentradas, articuladas em torno de problemas sociais comuns, tendo em vista suas soluções – alegou que

(..)vivemos, hoje, uma reterritorialização das políticas, na qual as fronteiras entre público, privado, filantrópico, não-governamental vão sendo constantemente deslocadas [e borradas]. Como num caleidoscópico, constroem-se diferentes paisagens, nas quais princípios de mercado são apresentados como a solução para os problemas criados pela má gestão do setor público. (MACEDO, 2014, p.1538)

Além disso, argumentou que

Nos termos da teoria do discurso, o caráter público da educação, e sua ineficiência, funciona como exterior constitutivo que cria uma rede de demandas em torno de reformas marcadas pela lógica do mercado. A hegemonia da nova forma de sociabilidade é garantida pela expulsão das antigas formas de gestão da educação como bem público. (MACEDO, 2014, p.1538)

Movida por suas inquietações, Macedo (2014, p. 1538), realizou uma busca no site dos principais agentes públicos (MEC, CNE, CONSED, UNDIME), responsáveis pela dinamização dos debates em defesa da Base, como fundamento para a sua argumentação. Através da qual, indicou que instituições financeiras e empresas a exemplo da “Itaú [Unibanco], Bradesco, Santander, Gerdau, Natura, Volkswagen, entre outras — além de Fundação Victor Civita, Fundação Roberto Marinho, Fundação Lemann, CENPEC, Todos pela Educação, Amigos da Escola,” figuravam enquanto parceiros e apoiadores à causa da sanção de um núcleo comum para a educação brasileira.

O interesse, por trás do apoio desses agentes privados, para além de sua inserção coercitiva no âmbito do poder público na produção de uma nova forma de governabilidade, também reside nas demandas por novos materiais didáticos, novos métodos para a formação docente, até mesmo de reestruturação do espaço da escolar, que surgem com a implementação de políticas educacionais, que incidem diretamente na estrutura de um sistema de ensino, como é o caso da BNCC, a qual opera na reformulação dos currículos universitários e secundários.

Com base no exposto acima, começamos a perceber os interesses, poucos visíveis, que ao longo da história da educação no Brasil, tem motivado as diversas reformas e reconfigurações em seu sistema de ensino. Enquanto isso, os problemas referente ao analfabetismo funcional, aos baixos níveis de escolaridade e a evasão escolar, bem como relacionados a formação docente, sob a escusa de ser deficitária etc., que serviram e servem enquanto justificativa para uma nova reforma, ainda perduram em nosso país.

Por outro lado, cabe destacar que, tais reformas, residem mais no campo da superestrutura, ou seja, no âmbito das políticas de currículo do que na infraestrutura, isto é, no chão da escola – espaço no qual o ato de educar e a educação acontecem – pois, reparos que visassem a melhoria deste, seriam um grande passo na direção de um processo de ensino-aprendizagem mais justo e de qualidade, como argumentou Macedo (2015), dizendo que

A interferência de que precisamos, no jogo de forças que está posto, é o investimento em salário, em condições de trabalho e de formação contínua dos profissionais da educação, em infraestrutura das escolas. Isso sim pode facilitar a luta diária das comunidades escolares que vai produzindo, em seu existir, uma sociedade mais justa. (MACEDO, 2015, p. 905)

Por fim, com base nesta assertiva, nos perguntamos: seria utópico pensar a educação, no quesito reforma e melhorias, para além do político, no que se refere a manutenção do poder de um grupo que se sustenta a partir de uma manipulação ideológica-educacional e, do uso exclusivo da educação por uma classe em detrimento da outra? Infelizmente, dado os interesses por trás da educação que se oferece no Brasil, quanto por trás das reformas pelas tem passado, sim!

Além disso, segundo o que está presente na literatura crítica tanto do currículo quanto das reformas do ensino no Brasil, a BNCC, por seu caráter normativo e regulador, aparenta ser mais um mecanismo que prescreve e fixa de antemão “o que se deve e como se deve pensar, agir e sentir”, do que um documento que trará de fato mudanças benéficas e significativas quanto a melhoria do processo de ensino-aprendizagem no país.

### COMO ESPECIALISTAS DA ÁREA DO ENSINO DE HISTÓRIA, TÊM LIDO E COMPREENDIDO A PROPOSTA DO TEXTO DA BASE, NA ORIENTAÇÃO DE SUA PRÁXIS DOCENTE

O ensino de História no Brasil, assim como no mundo, constitui-se enquanto um terreno fértil, para o nascimento de controvérsias referentes a seleção de conteúdos que irão figurar no escopo do currículo à ser seguido, tanto pelas escolas quanto pelos professores, com fins à formação histórica dos sujeitos da educação. Nesse sentido, Abud (2017, p. 13) nos conta que: “o ensino de História em geral constitui um campo de intensa discussão ideológica sobre o uso do passado nas sociedades contemporâneas.”

Desse modo, argumentamos com Abud (2017), que tais embates ideológicos acerca dos usos do passado, se materializam no âmbito da educação formal na forma de sucessivas reformas que têm ocorrido, no contexto da Educação e do Ensino de História no Brasil. Além disso, a referida autora nos conta que

Com frequência o poder público produz documentos educacionais que apresentam novas formas de organização escolar, com renovadas estruturas curriculares, que se pretendem transformadoras do que poderíamos chamar de “núcleo duro” do sistema educacional, constituído pelos objetivos, por métodos e técnicas de ensino e por listagem de conteúdos das diversas disciplinas a serem desenvolvidas no ambiente escolar. A olho nu, são os aspectos curriculares as faces mais representativas das políticas públicas na área educacional. São também o caminho mais fácil para a intervenção do poder político na educação, como resultado de pressões de grupos hegemônicos da

sociedade civil. Por isso, reformas curriculares não são fatos incomuns entre nós. (ABUD, 2017, p. 14)

Com base nesta assertiva, pode-se compreender duas questões importantes para esta discussão. A primeira delas, é o fato de que o currículo vai além de uma seleção prévia de conteúdos, métodos e formas de avaliação etc., constituindo-se enquanto um lugar político, no qual, ocultam-se – aos olhares menos críticos – verdadeiras guerras de narrativas, entre agentes políticos públicos e privados, com fins ao controle técnico e político da práxis docente, bem como da formação dos sujeitos da educação e da produção de *inputs* educacionais, para a manutenção de uma ordem social vigente.

A segunda, é fato de a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ser uma política de Estado que nasceu desses conflitos de interesses, na busca pelo controle da práxis educativa, como proposto por Martins (2017, p.56). Esta autora, ao refletir acerca dos conflitos que se converteram em confrontos no contexto das discussões, que anteviram, às publicações de suas versões preliminares, analisou a formação de um movimento pró-BNCC, a saber: o Movimento Pela Base Nacional Comum, formado no ano de 2013.

Este movimento, nos conta Martins (2017, p.56), está composto por mais de 60 membros distintos, que representam diferentes setores sociais. A autora elencou alguns desses setores, nos quais se integram categorias públicas e agentes privados na defesa da BNCC,

...o que inclui de professores universitário à educação básica, deputados federais, conselheiros de educação, gestores dos setores públicos e privados, organizações não governamentais interessadas em educação, algumas delas já denunciadas por relações deletérias com o setor público, e fundações privadas como a Lemann, a Somos Mestres-SM, o Instituto Ayrton Senna, o Instituto Singularidades, cujos interesses estão na oferta da educação privada, presencial e a distância, na formação de professores em nível superior, assim como na oferta de materiais didáticos e *softwares* educacionais. (MARTINS, 2017, p.56)

Desse modo, apesar das reformas educacionais apresentarem certa preocupação com a qualidade do ensino, em seu contexto a educação vem sendo utilizada e compreendida enquanto um importante instrumento político, a serviço da manutenção de grupos políticos no poder, bem como para suprir as demandas de setores privados da sociedade civil, interessados na produção e venda de *inputs* educacionais.

Além disso, “estas reformas configuram um corpus de representações e de normas que fixam e prescrevem de antemão o que se deve e como se deve pensar, agir e sentir”

(Chauí, 2016, p. 245-247 *apud* Abud, 2017, p. 14). Nesse sentido, argumentamos com Goodson (2007, p.243) que o currículo foi basicamente inventado como um conceito para dirigir e controlar o credenciamento dos professores e sua potencial liberdade nas salas de aula, ao ponto que hoje ele funciona enquanto mecanismo de reprodução das relações de poder existentes na sociedade.

Por conseguinte, é nesse sentido de permanência e manutenção de uma estrutura de organização do currículo dominante que Abud (2017), lança a sua hipótese de que “há a permanência da mesma concepção de História desde a elaboração dos primeiros currículos para esta disciplina no Brasil, presente na BNCC”. Argumenta, que com pequenas mudanças nos quadros organizativos dos documentos, se repetem os mesmos fatos históricos e as mesmas periodizações, que se apresentam desde o início do ensino de história no Brasil, Abud (2017, p.21).

Como base para a sua argumentação, a autora realizou uma análise comparativa do desenvolvimento histórico das propostas curriculares, para o ensino de história, no contexto brasileiro. Para tanto, ela analisou, como estavam dispostos os conteúdos do século XIX – período em que a disciplina se organizou como forma de conhecimento – e a que se prestava tal organização do currículo, aos dias atuais.

Em se tratando da finalidade, de como estavam dispostos os conteúdos, à época do século XIX, a fim de não recairmos em redundância desnecessárias, reiteraremos o dito por Ribeiro *et al.* (2017, p. 87), ou seja, que o ensino de história, neste período, se prestou à formação de uma memória nacional, a qual geraria uma identidade brasileira resultando na coesão nacional em torno de um fim comum, o bem da pátria.

Desse modo, seguia-se à lógica de uma História política-científica, desde uma perspectiva positivista, centrada nos feitos dos grandes personagens, nos documentos oficiais, na construção de um passado glorioso, que legitimasse a pátria nascente. Esse padrão de ensino, também serviu, enquanto justificativa da ordem social e política, dos símbolos nacionais etc., com fins a aderência dos indivíduos em torno do sentimento nacional de pertencimento a pátria.

Por outro lado, com relação a elaboração e organização de um programa de ensino brasileiro, a inspiração fora francesa, cujo os manuais didáticos eram indicados ao final das listagens de conteúdos, para serem adotados pela escola brasileira. Nesse sentido, Abud (2017, p. 19), ressalta que “os programas se restringiam a indicar temas sobre os quais alunos e professores deveriam se debruçar ao se prepararem para os exames no colégio Pedro II”.

Por conseguinte, a autora argumenta que a versão preliminar da BNCC, deu continuidade a essa forma de organização dos programas de ensino, sob a orientação da História política, pautada na ideia de que se deve ensinar história a partir do começo desta. Desse modo, Abud (2017, p. 21), nos conta que em sua versão preliminar, a Base seguiu uma “orientação quadripartite, seja para a chamada História Geral (História Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea), seja para a História do Brasil e da América (Período Colonial e Período Independente, este com as subdivisões de Império e República), alegando que esta disposição de conteúdos seria mais fácil para o aluno aprender, pois, trabalharia com grandes personagens, situações e lugares concretos.

Nesse sentido, a autora realiza uma importante observação acerca do distanciamento entre conteúdos a serem ensinados e público a quem serão ensinados, argumentando que

há um consenso de que no ensino de História de deve iniciar pelo o começo da mesma, pela a Antiguidade, quando surgiram as primeiras civilizações e, apesar das orientações inovadoras, fundamentadas na moderna Psicologia da Educação, que recomenda que se inicie com o que é próximo do aluno, pois ele terá melhor compreensão, há uma forte tendência contemporânea de se iniciar os estudos de História na escola pelos conteúdos que abordam as sociedades mais antigas, da chamada “civilização ocidental.” (ABUD, 2017 p. 22).

Com base nesta alegação, argumentamos que a suposição de um início da História, a partir dos estudos das civilizações ocidentais, coloca em um segundo plano o estudo das sociedades de outros continentes, a exemplo das asiáticas e africanas, pouco estudadas no contexto educacional brasileiro. Sobretudo às africanas, de suma importância para a compreensão da formação social, cultural e identitária do Brasil.

Nesse sentido, importa salientar que por muito tempo o estudo da história, da civilização africana e de seus descendentes, ocuparam o lugar de figurantes na composição teatral do currículo brasileiro. Mas, após anos de lutas intensas dos movimentos negros do Brasil, em prol do reconhecimento das suas contribuições históricas, houve a criação da lei 10.639/2003, que impositivamente tornou obrigatório o ensino da história, usos e costumes dos africanos e de seus descendente no Brasil. Os quais foram – e são – de fundamental importância enquanto constituintes da identidade nacional, apesar de suas contribuições terem sido e ainda serem negligenciadas, no contexto da educação brasileira.

Retomando o eixo discursivo da leitura crítica de Abud (2017), ao realizar uma análise comparativa entre os Programa de Ensino para os anos de 1915 e 1936 em contraponto com a segunda proposta preliminar da Base de 2016, constatou que

A persistência de conteúdos relativos à História da Antiga Grécia, que se consolidaram através de diferentes épocas, espaços e temporalidades(...)As mudanças de objetivos, de métodos e técnicas de ensino e mesmos as novas concepções de aprendizagem, sobretudo as novas formas de se pensar a história, os novos temas, os novo objetos e os novos sujeitos, não foram assumidas como centralizadores para o ensino, que permanece fixado numa visão, há muito superada pela pesquisa, de supremacia da história política (entendida no seu sentido tradicional). (ABUD, 2017, p. 24)

Desse modo, o que se apresenta como novo na BNCC, não passa de mais do mesmo sob uma nova roupagem que se diz e se quer revolucionária, contemporânea, inovadora e inclusiva. Ademais, a autora conclui a sua discussão dizendo que: Mulheres, trabalhadores, minorias culturais permanecem, tal como há um século, ignorados pela a história escolar, já que, os novos métodos, as novas perspectivas históricas e temas não foram considerados como parte integrante da BNCC, Abud (2017 p. 24).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar do lido e exposto, ainda existe muito por fazer no campo das pesquisas e análises sobre a BNCC, na busca por compreender os reais propósitos por trás de mais uma reforma, realizada em um período turbulento da história recente do Brasil. Entretanto, se percebe que muito se perdeu do caráter humanitário do ensino no Brasil, em prol de uma manutenção da ordem estabelecida.

O que põe em segundo plano mudanças de maior pertinência e necessárias, a exemplo do exposto por Macedo (2015, p. 905), a saber: “investimento em salário, em condições de trabalho e de formação contínua dos profissionais da educação, em infraestrutura das escolas,” ou seja, em lugares ou áreas que facilitem “a luta diária das comunidades escolares que vai produzindo em seu existir, uma sociedade mais justa”.

Por conseguinte, forjada em um período de intensas lutas políticas e com uma grande ênfase na formação da identidade do brasileiro, a proposta da Base, para o Ensino de História, traz em si, muito do que outrora fora quase que o seu objetivo único, isto é, a formação da identidade nacional, com foco nas grandes personagens históricas da elite,

seguindo o enredo da perspectiva, há muito superada pela a pesquisa histórica, da história política.

Dessa forma, concluimos dizendo que: uma vez mais, cabe ao docente o ato da subversão na prática do ensino. O que consiste, na utilização dos espaços vazios, das brechas e fissuras existentes entre as imposições estatais do currículo prescrito e sua práxis educativa, para desenvolver atos de insubordinação que visem a conscientização das diferenças, dos esquecimentos e dos silêncios históricos, os quais são e serão de extrema importância, para a formação humanitária dos indivíduos, bem como para a cidadania e para a vida em comunidade, no atual contexto de identidades fluidas e plurais.

## REFERENCIAS

ABUD, Katia Maria. Ensino de História e Base Comum Curricular: desafios, incertezas e possibilidades. In: RIBEIRO JÚNIOR, Halferd Carlos; VALÉRIO, Mairon Escorsi (org.). **Ensino de História e Currículo: reflexões sobre a base nacional comum curricular, formação de professores e prática de ensino**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017. p. 13-26.

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – BNCC. Versão Final (2017). Disponível em:

[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: Novembro, 2020.

CAIMI, Flávia Eloisa *et al.* O Ensino de História na BNCC: pluralismo de ideias ou guerras de narrativas?. In: RIBEIRO JÚNIOR, Halferd Carlos; VALÉRIO, Mairon Escorsi. **Ensino de História e Currículo: reflexões sobre a base nacional comum curricular, formação de professores e prática de ensino**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017. p. 67-81.

GOODSON, Ivoo. Currículo, narrativa e o futuro social. **Revista Brasileira de Educação**, Caxambu, v. 12, n. 35, p. 241-252, abr. 2007.

MACEDO, Elizabeth. BASE NACIONAL CURRICULAR COMUM: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. **Revista E-Curriculum**, São Paulo, v. 12, n. 03, p. 1530-1555, out. 2014.

MACEDO, Elizabeth. BASE NACIONAL COMUM PARA CURRÍCULOS: direitos de aprendizagem e desenvolvimento para quem?. **Educ.: Soc.**, Campinas, v. 36, n. 133, p. 891-908, out. 2015.

MARTINS, Maria do Carmo. Paradoxos Entre Políticas e a Construção do Coletivo: currículo e a história ensinada. In: RIBEIRO JÚNIOR, Halferd Carlos; VALÉRIO, Mairon Escorsi. **Ensino de História e Currículo: reflexões sobre a base nacional**

comum curricular, formação de professores e prática de ensino. Jundiaí: Paco Editorial, 2017. p. 47-65.

RIBEIRO JÚNIOR, Halferd Carlos; VALÉRIO, Mario Escorsi (org.). **Ensino de História e Currículo: reflexões sobre a base nacional comum curricular, formação de professores e prática de ensino.** Jundiaí: Paco Editorial, 2017. 262 p.

RIBEIRO, Renilson Rosa *et al.* O Labirinto das Identidade no Brasil: currículo(s) de história para os anos iniciais do ensino fundamental. In: RIBEIRO JÚNIOR, Halferd Carlos; VALÉRIO, Mairon Escorsi. **Ensino de História e Currículo: reflexões sobre a base nacional comum curricular, formação de professores e prática de ensino.** Jundiaí: Paco Editorial, 2017. Cap. 5. p. 83-112.

## A ascensão dos mercadores e as mudanças nas relações de poder na Idade Média entre os séculos XI e XIII

João Marcos de Sousa Maia  
Universidade Federal do Tocantins  
joao.maia@mail.uft.edu.br

O presente artigo tem como enfoque principal analisar a ascensão mercantil através das mudanças demográficas, sociais e culturais entre os séculos XI e XIII no Ocidente Medieval. A importância desse tema reside principalmente nos aspectos econômicos e políticos da chamada Revolução Comercial que transformou as relações entre a antiga sociedade tripartida e o patriciado. Utiliza-se a pesquisa bibliográfica a partir da análise de obras historiográficas de autores como Le Goff (1991), Franco Junior (2001) e Gurevic (1989). Assim, percebe-se que o fortalecimento dos mercadores fez eco em diversas áreas, remodelando principalmente os pontos de contato entre os diversos grupos sociais daquele período.

Palavras-chave: Ascensão Mercantil. Relações de Poder. Revolução Comercial.

## INTRODUÇÃO

O período entre os séculos XI e XIII ficou conhecido como revolução comercial, época em que os mercadores receberam destaque na sociedade medieval. Entre os séculos V e X, período conhecido como Alta Idade Média, o trabalho mercantil tornava-se de certa forma insignificante, pois, durante o período, o trabalho agrícola efetuado na zona rural feudal foi o mais predominante, ou seja, as trocas ocorriam geralmente através do chamado escambo. Desta forma, o trabalho dos mercadores, esteve pouco difundido nesse período considerado inicial da época medieval.

Desse modo, o papel desempenhado pelos mercadores a partir do século XII, por exemplo, foi de suma importância para as relações de poder na Idade Média, que até então limitava-se a uma sociedade tripartida, sustentado pelo clero, nobreza e camponeses. As mudanças demográficas possibilitaram o abastecimento da economia mercantil, que através de longas viagens, em busca de especiarias puderam concentrar enormes fortunas, que os ajudaram a subir na hierarquia social medieval. Os fatores que corroboraram no sucesso mercantil, foi em primeiro lugar a cidade, que com a diminuição das doenças e ausências de guerras, ajudou na migração de pessoas para as cidades, além do excedente agrícola que desempenhou uma função importante para o abastecimento de comida nas cidades.

Assim, os mercadores visando o título de nobreza, através de seu dinheiro, conseguiram manter relações lucrativas com os outros grupos sociais. Além disso, o papel político que os patrícios tiveram, sobretudo na Itália, permitiu um domínio ainda mais amplo em relação aos nobres e camponeses. O empréstimo de dinheiro aos principados aproximou os grandes banqueiros das famílias reais, formando alianças como entre os banqueiros italianos e a realeza inglesa. No âmbito do clero, a relação entre os mercadores e o papado foi um tanto mais complicada, a usura e o acúmulo de tesouros conflitaram com os ideais eclesiásticos, ao menos teoricamente.

Este trabalho está organizado em quatro tópicos principais. Irá se analisar os motivos do crescimento das cidades medievais, influenciada principalmente por motivos demográficos. Posteriormente, examinar-se-á o mercador, sobretudo o mercador itinerante, mostrando suas formas organizacionais, discorrendo acerca das relações entre a sociedade tripartida e o mercador itinerante. Finalmente, abarcar-se-á as relações entre os burgueses a nobreza e o clero, além de analisar de forma superficial a forma de ensino mercantil. Esse artigo pretende exibir uma Idade Média controlada dos bastidores pelos

mercadores-banqueiros medievais. Finalmente, por meio de todos esses aspectos, a conclusão do artigo será salientar como essas relações influenciaram no poder mercantil entre os séculos XI e XIII.

## O CRESCIMENTO DAS CIDADES MEDIEVAIS

Para entender a ascensão mercantil e a revolução comercial, deve-se em primeiro lugar analisar os motivos que levaram ao aumento populacional nas cidades entre os séculos XI e XIII, período em que “foi o principal motivo do crescimento do comércio na Idade Média” (LE GOFF, 1991, p. 8).

Dentre os historiadores, a tese mais aceita acerca do surgimento da “segunda Idade Feudal” (BLOCH, 2001, p. 90) certamente foi o aspecto demográfico. Na primeira Idade Feudal, as populações ocidentais se afastaram, principalmente por conta das epidemias entre os séculos III e V. Desse modo, “cada povoado passou a utilizar os recursos que existiam ao redor para produzir, alimentos, peles, tecidos etc.” (FRANCO JÚNIOR, 2001, p. 22).

Entre os séculos XI e XIII, porém, o movimento migratório foi inverso. Com o fim das invasões sobretudo germânicas nos territórios feudais, e um certo recuo epidêmico e climático, as cidades medievais cresceram de forma significativa. “Entre os séculos IX e X não havia indícios de cidades com mais de 10.000 moradores, entretanto, no século XIII 55 cidades detinham essa marca” (FRANCO JÚNIOR, 2001, p. 27).

As migrações foram de grande importância para a expansão europeia ocidental medieval: “Entre os séculos VII e VIII, ocorreu um aumento populacional de 10,42% em relação aos séculos anteriores, enquanto que no século XIII, a crescente foi de 45,31%” (FRANCO JÚNIOR, 2001, p. 29). As causas para tal fenômeno foram diversas, como por exemplo, o recuo das epidemias, como afirmado anteriormente, as guerras (cada vez menos comuns batalhas entre cristãos, inclusive por conta das guerras santas) e um certo desenvolvimento agrícola.

A transformação agrícola deu-se por conta de alguns fatores. Os arroteamentos e a evolução das técnicas de agricultura ajudaram no aumento das populações citadinas entre os séculos X-XIII (FRANCO JÚNIOR, 2001, p. 33). Dentre as técnicas agrícolas a charrua (técnica de aragem de terra, superior a técnica de aragem romana), a nova atrelagem dos animais e o sistema trienal contribuíram para o aumento de produção de

grãos e outros excedentes agrícolas. “O comércio foi fruto da indústria têxtil, e tal desenvolvimento veio através da transformação agrícola” (LE GOFF, 2007, p. 156).

Beneficiando-se de todos esses novos fatores, a diminuição de epidemias, os excedentes agrícolas, o crescimento das cidades, os mercadores “deixaram de ter um lugar secundário nas cidades medievais, e começaram a ter um papel primário no século XIII” (GUREVIC, 1989, p.165). Esse fato pode ser explicado porque os mercadores foram os principais donos das indústrias têxteis no período medieval.

## A ASCENSÃO MERCANTIL E O MERCADOR ITINERANTE

O mercador tem duas faces na Europa Ocidental medieval, o mercador itinerante e o sedentário. O primeiro possuía como principal aspecto a busca por especiarias fora de suas terras. Provença, Espanha e Alemanha do Norte foram “Os três primeiros grandes centros comerciais.” (LE GOFF, 1991, p. 8). Os dois primeiros buscavam suas mercadorias principalmente no Mediterrâneo e os germânicos controlavam as rotas escandinavas.

O mercador itinerante usufruía de três vias principais para o transporte de suas mercadorias, por terra, pelos rios e pelos mares. A travessia por terra era a mais complicada. “Os furtos constantes por ladrões, e o confisco de suas mercadorias pelos senhores de terras” (LE GOFF, 1991, p. 10). As rotas fluviais, no entanto, detinham a preferência dos mercadores. Os principais rios foram o rio Pó, pertencente a Itália do Norte, o rio Ródano que foi a principal ligação entre a França e o Mediterrâneo até o século XIV e os rios de Flanders, importante rota comercial na Idade Média. Os afluentes flamengos tiveram para a revolução econômica uma importância semelhante aos canais ingleses que desempenhou um papel primário na revolução industrial no século XVIII (LE GOFF, 1991, p. 11).

O transporte marítimo, porém, elevou o mercador a outro patamar na busca por mercadorias. Em primeiro lugar a quantidade de especiarias comportadas em um navio cresceu exponencialmente, chegando a carregar cerca de 500 toneladas em um trajeto completo. “O trajeto veneziano durava cerca de dois anos para completar o ciclo mercantil”. (LE GOFF, 1991, p. 13). Mas o gosto dos mercadores para a utilização de navios, mesmo com riscos de naufrágios e saques piratas, encontrava-se principalmente no gasto menos elevado em relação as rotas terrestres e fluviais, resultando em um lucro maior quando suas especiarias eram vendidas nas feiras.

As feiras ocupam outro lugar de destaque na ascensão dos mercadores, principalmente porque foram essas feiras que transformavam as mercadorias importadas pelos mercadores, das regiões escandinavas e mediterrâneas, em lucro para eles. Dentre as feiras, vale ressaltar as de Champagne, maiores e mais importantes feiras medievais.

Nas feiras negociavam-se mercadorias de todos os cantos, tanto do Norte, quanto do Sul, tanto do Oriente, quanto do Ocidente, fazendo com que obtivesse vários adeptos para comprar produtos, como tecidos orientais ou vinhos ocidentais. De qualquer forma, Champagne se tornou tão importante aos mercadores que foi necessário a elaboração de leis para proteger os mercadores, além de taxa de entrada e saída. Ela contava também com uma guarda destinada somente para as feiras, para resolver conflitos entre mercadores e evitar roubos ou mortes.

As feiras se tornaram verdadeiros festivais e contavam com os mais variados clientes. “Papais, reis, príncipes, condes etc. participavam das feiras”. (HUBERMAN, 1985, p. 34), comprando objetos e especiarias oriundas de outras partes do mundo. Em decorrência das feiras, a moeda foi outro artefato que ressurgiu com os mercadores.

Entre os séculos V a X a moeda caiu em desuso na Europa Ocidental, isso porque o escambo foi a principal fonte de troca na época. Desse modo, se um indivíduo X produz vinho e necessita de peles, ele buscará uma troca de seu produto com uma pessoa que produza peles e vice-versa. Desse modo, as feiras adotaram outra forma de pagamento, o reuso das moedas tornaram as trocas mais simples, pois o dinheiro pagava praticamente tudo. O uso do ouro e prata em larga escala incentivou o comércio, e transformou a Idade Média, no século XIII, surgindo inclusive uma nova classe, a dos mercadores-banqueiros (HUBERMAN, 1985, p. 34).

## AS RELAÇÕES DE PODER ENTRE OS MERCADORES E A SOCIEDADE TRIPARTIDA

A sociedade conhecida como tripartida, formada escalas hierárquicas sociais, chega ao seu apogeu na dinastia carolíngia entre os séculos VIII e IX. “A triplicidade da sociedade feudal, foi reflexo do ideal político carolíngio, pois se no céu só tem um Deus, na Terra só tem um rei” (DUBY, 1994, p. 99).

A política carolíngia começou a esboçar os futuros grupos sociais que figuravam no imaginário medieval. Os principais foram os *oratares* e os *bellatores*, e abaixo desses dois encontrava-se os *laboratores*. “Os *oratores* detinham a autoridade, e eram responsáveis pelo

combate espiritual, os *bellatores* dispunham da força, e tinham a missão de proteger através dos combates.” (DUBY, 1994, p. 101). Quanto aos *laboratores* eles foram incumbidos por servir os dois grupos anteriores e submeter-se a eles.

A sociedade da denominada alta Idade Média, especificamente entre os séculos VIII e IX, vivia em um sistema hierárquico muito rígido, ou seja, a mudança dos fatores era extremamente difícil, desse modo, a linhagem sanguínea era a responsável por traçar o “destino” dos seres pertencentes a Europa Ocidental feudal. Fórmula essa que sofreria alguma mudança com a chamada revolução comercial, alteração que beneficiou majoritariamente os mercadores.

Após a ascensão dos mercadores a partir do século XI, as relações de poder, sobretudo nas cidades medievais, sofreram uma grande influência da burguesia mercantil, o antigo sistema tripartido foi dando lugar a um sistema monetário. “A economia medieval, foi dominada pelo comerciante, que obtinha lucro através da venda de produtos, no século XI”. (BLOCH, 2001, p. 92) ao ponto que “Os burgueses se preocupam essencialmente com o direito a riqueza, o direito em administrar seu tesouro e a busca por mão-de-obra barata” (LE GOFF, 1992, p. 56). Essa última reflete diretamente na relação entre mercadores e camponeses.

Os mercadores, donos das indústrias têxteis, necessitavam de mão-de-obra barata para alimentar seu lucro, desse modo, os camponeses foram os principais explorados por esse tipo de trabalho. Pode-se dizer que o investimento feito pelos burgueses no campo para melhoria da terra e um sistema hidráulico renovado, permitiu a produção de alimentos em grande escala, abastecendo assim as cidades ocidentais que acabam sendo dominadas politicamente pelos comerciantes. Tal domínio proporcionou uma certa fusão entre nobres e mercadores” (LE GOFF 1991, p. 43; 53).

## O MERCADOR E A NOBREZA

“A nobreza de origem cavaleiresca possuía uma valorização que os mercadores não dispunham, os burgueses sofriam inclusive desprezo pela classe aristocrata” (GUREVIC, 1989, p. 170). Desse modo, a burguesia buscou o título de nobre, pois até o século XIII a linhagem era mais importante que a riqueza. “O ingresso dos patrícios na classe nobre, decorreu de algumas formas, como a compra de terras, e os casamentos mistos” (GUREVIC, 1989, p. 176). Os casamentos mistos geralmente eram compostos por mercadores que dispunham de vastas riquezas e filhas de famílias nobres, porém pobres.

Tal fusão foi benéfica para ambos os lados, já que os burgueses conseguiam o título de nobreza e os nobres falidos voltavam a dispor de alguma riqueza.

Outro modo de afirmação burguesa dentro do âmbito da nobreza foi através da aproximação, pois “após certo tempo de contato constante entre a burguesia, e a nobreza, o burguês logo era considerado um nobre” (LE GOFF, 1991, p. 43). Esse domínio burguês sobre os camponeses, principalmente por meio da exploração da mão-de-obra e sobre os nobres, que por necessitarem dos mercadores, forneceram a eles a chancela de nobreza, na qual até o século XI tal feito era extremamente difícil. “O patriciado tem, seu apogeu no século XIII” (LE GOFF, 1991, p. 55).

Os patrícios influenciaram diretamente na monarquia medieval, principalmente através dos empréstimos. “Os mercadores se tornaram íntimos da corte, através do apoio financeiro e político fornecido para o principado” (GUREVIC, 1989, p.1 77). Deve-se lembrar que a burguesia dominava algumas cidades politicamente, sobretudo as italianas. As cidades como Nápoles, eram regidas pelos “comunas”. “Os comunas foram em um primeiro momento uma associação entre iguais, que visavam dissolver as hierarquias, e defender seus interesses comerciais” (FRANCO JÚNIOR, 2001, p. 83). Esse fato aconteceu no século XI, quando surgiram as primeiras comunas na Itália.

No século XIII, porém, o conceito, das comunas sofreram mudanças, inclusive no nome *signoria*, que detinham o poder das cidades. As comunas tiveram papel importante nos conflitos políticos como na Guerra dos Cem anos, “Os patrícios italianos, ajudaram de forma econômica os ingleses na batalha centenária contra os franceses.” (LE GOFF, 1991, p. 63). A mudança que a cidade traz entre os séculos XI e XIII, foi motivo de demonização por parte da Igreja, “os clérigos comparam as cidades do ocidente medieval, com a cidade bíblica Babilônia, que era infestada de pecado e tentações” (BASCHET, 2006, p. 151). A relação entre os mercadores e a Igreja foi marcada por altos e baixos. “Na prática a relação entre a Igreja e os mercadores, foi bem diferente da teoria” (LE GOFF, 1991, p. 70).

O trabalho desenvolvido pelos mercadores, requer um certo grau de estudo, pois os mercadores conhecem as rotas comerciais, geralmente sabem falar mais de uma língua e sabem fazer cálculos. Essas técnicas foram durante toda a Alta Idade Média, de domínio eclesiástico, com as instituições de ensino clericais. “A revolução mercantil e o desenvolvimento urbano possibilitou uma ligeira mudança na cultura medieval” (LE GOFF, 1991, p. 103). Durante o século XII já se tem os primeiros registros de escolas geridas pela burguesia, “Se a Igreja conseguiu o monopólio do ensino superior, e parte do

secundário, os mercadores conseguiram o acesso ao ensino primário”. (LE GOFF, 1991, p. 104).

No ensino primário o mercador tem a preocupação em repassar seus conhecimentos aos seus descendentes, os quatro principais ensinamentos foram: a escrita (sobretudo para redigir documentos); o cálculo (necessário nas transações mercantis), vale ressaltar o ingresso da numeração árabe sobretudo o do número zero; as rotas comerciais, o estudo de mapas possibilita um conhecimento mais preciso sobre os portos, principalmente os portos mulçumanos e germânicos; o domínio de mais de uma língua. É imprescindível que os mercadores saibam falar mais de uma língua, principalmente a francesa, por conta das feiras, sobretudo as de Champagne, além da alemã, italiana e árabe. “O mercador precisa estudar os costumes, ligados aos lugares comerciais que ele frequenta” (GUREVIC, 1989, p. 167).

## A RELAÇÃO ENTRE A IGREJA E OS MERCADORES

Entre a demonização e a proteção, entre o desprezo e o zelo, a relação entre os mercadores e os clérigos foi controversa, isso porque a teoria clerical para com os burgueses era uma, mas a prática foi outra.

Durante o período em que a burguesia se assentou como classe ativa no sistema medieval (séculos XI-XIII) ela manteve uma relação controversa com o clero. As atitudes mercantis, principalmente a do empréstimo à juros e o acúmulo de riquezas foram práticas condizentes com os ideais da tradição cristã. “O mercador foi um pária” (GUREVIC, 1989, p. 167), e muito desprezado no início de sua ascensão na segunda Idade Feudal. Esse aspecto pode ser explicado pelo fato de que os mercadores compravam itens no mercado Oriental, ou, Escandinavo por um valor X e revendia suas mercadorias por um valor Y, gerando lucro.

O ato de compra e venda era considerado pecado, tal tese é exemplificada através do decreto de Graciano publicado no século XII, dentre os decretos encontra-se: “É difícil não pecar quando se exerce a profissão de comprar e vender”. (LE GOFF, 1991, p. 71) O lucro é pecaminoso, aos olhos de Deus e das escrituras. Jesus diz a seus discípulos que é mais fácil um camelo passar no fundo de uma agulha do que um rico entrar no céu (Marcos 10:23). A riqueza gera a heresia, “os frades medicantes, constantemente em suas pregações, repudiavam a riqueza e a cobiça.” (GUREVIC, 1989, p. 168). A contradição

entre as escrituras e os atos dos mercadores e banqueiros levou a Igreja, proibir os cristãos de práticas usurárias, em 1179.

As ordens dos frades medicantes desempenharam um papel importante entre os séculos XI e XIII. O sucesso da ordem deu-se por alguns fatores, talvez o mais relevante deles foi a transferência de suas sedes do campo para as cidades. Dessa forma, seus conventos multiplicaram. Vale ressaltar também que diferente de outras ordens religiosas, os medicantes viviam de doações, o que tornavam seu trabalho em certo grau mais difícil. Por estarem sempre alertando as comunidades sobre as práticas usurárias, é normal imaginar que os grupos mercantis entravam em rota de colisão com os grupos eclesiásticos, mas tal entendimento remete a uma historiografia do século XIX. É mais verossímil afirmar o que pode ter acontecido foi a tentativa de legitimação do dinheiro, por parte dos burgueses.

A legitimação do dinheiro ocorreu através de alguns acontecimentos. O desenvolvimento do comércio é certamente o principal, já que o seu desenvolvimento faz com que toda a sociedade cristã ocidental disfrute do desenvolvimento mercantil, o que torna o trabalho dos mercadores legítimo, deixando a usura como prática exclusiva dos judeus. A análise de relação entre mercadores e a Igreja mostra em primeiro momento uma casta clerical preocupada em seguir os ensinamentos bíblicos (o que de fato ocorreu), mas em maior escala mostra que na prática a relação entre os burgueses e o clero teve uma conotação um tanto diferente.

O trato da Igreja frente aos mercadores foi de certa forma controversa, principalmente porque a pregação eclesiástica não condizia com a prática dos clérigos. A defesa da Igreja frente aos mercadores é evidente quando o papa Gregório VII ameaça o rei da França Felipe I de excomunhão caso o rei não restituísse os mercadores italianos em suas terras, no ano de 1074 (LE GOFF, 1991, p. 77). O III Concílio de Latrão de 1179 influenciou também na relação entre os mercadores e a Igreja, pois o 22º cânone asseguravam a proteção para clérigos, camponeses e mercadores, enquanto o 25º ordena a excomunhão de usurários. Os dois cânones entram em um certo conflito, principalmente porque os mercadores praticam a usura ao fazerem empréstimos à juros.

Para não quebrarem o 25º cânone, os mercadores encontram na letra de câmbio uma forma de burlar a lei do Concílio. A letra de câmbio, ou câmbio seco, tratava-se de “uma letra de câmbio falsa, onde se mencionavam operações monetárias que não foram feitas realmente” (LE GOFF, 1991, p. 79). Os banqueiros encontraram então, uma forma de mascarar a usura, tornando suas práticas lícitas.

O mercador é generoso, principalmente por conta de suas doações monetárias para a Igreja, além da ajuda aos menos afortunados, tais atos faz com que as práticas mercantis se tornem “uma necessidade desejada por Deus” (LE GOFF, 1991, p. 83). A influência burguesa na sociedade feudal, essencialmente nas cidades onde os mercadores detêm um domínio mais amplo, principalmente politicamente. As cidades, sobretudo as italianas, são dominadas pelos mercadores que tiveram como principal ferramenta de dominação o dinheiro.

A devoção religiosa do mercador não é menor que a do camponês, mesmo que aos olhos da Igreja, cada um detinham seu lugar na engrenagem feudal. Por medo do julgamento após a morte, diversos mercadores abdicavam de suas riquezas para se dedicarem totalmente a Cristo. “Alguns mercadores, abandonavam suas profissões para entrar em ordens clericais” (LE GOFF, 1991, p. 91). Assim, os banqueiros que se desfaziam de suas riquezas, visavam um lugar no céu. As facetas que envolvem a relação entre Igreja e mercadores são controversas e mutáveis. No século IX os mercadores não eram muito relevantes aos olhos do clero. Com a revolução comercial, as formas com que ambas as classes se relacionaram mudaram drasticamente.

As alianças formadas entre as empresas mercantis e a Igreja são reflexo de uma transformação significativa. A participação eclesiástica, direta e indiretamente, nos assuntos mercantis assentou de vez um novo grupo social no sistema feudal do século XIII. As nuances que envolvem tal relação são interessantes, pois ao mesmo tempo que as práticas mercantis foram condenadas, passíveis de castigos, as mesmas atividades proporcionaram o crescimento clerical. Aliado a esse fato, a necessidade que a Igreja teve para com os burgueses fez com que “a Igreja reconhecesse os mercadores, tal como reconheceu, através da política, os membros reais” (LE GOFF, 1991, p. 96).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O apogeu da civilização medieval teve como um dos seus principais personagens o movimento dos mercadores. As mudanças nas relações de poder foram possíveis graças ao poder econômico burguês. Talvez seja precipitado considerar a revolução comercial como o nascimento do capitalismo, mas é certo que revolucionou a sociedade europeia de forma contundente. Em uma sociedade na qual a ascensão social era quase nula, pois, o sistema tripartido esteve bem determinado como uma engrenagem que juntos fizeram o

motor do início do feudalismo funcionar, os mercadores surgiram como uma grande corporação que influenciaram em todos os setores da sociedade medieval.

Os mercadores influenciaram a cultura medieval. O ensino nas escolas primárias laicas abriram o caminho para a racionalização da burguesia medieval, pois a partir do momento em que os estudos não ficam monopolizados pela influência do clero, os mercadores enriqueceram seus conhecimentos, não apenas para o trabalho mercantil, em que necessitava-se de conhecimento matemático, cartográfico e gramático, mas também cultural pois, a ascensão desse novo grupo social feudal possibilitou além do surgimento de uma elite laica o declínio do poder eclesiástico que se torna evidente no período renascentista (XV-XVI).

Assim, as relações culturais, sociais e econômicas que moldaram o período medieval a partir do século XI tiveram como principal influência os mercadores. Foram eles que dominaram os camponeses e os grupos populares das cidades, através do dinheiro. Foi a riqueza mercantil que possibilitou a eles ingressarem na nobreza, através de casamentos arranjados, e posteriormente se relacionarem com os principados, sobretudo com empréstimos para guerras e finalmente, as formas em que os mercadores e a Igreja se relacionaram, possibilitaram que os burgueses legitimassem seu grupo social, tornando-a determinante em vários aspectos das cidades feudais.

## REFERÊNCIAS

BÍBLIA SAGRADA. São Paulo: Mundo Cristão, 2016.

BASCHET, Jérôme. *A Civilização Feudal: do ano 1000 à colonização da América*. São Paulo: Globo, 2006

BLOCH, Marc. *A Sociedade Feudal*. São Paulo. Martins Fontes, 2001.

DUBY, Georges. *As Três ordens: ou o imaginário do feudalismo*. Lisboa: Estampa, 1994.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A Idade Média: nascimento do Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

GUREVIC, Aron. O mercador In: LE GOFF, Jacques. (org.) *O Homem Medieval*. Lisboa: Presença, 1989.

HUBERMAN, Leo. *História da Riqueza do Homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

LE GOFF, Jacques. *Mercadores e Banqueiros na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

\_\_\_\_\_. *O Apogeu da Cidade Medieval*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

\_\_\_\_\_. *As Raízes Medievais da Europa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

## Distúrbios psicológicos: Temporalidade, mundo digital e neoliberalismo (Campinas/SP, 2021)

Juliana Fernandes Scaff  
Universidade Estadual de Campinas  
j219403@dac.unicamp.br

Leonardo Lehmann Concentino  
Universidade Estadual de Campinas  
l201210@dac.unicamp.br

O presente artigo tem como cerne compreender as causas sociais e temporais das doenças psicológicas da contemporaneidade, sobretudo: a depressão, a Síndrome de Burnout, a ansiedade e a Síndrome da Fadiga de Informação. Para tanto, discute-se três eixos majoritários que deságuam nos transtornos psiquiátricos: a temporalidade, o ambiente digital e o neoliberalismo. Diante disso, os estudos de G. J. Whitrow e Rodrigo Turin são utilizados para analisar o impacto da temporalidade no mal-estar. Ademais, Byung-Chul Han oferece um panorama valioso no que diz respeito ao mundo virtual e seus desdobramentos na sociedade contemporânea. Finalmente, a fim de entender a atuação do neoliberalismo nos distúrbios psíquicos, os escritos de Byung-Chul Han aliados ao de Pierre Dardot e Christian Laval esmiúçam com maestria tal tema. Diante da discussão tecida, é possível perceber a temporalidade, o universo digital e o sistema neoliberal como atores cruciais no desenvolvimento de transtornos psicológicos na sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Distúrbios psicológicos. Temporalidade. Digital. Neoliberalismo

## INTRODUÇÃO

Cada época possui suas enfermidades fundamentais. [...] Visto a partir da perspectiva patológica, o começo do século XXI não é definido como bacteriológico nem viral, mas neuronal. Doenças neuronais como a depressão, Transtorno de déficit de atenção com Síndrome de hiperatividade (TDAH), Transtorno de personalidade limítrofe (TPL) ou a Síndrome de Burnout (SB) determinam a paisagem patológica do começo do século XXI. (HAN, 2017 B, p. 7)

Segundo pesquisa exposta pela revista *Veja*, 86% dos brasileiros sofrem com algum tipo de distúrbio mental. Em outra pesquisa feita pela Organização Mundial da Saúde, dados mostram que o Brasil é o país com maior número de pessoas ansiosas do mundo: 9,3% da população. Entre as doenças mentais mais comuns, estão: ansiedade, depressão e Síndrome de Burnout [esgotamento, em tradução livre]. (PASSOS, 2019)

Diante desses preocupantes números, é necessário estudar as causas dessas enfermidades. O presente trabalho almeja compreender o fenômeno explosivo dos distúrbios psíquicos que tanto afetam a sociedade contemporânea. Para tanto, entende-se três grandes eixos principais que deságuam na depressão, na Síndrome de Burnout, na Síndrome da Fadiga da Informação e demais doenças: a temporalidade, o mundo digital e o neoliberalismo.

Primeiramente, o artigo analisará o impacto da temporalidade contemporânea no desenvolvimento dos distúrbios psiquiátricos. Através das análises de G. J. Whitrow e Rodrigo Turin, compreende-se a importância das dinâmicas temporais na vida humana e posteriormente os efeitos da aceleração temporal e da dessincronização temporal no mal-estar hodierno.

Em prosseguimento, discute-se o peso do ambiente virtual no cenário das doenças psíquicas. Para tanto, as leituras de Byung-Chul Han sobre as novas tecnologias são imprescindíveis e essenciais para uma análise embasada que entrelace a internet com o esgotamento mental.

Finalmente, para visualizar criticamente a relação entre neoliberalismo e doenças psiquiátricas, utiliza-se os textos de Pierre Dardot e Christian Laval, além de Byung-Chul Han, os quais se debruçam com muita maestria sobre tais temas, principalmente com suas categorias de “sujeito neoliberal” e “sociedade do desempenho”.

## DESENVOLVIMENTO

Há duas estruturas basilares do tempo que sustentam as doenças psiquiátricas na atualidade: a aceleração temporal e os movimentos de dessincronia. Enquanto a primeira diz respeito, principalmente, ao ritmo que a sociedade toma pelo avanço do neoliberalismo, a segunda se concentra sobretudo no ambiente virtual.

Primeiramente, é essencial apontar que o tempo é uma dinâmica social presente na vida humana desde os primórdios da humanidade. As atividades cotidianas são regidas e escaladas em função do tempo. O peso das horas é tão grande que se o relógio mostra o horário de almoço habitual, é muito provável que uma parcela das pessoas comam apenas por conta do horário, e não pela vontade ou necessidade (WHITROW, 1993, p. 31). Ao contrário dos cabilas na Argélia, os quais consideravam o relógio como a “oficina do diabo” (THOMPSON, 2005, p. 270), a contemporaneidade toma as horas do relógio como determinante das tarefas que devem ser executadas.

Contudo, a passagem do tempo é relativa. Em outras palavras, o tempo passa de forma diferente para cada indivíduo, ou até mesmo para a mesma pessoa, mas em momentos diversos. Whitrow diz:

Um "sentido do tempo" envolve alguma sensação ou consciência de duração, mas isso depende de nossos interesses e do modo como focalizamos nossa atenção. Se o que estamos fazendo nos interessa, o tempo parece curto, e, quanto mais atenção dedicamos ao próprio tempo, isto é, a sua duração, mais longo ele parece. (WHITROW, 1993, p. 17)

Segundo Whitrow, a distinção entre o mundo contemporâneo e o antigo em relação ao tempo é que agora há consciência desse. A rotina diária contemporânea é regida pelas horas do relógio e a todo o momento os indivíduos o checam para conferir se estão no trilho certo (*Ibid.*, p. 31). É aqui que se instaura a primeira estrutura do tempo em relação aos transtornos psicológicos: se os indivíduos sentem o tempo passar de forma mais acelerada, isso interfere diretamente em como se sentem psicologicamente.

A sensação que se tem sobre o andar dos ponteiros do relógio tem impacto vital em como se vive: em como os indivíduos sentem-se sobre si mesmos, sobre a sua produtividade e sobre a sua utilização do tempo no decorrer do dia. Na sociedade do desempenho e do cansaço atual, a produtividade individual tem grande impacto nas emoções e sentimentos das pessoas.

De acordo com Whitrow, a passagem do tempo tem relação com o que é feito. Atualmente, os indivíduos são bombardeados por informações e a todo momento

produzem ou desempenham alguma tarefa, portanto é claro que o tempo passará mais depressa. É essa a sensação que a modernidade neoliberal permeada pelo mundo virtual forja na sociedade hodierna: a aceleração do tempo.

Similarmente, Olgária Matos afirma que “a modernidade produzida pelo capitalismo contemporâneo é dominada pelo princípio do desempenho, do rendimento e das performances do trabalhador em seu trabalho” (MATOS, 2014, p. 455). Ou seja, o indivíduo hodierno deve estar disponível para produção 24 horas por dia, já que seu temperamento e sentimento dependem de sua performance produtiva.

Aqui, as novas tecnologias associadas à internet desempenham um papel crucial na aceleração temporal. O trabalho à distância, ou *home office*, é habilitado pelas redes, o que possibilita que os trabalhadores produzam em casa, em seu horário de descanso e de lazer, por exemplo. Outra dinâmica permitida pela internet é o ensino à distância, o que também permite que os estudantes tenham aulas e atividades em seu tempo livre. Assim, o tempo individual é cada vez mais preenchido, gerando a aceleração temporal e consequentemente distúrbios psíquicos.

Ademais, Matos afirma que “a organização institucional do tempo” (*Ibid.*, p. 457) é a estrutura emblemática do domínio neoliberal sobre as mentes individuais, as quais perdem a gestão da própria vida e tempo. Assim, “na medida em que os sentimentos exigem a duração para se desenvolverem, a aceleração do tempo produz a ‘pobreza interior’” (*Ibid.*, p. 461)

Se as pessoas estão sempre produzindo e ocupadas com o rendimento individual, há a impressão de que o tempo passa mais rápido. Com a percepção da passagem do tempo acelerada, cria-se o sentimento de que o indivíduo produz menos do que poderia ter produzido. Trata-se, portanto, de um efeito retroativo, no qual o produto dessa equação é o mal-estar.

## A DESSINCRONIA TEMPORAL

A segunda estrutura basilar do mal-estar com raízes na percepção temporal diz respeito ao sentimento de dessincronia, efeito que está intimamente ligado às tecnologias e, consequentemente, à aceleração temporal.

Nas ideias do historiador brasileiro Rodrigo Turin, o tempo na atualidade é marcado pela cotemporalidade. Cotemporalidade é o fenômeno que diz respeito aos

múltiplos tempos concomitantes: isto é, uma massa diversa de temporalidades existentes ao mesmo tempo, não resolvidas e embaralhadas entre si. Nas palavras de Turin,

Vivemos um tempo repleto de tempos: o tempo das reivindicações identitárias, os tempos pós-colonial e decolonial, o tempo da globalização, o tempo fantasmagórico das reparações traumáticas, o tempo acelerado das novas tecnologias, o tempo da urgência do capital financeiro, o tempo suspenso da patrimonialização, entre tantos outros. Todos esses tempos convivem, se cruzam, combatem uns aos outros, constituem modos distintos de projetar-se no mundo. (TURIN, 2019, p. 14)

Essa estrutura temporal é controversa, uma vez que povos que vivem no mesmo tempo universal não vivem contemporaneamente. Em outras palavras, o tempo das reivindicações identitárias não é o mesmo tempo da urgência do capital financeiro: os participantes ativos de cada temporalidade se situam em planos temporais completamente diferentes.

Por exemplo, homens executivos do capital financeiro não precisam se preocupar com um salário menor que mulheres, mas a situação ao contrário não é verdadeira. Minorias precisam lutar e reivindicar seus espaços e direitos, enquanto o homem cisgênero, branco e heterossexual já possui seu lugar no topo. Para um homem conseguir uma vaga de chefia em uma empresa, não é necessário muito tempo de trabalho para conseguir a promoção. Já uma mulher, partindo do mesmo ponto de partida (o mesmo cargo), demora muito mais tempo para chegar a uma posição elevada na hierarquia da empresa. Portanto, existem temporalidades diferentes para cada um, e isso não se restringe apenas ao campo empregatício.

A temporalidade acelerada presente nos dias atuais é intensificada, sobretudo, pelo ambiente virtual e pelo capital financeiro, por meio de uma “dessincronização estrutural entre as esferas sociais, pulverizando o tempo histórico em uma miríade de ritmos desconexos” (*Ibid.*, p. 9).

Há, contudo, mecanismos de sincronização temporal, quando as cotemporalidades se tornam contemporâneas, e esses são os pontos que muito interessam. O desastre ambiental, *i.e.*, é um fator de sincronização, já que todos caminham juntos para a destruição do planeta pelo esgotamento dos recursos naturais. “No horizonte dessa ‘história universal negativa’, reatualizamos uma sincronização escatológica na forma de distopia climática. O planeta Melancolia continua vindo em nossa direção”. (*Ibid.*, p. 15)

Da mesma forma, a tecnologia e o mundo virtual exercem o mesmo efeito de sincronização temporal do desastre ambiental. O smartphone, por meio das redes sociais, pressiona as pessoas a todo momento à conexão ininterrupta. Nesse sentido, “a desespacialização promovida pelo digital, criando novos feixes de solidariedade global, também implica um encurtamento do tempo disponível para habitar o contemporâneo” (*Ibid.*, p. 15).

As redes sociais, porém, concomitantemente causam um efeito dessincronizador, isto é, uma necessidade de atualização constante dos usuários. Se o usuário da rede social perde cinco minutos de conexão, ele se sente dessincronizado do mundo, com um sentimento angustiante. Nos termos de Turin, “Em uma sociedade estruturalmente acelerada [pela tecnologia], o único elemento ‘sustentável’ possível é a capacidade contínua de adequação”. (*Ibid.*, p. 23)

A relação entre tecnologia e tempo é muito complexa na atualidade, apresentando características deveras paradoxais. Ao mesmo tempo que o mundo virtual é um fator sincronizador, causa sensação de dessincronia nos usuários. A íntima relação entre humanos e tempo foi complexificada sobretudo pelas redes sociais, sendo uma das causas dos transtornos neurais contemporâneos. Citando Turin, “no mesmo movimento em que permite ou cobra uma atualização constante, a internet não deixa de produzir uma sensação contínua e angustiante de dessincronização sistêmica com o mundo.” (*Ibid.*, p. 16)

Nesse ponto, Turin converge à Hartog em *Tempo, história e escrita da história: a ordem do tempo*. Os movimentos de dessincronia destroem a perspectiva de futuro, visto que o futuro é incerto e sempre é necessário uma nova adequação. Assim, instaura-se um regime de presentismo, em um presente hipertrofiado, onde não há perspectiva de passado, muito menos de futuro. “Ao mesmo tempo este presente hipertrofiado rapidamente se tornou desconfortável em si mesmo. Ficou muito ansioso por ver-se como já passado, como história”. (HARTOG, 2003, p. 28)

Em outros termos, as pessoas presas ao presente hipertrofiado se sentem completamente desconfortáveis, sendo esse outro ponto de sincronia com efeito dessincronico. Ao passo que as cotemporalidades são contemporâneas no presentismo com a constante necessidade de renovação, de atualização, a fim de salvar o presente por falta de perspectiva futura. Nas palavras de Turin,

Diante de uma experiência hiperacelerada, provocada por forças que transcendem o ambiente de ação do sujeito, apresenta-se como imperativo a capacidade plástica de responder imediatamente aos novos cenários que se sucedem. [...]

A aceleração é uma dimensão estrutural dessa rede semântica, mas uma aceleração sem telos, sem expectativas, dentro da qual os nexos entre passado, presente e futuro tornam-se extremamente voláteis, quando existentes. (TURIN, 2019, pp. 26-27)

São nesses pontos de dessincronização temporal que se instaura o mal-estar da sociedade contemporânea. As redes sociais, com efeito, possuem três grandes eixos de atuação e de protagonismo no mal-estar hodierno: na aceleração temporal, na dessincronização do presente e no seu próprio mundo digital, como será visto adiante.

Finalmente, conclui-se que o tempo tem um papel crucial para compreensão das doenças psicológicas contemporâneas, seja pelos movimentos de sincronização dessincronizada, seja pela aceleração temporal. “Os indícios da insustentabilidade dessa forma de sincronização estão por todo lado. As patologias da aceleração neoliberal se intensificam. Primeiro, com a explosão dos índices de depressão e ansiedade, essas patologias do tempo.” (*Ibid.*, p. 44)

## O MUNDO VIRTUAL

Para compreender os transtornos mentais da atualidade, devemos analisar inevitavelmente o ambiente digital. Como visto, as tecnologias da internet são impactantes nas dinâmicas temporais e, como será abordado, na lógica neoliberal também. Dessa forma, as redes possuem um papel vital no sentimento de mal-estar na sociedade contemporânea.

Para tanto, é de muita riqueza a leitura do filósofo sul-coreano Byung-Chul Han sobre o impacto dos aparelhos eletrônicos na vida contemporânea, sobretudo de seus livros *No exame: perspectivas do digital* (2018), *Agonia do Eros* (2017) e *Sociedade do cansaço* (2017).

Primeiramente, aborda-se o coletivo dentro da internet. Segundo Han, a internet não produz nenhum “Nós”, nenhum *Geist* [espírito, em tradução literal do alemão]. As aglomerações da internet não produzem uma unidade com indivíduos com personalidade: resultam apenas em ruídos, em *Shitstorms* [tempestade de indignação, em tradução sugerida]. (HAN, 2018)

Esmiuçando tais termos, entende-se que a internet não é capaz de criar uma união de pessoas que possua uma consciência coletiva, uma voz que representa a massa. É aqui que reside o argumento de Han: se as aglomerações da internet não possuem um espírito unitário nem mesmo uma voz, elas não podem ser consideradas como massas. São apenas aglomerações que produzem barulhos, ruídos, *Shitstorm*. (*Ibid.*)

O resultado é a incapacidade de agir contra as estruturas da atualidade que os indivíduos se posicionam contra. Isto é, os usuários das redes não são capazes de se unir pela internet e reivindicar com efeito o que acreditam por verdade. Assim, resta apenas aos indivíduos a luta singular, pois apenas existe a individualidade no enxame digital: dessa forma, a impotência do coletivo é uma das causas do mal-estar.

Falta aos enxames digitais essa decisão. Eles não *marcham*. Eles se dissolvem de maneira tão rápida quanto surgiram. Por causa dessa efemeridade, eles não desenvolvem nenhuma energia política. *Shitstorms* igualmente não estão em condições de colocar em questão a *relação de poder* dominante. Eles se lançam apenas a pessoas individuais, embaraçando-as ou escandalizando-as. (*Ibid.*, pp. 30-31)

Compreende-se, ademais, o celular como uma extensão do corpo do usuário. “O *smartphone* funciona como um espelho digital para a nova versão pós-infantil do estágio do espelho. Ele abre um espaço narcísico, uma esfera do imaginário na qual eu me tranco” (*Ibid.*, p. 45). Nesse sentido, a internet individualiza cada vez mais seus usuários em um universo narcísico, onde não existe o “outro”.

Ou seja, se o celular representa o próprio indivíduo, os movimentos que ocorrem dentro das redes sociais são profundamente sentidos pelos usuários. “Ela destrói o espaço público e aguça a individualização do ser humano. Não o ‘amor ao próximo’, mas sim o narcisismo domina a comunicação digital”. (*Ibid.*, p. 86)

É claro que esse universo narcisista tem reflexos drásticos na vida humana. Tal característica se reverbera, principalmente, no entendimento dos sujeitos sobre si próprios. O narcisismo apenas vê o indivíduo, que se cobra incessantemente na forma do desempenho, da autoexploração.

Segundo Han, a sociedade atual, baseada na liberdade, encontra-se na verdade coagida pela própria liberdade. Uma sociedade do desempenho individualizante, na qual os sujeitos se exploram até implodir (*Ibid.* pp. 87-88). Nas palavras do sul-coreano, “[...] A depressão [...] mergulha em si mesma. O sujeito de hoje, voltado narcisicamente ao desempenho, está em busca do sucesso” (HAN, 2017 A, p. 10)

Portanto, o smartphone atua na ênfase do narcisismo, levando o indivíduo à cobrança extrema de si mesmo. As causas dessa cobrança são a autoexploração e a autoagressividade, as quais deságuam nos distúrbios neuronais. O sujeito do desempenho passa a ser seu próprio algoz. (*Ibid.*, p. 43)

Outro fenômeno oriundo do ambiente digital é a Síndrome da Fadiga da Informação (STI). Na definição de Byung-Chul Han, STI é “[...] o cansaço da informação, é a enfermidade psíquica que é causada por um excesso de informação”. (HAN, 2018, p. 104) A STI é produzida pela capacidade de viralização dos conteúdos virtuais, visto que o compartilhamento de informações dentro da internet é extremamente acelerado.

Nos dias atuais, todos os usuários da rede são vítimas de tal Síndrome. É inevitável o bombardeamento de informações na internet. Desse modo, os usuários sofrem as consequências da STI: o esgotamento mental, a incapacidade de distinguir as informações relevantes das desnecessárias, o estupor da capacidade analítica. Não é mais possível fechar os olhos diante das imagens virais. (HAN, 2017 A, p. 73)

O sintoma que interessa, de fato, é o mal-estar. E neste momento, a inexistência do “Nós”, o narcisismo e a STI convergem para o mesmo ponto. Han é extremamente elucidativo:

A depressão é, sobretudo, uma enfermidade narcisista. A autorreferência exagerada e doentiamente sobrecarregada leva à depressão. O sujeito narcisista-depressivo sente apenas a reverberação de si mesmo. [...] A nossa sociedade hoje se torna cada vez mais narcisista. Mídias sociais como o Twitter ou o Facebook acentuam esse desenvolvimento, pois elas são mídias narcisistas” (HAN, 2018, pp. 106-107)

Assim, conclui-se que o mundo virtual tem colossal importância nas causas das doenças psicológicas hodiernas. Aliado às tecnologias e à temporalidade, situa-se o capitalismo financeiro hegemônico, outro grande fator para os transtornos psiquiátricos.

## O NEOLIBERALISMO

A terceira estrutura a ser analisada aqui é o neoliberalismo, o qual desempenha uma posição deveras relevante no que diz respeito ao mal-estar contemporâneo. Para tanto, utiliza-se o texto de Dardot e Laval intitulado *A nova razão do mundo, Sociedade do cansaço* de Byung-Chul Han e *Tempos precários: aceleração, historicidade e semântica neoliberal*

de Rodrigo Turin, cujas análises convergem na relação entre capitalismo financeiro hodierno e distúrbios psicológicos.

De acordo com Dardot e Laval, o neoliberalismo deve ser entendido não apenas como uma ideologia ou uma política econômica, mas primeiramente como uma racionalidade que estrutura e organiza a sociedade. Segundo eles, o neoliberalismo pode ser definido como o “conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência.” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 17)

Nesse sentido, os autores criam a categoria de “sujeito neoliberal” para descrever o indivíduo que se encontra tomado pela racionalidade neoliberal. Esse conceito é crucial no trabalho dos autores, o qual é caracterizado por Dardot e Laval como “o homem da competição e do desempenho. O empreendedor de si é um ser feito para ‘ganhar’, ser ‘bem-sucedido’” (*Ibid.*, p. 353).

As categorias de competição e desempenho são dimensões essenciais para a compreensão do neoliberalismo: o regime capitalista atual é baseado na noção de desempenho, no qual os membros desse sistema devem a todo momento competir com os outros e consigo mesmos, buscando sempre a sua eficiência máxima. Passa-se de uma sociedade da obediência para uma sociedade do desempenho, na qual os sujeitos são empresários de si mesmos. (HAN, 2017 B, p. 23)

O sujeito neoliberal é criado de forma com que ele trabalhe para a empresa como se trabalhasse para si mesmo. Daí surge a ideia de que se você é bem-sucedido profissionalmente, sua vida é um sucesso - o trabalho se torna o veículo da realização pessoal.

“O grande princípio da nova ética do trabalho é a ideia de que a conjunção entre as aspirações individuais e os objetivos de excelência da empresa somente é possível se cada indivíduo se tornar uma pequena empresa. Em outras palavras, isso pressupõe conceber a empresa como uma entidade composta de pequenas empresas de si mesmo.” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 334)

Dentro da competição com os outros, Dardot e Laval evidenciam o caráter individualista do neoliberalismo. Aqui, encontra-se um ponto vital no qual a análise de Han encontra com Dardot e Laval. Como visto na seção sobre ambiente digital, a internet cria um universo narcisista dos usuários. No neoliberalismo com a perspectiva da competitividade, o narcisismo é mais uma vez exacerbado.

Agora, os indivíduos de uma empresa não são mais colegas de trabalho, que trabalham como um corpo em consonância para o crescimento do grupo: é a regra de cada um por si. A empresa apenas representa um espaço de competição (*Ibid.*, p. 330). Nas ideias de Han, o sujeito neoliberal não constrói nenhuma massa coesa, nenhum “Nós”. Trata-se da “atomização da sociedade” (HAN, 2018, p. 33) através do narcisismo que incapacita o “Nós”.

O sujeito entra em um ritmo maquinário, em que ele deve trabalhar constantemente para ser o mais eficiente, o mais rápido, o mais apto, já que apenas depende de seu próprio esforço para aumentar seu desempenho. Como em uma batalha evolucionista em que apenas o mais forte sobrevive, o sujeito deve fazer de tudo para tentar manter-se no ambiente de competição: “Todas as suas atividades devem assemelhar-se a uma produção, a um investimento, a um cálculo de custos. A economia torna-se uma disciplina pessoal.” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 331)

Diante dessa perspectiva, Dardot e Laval introduzem sua tese de que os sujeitos neoliberais são sujeitos-empresas. Não se trata mais de humanos, e sim de empresas: devem metrificar e calcular seus atos pensando em uma ótica empresarial. Devem, portanto, aprimorar características essenciais para uma empresa: “[...] o indivíduo deve ser “aberto”, “síncrono”, “positivo”, “empático”, “cooperativo”, não é para a felicidade dele, mas sobretudo e em primeiro lugar para obter do “colaborador” o desempenho que se espera dele”. (*Ibid.*, p. 344)

O ritmo competitivo cria uma falsa crença geral na meritocracia, isto é, a crença que apenas o esforço individual leva ao sucesso. O sujeito neoliberal é doutrinado a acreditar que seu sucesso só depende de si mesmo e de sua performance no trabalho, o que gera uma sobrecarga de pressões externas e internas. Os autores alegam que

A novidade consiste em promover uma “reação em cadeia”, produzindo “sujeito empreendedores” que, por sua vez, reproduzirão, ampliarão e reforçarão as relações de competição entre eles, o que exigirá, segundo a lógica do processo autorrealizador, que eles se adaptem subjetivamente às condições cada vez mais duras que eles mesmos produziram. (*Ibid.*, p. 329)

Ademais, dentro da lógica do neoliberalismo, Dardot e Laval explicitam outra dinâmica: a do coaching, que similarmente às demais vai ter influências no mal-estar da atualidade. Primeiramente, o neoliberalismo cria nos sujeitos a necessidade da auto-ajuda, pois através de um narcisismo e individualismo exacerbado, apenas conseguem se

ver. Dessa forma, todos os problemas que surgem em face do sujeito neoliberal, a solução deve ser oriunda de si próprio. (*Ibid.*, 2017, p. 353)

Assim, a figura do coaching se evidencia na contemporaneidade, visto que é um profissional habilitado no *self-improvement* [aprimoramento próprio, em tradução livre] e especializado na auto-ajuda. Ou seja, o coach tem a função de orientar e guiar o caminho para os próprios sujeitos neoliberais criarem suas soluções e resolverem seus problemas. (*Ibid.*, p. 337)

Relacionado ao coaching, temos o postulado da positividade, o qual tangencia as análises de Dardot e Laval, mas Byung-Chul Han é quem vai mais a fundo nessa característica. Dardot e Laval, primeiramente, afirmam que a norma do sujeito neoliberal é a realização pessoal. É vital para os sujeitos o autoconhecimento e a autoestima para o sucesso. (*Ibid.*, p. 345)

Han vai além e entende melhor esse excesso de positividade, que em Dardot e Laval se identifica como autoestima, sobretudo. Nas ideias do autor, enquanto a sociedade disciplinar seguia a regra do “não”, a sociedade do desempenho neoliberal é regida pelo “sim”, pelo verbo “poder”. O que antes era negatividade e proibição na sociedade da disciplina se torna positividade e permissão na sociedade do desempenho. (HAN, 2017 B, p. 24)

Nessa linha, o filósofo afirma que a positividade do poder é extremamente mais efetiva do que a negatividade do não. De acordo com Han,

Para elevar a produtividade, o paradigma da disciplina é substituído pelo paradigma do desempenho ou pelo esquema positivo do poder. Pois a partir de um determinado nível de produtividade, a negatividade da proibição tem um efeito de bloqueio, impedindo um maior crescimento. A positividade do poder é bem mais eficiente que a negatividade do dever. Assim o inconsciente social do dever troca de registro para o registro do poder. (*Ibid.*, p. 25)

Em face a essas condições duras e dramáticas, o sujeito se vê em um contexto psicossocial complexo. Para abordar isso, Dardot e Laval introduzem a questão das doenças psíquicas, que é “o outro lado do desempenho, uma resposta do sujeito à ser responsável por si mesmo, de se superar cada vez mais no contexto empresarial.” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 366)

O excesso de positividade tem efeitos diretos no mal-estar hodierno. No argumento de Byung-Chul Han, enquanto loucos e delinquentes são gerados pela

sociedade disciplinar, a sociedade do desempenho é a gênese dos depressivos. (HAN, 2017 B, pp. 24-25)

É importante ressaltar que os sujeitos neoliberais seguem uma lógica empresarial, competitiva e narcisista. Ou seja: ele é inteiramente responsável por seus atos e por seu desempenho. Se a “empresa” está à beira da “falência” - isto é, o sujeito neoliberal não produz o suficiente - é por falta de esforço próprio. Ademais, o sujeito deve estar ciente do risco de falência (distúrbios neuronais). A própria lógica neoliberal se isenta da culpa do mal-estar contemporâneo, pois transfere toda a responsabilidade para os sujeitos. Nas palavras de Dardot e Laval:

Assistimos a uma individualização radical que faz com que todas as desigualdades sejam atribuídas a uma responsabilidade individual. A maquinaria instaurada “transforma as causas externas em responsabilidades individuais e os problemas ligados ao sistema em fracassos pessoais”. (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 348)

O discurso da realização e do sucesso de vida cria um estigma com as pessoas que não se encaixam à norma dos sucedidos, sendo vistos como fracassados, perdidos e infelizes. (*Ibid.*, p. 367) “O indivíduo é confrontado mais com uma patologia da insuficiência do que com uma doença da falta, mais com o universo da disfunção do que com o da lei: o depressivo é um homem empresarial em pane.” (*Ibid.*, p. 366)

Além disso, para o sujeito neoliberal não existe a possibilidade da derrota. Sua mentalidade foi construída para vencer, para ser bem-sucedido. (*Ibid.*, p. 353) Se o indivíduo se encontra frente a uma derrota, entende toda a culpa como sua: preso em si mesmo com sua derrota, não há outro destino senão o mal-estar. “A gestão neoliberal da empresa, interiorizando a coerção de mercado, introduz a incerteza e a brutalidade da competição e faz os sujeitos assumi-las como um fracasso pessoal, uma vergonha, uma desvalorização”. (*Ibid.*, p. 363)

O autor Byung Chul-Han vai ao encontro dessa ideia, ao alegar que a causa da depressão, “do esgotamento não é o imperativo de obedecer apenas a si mesmo, mas a pressão de desempenho.” (HAN, 2017 B, p. 27) Ademais, o sul-coreano afirma que os distúrbios psíquicos desenvolvidos atualmente pelos sujeitos neoliberais são similares aos habitantes dos campos de concentração na segunda guerra mundial. Um esgotamento psicológico intenso dentro de uma sociedade do trabalho baseado no desempenho, no qual “somos ao mesmo tempo prisioneiro e vigia, vítima e agressor”. (*Ibid.*, p. 47)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi tecido, conclui-se que a temporalidade, o universo digital e o neoliberalismo têm atuação crucial no desenvolvimento de transtornos psicológicos na sociedade hodierna. Analisar e discutir criticamente tais causas é um movimento extremamente necessário para a compreensão total do problema, a fim de saná-lo.

O sujeito neoliberal é, sobretudo, um indivíduo narcisista e individual. Encontra-se, além disso, frente a uma temporalidade complexa, acelerada e com elementos dessíncronos. Juntamente ao ambiente virtual e o constante uso da internet e das redes sociais, os sujeitos da sociedade contemporânea caminham inexoravelmente rumo ao mal-estar.

Dessa forma, a sociedade do desempenho, da positividade e do trabalho estimulam a produtividade e desempenho exacerbado. Nas palavras de Byung-Chul Han, “o excesso da elevação do desempenho leva a um infarto da alma”. (*Ibid.*, p. 71)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DARDOY, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2017.

HAN, Byung-Chul. *No enxame: perspectivas do digital*. Petrópolis: Vozes, 2018.

HAN, Byung-Chul. *Agonia do Eros*. Petrópolis: Vozes, 2017.

HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. Petrópolis: Vozes, 2017.

HARTOG, François. Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo. *Revista de História*, n. 148, pp. 9-34, 2003.

MATOS, Olgária. O mal-estar na contemporaneidade: performance e tempo. *Revista do Serviço Público*, v. 59, pp. 455-468, 2014.

PASSOS, Letícia. Pesquisa mostra que 86% dos brasileiros têm algum transtorno mental. *VEJA*, 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/saude/pesquisa-indica-que-86-dos-brasileiros-tem-algum-transtorno-mental/>. Acesso em 20 mar. 2021.

TURIN, Rodrigo. *Tempos precários: aceleração, historicidade e semântica neoliberal*. Rio de Janeiro: Zazie, 2019.

WHITROW, G.J. *O tempo na história: concepções de tempo da pré-história aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

## A Revolução Cubana e a Crise dos Mísseis: Uma análise dos conteúdos em livros didáticos do Ensino Fundamental e Médio

Jeferson de Castro Silva  
Universidade Federal do Ceará  
jefersoncastro50@gmail.com

João Alesson Vidal da Silva  
Universidade Federal do Ceará  
alesson.vidal07@gmail.com

O presente artigo visa analisar como os conteúdos de Revolução Cubana e Crise dos Mísseis aparecem em algumas literaturas didáticas (*História sociedade & cidadania* (9º ano; 2015); *História: Escola e Democracia* (9º ano; 201); *História* (3º ano; 2010) e *História* (3º ano; 2017)). Primeiramente, realizaremos uma explanação mais aprofundada de ambos os temas, embasados teoricamente em alguns artigos. Dessa forma, discutiremos: aspectos da Doutrina Monroe; os processos intervencionistas dos Estados Unidos; a Revolução Cubana e suas mudanças significativas; as dimensões da Guerra Fria na política externa de Cuba e por último, a Crise dos Mísseis e seus tensionamentos. Após isso, daremos atenção na análise dos livros, dialogando também com alguns documentos oficiais (BNCC e PNLD), buscando refletir sobre as narrativas historiográficas e os processos de ensino-aprendizagem com os alunos.

Palavras-chave: Revolução Cubana. Crise dos Mísseis. Literatura didática.

## INTRODUÇÃO

A grande maioria dos livros didáticos dão pouca importância à América Latina, dão a entender que são locais isolados e parecem ser encontrados duas vezes na história mundial (Grandes Navegações e Guerra Fria), em uma espécie de silenciamento tanto dos fatos, quanto das ligações com a política externa nos períodos anteriores. Entretanto, o breve século XX (ou a Era dos Extremos, em termos de Eric Hobsbawm), apresentou dois acontecimentos que abalaram o mundo: a Revolução Cubana e a Crise dos Mísseis.

Dado sua dimensão, o primeiro tratou-se de um processo revolucionário (1959) que trouxe mudanças significativas para a sociedade cubana, contou com a participação do povo (camponeses, intelectuais, etc) e foi liderado por Fidel Castro, Raul Castro e Che Guevara, tornando-se assim um marco na América Latina e causando grandes tensões na política externa. Por sua vez, a Crise dos Mísseis (1962), fruto do acirramento das relações entre o governo cubano pós-revolucionário e o estadunidense, quase deu início a um conflito bélico a níveis internacionais, rondando imaginários e suscitando antigos medos já vistos nos casos de Hiroshima e Nagasaki. Este trágico evento é retomado e conectado a Guerra Fria e a Crise do Mísseis por Charles Sidarta, que estabelece um diálogo em torno do horror nuclear e das ameaças e desavenças entre as duas superpotências (econômicas e bélicas) de cunho imperialistas: URSS e EUA.

A partir disso, a escolha desses assuntos manifestou-se por meio de algumas inquietações, problemáticas e perguntas que envolvem o Ensino de História e a aprendizagem dos alunos: como acontecimentos dessa amplitude, são trabalhados de maneira superficial ou mesmo omitidos em sala de aula? Quais as abordagens históricas adotadas na literatura didática? De que forma os documentos (BNCC E PNLD) regulamentam o Currículo de História sobre esses temas? E por último, quais diferenças percebidas entre o Ensino Fundamental e Médio para tais conteúdos?

Diante dessas perguntas, foram selecionadas algumas literaturas didáticas como fontes, no intuito de refletir não só sobre a prática docente, mas também o processo de ensino-aprendizado histórico. Dessa forma, os critérios de seleção foram: a relevância dada aos conteúdos de Revolução Cubana e da Crise dos Mísseis; a narrativa historiográfica utilizada pelos autores e a possível comparação entre os próprios livros. Portanto, para fins deste artigo, primeiramente iremos nos deter a uma explanação mais aprofundada sobre a Revolução Cubana e a Crise dos Mísseis, para depois fazer a análise

desses assuntos nos seguintes livros didáticos: *História sociedade & cidadania* (9º ano; 2015); *História: Escola e Democracia* (9º ano; 2018); *História* (3º ano; 2010) e *História* (3º ano; 2017).

## A REVOLUÇÃO CUBANA E A CRISE DOS MISSEIS DE CUBA

Pensar os aspectos de ruptura e continuidade do processo de consolidação da Revolução Cubana, é ter consciência das relações entre Cuba e Estados Unidos no decorrer dos séculos XIX e XX. Dinâmicas marcadas pelo interesse geopolítico e econômico, haja vista, o território caribenho ser de extrema importância para a influência do poder hegemônico estadunidense na América Latina.

Para isso, a Doutrina Monroe (1823) foi implantada como política externa destinada aos continentes americanos, em defesa da “liberdade” contra a colonização de potências europeias. A mesma apresenta-se como relevante para a compreensão do ideal paradoxal de liberdade pregado pelos EUA, tal qual sua autodeclaração de *guardião da segurança hemisférica* (AYERBE, 2004, p.42) no século XIX, tendo continuidade no século XX. Segundo Luis Fernando Ayerbe essa doutrina tinha como pretextos e justificações: defender a região contra as potências imperialistas extracontinentais, levar o avanço tecnológico e político (republicanismo) em contraposição a retração monárquica de algumas potências europeias, e por último a vulnerabilidade e dificuldade das jovens repúblicas latino-americanas de defenderem seus interesses e soberania. Logo:

A Doutrina Monroe inaugura uma política externa cujos delineamentos principais acompanharão as relações com a América Latina e o Caribe no decorrer do século XIX e boa parte do XX. Desde os primeiros momentos da sua formulação, Cuba estará presente (AYERBE, op. cit. p. 42).

Dessa forma, é a partir dessa doutrina que vão surgindo novas intervenções diretas e indiretas dos EUA sobre Cuba, como os cinco corolários, sendo o *Big Stick* (1904) de Theodore Roosevelt o mais conhecido, além da *Emenda Platt* e política da *Boa Vizinhaça* de Franklin Roosevelt. A presença dessas doutrinas e políticas externas norte-americanas, violentaram e invadiram os governos cubanos, após seu processo de emancipação (1895-1898). Em consequência disso o país ficou condicionando as decisões estadunidenses, inviabilizando dessa maneira o desenvolvimento da autonomia política, econômica e social, além do fator da dominação de grupos militares e civis ligados às oligarquias rurais e demandas externas, nas primeiras décadas do século XX. Ademais:

A economia do país estava em mãos estrangeiras ou das oligarquias agrícolas nacionais, especialmente a produção do açúcar. O capital norte-americano avançou sobre as refinarias, a telefonia, os bancos e companhias elétricas. Havana tornou-se um paraíso para milionários, gângsteres e investidores de todo o tipo que aproveitavam as facilidades oferecidas pelos governos locais. Assim, ao lado dos hotéis luxuosos, [...], da aparente modernização do país, se popularizavam as favelas (bohios), a superexploração no campo, os cassinos, os bordéis, a especulação imobiliária e outros problemas que limitavam seriamente o desenvolvimento social cubano. (SIMUNA, 2016. p. 13).

Paralelamente a esses aspectos foram surgindo no final dos anos 40, “[...] organizações estudantis e partidárias ansiosas pelo fortalecimento da democracia, como, por exemplo, o Partido Ortodoxo, cujo um dos integrantes [...] era o jovem Fidel Castro.” (Ibidem). Percebe-se que parte da sociedade cubana não sofreu essas imposições de maneira passiva. Dado um espaço tensionado de poderes, revoltas de cunho nacionalista foram sendo gestadas.

Assim sendo, a Revolução de 1959 foi o momento mais evidente e transformador dessas movimentações. O governo autoritário de Fulgêncio Batista (1952-1959) será posto em xeque, mediante não só das guerrilhas efetuadas por Fidel Castro, Raul Castro e Che Guevara. De acordo com Eric Hobsbawm:

A década de 1950 foi cheia de guerras de guerrilha no Terceiro Mundo, [...]. Curiosamente, foi um movimento relativamente pequeno [...], atípico mas bem-sucedido, que pôs a estratégia da guerrilha nas primeiras páginas do mundo: a revolução que tomou a ilha caribenha de Cuba em 1º de janeiro de 1959. (HOBSBAWM, 1995, p. 337-338).

Todavia, é importante ressaltar que tal revolução, em um primeiro momento, não se declara socialista. Ela vai aos poucos se aproximando e constituindo essa ideia. Assim, irá propor mudanças significativas para a sociedade cubana, como a reforma agrária, estatização de bancos e empresas e melhorias no sistema de saúde. Nos âmbitos da educação, por exemplo, “[...] ao final de 1961, o índice de analfabetismo em Cuba era 3,9%, o mais baixo de toda a América Latina”. (DOMINGOS, 2013, p.84).

Apesar disso, as dimensões da Guerra Fria afetaram a política externa de Cuba. Cabe lembrar que desde a Revolução Cubana, os conflitos com os EUA não cessaram, perdurando ainda tentativas de sabotar e derrubar o novo governo cubano, como: a Invasão da Baía dos Porcos (1961) e a Operação Mangusto (1962). Por outro lado, geograficamente Cuba tornou-se um território estratégico para os soviéticos, devido à

sua aproximação com os EUA. Dessa maneira, as relações com a URSS tiveram importância para a defesa da soberania e autodeterminação cubana, como também os interesses do representante do bloco socialista.

Por consequência, o episódio conhecido como Crise dos Mísseis (1962) configurou-se como o momento de maior tensão da Guerra Fria, despertando medos de várias sociedades e provocando discussões teóricas, acadêmicas e historiográficas divergentes a seu respeito. “Novas evidências confirmam, enriquecem e às vezes refutam os dados, as hipóteses e as teorias disponíveis, no contexto geral da Guerra Fria.” (ÁVILA, 2012, p. 367). Assim, trazer uma completa precisão dos fatos é tarefa árdua, mas sabe-se primeiramente que foram instalados mísseis soviéticos de médio e intermediários alcance, direcionados ao território estadunidense, após a tentativa frustrada de invasão à Baía dos Porcos

Logo, seria além de uma espécie de ação defensiva entre essas nações aliadas, também forma de equilíbrio do poder, haja vista os EUA terem bases na Itália e Turquia equipadas com esse mesmo poderio bélico, na mesma situação que se encontravam os de Cuba. Isso acarretou uma série de apreensões no governo norte-americano, direcionando suas ações para o impedimento, “a todo custo”, dessa ameaça: ou intervir em Cuba ou impor um bloqueio naval (“quarentena”) (DOMINGOS, 2013, p.86). Escolhido o segundo caminho, o discurso de John Kennedy, em 22 de outubro, surge para concretizar a decisão, e destaca entre seus pontos, a ampliação da Doutrina Monroe para os tempos da Guerra Fria (Ibidem. p. 87).

Portanto, durante os dias 16 a 28 de outubro, a crise foi encaminhada para um acordo político. Como explicita Ayerbe: “O desfecho da crise se deu de forma negociada. Kennedy e Kruchov chegam a um acordo que inclui a retirada dos foguetes do território cubano e o abandono dos objetivos de invasão da ilha por parte de Estados Unidos.” (AYERBE, 2004. p. 50).

## ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS

Para entendermos a dinâmica dos conteúdos anteriormente apontados, iremos nos basear em aparatos oficiais como Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), dando suas devidas especificidades ao Ensino Fundamental e Médio.

Dessa forma, a Revolução Cubana está disposta na BNCC para os discentes do 9º ano, na unidade temática de “história recente” e no correspondente objeto de conhecimento: “A Revolução Cubana e as tensões entre Estados Unidos da América e Cuba” (BNCC, 2017, p.432). Embora não citada diretamente, a Crise dos Mísseis configura-se como um dessas disputas, relacionando-se também a habilidade que o documento prevê: “(EF09HI28) Identificar e analisar aspectos da Guerra Fria, seus principais conflitos e as tensões geopolíticas no interior dos blocos liderados por soviéticos e estadunidenses” (Ibidem, p. 433). Todavia, serão as formas de abordagem pedagógica, o currículo escolar e a literatura didática que irão definir o grau de importância a tais acontecimentos. Outra dificuldade em tratar do tema relaciona-se ao momento político do Brasil, onde sem alguns cuidados, podem gerar interpretações negativas tanto do processo revolucionário cubano quanto do docente.

Dado isso, optamos por analisar dois livros didáticos, a começar pelo Ensino Fundamental II, respectivamente: *História sociedade & cidadania* (9º ano; 2015) e *História: Escola e Democracia* (9º ano; 2018). Os critérios de seleção se deram a partir da aparição dos assuntos e da narrativa historiográfica dos autores, não necessariamente sendo literaturas didáticas que foram aprovadas e resenhadas pela PNLD.

A vista disso, a coleção “*História, Sociedade & Cidadania*” (9º ano) tem autoria de Alfredo Boulos Júnior. Este, possui experiência na área de Educação, com foco em História Política e Sociedade e atua nos seguintes temas: representação, imagens, africanos e afro-descendentes. Enfoca, portanto, em sujeitos históricos (indígenas e mulheres), no qual aparecem frequentemente e cuidadosamente em seu trabalho. Quanto ao “Componente Curricular História”, atende uma abordagem crítica e a problematizações, propiciando debate na sala de aula. Desenvolve a história como uma permanente construção, e discute conceitos como historiografia, cultura, memória, tempo, duração, simultaneidade, etc. Sua “Proposta Pedagógica” é permeada de atividades para os alunos, com utilização de documentos, imagens e outros recursos, voltados ao incentivo da leitura e escrita. Ainda dedica parte à “Formação Cidadã”, expondo questões sociais e de gênero, assim como o combate às desigualdades étnico-raciais, pretendendo com isso uma sociedade mais tolerante e igualitária. (PNLD, 2017, p.105-110).

Mais especificamente à Revolução Cubana, a mesma se encontra no capítulo II - O Socialismo Real: China, Vietnã e Cuba (p.189-206). Possui poucas páginas para cada um desses países, sendo somente 4 para Cuba e muito rapidamente, 2 parágrafos da

relação com a Guerra Fria e a Crise dos Mísseis. Por conseguinte, mesmo que o livro tenha aproximação com a BNCC e esteja aprovado pela PNLD de 2017, ele tenta fazer um longo processo histórico cubano sucinto. Pode vir atrelado a isso, a depender da escola e/ou do professor(a), a escolha de ignorar esse capítulo, o que acaba distanciando o aluno dessa temática. Apesar disso, Alfredo Boulos Júnior tenta articular Cuba com outros dois países que apresentaram processos socialistas, embora desenvolvidos especificamente em cada uma das realidades.

Para além deste recurso didático, a coleção didática *História: Escola e Democracia* (9º ano; 2018), escrito e organizado pelos historiadores Flávio de Campos, Regina Claro e Miriam Dolhnikoff (ambos com vasta experiência em desenvolvimento de livros, projetos didáticos e capacitação de professores), busca uma abordagem que relaciona os eventos políticos com aspectos culturais e sociais, dando primazia a uma história relacionada e transversal, onde no manual do professor se encontra explicitamente o caráter crítico na tentativa de fazer uma renovação teórico-metodológica em contraposição à história tradicional.

A proposta de ensino do Componente Curricular visa uma produção de conhecimento calcada na realidade dos alunos(as), estimulando as significações, conceituar os conceitos de modo a desenvolver um conjunto de competências para o desenvolvimento crítico dos alunos, logo um tensionamento das narrativas. A partir disso, busca fazer relações com o presente numa perspectiva de rompimentos e permanências. A “Formação Cidadã” desejada pelos autores é de caráter crítico, trazendo questões do cotidiano presente, como: relações de gênero e diversidades, desigualdade social, questões étnico-raciais, reflexões sobre a historiografia africana, direitos humanos, globalização, violência, oralidade e patrimônio, sempre tentando fugir das interpretações maniqueístas e binárias, para além do bem e do mal.

Não se trata de desarmar nossos alunos. Trata-se de armá-los contra a intolerância. Trata-se de provê-los de um refinado repertório cultural que seja condicionado por uma formação crítica e pluralista. Trata-se de coibir discriminações exclusões e perseguições que fazem da violência uma trivialidade socialmente aceita. (CAMPOS; CLARO, 2018, p. 8)

As transversalidades andam ao lado com as interdisciplinaridades, trazidos em forma de provocação estética nos quadros e imagens com informações geográficas, artísticas, linguísticas/oralidades e educação física. Sempre trazendo informações na

tentativa de realizar conexões entre a história, conhecimento e o cotidiano dos alunos, indo e voltando no tempo histórico. O livro traz recursos modernos do cotidiano dos alunos como links de artigos, filmes, músicas e fotografias sobre o tempo estudado. A narrativa escrita se intercala com a imagética de forma a irem explorando aspectos culturais e políticos.

Os trâmites da Revolução Cubana estão localizados no capítulo 8 (América Latina) da unidade temática 4, “A história recente” conforme a BNCC e encaixando-se na habilidade (EF09HI28) já citado anteriormente. O assunto divide espaço com outras tensões ocorridas na América Latina, cabe ressaltar que o livro dedica capítulo 6 inteiro para a Guerra Fria, o que dá a entender que o evento foi isolado. É destinado a Revolução Cubana apenas 2 páginas, incluindo A Crise dos mísseis em apenas um parágrafo, e um quadro chamado “Tá Ligado?” com perguntas sobre os aspectos da crise.

É notório que o livro não explica completamente as motivações, apesar de dar um bom pano de fundo, faltando explicar alguns aspectos anteriores, como: algumas doutrinas aplicadas pelos EUA e o acirramento do medo de uma catástrofe nuclear. Contudo traz questões pertinentes no que diz respeito a aspectos econômicos, na transformação de Cuba em uma espécie de “quintal” dos norte-americanos, o fato da revolução ter se tornado gradualmente socialista. No quesito cultural, é trazido o aspecto da construção da imagem de Che Guevara como um “mito pop e revolucionário”.

Referente ao Ensino Médio, a BNCC prevê para a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: “tematizar e problematizar algumas categorias da área, fundamentais à formação dos estudantes: Tempo e Espaço; Territórios e Fronteiras; Indivíduo, Natureza, Sociedade, Cultura e Ética; e Política e Trabalho.” (BNCC, 2017, p. 562). Dispõe, assim, de competências e habilidades específicas para tentar alcançar esses objetivos. Nesse sentido, a competência 1 é a mais próxima dos conteúdos trabalhados nesse artigo:

Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica. (Ibidem, p. 570).

Assim como a competência (EM13CHS504), que põem em pauta:

Analisar e avaliar os impasses ético-políticos decorrentes das transformações culturais, sociais, históricas, científicas e tecnológicas no mundo contemporâneo e seus desdobramentos nas atitudes e nos valores de indivíduos, grupos sociais, sociedades e culturas. (Ibidem, p. 577).

Posto tais considerações, a literatura didática *História* (3º ano; 2010) possui autoria de 4 historiadores(as): Ronaldo Vainfas, Sheila de Castro, Jorge Ferreira e Georgina dos Santos. Ao observar suas formações, a narrativa historiográfica do livro se baseia na história política. Dentro disso, busca mostrar análises variadas e abordagens que façam evidente diversas temporalidades no diálogo com a História. Por sua vez, a “Proposta Pedagógica” visa o trabalho com fontes, discussões historiográficas e informações extras, partindo de conceitos como: cotidiano, cultura, resistência, personagens, etc. Todavia, como aponta a PNLD de 2012, no livro: “[...] não se evidenciam iniciativas que valorizem os conhecimentos prévios dos alunos, o que possibilitaria maior problematização de situações cotidianas e da realidade em que vivem.” (PNLD, 2012, p.59). No tocante a “Formação Cidadã”, incentiva-se um foco na ética e na autonomia do aluno(a). Sendo assim, as atividades e imagens tentam desconstruir preconceitos étnicos e de gênero. Neste último, desenvolve-se um trabalho no papel da mulher em várias sociedades.

Quanto à Revolução Cubana, o conteúdo está localizado no capítulo 10 - Construindo rivalidades: o mundo pós-guerra (II) (p.222-250). Divide espaço com outros processos, com destaque para “O socialismo na China”, “Vietnã: outra guerra quente” e outro mais relacionado com a América Latina, “A Argentina peronista”. Devido a isso, apresenta poucas páginas ao caso cubano, onde a Crise do Mísseis é um pouco mais aprofundada. Sua narrativa explicativa é cheia de fatos, datas e dos protagonistas revolucionários (Fidel Castro e Che Guevara). Além disso, o conhecimento sobre Cuba, nessa literatura didática, é restringido até os anos 60, diferentemente do livro do 9º ano (*História, Sociedade & Cidadania*) onde, neste último, a proposta é tentar fazer um balanço sobre o país, passando também desde a Queda do Muro de Berlim até aproximadamente 2014.

Quanto ao livro didático *História* (3º ano; 2017), novamente pela autoria dos historiadores(as): Ronaldo Vainfas, Sheila de Castro, Jorge Ferreira e Georgina dos Santos, vêm novamente com uma perspectiva pedagógica que dar ênfase nos processos políticos com a novidade da perspectiva integrada, busca de articulação do processo histórico nas diferentes espacialidades. No que diz respeito à formação cidadã, a obra

tenta dar enfoque e direcionamentos em aspectos do engajamento do aluno em questões de ensino de história africana e a questão indígena em relação a história do Brasil, gênero e diversidades colocando questões sobre sexualidade e discriminação.

O livro deseja fazer e orientar os professores no limiar de uma abordagem transversal na busca por significações do saber para os alunos(as). É interessante ressaltar o fato de que a obra leva em consideração que o estudante pode estar perto do trabalho, com isso ele traz aspectos da história social do trabalho e dos trabalhadores, fazendo parte da renovação teórico-metodológica buscada. Os capítulos são organizados em diálogo entre textos e imagens, onde os autores colocam recomendações sobre a análise das imagens, com o intuito de dar significado e sentido para além da mera ilustração. Logo o processo de aprendizagem, no contato com as fontes e textos, anda em paralelo com a interdisciplinaridade e por exemplo: Artes, Geografia e Linguística.

Se propõem dessa maneira, uma perspectiva dialógica e interativa na construção do conhecimento histórico, sempre ao lado da realidade e cotidiano dos discentes. Por ter uma abordagem política dos assuntos, se pretende uma formação crítica e contínua nas relações entre professores e alunos, sempre buscando conexões e cunho reflexivo e significador.

Os eventos da Revolução Cubana e Crise dos Mísseis se encontram no capítulo 9 (O mundo na Guerra Fria entre conflito mundiais e a luta por direitos), dentro da Unidade 2 (Guerras Frias, guerras quentes). O livro dedica 3 páginas para os trâmites, dando metade de uma página para a crise dos mísseis.

Como pretendido, a obra segue com seu foco nas relações políticas, dando plena importância para a figura de Fidel Castro e tenta trazer os pormenores do processo revolucionário, como: a prisão de Fidel e o MR-26 (Movimento Revolucionário 26 de julho); a derrubada do regime de Fulgêncio Batista, etc. Dentre essas características encontradas é retratado os aspectos pós- derrubada do regime, por exemplo: a reforma agrária e a erradicação do analfabetismo, medidas essas que beneficiaram a população. O livro coloca em pauta o processo gradual da constituição socialista da Revolução e os acontecimentos, concisos, como a Invasão da Baía dos Porcos e as demais tentativas de desestabilizar e derrubar o governo revolucionário. Sobre a Crise dos Mísseis, é dado ênfase nas relações econômicas entre Cuba e URSS, com algumas informações sobre o comércio de açúcar e petróleo, contudo não explica completamente as tensões entre as potências deixando a desejar em um dos pontos cruciais do ápice desse episódio, o medo atômico e as negociações para evitar uma catástrofe nuclear.

O livro não restringe o processo histórico de consolidação do governo revolucionário aos agitados anos 50 e 60, faz relações com frequência entre o passado e presente, trazendo informações sobre o estado atual de Cuba e suas relações com os EUA e na OEA (Organização dos Estados Americanos).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das literaturas didáticas requer mais que um simples folhear de páginas. Dessa maneira, buscamos fazer um trabalho crítico, longo e cuidadoso sobre como os temas da Revolução Cubana e Crise dos Mísseis foram abordados. O intuito disso foi perceber como o conhecimento histórico e o Ensino de História (em formas variadas de explicitá-lo), consegue significar na vida do estudante. Para além de uma mera troca de informações ou de um viés conteudista, é necessário fazer conexões com a realidade e cotidiano dos alunos nesse processo de construção do conhecimento, dessa forma uma abordagem transversal e interdisciplinar dos temas em questão.

Dado isso, o livro didático é apenas uma das possibilidades no aprendizado e consciência histórica, precisando dialogar com outras fontes e outras temporalidades. Não deve ser considerada como uma “verdade absoluta”, visto que “[...] é necessário enfatizar que o livro didático possui vários sujeitos em seu processo de elaboração e passa pela intervenção de professores e alunos que realizam práticas diferentes de leitura e de trabalho escolar” (BITTENCOURT, 1997, p.73).

Defendemos, portanto, que a abordagem desses conteúdos (assim como outros da América Latina), têm que ser dinâmicas, presentes e dialógicas com os alunos (as). Não as trazer esporadicamente, nem acirrar fronteiras de indiferença e distanciamento. Que seja possível um espaço para uma história conectada e de luta. Como afirma José Martí:

[...] o dever urgente de nossa América é mostra-se como é, unida em alma e intenção, vencedora veloz de um passado sufocante, manchada apenas com o sangue do adubo, arrancado das mãos, na luta com as ruínas, e os das veias que nossos donos furaram. (MARTÍ, 1983, p. 200).

## FONTES

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. *História sociedade & cidadania*, 9º ano. 3. ed. - São Paulo: FTD, 2015.

CAMPOS, Flávio de; CLARO, Regina; DOLHNIKOFF, Miriam. **História: Escola e Democracia, 9º ano**. São Paulo: Moderna, 2018.

FARIA, Sheila; FERREIRA, Jorge; VAINFAS, Ronaldo; SANTOS, Georgina. **História: o mundo por um fio: do século XX ao XXI, volume 3** - São Paulo: Saraiva, 2010.

\_\_\_\_\_. **História: o mundo por um fio: guerras, revoluções, globalização, volume 3**, 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVILA, Carlos Federico Domínguez. **A crise dos mísseis soviéticos em Cuba (1962): um estudo das iniciativas brasileiras**. VARIA HISTÓRIA, Belo Horizonte, vol. 28, n. 47, p.361-389, jan/jun 2012.

AYERBE, Fernando Luis. **A Revolução Cubana**. São Paulo, Unesp, 2004.

BITTENCOURT, Circe. Livros didáticos entre textos e imagens. In \_\_\_\_\_. (Org.). **O Saber Histórico na sala de Aula**. São Paulo: Editora Contexto, 1997, p. 69-90.

BOUCHERON, Patrick e DELALANDE, Nicolas (org.). **Por uma História-Mundo**. Coleção História e Historiografia. Autêntica. SP. 2015.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **PNLD 2017: história - Ensino fundamental anos finais**. Brasília, MEC /SEF, 2016, 140 p.

Conselho de Segurança das Nações Unidas **Histórico: A Crise dos Mísseis em Cuba**. Outubro de 1962, 2016.

DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. **50 Anos da Crise dos Mísseis: horror nuclear em tempos presentes**. História, Rio Grande, v.4, n.2, p.79-90, 2013.

FLORESTAN, Fernandes. **Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana**. São Paulo, Expressão Popular, 2007.

Guia de livros didáticos: **PNLD 2012: História**. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2011.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**; tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. — São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MARTÍ, José. **Nossa América**. São Paulo, Editora Hucitec, 1983.

RÜSEN, Jörn. O livro didático ideal In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; MARTINS, Estevão; BARCA, Izabel. (orgs.) **Jörn Rüsen e ensino de história**. Curitiba: Ed.UFPR, 2010. p. 109-12.

## O cangaceirismo político cearense nos tempos de Lampião (1926-1927)

Benedito Renan Bezerra de Brito  
Universidade Estadual do Ceará  
renan.brito@aluno.uece.br

A troca de favores é uma marca da sociedade republicana brasileira em suas primeiras décadas, sendo que entre cangaceiros e chefe políticos também se fazia presente. Tal aliança produzia o que os pesquisadores definem como cangaceirismo político. Diante disso, o presente artigo busca problematizar a estreita relação entre o cangaceirismo e o coronelismo nas primeiras décadas do século XX tomando como recorte espacial o estado do Ceará. Através das tramas que envolveram as lideranças políticas cearenses, Isaías Arruda de Figueiredo — chefe político de Missão Velha — e Custódio Saraiva de Menezes, juiz de paz do município de Limoeiro do Norte, com o cangaceiro Lampião, buscou-se compreender como se davam essas ajudas mútuas. Para isso, analisamos os periódicos cearenses *O Ceará*, *O Imparcial* e as memórias registradas sobre o período. Refletiremos que o chefe de cangaceiros mais conhecido não era apenas um bandido comum, e sim um bandido político. Desse modo, ele compreendia a importância de se relacionar com as pessoas poderosas para a manutenção de seu poder e influência.

Palavras-chave: Cangaceirismo político. Coronelismo. Lampião. Ceará.

### Agradecimentos

À dona Maria das Graças que já foi doméstica, lavadeira de roupas, dona de bar, de lanchonete, costureira e acima de tudo minha mãe. Aprendi o que é força de vontade com a senhora e esse trabalho é a prova que seu amor e proteção foi mais forte que qualquer obstáculo. Ao Prof. José Lima Malveira por ser um grande incentivador dos meus estudos e nesse momento ter me auxiliado com a sua revisão precisa na escrita desse texto. Ao PET-HISTÓRIA FAFIDAM/UECE que tem a frente o Prof. Dr. José Olivenor Souza Chaves e que vem me proporcionando uma formação acadêmica de excelência. Imensa gratidão ao meu mestre, orientador e grande amigo Prof. Dr. Antonio Zilmar da Silva, esse trabalho não seria possível sem as suas grandes orientações.

## INTRODUÇÃO

- Silvino, que é que você me diz de Lampião?
  - Ah, seu Dr. Lampião é um Prinspe!
  - Príncipe por quê?
  - Veio depois de mim. Os tempos são outros. As armas estão mais aperfeiçoadas. Não falta quem lhe dê tudo. Caixeiro viajante não é besta pra se esquecer de levar presente de bala pra ele. A poliça quer é só se encher de dinheiro no sertão. O mundo todo virou revoltoso. Os governos deixam de mão os cangaceiros porque não tem tempo nem cuidar dos revoltoso. Não tenha dúvida: Lampião é um Prinspe!
- Leonardo Mota, No tempo de Lampião.

O diálogo entre Antônio Silvino e o folclorista Leonardo Mota na penitenciária de Recife na década de 1930 nos possibilita compreender um pouco a dimensão do cangaço nos tempos em que Lampião exerceu seu “reinado”. Através da fala de Silvino, conseguimos entender que existem elementos presentes nos momentos que ele atuou no cangaceirismo que se diferenciam daqueles observados na época em que agiu o coroadado por ele mesmo como *príncipe*. Sendo assim, o *reino* de Lampião correspondeu aos Estados da Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte e durou por 20 anos. Salientamos ainda que Antônio Silvino não foi o único a atribuir a Lampião esse título de nobreza.

Os jornais, os folhetos de versos e as narrativas orais também contribuíram para a construção dele não como *príncipe*, mas como Rei do Cangaço. Para o príncipe é desejável ser amado e temido, mas, como combinar as duas coisas é difícil, torna-se necessário em alguns momentos optar somente por uma. É mais seguro ser temido do que amado porque os homens têm mais receio de ofender a quem se teme do que o outro que se ama, pois o vínculo que reconhece e mantém o amor se rompe toda vez que há interesse. Essas reflexões filosóficas feitas por Maquiavel no período renascentista e dedicadas a Lourenço Médici sugeriam condições necessárias para que um soberano absoluto fosse capaz de conquistar, reinar e manter seu poder. Esta analogia serve de base para analisar o “reinado” de Lampião, porém estando atento para a diferença temporal e espacial entre a obra do florentino e as do cangaceiro.

O que nos interessa é pensar que o príncipe exerceu suas atividades cangaceiras por um espaço de tempo bastante longo e suas façanhas incomodaram as autoridades governamentais ao ponto de elas criarem verdadeiros exércitos de homens para capturá-lo – as volantes. De quantos combates ele saiu vitorioso? Quantas vezes a polícia o perseguiu sem sucesso? E por que não conseguiam prendê-lo? Alguns populares buscam

explicações para essas questões no místico, alegando que o cangaceiro teria o corpo fechado e por isso nenhum homem poderia prendê-lo ou matá-lo. Entretanto, contrários a essas teses que beiram o fantástico, vamos ao encontro das palavras precisas de Antônio Silvino que, mesmo aprisionado desde 1914 na cadeia do Recife, visualizava e apontava elementos interessantes.

Para ele os tempos são outros e as condições para a propagação das práticas cangaceiras são melhores porque os armamentos estão mais aperfeiçoados, tendo em vista que o contexto das primeiras décadas do século XX é perpassado de guerras, revoltas e revoluções. Além disso, caixeiro viajante não esquecia de dar presente de bala para ele. Novamente reportando-nos às análises de Maquiavel, é melhor ser temido do que ser amado e Lampião sabia bem como usar o medo ao seu favor. Esse sentimento foi a principal mola que impulsionava a manutenção do seu poder, sendo sentido pelos trabalhadores sertanejos bem como pelos sujeitos pertencentes às classes latifundiárias e às elites políticas. A polícia enxergava a possibilidade de enriquecimento com a chamada “indústria do cangaço” e várias vezes é complacente com essa prática ao ponto de vender material bélico para cangaceiros.

Entretanto, salientamos outro aspecto pertinente, a relação amigável com os coronéis. Lampião não era apenas um bandido, era político, ou melhor, micropolítico. (SARMENTO, 2019, p. 96). Desse modo, aprendeu, ainda quando era subordinada a Sinhô Pereira, a importância de se relacionar com o poder para adquirir tudo o que precisasse e em troca deveria prestar aos chefetes políticos serviços que poderiam ser desde assaltos a cidades, como também interferência nos conflitos partidários. Nesse momento o cangaceirismo filiava-se ao coronelismo e produzia o que o pesquisador Djacir Menezes chama de cangaceirismo político.

Valendo-se de Maquiavel novamente, dessa vez o príncipe também tinha de aprender a ser amado pelo menos enquanto houvesse interesse. Tal filiação não é novidade nessa sociedade sertaneja, sendo também identificada ainda no período imperial quando os potentados locais usavam da lei do bacamarte através dos seus cabras tanto na proteção de suas famílias e seus territórios quanto nas guerras com as oposições políticas.

São conhecidas as lutas entre os partidos moderadores e os conservadores e o uso dos sertanejos armados. Assim, Lampião não inauguraria essa prática, apenas se inseria e se valia dela para exercer mais ainda sua influência nos sertões. A troca de favores — também observada entre cangaceiros e coronéis — é uma marca da sociedade brasileira

que se fortalece durante o período republicano em suas primeiras décadas. Diante do que foi exposto, identificamos a grande contribuição dessa aliança para que o líder de cangaceiros mais conhecido conseguisse viver no cangaço por vários anos e, ao longo deste texto, pretendemos apresentar suas relações amigáveis com líderes políticos cearenses.

Elencamos como objeto deste texto os acontecimentos transcorridos no ano de 1927 em que o bando chefiado pelo famoso facínora decide atacar a cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte. A investida foi malsucedida, segundo as memórias, porque a população norte-rio-grandense resistiu contra os homens do cangaço e isso os levou a buscar refúgio nas terras cearenses. Através dos fios telegráficos entre os estados do Ceará e do Rio Grande do Norte, os cangaceiros conseguiram chegar ao território cearense, mais precisamente, à cidade de Limoeiro do Norte, que fica na região conhecida como baixo Jaguaribe. Foram bem recebidos pela autoridade política do local, onde passaram algumas horas e seguiram para o Cariri.

As matérias publicadas em 1928 no jornal *O Ceará* evidenciam que o ataque ao município potiguar foi patrocinado por um coronel cearense. Os discursos jornalísticos de *O Imparcial* em 1927, juntamente com as memórias sobre a passagem dos sequazes pelo município limoieirense, nos possibilita problematizar como se deu esse encontro dos bandoleiros com o líder político. Observamos a participação desses líderes políticos estreitamente relacionados com o poder e a suas ligações com o cangaceiro Lampião. Desse modo, buscaremos problematizar essas alianças, esses encontros amigáveis entre o bandido e os chefes políticos.

## O JUIZ DE PAZ E O CANGACEIRO

*Falar sobre Lampião/ é tema nunca esgotado/ Pois foi ele no Nordeste/ No cangaço- o mais falado/ Se não fosse cangaceiro/ Talvez fosse um brasileiro/ Dedicado ao seu Estado.* Os versos iniciais que compõem a obra poética *Lampião – O Terror do Nordeste*, produzida em 1979 por Rodolfo Cavalcante, expressam de forma lírica como o universo do cangaço é vasto, ainda mais se tivermos, como ponto de partida, Lampião. Esse sujeito serviu de inspiração para os poetas populares que enchem seus cordéis com narrativas que beiravam o real e o fantástico, aumentando ou diminuindo seus feitos, apresentando-o ora como um bandido, ora como herói. Salientamos que não temos pretensões de reproduzir esse discurso ambíguo.

Os cantadores populares do Nordeste também usaram o cangaceiro como base para os motes durante as suas ferrenhas pelejas, verdadeiras batalhas poéticas em que o público que assistia decidia quem seria o vencedor. Muitos pesquisadores se debruçaram nos estudos sobre a vida, os acontecimentos que perpassaram a trajetória do mais conhecido bandido dos sertões nordestinos. Portanto, muito se tem falado, escrito, trabalhado sobre ele, e o presente texto não tem pretensões de apresentar uma biografia, mas, sim, buscar compreender como se davam as relações desse bandoleiro com os líderes políticos locais, ditos coronéis.

Ademais, a princípio se faz necessário definirmos o que é o cangaço. Desse modo, de acordo com (SARMENTO, 2019, p.28), o cangaço é um termo próprio para designar uma forma de banditismo rural entre os séculos XIX e a primeira metade do XX, tendo seu fim no dia 25 de maio de 1940 com a morte de *Corisco, o Diabo Loiro*. O chamado *cangaço lampiônico* corresponde aos anos em que o cangaceiro Lampião atuou nos sete estados nordestinos anteriormente mencionados, e a sua primeira fase se inicia nos anos 1920, indo até 1928. Diante disso, nossa pesquisa se insere dentro dela e temos o interesse de problematizar a atuação do cangaceiro nos territórios cearenses, refletindo sobre as alianças tecidas por ele com alguns chefes políticos do Cariri.

A região sul do estado do Ceará, o Cariri, já era muito frequentado por cangaceiros antes mesmo de Lampião atuar. O seu predecessor, alcunhado de Sinhô Pereira, tinha relações com o Padre Cícero, tanto que alguns atribuem sua saída do cangaço a um pedido do vigário. Sobre a presença dos cangaceiros, o historiador Sarmento diz que:

A maior evidência disso pode ser encontrada no documento que reuniu vários coronéis e chefes políticos da região, na então vila de Juazeiro do Padre Cícero (atual Juazeiro do Norte), no ano de 1911, para um pacto, pelo qual o primeiro artigo decidia: “Nenhum chefe protegerá criminosos do seu município nem dará apoio nem guarida aos dos municípios vizinhos, devendo pelo contrário ajudar a captura destes, de acordo com a moral e o direito. (SARMENTO, 2019, p.117).

No ano de 1926, o Padre Cícero Romão Batista, seguindo as ordens do deputado Floro Bartolomeu, pediu que Lampião fosse até o seu encontro na cidade de Juazeiro do Norte. O motivo do encontro foi que a coluna prestes, que já havia percorrido vários estados brasileiros, naquele momento ameaçava passar pelo Ceará. Então, Floro Bartolomeu teve a ideia de juntar forças com o homem do cangaço e seu bando para fazer parte do batalhão patriótico e combater os revoltosos. Esse deputado também é conhecido por utilizar das forças do banditismo para executar suas ações contra

oposições partidárias como aconteceu durante a Sedição do Juazeiro, ocorrida no ano de 1914, culminando com a deposição do governo estadual de Franco Rabelo. O fato é que Lampião chega em Juazeiro do Norte ainda em 1926 e recebe diretamente do Padre Cícero armamentos, munições e um novo traje que o transformam em um cangaceiro legalista.

No ano dia 15 de junho de 1927 o cangaceiro, dias após ter sofrido forte resistência ao tentar assaltar a cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte, chega ao município cearense de Limoeiro do Norte e ele tem contato direto com Custódio Saraiva de Menezes, juiz de paz e representante do poder político local. De início, adiantamos que Custódio era marido de Judite Chaves Saraiva, membro da família Chaves que, desde o período imperial, vinha exercendo grande influência política nesse espaço-circunscrito limoeirense. E na ocasião do encontro com Lampião, ele estava substituindo o prefeito municipal Felipe Santiago, que também tinha relações próximas com a família Chaves.

Além disso, o cangaceiro e sua cabroeira não cometeram nenhuma ação violenta enquanto estiveram nesse município, atitude que ele tinha apenas em territórios nos quais tinha amizade com os chefes políticos. As narrativas explicam que o líder do bando tomou essa atitude por ter amizade com o Padre Cícero do Juazeiro do Norte, tendo prometido não fazer mal nenhum no Ceará, mas será que era só por esse motivo mesmo? De alguma forma o cangaceiro pretendia tecer algum tipo de acordo com Custódio Saraiva de Menezes ou Felipe Santiago? Quais foram as posturas dos limoeirenses frente à presença dos cangaceiros? São questionamentos que norteiam nossas próximas discussões.

Em de 6 julho de 1927, o jornal do município cearense de Aracati apresenta uma pequena matéria sobre a passagem dos cangaceiros por Limoeiro no mês anterior:

Resolvendo ver o mar, o petulante bandoleiro rumou a Mossoró, onde encontrou tenaz resistência e, por isso, não viu as burras dos muitos milionários daquela opulenta cidade Potiguar. Recuando, foi ter a nossa cidade jaguaribana de Limoeiro, onde foi recebido diplomaticamente pelo prefeito local e por toda a população, inclusive o vigário, que o trataram a vela de libra. Jantou bem, bode novo e galinha de cabidela, e fez susto dos demônios às populações de Russas e Aracati, dizendo, pelo telégrafo, viria almoçar paçoca com o coronel Ramalho e jantar sururu com o coronel Costa Lima. Felizmente cá não veio Milagre, Talvez, do Senhor Bom Fim. (O IMPARCIAL, 06/07/1927, p.01).

Para o autor desse texto, fica explícito que ele compreende que o encontro entre Custódio Saraiva de Menezes e Lampião foi envolvido por uma aura diplomática. O juiz municipal teve a preocupação de preparar um almoço para os homens de cangaço, fato

esse descrito pelo jornalista que diz que a refeição foi bem preparada com bode novo e galinha à cabidela. Claro que o redator aumentou alguns elementos sobre essa alimentação e também apresenta o prefeito municipal como o que estava presente, e não o juiz de paz. Uma interpretação feita sobre o acontecimento poucos dias depois, mas que, ao cruzarmos com outras fontes, compreendemos que existem aspectos pertinentes.

Custódio Saraiva de Menezes, entrevistado no ano de 1977 pela rádio Vale, do município de Limoeiro do Norte, descreve a preocupação que teve em receber os cangaceiros da melhor forma possível. Quando o seu amigo e também pessoa responsável pelo primeiro contato com os cangaceiros, Anísio Batista dos Santos, comunica a Custódio que os facínoras estavam em sua casa, prontamente o juiz de paz decide agradar Lampião enviando para ele, por intermédio de Anísio, charutos e bebidas.

Custódio Saraiva: Antes de amanhecer o dia eu fui a casa de um amigo meu comerciante Getúlio Chaves, ele abriu a bodega e comprei charutos, bebidas e mandei para lampião.

Agenor Ferreira: Como o senhor sabia que charutos e bebidas iriam agradar lampião?

Custódio Saraiva: Porque Anísio me disse que ele mandava até comprar algumas bebidas e alguns charutos, nesse caso eu comprei e mandei oferecer né.

Agenor Ferreira: o senhor se lembra quais as marcas de charuto e bebida que o senhor comprou para mandar pra lampião naquele dia?

Custódio Saraiva de Menezes: Conhaque de Alcatrão, vinho toniquini e charuto havana.

(MENEZES, Custódio Saraiva de. Lampião em Limoeiro. Entrevista concedida a Agenor Ferreira. Rádio vale, 1977.)

O charuto havana sempre foi benquistado e consumido pela burguesia por causa de sua boa qualidade. Não temos conhecimento sobre esse vinho, mas provavelmente era de bom gosto. Poderia ter feito a escolha da cachaça como bebida, que era bem consumida pelos sertanejos e por esse motivo ela era muito comum. Sendo assim, a escolha pelo o vinho e conhaque de Alcatrão seria porque eram bebidas distintas. Entretanto, o interessante está no fato de que Custódio Saraiva de Menezes, antes mesmo de encontrar o bandido, executa ações de caráter diplomático, comprando esses materiais com o intuito de agradar. Sobre o encontro com o cangaceiro, já no município de Limoeiro do Norte, Custódio narra da seguinte maneira:

Quando Lampião se aproximou de mim mais ou menos uns vinte passos eu me pronunciei: Custódio Saraiva juiz municipal. O bando parou, eu não conhecia Lampião. Desce um homem alto, moreno, óculos escuros e dirige-se para mim, quando chegou perto de mim me deu-lhe a mão e

disse: Capitão Virgulino Lampião. Eu dei a mão e disse: Custódio Saraiva Juiz municipal. Ele disse: que que há contra nós? Eu disse: nada. Peço garantia para a cidade, ele disse fique tranquilo. Aqui tem refeição para o senhor e todo o seu pessoal. Então Lampião não montou mais a cavalo, eu vim com ele a pé até a pensão onde estava o jantar preparado. Aí aliviou o pessoal todo, ele ficou muito bem acomodado. A pensão era, a pensão Lucas. Ele ficou bem alojado na pensão e daí ele disse eu quero ir para o telegrafo, vamos. (MENEZES, Custódio Saraiva de. Lampião em Limoeiro. Entrevista concedida a Agenor Ferreira. Rádio vale, 1977.)

Nesse trecho fica evidente o encontro amigável entre ambas as partes em que o próprio líder do bando questiona se haveria resistência contra ele, respondendo o juiz de paz de forma negativa. Além disso, o juiz já havia preparado o jantar para o bando na pensão Lucas, alojando todos nesse lugar e fornecendo o telégrafo para Lampião. De fato, essa foi a estratégia do Custódio Saraiva para manter a cidade tranquila sem que houvesse nenhum tipo de depredação. Como no momento exercia as funções do prefeito, sua preocupação maior era proteger a cidade e os habitantes. Diante disso, evacuou quase todos os moradores, deixando apenas alguns comerciantes.

Mas, ressaltamos que essas atitudes tomadas denunciam uma ajuda para os homens de cangaço e esse tipo de ação era exercida pelos coiteiros. Eles eram conhecidos por fornecerem alimentação, armamento, morada e proteção para os cangaceiros, além de, também, informações sobre as volantes que atuavam pelas regiões. Os coiteiros poderiam ser tanto os chefes das elites políticas que teciam alianças com os cangaceiros, como podiam ser apenas trabalhadores sertanejos. Para a polícia, apenas o fato de auxiliar os homens do cangaço já era interpretado como acoitamento. Por isso, quando as volantes do estado da Paraíba chegam a Limoeiro do Norte poucos dias depois da saída de Lampião, eles acusam a cidade de ter protegido o bando.

Jantou com ele Getúlio Chaves, Miro Davi, Miguel Alves, Zé Braúna, Joaquim Loureiro e mais alguns amigos que no momento... Camilo Cunha. Outros amigos que eu não me lembro no momento. Quando se aproximou seis horas ele disse agora é tempo de jantar. Eu fui para ele, ia eu, Lampião, Sabino Gomes, Massilon Leite e o pistoleiro. Chegando ele jantou muito bem, comeu muito. Não mandou que provasse comida, não teve nenhum receio de veneno em comida né. Depois do jantar ele veio para a sala sentou-se em uma espreguiçadeira puxou um bonito charuto e começou a fumar e olhando a cidade assim... para um lado e para outro e disse “Limoeiro uma cidade pequena, mas bonitinha”. Eu disse muito obrigado, capitão. Aí ele disse vamos dar uma voltinha, aí saímos de pés mesmo. Fizemos um percursosinho, a cidade era pequena.

(MENEZES, Custódio Saraiva de. Lampião em Limoeiro. Entrevista concedida a Agenor Ferreira. Rádio vale, 1977.)

A História política nos mostra que os fatos históricos são processados também no cotidiano e que as refeições são momentos bastante diplomáticos, pois os indivíduos aproveitam para conversar sobre seus planos e ideias. No jantar preparado, encontramos fazendo parte da mesma mesa, comendo da mesma comida, estando lado a lado, cangaceiros e sujeitos que pertencem à elite local. Não vemos os indivíduos subalternos, talvez estivessem na cozinha preparando toda a refeição. O chefe dos cangaceiros se sente seguro com Custódio ao ponto de não provar a comida, uma atitude incomum, pois, temendo ser envenenado, tinha como regra jamais ingerir algum alimento sem que alguém antes dele tivesse experimentado.

A narrativa do Custódio Saraiva de Menezes, ressalta a todo tempo a sua grande importância nas tramas que envolveram o dia 15 de junho de 1927. Por esse motivo, salientamos que alguns fatos podem ter sido modificados para aumentar ainda mais a importância dele, são atitudes típicas dos narradores que fazem parte dos acontecimentos. O cangaceiro se sente em casa, acolhido, sentando em uma espreguiçadeira e fumando um charuto tranquilamente e olhando para a cidade. As fontes não nos proporcionam levantar a questão de que ele já conhecia Custódio Saraiva de Menezes ou Felipe Santiago, o prefeito da época.

Sendo aliados da família Chaves, de tradição política dentro do município e no Estado do Ceará, e pertencendo, portanto, a uma elite política local, eles estavam intrinsecamente relacionados com o poder e é bem provável que o líder dos cangaceiros visualizava isso neles. Lampião já tinha experiência com os coronéis do Ceará, mais precisamente, na zona sul do Estado, o Cariri, com as figuras de Isaías Arruda e do Padre Cícero Romão Batista, com os quais teceu alianças. Mas, acreditamos que na zona jaguaribana era a sua primeira passagem. A ideia de seguir os caminhos até Limoeiro do Norte poderia ter sido obra do acaso e fruto de usar os fios dos telégrafos como guias. Todavia, seguir para o Ceará não foi por acaso, e sim porque, como trabalharemos melhor a seguir, o Estado cearense, nesse momento histórico, era acolhedor com os cangaceiros.

O desembargador Moreira da Rocha é denunciado várias vezes pelos periódicos do jornal *O Ceará* por dar proteção para os homens do cangaço. Então, seguir para os territórios cearenses fora uma estratégia de Lampião tendo em vista que tinha acabado de sofrer grande resistência na tentativa de invadir a cidade de Mossoró, perdendo dois cangaceiros durante o ataque e outro que morreu no caminho para o Ceará. Precisava refugiar-se em algum lugar, buscar ajuda para se recompor. E ele aprendeu desde as suas

experiências no bando de Sinhô Pereira que era importante tecer alianças com o poder porque isso lhe garantiria mais facilidade para trabalhar. Custódio Saraiva de Menezes, por sua vez, não se preocupou tanto em ser reconhecido como protetor de cangaceiros, apenas, segundo as fontes, quis defender a cidade.

Entretanto, especulamos que os cangaceiros tinham ambições maiores no município de Limoeiro do Norte. O discurso de que não houve depredação na cidade por causa de um acordo com o Padre Cícero para não causar violências nas terras cearenses nos parece frágil. Ainda mais que o próprio Lampião, estando em Limoeiro, ameaçava as cidades de Russas e Aracati. Somando-se a isso, alguns jornais do estado do Ceará apresentam notícias de atitudes violentas nos municípios dessa região perpetradas pelo facínora. Mediante o comportamento de Lampião durante a sua estada em Limoeiro, assim como seu histórico de acordos com os poderosos locais do Ceará, especulamos que ele pretendia tecer algum tipo de aliança com os chefes locais limoeirenses e as reflexões do historiador Guerhansberger Tayllow Augusto Sarmento nos possibilitam desenvolver essa interpretação, já que ele diz:

Dependendo das circunstâncias ali vivenciadas, Lampião pagava pela comida e, logo após, partia em retirada com seu bando. É possível que essas passagens (casuais ou não) funcionassem como um mecanismo pelo qual o cangaceiro usava para estabelecer algum tipo de relação. Seria capaz que as palavras de agradecimento pela comida tornassem-se um até breve. Sem má-consciência, esses acontecimentos circunstanciais podem ter empurrado muitos sertanejos para uma aliança com o cangaço. (SARMENTO, 2019, p. 100).

No entanto, nesse instante, restringindo-nos a essas interpretações para endossar mais ainda nossas reflexões sobre as alianças entre cangaceiros e políticos, vamos nos debruçar em problematizar as tramas que envolvem o coronel Isaías Arruda.

## ISAÍAS ARRUDA E O CANGACEIRO LAMPIÃO

O Jornal *O Ceará*, na sua edição do dia 11 de fevereiro de 1928, traz como matéria de capa: *Mais um caso Horripilante. Dois companheiros de “Lampião” na cadeia de Fortaleza. Sensacionais declarações, “Cansação e “Balão”. O Incêndio da ponte sobre o Salgado.* A presente notícia narra que os companheiros de cangaço, conhecidos pelas alcunhas de Cansação e Balão, se encontravam presos na cadeia pública de Fortaleza e fizeram declarações às autoridades policiais sobre alguns crimes cometidos em terras cearenses. Um desses

crimes foi o incêndio da ponte ferroviária sobre o Salgado, no município de Missão Velha, localizado na zona sul do Estado do Ceará, no Cariri, fato ocorrido em junho de 1927.

Segundo os depoimentos de “Cansação e “Balão” aquele incêndio, que acarretou um prejuízo de cerca de 200 contos de réis para o governo federal, foi proposital e seus mandantes são influências políticas na zona Sul do Estado. (O CEARÁ, 11/02/1928, p.12)

Essa matéria se prolonga na edição do dia 12 de fevereiro do corrente ano, quando fica claro que o jornal a usa como estratégia para chamar a atenção do maior público possível para a sua notícia. Segundo o jornal, os fatos narrados pelos cangaceiros ocorreram dias depois do ataque a cidade de Mossoró e, depois do acontecimento, Cansação e Balão ficaram em Missão Velha, num lugar chamado Morro Dourado, na companhia dos cangaceiros João Marcelino, que estava ferido, e Caracol. Nesse momento o delegado de polícia de Missão Velha, José Gonçalves, tornou-se camarada do grupo de sequazes. E os procurava sempre como intermediário do prefeito desse município, Isaias Arruda, e em nome deste fornecia munição, mantimentos, fumo e cachaça aos homens de cangaço.

Certo dia, cerca de 4 horas da tarde, José Gonçalves chegou a Morro Dourado, onde comunicou ao grupo de bandoleiros que tinha ordem do seu chefe para fazer um serviço e, por isso, precisava do auxílio daqueles que se prontificaram a segui-lo. Cerca de 11 horas da noite, chegou o grupo a Missão Velha, tendo antes José Gonçalves avançado na frente com dois dos bandoleiros que carregavam duas latas de querosene enfiadas; pelas argolas, num pau. (O CEARÁ, 12/02/1928, p.04).

A narrativa se segue com os cangaceiros ateando fogo na ponte, que era uma obra pública federal. Diante desses fatos, fica evidente a relação que o bando de Lampião tinha com o chefe político local de Missão Velha, que os auxiliava através de mantimentos, bem como fornecia proteção dentro do seu espaço de influência política. Esse atentado é carregado de um significativo ataque político direcionado para um representante ou partido, uma afronta à representação federal, que no momento não mapeamos quem seja. Mas o mais pertinente está no fato de que os cangaceiros serviram como instrumento para uma disputa política entre o Izaias Arruda e a instância federal.

Arruda era um típico coronel que exercia seu poder político na sociedade sertaneja do município onde era prefeito, Aurora-CE. Como bem ressalta a historiadora Maria de Lourdes Janotti,

O Coronel nem sempre era um grande fazendeiro. Mas era um chefe político, de reconhecido poder econômico, que conseguira apoio e prestígio junto ao governo estadual, na razão direta de sua competência em garantir eleições situacionistas. (JANOTTI, 1992, p. 40).

Para compreendermos melhor o poder político dos coronéis, faz-se necessário tecermos reflexões sobre os anos iniciais do período republicano brasileiro, mais precisamente, sobre o momento em que Campos Salles esteve como presidente. Sendo assim, o presidente Campos Salles, atuante de 1898 até 1902, sacramentou o pacto do poder pela aplicação da *Política dos Governadores* e, como resultado, ocorreu que, no lugar do presidente da província, viria a se instalar o governador do Estado. Esse governante precisava de um Congresso obediente, que lhe ratificasse os tratados com o exterior, além de assegurar a implantação da nova política financeira e permitisse a estabilização do regime republicano nas mãos dos civis, porque havia dissidências dentro do Partido Republicano que se configuravam favoravelmente ao retorno dos militares ao poder.

Diante disso, a política dos governadores tinha como um de seus objetivos o de administrar os conflitos no interior das elites governantes. A historiadora Maria de Lourdes Janotti explica que o presidente acenou com a garantia do poder às situações estaduais e, assim, estabeleceu-se uma longa cadeia de compromissos, na qual competia a cada um dos beneficiados deveres e direitos. Mediante isso, ela explica que os governadores garantiriam a eleição para o Congresso Nacional de representantes dóceis ao Presidente da República e a presidência não interferiria nas eleições estaduais.

Desse modo, os governadores escolheriam candidatos de sua confiança para comporem as Assembleias estaduais, garantindo, assim, a maioria situacionista. Somando-se a isso as reflexões do historiador José Murilo de Carvalho, partindo da ótica de Victor Nunes Leal, as quais nos mostram que o coronelismo é um sistema político, uma complexa rede de relações que vai desde o coronel até o presidente da república, envolvendo compromissos recíprocos. Além disso, também é possível datá-lo historicamente. (SARMENTO, 2019, p.63).

Na visão de Leal, ele surge na confluência de um fato político com uma conjuntura econômica. O fato político é o federalismo implantado pela República em substituição ao centralismo imperial. O federalismo criou um novo ator político com amplos poderes, o governador de estado. O antigo presidente de Província, durante o Império, era um homem de confiança do Ministério, não tinha poder próprio, podia a qualquer momento ser removido, não tinha condições de construir suas bases de poder na Província à qual era, muitas vezes, alheio. No máximo, podia preparar sua própria eleição para deputado ou para

senador. O governador republicano, ao contrário, era eleito pelas máquinas dos partidos únicos estaduais, era o chefe da política estadual. Em torno dele se arrematavam as oligarquias locais, das quais os coronéis eram os principais representantes. Seu poder consolidou-se após a política dos estados implantada por Campos Sales em 1898 [...] a conjuntura econômica, segundo Leal, era a decadência econômica dos fazendeiros. Esta decadência acarretava enfraquecimento do poder político dos coronéis em face de seus dependentes e rivais. A manutenção desse poder passava, então, a exigir a presença do Estado, que expandia sua influência na proporção em que diminuía a dos donos de terra. O coronelismo era fruto de alteração na relação de forças entre os proprietários rurais e o governo e significava o fortalecimento do poder do Estado antes que o predomínio do coronel. O momento histórico em que se deu essa transformação foi a Primeira República, que durou de 1889 até 1930 (Apud, SARMENTO, CARVALHO, 1997, p. 1-2).

O poder e influência do coronel ou chefe local floresce em uma sociedade sertaneja marcada pelo caráter paternalista e pelas relações de trabalho em que os sujeitos subalternos se encontram nesse espaço social. Desse modo, os trabalhadores podiam ser moradores ou não meeiros; camaradas ou colonos, que habitavam a fazenda; alugados, que apenas cumpriam momentaneamente uma tarefa determinada; agregados, que se constituíam em camaradas ou em pequenos sítiantes dos arredores; arrendatários, que cultivam terras consideradas, na maior parte das vezes, estéreis ou de necessário desbastamento. Todas essas relações de trabalho partiam de um único princípio: direitos dos fazendeiros, obrigações dos trabalhadores rurais.

Ainda por cima, os camponeses se encontram em condições precárias de serviço, morando em casas que mais pareciam casebres, além de estarem à mercê dos grandes fazendeiros que comentem uma série de abusos. Sem falar que o homem do campo conseguia trabalhar somente para a sobrevivência e isso muitas vezes não era conquistado. É nesse ambiente que o poder dos coronéis ganha força. Associa-se a essa condição de penúria um braço estendido do coronel para atender as necessidades desses trabalhadores forjando, assim, a sua clientela e estabelecendo as relações de troca de favores tão preciosas para a manutenção do seu poder.

A pesquisadora Janotti, refletindo sobre a autonomia municipal e autoridade coronelística, ressalta que Victor Nunes Leal defende a posição de que quanto mais fraca a autoridade municipal, mais forte era o poder coronelístico. Segundo ela, a total autonomia municipal só pode ser cogitada teoricamente mesmo que a cidade gerisse a totalidade da arrecadação de seus impostos, administrasse a justiça e resolvesse todos os seus problemas internos, tudo isso com seus próprios recursos, pelo fato de fazer parte

de uma federação de Estados e teria que se submeter aos acordos aduaneiros, tarifários, educativos, econômicos, jurídicos que existissem entre eles.

Valendo-se desse poder municipal limitado, o coronel executava obras em benefício da comunidade como construir igrejas, estradas e instalações urbanas que em alguns casos eram financiadas por eles mesmos ou com o dinheiro público estadual. E, também, podiam conseguir um carro para transportar os doentes para o hospital mais próximo, patrocinavam festas religiosas e profanas, auxiliavam em tempos de calamidades e eleições. Tudo isso reforçava mais ainda seu poder de liderança dentro de seu espaço de atuação. Por isso, os sertanejos visualizavam no coronel um sujeito que poderia resolver os problemas da comunidade, revelando-se como um indivíduo assentado no poder paternalista.

Em contrapartida, os camponeses tinham que retribuir os favores no momento da eleição, votando nos candidatos apoiados pelos coronéis. Quando não faziam isso por bem, os jagunços ou cabras que faziam a guarda pessoal desse líder político tratavam de *persuadir* esses eleitores, configurando-se, assim, no conhecido voto de cabresto. Portanto, o coronelismo foi uma extensão do poder privado, reconhecido pelas forças de alguns mandatários pelo beneplácito do poder público.

Mediante o que foi exposto, não é apenas nesse momento histórico que os coronéis usam do cangaceirismo para suas lutas partidárias ou, no momento das eleições, para persuadir seu eleitorado. Nessa sociedade marcada pela violência, quanto mais homens armados os chefes políticos tivessem a sua disposição, mais poder e prestígio eles tinham. Encontramos essa prática desde o período imperial nos conflitos entre os partidos conservadores e moderadores, quando os homens armados serviram como braço forte na manutenção do poder dos chefes locais e nas deposições de seus opositores. A socióloga Maria Isaura Pereira Queiroz, em sua obra *A história do cangaço*, explica que as práticas de cangaceirismo se expressam em categorias distintas: o cangaço dependente e independente. Sendo que

Em seu primeiro e mais antigo sentido, referia-se a grupos de homens armados que eram sustentados por chefes de grandes parentelas ou por chefes políticos; “pertenciam” a quem lhes pagava, em cujas terras habitavam e tinham então domicílio fixo, não sendo nem independentes, nem errantes. Mais tarde, o mesmo termo passou a designar grupos de homens armados liderados por um chefe, que se mantinham errantes, isto é, sem domicílio fixo, vivendo de assaltos e saques, e não se ligando permanentemente a nenhum chefe político ou chefe de grande parentela. Esses bandos independentes viviam em luta

constante contra a polícia, até a prisão ou morte. (QUEIROZ, 1997, p.15).

A partir dessas reflexões, compreendemos que em ambos os casos a figura do coronel se fazia presente, seja no primeiro caso, subordinando os cangaceiros aos serviços, ou, na segunda forma, aparecendo com um sujeito que troca favores com os cangaceiros. Outra questão pertinente é que nas duas categorias temos o cangaço como uma atuação, um meio de sobrevivência. Todavia, para ampliar melhor a compreensão, o sociólogo Djacir Menezes define como *Cangaceirismo Político* o uso dos capangas das mais diversas facções políticas que na época das eleições entravam em ação para intimidar ou mesmo destruir os adversários dos seus chefes. Entretanto, defendemos a ideia de ampliação desse conceito para ser usado também nos momentos pós-eleições, quando os bandoleiros, no presente caso, os cangaceiros, continuam a ser usados como ferramentas violentas nas lutas partidárias.

Como podemos observar, os líderes políticos e os cangaceiros necessitavam um do outro, um para se manter no poder; o outro, para a manutenção dos seus materiais de combate, alimentos e passagem nos territórios de influência dos seus aliados. E Lampião sabia muito bem disso. Se pensarmos que os chefes de cangaceiros eram seres humanos que sentiam necessidades biológicas de se alimentarem e se estivessem doentes precisavam de remédio, onde encontrá-lo? E como conseguir tanto material bélico para suas batalhas nas caatingas? A alimentação e, em alguns casos, o auxílio médico, bem como as armas e munições, eram adquiridos com as lideranças políticas que em troca queriam os homens armados para executarem qualquer tipo de favor, até mesmo proteção.

Retomando as reflexões sobre os jornais, Júlio de Matos Ibiapina fundou o jornal *O Ceará* no dia 7 de junho de 1927 em que “combatia, com eloquência comovente, a politicagem predominante em nossa terra”, reprovando que “no Ceará faz-se politicagem a propósito de tudo e mesmo sem propósito algum”. Sendo assim, as notícias divulgadas por esse periódico tinham um caráter combativo contra a oposição política vigente, por isso havia as vastas notícias sobre o banditismo, carregadas de críticas direcionadas ao governo. Sobre isso, as reflexões do historiador Sarmiento são precisas.

Quando se estava ao lado do governo, as notícias apareciam fazendo apologia das ações dos militares focando sempre na repressão do Estado contra o banditismo. Quando se era oposição, os periódicos intensificavam as reportagens sobre o cangaceirismo, alterando para

mais o número de bandoleiros e reforçando a ineficiência do governo. (SARMENTO, 2019, p.83).

O jornal *O Ceará*, ainda no ano de 1928, na edição de 28 de junho, traz outra matéria composta a partir de um depoimento feito por outro cangaceiro, membro do bando de Lampião, que tinha por nome José Venâncio, alcunhado de Baliza, e que fora preso no município de Aurora-CE naquele ano. De acordo com o jornal, o bandido nega ser pertencente à cabroeira liderada por Lampião, mas o periódico afirma que ele era fizera parte do grupo que, a 10 de maio do ano de 1927, atacou a cidade de Apodi no Estado do Rio Grande do Norte. Somemos as suas declarações uma carta que o jornal recebeu vinda do sul do Estado do Ceará, continha declarações dos homens de cangaço José Lucio e Pedro Moreno, companheiros do mesmo bando. O conteúdo das declarações novamente mostra o envolvimento de líderes políticos com os cangaceiros.

Disseram aqueles bandoleiros que em junho de 1927, quando se achavam homiziados no lugar "Serrote do Diamante", do município de Aurora, onde se comunicavam sempre com João Macêdo, então delegado de Polícia, e José Cardoso, alguém que procedia de Missão Velha levou um recado para Lampião", dizendo-lhe que um poderoso chefe daquele município tinha um alto negócio para combinar com o terror do nordeste brasileiro. (O CEARÁ, 28/06/1928, p.01).

Tal encontro de negócios era para tratar do planejamento do ataque à cidade de Mossoró no ano de 1927. De início, Lampião se mostrou contrário à ideia, mesmo ambicionando conseguir grande quantia em dinheiro. O cangaceiro alegou que dispunha de poucos homens para o ataque em uma cidade grande como era Mossoró. Mas, o “poderoso chefe daquele município” garante mais homens, armamento e munições. Em nenhum momento, encontramos o nome desse chefe político, porém evidenciamos que o município de Aurora ficava próximo da comarca de Missão Velha, território esse em que o Coronel Isaías Arruda exercia influência e isso nos leva a pensar que ele estaria por trás dessa invasão. Esse fato também foi levantado por Honório Medeiros em uma matéria produzida em seu *blog* no ano de 2020. Para ele, pelo menos três nomes principais apareciam como culpados dessa invasão: Massilon Leite, Isaías Arruda e Lampião.

O homem de cangaço Massilon Leite tinha boas relações com Arruda, pois, de acordo com Honório Medeiros, o coronel havia utilizado os serviços do bandoleiro para atacar Apodi-RN no dia 10 de maio de 1927. O ataque possuía um viés político, pois os coronéis cearenses, paraibanos e potiguares agiram em conjunto contra o líder local do

município norte-rio-grandense, Coronel Chico Pinto. Dessa forma, compreendemos que mais uma vez os cangaceiros serviram de instrumento de guerra política.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, a partir do que foi problematizado sobre as relações do cangaceiro Lampião com os chefes políticos locais cearenses, compreendemos que ele passou por Limoeiro do Norte-CE mais imbuído de poder do que de medo. Esse poder foi adquirido através de suas relações com os coronéis cearenses. Tinha prestígio nessa zona e procurava ter mais ainda. Comportou-se de forma pacífica, diplomática, procurou ser amigável com as pessoas que o receberam, principalmente, o Juiz Municipal, Custódio Saraiva de Menezes, que o tratou da melhor maneira possível. Os habitantes no início tiveram medo dele, assim como Custódio, mas logo notaram que ele não vinha com o objetivo de causar danos à cidade. Os poetas populares muito trabalharam sobre o Lampião herói ou sanguinário, mas sobre o homem de cangaço que tece alianças com o poder ainda temos muito a investigar. Por isso, faz-se necessário aprofundarmos os estudos sobre essas alianças em outros territórios, tendo em vista que ele percorreu sete Estados nordestinos e sem dúvidas conseguiu montar uma vasta rede de alianças. Como observamos na análise em pauta, tanto Custódio Saraiva de Menezes como Isaias Arruda de Figueiredo foram peças que facilitaram seu trânsito nos territórios cearenses.

## FONTES

1. AUTORIA DESCONHECIDA. LAMPIÃO. *O imparcial*, Aracati, jul.1927. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.
2. Entrevista de Custódio Saraiva de Menezes, realizada pela revista Kuandu em 1977. Acervo pessoal.
3. Entrevista de Custódio Saraiva de Menezes concedida a Rádio Vale em 1977. Acervo pessoal.
4. Entrevista de Custódio Saraiva de Menezes concedida a Rádio Vale em 1977. Acervo pessoal.
5. AUTORIA DESCONHECIDA. MAIS um caso Horripilante: dois companheiros de Lampeão na cadeia de Fortaleza. Sensacionais declarações, Cansação e Balão, o incêndio na ponte sobre o Salgado. *O Ceará*, Fortaleza, 11 fev. 1927. p.01. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

6. AUTORIA DESCONHECIDA. MAIS um caso Horripilante: dois companheiros de Lampeão na cadeia de Fortaleza. Sensacionais declarações, Cansação e Balão, o incêndio na ponte sobre o Salgado. *O Ceará*, Fortaleza, 12 fev. 1927. p.03. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

7. ALPHEU ABOIM. PARA a história do banditismo no nordeste brasileiro: mais algumas informações sobre Bolinha. – Como foi combinado o ataque de Lampeão a Mossoró. *O Ceará*, Fortaleza, 28 jun. 1928. p.01. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

## REFERÊNCIAS

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. \_\_\_\_\_. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados, Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997.

FERREIRA NETO, CICINATO. *Estudos de história Jaguaribana: documentos, notas e ensaios diversos para história do baixo e médio Jaguaribe/ Cicinato Ferreira Neto*. Fortaleza: Premius, 2003. 614p.

JANOTTI, Maria de Lourdes. *O coronelismo: uma política de compromissos*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. Rio de Janeiro, Forense. 1948.

MOTA, Leonardo. *No tempo de Lampião*; prefácio de Fran Martins. 3ª edição. Rio- São Paulo- Fortaleza: ABC Editora, 2002.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *História do cangaço*. 5. ed. São Paulo: Global, 1997.

SARMENTO, Guerhansberger Tayllow Augusto. *Virgulino cartografado: Relações de poder e territorializações do cangaceiro Lampião (1920-1928)*. Natal- RN, 2019. 192p. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio grande do Norte, Natal- RN, 2019.

## Entre a informação e a interação: Uma análise do conteúdo sobre o período da ditadura militar brasileira na plataforma *Youtube*

Letícia Elias Bernardes  
Universidade Federal de Uberlândia  
bernardes.27@hotmail.com

A partir do impacto da era digital em nosso cotidiano, nos encontramos, gradativamente, imersos no ciberespaço. Isto vem transformando as maneiras que nos comunicamos e, conseqüentemente, como também transmitimos o conhecimento. Neste cenário, sob o pressuposto de que as próprias práticas do ofício do historiador tendem a resignificar-se de acordo com as mudanças de nossa contemporaneidade, o presente artigo investigou, a partir de uma análise qualitativa, como o conteúdo histórico sobre o período da ditadura militar brasileira está mediado em uma mídia digital: a plataforma *Youtube*. Por meio das contribuições historiográficas sobre o regime militar e das discussões sobre a História Pública, analisamos 3 vídeos postados entre os últimos cinco anos referentes aos canais Buenas Ideias, Débora Aladim e Parabólica, procurando analisar as narrativas construídas entre esses materiais. Por fim, sinalizamos a relevância destas produções para a difusão do conhecimento histórico e o desafio, especialmente para os historiadores, em ocupar o espaço virtual que vem se tornando, cada vez mais, presente na vida diária dos sujeitos.

Palavras-chave: História Pública. *Youtube*. Ditadura militar.

## INTRODUÇÃO

Vivemos em uma sociedade, cada vez mais, tecnológica. Por meio do amplo uso dos ambientes digitais, somos, diariamente, bombardeados de informações. Nesse sentido, seguimos no fluxo das atualizações. De acordo com Mateus Pereira e Valdeci de Araujo (2018, p. 36), o desejo ou a necessidade do atual, ameaça aprisionar o usuário no contínuo das novidades mais recentes, podendo, no limite, não haver diferença entre o tempo vivido e sua atualização e exibição. Seguindo no encaixe destes autores, o atualismo, compreendido como uma dimensão temporal a qual se insere nessas sociedades aprisionadas pelas estruturas de expansão infinita (ARAÚJO; PEREIRA, 2018, p. 38), emerge em nossa contemporaneidade.

Nessa atmosfera, com as atualizações desenfreadas, nas redes sociais, por exemplo, o compartilhamento de informações se tornou quase que automático. A ascensão das *fake news* é um sintoma desta acentuação, já que, muitas vezes, o simples compartilhamento se tornou mais relevante do que a verificação da seriedade das notícias. Por isso, atentamos para este interesse em simplesmente reproduzir o conteúdo, pois a informação somente se transmuta em conhecimento a partir da reflexão e da sistematização.

Desse modo, encontramos um cenário complexo que também impactou o próprio ofício do historiador. A era digital modificou o relacionamento entre os historiadores e seu público, reivindicando novos métodos e códigos profissionais (NOIRET, 2015, p.29). Como apontando por Rodrigo Patto Sá Motta (2016, p. 325), não é suficiente uma produção historiográfica de boa qualidade, necessitamos também da divulgação desta produção, o que se configura enquanto um desafio para os profissionais da área. Nesse âmbito, o autor considera que o historiador, por meio da investigação histórica, possui uma particularidade na forma de lidar com o passado:

A propósito, vale a pena lembrar a distinção clássica entre o conhecimento histórico e outras formas de representar o passado ou a experiência no tempo. A distinção está no fato da história operar com procedimentos científicos, seguir um método, pautar-se pela crítica das fontes e buscar evidências diversificadas. O historiador deve desconfiar das suas fontes, inquiri-las em busca da verdade, uma meta que é inalcançável em sentido puro, mas que ainda assim permanece o objetivo principal. Portanto, o ponto diferencial é que o historiador pode levar ao público um conhecimento mais crítico, mais reflexivo. (MOTTA, 2016, p. 326)

Todavia, como concluído por Odir Fontoura (2019, p. 46), ainda há, por parte da academia e dos historiadores de modo geral, uma participação acanhada no ambiente virtual e, como a História Pública já foi colocada em pauta no cenário brasileiro, organizando-se um espaço de múltiplos debates (SANTHIAGO, 2016, p. 31), ressaltamos a importância da análise do conteúdo histórico no espaço digital, englobando não somente produções realizadas por historiadores. Além disso, também atentamos para o cuidado com a perspectiva de oposição entre os profissionais da área e os demais sujeitos, pois, com isso, não apenas estreita “possibilidades de diálogo e fortifica muros corporativos como também consiste em um empobrecimento enorme de uma discussão complexa”. (SANTHIAGO, 2016, p. 30)

Sob essas considerações, esta pesquisa analisou 3 vídeos, postados na plataforma *Youtube*, sobre a ditadura militar no Brasil. Selecionamos este recorte temático a partir da observação de que este período ainda evoca múltiplas memórias<sup>1</sup> em nossa sociedade, estabelecendo um campo de disputas de narrativas que podem ser até mesmo contrárias aos consensos da historiografia sobre o assunto. Por isso, questionamos: como este tema está mediado nesses vídeos na plataforma *Youtube*? O conteúdo se baseia em referências bibliográficas? Quais são as proximidades e discrepâncias entre os materiais? Há presença de anacronismos?

Para tal análise, selecionamos 3 vídeos<sup>2</sup> pertencentes aos canais<sup>3</sup> Buenas Ideias, Debora Aladim e Parabólica. Através da palavra chave “ditadura militar” na aba da busca da plataforma, escolhemos postagens com menos de 20 minutos, objetivando refletir como o conteúdo histórico foi apresentado em um curto período de tempo. Além disso, o critério de seleção dos materiais também contou com o número de visualizações, independentemente de ter sido ou não elaborado por profissionais da área. Portanto, a partir da escolha de vídeos que tiveram um relativo alcance na plataforma, procuramos problematizar as narrativas construídas sobre o tema através de uma análise qualitativa.

---

<sup>1</sup>A memória compreendida como um fenômeno construído social e individualmente, possuindo um processo de constituição consciente e inconsciente, de acordo com a abordagem de Michael Pollak (1992, p. 5).

<sup>2</sup>O vídeo do canal Buenas Ideias foi postado em 13/12/2017, possui 1 247 035 visualizações e um tempo de 14 minutos e 19 segundos; o vídeo do canal Débora Aladim foi postado em 07/09/2015, possui 1 678 557 visualizações e um tempo de 19 minutos e 32 segundos; o vídeo do canal Parabólica foi postado em 21/10/2015, possui 208 483 visualizações e um tempo de 9 minutos e 51 segundos. Acessado em: 20/01/2021.

<sup>3</sup>Buenas Ideias, do jornalista Eduardo Bueno, possui 910 mil inscritos; Débora Aladim, historiadora, possui 2,8 milhões de inscritos. Entretanto, na época da realização do vídeo, em 2015, Aladim ainda não tinha ingressado no curso de História; Parabólica, do historiador Pedro Rennó, possui 553 mil inscritos. Acessado em: 25/01/2021.

## HISTÓRIA PÚBLICA E MÍDIAS DIGITAIS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO DOS VÍDEOS ANALISADOS NA PLATAFORMA *YOUTUBE*

Ao refletirmos sobre a atuação dos historiadores nas mídias digitais, não podemos negligenciar a existência do consumo pela História por múltiplos públicos. Esta questão evidencia que, a partir deste interesse, o conteúdo histórico pode ser mediado por variados indivíduos que não são especializados na área. De acordo com Jurandir Malerba (2014, p. 29), é positiva a existência de uma demanda social de consumo da História, contudo, por outro lado, temos que nos atentar para a qualidade dessa produção, uma vez que, houve uma descoberta, por parte das editoras, dos publicitários e dos profissionais da mídia, de que o passado pode representar bons negócios. Com isso, a produção no ambiente virtual, especialmente na plataforma *Youtube*, a qual é o nosso estudo de caso, também deve ser pensada dentro de uma lógica mercadológica.

Dentre os títulos dos 3 vídeos analisados, o do canal Parabólica é o mais atrativo, que está sob o nome “Ditadura Militar de forma fácil”. Esta nomeação assinala para uso de um título curto e chamativo com a possível intencionalidade de obter mais visualizações e, conseqüentemente, maior lucro. Além da gravação ter uma duração de tempo rápida, com 9 minutos e 51 segundos, a escolha em destacar “de forma fácil” pondera essa visão publicitária de que o indivíduo compreenderá o tema facilmente em um curto tempo. Nesta mesma perspectiva, a descrição do mesmo vídeo também realça essa intencionalidade:

Olá meus amigos! Hoje veremos um pouco sobre o que foi a Ditadura Militar no Brasil, de forma simples e direta! Pretendo assim contribuir para o aprendizado de todos aqueles que ainda tem dúvidas sobre esse período tão complicado da História de nosso país! Espero que gostem e não deixem de avaliar esse vídeo! (RENNÓ, 2015)

Na descrição, está afirmado que o período da ditadura militar foi “complicado”, entretanto, o internauta que acessar o vídeo, compreenderá o tema de “forma simples e direta”. Dessa forma, evidenciamos a preocupação, por parte do canal Parabólica, com as visualizações, o que destaca a reflexão destas postagens estarem inseridas no mercado audiovisual e *online*, que são dependentes do número de acessos. Já no caso dos outros canais, o título permanece baseado somente pelo tema, sendo que o de Débora Aladim

está nomeado como “Resumo de História: DITADURA MILITAR (Débora Aladim)” e, do jornalista, “A DITADURA MILITAR NO BRASIL/ EDUARDO BUENO”.

Em contraponto, comparando as edições do vídeo de Pedro Rennó com as de Eduardo Bueno e de Débora Aladim, eles possuem uma preocupação maior com este quesito do que o historiador. Principalmente Eduardo Bueno explora sons musicais, cortes de câmera com fotografias e frases destacadas e, no caso de Debora Aladim, o destaque é para o uso de imagens junto com sua explicação. Além dos recortes na fala, a única edição do vídeo do historiador do Parabólica é o aparecimento de palavras, as quais são menos destacadas das que aparecem no vídeo de Aladim e Bueno.

Além das edições, entre os três *youtubers*,<sup>4</sup> outro ponto mais explorado por Eduardo Bueno, é a linguagem corporal. Ele gesticula, ao longo do vídeo, bastante suas mãos e braços, afora as constantes modificações nas expressões faciais. Além disso, aumenta o seu tom de voz em algumas partes, chegando até mesmo a gritar e constrói uma figura humorada no vídeo, a qual também pode se configurar como uma maneira de tentar conquistar a empatia do telespectador:

Os produtores de conteúdo audiovisual têm diferentes públicos alvo, linguagens, cenografias, cortes de cena e temáticas, e a hipótese para o alcance que cada um deles irá conseguir está ligado à maneira como ele se comporta na mídia social. O comportamento de cada um varia conforme a audiência se comporta e responde ao conteúdo audiovisual publicado pelo mesmo. (BERNADAZZI; COSTA, 2017, p. 152)

Desse modo, refletimos que, tanto as edições, quanto a própria linguagem corporal, não desvinculam da preocupação com o número de visualizações, pois, como estão inseridos dentro de uma lógica mercadológica que depende do interesse do público, esses produtores de conteúdo digital, além da atenção com informação, também se preocupam com a questão da interação realizada nesse espaço:

Em meio à imersão do usuário das mídias digitais nesse ambiente no qual a circulação de informação provoca uma constante necessidade de atualização e consumo de conteúdo, podemos observar uma série de questões emergentes nesse cenário. Um cenário no qual o usuário busca não somente informação, mas interação. Estamos debruçados sobre uma vivência no ambiente virtual e no universo do audiovisual, seja no âmbito das inovações e atualizações da linguagem, seja na efervescência de conceitos e formas de produção de sentido. (BERNADAZZI, 2016, p. 1-2)

---

<sup>4</sup> Definição para designar pessoas que possuem canais na plataforma *Youtube*, que postam produções audiovisuais e podem obter retorno financeiro. In: (BERNADAZZI, 2016, p.2)

Por esse ângulo, a construção dos vídeos, muitas vezes, não se baseia somente em expor a informação desejada, mas também com preocupação do alcance que atingirá e, nesse sentido, em relação ao público, a interação se torna um dos principais aspectos. Todavia, há uma conotação menor desta questão no que diz respeito a Débora Aladim e Pedro Rennó. Enquanto a movimentação de Aladim permanece concentrada nas mãos e braços, o historiador do canal Parabólica praticamente não muda de posição corporal e mantém o mesmo tom de voz a gravação toda. Isto pode estar relacionado com a própria “promessa” do vídeo, pois, para trabalhar o tema em menos de 10 minutos, ou seja, de maneira simplificada, “simples e direta”, como proposto na descrição, a fala do historiador é rápida, sendo composta somente pelo conteúdo referente ao regime militar.

Nesse âmbito, também assinalamos para a discrepância do público alvo de cada um deles. Apesar dos três focarem no trabalho com os conteúdos históricos, Aladim e Rennó elaboram os vídeos direcionados principalmente para os estudantes, como os vestibulandos, enquanto em relação a Bueno não há propriamente um público específico, mas sim para os indivíduos que se interessam pela História de maneira geral.

Podemos perceber isto já no início de cada gravação: Pedro Rennó afirma que a postagem foi elaborada a partir da solicitação de dois alunos, ressaltando que o vídeo está, principalmente, direcionado aos estudantes que estão se preparando para o vestibular. Já no que concerne a Eduardo Bueno, aparentemente, foi a partir da emergência de passeatas pedindo intervenção militar ocorridas nesses últimos anos que ele decidiu gravar sobre o tema, ou seja, neste caso, não há propriamente um público alvo, mas uma inquietação pelos acontecimentos de nossa sociedade.

Portanto, em relação a todas essas questões abordadas, como já ressaltado, esses produtores de conteúdo digital da plataforma *Youtube*, ganham dinheiro com os canais e, logo, não podemos os desvincular da lógica mercadológica. Nesse sentido, mesmo que de maneiras diferentes e com objetivos distintos, assinalamos para a preocupação, de modo geral, com a atenção ao acesso do expectador virtual, tendo uma relevância em conquistar a empatia do público, seja um específico ou o geral.

## NARRATIVAS SOBRE O PERÍODO DA DITADURA MILITAR

No que diz respeito ao conteúdo mediado sobre a Ditadura Militar no Brasil, somente o canal Buenas Ideias menciona referências bibliográficas. Na descrição do

vídeo, há links da bibliografia utilizada, a qual também aparece no final da gravação. Neste momento, o jornalista pronuncia que:

O que você acaba de ver, está repleto de generalizações e simplificações, mas o quadro geral era esse aí mesmo. Agora se você quiser saber como as coisas de fato foram, ah, aí você vai ter que ler. (BUENO, 2017)

Apesar de afirmar “como as coisas de fato foram”, estabelecendo um sentido de verdade absoluta, é interessante notar o cuidado em evidenciar que o vídeo é generalizado e que o processo histórico é mais complexo, incitando que o público leia sobre o assunto. Já Aladim e Rennó, ao contrário, não evidenciam se suas explicações foram respaldadas em alguma bibliografia específica.

Antes de propriamente comparar como o conteúdo histórico foi mediado entre os canais, conforme já ponderado, Pedro Rennó é o único que possui formação na área, uma vez que Eduardo Bueno é jornalista e Débora Aladim, a qual, conforme dito anteriormente, apesar de atualmente ser historiadora, na época da postagem, em 2015, ainda não tinha ingressado no curso de História. Sendo assim, analisamos o vídeo de uma *Youtuber* que não possuía formação, de um historiador e de um jornalista.

Pedro Rennó ancora sua explicação entre as características e os principais acontecimentos do período. Inicia a fala com o argumento de que o golpe de 1964 ocorreu a partir da instabilidade do governo de João Goulart e, por isso, os militares partiram para a tomada do poderio em busca de estabelecer a ordem no país. Em uma perspectiva parecida, Aladim introduz o tema por meio do golpe 1964, acentuando que, como João Goulart tinha tomado algumas medidas consideradas de esquerda, a exemplo da Reforma Agrária e, com o temor ao comunismo, resultou-se na desaprovação do governo por parte da população. Os militares, neste cenário, percebendo o apoio civil, efetivaram o golpe.

Considerando algumas contribuições historiográficas sobre o assunto, em relação ao golpe de 1964, há uma carência de pacto das forças sociais, políticas e econômicas que influenciaram na instabilidade no governo de Goulart (MATTOS, 2008, p. 255). Assim sendo, observamos a presença desta questão em ambas falas. Além disso, no que concerne o temor ao comunismo, ressaltado por Aladim, podemos pensar nas ações de entidades anticomunistas na década de 1960, as quais, criadas naquele período, tenderam a associar a figura de Goulart ao perigo vermelho. (MATTOS, 2008, p. 255)

Seguindo no encalço da pesquisa de Renan Dreifruss (1987, p. 229), por meio de articulações do que o autor denomina como elite orgânica,<sup>5</sup> o golpe de 1964 não dissocia de uma ação vinculada a um aparelho elitista do período. Por meio de uma análise concentrada nas ações do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES)/Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), encontramos uma organização elitista que se deu ao longo de anos de amadurecimento e, através de articulações em um período maior, ela operou no êxito da derrubada de João Goulart. Para a execução e o “sucesso” de tal ato, suas ações atuaram em variadas esferas da vida social, promovendo uma campanha política ideológica que englobasse múltiplas conjunturas sociais:

A ação da elite orgânica empresarial deve ser considerada como a praxe de um bloco burguês de poder, premeditada e cuidadosamente amadurecida durante vários anos. Trazendo à tona a dimensão orgânica e a dinâmica envolvidas (situação, posição e ação de classe), pode-se perceber e revelar a evidência histórica do emergente bloco de poder multinacional e associado forjando a sua própria forma de Estado. O que ocorreu em abril de 1964 não foi um golpe militar conspirativo, mas sim o resultado de uma campanha política, ideológica e militar travada pela elite orgânica centrada no complexo IPES/IBAD. Tal campanha culminou em abril de 1964 com a ação militar, que se fez necessária para derrubar o Executivo e conter daí para a frente a participação da massa. (DREIFRUS, 1987, p. 230)

Apesar de não existir propriamente um consenso historiográfico sobre o episódio de 1964 e dos vídeos analisados serem resumos, ponderamos a importância do cuidado em atribuir o golpe de 1964 somente ao “descontentamento da população”, pois afora estabelecer uma generalização como se a população fosse um todo homogêneo, estudos como de Renan Dreifruss (1987), por exemplo, atentam ao estímulo, ocorrido em variadas esferas da sociedade, para o descontentamento social e, conseqüentemente, para a desestruturação do governo de João Goulart.

Em relação ao canal Buenas Ideias, encontramos a mediação do conteúdo de uma maneira diferente. Eduardo Bueno evidencia alguns períodos anteriores a 1964 que também foram marcados, em seu entendimento, por ditadores, como a conhecida ditadura de Vargas. Afirma que o exército brasileiro, de modo geral, somente “saiu da

---

<sup>5</sup> Conceito compreendido como conjunto articulado de agentes político-ideológicos que englobam múltiplos escritórios de consultoria e anéis burocráticos empresariais. Esses grupos, de acordo com Dreifruss, ao se organizarem, contribuíram na difusão da crise política-econômica, com grandes ações do complexo composto pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). In: (DREIFRUS, 1987, p. 229).

casela para dar golpe e derrubar regime constitucional” (BUENO, 2017). Nesse sentido, ao longo do vídeo, constrói-se uma narrativa histórica sobre a consolidação do exército e de suas principais características desde o século XIX para posteriormente pronunciar-se sobre o regime militar iniciado na década de 1960. Desse modo, o jornalista aborda uma trajetória do exército e da instabilidade da democracia brasileira ao longo do tempo, partindo da perspectiva de que os militares, historicamente, foram algumas vezes golpistas, como no segundo governo de Vargas.

Dado esse aparato sobre o exército brasileiro e de alguns períodos políticos anteriores, Bueno introduz que o golpe de 1964 ocorreu pelo temor ao comunismo por parte das classes médias e altas, ressaltando a influência da Guerra Fria. Neste aspecto, sua explicação se assemelha a de Aladim, mas com a diferença de mencionar quais grupos sociais estavam descontentes com o governo.

Já propriamente sobre o período a ditadura militar, em relação ao Parábola, Pedro Rennó afirma que esta época foi marcada pela retirada dos direitos civis da população, ponderando a diferença entre os militares da “linha-dura” e do “sourbonne”. Além disso, o historiador fala um pouco sobre os presidentes durante o regime, explicando algumas características de cada governo.

Por exemplo, no caso de Costa e Silva, argumenta que este era da linha-dura e que foi o responsável pela implantação o Ato Institucional n.º 5, o exemplificando. Dessa maneira, o professor explana um panorama geral de acontecimentos e de suas principais características por meio destes recortes políticos, contudo, ao mesmo tempo, não tendeu a apresentar um processo histórico interligado que estabelecesse uma vinculação entre os acontecimentos.

Débora Aladim também baseia sua fala através de recortes políticos e de suas principais características. Entretanto, ela aborda outros aspectos para além dos Atos Institucionais, como, por exemplo, a criação do Serviço Nacional de Informação (SNI), realçando a questão da espionagem. É relevante citar o SNI, pois ele compôs um órgão engajado no trabalho contínuo de informações sigilosas, incluindo dados sobre indivíduos os quais o governo tinha interesse. Nesse levantamento, houve uma concentração em elaborar o perfil ideológico dos sujeitos, podendo influenciar na ocupação de cargos públicos e perseguições políticas.

Além disso, a *youtuber* cita todos os Atos Institucionais até o n.º. 5, atentando-se principalmente aos números 2 e 5. No caso do AI-5, evidencia como ele impacta a sociedade, no entanto, não o interliga com o processo de ascensão da chamada linha-dura.

Seguindo no encalço do autor Carlos Fico (2009, p. 174), o pós-1968 significou a ascensão da linha-dura e, nesse sentido, podemos considerar que o AI-5 é um marco do uso do Direito para justificar e estabelecer um apoio de práticas da ditadura encobertas em uma legalidade maior. Portanto, este Ato está vinculado ao processo de endurecimento do regime:

Integrantes da “linha-dura”, isto é, capitães, majores, tenentes-coronéis e coronéis que, com um discurso anticomunista e anticorrupção – emulados por oficiais-generais, mas também os influenciando –, ansiavam por maiores prazos para completar os expurgos iniciados em 1964, a chamada “Operação Limpeza”. Liderada primeiramente por Costa e Silva, a linha-dura foi, de início, um “grupo de pressão”, que reclamava meios e modos para a tarefa da punição. Com a obtenção de tais instrumentos (sobretudo a partir do AI-2 e AI-5, notadamente deste último), transformou-se em “comunidade” ou “sistema” de segurança. (FICO, 2009, p. 174)

O Ato Institucional n.º 5, assim como os demais criados no período do Regime Militar, a princípio, está associado à elaboração de um “sistema” de segurança nacional, o qual, apesar de sua intensificação, especialmente durante o pós-68; já existia anteriormente ao próprio golpe de 1964. Figuras como Golbery do Couto e Silva, por meio do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), já trabalhava com coletas de informações na década de 1950 (FICO, 2009, p. 175). Por esse ângulo, com o desenvolvimento, ao longo dos anos, de instâncias como o Serviço Nacional de Informações (SNI), há um grande estímulo, no governo de Costa e Silva, em ampliar o Conselho de Segurança Nacional (CSN).

No pós-68, desse modo, com estabelecimento do governo de Costa e Silva e, conseqüentemente, da linha-dura, encontramos uma acentuação da repressão. Por esse ângulo, o AI-5 reflete este processo e exprimi o auge da manipulação das leis de uma política repressiva e endurecida, formalizando atos já praticados e reafirmando as bases da restrição, da perseguição e da censura em relação à liberdade pública, seja ela política e/ou moral. (FICO, 2009, p. 183)

Ao contrário de Débora Aladim, Pedro Rennó cita a diferença entre os militares, afirmando Costa e Silva como pertencente a ala da linha-dura. Nesse sentido, apesar de não interligar o processo de ascensão da linha-dura com a acentuação da repressão, o historiador, ao pronunciar-se sobre a distinção entre os militares, traz indícios, mesmo que de forma indireta, dessa vinculação e, logo, incita a compreensão de que o AI-5 não é

um acontecimento vago, mas inserido neste processo de endurecimento da ditadura militar.

Aladim e Rennó também ponderam a importância da luta armada na época e o aumento da oposição ao regime a partir do governo Costa e Silva. No que concerne a Débora Aladim, ela cita os exemplos da Frente Ampla, do movimento estudantil e do campo artístico. Assinala o que foram as guerrilhas de resistência ao governo e o que elas significaram para o período. Ademais, em relação às palavras da tela em forma de legenda no seu vídeo, utilizou a expressão “Anos de chumbo” referenciando somente ao governo Médici, contudo, o termo, em relação ao parâmetro brasileiro, refere-se a esse aumento da repressão desde 1968, que também engloba o governo Costa e Silva e não somente de Médici.

Já Pedro Rennó cita a emergência das greves, a formação da luta armada e da repressão contra os opositores e, nesse sentido, sinalizamos a relevância em abordar as múltiplas resistências neste período, pois, com o fechamento da atuação política institucional, estabeleceu-se formas de oposição particulares, sendo que “a resistência política nos anos 1965 a 1968 deslocou-se principalmente para a esfera intelectual e artística”. (MORAES, 2012, p. 109)

De acordo com Renan Quinalha (2017, p. 35), ocorreram ações de censuras no campo do entretenimento, como o cinema e o teatro. Houve grande manipulação em diversas esferas da sociedade por meio do alicerce do AI-5. Em 1968, órgãos como as Divisões de Segurança e Informações (DSI) também contribuíram no incremento de atividades de informação, intensificando a repressão no âmbito da educação e da cultura. Neste último campo, o autor aponta para a presença de preocupações e de orientações dadas pela comunidade de segurança em relação à manutenção da restrição do conteúdo calcado na moralidade dos “bons costumes”. (QUINALHA, 2017, p. 36)

No que diz respeito ao vídeo de Eduardo Bueno, conforme já destacado, ele introduz o tema de maneira distanciada dos dois outros *youtubers*, pronunciando sobre a ditadura militar somente ao final da gravação. Entretanto, se assemelha à explicação de Pedro Rennó em relação às distinções entre os militares, diferenciando a linha-dura da outra ala de militares ligada à Escola Superior de Guerra.

O jornalista evidencia exemplos de como este governo feriu os direitos civis, principalmente com Costa e Silva ao poder, ou seja, ele também incita a compreensão de que o endurecimento do regime militar está ligado com a ascensão da linha-dura. Todavia,

após declarar que, com a ascensão de Costa e Silva, “o Brasil ingressa nos horrores da ditadura” (BUENO, 2017), finaliza sua fala, não abordando o restante do período.

Sendo assim, somente Aladim e Rennó atentam para a intensificação da propaganda e o ufanismo no governo Médici, destacando, por exemplo, o uso político da Copa Mundial de futebol de 1930. Ainda sobre este governo, os dois *youtubers* abordam o Milagre Econômico e as obras faraônicas. Enquanto Aladim argumenta que o Milagre Econômico foi possível devido a uma série de medidas impopulares, como o arrocho salarial, Rennó acrescenta as contradições deste crescimento econômico, como a consequência dos empréstimos. Por fim, demonstram como nossa redemocratização foi gradual com o argumento de que a ditadura militar já estava insustentável. Abordam os governos de Geisel e principalmente de Figueiredo nesta perspectiva, finalizando a gravação com a criação Lei de Anistia e com o surgimento movimento “Direitas já!”.

Sob essas considerações, de modo geral, observamos que Eduardo Bueno não possui o objetivo de aprofundar no conteúdo sobre regime militar brasileiro, optando em somente focar no golpe de 1964 e em resumir o restante deste período nos “horrores da ditadura militar”. Com isso, assinalamos as intencionalidades dos dois vídeos: enquanto Débora Aladim e Pedro Rennó procuram trabalhar com o conteúdo, estabelecendo as principais características e acontecimentos, Eduardo Bueno busca constituir uma narrativa histórica que evidencie a consolidação do exército brasileiro e de seus golpes, assim como a instabilidade da democracia no Brasil.

Na gravação, o jornalista considera que a ditadura mais sangrenta foi durante o Estado Novo, afirmando, além disso, que ditadura militar da década de 1960, é de 1968 e não de 1964, contudo, não justifica esta consideração. É provável que Bueno fez esta colocação devido ao endurecimento do regime no pós-68, entretanto, há uma diferença entre reconhecer este endurecimento e ponderar que antes não se configurava como uma ditadura, uma vez que a acentuação da repressão já se achava desde 1964. (FICO, 2009, p. 170)

Todavia, um dos aspectos interessantes do vídeo do jornalista, é a ponte que ele constrói com o presente. Seguindo no enalço de Marc Bloch (2001, p. 54) no que concerne a compreensão da História como a ciência que se dedica ao estudo das experiências humanas em um determinado tempo e espaço a partir de indagações do presente, ao trabalharmos com os conteúdos passados, também podemos trazer reflexões para o nosso próprio presente.

Bueno pronunciou-se sobre as passeatas, ocorridas nesses últimos anos, que pediram intervenção militar e fala sobre a importância de rejeitarmos essas ações, uma vez que já temos uma experiência dolorosa com a atuação dos militares no poder. Nesse sentido, refletindo sobre a relevância de uma abordagem crítica, Eduardo Bueno, apesar de elaborar uma narrativa mais superficial do conteúdo, traz considerações importantes, relacionando com o nosso presente, no qual, muitas vezes, ainda encontramos pessoas que desejam o retorno da ditadura militar.

Em relação aos modos como o conteúdo histórico está apresentado, destacamos os juízos de valor no vídeo de Eduardo Bueno. Em alguns momentos, atribuí palavras como “imbecil” e “inteligente” para a sociedade em um determinado período. No caso do adjetivo imbecil, refere-se aos pedidos da volta da ditadura militar nos últimos anos. Já o uso da palavra inteligente foi direcionado para o governo de Juscelino Kubitschek, já que a sociedade, nesta época, se encontrava “irreconhecivelmente inteligente, cinema novo, nova capital, Brasília, bossa nova, campeão do mundo em 58, campeão do mundo em 62” (BUENO, 2017). Com isso, sinalizamos a forte interferência da visão do jornalista na narrativa histórica, realçando um sentido maniqueísta entre um período bom/ruim.

Por esse ângulo, observamos que o jornalista exprime, de maneira explícita, seu ponto de vista pessoal sobre os períodos políticos passados. Em relação ao regime militar iniciado na década de 1960, além da narrativa, podemos observar sua rejeição na própria descrição do vídeo:

Quem pede a volta da ditadura militar no Brasil finge não saber o que é o terror da repressão, não conhece o Exército Brasileiro e, óbvio, não assiste ao canal Buenas Ideias. Neste episódio, Eduardo Bueno vai percorrer a história das ditaduras brasileiras, começando com o golpe militar na Proclamação da República, passando pela terrível opressão de Vargas e chegando ao asqueroso golpe de 1964. Conheça essa história que, se depender de nós, não vai se repetir. (BUENO, 2017)

Além disso, no início do vídeo, ironiza os sujeitos que solicitam o retorno do governo militar: “tem gente que está com saudade do cacete”, “muito democraticamente, eu sugiro, dá porrada nos caras, porque os caras gostam de repressão, gosta coisa dura, gosta de cacete” (BUENO, 2017), dando um sentido de humor à gravação. Por fim, especificamente Bueno utiliza alguns conceitos, mas não os situa historicamente. Ao se atentar para a instabilidade democrática brasileira, trabalha com o conceito de democracia em variados períodos da História do Brasil, mas não pondera suas especificidades ao longo do tempo.

O mesmo ocorre com o populismo, o qual, durante a ascensão de Vargas, teve determinados sentidos, já no governo de Juscelino Kubitschek, obteve outras particularidades. No regime militar, ele passou por algumas transformações, tornando-se uma característica pejorativa, já que, durante esta época, houve um empenho em deslegitimar a figura de Vargas. Sendo assim, Bueno não trabalha com os conceitos, somente os utiliza desconsiderando o tempo histórico.

Dessa maneira, de modo geral, observamos semelhanças e discrepâncias entre os materiais, que resultam, a princípio, do próprio objetivo de cada gravação. Os canais Débora Aladim e Parabólica direcionam os vídeos para estudantes, com o intuito de mediar o tema de maneira resumida e, nesse sentido, tanto na forma como a narrativa foi construída, quanto o próprio conteúdo, se assemelham mais do que em relação ao vídeo de Eduardo Bueno, o qual não possui o mesmo objetivo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos três vídeos na plataforma *Youtube*, destacamos, a princípio, a existência do consumo pelos assuntos históricos. Neste caso específico, que é sobre o período da ditadura militar no Brasil, as gravações produzidas por Eduardo Bueno e por Débora Aladim possuem 5 vezes mais visualizações do que o vídeo feito pelo único historiador das postagens analisadas, Pedro Rennó. Desse modo, a partir desta comparação, acentuamos que o sucesso dos vídeos na plataforma sobre o conteúdo histórico não depende de terem sido realizados por alguém da área.

Pedro Rennó opta, no que diz respeito ao título e à descrição, por palavras chamativas com o possível intuito de alcançar um maior número de visualizações. Já em relação a Eduardo Bueno, este constrói uma figura carismática e humorada, que também pode ser uma maneira de conquistar a simpatia do público, pois, conforme ressaltado, nessa mídia digital, não é somente expor a informação, visto que os canais também dependem do interesse do espectador. Nesse sentido, mesmo que de maneiras diferentes, assinalamos para a lógica mercadológica envolvida.

Seguindo no encalço de Odir Fontoura (2020, p. 52) no que diz respeito aos indivíduos que não possuem formação na área, mas que trabalham com a História na internet, há uma incorporação do discurso histórico com um intuito de legitimar suas falas. Observamos essa questão com Eduardo Bueno, o qual constrói uma narrativa histórica imbuída de opiniões pessoais, atribuindo alguns juízos de valor. Entretanto,

também ponderamos a atenção do jornalista em ressaltar as referências bibliográficas e em reconhecer que o vídeo é baseado em generalizações.

Além disso, encontramos algumas distinções nas maneiras em que a temática está mediada: enquanto Débora Aladim e Pedro Rennó focalizam no conteúdo, aprofundando nos principais acontecimentos e características do período, Eduardo Bueno opta pela construção de uma narrativa histórica que evidencie a fragilidade de nossa democracia e que aborde a consolidação do exército brasileiro.

Aladim e Rennó também se assemelham em não priorizar uma reflexão sobre o assunto, concentrando sua fala na exposição de um resumo do conteúdo. Em contraponto, Eduardo Bueno, apesar de apresentar uma narrativa menos aprofundada sobre a ditadura militar e de não situar os conceitos historicamente, uma vez que ele, como não especializado na área de História, não trabalha com as especificidades do ofício do historiador, já realiza uma reflexão entre a relação passado/presente.

Por fim, ressaltamos, mesmo que de formas diferentes, a importância desses produtores de conteúdo na difusão do conhecimento histórico, o qual, no espaço virtual, ainda se mantém enquanto um desafio especialmente para os historiadores e para a própria academia. Este ambiente, bem como a sala de aula, possui especificidades que estão além da perspectiva de “buscar traduzir o conhecimento acadêmico”. Portanto, como ressaltado por Ricardo Santhiago (2016, p. 35), devemos refletir sobre a realização de projetos acessíveis ao público leigo sob a perspectiva de que ele também é um agente participativo no processo de construção da memória, superando a concepção arraigada na divulgação científica para o diálogo entre o conhecimento formal e as experiências dos sujeitos.

## FONTES

BUENAS Ideias. A DITADURA MILITAR NO BRASIL/EDUARDO BUENO. In: Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wgPxYk87mWo>.

DÉBORA Aladim. Resumo de História: DITADURA MILITAR (Débora Aladim). In: Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=B8hLHJSA6V0>.

PARABÓLICA. Ditadura Militar de forma fácil! In: Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WnaW3RyHZFk&t=294>.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENÍCIO, Milla; CÂMARA, Sérgio A. História Digital entre as promessas e armadilhas da sociedade informacional. In: Observatório. Palmas. v. 3, nº 5, ago., 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n5p3>

[BERNADAZZI, Rafaela; COSTA, Maria Helena Braga e Vaz da. Produtores de conteúdo no Youtube e as relações com a produção audiovisual. In: \*Communicare\*. v. 17. 2017. Disponível em: <https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2017/09/Artigo-7-Communicare-17Edi%C3%A7%C3%A3o-Especial.pdf>](#)

BERNADAZZI, Rafaela. *Youtubers* e as relações com a produção audiovisual. In: XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. São Paulo, 2016. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-1857-1.pdf>

DREIFUSS, René. A Ação de Classe da elite orgânica: a campanha ideológica da burguesia. In: 1964, A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis (RJ): Vozes, 2006.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucila de Almeida Neves (Orgs.). O Brasil republicano (vol. 4). O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

FONTOURA, Odir. Narrativas históricas em disputa: um estudo de caso no YouTube. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 33, n.º 69, jan./abr, 2020. Disponível em:

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/79826/77423>

BLOCH, Marc. Apologia da história, ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MATTOS, Marcelo Badaró. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 28, n.º 55, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br>

MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre *Public History*. In: Hist. historiogr. Ouro Preto. n.º 15 ago., 2014.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Feminismo e política: dos anos 60 aos nossos dias. Estud. sociol., Araraquara, v. 17, n. 32, 2012. Disponível em:

<https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/viewFile/4930/4119>

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os lugares dos historiadores e da história na sociedade brasileira: Conferência de abertura do XXVIII Simpósio Nacional de História, Florianópolis. In: Hist. historiogr. Ouro Preto. n. 22. dez. 2016.

NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. In: Antíteses, Londrina. v. 8, n.º 15, 2015. Disponível em:

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/23617/17356>

NOIRET, Serge. História Pública Digital. In: Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v. 11, n.º 1, maio, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18225/liinc.v11i1.797>

POLLAK, Michael. "Memória e identidade social". In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992;

QUINALHA, Renan. Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). 2017. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/101/101131/tde-20062017-182552/pt-br.php>

SANTHIAGO, Ricardo. "Duas palavras, muitos significados: alguns comentários sobre a história pública no Brasil". In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo; SANTHIAGO, Ricardo (org.). História Pública no Brasil: sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

TELLES, Helyom. História Digital, Sociologia Digital e Humanidades: algumas questões metodológicas. In: Observatório. Palmas, v. 3, nº 5, p. 74-101, agosto 2017. Disponível em: <https://archive.org/details/observatorio.vol3.n5>

## Rememorar e redimir: Os desaparecidos da Ditadura Militar brasileira na literatura de testemunho de Bernardo Kucinski

Ismael Lacerda Brasileiro  
Universidade Federal de Campina Grande  
ismaellacerda19@gmail.com

A obra “*K. Relato de uma Busca*” (2014) de Bernardo Kucinski traz um debate acerca da busca e dos desaparecidos durante a ditadura empresarial-militar brasileira, assim como também o fato de parte dos responsáveis pela repressão permanecerem impunes e até serem homenageados em nomes de ruas, pontes, bairros etc. Cabe neste trabalho discutirmos os diálogos entre História e literatura do trauma ou testemunho e como o texto literário pode auxiliar como fonte para pensar tal período, quais seus limites comparados ao texto em História e, por fim, dialogar com as “*Teses Sobre o Conceito de História*” (1940) de Walter Benjamin, levando em consideração o papel do Historiador em rememorar aqueles que foram derrotados pelo “progresso” e que tem sua memória difamada em tempos de revisionismo e negacionismo histórico.

Palavras-chave: História. Literatura. Ditadura. Testemunho.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como finalidade manter o diálogo entre História e Literatura, fazendo uso da obra “*K. Relato de uma busca*” do jornalista e escritor brasileiro Bernardo Kucinski, publicada pela primeira vez em 2011 e, mesmo se tratando de uma ficção acerca da ditadura empresarial-militar brasileira, o autor traz consigo vários temas recorrentes a este período da história do Brasil que vai de 1964 à 1985, sendo que seus ecos se perpetuam até os dias atuais e, muitas vezes como forma de saudosismo de um período onde pela primeira vez se via “Ordem” e “desenvolvimento”. O tema que perpassa toda a obra é o tema dos desaparecidos e do silêncio que se fez presente durante todo o período. Narrado na primeira pessoa, o personagem intitulado “K”, imigrante polonês se vê em busca de sua filha Ana Rosa, então professora de Química da Universidade de São Paulo desaparecida em meados de 1976, assim como algumas outras pessoas próximas. “K” inicia uma busca, conversa com parentes de outros desaparecidos, recorre a polícia e a outras pessoas que poderiam fornecer informações do paradeiro da sua filha, cada vez o personagem se encontra mais distante da verdade e de encontrar ao menos o corpo da filha desaparecida.

“*K. Relato de uma busca*” também narra experiências vividas pelo pai do próprio autor, o personagem principal é uma referência ao pai de Bernardo Kucinski que outrora tinha ido em busca da sua filha, Ana Rosa e de provas que apontasse que ela ao menos estaria viva. O horror e o silêncio dos desaparecidos da ditadura, é comparado diversas vezes com o horror nazista, levando em consideração também que ao fim da ditadura, diferente do nazismo, os carrascos, torturadores e generais-presidentes foram homenageados, ganhando nome de ruas, bairros e praças.

Buscarei dialogar também com as “*Teses Sobre o Conceito de História*” escritas por Walter Benjamin em 1940, sobretudo no que diz respeito a necessidade de rememorar aqueles que foram as vítimas do “progresso” e seus nomes não aparecem nos livros de História, diferente dos nomes daqueles que “venceram”, em outras palavras, os nomes daqueles que perpetuaram sua memória e foram lembrados na posterioridade, tais como os generais, os empresários, banqueiros, torturadores e outros que tiveram sua contribuição com a tomada do poder em 1964. Um exercício imprescindível para os historiadores engajados em seu tempo, principalmente em tempos que o inimigo não tem cessado de vencer, parafraseando os dizeres do próprio Walter Benjamin e, os debates acerca tragédias do século XX que causaram traumas coletivos, como as ditaduras do

Cone Sul tem retornado, só que muitas vezes em forma de nostalgia ou solução para os problemas políticos da atualidade.

Apesar disso, é necessário que avancemos além do caráter emocional de lembrar aqueles que foram derrotados, os desaparecidos da ditadura, embora esta seja uma característica que não pode ser descartada, é necessário rememorar a memória e as lutas dos desaparecidos em tempo de negacionismo histórico, onde as próprias pesquisas acadêmicas voltadas a ditadura militar acabam negligenciando, tanto os vastos diálogos entre a história e a literatura, como também a forma de se estudar a ditadura militar brasileira deixando de levar em consideração as classes sociais que apoiaram a tomada do poder, assim como as classes que mais foram atingidas negativamente durante todo o período que se estendeu de 1964 – 1985.

## DESENVOLVIMENTO TEXTUAL

Pode-se dizer que a obra literária, ela não substitui por completo o texto de História, seria uma falta de rigor metodológico pegar tudo que está escrito em uma obra como “*K. Relato de uma busca*” e dizer que a História acerca dos desaparecidos ocorreu tal como foi narrada no texto. Gervácio Batista Aranha, em seu texto “*História e fontes: diálogos com a literatura*” (2011), nos faz pensar que a literatura tem suas raízes no social e no contexto em que ela foi produzida, ou sobre qual foi produzida, embora, cada autor constrói a cidade ou o contexto a sua maneira (ARANHA, 2011), em outras palavras, São Paulo de Bernardo Kucinski em pleno anos de chumbo, pode não ser a São Paulo descrita por um historiador durante o mesmo período, sendo que o primeiro fez uso da ficção. Cabe aos historiadores identificarem no texto literário aquilo que lhes interessa em seu campo de pesquisa e estudo.

Contudo, o texto literário pode auxiliar trazendo algumas características que geralmente passam despercebidas no trabalho de História, como por exemplo, a dor dos parentes ao ter alguém desaparecido, a esperança e desesperança da busca, o silêncio que reina em relação aos desaparecidos e mortos, dessa forma, temos uma grande contribuição da literatura, em outras palavras, elas nos auxiliam a ir mais além e chegar a aspectos que até então passaram despercebidos.

Marcos Napolitano, em sua obra “*Breve História do Regime Militar Brasileiro*” (2014) descreve como parte dos intelectuais se organizaram para fazer uma frente de oposição à ditadura, até mesmo parte dos intelectuais que apoiaram o fatídico 31 de março, mas que

no ano seguinte já demonstrava uma certa oposição ao regime (NAPOLITANO, 2014) Os intelectuais ligados a esquerda, sejam eles jornalistas, professores, historiadores, teatrólogos, literatos entre outros também articularam sua oposição à ditadura, de diferentes formas. “A literatura era, historicamente, a área de atuação do intelectual engajado por excelência, que se utilizava várias formas de escrita[...]” (NAPOLITANO, 2014, p. 196).

Dessa forma, dentre tantos outros intelectuais das mais diversas áreas, a literatura também se tornou uma forma de denúncia ao autoritarismo que se instalou em 1964, como crítica ao caráter anticultural e autoritário que se instalou no período e que cada vez mais se intensificava, como por exemplo pós AI-5 com a ampliação da censura e repressão. Durante o passar dos anos, alguns autores publicaram suas obras fora do Brasil, ou só depois da Lei da Anistia (1979), quando puderam regressar ao país. Outros só publicaram suas obras muitos anos depois, como no caso de Bernardo Kucinski embora a obra veio em um momento em que as discussões sobre a ditadura militar brasileira ainda se encontram na ordem do dia.

Bernardo Kucinski, jornalista e escritor nascido em São Paulo em 1937, filho de imigrantes poloneses, há algumas décadas vem se debruçando sobre o tema da ditadura militar brasileira, desde os anos 1970 como jornalista, vem fazendo denúncias a ditadura e ao autoritarismo e, dentre suas obras, no campo da literatura produziu um romance intitulado “*K. Relatos de uma busca*” (2011) e um livro de contos “*Você vai voltar pra mim*” (2014). Discutiremos a primeira obra.

A obra acontece de diferentes formas narrativas, começando em primeira pessoa, onde K. personagem principal, que busca a filha desaparecida a seis anos, ainda recebe do carteiro cartas que seriam destinadas para o endereço da filha, como se de fato ela ainda vivesse, K. que além de nunca ter conseguido encontrar sequer o corpo da filha desaparecida, teve também sua memória ceifada por um “mal de Alzheimer Nacional” (KUCINSKI, 2010, p. 9).

Um dos primeiros ambientes onde K. busca sua filha é na Universidade de São Paulo em que era professora de Química onde dias antes haviam desaparecido dois estudantes de Medicina, sendo assim, o personagem descobre através de amigas que lhe contam, mesmo com receio de serem ouvidas, que já havia se passado onze dias do seu desaparecimento. A partir de então, ao recorrer a polícia obteve poucas perguntas e nenhuma resposta, apenas a afirmação vinda dos oficiais que jovens costumavam fugir, mas K. não descartava a possibilidade de que algo envolveria política. Esta, de todas as

alternativas, esta seria uma das piores.

K. que era de descendência Judaica, tinha um certo desprezo pelo catolicismo, assim como seus bispos e padres, o que não o impediu de ir em busca de informações numa igreja, já que uma matéria no *Estado de São Paulo* noticiava que um arcebispo organizava uma reunião com familiares de desaparecidos políticos, notícia sendo transmitida de forma discreta. Nessa reunião, ao ouvir vários familiares, K. ouviu falar pela primeira vez do *Araguaia* (1967 - 1974) tentativa de resistência armada na floresta amazônica que terminou com vários jovens sendo capturados e executados por lá mesmo.

O que o chocara era exatamente como as pessoas desapareciam, não bastava elas serem assassinadas, sua memória também era e, dessa forma, pessoas desapareciam sem deixar rastros. Tais métodos em diversos momentos da obra são comparados pelo protagonista principal aos métodos Nazistas, já que o narrador imigrava de uma região onde a perseguição política, assassinatos e prisões já eram frequentes. Em outros capítulos da obra, a narrativa é feita em terceira pessoa, visto que relatam outras situações que giram em torno da busca de K. por Ana Rosa, sejam estas: militantes que tentam passar despercebidos por sensores, outros desaparecidos, falas de torturadores forjando evidências, e a narrativa em primeira pessoa do próprio Bernardo Kucinski já ao final da obra

Lá fora a vida segue como sempre: o produto interno bruto a crescer; as mulheres a fazer compras, os meninos, a brincar; os mendigos, a suplicar; e namorados, a se beijar. O casal pode tentar a sobrevivência, para retomar a luta depois, em outras condições, em outros termos. Mas não. A última tarefa de ambos é a inserção da pequena cápsula de cianureto num vão entre os dentes. (KUCINSKI, 2014, p. 19)

Apesar da busca pelos desaparecidos, “lá fora” pairava o ar de uma falsa normalidade, muitos cidadãos não estavam cientes do que ocorria nos porões da ditadura, ou se estava ciente, via-se em silêncio, sobretudo no contexto de maior repressão política, durante o dito “*Milagre econômico*” (1969-1973). Nesse contexto o Brasil assistia sua terra em transe, onde aqueles que eram atingidos diretamente pela repressão buscavam organizar sua forma de resistência e de fazer aqueles que foram silenciados terem voz novamente.

K. veio para o Brasil em 1935, fugindo da polícia polaca, mas aqui encontrava já em curso os aparelhos repressivos de Getúlio, desde então, ele acreditava que isto teria sido “coisa do passado” coisas do “tempo do autoritarismo” (KUCINSKI, 2014) mas agora, no contexto em que se passa a História da obra, a repressão continua e os informantes do

governo estão por toda parte. O que outrora aconteceu com Olga Benário e muitos(as) outros(as), estava acontecendo novamente, como se os carrascos nunca tivessem sido punidos, mas continuassem com novas roupagens.

Naquela mesma época, a Argentina também se via imersa numa Ditadura militar e, em meio a suas buscas, K. descobre que no país vizinho os métodos consistem em fazer desaparecer os presos políticos atirando-os no mar utilizando aviões, desta forma as únicas testemunhas são o piloto e os que arremessam a vítima no mar que certamente nunca será encontrada. Os traços do autoritarismo sul americano, iniciados pelas ditaduras do Cone Sul a partir de 1954 são retratados em trechos como estes, mesmo que de forma breve na obra de Kucinski.

Nos bastidores, a obra mostra que vários informantes do regime se articulavam entre si para forjar provas, falsas informações que fariam K. entrar em uma busca cada vez mais desesperada e confusa sobre o paradeiro de Ana Rosa, o intuito não era prender e desaparecer com K., como qualquer outro preso político, mas cansa-lo, fazer com que ele desista da busca e que desista da história de encontrar sua filha desaparecida. Ao mesmo tempo, a igreja se recusava em fazer um sepultamento simbólico de uma “Terrorista” e a gráfica onde K. recorreu para criar um livro de memórias foi rejeitado por ser considerado subversivo.

Podemos perguntar; em que uma obra como esta pode auxiliar como fonte e a compreender alguns aspectos de um período de repressão que durou 21 anos? Terry Eagleton, em sua obra “*Teoria da literatura: uma introdução*” (2006) aponta que a interpretação que defende literatura como mera ficção, ou seja, como um texto inverídico, não é correta, é necessário avançarmos para além da dicotomia entre *fato versus ficção* ao estudarmos um texto literário (EAGLETON, 2006).

Dessa forma, Eagleton defende a literatura como uma forma de linguagem que difere das demais, “Talvez nos seja necessária uma abordagem totalmente diferente. Talvez a Literatura seja definível não pelo fato de ser ficcional ou ‘imaginativa’, mas porque emprega a linguagem de forma peculiar” (EAGLETON, 2006, p. 03), tal definição era comum aos *Formalistas Russos* ao analisarem as características de um texto literário.

Contudo, não cabe aqui analisarmos mais a fundo a concepção dos *Formalistas Russos* acerca da literatura, sendo que, após suas contribuições, surgiram outras concepções que retomavam suas ideias de forma aprimorada, por exemplo, os Formalistas defendiam que o texto literário deveria ser estudado tal como estudamos uma máquina e

não significava que o texto fosse uma reflexão acerca da realidade social, avançaremos um pouco além dessa análise.

O fato de sempre interpretarmos as obras literárias, até certo ponto, à luz de nossos próprios interesses - e o fato de, na verdade, sermos incapazes de, num certo sentido, interpretá-las de outra maneira - poderia ser uma das razões pelas quais certas obras literárias parecem conservar seu valor através dos séculos. Pode acontecer, é claro, que ainda conservemos muitas das preocupações inerentes à da própria obra, mas pode ocorrer também que não estejamos valorizando exatamente a "mesma" obra, embora assim nos pareça. O "nosso" Homero não é igual ao Homero da Idade Média, nem o "nosso" Shakespeare é igual ao dos contemporâneos desse autor. (EAGLETON, 2006, p. 18)

Sendo assim, temos claramente uma definição da importância do texto literário em determinadas épocas e a pergunta sobre o motivo de lermos um texto que trata a ditadura militar nos dias de hoje, pode, facilmente ser respondida. Em cada época, um texto literário é lido e reescrito conforme as relações sociais que ali predominam, podemos afirmar que ler uma obra que trata os desaparecidos e a repressão durante 1964 – 1985 em um contexto de revisionismo e negacionismo histórico, tem um peso e um significado diferente, sendo que a obra passa a ser algo além de uma mera ficção objetiva.

“*K. Relato de uma busca*” encaminha-se para o final com a certeza do protagonista de que não encontraria a filha desaparecida. Sendo assim, ele relata a construção de um loteamento afastado onde fora feita uma homenagem aos desaparecidos, 47 ruas com os nomes de 47 desaparecidos, tudo isso ocorre no período da *redemocratização*, embora o autor não coloque datas, ele salienta que foi em um período de “início a uma nova ordem de valores” (KUCINSKI, 2014, p. 112), e que tal homenagem teria como intuito fazer as próximas gerações lembrarem que pessoas lutaram contra uma ditadura. No momento em que K. percebe esta singela homenagem a sua filha desaparecida, também percebe grandes homenagens aos seus algozes

Tomado pela indignação, K. agora perscrutava cada placa e escandalizou-se ao deparar com o nome Costa e Silva na Ponte Rio-Niterói. Incrível, uma construção majestosa como essa de quase nove quilômetros com o nome do general que baixou o tal do AI-5 (KUCINSKI, 2014, p. 113)

A partir desse momento K. entra em uma série de questionamentos sobre o motivo disso acontecer, pensa que era algo como na Alemanha ter uma rua com o nome de Goebbels ou nos EUA com o nome de Al Capone. Seria este um modo dos brasileiros que

ele não havia reparado e que agora se mostrava tão visível. Depois de perceber esse detalhe, nosso personagem percorre diversas ruas enquanto observa o nome das placas e encontra nomes conhecidos, todos militares, golpistas, torturadores dentre outros, até a própria avenida se encontra seu ônibus carrega o nome de Avenida Dutra. Quantas pessoas não veem estes nomes e pensam que foram nomes de heróis e pessoas importantes para o país? Esta é a pergunta chave para K., enquanto que as ruas em homenagens aos desaparecidos ficam em um local distante e que pouco será notado.

Ao pensarmos nessas homenagens em memória de todos aqueles que venceram, que apesar dos crimes ganharam coroas de glória e homenagens que serão lembradas por quem ali passar, lembramos de imediato das “*Teses Sobre o Conceito de História*” do filósofo marxista alemão, Walter Benjamin. No qual além de debater questões amplas referentes ao papel da Terceira Internacional Socialista, sua concepção de História, a necessidade de “*escovar a história a contrapelo*” também traz exemplos de como as classes dominantes perpetuam suas memórias enquanto que aqueles que foram derrotados pelo “progresso” e tiveram seus sonhos e projetos interrompidos permanecem anônimos e silenciados.

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo "como ele de fato foi". Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso. O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento. Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. Pois o Messias não vem apenas como salvador; ele vem também como o vencedor do Anticristo. O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer. (BENJAMIN, 1940, p. 02)

A famosa tese 6 da obra Benjaminiana deixa claro qual o papel de um historiador que segue a tradição do materialismo histórico, principalmente em tempos de crise, onde nem os mortos estarão seguros caso o inimigo vença, na época de Walter Benjamin, o anticristo/inimigo poderia ser considerado o terceiro Reich, nos dias de hoje não faltam inimigos que ameaçam a memória daqueles que se foram e tiveram seus projetos interrompidos e, que na maioria das vezes surgem em forma do revisionismo ou até mesmo do negacionismo histórico.

Se pensarmos, por exemplo os personagens desaparecidos na obra de Bernardo Kucinski, como a própria filha do personagem principal e esperássemos que eles falassem,

contassem sua história e mostrassem seus planos que foram interrompidos, estaríamos imersos em uma espera sem resultados, mas cabe ao historiador rememorar, seguindo os métodos de Walter Benjamin analisar tal obra com um interesse em todas as vozes silenciadas e os projetos destruídos, mesmo sendo impossível um resgate do passado tal como ele foi

O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. (BENJAMIN, 1940, p. 03)

Para o filósofo alemão, essa metáfora de Anjo da História serve para mostrar qual o papel do historiador ou intelectual engajado, já que não há um Messias no sentido teológico, como ele próprio menciona em sua obra, mas que o verdadeiro Messias é toda a classe oprimida, no passado e hoje, visto que, são esses o sujeito da História, não os grandes nomes que apareceram nos livros, ou como na obra de Kucinski, em nomes de ruas, pontes, receberam estátuas e todos os outros monumentos de memória e cultura que também refletiam a barbárie (BENJAMIN, 1940) Cabe ao historiador engajado com o materialismo histórico contemplar tais monumentos com um olhar distante, mas que sirva para rememorar aquilo que não é dito, aquilo que tal lugar de memória deixa oculto.

Outra lição que Walter Benjamin deixa e que foi utilizada ao ler a obra “*K. Relato de uma busca*” como fonte, foi o de escovar a História a contrapelo, pois “...como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a História a contrapelo” (BENJAMIN, 1940, pp. 02-03). Com isto, ao lermos uma obra que trata os desaparecidos da ditadura militar como tema central, não nos preocupamos com a vida dos generais ditadores, com o empresariado ou os líderes religiosos que nas vésperas de 1964 já clamavam por uma intervenção militar. Mas, escrever a História daqueles que foram derrotados; os militantes, professores perseguidos, trabalhadores da cidade e do campo, entre outros que tiveram seus projetos interrompidos e até a memória foi abafada ou distorcida, sendo lembrados como “subversivos”, “terroristas”, tal como os desaparecidos durante a obra literária são lembrados.

O papel de um historiador que segue as teses de Walter Benjamin, portanto, consiste em rememorar, para que assim possa redimir, já que o passado é irrecuperável e

o futuro se ver em aberto, (BENJAMIN, 1940) o historiador com os olhos no presente deve manter-se engajado e comprometido com a causa daqueles que foram silenciados e que pouco aparecem nos livros de História, sobretudo em tempos onde suas memórias são constantemente ameaçadas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ano de 2020 foi marcado por acontecimentos significativos dentre elas a derrubada de estátuas de colonizadores, reis e outras personalidades marcadas por um passado escravista e de repressão. Sem falarmos que a nostalgia pela ditadura militar ainda se faz presente e forte, não apenas no Brasil, mas em vários países do mundo há um ressurgimento da extrema direita, onde todos erguem as mesmas bandeiras: recuperar um “passado glorioso”, reprimir imigrantes, defender os “valores morais cristãos e os valores da família” etc. Mais do que nunca se faz necessário o papel do historiador crítico e engajado politicamente e mais do que nunca torna-se necessário batermos na mesma tecla de que o período entre 1964 a 1985 foi ditadura e seus algozes não receberam o julgamento necessário.

Cabe estudarmos o período pela totalidade; pela política, economia, cultura, levando em consideração as mais diversas fontes como música; fontes orais e literatura. Obras como “*K. Relato de uma busca*”, trazem temas que geralmente passam despercebidos em um texto de História, como a dor, a necessidade de respostas em uma busca e, como as vítimas eram vistas tanto pela sociedade política como pela sociedade civil. Sem falar que é uma obra intimamente ligada a vida do autor, que viveu a época e que teve sua irmã desaparecida, é uma obra de ficção, mas que contém rastros que podem nos levar à fatos concretos e uma ideia geral da versão contada pelas vítimas e seus familiares. Como adverte o próprio Bernardo Kucinski no início da obra “Tudo neste livro é invenção, mas quase tudo aconteceu” (KUCINSKI, 2014, p. 07).

## FONTES

1. Fonte 1 - KUCINSKI, Bernardo [1937- ] **K. – Relato de uma busca**: Bernardo Kucinski São Paulo: Cosac Naify, 2014. Disponível em < <https://lelivros.love/book/baixar-livro-k-bernardo-kucinski-em-pdf-epub-e-mobi-ou-ler-online/> >

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

KUCINSKI, Bernardo [1937- ] K. – **Relato de uma busca**: Bernardo Kucinski São Paulo: Cosac Naify, 2014

ARANHA, Gervácio Batista **HISTÓRIA E FONTES: DIÁLOGOS COM A LITERATURA**: Gervácio Batista Aranha **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**: São Paulo, Julho 2011

EAGLETON, Terry, **Teoria da literatura**: uma introdução / Terry Eagleton i tradução Waltensir Outra; [revisão da tradução João Azenha Jr\_] - 6ª ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2006. - (Biblioteca universal)

NAPOLITANO, Marcos **1964: História do Regime Militar Brasileiro**/Marcos Napolitano. – São Paulo: Contexto, 2014

BENJAMIN, Walter, **Teses Sobre o Conceito de História**, 1940. Disponível em <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3957253/mod\\_resource/content/1/Teses%20sobre%20o%20conceito%20de%20hist%C3%B3ria%20%281%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3957253/mod_resource/content/1/Teses%20sobre%20o%20conceito%20de%20hist%C3%B3ria%20%281%29.pdf)>

## Histórias transnacionais: Uma análise das aparições marianas em Portugal e no Brasil (1917 – 1942)

Andressa Rayane Maria Almeida da Mota  
Universidade de Pernambuco  
motaandressa08@gmail.com

Este artigo visa analisar as histórias conectadas entre os eventos religiosos em Portugal e no Brasil na primeira metade do século XX, especialmente, em torno das supostas aparições de Nossa Senhora de Fátima (1917) e Nossa Senhora da Graça (1936). Compreendemos que os eventos ocorridos em Portugal tomaram conotações internacionais e influenciaram diretamente outras aparições ao redor do mundo, como no Brasil com Nossa Senhora da Graça. Assim, desenvolvemos nosso estudo com base nas reflexões teóricas e metodológicas da Escola Italiana da História das Religiões e da História Cultural, que nos possibilita investigar as religiões a partir da sua historicidade, entendendo-as como representação de uma cultura associada às questões políticas, sociais e econômicas. Além disso, a partir de uma perspectiva transnacional temos o objetivo de compreender as interações e conexões que estes eventos possuem, reconhecendo que cada um possui suas singularidades.

Palavras-chaves: Aparições marianas. Portugal – Brasil. Nossa Senhora de Fátima. Nossa Senhora da Graça.

### Agradecimentos

Meus agradecimentos vão para a Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco - FACEPE, que através do seu financiamento pudemos desenvolver a pesquisa e elaborar esta narrativa sobre as aparições marianas na primeira metade do século XX.

## INTRODUÇÃO

As aparições marianas estão inseridas no catolicismo há tempos, no entanto, é entre os séculos XIX e XX que há uma proliferação significativa desses acontecimentos em todo o mundo, de maneira tal que o século XX ficou conhecido como “o século do ouro do culto mariano” (MOURA, 2019, p. 02). Uns dos principais ensejos que influenciaram diretamente para a germinação global desses episódios foram às aparições marianas que ocorreram na Europa, como é o caso de Lourdes (1858) na França e Fátima (1917) em Portugal, que possuíam uma perspectiva direcionada a uma rede de devoção internacional, cujas mensagens apontavam para as agitações políticas da época, como é caso das grandes guerras, secularização e o comunismo (STEIL, 2003, p. 29).

Devido ao processo de secularização e as transformações socioculturais que estavam ocorrendo no mundo moderno com o advento das instituições republicanas, a religião passa a ser substituída e colocada a margem das questões políticas, onde a Igreja Católica deixa de ser a religião oficial do Estado. Em razão destas perdas de privilégios por parte da instituição religiosa, a hierarquia eclesiástica passa a assumir uma postura militante em combate à secularização, modernidade, polarização política (STEIL, 2003, p. 31) e contra o comunismo, visto como parte de uma coação a ordem vigente e um problema mundial para a Igreja Católica que precisavam ser combatidos (MAINWARING, 2004, p. 42).

Com base nisso, as aparições marianas são utilizadas como uma útil aliada para a reestruturação do catolicismo como religião oficial, e passam a ser reconhecidas e utilizadas de forma estratégica pela instituição religiosa como ferramenta para a reconquista dos fieis, sobretudo da camada pobre e camponesa, pois por meio delas os devotos encontram a solução para as mudanças ocasionadas com o fim da ordem antiga. Além disso, as mensagens transmitidas por Nossa Senhora por intermédio dos videntes eram diretamente relacionadas ao contexto político e social do período, como também apontavam para o fim dos tempos, e a partir desse discurso que as aparições marianas se organizam (STEIL, 2003, p. 29).

Dessa forma, visualizamos que a imensa expansão do culto mariano compõe uma rede de ações promovidas por intelectuais e religiosos, que estrategicamente trabalharam para tornar estes eventos uma devoção internacional, em resposta as transformações socioculturais que estavam ocorrendo com o advento das instituições republicanas, na qual chamamos de formação de uma cultura visionária. Carlos Moura classifica:

[...] como cultura visionária o conjunto de ações, crenças, notícias e mensagens elaboradas por religiosos e fieis que em um contexto político, social, cultural e religioso legitimaram, constituíram densidade simbólica as informações sobre as aparições marianas e contribuíram para a formação de novos acontecimentos que compuseram uma rede de ações que cooperaram com a organização de uma devoção internacional (MOURA, 2019, p. 02).

O maior perigo visto pela igreja nesse período era o comunismo, sendo considerado como um projeto de desordem social que ocasionaria a implementação de um estado ateu (AZZI, 2008, p. 242). Nesse sentido, os membros religiosos tinham a missão de cristianizar a sociedade, conquistando os espaços públicos e atuando na organização social (MAINWARING, 2004, p. 45 – 46). Diante disso, as aparições marianas contribuíram através de suas mensagens para a reorganização da sociedade.

Nesse sentido, as figuras de D. Sebastião Leme no Brasil e de Dom Manuel Cerejeira em Portugal foram de suma importância para o fortalecimento do movimento de Recatolização, com o objetivo dos membros da hierarquia religiosa moldar a sociedade com os princípios cristãos, promovendo a contenção das ideias de esquerda, em defesa de uma nova ordem social e contra o comunismo. Observamos o movimento de Restauração Católica como à busca da retomada da Igreja na sociedade, que tinha o objetivo de “[...] restaurar no mundo o domínio espiritual católico” (AZZI, 1994, p. 21).

Pois então compreendemos que as aparições de Fátima foram de suma importância para a formação do culto mariano internacionalmente, como também para a Restauração Católica, pois suas mensagens estavam direcionadas aos problemas políticos, religiosos e econômicos, não apenas de Portugal, mas em um contexto global, com críticas ao republicanismo, ao anticlericalismo, ao discurso anticomunista e todas as questões que envolvem o pensamento moderno (MOURA, 2016, p. 563).

É a partir disso que o culto mariano chega ao Brasil no século XX, com foco nos debates acerca da chamada “Fátima II” que tinha suas mensagens voltadas em combate ao comunismo e em favor da internacionalização do culto mariano (MOURA, 2016, p. 580). Nesse sentido, a inserção da devoção de Fátima no Brasil assume um papel de combate ao pensamento de esquerda no país (MOURA, 2016, p. 580), atrelado ao trabalho que já vinha sendo desenvolvido no país através da figura de D. Sebastião Leme, líder católico que lutou em defesa de uma nova ordem social e contra o comunismo, sendo o principal colaborador da restauração e de formação de uma Neocristandade. Sendo

assim, é nesse contexto que surgem as aparições de Nossa Senhora de Graça, em 1936 no vilarejo da Aldeia da Guarda – em Cimbres (Pernambuco).

Nessa perspectiva, temos como finalidade investigar as histórias conectadas das aparições marianas no mundo luso – brasileiro, especialmente em torno dos eventos ocorridos em Portugal com Nossa Senhora de Fátima (1917) e no Brasil com Nossa Senhora das Graças (1936). O recorte do nosso estudo nos ajuda a compreender como os eventos ocasionados em Portugal influenciaram inúmeras aparições ao redor do mundo, e suas representações no Brasil.

Desenvolvemos o nosso estudo com base nas reflexões teóricas e metodológicas da Escola Italiana da História das Religiões que norteia seus estudos a partir das contribuições da História Cultural. Tal abordagem aponta as religiões como produtos históricos, plurais, não estáticas e determinadas, mas intrinsecamente relacionada à cultura de determinados locais que atuam na sua construção e representação (MOTA, 2016, p. 03). Sendo assim, visualizamos as religiões como representações culturais, como as supostas aparições, que podem ser compreendidas como construções históricas de temporalidades específicas (SILVA, 2010, p. 12). De tal modo, afastamo-nos de questões apenas devocionais e teológicas, com a análise das práticas dos líderes eclesiais, intelectuais e fiéis (MOURA, 2018, p. 132).

Dessa forma, ao investigar as religiões levamos em consideração o tempo histórico, o contexto geográfico, cultural, político e social que o evento está posto para que assim possamos compreender e interpretar o objeto de estudo referendado (MOURA, 2018, p. 132). Sendo assim, a partir de uma perspectiva transnacional temos o objetivo de compreender as interações e conexões que estes eventos possuem, mas não apenas compará-los e sim analisá-los de uma maneira conjuntural reconhecendo as especificidades de cada localidade (PURDY, 2012, p. 67).

## **AS APARIÇÕES DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA E A SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A RESTAURAÇÃO CATÓLICA**

As primeiras possíveis aparições de Nossa Senhora de Fátima ocorreram entre 13 de maio a 13 de outubro de 1917, em um lugar inóspito e isolado, localizado no Agreste da Cova da Iria, em Portugal (TORRALBA, 2011, p. 37). Os primeiros relatos do milagre de Fátima ocorreram para as crianças Lúcia de Jesus, de 10 anos, Jacinta, de 7 anos, e

Francisco Marto, de 9 anos, que estavam cuidando do rebanho de ovelhas na propriedade dos seus pais (MOURA, 2016, p. 569; STEIL, 2003, p. 29).

Durante o período que ocorre as aparições de Nossa Senhora de Fátima, o pai lusitano estava atravessando inúmeras mudanças culturais, políticas e religiosas, deslanche ocasionado a partir do processo de laicismo instaurado na região a partir da implementação da República Portuguesa em 05 de outubro de 1910 e devido à lei de separação entre Estado e Igreja, decretada em 20 de abril de 1911. Esse processo foi marcado por grandes atritos entre a esfera religiosa e política, que ocasionou perseguições a membros religiosos e uma radicalização contra os projetos anticlericais (MOURA, 2016, p. 333 – 335).

Ademais, outro fator primordial para compreendermos os milagres de Fátima e os motivos que levaram a sua expansão, é analisarmos o contexto social, além do político e religioso. Nesse sentido, a aguda crise econômica que se agravou devido à Primeira Guerra (1914 – 1918), onde cem mil portugueses foram para as trincheiras, como também as epidemias de tifo, varíola e pneumonia (1918 -1919), potencializou a crise e a miséria na região, no qual fez com que diminuísse a expectativa de vida da população que dependia altamente do trabalho braçal (MOURA, 2016, p. 339), influenciando diretamente nas questões econômicas (TORGAL, 2011, p. 22).

O sentimento de desespero, medo e insegurança se instalou na população que vinha sofrendo com estes acontecimentos sucessivos. Dessa forma, todas essas ocorrências fez com que o povo necessitasse de um revigoramento na fé, se apegando as manifestações místicas ao redor de santos protetores (TORGAL, 2011, p. 22 – 40). De tal maneira, tudo isso contribuiu para que o povo visse nas aparições de Fátima uma esperança, na qual Nossa Senhora passou a ser vistas como salvação de Portugal diante de tanta calamidade (MOURA, 2016, p. 338 – 339).

Acerca das aparições, em uma interrogação realizada pelo pároco de Fátima, as crianças afirmam que no momento que pastoreava as ovelhas, escutaram dois relâmpagos que antecederam a aparição de uma mulher vestida de branco no auto de uma carrasqueira. A considerada representação de Maria comunica aos videntes que apareceria na mesma data por seis meses, e acrescenta que após isso comunicaria o que pretendia (TORGAL, 2011, p. 41). Nesse viés, a imagem comunica às crianças que eles seriam portadores das mensagens que ela queria transmitir ao povo, e, sucessivamente, durante os seis meses, a santa torna a aparecer (STEIL, 2003, p. 29).

Devido ao local isolado e ao caráter privado das primeiras aparições, o evento passou a ser propagado paulatinamente na região da Serra, na imprensa regional e nacional. Contudo, aos poucos a história começou a ser divulgada na região inóspita da Serra de Aire, despertando a curiosidade da população. No entanto, é só a partir da terceira aparição que o evento passou a ter uma maior repercussão, tornando assunto de jornal. Nesse momento, a Virgem pede para que os videntes voltassem ao local no próximo dia 13, como também pede para que rezassem o terço a Nossa Senhora do Rosário para que abrandasse a Guerra. Os eventos seguiam as mesmas características de como apareceu pela primeira vez, no mesmo local antecedido por um relâmpago (TORGAL, 2011, p. 41 – 44).

Em uma matéria realizada pelo jornal *Diário de Pernambuco* acerca das aparições de Nossa Senhora no dia 13 de maio a outubro de 1917, narra-se sobre a grande influência do culto a Fátima mundialmente, no qual se tornou o maior centro religioso de Portugal, como também um dos mais concorridos do mundo. A matéria continua descrevendo as curas de doenças pelos devotos, o que fez do santuário de Fátima na Cova da Iria uma nova Lourdes (A IGREJA..., 1935, p. 10).

Dessa forma, estes santuários servem como um lugar terapêutico, onde os devotos podem encontrar a cura milagrosa para as suas enfermidades (STEIL, 2003, p. 28). Carlos Steil acrescenta ainda que a igreja incentiva a crença nos milagres para combater as ideias racionalistas secular (STEIL, 2003, p. 28). Diante disso, após o reconhecimento dessas aparições por parte da Igreja, os eventos de Lourdes e Fátima foram divulgados em todo mundo, se tornando um referencial para outras aparições no pós-guerra, tornando-se símbolo de origem e como modelo para diversas outras aparições no mundo (STEIL, 2003, p. 10 – 29). A partir de uma cultura visionária estabelecida por líderes religiosos objetivando estruturar o culto mariano internacional, inúmeras outras aparições surgiram com base no modelo estabelecido a partir dessas aparições na Europa. Com estes eventos tomando conotações internacionais, tornam-se um símbolo de combate e: “[...] o pólo de “irradiação moral” da resistência ao comunismo, o centro espiritual cristão dessa “luta da civilização contra a barbárie [...]” (TORGAL, 2011, p. 13 – 14)”.

Logo, os eventos ocorridos no Brasil também seguem um modelo estabelecido por estas aparições, partindo de novas representações e devoções, como o caso das possíveis aparições de Nossa Senhora da Graça (1936) em Cimbres – Pernambuco. É nesse sentido que as aparições de Fátima são utilizadas como um ponto de oposição às ideias

modernizantes e anticlericais, passando a lutar pela restauração de um país cristão (TORGAL, 2011, p. 13 – 14).

Compreendemos que as interpretações realizadas acerca das mensagens de Fátima estavam intimamente ligadas ao contexto sociocultural, político e econômico do período, não apenas de Portugal, mas em uma esfera global, com críticas ao republicanismo, ao anticlericalismo, ao discurso anticomunista e todas as questões que envolvem o pensamento moderno (MOURA, 2016, p. 563). Nesse sentido, o santuário de Fátima tem um papel importante na organização do culto mariano em todo mundo, pois “[...] Fátima tematiza particularmente a clivagem política produzida pelo contexto internacional da Guerra Fria” (STEIL, 2003, p. 31).

Em uma matéria, o jornal *Diario de Pernambuco* de 1934, discorre sobre os benefícios para o Recife a partir da expulsão dos Jesuítas de Portugal, que viabilizaram a construção do primeiro templo dedicado a Fátima fora de Pernambuco, como também contribuíram para a formação do culto mariano no Brasil e a organização de novas devoções no país (COUSAS..., 1934, p. 02).

A principal razão para a vinda destes religiosos para as terras brasileiras na virada do século foram, especialmente, devido às afinidades entre o Estado, Igreja, e o movimento de Restauração da Igreja (MOURA, 2016, p. 576). Como também, devido o exílio de inúmeros religiosos no Brasil a partir da proclamação da República e a cultura laicista instauradas em Portugal.

A respeito disso, inúmeros portugueses se refugiaram no estado de Pernambuco, preenchendo assim o vazio que a falta de religiosos havia deixado nas paróquias (CASALI, 1995, p. 74). Deste feito, torna – se evidente que a permanência destes membros religiosos em Pernambuco ocasionou em trocas culturais e o fortalecimento do culto mariano no Brasil, tendo em vista que ao se instalarem nas cidades, deram continuidade aos projetos que já vinha se desenvolvendo em suas dioceses (MOURA, 2016, p. 576).

Sendo assim, as aparições de Fátima e a articulação dos líderes religiosos em prol de internacionalização do culto mariano estavam alinhadas as agitações políticas, religiosas e culturais representadas no processo de secularização, implementação do comunismo e o avanço do protestantismo ou qualquer prática religiosa e cultural que não fossem de preceitos católicos (MOURA, 2018, p. 142).

De tal maneira, as aparições de Fátima contribuíram para o fortalecimento de uma identidade Católica em Portugal, com um discurso politizado de combate às doutrinas de esquerda (MOURA, 2018, p. 142). Assim, entendemos que tais questões foram

fundamentais para a formação do culto mariano no Brasil. Com base nisso, iremos analisar a atuação de intelectuais e líderes católicos para a construção desse culto mariano internacionalmente, e sua chegada e permanência no Brasil.

### “EU SOU A GRAÇA”: AS APARIÇÕES DE NOSSA SENHORA EM CIMBRES

As possíveis aparições de Nossa Senhora da Graça surgem a partir de agosto de 1936, na Aldeia da Guarda – em Cimbres (Pernambuco), protagonizada pelas crianças Maria da Luz e Maria da Conceição. No momento em que as crianças supostamente veem a representação de Maria, a região era assolada por ataques de cangaceiros, disputas religiosas, bem como o medo do comunismo. De tal maneira, no ano em que ocorreu às supostas aparições, um possível ataque de cangaceiros fez diversos moradores se refugiarem no Sítio da Guarda, localidade onde as crianças supostamente viram Nossa Senhora (QUERÉTTE, 2006, p. 33).

Maria da Luz confirmou o caso quando foi indagada acerca dos eventos em Cimbres, onde relatou que mulheres da família tinha se escondido nas matas para se esconder do grupo de lampiões (SILVA, 2003, p. 71). Essas ocorrências fizeram com que os habitantes do lugar ficassem inseguros, apegando-se a manifestações divinas (QUERÉTTE, 2006, p. 76). Com isso, pudemos notar que o fator social é uma das primeiras causas para o surgimento da virgem, tendo em vista que a população pedia proteção divina por medo dos ataques feitos pelo grupo de Lampião na cidade (AGUIAR NETO, 2016, p. 11 – 28).

É nesse contexto que acontecem as possíveis aparições de Nossa Senhora da Graça. Acerca do evento, Severino Silva (SILVA, 2003, p. 69) afirma que o Sítio da Guarda, lugar onde supostamente as meninas viram a representação de Maria, pertencia a Arthur Teixeira, e Auta pais de Maria de Luz. O autor narra o acontecimento:

[...] Maria da Luz, que na época tinha 14 anos, e sua amiga Maria da Conceição, de 15 anos, teriam visto uma senhora com uma criança, no alto do penhasco, nesse sítio. Narraram depois que, de maneira surpreendente, foram levadas ao topo do penhasco e mantiveram uma conversa com a aparição. Souberam então que se trata de Nossa Senhora, a mãe de Jesus (SILVA, 2003, p. 69).

Letícia Querétte também discorre sobre o momento em que as meninas possivelmente veem a representação de Maria. Enquanto caminhavam na mata, uma

menina pergunta o que a outra faria se o lampião aparecesse. Rapidamente a amiga responde: “[...] “Nossa Senhora haveria de dar-nos um jeito para este malvado não nos ofender” e, ao olhar para o topo da montanha, a amiga viu uma imagem de mulher com uma criança nos braços” (QUERÉTTE, 2006, p. 33).

Quando as videntes voltaram para casa e relatam o fato a família, o pai de Maria da Luz, incrédulo, vai até o local com as meninas com temor de que o que as meninas tenham visto era um cangaceiro. Quando chegam na localidade, a virgem torna a aparecer, mas apenas as meninas veem. O Sr. Artur, pai de Maria da Luz, pede para que a filha pergunte a Santa quem era ela, e a suposta aparição respondeu: “Eu sou a Graça” (QUERÉTTE, 2006, p. 33).

Múcio Aguiar Neto (2016, p. 41) cita que neste momento ocorreu a primeira manifestação de milagre, talvez em resposta à incredulidade do pai acerca do evento. Nesse ensejo, escuta-se o som da pedra rolar do alto do monte na direção deles e, segundo relatos, foi jogada na parede e não os atingiu. Acredita-se que isso tenha ocorrido em resposta a indagação feita pelo Sr. Artur, sendo reconhecida como o primeiro milagre. Após as primeiras manifestações surgiram inúmeros outros relatos de milagres, sendo uma das principais dela o caso da pedra que jorrava água e curava doenças, como sinal da presença da Santa (QUERÉTTE, 2006, p. 41 - 42).

*O Jornal Pequeno* (NO LUGAR..., 1936, p. 01 - 02) mostra o possível local milagroso onde as videntes supostamente avistaram a Santa e de onde jorrou a água milagrosa. O lugar tem em volta uma multidão de fiéis, com relatos de curas de enfermidades e manifestações de milagres. De vários lugares de Pernambuco vinham devotos para o sítio da Guarda para visitar o local onde supostamente apareceu Nossa Senhora da Graça (SILVA, 2003, p. 69). Houve também pressões da diocese e da polícia para controlar a presença de fiéis no local, temendo que o espaço tornasse um ponto de fanatismo religioso (QUERÉTTE, 2006, p. 41 - 42).

Nesse ensejo, a Igreja procura impor limites em relação ao acesso no território, colocando-se como mediadora das manifestações, visando manter o controle social e a hegemonia (NETO, 2016, p. 43), pois não era interessante para a hierarquia eclesiástica que um grupo de leigos tivesse contato direto com o sagrado, pois temia que isso pudesse colocar em risco o “arcabouço social” (SILVA, 2003, p. 72). Apesar da tentativa do silenciamento do acontecimento, em nada influenciou na devoção da população, que continuou frequentando o espaço reunindo centenas de fiéis em busca de milagres.

Para atestar a veracidade das aparições, o bispo Dom Adalberto Accioli Sobral designou o monsenhor José Kehrlé para investigar acerca do evento em Cimbres (SILVA, 2003, p. 72). Apesar das duas meninas virem a Santa e Maria da Conceição ser mais velha, apenas Maria da Luz vai depor as autoridades acerca do que ocorreu. Severino da Silva explica que isso ocorre porque Maria da Conceição era franzina e parecia mais nova. O autor acrescenta que as condições sociais da menina também tenham interferido, tendo em vista que ela era negra, advinda de uma família pobre, sendo adotada pela família de Maria de Luz que tinha uma condição de vida melhor em relação a bens materiais (SILVA, 2003, p. 71).

Posteriormente, Kehrlé realizou perguntas individuais a cada uma das crianças para assim averiguar a veracidade. Maria da Luz e Maria da Conceição, apesar de serem entrevistadas separadamente, respondem sem divergências.

Conversa em idiomas que as meninas não têm acesso. Latim, a língua oficial da Igreja, o idioma que os padres utilizam na missa para consagrar e elevar aos céus as orações do povo. A Senhora deve entender. Ela o faz. Ele tenta o alemão, o idioma de sua terra, seu idioma pátrio. A Senhora responde através das adolescentes. Não, não é dom de línguas que as crianças possuem. Elas só expressam no seu próprio linguajar. Não são tradutoras. São mensageiras. O monsenhor Kehrlé se convence da veracidade da aparição [...] (SILVA, 2003, p. 72)

Apesar de procurar meios para culpar a vidente de acusações falsas acerca do evento (SILVA, 2003, p. 72), as interrogações realizadas por José Kehrlé atestaram a defesa do evento que, na continuação do questionário, o padre faz perguntas em latim e alemão e as meninas responderam em português (MOURA, 2019, p. 07; AGUIAR NETO, 2016, p. 45). O padre Kehrlé, ainda em busca da veracidade da aparição e com base na doutrina católica, percebeu que o termo “Graça”, de grande simbologia da Igreja, também demonstrava a similaridade com outros fenômenos, como é o caso de Lourdes (AGUIAR NETO, 2016, p. 48). Compreende-se, portanto, que as perguntas majoritariamente possuem um teor político, contra o comunismo, com a aproximação de membros da Igreja ao cunho conservador e a penitência para a salvação dos “castigos”.

Como já fora mencionado, a Igreja católica tentou abafar as aparições em Cimbres, proibindo também que Maria da Luz pudesse ingressar na vida religiosa, no qual vai estudar em Garanhuns na congregação Damas Cristã após ser impedida de estudar no colégio das irmãs Dorotéias (SILVA, 2003, p. 74). Entendemos que uma das razões para o silenciamento do evento em Cimbres também tenha ocorrido devido ao pedido do

Cardeal D. Sebastião Leme para tornar Nossa Senhora Aparecida a padroeira do Brasil, tornando o catolicismo um símbolo nacional.

Sendo assim, com a centralidade em uma devoção de símbolo nacional, as aparições de Nossa Senhora da Graça não foram reconhecidas, pois poderia atrair mais féis e não era interessante para o contexto político e religioso da época (QUERÉTTE, 2006, p. 105). Com isso, concordamos com as colocações realizadas por Múcio Aguiar Neto, no qual enxerga estes acontecimentos como um impasse para os projetos desenvolvidos pela Cúria Romana (AGUIAR NETO, 2016, p. 35). Assim, “ao nosso entender, para a Igreja, o fenômeno da aparição de Cimbres, bem como de figuras messiânicas, vinha como um acontecimento prejudicial à proposta romanizadora da hierarquia religiosa [...]” (AGUIAR NETO, 2016, p. 35).

Compreendemos que a visibilidade das aparições em Cimbres se deu pela perda de capacidade da Igreja em controlar os eventos, no qual posteriormente voltaram a ganhar destaque. Dessa maneira, as aparições que por muito tempo foram abafadas pela hierarquia eclesiástica, logo retomaram com bastante fervura em meados da década de 90 e Maria da Luz reaparece agora se chamando “irmã Adélia”, não mais como vidente, mas como mensageira de Maria (STEIL, 2003, p. 11).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto, pôde – se constatar que os videntes que supostamente avistaram Nossa Senhora, tanto em Portugal quanto em Cimbres, possuíam características similares. Sendo assim, no caso das aparições de Fátima, ocorreram a crianças, pastores de ovelhas, em uma região que estava sofrendo de fome, epidemias e em um contexto de guerra. Semelhantemente, as aparições de Nossa Senhora da Graça, no interior de Pernambuco, ocorreram também a crianças, nesse caso protagonizado por Maria da Luz e Maria da Conceição, em uma região assolada por secas, ataques de cangaceiros, disputas de terras e o medo do comunismo.

Ademais, comumente os relatos das aparições marianas estão associados a um contexto de crise, ameaça de peste ou fome, em que Maria surge como intermediadora entre Deus e o povo, ou, “[...] advogada do povo junto a Deus [...]” (STEIL, 2003, p. 27). Destaca – se também que grande maioria dos videntes são pessoas de camadas mais vulneráveis da sociedade e não possuem um elevado nível de conhecimento da religião (STEIL, 2003, p. 26), algo que não é visto de bons olhos pela

hierarquia eclesiástica. Posto isto, “Os videntes dessas aparições, aos quais Maria confere a missão de anunciar o verdadeiro destino do mundo, são geralmente **crianças camponesas, humildes, iletradas**, com dificuldade de aprender e, muitas vezes, doente” (STEIL, 2003, p. 28, grifo nosso).

Nota – se, portanto, que ambos os eventos ocorrem em momentos de efervescência política, social e religiosa com mensagens, escatológicas, voltadas para o contexto político, apontando penitências e rezas para a solução destas questões. De tal maneira, compreendemos que, geralmente, parte das mensagens de Nossa Senhora é voltado para os problemas advindos da globalização e das mudanças culturais, como também a falta de fé da população (THEIJE, 2003, p. 39).

Dessa forma, podemos ver como as aparições, mesmo que determinados padrões se repitam, se modificam de acordo com o espaço social que ela se manifesta. Dessa maneira, pode – se identificar características comuns nessas aparições marianas, que embora seguem um esquema padronizado, se modificam, acrescentando aspectos de cada localidade, com novos significados e atribuições (STEIL, 2003, p. 23 – 26).

Com a pesquisa, pudemos considerar também que os fenômenos no mundo luso-brasileiro foram acompanhados do combate ao comunismo, anticlericalismo, crise social e ascensão de movimentos conservadores. Logo, “os eventos em Pesqueira, assim como, os ocorridos em Fátima também foram utilizados para a legitimidade de um discurso político” (MOURA, 2019, p. 08).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZZI, Riolando. *A Neocrisandade: um projeto restaurador*. São Paulo: Paulus, 1994.
- A igreja do collegio Nobrega será inaugurada hoje. *Diário de Pernambuco*. Recife, 08 set. 1935.
- AZZI, Riolando. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo: tomo II/3-2: terceira época: 1930 – 1964 / Riolando Azzi, Klaus van der Grijp*. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- CASALI, Alípio. *Elite intelectual e restauração da Igreja*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- COUSA da cidade: a igreja do collegio Nobrega. *Diário de Pernambuco*. Recife, 19 nov. 1934.
- PURDY, Sean. A história comparada e o desafio da transnacionalidade. *Revista da História Comparada*. Rio de Janeiro: 64-84,6-1, p. 67, 2012;

MOTA, Jaqueline Ferreira da. História das religiões, uma proposta metodológica. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**. Vol. 13 Ano XIII nº 1, p. 01 – 13, Jan./jun. 2016.

MOURA, Carlos André Silva de. “Não tenhas medo [...]”, “[...] eu sou a graça”: A formação de uma cultura visionária em Portugal e no Brasil entre 1917 e 1942. **ANPUH – Brasil**. 30º simpósio nacional de História – Recife, 2019.

. *et.al.* **História, narrativas e religiões: diálogos sob o olhar da cultura**. 1.ed – Recife: Editora EDUPE, 2018.

\_\_\_\_\_. **Histórias Cruzadas: intelectuais no Brasil e em Portugal durante a Restauração Católica (1910 - 1942)**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais / Universidade de Lisboa, 2018.

\_\_\_\_\_. “Não tenhas medo”: a formação de uma cultura visionária em Portugal e suas práticas e representações no Brasil (1917 – 1940). **Topoi (Rio J.)** [online]. Jul./dez. 2016, vol.17, n.33, pp.561-585

\_\_\_\_\_. “Não tenhas medo”: os intelectuais católicos na formação do culto a Nossa Senhora de Fátima (1917 – 1935). In. CAVALCANTI, Erinaldo; CABRAL, Geovanni. **A história e suas práticas de escrita: leituras do tempo**. Recife: Editora UFPE, 2015.

NETO, Múcio Rodrigues Barbosa de Aguiar. **Maria, Mariana na serra do Ororubá – PE (1936-2016)**. 92 F. Dissertação (Mestrado em ciências da religião) – Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, Recife, 2016.

NO lugar onde aparece a Santa está jorrando agua milagrosa. **Jornal Pequeno**, Recife, 02 set. 1936.

QUERÉTTE, Letícia Loreto. **Onde o céu se encontra com a terra: Um estudo antropológico do santuário de Nossa Senhora das Graças na Aldeia Guarda, em Cimbres (Pesqueira – PE)**. 144 F. Dissertação (Mestrado em antropologia) – Universidade de Pernambuco – UFPE, Recife, 2006.

MAINWARING, Scott. **A igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)**; Tradução: Heloisa Braz de Oliveira Prieto. 1. reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SILVA, Eliane Moura da. Introdução. Religião: da fenomenologia à História. In. SILVA, Eliane Moura da; BELLOTTI, Karina Kosicki; CAMPOS, Leonildo Silveira (Org.). **Religião e Sociedade na América Latina**. São Bernardo do Campo: Metodista, 2010. VIDA religiosa: sera inaugurada amanhã a igreja de N. S. de Fátima. **Diário de Pernambuco**. Recife, 07 set. 1935.

STEIL, Carlos Alberto. As aparições marianas na história recente do catolicismo. In. (org) STEIL, Carlos Alberto; MARIZ, Cecília Loreto; REESINK, Mísia Lins. **Maria entre os vivos: reflexões teóricas e etnografias sobre as aparições marianas no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SILVA, Severino Vicente da. Nossa Senhora das Graças da Vila de Cimbres. In. (org) STEIL, Carlos Alberto; MARIZ, Cecília Loreto; REESINK, Mísia Lins. **Maria entre os vivos: reflexões teóricas e etnografias sobre as aparições marianas no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

THEIJE, Marjo de; JACOBS, Els. Gênero e aparições marianas no Brasil contemporâneo. In. (org) STEIL, Carlos Alberto; MARIZ, Cecília Loreto; REESINK, Mísia Lins. **Maria**

**entre os vivos**: reflexões teóricas e etnografias sobre as aparições marianas no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

TORGAL, Luís Filipe. **O sol bailou ao meio-dia**: a criação de Fátima. 1. Ed. Lisboa: Tinta da China, lda, 2011.

VISÃO confortadora! Duas creanças, perdidas na matta, viram Nossa Senhora. **Jornal Pequeno**, Recife, 02 set. 1936.

## O encarnado como sina da gênese brasileira

Jéssica Viana Marques  
Universidade Federal de Camina Grande  
jessica.viana@estudante.ufcg.edu.br

João Balduino de Brito Neto  
Universidade Federal de Camina Grande  
joao.balduino@estudante.ufcg.edu.br

A trajetória do vermelho na história é extensa, teve e tem múltiplas simbologias, é a cor do amor, da paixão, do quente, mas também da violência e do sangue. E a história do Brasil é também a história do vermelho, a América se torna local de exploração e exportação não somente do valioso ouro e prata, mas o encarnado viaja aos desejos da aristocracia europeia. Tal artigo possui como finalidade primordial fazer um estudo sobre a cor vermelha e suas apropriações históricas, explanando a relação desta entre ameríndios e europeus e o misticismo nela criado secularmente. O recorte metodológico usado foram amplas pesquisas na plataforma *online*, mas tendo como base o clássico do polímata Gilberto Freyre, “Casa Grande & Senzala” (1933), e o estudo sobre cores do historiador e antropólogo francês Michel Pastoureau (2019). Destarte, é observado a importância da cor vermelha para um culto autóctone, uma crença local e uma aristocracia além-mar, tal vermelho insígnia de status e riqueza, um traço indígena, uma marca da gênese brasileira.

Palavras-chave: Vermelho. Brasil. Ameríndio. Europeu.

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Encarar o vermelho hodiernamente é um desafio ao julgar o cenário político mundial e a caminhada histórica de sua ressignificação desde meados de 1917, com a ascensão proletária russa na Revolução Bolchevique, posteriormente com as novas insurreições comunistas, a linha de comunicação direta entre Estados Unidos e União Soviética através do telefone vermelho durante a Guerra Fria, e, mais próximo de nosso tempo presente: a volta do temor ao vermelho pela nova direita. "Cada cor tem um lado bom e um lado mau, seja qual for a época", interpõe Michel Pastoureau (2019). Em vista disso e contraditoriamente, há muito o encarnado era tomado por uma gama de significações enaltecidas; logo, o intuito deste trabalho é analisar a trajetória da cor vermelha durante a chegada portuguesa na então ilha de Vera Cruz, e delimitar o valor místico que possuía para os povos autóctones, e, em contrapartida, valor aristocrático para a sociedade do Velho Mundo; realçando, então, tal desejo, seja espiritual e protetor, nobre, ou mesmo de conotação sexual, que o vermelho distintamente representava.

A busca europeia pela cor vermelha é milenar, a História da Arte apresenta pormenorizadamente seu uso desde as primeiras experiências do homem com as pinturas rupestres a sua incessante procura intensificada durante a Idade Medieval e a tenra Modernidade, pois o vermelho era a cor por excelência, simbolicamente rica e grandemente venerada sobretudo pelos ocidentais. Contudo, os tons de vermelho que circulam a história europeia desde a Antiguidade são em todo distintos, bem como a forma utilizada para apanhá-los. A título de exemplo, o vermelho cinábrio era muito querido pelos romanos, que o abusavam em suas casas e murais pela cidade - conservados por séculos em cor vívida -, haja vista, sua extração era feita em minas espanholas por escravos capturados e obrigados a trabalhar em ambientes altamente tóxicos, devido ao teor do produto, para satisfazer os desejos da nobreza romana.

Reconhecemos então tal interesse europeu que floriu mais uma vez com a descoberta dos novos tons de vermelho na América; em especial, Portugal se destaca por influências de negros africanos, mouros e indígenas, que contribuíram para colorir os telhados das casas lusitanas, os vestidos das portuguesas, os cultos ao sagrado, realçar as artes plásticas e também o imaginário popular. É enfatizado no decurso do texto que as referências são de fato escassas, tendo ciência que a temática não é amplamente trabalhada no contexto o qual a pusemos, mas não nos impede de traçar os enigmáticos significados e desejos milenares pelo opulente vermelho. Pois, a presença portuguesa no

embrionário Brasil denota não somente uma troca econômica e um estabelecimento político e hierarquizado, mas uma interculturação que precisa ser desenvolvida e ser igualmente relevante para a compreensão de tais povos, tendo início pelo vermelho.

## DA AUTORIDADE À CRENÇA: O VERMELHO NO OCIDENTE

A temática das cores vai para além de questões naturais ou simplistas, abarcando mesmo o meio político e religioso; o estudo do historiador Michel Pastoureau (2019) guiar-nos-á em sua compreensão, em que é enfatizando que as cores são também construções culturais, isto mediante a interferência do homem, que procura agrupar, classificar e mesmo hierarquizar ou ressignificá-las. Logo, buscaremos explicitar como a construção do vermelho se deu inicialmente e seus processos de ressignificações - por vezes exclusivistas - no que tange a história europeia, para melhor compreendermos no que o vermelho significava para os portugueses e assimilar os primeiros passos do contato destes com os indígenas e o pau-brasil.

É fato que a procura pelo vermelho se tornou uma constante para os ocidentais e curiosamente dominante em achados arqueológicos das primeiras manifestações artísticas feitas pelos povos primeiros, “pré-históricos”. Antes mesmo de se tornar uma importante cor para o coletivo nobre, principalmente antigo e medieval, o vermelho desempenhava papel significativo na vida das primeiras sociedades. Segundo Pastoureau (2019) em sua ilustre obra “Vermelho – A história de uma cor”, este possuía tripla função: dêmica, profilática e estética, e permanece assim por séculos. Observamos então com simples pesquisas que a paleta de cores no período Paleolítico era limitada, a tríade cromática dominante era vermelho, preto e branco, mas nota-se que mesmo após essa paleta diversificar-se, a preferência ainda era pelo encarnado, tendo sua procura intensificada nos séculos porvir.

O vermelho possuiu diversos significados desde a sua concepção como a cor primordial, tida por vezes até como sinônimo da própria cor, relacionada à mística ou nobreza ainda na tenra idade, mas como grifado, dois elementos eram sempre associados ao encarnado, independentemente de sua época:

[...] nos dois principais referentes dessa cor: o fogo e o sangue, dois elementos naturais que formam com o vermelho uma associação quase imediata, presente na maior parte das sociedades em qualquer época da sua história. (PASTOUREAU, 2019, p. 29)

Diante disso, segundo o Mini Aurélio Século XXI Escolar, 2001, **ver.me.lho 1. adj.** Da cor do sangue, do rubi. Com uma simples análise neste minidicionário de língua portuguesa da nossa era, vemos que o vermelho se destaca, pois, pela referência a cor do sangue, explicada pelo historiador acima; mas se formos além, e questionarmos livremente a quaisquer sujeitos sobre os significados do vermelho, relacionarão este quase em unanimidade com um ou outro: o fogo ou o sangue.

Ao avançarmos às idades Antiga e Média, tomamos o encarnado como um símbolo mais nobre que místico ou ritualístico, apenas um toque de vermelho revelaria raízes reais, o triunfo de generais romanos era celebrado com seu corpo pintado à escarlate; como símbolo de sua autoridade, Carlos Magno pintou seu palácio de vermelho. É no Império Bizantino em que examinamos mais a associação do encarnado com a religiosidade, ainda representando a autoridade eclesiástica e real, mas concomitantemente simbolizando o sangue de Cristo e os mártires cristãos.

Destarte, houveram também casos extremos relacionados ao vermelho que é relevante destacar neste trabalho. Pastoureu, em uma entrevista concedida ao Nascer do Sol, 2019, afirma que durante a época de João Calvino, em meados do século XVI em Genebra, haviam severas restrições quanto ao uso da cor, que era a cor do Papa e também dos católicos; os que mesmo assim o fizessem, estavam sujeitos a multas ou encarceramento, ou mesmo serem condenados à morte. Aos ditos comuns, ou lhes sobravam a proibição ou a péssima qualidade de produtos, no que concerne a segunda situação, era por meio da planta *rubia tinctorum* que tingiam seu vestuário, porém, ao lavar a peça ou esta entrar em contato com o sol, logo era desbotada, assumindo um tom vermelho tijolo. Já as grandes autoridades usavam os insetos *kermes* para tingir sua indumentária, reproduziam um vermelho vivo e brilhante e sobretudo duradouro; um processo complexo, que consistia em esmagar as fêmeas *kermes* para obtenção de tal cor, o que elevava os preços, tornando inacessível aos pobres, e restringindo-o ainda mais às classes abastadas.

Em contrapartida, os acontecimentos do fim do século XV e início do século XVI revolucionaram o imaginário do Velho Mundo, as viagens ultramarinas garantiram não somente a riqueza europeia, como terras a colonizar e povos a submeter, mas principalmente uma nova fonte escarlate.

## MISTICISMO, CRENÇA E RITUALÍSTICA

Quando buscamos as mais profundas raízes do nosso país, encontramos o vermelho em todas as circunstâncias, especialmente na nomenclatura: Brasil. Partindo de questões naturais, acredita-se que o nome é derivado da árvore pau-brasil, explorada secularmente pelos europeus, que garantia a tintura vermelha aos corpos simbolicamente pintados dos indígenas, ao mesmo tempo que era levado à nobreza portuguesa. Todavia, o filólogo Adelino José da Silva Azevedo alega que a origem etimológica é celta, *barkino* – em espanhol passou a ser *barcino*, e posteriormente Brasil –, porém o termo é encontrado também no antigo idioma fenício. O território que a princípio possuiu muitos nomes foi transformado pelos portugueses simplesmente em “brasil”. À vista disso, o termo tudo tem a ver com a coloração vermelha, já que “pau-brasil” deriva de “pau em estado brasil”, que por sua vez remete a “pau em estado de brasa”, referente a coloração encarnada encontrada na *ibira piranga*, nome dado pelos indígenas ao pau-brasil, árvore vermelha.

Tendo em vista a ampla gama cultural que residia nos primeiros anos do Brasil, tomando suas concepções e modos particulares, cada tribo poderia compreender o mesmo fenômeno em perspectivas distintas, sendo o vermelho envolto em ambiguidades. A clara heterogeneidade das tribos do território luso-brasileiro enriquece o debate sobre as culturas documentadas pelos portugueses, visto que os ameríndios bem exploravam a multiplicidade de significados da cor tão venerada pelos povos do leste. Exemplificando, alguns desses povos acreditavam que pintar o corpo de vermelho afastaria o mal durante a caça ou a pesca, e que era uma forte proteção contra insetos e maus espíritos; a pintura tinha função mística, profilática e até erótica. O uso de “apetrechos” de cor vermelha acompanhados de batoques, penas, ossos e dentes de animais, era remédio contra os maus da natureza.

Segundo o exposto, o renomado polímata de *longue durée*, Gilberto Freyre, contribui grandemente com a escrita acerca dessa temática, trazendo em seu trabalho “Casa-grande & senzala”, de 1933, um rico debate a seu respeito:

[...] trata-se de um costume místico, de proteção ou de profilaxia do indivíduo contra espíritos ou influências más. Mas a influência maior parece ter sido a do índio, para quem a pintura do corpo de encarnado (urucu) nunca foi a expressão de simples gosto de bizzaria que pareceu aos primeiros cronistas. (FREYRE, 2006, p. 173)

Freyre nos traz as questões do uso do urucu – fruta que nasce em árvore – ou uru’ku, “vermelho”, pelas tribos da América e deixa claro que vão além de simples gostos estéticos, são usos dotados de profundidade religiosa. *A priori*, o uso do óleo de *urucu*

repelia insetos e protegia durante a caça e a pesca, resguardava o indígena da ação do sol e além disso,

[...] a pintura do corpo desempenhara entre os indígenas do Brasil função puramente mística, de profilaxia contra os espíritos maus, e, em números menor casos erótica, de atração ou exibição sexual. (FREYRE, 2006, p. 173)

Desse modo, é importante ressaltar que a coloração engloba raízes de significados antes mesmo da presença de Cabral e de sua dominação e imposição (também) cultural sob os indígenas. Acerca das fontes as quais criamos o corpo do texto, do misticismo que envolve o uso do encarnado pelos autóctones, são infelizmente limitadas e exclusivamente da obra freyriana, expondo o ponto de vista de Freyre e colonizadores, e por isso, abordamos tal ponto de forma mais breve e um tanto repetitiva.

Freyre usa as pesquisas do etnólogo K. Von Den Steinen (1855-1929) para expor algumas questões acerca do encarnado. Em cerimônias fúnebres, pois, onde acreditava-se que os espíritos maus eram abundantes, e era comum a várias tribos cobrirem-se de vermelho para repeli-los. Todavia, cada tribo possuía suas particularidades, por exemplo, como frisado pelo etnólogo alemão T. Koch-Grünberg, o uso do encarnado quando alguém adoecia era costume dos indígenas do rio Negro, já os recém-nascidos eram pintados de vermelho como medida profilática nas tribos dos kobeua, entre os tupi do litoral, e também entre os coroados (FREYRE, 2006). Havia, ademais, o costume de as mulheres buscarem o vermelho durante o período da menstruação e antes e depois de parir, costume atribuído a desinfecção de maus espíritos, visto entre os toba; e também de homens e mulheres pintarem-se na convalescença para criarem forças. Estes estão entre vários dos exemplos que temos acerca do uso, da importância e da crença da/na cor vermelha para os povos indígenas.

Rapidamente, percebemos a ambiguidade do vermelho e a infinitude de suas significações e ressignificações na riqueza cultural nativa. Em contrapartida ao exposto no primeiro título, o sentido monocórdico que o europeu transformou o encarnado – opulente e hierárquico – foge inteiramente da pluralidade cultural e religiosa indígena encontrada no Brasil, onde o mesmo vermelho que percorria o imaginário e os corpos nativos foi vendido e violado violentamente pela ganância colonialista.

## O ‘VERMELHO POR EXCELÊNCIA’ DO NOVO MUNDO

A descoberta do Novo Mundo foi o cerne da história europeia, do mercantilismo e da violência em seu estado natural, o colonialismo. O banquete à europeia dizimou mundos naturais, culturais, religiosos e mesmo comunidades nativas inteiras, o ameríndio sempre foi tido como insensível à ética, lhes foram negados seus valores e seus mitos associados à sua “pobreza de espírito”, o mesmo ocorre com seu território, é vilipendiado, vantajosamente explorado e literalmente roubado. A tríade dominação-exploração-roubo assola o território brasileiro desde a chegada portuguesa em 1500, a admiração do colono logo é tomada pela devastação e o interesse econômico. Isto posto, novos horizontes se abriam ao homem branco nessa desconhecida terra, que passou a ter acesso, acima de tudo, a uma nova fonte para o encarnado, um novo método de tintura e um novo monopólio: o pau-brasil.

Como posto anteriormente, alguns nuances de vermelho circularam até o fim da Idade Média, mas o Novo Mundo revolucionou também a paleta de cores europeia. A presença portuguesa no novo território logo se solidificou e uma curiosa árvore utilizada pelos nativos em tingimentos foi alvo de seu interesse; de resina avermelhada, prontamente planejaram a exploração da *caesalpinia echinata* – nome científico da árvore –, que se estendia por quase toda a Mata Atlântica. O ouro que de cara não foi encontrado pelos lusitanos, foi inicialmente substituído pelo vermelho. Na obra de Francismar Aguiar e Reinaldo Pinho, “Pau-brasil. *Caesalpinia echinata*. Árvore nacional”, é apontado que ainda no ano de 1500, a primeira nau que voltou à Portugal para anunciar a descoberta de terras já levava algumas toras de pau-brasil. Vale destacar o texto de Aguiar e Pinho no que se refere ao primeiro contato português com o pau-brasil:

[...] [na] ocasião do descobrimento, chamou a atenção dos navegantes portugueses uma árvore de cujo lenho era preparada uma tinta de cor vermelha empregada no tingimento de penas. “Ibirapitanga” era o nome usado pelos nativos, que significa, em tupi, madeira vermelha. Este corante de imediato passou a ser utilizado pelos europeus, em substituição a um outro similar produzido com o “sappan” para tingir tecidos.” (AGUIAR e PINHO, 2007, p. 16)

De imediato o pau-brasil tornou-se matéria-prima e produto mais que essencial à economia portuguesa, que chega a quase exaurir a árvore em meados do século XVII com intensificações no quesito exploração. Pois além de sua propriedade em tingimentos, a madeira do pau-brasil também era utilizada na fabricação de móveis e instrumentos musicais, em especial o violino, onde era requerida por sua tonalidade e qualidade. Deste modo, a exportação da árvore duplamente qualificada aos gostos europeus despertou

interesses também de vizinhos, os franceses, que arriscaram o tráfico de pau-brasil ainda na década de 30 no século XVI, mas que falharam e recuaram devido ao poderio português.

Consoante o exposto, para os portugueses, em particular, a cor vermelha também estava dotada de significados decorrentes do seu contato com mouros, negros africanos e posteriormente ameríndios. O vermelho tornou-se sinal de riqueza e *status*, as roupas encarnadas, *exempli gratia*, eram destinadas a cardeais e membros da realeza, enquanto os demais cidadãos guardavam as roupas tingidas em vermelho para grandes festividades, ocasiões mais que especiais, o que explica a importância e o interesse pela *caesalpinia echinata* ainda no embrionário Brasil. A cor era, então, usada e ansiada fortemente no que tange a estética, tanto nas artes plásticas como na moda, em decorações de interiores e relacionada, também, ao desejo, casamento e amor; indo além, pois, voltando-se ao misticismo com a profilaxia, como também exposto na questão anterior – e decorre desta influência maior –; era usada para afastar os males, isto é, como medida de proteção, e desse modo, barcos de pesca, fitas em animais, pintura e produtos industriais estão entre os vários meios onde também predominavam tal cor. O meio artístico é o principal que nos relata sua relevância dentro da sociedade lusitana:

As telhas do teu telhado  
São vermelhas, tem virtude.  
Passei por ellas doente,  
Logo me deram saude. (TOMHÁS, 1923, p. 16)

Assim, fica evidente que na Europa a cor vermelha era vigorosa, simbólica e mística, como foi trabalhado anteriormente, e por isso muito foi investido em amplas áreas do conhecimento para que essa coloração estivesse sempre presente, fosse afastando o mau, atraindo o que era bom ou simplesmente como uma insígnia de poder e beleza, mesmo que isso lhes custasse fortunas e florestas – de outrem.

Ademais, o encarnado também possuía conotação aquém da mística e ritualística, como explicitado nos pontos anteriores: o sexual feminino foi muito explorado a partir do vermelho. Muito associado com a cor da paixão, do amor e dos desejos, o contato português com os mouros culminou na construção lusitana do imaginário escarlate também brevemente trabalhada na obra freyriana, posto isto, a relação da mulher e o erotismo aos olhos do homem branco se dá:

O longo contato com os sarracenos deixara idealizada entre os portugueses a figura da moura-encantada, tipo delicioso de mulher morena e de olhos pretos, envolta em misticismo sexual – sempre de encarnado, sempre penteando os cabelos ou banhando-se nos rios ou nas águas das fontes mal-assombradas – que os colonizadores vieram encontrar parecido, quase igual, entre as índias nuas e de cabelos soltos do Brasil. Que estas tinham também os olhos e os cabelos pretos, o corpo pardo pintado de vermelho, [...] (FREYRE, 2006, p.35).

O erotismo feminino segundo o encarnado é pouco abordado por Freyre, por isso infelizmente partimos somente de uma perspectiva exclusivamente masculina e branca, que idealiza tanto a mulher moura quanto indígena vestidas ou pintadas de vermelho, e são nesses corpos vermelhos nativos e estrangeiros que a sexualização e, por conseguinte, a violência, irão vigorar.

O encarnado é a marca primeira do contato de sociedades díspares que encontraram na coloração uma maneira de (re)interpretar a ação humana social e culturalmente. Encontrar a vastidão vermelha natural que cobria a Mata Atlântica de cima a baixo permitiu que o prestígio português se firmasse, com indígenas e terras a colonizar, mas não somente. A Europa e seu vermelho virtuoso dotado de imenso poderio, jamais imaginaria que um outro vermelho habitasse terras longínquas, e que conseqüentemente, esse outro se sustentava a partir da crença e da arte. Vermelhos estes inteiramente distintos, não apenas em tons, mas em representações, e que se perderam em muito, mas também em muito ganharam-se.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo das cores fornece um amplo cenário para trabalhar com a interpretação subjetiva a partir de fatos, e é diante disso que construímos a teoria do vermelho como sina da origem brasileira, segundo a representação do pau-brasil para os dois povos, os que já utilizavam sua resina e outros materiais para extração do encarnado, e os que por acaso se depararam com uma rica região litorânea a explorar.

Ao decorrer do texto, é claramente perceptível as divergências quanto ao uso do vermelho por múltiplas sociedades, e como a cor desempenha papel imprescindível tanto na construção cultural, como social e política, e por vezes abarcando diversos significados em uma mesma era. Na contemporaneidade, o imaginário popular esbanja vermelho, é associado aos símbolos de proibição e alerta, também ao sangue e ao fogo naturais, mas ainda resguarda a herança do vermelho opulente e prestigiado simplesmente quando

brincamos em receber um indivíduo em tapete vermelho, ou ainda a presença do mesmo tapete em grandes cerimônias de premiação marcadas com a presença de ilustres convidados, como o Nobel e o Oscar, ou simples premiações de música; vemos também o tapete vermelho simbolicamente conduzindo a noiva ao altar em casamentos.

Além desta herança, o encarnado é vinculado a uma cor política desde meados dos séculos XIX e XX, quando não apenas o vermelho, mas cada movimento político possui uma cor, temos o verde para os ecológicos, o preto para os anarquistas, o roxo para as feministas, e assim por diante. Mesmo dicionários mais recentes relacionam o encarnado à política, segundo o Grande Dicionário Unificado da Língua Portuguesa, 2009, **vermelho** 4. POP. Revolucionário de esquerda. Delimitamos, pois, que hoje mais que nunca as cores refletem a política crua e seu caótico bipartidarismo, que por sua vez retorna aos dizeres de Pastoureau (2019) sobre os dois lados de uma cor – bom ou mau –; e com base nisso, tomamos a visão política: ao enxergamos bandeiras e mantos vermelhos sentiremos intensa admiração ou profundo temor. Mas além de tudo, a cor da revolução conserva raízes naturais e também além-mar, marca o encontro com o diferente, a quase extinção de uma árvore, dá nome a um Estado, desenvolve um desejo secular e fomenta uma crença restauradora.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Francismar F.; PINHO, Reinaldo. *Pau-brasil. Caesalpinia echinata. Árvore nacional*. São Paulo, 2007.
- BBC Brasil. *Brasil vem de 'vermelho como brasa'? Mapa global identifica origens dos nomes dos países*. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-44109810>>. Acesso em 25 de novembro de 2020.
- FREYRE, G. *Casa-grande & Senzala*. 56ª edição, São Paulo: Global Editora, 2006.
- PASTOUREAU, Michel. *Vermelho – A história de uma cor*. Tradução de José Alfaro. Lisboa: Orfeu Negro, 2019.
- SARAIVA, José Cabrita. *Entrevista a Michel Pastoureau: "Cada cor tem um lado bom e um lado mau, seja qual for a época"*. Nascer do Sol, 4 de nov. 2019. Disponível em: <<https://sol.sapo.pt/artigo/676140/entrevista-a-michel-pastoureau-cada-cor-tem-um-lado-bom-e-um-lado-mau-seja-qual-for-a-epoca>>. Acesso em: 26 de novembro de 2020.
- THOMÁS, Pedro Fernando. *Canções populares da beira*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1923.

## REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BARBOSA, Maria Ignez. **O poder de uma cor**. O Estado de São Paulo, 19 de jul. 2008. Disponível em: <<https://emails.estadao.com.br/noticias/casa-e-decoracao,o-poder-de-uma-cor,208957>>. Acesso em: 25 de novembro de 2020.

KISNER, Pauline. **Vermelho: a história por trás da cor**. A modista do desterro, 15 de jan. 2019. Disponível em: <<http://amodistadodesterro.com/vermelho-a-historia-por-tras-da-cor/>>. Acesso 10 de dezembro de 2020.

RUSSAKOFF, Anna. **Review by Anna Russakoff**. American University of Paris. H-France Review, vol. 18, no. 14, p. 1-5, janeiro, 2018.

## Práticas educativas em ações extensionistas: Abordagens para o Currículo de História na Educação básica

Ewerton Rafael Raimundo Gomes  
Universidade Estadual da Paraíba  
ewertonrafael08@gmail.com

Joice Silva Ferraz  
Universidade Estadual da Paraíba  
joyce.ferraz@aluno.uepb.edu.br

A extensão universitária possibilita o diálogo entre o ambiente acadêmico e o contexto escolarizado através de práticas em que numa perspectiva dialógica permitem articular relações de aprendizagem entre os acadêmicos de história, em sua formação inicial, e os educandos na educação básica. Partindo destes aspectos enfatizamos os sentidos e significados da extensão na formação do historiador e na aprendizagem escolar. As práticas extensionistas são currículos praticados e que permitem articular o saber escolar com outros conhecimentos. Este artigo tem por objetivo, discutir sobre o lugar da extensão universitária na educação básica. Trata-se de um relato de narrativa de experiência com o projeto de extensão intitulado “Cine Literário, fotografia e oralidade: práticas do currículo intercultural” numa escola pública na cidade de Queimadas- PB. A ação metodológica desenvolvida foi a pesquisa-ação através de trabalhos com eixos temáticos com alunos e alunas do ensino fundamental II. A prática da extensão no ambiente escolar permite a formação educativa dos acadêmicos de história envolvidos nesta ação pedagógica e contribui na escola na interface de saberes.

Palavras-chave: Práticas extensionistas. Currículo. Educação básica. Ensino de História.

### Agradecimentos

Agradecemos à Profa. Dra. Patrícia Cristina Aragão pelas orientações, conselhos e grandes contribuições para que este artigo acontecesse e também pela confiança depositada em nosso trabalho e pela oportunidade de participar do projeto de extensão acadêmica que nos proporcionou experiência e conhecimento para elaboração deste material.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por finalidade problematizar as relações presentes entre o currículo e os projetos de extensão, entrelaçando a importância que se tem as práticas extensionista tanto no meio acadêmico como no espaço escolarizado. Advogamos a ideia de que a extensão como um campo curricular desenvolve o currículo praticado possibilitando, a interface entre saberes, o acadêmico e o escolar, contribuindo para aprendizagens multireferenciais.

Este trabalho fomenta discutir a extensão no contexto escolar, apresentando práticas extensionistas como enriquecedoras na participação de acadêmicos e discentes da escola. Ressaltamos que os projetos de extensão são espaços formativos que no contexto da licenciatura em história, colaboram na formação profissional, daí a importância e o papel nas escolas e na educação básica como uma produtora e difusora de saber.

O artigo tem como objetivo refletir sobre a extensão universitária como espaço formativo na educação básica que desenvolver práticas educativas que contribuem para o currículo da educação básico. Nossa proposta é mostrar como as práticas extensionistas contribuem para formação em história, na sala de aula da educação básica, em que os saberes práticos e teóricos produzidos pelos projetos de extensão se colocam como meio de aprendizagem e articulação entre a universidade e sociedade, através da escola.

Conforme assegura Paulo Freire (1977), a extensão tem compromisso social, dando impulso a chamada educação popular e seu caráter de educação em um sentido não elitistas, e de se ter esse entrelaço entre a academia e comunidade, permite a construção de abordagens e temáticas pertinentes sobre povos excluídos ou marginalizados pela sociedade elitista. Mediante estes aspectos, muito se confundiu os projetos de extensão com assistencialismo, justamente porque durante muito tempo, a extensão universitária teve este caráter assistencialista, ou seja, uma versão vertical dos projetos de extensão, onde ele seria o único detentor, produtor e reproduzidor de conhecimento, e que a sociedade se colocaria apenas como receptora destes conhecimentos, mas como problematizaremos, a extensão universitária transcende a esta visão assistencialista. Advogamos a ideia de que extensão é participação/articulação/integração/diálogo e conversação, estes são elementos fundamentais para que a extensão nas comunidades, sobretudo, comunidade escolar possa fluir.

Trabalhamos a partir das ideias desenvolvidas por Gadotti (2017), Andrade (2004), Costa (2010), Ferreira e Gabriel (2008) e Freire (1977). Trata-se de um artigo de reflexão, baseado em relato de experiência de projeto de extensão intitulado “*Cine Literário, fotografia e oralidade: práticas do currículo intercultural*” realizado em uma escola pública da cidade de Queimadas-PB, projeto proposto a partir da área de história, onde trabalhamos com turma do ensino fundamental II.

A proposta foi trabalhar com o audiovisual, proporcionado pelo cinema em diálogo com a literatura pode propiciar o diálogo, mediados pelos projetos, com as crianças e adolescentes da escola, contribuindo também na formação acadêmica do discente de história, além disso, a participação na extensão proporciona a experiência de trabalhar na comunidade, de levar a teoria aprendida na universidade até a sala de aula na educação básica, ou seja, até as aula de História, articulando conhecimentos teóricos e práticos. Outro aspecto é o fato de que a participação em projetos de extensão colabora para a formação profissional do futuro docente em história. Como destaca a Ilza Araújo de Andrade.

Essa relação teoria e prática viabilizada pela extensão possibilita uma troca de saberes que tem como consequência a produção de um conhecimento de novo tipo, resultante do confronto teoria/realidade, conhecimento científico/saber popular, que é apropriado pelo estudante universitário de uma forma crítica e engajada socialmente, enriquecendo a sua formação (ANDRADE, 2004, p. 34).

Trabalhar a importância dos projetos de extensão para a educação básica é fundamental, pois eles permitem as articulações sociais e comunicativas entre a universidade e a escola, no tocante ao conhecimento socioeducacional que vai ser adquirido pelo profissional de História, em um contexto da participação das extensões nas escolas e o conhecimento enriquecedor que pode ser produzido através desta experiência, fomentando assim, um enriquecimento cultural, social e educacional na formação em História, no mesmo sentido em que se tem essa troca de saberes entre o meio universitário e a sociedade em si.

Acreditamos que a extensão universitária constrói um currículo que intercultural, pois, propicia a dialogicidade entre escola-universidade, corroborando nos projetos político-pedagógicos escolares, com metodologias que permite o trabalho com a transversalidade de temáticas que visem se conectar com a educação básica. Na formação inicial em História, a extensão permite ao acadêmico adquirir certificações e vivências da

realidade que irão fomentar em sua conclusão de graduação, que levarão os alunos de História a publicarem, sendo artigos ou resumos, participação em eventos e participação nos ademais movimentos da universidade

## EXTENSÃO, CURRÍCULO E EDUCAÇÃO: PARA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE HISTÓRIA

A extensão, em seu princípio fundador no Brasil, tem como o objetivo de ter a dualidade entre os campos, acadêmico e a sociedade, neste sentido, problematizamos os projetos de extensão como produtores e reprodutores de conhecimento Gadotti (2017). Neste sentido, ao abordar a extensão, podemos trazer em duas vertentes, em seu sentido mais acadêmico, ou em seu saber popular, onde ambas se configuram e se entrelaçam, ambos os saberes estão presentes dentro dos projetos de extensão, justamente por sua configuração, que se caracteriza por esse encontro de comunidade e universidade.

Ao falarmos de extensão chamamos atenção de Paulo Freire, e como o mesmo pensou e contribuiu na concepção de extensão universitária, tendo em vista que os projetos de extensão presentes na universidade, permitem a abertura dos vínculos com a sociedade e as camadas populares, camadas marginalizadas e excluídas como o povo (Gadotti, 2017). Esta visão acerca dos projetos de extensão por Paulo Freire, tinha como uma das grandes características também, a sua resistência ao elitismo, tanto da sociedade em si, como as elites chamadas “do saber”, as que detinham o conhecimento dentro das universidades, de certa forma a própria universidade em si, e redirecionar toda a esquemática dos projetos de extensão para o ensino popular, que entrelaçasse os conhecimentos popular e acadêmico, trabalhar a extensão como uma “ação cultural”.

Em relação a discussão sobre educação popular, adentrou nas universidades por volta de 1970, que em seus princípios político-pedagógico Paulo Freire vem destacar a importância de teorizar a prática para transformá-la, conhecer a legitimidade do saber popular, a harmonização entre o formal e informal Gadotti (2017). Para Freire (1977) a educação popular vem no sentido de uma formação em que o povo ganha força através da educação, de se conscientizar enquanto classe, como homem e mulher do campo, ou um ser marginalizado da sociedade. Neste sentido, Gadotti destaca:

A Educação Popular tem hoje a cara dos **movimentos sociais** (GOHN, 2009), lutando por moradia, pelo acesso à terra, por direitos humanos, ecologia, saúde, emprego, diversidade étnica, racial, de gênero, sexual

etc. A Educação Popular como modelo teórico reconceituado pode oferecer grandes alternativas tanto para a educação formal quanto para as universidades, aqui entendida como um paradigma, como uma **concepção geral de educação** e não, simplesmente, como a **educação das classes populares** (GADOTTI, 2017, p.7).

Neste sentido, coloca-se como importante, a curricularização da extensão, justamente por a mesma compor um dos três “pilares” da universidade, que são: ensino, pesquisa e extensão. Desta forma, falar em curricularização da extensão é institucionalizar e legitimar a sua importância, tanto no âmbito da universidade como no campo da sociedade e das comunicações e trocas culturais entre ambas, o entrelaçamento de trazer a sociedade para a universidade e levar a universidade até a sociedade.

Com isto, a extensão apresenta o sentido de integralidade que é fundamental, pois permite dialogar com os projetos pedagógicos escolares e suas configurações. Assim, com a curricularização da extensão universitária, temos a não fragmentação da educação e a criação de projetos políticos pedagógicos, onde a mesma passa a ter sua própria metodologia, com mecanismos próprios para se configurar como instituição legítima da universidade, e que entre na participação da formação dos professores de História, entrando também nas Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (ACC), colaborando assim, para o cumprimento das horas extra-curriculares, atividades onde o aluno deverá cumprir fora de sala de aula.

Com isto, a extensão se imbuindo de currículo, e se fortalecendo de métodos e critérios avaliativos, garante ao acadêmico e ao discentes da escola básica articulações e troca de , ao mesmo tempo em que permite ao acadêmico sua experiência teórica e prática, a partir do momento em que garante participações e cumprimento das ACC sua participação via extensão universitária, permite que tenha vivências e experiências da sobre a realidade escolar, enfatizando o contexto educacional e social, de tal fato, a extensão deve ser pensada como espaço formador, sobre isto a Aryana Lima Costa 2010 dialoga que:

Além de trazer à tona uma lógica que é preciso ser repensada na universidade, a da disponibilidade dos alunos da graduação, o professor sugere uma “inversão” na maneira em que se pensa a “extensão”: ao invés de colocá-la como saída dos muros da universidade, ele propõe justamente o contrário, trazer a sociedade para dentro da universidade. O que não deixa de significar um diálogo entre os dois (COSTA, 2010, p.43).

A partir destas problematizações acerca da importância dos projetos de extensão universitária, estes apresentam possibilidades formativas, educativas e culturais, pois, educam para pensar o contexto e articula-se com as culturas escolares de cada localidade. Ao falar sobre a extensão universitária como formativa, chamamos atenção fato do graduando sair da sua zona de conforto apenas alçados nos estudos teóricos e nos permite estar em conexão com a vivência do ser professor no dia-a-dia e criar constructos teórico-metodológicos que venham a dar certa carga de sabedoria enquanto profissionais da educação.

Ao mesmo tempo em que se tem esse aprendizado por parte do extensionista onde adquire o acadêmico adquire os conhecimentos da realidade sobre/da/com a sociedade em si, onde as escolas e a comunidade coloca-se como produtora de conhecimentos, a universidade através da extensão se coloca como produtora e difusora de conhecimento que a partir dos projetos de extensão, são compartilhadas com a sociedade e as escolas, com isso, a participação da extensão universitária se insere como de grande valor no que tange a soma de conhecimentos que podem colaborar para a educação básica.

A extensão universitária proporciona ao extensionista de maneira prática a relação entre a pesquisa e o ensino de História. É a partir da extensão que o discente tem a oportunidade de ampliar suas habilidades práticas no ensino e pesquisa, tendo em vista que a extensão proporciona com orientação um espaço de autonomia para que o extensionista aplique de forma prática o saber teórico acumulado ao longo do curso. Conforme Freire (2020): “não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino” e será a partir desse movimento de receber conteúdo teórico, pesquisar e aplicar que o extensionista exerce o que Freire denominou de “pedagogia da autonomia”.

Com a extensão o licenciando poderá ter contato com o seu ambiente de trabalho de forma que irá familiariza-lo contribuindo para que a sua relação com o seu objeto de pesquisa e ambiente de trabalho seja mais fluída, uma relação baseada na troca de aprendizagem, dessa forma o discente do ensino superior pode a partir de uma vivência experimentar a aplicação do ensino de História. Mas o que seria a aplicação do ensino de História? O extensionista ao ter simultaneamente contato com o conteúdo teórico-metodológico e o ambiente escolar, junto ao seu orientador, consegue visualizar o desenrolar do ensino de História, visto que ele transita pela posição de aluno e professor contribuindo para o desenvolvimento de uma aula mais dinâmica, conforme evidencia AMORIM (2017):

Um dos desafios do processo de formação de professores de História é conscientizar os licenciandos quanto à construção do saber histórico. É levá-los a reconhecer que o sujeito que se encontra no espaço escolar é dotado de saberes, valores e memórias, e que o professor é um agente de transformação desses diferentes conhecimentos. Essa ação de agregar conhecimentos aos saberes que os estudantes já trazem consigo consiste numa dialética de significações e ressignificações produzidas em meio às interações. Tais interações podem ser desenvolvidas em diferentes espaços de aprendizagem, além da sala de aula (AMORIM, 2017, p. 181).

É através dos projetos de extensão que a academia se aproxima da sociedade, essa aproximação se torna importantíssima no tocante a troca de aprendizagem, dessa forma a universidade e o ensino básico se relacionam e podem potencializar o ensino de História, visto que ocorre uma interligação entre os saberes científicos e os saberes populares, pois conforme evidencia Freire (2020): “ensinar inexiste sem aprender e vice-versa, e foi aprendendo socialmente que, historicamente, homens e mulheres descobriram que era possível ensinar”. Ao ter contato com a comunidade o extensionista consegue visualizar a importância da memória coletiva para o ensino de História, ter contato com os alunos é entender que os seres mesmo em formação não são folhas em branco a serem preenchidas e que as vivências, os conhecimentos populares, a memória coletiva e a interação do sujeito com o ambiente faz parte da sua construção e que o professor de História deve saber utilizar todo saber disponível em prol da otimização e ampliação do conhecimento e dos métodos de ensino, a partir da argumentação de Freire (2020):

Por isso mesmo pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária –, mas também, como há mais de trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos (FREIRE, 2020, p. 31).

Dessa forma, além da extensão universitária propiciar um ambiente de inovação aos acadêmicos em formação, também integraliza a sociedade e a universidade, viabilizando que o extensionista produza cientificamente pesquisas que contribuem significativamente com a comunidade. Com isto, o professor e historiador em formação poderá utilizar a sala de aula como o seu ambiente de pesquisa, tendo em vista que muitas vezes o ofício do historiador colocado em contraposição ao ofício do professor de História, a extensão é uma forma de integralizar essas duas práticas que se

complementam, “é pura lógica: para ensinar a produzir conhecimento histórico é preciso ser capaz de produzir esse conhecimento” (NEVES, 2004, p. 25).

É a partir da pesquisa histórica e do ensino da história, que se pode ensinar a ser um sujeito histórico, neste sentido, a extensão com ações no campo do ensino de história se complementam, proporcionando ao extensionista a oportunidade de produzir conhecimento histórico e pesquisa. Na comunidade escolar é possível construir conhecimentos cujas vivências estejam pautadas na realidade social de discentes. Um conhecimento capaz de diminuir as barreiras entre a academia e a comunidade, transformando assim a extensão em uma forma de integralizar o ensino de formação ao ensino aplicado, tornando os cursos de licenciatura mais eficientes, tal eficiência seria pautada na ciência e experimento empírico das relações entre a universidade e a comunidade, entre o docente em formação e o discente.

Os projetos de extensão são formas de praticar o currículo intercultural, em que a relação entre escola-universidade permite e colaborar para diferentes diálogos de culturas e saberes promotores de interação social, como diz FERREIRA e GABRIEL (2008).

Afinal, embora a extensão permaneça ocupando os espaços que, historicamente, vieram sendo destinados a ela, luta por sua aceitação formal nos currículos acadêmicos produzindo sentidos que apostam na sua “integração com as atividades de ensino e pesquisa”, assim como na sua institucionalização por meio da contagem de créditos na formação universitária (FERREIRA e GABRIEL, 2008, p.192).

Asseguramos a partir do que trata Ferreira e Gabriel (2008), pois a extensão enquanto espaço formativo, aproximar a realidade social e educativa da escola básica, para o acadêmico em formação.

## RELATO DE EXPERIÊNCIA COM AÇÕES EXTENSIONISTAS

Neste tópico chamamos atenção para o debate em torno do relato de experiência vivenciada através do projeto de extensão intitulado “Cine Literário, fotografia e oralidade: práticas do currículo intercultural” da Universidade Estadual da Paraíba – campus I, cujas atividades foram desenvolvidas na cidade de Queimadas –PB na Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio Vital do Rêgo, em turmas de nono e sétimo ano respectivamente durante o ano de 2019.

No projeto de extensão, as atividades pedagógicas foram desenvolvidas através de palestras, mini-cursos, eventos e oficinas pedagógicas temáticas, para que a interação/integração de alunas e alunos pudesse fluir isto gerou o enriquecimento de saberes entre a universidade e a escola, através das temáticas sobre a cultura nordestina, entrelaçando sempre com os temas transversais de etnia-raça e gênero, o que nos permitiu múltiplos aprendizados, tanto por parte de quem estava envolvido na universidade com estas ações, como por parte dos discentes da escola básica. Desenvolvemos um trabalho educativo em que as linguagens de filmes, músicas, cordéis e curtas-metragens nos permitiram perceber que estas foram experiências exitosas para a participação das turmas e dos extensionistas.

Em relação a Universidade e o desempenho da extensão torna-se fundante nas experiências formativas vivenciadas por todos os participantes do projeto de extensão mencionado. Foi um momento muito importante da formação universitária. A participação na extensão, nos permitiu o acesso ao conhecimento da educação básica, a partir da vivência sala de aula de história, com todas as suas características, em suas situações sociais, culturais, educacionais e vivenciais, onde sentimos um pouco de como é o cotidiano de docente em História.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da interface entre universidade e escola, construída nos projetos de extensão universitária, sua curricularização e seu processo de participação na educação e formação dos futuros professores de História e discentes da educação básica, percebemos as inúmeras possibilidades que estes projetos apresentam em termo de amadurecimento acadêmico. Ressaltamos o papel fundamental das extensões universitárias no contexto educacional, como também na participação da troca de conhecimentos entre a universidade e a sociedade, extensões estas que passaram por momentos de deslegitimação ou de subversão em relação aos currículos, ou que muitas vezes podem até serem deixadas de lado pelos alunos de graduação, mas mesmo assim, a extensão ultrapassa estes limites e traz toda uma movimentação de formação educacional, tanto no eixo universitário, como no eixo da educação básica, e esta dualidade de saberes e conhecimentos que se entrelaçam entre comunidade e universidade.

Os projetos de extensão são como o próprio Paulo Freire destaca e defende, um “pilar” fundamental da academia, que tem como grande dever, possibilitar o diálogo entre universidade e as camadas populares da sociedade, se constituindo sempre com um papel social, papel esse que deve ser difundido e reproduzido nos demais meios sociais, e que deve dar consciência e voz a população marginalizada, como também poder, no sentido de trazer poder as classes populares de nossa comunidade, tentando desmanchar e desestruturar as elites regentes nos campos da nossa sociedade e universidade, possibilitando um espaço acadêmico para todos, um espaço acadêmico que integre a sociedade em suas problemáticas e vivências. Trazer uma extensão com essa dualidade universidade e meio popular significa justamente afirmar e legitimar os discursos do nosso grande educador Paulo Freire, no sentido de dar voz ao povo, os colocar como produtores e reprodutores de conhecimento e saber, não apenas uma pequena parte elitista das universidades, em que a ética universal se faça presente no meio acadêmico e as práticas de humanização do ensino.

Por fim, trazer a importância do currículo para os projetos de extensão, pois isto significa os institucionalizar e os legitimar, no sentido de como já foi muito bem explicado e contextualizado, de colocar metodologias, avaliações e critérios de onde a extensão possa-se ser de grande valia nos meios acadêmicos e sociais, onde ela tenha grande valia na construção e formação dos futuros professores de História e o enriquecimento de seu currículo, mesmo com todas as lances que vem a atingir a extensão para a fomentação de um processo de diálogo entre universidade e sociedade.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, O. Érika. **Ensino de História: como a extensão universitária potencializa a formação profissional**. Rev. História Hoje. [online]. Carangola, 2017, vol.6, n.11, p. 172-190.

ANDRADE, Ilza Araújo Leão de. **A importância da extensão universitária na estruturação dos novos currículos**. In: CABRAL NETO, Antônio (Org.). *Flexibilização curricular: cenários e desafios*. Natal: EDUFRRN, 2004. p. 31 - 39.

COSTA, A. L. **A extensão na formação de profissionais de história**. Rev. Bras. Hist. [online]. São Paulo, 2010, vol.30, n.60, pp. 35-53.

FREIRE, Paulo. **Extensão e comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 66ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FERREIRA, M. S. & GABRIEL, C. T. (2008). **Currículos Acadêmicos e extensão universitária: sentidos em disputa**. ETD – Educação Temática Digital, v.9, nº esp., p. 185-200.

GADOTI, Moacir. **Extensão Universitária: Para quê?**. Instituto Paulo Freire, São Paulo, 15 fev. 2017. Disponível em: <https://www.paulofreire.org/noticias/557-extensao-universitaria-para-que> Acesso em: 15 set. 2020. p. 1-18.

NEVES, Joana. **O Ofício do Historiador: entre as fontes, a narrativa e o quadro de giz**. In. FLORES CHAVES, Elio e BEHAR / Regina (Org.). **A formação do Historiador – Tradições e Descobertas**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2004. p. 17-28.

## Entre índios e colonos: O Senado da Câmara e as dinâmicas sociais na Vila de Portalegre, Capitania do Rio Grande do Norte (1762- 1806)

Iara Cristina Soares Silva  
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte  
iaracristsilva@gmail.com

O Diretório dos Índios foi um projeto de “civilização” e colonização vigente no Brasil durante a segunda metade do século XVIII. Por meio dele, as Missões foram elevadas a vilas e os índios passaram a conviver com brancos, estimulados à assimilação e tutelados por um Diretor. Nesse contexto foi criada, em 1762, a Vila de Portalegre, na Capitania do Rio Grande do Norte, que passou a contar com um Senado da Câmara. Essa pesquisa é parte da monografia intitulada “Entre índios e colonos: o Senado da Câmara e as dinâmicas sociais nos sertões da Capitania do Rio Grande do Norte – Vila de Portalegre, 1762-1806” e tem como objetivo analisar a influência do Senado da Câmara da Vila de Portalegre nas dinâmicas sociais locais, entre 1762 e 1806, tendo em vista o contexto de vigência do Diretório dos Índios. Para isso foram utilizados o Livro das Sessões do Senado da Câmara de Portalegre, a Direção para Pernambuco, o Livro de Tombo da Paróquia de Portalegre e documentos sob a guarda do IHGRN e do AHU.

Palavras-chave: Diretório dos Índios. Vila de Portalegre. Senado da Câmara. Dinâmicas sociais.

## INTRODUÇÃO

O *Diretório que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão, enquanto Sua Majestade não mandar o contrário*, conhecido como *Diretório dos Índios* ou *Diretório Pombalino*, foi um projeto de “civilização” dos índios e, ao mesmo tempo, de colonização do Brasil. Criado por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal, para o Estado do Grão Pará e Maranhão, do qual era governador e capitão-general, foi empregado em 1757 e mais tarde, em 1758, se estendeu para o Estado do Brasil, elevando as missões à vilas e lugares portugueses, entre outras resoluções. Dentre as mudanças implantadas pelo *Diretório*, destacavam-se: a obrigatoriedade da Língua Portuguesa; o estímulo ao trabalho agrícola, visando a produção de excedentes para o comércio; o incentivo aos casamentos entre índios e brancos, por meio dos quais estes últimos obteriam privilégios; o exercício de cargos públicos pelos índios; e o estabelecimento de um Diretor, que passou a administrar os índios juntamente com o Senado da Câmara (LOPES, 2005).

O Senado da Câmara, instituição que representava os interesses da Coroa no ultramar, era composto por um ou dois Juízes Ordinários, três Vereadores e um Procurador, escolhidos dentre os “homens bons”, indivíduos que possuíam poder econômico e político, além de descendência portuguesa. O Senado possuía poderes legislativos, econômicos, fiscais e jurídicos, de modo que por meio de multas, correições e aferições afetava o cotidiano da população em diversos aspectos (BARBOSA, 2017). No caso das Vilas de Índios, era constituído também por índios, conforme as exigências do *Diretório* para a sua assimilação.

Nesse contexto e em meio à colonização das capitanias do norte foi criada a Vila de Portalegre, em 1762, a partir da Missão do Apodi, composta por índios Paiacu, aos quais se juntaram os Caboré e os Icozinhos. Diferente das demais Vilas de Índios da Capitania do Rio Grande do Norte, a Vila de Portalegre estava localizada nos sertões, distante da Cidade do Natal, logo dotada de dinâmicas e práticas diferenciadas (LOPES, 2005).

Esta pesquisa é parte da monografia intitulada “Entre índios e colonos: o Senado da Câmara e as dinâmicas sociais nos sertões da Capitania do Rio Grande do Norte – Vila de Portalegre, 1762-1806”, defendida e aprovada no dia 21 de dezembro de 2020 e tem como objetivo analisar a influência do Senado da Câmara da Vila de Portalegre nas dinâmicas sociais locais, entre 1762 e 1806, tendo em vista o contexto de vigência do

Diretório dos Índios. Para isso, foram utilizados documentos de posse do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), principalmente os que compõem o *Livro das Sessões do Senado da Câmara de Portalegre (1771-1794)*; a *Direção com que interinamente se devem regular os índios das novas vilas e lugares eretos na Capitania de Pernambuco e suas anexas*, adaptação do Diretório para a Capitania de Pernambuco e anexas; Cartas de autoridades sob a guarda do Arquivo Histórico Ultramarino, disponíveis através do Projeto Resgate Barão do Rio Branco; e o *Livro de Tombo da Paróquia de Portalegre*, de posse da Cúria Metropolitana de Natal, os quais foram transcritos e analisados qualitativamente.

### AS DUAS FACES DO DIRETÓRIO: NOBILITAÇÃO E EXPLORAÇÃO

Em Portugal havia a cultura por parte da Coroa de fornecer a seus vassallos, em troca dos serviços prestados, terras, ofícios e cargos, bem como honras e privilégios, o que foi ampliado com a expansão de seus domínios no ultramar e, conseqüentemente, de suas instituições. Dessa forma, se antes a elite da Vila de Portalegre, oriunda de Apodi e regiões próximas, era composta por ricos donos de terras, com a instauração da Câmara surgiu uma nova forma de ascensão social, que foi denominada pela historiografia de “Economia do bem comum”.

Tratava-se de um tipo de economia de serviços, em que a elite cortesã monopolizava os principais cargos e ofícios no paço, no exército e nas colônias. Como remuneração por tais serviços, ela recebia novas concessões régias que poderiam ser acumuladas e ainda adquirir a forma de novos serviços, como a administração de outros bens da coroa ou de postos com mais prestígio (FRAGOSO, 2001, p. 44).

Nesse sentido, encontramos na Vila de Portalegre um personagem que teria feito proveito dos privilégios fornecidos pela Coroa e se destacou dentre os membros da elite local: Antonio Batista Filho, de quem falaremos neste tópico. Sua trajetória política teve início em 13 de dezembro de 1771, quando seu nome saiu em barrete para o cargo de Juiz Ordinário, principal cargo do Senado da Câmara (TERMO DE VERAÇÃO DE 20 DE NOVEMBRO DE 1771). Normalmente as eleições se realizavam anualmente por meio da abertura dos pelouros, sorteio de listas de candidatos previamente organizadas e aprovadas pelo Ouvidor. O barrete, por sua vez, era uma eleição improvisada com o fim de escolher um indivíduo para ocupar um cargo específico devido a impossibilidade

daquele que havia sido anteriormente eleito no pelouro o ocupar, o que ocorria, geralmente, por recusa ou mesmo morte. Para a definição do novo oficial se convocavam os “homens bons da República” e se fazia uma votação, o que por si só já sugere que Antonio Batista Filho possuía influência dentre os membros da elite local.

Em 1775, Antonio Batista Filho aparece novamente, não mais como Oficial da Câmara, mas como Diretor dos Índios, além de ter adquirido a patente de Capitão das Ordenanças, corpos militares responsáveis pela manutenção da ordem na vila (TERMO DE VERAÇÃO DE 23 DE JANEIRO DE 1775). Os membros das Ordenanças eram selecionados pelo Senado da Câmara juntamente com o Corregedor, que indicavam os candidatos mais aptos à função, os quais acabavam por representar os interesses das elites locais (NOGUEIRA, 2010). Nesse sentido, a indicação de Antonio Batista Filho para o posto de Capitão das Ordenanças da vila e, provavelmente, para o cargo de Diretor dos Índios, ocorreu devido sua relação anterior com os camarários.

Mesmo enquanto ocupava o cargo de Diretor na vila, o Capitão foi Juiz Ordinário, em 1781 e Juiz de órfãos, em 1786. Ser um Oficial da Câmara por si só era sinônimo de nobreza; porém seus privilégios iam além do poder político, caracterizando-se como uma possibilidade de acumulação de riquezas, inclusive por meio do controle do comércio (SAMPAIO, 2010). Tendo em vista isso, nota-se uma entrada do Capitão Antonio Batista Filho nas atividades econômicas da vila em 1784, quando no dia 28 de fevereiro arremata, por 12\$000 réis, as terras das vazantes da antiga Missão do Apodi por um ano, terras que por serem próximas a um rio eram propícias ao comércio de grãos e cereais em quantidade suficiente para o comércio (AUTO DE ARREMATAÇÃO DAS VAZANTES DA ANTIGA MISSÃO DO APODI).

Em 1789, outro indivíduo assumiria o Cargo de Diretor dos Índios, de forma interina: João Gonçalves Leite, que em 1784 havia sido Escrivão da Câmara e que não possuía patente militar (TERMO DE VERAÇÃO DE 26 DE SETEMBRO DE 1789). O Capitão Antonio Batista Filho, por sua vez, arrematava neste ano, por 150\$100 réis, as rendas da Lagoa Nova e Picos, provavelmente subúrbio da vila de Portalegre. Essa renda funcionaria de forma semelhante àquelas retiradas das terras das vazantes da antiga Missão do Apodi, englobando desde o lucro com cultivos, até aqueles relacionados com a pesca (AUTO DE ARREMATAÇÃO DAS TERRAS DA LAGOA NOVA E PICOS).

Ainda em 1789, o filho do Capitão, Antonio Batista Filho Junior, arrematou no valor de 93\$000 réis as rendas das terras da vila por triênio que, não especificadas, sugerem uma área mais abrangente. Curiosamente, seu fiador foi o próprio pai, que assim

incentivou seu filho a seguir seus passos nesse ramo (AUTO DE ARREMATACÃO DAS RENDAS DAS TERRAS DESTA VILA POR TRIÊNIO). Esse e os casos anteriores demonstram que o militar adotou a arrematação e o arrendamento de terras como fonte de renda nos períodos em que não dispunha dos privilégios oferecidos pelos cargos camarários e pela função de Diretor, ao mesmo tempo em que passou a ter maior controle sobre o comércio local, arrematando o contrato das carnes em 1791, já com a patente de Tenente Coronel (TERMO DE VEREAÇÃO DE 28 DE FEVEREIRO DE 1791).

A trajetória do Tenente Coronel Antonio Batista Filho se encerra em 1794, quando falece enquanto ocupava o cargo de Tesoureiro dos Órfãos. Seu filho, Antonio Batista Filho Junior, por sua vez, é escolhido pelo Senado da Câmara em 1788 para ocupar o cargo de Vereador no lugar do índio João Gomes Soares, que havia pedido autorização do Senado para ir até Pernambuco fazer requerimento ao Governador. O mesmo teria sido escolhido por já ter ocupado a função anteriormente, levando-nos a constatar que seu pai não seria o último nobre da família (TERMO DE VEREAÇÃO DE 23 DE FEVEREIRO DE 1788).

Dessa forma, na Vila de Portalegre, a arrematação de terras, o contrato das carnes e o comércio se mostraram grandes instrumentos de acumulação de riquezas, a exemplo do Tenente Coronel, que fez uso das honras e privilégios oferecidos pelos cargos camarários, militares e de Diretor para adentrar no universo econômico da vila e, ao mesmo tempo, adquirir poder político, compondo a nobreza civil local. Estratégia semelhante era utilizada também pelas autoridades indígenas, cada vez mais familiarizadas com o sistema colonial, embora com algumas limitações.

Com o Diretório dos Índios, as honrarias antes limitadas aos colonos são desfrutadas também pelos indígenas, cujos Principais – líderes tradicionais de um grupo indígena – passam a compor as Ordens Militares e o Senado da Câmara, constituindo, juntamente com sua família, a elite local (DOMINGUES, 2000). Essas autoridades estavam isentas de serem destinadas aos trabalhos dos colonos e à procura de *drogas nos sertões*, sendo que neste último caso deveriam pagar a outros índios para substituí-los. Isso somado ao fato de serem tradicionalmente povos guerreiros tornava a obtenção de patentes militares, por exemplo, algo bastante atrativo.

O modo como esses vassallos deveriam ser tratados era apresentado na Direção para Pernambuco (§10):

(...) recomendo aos diretores, que assim em público, como em particular honrem e estimem todos aqueles [índios] que forem juizes ordinários, vereadores, e exercitarem postos honrosos, dando-lhes assento na sua presença, tratando-os com aquela distinção, que lhes for devida, e às suas famílias, conforme às suas respectivas graduações e cabedais, para que, vendo-se os ditos índios estimados pública e particularmente, cuidem em merecer com o seu bom procedimento as distintas honras, com que são tratados, separando-se daqueles vícios, e desterrando as baixas imaginações, que infelizmente os reduziram ao presente abatimento e vileza (DIREÇÃO COM QUE INTERINAMENTE SE DEVEM REGULAR OS ÍNDIOS DAS NOVAS VILAS E LUGARES ERETOS NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO E SUAS ANEXAS).

A partir dos termos de vereação pôde-se notar, na Vila de Portalegre, a presença de Vereadores indígenas no período de 1772 a 1792, cujos nomes e anos de atuação podem ser verificados na tabela abaixo:

**Tabela 1 - Índios vereadores na Vila de Portalegre de 1772 a 1792.**

Índios vereadores	Ano
Domingos Gonçalves	1772
Capitão João da Costa	1774
José Gregório da Silva	1776
Tenente Francisco Pereira	1776
Capitão João Ferreira	1777
Francisco Machado	1781
Tenente Patrício Pereira	1782
Romê Rodrigues	1783
João Carneiro	1784
João Gomes Soares	1786
João Gomes Soares	1788
José Gomes	1789
Manoel de Oliveira	1789
Manoel da Costa de Carvalho	1790
Francisco de Almeida	1791
Francisco de Almeida	1792
Manoel de Oliveira	1792

Elaborada pela autora. Fonte: IHGRN, cx. 74, LSSCP (1771-1794).

Os Vereadores indígenas foram identificados a partir dos Termos de abertura de pelouros, documento em que eram registrados os oficiais eleitos para compor o Senado da Câmara. Quando se tratava de um índio seu nome era sucedido pelo termo “índio”. Em um contexto no qual pretendia-se assimilar os índios, tal distinção deveria existir? Quais os objetivos do Senado ao realizar tal registro nesse tipo de documentação?

Aparentemente havia o interesse, por parte das elites locais, de deixar evidente à Coroa o cumprimento das exigências do Diretório, o que é sugerido em termo de vereação de 27 de outubro de 1781, quando o Procurador eleito para o ano de 1782 pede isenção do cargo alegando não ter condições de assumi-lo. Tendo em vista o falecimento de um Vereador indígena, o Senado da Câmara fez barrete também para escolher aquele que iria substituí-lo, apresentando para isso outro índio, o Tenente Patrício Pereira, cuja característica foi também destacada. Esse acontecimento deixa clara uma suposta preocupação dos camarários de garantir Vereadores indígenas, embora os dados coletados demonstrem que isso não ocorria todos os anos (TERMO DE VEREAÇÃO DE 27 DE OUTUBRO DE 1781).

Outro fator que pôde ser percebido foi a presença de oficiais das Ordenanças indígenas no Senado da Câmara, que diferente do que se pode imaginar, não foi predominante. Contudo, evidencia uma estratégia de fortalecimento do status de nobreza desses indígenas em uma vila na qual índios e brancos atuavam em Ordenanças distintas, sob o comando de diferentes capitães-mores.

Embora dotados de importância singular, os postos mais elevados das Ordenanças nas vilas de índios da Capitania do Rio Grande do Norte não eram, vale destacar, compostos pelos Principais, mas por aqueles indicados e nomeados pelo Governador, que se tratavam de indígenas comprometidos com as determinações da Coroa. Aqueles que não correspondiam a essas características eram facilmente substituídos por outros mais obedientes, como ocorreu com Sebastião Lopes, Capitão-mor da Vila de Arez, em 1761. O mesmo foi acusado pelo Senado da Câmara de entregar trabalhadores para moradores circunvizinhos sem o consentimento do Diretor e de ir até Pernambuco falar com o Governador sem permissão, levando consigo outros índios. Essas e outras desordens cometidas pelo indígena, tidas como prejudiciais à civilização dos índios, fizeram com que fosse preso em Fernando de Noronha por ordem do Governador, sendo Francisco Xavier da Silva nomeado para ocupar seu cargo. A autoridade desses indígenas era, portanto, parcial e predeterminada (LOPES, 2005).

O posto de Capitão-mor tornou-se um importante instrumento para a concretização das demandas indígenas, pois dava ao seu ocupante o privilégio de dirigir-se diretamente ao Governador, como foi exposto acima. Sendo assim, era um cargo bastante valorizado pelos índios, de modo que em vereação de 23 de fevereiro de 1788, o Vereador João Gomes Soares, indígena, fez petição ao Senado da Câmara alegando que “para certo requerimento que tinha de fazer perante o Senhor General de Pernambuco

queria certidão desta Câmara [dizendo] se o Corregedor o havia ou não nomeado na correição de [17]87 [ilegível] por Capitão-mor [ilegível] desta vila” (TERMO DE VERAÇÃO DE 23 DE FEVEREIRO DE 1788). Em seguida pediu licença ao Senado para ir até o Governador, o que foi concedido. Em 1792 foi a vez do Vereador Manoel de Oliveira ser nomeado Capitão-mor, estando este cumprindo seu segundo mandato na Câmara (TERMO DE VERAÇÃO DE 24 DE MARÇO DE 1792). Provavelmente, a ocupação de cargos de prestígio por esses dois indígenas, coincidentemente no segundo mandato, contribuiu para essas escolhas, visto não serem militares antes disso.

Por fim, é notável na vila a ausência de índios no cargo de Juiz Ordinário, o que ressalta ainda mais a resistência das elites em relação às autoridades indígenas, algo comum nas Vilas de Índios. Em 1771, por exemplo, na vila de Porto Alegre, Capitania de Porto Seguro, o índio Tomé Ribeiro, então Juiz Ordinário, foi impedido de ocupar o cargo de Juiz Presidente quando o oficial mais velho que estava nessa função necessitou viajar para a vila de Caravelas. Seus companheiros decidiram que Ventura Soares Santos, Juiz eleito para 1772, preenchesse o cargo, argumentando que “o outro seu companheiro é índio rústico que não tem descrição para sozinho governar o povo” (CANCELA, 2017, p. 207).

Essa ideia de inaptidão dos índios para os cargos de Juizes Ordinários permaneceu por todo o século, de modo que em 3 de setembro de 1806, o Capitão-mor do Rio Grande do Norte, José Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque, em carta enviada ao príncipe regente D. João, escreveu:

Sendo uma das ordens de V.A.R, quando trata dos índios das Capitanias do Brasil no Alvará de Sete de Junho de mil setecentos e cinquenta e cinco, que eles sejam contemplados nas Câmaras em vereadores e em juizes a fim de por esse meio se civilizarem, tenho observado que não só se não terá o fruto desejado por esse meio, mas encontram-se infinitas irregularidades e indecências a aqueles empregos tanto pela falta de educação como por lhes ser propício o deboche e a má fé a V.A.R, que a benefício dos povos, e decoro da justiça haja de determinar aos corregedores desta Comarca não admitam para o lugar de Juiz a Índio algum das Vilas deste termo, podendo vir a ser contemplado um dos sobreditas para vereador, havendo com este mesmo escrupulosa escolha (CARTA DO [CAPITÃO-MOR DO RIO GRANDE DO NORTE], JOSÉ FRANCISCO DE PAULA CAVALCANTE, AO PRÍNCIPE REGENTE [D. JOÃO] – 3 DE SETEMBRO DE 1806).

Embora a elite da vila de Portalegre quisesse provar o contrário, ainda era insuficiente o número de autoridades indígenas na vila, considerando que a maioria de

seus moradores era composta por índios ainda em 1805, quando havia 262 brancos e 400 índios (CARTA DO [CAPITÃO-MOR DO RIO GRANDE DO NORTE], JOSÉ FRANCISCO DE PAULA CAVALCANTE, AO PRÍNCIPE REGENTE [D. JOÃO] – 31 DE DEZEMBRO DE 1806). Os documentos camarários foram utilizados, nesse sentido, para amenizar a situação de inferiorização ainda enfrentada pelos índios locais nesse período.

Em nenhum momento são observadas, nos termos de vereação, reivindicações por parte dos vereadores indígenas em favor dos grupos aos quais pertenciam; contudo verifica-se a importância que o posto de Capitão-mor possuía para esses sujeitos, o que sugere o uso desse instrumento para a exigência de demandas diretamente ao Governador. Essa atitude, longe de representar um processo de descaracterização da cultura tradicional indígena, caracteriza o processo de etnogênese vivenciado pelos grupos locais que, buscando sua sobrevivência, recriavam sua cultura e faziam uso de uma cultura política que incluía elementos da burocracia portuguesa (COSTA, 2019; MONTEIRO, 2001).

Se as condições dos oficiais indígenas não eram adequadas, menos ainda se poderia observar em relação aos índios comuns. Um dos problemas que levaram à criação do Diretório dos Índios foi a demanda dos particulares por trabalhadores, alegando não terem recursos para adquirir negros escravizados. A partir do Diretório, os índios foram divididos em dois grupos, um para a produção de alimentos e para os serviços da Coroa, e o outro destinado aos trabalhos de particulares. Existia, ainda, “uma mão de obra ameríndia assalariada não incluída nos repartimentos, bem como indivíduos estabelecidos por conta própria” (DOMINGUES, 2000, p. 181).

Um exemplo desses trabalhos pode ser verificado em termo de vereação de 14 de março de 1772, quando o Senado da Câmara decidiu mandar índios ao porto de Aracati para buscarem “seis tamboretas deste Conselho que vieram de Pernambuco com gastos deste de quatro patacas e meia”. Os índios foram solicitados ao Capitão-mor e receberam para o seu sustento quatro patacas (TERMO DE VEREAÇÃO DE 14 DE MARÇO DE 1772).

A mão de obra indígena foi empregada também na construção da Paróquia, argumentando o pároco que

[...] porque os paroquianos estão obrigados concorrer com esmolas a obra de sua Paróquia Igreja e a maior parte dos desta Paróquia são Índios misérrimos e paupérrimos, e só podem concorrer para a dita obra com as suas pessoas ajudando ao trabalho o Reverendo Pároco pedirá cada semana ao Diretor certo número deles para que trabalhem todo

dia e porque a estes miseráveis sempre lhes falta o diário sustento o Sr. Vigário terá cuidado de sustentar aqueles que atualmente trabalham, sendo obrigados estes que naquela semana forem destinados ao trabalho acharem-se as horas que costuma dar-se princípio ao trabalho e faltando algum as horas determinadas naquele dia se não admita, e menos lhe deem o sustento e espero do zelo e religiosidade do Diretor atual obrigue aos ditos Índios a que não faltem com esta obrigação (LIVRO DE TOMBO DA PARÓQUIA DE PORTALEGRE).

Diferente do que exigia o Diretório, nota-se na Capitania do Rio Grande do Norte, assim como no restante da colônia, uma remuneração inadequada ou mesmo inexistente do serviço prestado pelos indígenas, que viviam em péssimas condições. Além disso, ocorria a retenção dessa população por grandes proprietários com o fim de garantir trabalhadores constantes em suas terras, o que fazia com que os índios não investissem em suas próprias plantações e não tivessem, inclusive, comida suficiente para o seu consumo (LOPES, 2005).

Casos como esse ocorreram em 1791, quando moradores da vila de Arez e da Vila Flor alegaram ao Sargento-mor e governador interino da Capitania à época, Caetano da Silva Sanches, que os índios dessas vilas migravam para a Paraíba e quando voltavam destruíam as suas plantações. O Sargento-Mor, então, disse:

(...) para evitar esta desordem passei ordem aos capitães mores das mencionadas vilas que não consentissem ir Índio algum para fora desta capitania sem ordem do General, e nem ainda para o trabalho dos particulares desta mesma capitania os não dessem sem que primeiro tivessem feito as suas plantas, e agora me consta que o corregedor da comarca era quem os mandava buscar para esta capitania para diversos trabalhos de plantas, e por estas minhas determinações me tem o dito Corregedor intrigado com o General (OFÍCIO DO SARGENTO-MOR E GOVERNADOR INTERINO DO RIO GRANDE DO NORTE CAETANO DA SILVA SANCHES, AO SECRETÁRIO DO ESTADO DA MARINHA E ULTRAMAR MARTINHO DE MELO CASTRO).

Outra questão relevante é a das terras, que desde a criação da vila gerou conflitos entre índios e colonos, já que “vilados os índios do Apodi, tratou a Câmara municipal daquela vila de aforar os melhores terrenos para os habitantes do lugar, reservando somente as grutas e lugares improdutivos para os índios”<sup>17</sup>.

Embora as terras das antigas missões pertencessem aos índios, o incentivo à presença de moradores brancos, resultante da aplicação do Diretório, fez com que essas terras se tornassem cada vez mais susceptíveis à aforamentos e necessárias à colonização dos sertões (ALMEIDA, 2015). Na Vila de Portalegre as terras das Vargues do Apodi

pertencentes aos Índios eram frequentemente arrematadas por triênio, constituindo-se como fonte de renda para o Senado da Câmara e para aqueles que a arrematavam, não desfrutando delas os índios (AUTO DE ARREMATAÇÃO DAS TERRAS DA VARGEM DO APODI).

Os indígenas, por sua vez, continuaram lutando pela posse de suas terras, seja por meio dos próprios aparatos legislativos da Coroa, seja pela força, como iria ocorrer no início do século XIX, no contexto pós-Revolução de 1817, no qual os índios que haviam fugido do recrutamento retornam para a vila e encontram suas terras aforadas e suas casas queimadas, o que os levou a realizar revoltas que culminaram na prisão dos envolvidos. Em 1825, o Coronel José Francisco Vieira de Barros, voltando dos cárceres da Bahia, “mandou soltar todos os presos e aforar terrenos para os mais exaltados”, almejando voltar à paz costumeira. Essa solução não agradou a todos, de modo que

Uma manhã, os índios reuniram-se e atacaram a Vila de Portalegre, travando luta com os moradores da vila, da qual resultou a morte do delegado de polícia, Capitão Bento Inácio de Bessa e o suicídio do Coronel Vieira de Barros. Restabelecida a ordem, foram os índios presos e algemados, seguindo escoltados para a cadeia da cidade do Natal. Ao chegarem ao pé da serra, entre o sítio “Viçosa” e a vila de Portalegre, levantaram uma grande cruz, e depois de rezarem um terço, foram os presos passados pelas armas (MOTTA, 1920/21, p. 64).

Após esse acontecimento, o restante dos índios teria saído da vila e se unido aos Cariris, de onde não mais voltaram. O Diretório dos Índios, dessa forma, consolidou-se menos como um instrumento de “civilização” e libertação dos indígenas e mais como um meio de exploração destes. Eram constantes as reclamações do Senado da Câmara e outras autoridades em relação aos abusos de poder e violências praticados pelo Governador, Ouvidor e, principalmente pelos Diretores, que submetiam os indígenas a longas jornadas de trabalho sem lhes pagar o devido salário, além de se apropriarem de suas terras e dízimos em benefício próprio ou de terceiros, acontecimentos que culminaram no fim da vigência do Diretório, em 1798. Os índios, por sua vez, mesmo submetidos a uma legislação opressora que atendia aos anseios do colonizador, resistiram, apresentando-se como sujeitos ativos de sua história (LOPES, 2005; SILVA, 2005).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No período de vigência do Diretório dos Índios, o Senado da Câmara da Vila de Portalegre influenciou as dinâmicas sociais de diversas formas. O Diretor dos Índios, cuja função por si só lhe possibilitava privilégios, como o direito à sexta parte dos gêneros produzidos pelos indígenas, tinha acesso a outras formas de acumulação de riquezas e nobilitação. Antonio Batista Filho, por exemplo, passou a compor as elites locais através da ocupação de cargos do Senado da Câmara, que lhe renderam a obtenção de postos militares, o Contrato das Carnes e a arrematação e arrendamento de terras propícias à agricultura, proporcionando-lhe também poder econômico. Seu filho, Antonio Batista Filho Junior, seguiria os passos do pai rumo à nobilitação.

Os cargos camarários e postos militares foram instrumentos de ascensão social também para os indígenas; contudo, não foi possível perceber uma participação significativa destes nos documentos analisados, tendo em vista a sua desvalorização por parte da elite não-índia, que os elegia como Vereadores apenas para transmitir para a Coroa a ideia de que o Diretório estava sendo devidamente aplicado. Entretanto notou-se a valorização por parte dos indígenas do posto de Capitão-mor, que poderia ser utilizado por estes para fazer reivindicações diretamente ao Governador de Pernambuco, embora o Senado da Câmara pudesse indicar aqueles cujos interesses correspondessem aos almejados pela Coroa.

O cumprimento do Diretório também não foi bem sucedido em relação ao uso da mão de obra indígena, que era superexplorada na construção de obras e nos serviços ao Senado, vivendo em condições de grande miséria. A convivência com brancos fez com que as terras dos índios fossem aos poucos aforadas por aqueles, ficando as terras menos férteis para os indígenas. Esse processo, que teve início logo na fundação da Vila de Portalegre, perdurou por todo o século XVIII e início do XIX, gerando inúmeros conflitos entre índios e não-índios e a saída dos primeiros para outras partes da Capitania. Desse modo, essa pesquisa revelou não só a predominância dos interesses das elites locais e os processos nos quais essa estava envolvida, como também a tentativa dos moradores indígenas de defender seus direitos sob a vigência do Diretório.

## FONTES

1. Termo de vereação de 20 de novembro de 1771 – Livro das Sessões do Senado da Câmara de Portalegre (LSSCP, cx. 74) (IHGRN).

2. Termo de vereação de 23 de janeiro de 1775 – LSSCP, cx. 74 (IHGRN).
3. Auto de arrematação das vazantes da Antiga Missam do Apodi patrimônio desta villa – LSSCP, cx. 74 (IHGRN).
4. Termo de vereação de 26 de setembro de 1789 – LSSCP, cx. 74 (IHGRN).
5. Auto de rematação das terras da Lagoa Nova e Picos patrimônio desta villa - LSSCP, cx. 74 (IHGRN).
6. Auto de arrematação das rendas das terras desta vila por triênio – LSSCP, cx. 74 (IHGRN).
7. Termo de vereação de 28 de fevereiro de 1791 – LSSCP, cx. 74 (IHGRN).
8. Termo de vereação de 23 de fevereiro de 1788 – LSSCP, cx. 74 (IHGRN).
9. Direção com que interinamente se devem regular os índios das novas vilas e lugares eretos na Capitania de Pernambuco e suas anexas – Revista do IHGB, Tomo XLVI, p. 121-171, 1883, p. 125.
10. Termo de vereação de 27 de outubro de 1781 – LSSCP, cx. 74 (IHGRN).
11. Termo de vereação de 24 de março de 1792 – LSSCP, cx. 74 (IHGRN).
12. Carta do [Capitão-mor do Rio Grande do Norte], José Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque, ao príncipe regente [D. João]. 3 de setembro de 1806 – AHU, cx. 9, D. 608 (Biblioteca Nacional Digital).
13. Carta do capitão-mor do Rio Grande do Norte, José Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque, ao Príncipe Regente D. João. 31 de dezembro de 1806 – AHU, cx. 9, D. 623, fl. 9 (Biblioteca Nacional Digital)
14. Termo de vereação de 14 de março de 1772 – LSSCP, cx. 74 (IHGRN).
15. Livro de Tombo da Paróquia de Portalegre, fl. 31 – Arquivo da Cúria Metropolitana de Natal.
16. Ofício do Sargento-mor e governador interino do Rio Grande do Norte Caetano da Silva Sanches, ao Secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro. 29 de abril de 1791 – AHU, cx. 8, D. 483, fl. 3 (Biblioteca Nacional Digital).
17. MOTTA, Nonato. Notas sobre a Ribeira do Apody – Revista do IHGRN, v. XVII e XIX, n. 1 e 2, 1920-1921, p. 64.
18. Auto de rematação das terras das vargas do Apody pertencentes aos Índios de 16 de junho de 1790 – LSSCP, cx. 74 (IHGRN).

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Política indigenista e políticas indígenas no tempo das reformas pombalinas*. In: FALCON, Francisco; RODRIGUES, Cláudia. A “Época Pombalina” no mundo luso-brasileiro. Rio de Janeiro: FGV, 2015, p. 175-214.

- BARBOSA, Kleyson Bruno Chaves. **A Câmara de Natal e os homens de conhecida nobreza: governança local na Capitania do Rio Grande (1720-1759)**. 2017. 322f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2017.
- CANCELA, Francisco Eduardo Torres. **De projeto a processo colonial: índios, colonos e autoridades régias na colonização reformista da antiga capitania de porto seguro (1763-1808)**. 2017. 337f. Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.
- COSTA, João Paulo Peixoto. **Cultura política indígena na Câmara municipal da vila de índios de Messejana no Ceará. Caderno de Pesquisa do CDHIS, Uberlândia, v. 32, n. 2, p. 34-54, jul./dez. 2019.**
- DIAS, Thiago Alves. **Dinâmicas mercantis coloniais: Capitania do Rio Grande do Norte (1760-1821)**. 2011. 277f. (Dissertação) – Departamento de História, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Natal, 2011, p. 178-253.
- DOMINGUES, Ângela. **Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.
- FRAGOSO, João. *A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII)*. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 29-72.
- LOPES, Fátima Martins. **Em nome da liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o Diretório Pombalino no século XVIII**. 2005. 700p. Tese (Doutorado em História do Norte-Nordeste) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.
- MONTEIRO, John M. **Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo**. 2001. 235f. Tese (Doutorado em etnologia) – Departamento de Antropologia, IFCH, Unicamp, Campinas, 2001.
- NOGUEIRA, Gabriel Parente. **Fazer-se nobre nas fimbrias do Império: Práticas de nobilitação e hierarquia social da elite camarária de Santa Cruz do Aracati (1748-1804)**. 2010. 358f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.
- SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Os homens de negócio e a coroa na construção das hierarquias sociais: o Rio de Janeiro na primeira metade do século XVIII*. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. **Na Trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 249-484.
- SILVA, Isabelle Braz Peixoto da Silva. **Vilas de Índios no Ceará Grande: Dinâmicas locais sob o Diretório Pombalino**. Campinas: Pontes Editores, 2005.

## A atuação dos sindicatos de professores e de instituições privadas de ensino durante a pandemia do novo coronavírus: As disputas de poder pelo retorno das aulas (Niterói/RJ, 2021)

Francisco de Oliveira Henriques  
Universidade Federal Fluminense  
franciscohenriques@id.uf.br

Guilherme Gonçalves Oliveira  
Universidade Federal Fluminense  
guilhermego@id.uff.br

O presente artigo busca compreender a atuação de sindicatos e grupos organizados de professores, tanto de instituições públicas, quanto de instituições privadas, no combate a pandemia de COVID-19 no Brasil. Para melhor analisar as movimentações dos sindicatos estudados, optamos por traçar uma linha cronológica, abordando momentos-chave para a história do movimento sindical brasileiro, especialmente em relação aos sindicatos de professores. Nesta perspectiva, nosso foco será a disputa pela decisão de retomar ou não as aulas, assim como os outros atores envolvidos neste processo, como as escolas, o Ministério da Educação, os poderes locais e a sociedade civil. A vacinação também será tema central, e está dividida em dois momentos, o ano de 2020, quando ainda não havia a perspectiva de seu início, e o ano de 2021, quando a campanha nacional já começou, mas ainda não conseguiu atingir um número considerável da população.

Palavras-chave: COVID-19. Sindicato de professores. Retomada das aulas. História do sindicalismo.

### Agradecimentos

Aproveitamos esta oportunidade para agradecer à Universidade Federal Fluminense por ter nos proporcionado todas as aulas, professores, colegas e vivências que construíram nossa trajetória acadêmica. Também agradecemos às nossas famílias e amigos por todo apoio e incentivo que recebemos em nossas vidas.

## INTRODUÇÃO

No dia 28 de novembro, uma carreata com cerca de 100 veículos de pais de alunos e representantes de instituições privadas de ensino circulou pelas ruas de Niterói, no estado do Rio de Janeiro, pedindo a volta às aulas do ensino infantil e fundamental. Igualmente, no dia 30/11/2020, o prefeito de Niterói promoveu uma *live* em suas redes sociais anunciando que estaria organizando um grupo de trabalho para planejar a volta às aulas nas escolas públicas e privadas de forma segura e gradual. Em sua *live*, afirmou:

Esse processo acontecerá de forma muito científica e cuidadosa, com discussões envolvendo os melhores especialistas para que seja criado um plano responsável e gradual para a retomada das atividades presenciais nas escolas. Tudo isso com o objetivo de manter o controle da pandemia em Niterói. (GRUPO..., O Fluminense, 2020)

Ainda assim, esse grupo contém secretários de planejamento urbano, de saúde, de administração e, mais importante para o nosso estudo, representantes das escolas particulares. Porém, não há nenhum representante dos educadores. O Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (SEPE-RJ) não obteve nem uma menção de consulta ou colaboração no projeto. Mas não só em Niterói tem se observado grandes movimentações para a reabertura de escolas em plena pandemia.

Na Paraíba, o presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Privado do Estado (Sinepe – PB), Odésio de Souza Medeiros, afirmou:

[...]agora estamos aguardando que as autoridades se sensibilizem e vejam que as escolas não são responsáveis pelo crescimento da pandemia, as praias estão livres, tudo está livre menos as escolas que seguem todos os parâmetros de higiene e de prevenção. Nós temos todo o cuidado para que a pandemia não se prolifere. (ESCOLAS..., PB Agora, 2020)

Com a chegada da pandemia do novo coronavírus ao Brasil, diversas relações de poder se destacaram ainda mais. Isto é especialmente notável ao observar o campo da educação. Três grandes sindicatos com organizações nacionais – Sinepe representando as instituições privadas, SEPE, e Sinpro representando ambos professores das redes pública e privada – se enfrentam em uma clara disputa de influências, propaganda e narrativas.

Em diversas partes do Brasil, movimentos como o de Niterói e pressões como a do presidente do Sinepe – PB têm ocorrido com cada vez mais força com o final do ano de 2020. Com o “fim” do que seria um ano letivo, com promessas cada vez mais altas de vacinação em massa em 2021 e com o descarte de uma possível “segunda onda” do Coronavírus começando entre outubro e dezembro de 2020, as instituições privadas se programaram para voltar ainda nesse ano e alguns governos pressionam as escolas públicas a fazer o mesmo.

Dessa forma, para entender as disputas dentro do campo da educação durante a pandemia, vale compreender o papel desses sindicatos e suas reivindicações. Uma breve explicação histórica se faz necessária para entender como os sindicatos têm trabalhado até o momento e como isso reflete em seus posicionamentos atualmente. Aqui, tanto a leitura de bibliografia como o uso de atas institucionais e manifestações públicas foram de grande importância para essa análise. Vale lembrar que os sindicatos são organizados em nível estadual e municipal. Os sindicatos tem diretrizes e organizações nacionais, mas cada núcleo se organiza nas suas respectivas regiões.

Depois, deve-se observar a atuação dos sindicatos, instituições e respectivos governos no contexto da pandemia. Essa análise contará, em grande parte, com utilização de matérias jornalísticas, bem como observação de propaganda, manifestações públicas, atas de reuniões e agendas para compreender qual o papel e perspectiva adotados frente a pandemia e o funcionamento do campo da educação.

## LINHA DO TEMPO

A história do sindicalismo docente brasileiro é extremamente recente e com fases facilmente delimitáveis. Cada região, estado e município se organizaram em datas e períodos diferentes, com alguns se organizando bem tarde. Mas pode-se observar um movimento nacional uníssono em alguns períodos. A história sindical brasileira é marcada por um nascimento extremamente controlado e ideologizado, anos de um movimento sem grandes reconhecimentos políticos, alguns sendo até criminalizados, até um momento de reaproximação política e maior atividade.

O nascimento dos sindicatos pode ser datado durante o período do Estado Novo. Getúlio Vargas e seu aparelho estatal trataram de cultivar um setor estratégico na sociedade: o trabalhador urbano. Ciente de que conflitos trabalhistas viriam a se firmar no ambiente urbano, Vargas criou e incentivou a criação de sindicatos nas mais diversas

áreas. Mas esses sindicatos seguiam diretrizes do governo e deveriam ser extremamente alinhados aos dogmas varguistas, sendo, às vezes, controlados diretamente pelo Estado. Efetivamente, os sindicatos nasceram, em um primeiro momento, como uma forma de domesticar a mão de obra para evitar conflitos de classe (D'ARAÚJO, 2000, P. 52).

Não à toa, a permissão para a criação dos primeiros sindicatos legalizados e legitimados veio junto de um grande número de formas de aparelhamento e coerção. A legislação sindical de 1939 trazia mudanças, como a velha reivindicação de alguns setores da esquerda pelo sindicato único, mas as orquestrava de tal forma que o controle e intervenção do Estado era direto. O próprio sindicato único, por exemplo, que servia de um grande manual de diretrizes para as demais organizações regionais de trabalhadores, era colocado na legislação sindical de 1939 como um órgão estatal.

Igualmente, o monitoramento desses sindicatos não foi pequeno. As eleições, as contas bancárias dos sindicatos, assim como as vidas pessoais dos próprios sindicalistas era vigiada de perto pelo governo. Os cargos de direção eram duramente controlados, de forma que qualquer sindicalista que desejasse concorrer à presidente de organizações sindicais, tinha que apresentar um “atestado de ideologia”, fornecido pela polícia e que atestava que não era contrário às ideias e aos princípios do governo e do povo soberano.

Com o início da ditadura militar, grandes consequências se abateram sobre o sindicalismo e organização política de trabalhadores, principalmente docentes. Algumas organizações de professores foram criminalizadas, com todos os membros sendo considerados terroristas, com alguns professores sendo perseguidos, exilados, e até mesmo torturados. Muitas organizações e sindicatos docentes se desfizeram, enquanto outros resistiram e tentavam operar na clandestinidade, vinculando-se, em alguns casos, à grupos de resistência contra a ditadura.

Porém, no período entre 1977 e 1985, com os clamores pela democracia ganhando cada vez mais força e o aparato de dominação dos militares enfraquecendo, novos grupos e sindicatos foram formados. A diminuição da perseguição política, bem como os menores riscos de se opor ao governo, fez com que diversos educadores se organizassem em novos sindicatos e conglomerações para reivindicar principalmente direitos trabalhistas nas áreas pública e privada.

O processo de redemocratização, junto com a elaboração da Constituição de 1988 também teve consequências diretas ao movimento sindicalista docente. A carta constitucional de 1988 garantia alguns dos direitos básicos ao cidadão e trabalhador brasileiro, entre elas o direito de se organizar e participar de sindicatos. A partir daí, um

grande movimento de organização nacional surgiu, com sindicatos estaduais e municipais se alinhando à diretrizes nacionais de reivindicação de direitos do docente.

## ESTUDO DE CASOS

Entre as diferentes formas de organização e protesto contra as iniciativas em retomar o ensino presencial e/ou precarizar o ensino remoto, destacamos: 1) a ação civil pública, movida pelos grupos do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), o Centro do Professorado Paulista (CPP), o Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação (Afuse) e a Federação dos Professores do Estado de São Paulo (Fepesp), contra a volta às aulas no Estado de São Paulo; 2) a greve de professores, organizada pelo Sindicato dos Professores de Macaé e Região (SINPRO - MACAÉ), contra a diminuição do valor da hora-aula durante o ensino remoto. Essas duas iniciativas têm em comum a participação central de sindicatos de professores e a luta pela segurança e pelos direitos dos profissionais durante a pandemia.

O primeiro caso teve um desdobramento recente muito singular. Um grupo de pais e mães de alunos do ensino básico fez o movimento contrário aos dos professores, e entrou na Justiça pedindo o retorno das aulas presenciais o quanto antes. Essa disputa interna da sociedade civil, fruto da intensa polarização que vem ocorrendo no Brasil desde 2014, é um exemplo de como os brasileiros estão encarando a questão do ensino na pandemia. Uma parcela considerável da população clama pelo retorno às aulas, sob a alegação de que os impactos educacionais causados pela ausência do ensino presencial são grandes demais perto dos riscos de saúde da COVID-19. Também há aquela parcela de pessoas que enxerga as deficiências do ensino remoto, mas sem entender suas origens, acaba por defender a volta do ensino presencial.

Nessa disputa de narrativas os professores tem sido atingidos por quase todos os lados. Seja sendo tomados como responsáveis pelas dificuldades do ensino remoto, seja sendo prejudicados pelos seus empregadores (redução de vencimentos, cobrança de horas-extras, falta de suporte material, etc.), e até mesmo sendo expostos a altos riscos de contraírem o vírus em aulas presenciais. Por isso, resgatamos o segundo caso, da greve de professores de Macaé e região. Um dos seus desdobramentos foi a demissão de professores grevistas por parte da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC), em Rio das Ostras. Esse caso nos ajuda a compreender outra parte da disputa interna da sociedade civil acerca da educação em tempos de pandemia. Podemos ver

instituições privadas de ensino usando do recurso do ensino remoto para precarizar as condições de trabalho de seus professores e, assim, cortar custos em um momento de redução de caixa. Dessa forma, também podemos ver o papel central que os sindicatos de professores têm na defesa das condições de trabalho da classe, colocando-se na linha de frente das disputas.

O ensaio, fruto de uma parceria entre o SINPRO-Macaé e a Fiocruz, intitulado *Trabalho remoto, saúde docente e greve virtual em cenário de pandemia* (2020) é especialmente rico em nos apresentar os riscos (de saúde e de perda direitos) que os professores, enquanto classe, estão sujeitos durante a pandemia, e como os sindicatos vêm atuando para proteger a categoria. Sobre os riscos, o documento ressalta (2020, p.7):

O risco iminente é a perda de direitos históricos conquistados pela classe trabalhadora, como fazer cumprir os termos do contrato de trabalho em conformidade com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a exemplo da prerrogativa do direito ao recesso e férias remuneradas. Para a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (2020), o período de isolamento social em contexto de pandemia não pode ser considerado como recesso escolar antecipado nem férias já que se constitui como medida sanitária de proteção populacional. Além disso, o trabalho docente de escolas particulares não foi suspenso em nenhum momento da pandemia; pelo contrário, foi intensificado. E esse processo veio acompanhado de custos e riscos. Ao menos dois são bastante evidentes e dizem respeito à condição do estar docente: a questão geracional e os desafios de gênero.

E sobre as formas as formas de resistência, destaca-se (2020, p.9):

O fato é que medidas de vigilância sobre o trabalho e a saúde docente, com a participação dos próprios professores e por meio de ações colaborativas para enfrentamento às perdas de direitos e controle da nocividade decorrente do trabalho remoto, sob a liderança das organizações dos trabalhadores, devem ser adotadas. Por certo, as lutas históricas de resistência dos trabalhadores colocam limites à acumulação e exploração, redefinindo e implementando direitos sociais e trabalhistas (Druck, 2011). Nesse sentido, vê-se também a insurgência de formas de resistência e de luta pela conquista da saúde, tanto no plano das estratégias individuais – como, por exemplo, a mobilização de suas redes de apoio para aprendizado e uso de ferramentas tecnológicas – quanto coletivas, como na mobilização para a greve virtual.

Esses dois casos são emblemáticos e apenas dois de uma série de medidas que os profissionais da educação tomaram para tentar proteger a si mesmos e os alunos. Ainda assim, essa pressão nacional não foi suficiente para impedir que o governo e as instituições privadas organizassem e retomassem as aulas. Pressões do alto escalão do

governo e de parte da sociedade civil - como vimos no primeiro caso abordado - tiveram alto grau de influência na retomada, que vem acontecendo aos poucos nos últimos meses.

A educação básica foi a primeira a ser obrigada a voltar, a trajetória combativa das universidades, sobretudo as públicas, provavelmente teve participação na decisão de postergar o retorno do ensino superior. De qualquer forma, nas últimas semanas vêm surgido indícios de que o Governo já está preparado para entrar nessa disputa com as universidades. No dia 02 de dezembro o Ministério da Educação publicou uma portaria que determinava o retorno das aulas presenciais nas universidades federais a partir de Janeiro de 2021. Após algumas horas, e extensas declarações de universidades alegando que não voltariam no prazo estipulado, pois não viam segurança para tal, o MEC voltou atrás e revogou a portaria. Mesmo que isso possa ser encarado como uma “vitória” por parte daqueles contrários a retomada do ensino presencial, como a maioria dos sindicatos de professores, a própria tentativa do MEC deve ser encarada como indício de que este assunto retornará mais rápido do que se imagina.

## SOBRE A VACINA

Com a virada do ano para 2021, viram-se renovadas as esperanças para a vacina e para que tudo retorne ao “normal”. Não só as esperanças se viram renovadas, mas também as pressões para que a sociedade retorne para sua funcionalidade total. Incluídas aí, claro, os trabalhadores da educação, entre professores e funcionários, também viram requisições de escolas abertas e aulas presenciais. Essa “noção” de que a vacina está cada vez mais perto deu novo combustível para essas pressões, mesmo que a campanha de vacinação em massa ainda seja uma realidade um pouco turva.

As pressões das escolas privadas são bem representadas nas ações do sindicato de instituições privadas de ensino (Sinepe). Em setembro de 2020 o Sinepe lançou um vídeo nas redes, para apoiar a sua campanha pela volta as aulas, afirmando que a escola privada “fez seu dever de casa” e que a “escola privada está pronta para reiniciar”. Para além disso, afirmava “ciência é a vacina; os estudos só confundiram; trancar todos em casa não é ciência”. Nesse vídeo de campanha, a crítica direta ao isolamento social demonstra o esforço pelas instituições de ensino privado para retornar as atividades presenciais, mesmo que isso signifique criticar medidas cientificamente comprovadas e recomendadas.

Antes mesmo da virada, escolas públicas e privadas já se preparavam para o retorno das atividades presenciais frente a pressão de pais de alunos e representantes de instituições privadas de ensino. Também em setembro de 2020, a rede particular de ensino, tanto fundamental e médio como superior, tiveram aval do Estado para voltar às atividades presenciais, no Rio de Janeiro. O aval foi retirado frente uma ação judicial movida pelo Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro contra o Estado do Rio de Janeiro, o Sindicato dos Estabelecimentos de Educação Básica do Rio de Janeiro (Sinepe – Rio) e o Sindicato das Entidades Mantenedoras dos Estabelecimentos de Ensino Superior do Estado do Rio de Janeiro (Semerj). As aulas só voltariam frente uma perspectiva de vacinação de professores e funcionários. Na decisão, o juiz Elísio Correa de Moraes Neto afirmou:

Vale salientar que o retorno às aulas representa significativa aglomeração de pessoas em um mesmo ambiente fechado e no transporte público, quando em comparação a outras atividades em que já ocorreu o retorno, ainda que com restrições, destacando-se, ainda, que se trata do envolvimento, em grande parte, de crianças, que nem sempre estarão aptas para a adaptação aos critérios sanitários. (JUSTIÇA..., Gazeta do Povo, 2020)

Em janeiro de 2021, frente a iminência do início do calendário escolar em diversos estados e municípios do Brasil, fortaleceu novamente os clamores pelas aulas presenciais. Em diversas partes do país, tanto a rede pública quanto privada de ensino já se organizam para retornarem, pelo menos, de forma híbrida, com a presença sendo um ponto facultativo aos alunos. No Rio de Janeiro, mais um impasse se desenvolve, com a prefeitura e a secretaria do estado se organizando para voltar as aulas, independente do progresso de vacinação de professores. Em uma entrevista, o Secretário Municipal da Educação, Renan Ferreirinha disse: “Estamos no processo de elaboração, junto com a Saúde, do nosso protocolo sanitário que será aprovado pelo comitê de especialistas de enfrentamento ao Covid-19 da Prefeitura do Rio”. (CASTRO, Nathalia. Bom Dia Rio, 2021)

Esse grupo de especialistas, segundo Ferreirinha, conta com representantes dos professores e diretores e responsáveis de escolas. Em resposta, a coordenadora do Sepe-RJ respondeu:

Nós do Sepe defendemos que não é possível ter retorno das aulas presenciais até que todos nós, profissionais da Educação e comunidade escolar, que envolve os pais, as mães de alunos e também as crianças, sejamos vacinados. Não voltar antes da vacina

porque a gente defende a vida de todos e todas. (PROFESSORES..., Sinpro Macaé, 2020)

Ao mesmo tempo em que as escolas privadas e públicas se movimentam para retornar as aulas, os professores e seus representantes lutam para serem incluídos na lista prioritária para a vacina. Enquanto o Ministério da Saúde deixava os professores de fora da vacinação prioritária, só para incluí-los depois da indignação coletiva, os professores lutam em seus respectivos estados e municípios para que sejam vacinados antes do retorno das aulas. O Secretário da Saúde de São Paulo afirmou em uma entrevista para o programa jornalístico *Roda Viva*:

Eu sou favorável a ter vacinação [para os professores], mas temos que ter uma lógica que precisa ser observada. Quem mais morre com covid são pessoas de mais de 60 anos com comorbidades. [...] Eu, se pudesse, comprava vacinas para vacinar todos os professores, mas não tem facilmente, não se encontra vacina num balcão. (Informação Verbal)

Em meio a esse desenvolvimento, com vacina ou não, com professores vacinados ou não, as escolas privadas e públicas se preparam para retornar suas atividades nesse início do ano, com algumas unidades já retornando de forma híbrida.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensando nos dias atuais, podemos identificar uma certa rejeição de parcela considerável da população aos movimentos sindicais. Argumentos como a “ineficiência” dos sindicatos, a contribuição sindical, e o aparelhamento ideológico dentro dos sindicatos fortaleceram essa corrente. Analisando uma perspectiva mais ampla, poderíamos, inclusive, inserir esse pensamento dentro de uma cultura política - resgatando o conceito de Serge Bernstein (1998) - mais ampla, que se caracteriza pelo conservadorismo liberal, e vem conseguindo destaque e resultados eleitorais em diversos países nos últimos anos, como podemos ver nas eleições de Bolsonaro (Brasil), Trump (EUA), Kurz (Áustria), Morawiecki (Polônia), etc.

Em outras palavras, essa tendência é marcada pela rejeição as figuras políticas, e pela própria “política” em si - nesse caso pensando no termo como conceito de Chantal Mouffe (2015). Portanto, não é estranho ver essa corrente se colocando como antagonista dos movimentos sindicais. Um exemplo desse antagonismo é o caso abordado anteriormente de pais de alunos e movimentos de professores recorrendo às instâncias

judiciais para fazer valer intenções contrárias (impedir x promover o retorno das aulas presenciais).

Em nosso estudo da trajetória dos movimentos sindicais representantes da categoria de professores, pudemos identificar como desde seus primórdios, os sindicalistas foram relegados a uma posição de antagonistas da ordem vigente. Ou seja, a história do sindicalismo brasileiro - e aqui podemos generalizar para além da classe dos professores - foi marcada pela oposição aos governos, que na maioria das situações se colocou contra as pautas dos sindicatos, seja em favor de seus interesses (quando os reclamantes são servidores públicos), seja em favor de terceiros (quando os reclamantes são da iniciativa privada).

Voltando ao presente, vemos que o cenário não mudou. O caso abordado sobre o sindicato dos professores de Macaé e região (SINPRO-Macaé) é um exemplo oportuno. A ocorrência da pandemia nos fornece um plano de fundo completamente inédito para o estudo das relações de poder entre os sindicatos e o patronato, no entanto, a mesma discrepância de força segue presente. Empregadores continuam a tentar obter vantagens em cima de seus funcionários, a fim de diminuir seus custos e maximizar seus lucros. Sindicatos continuam a lutar pelos direitos da classe trabalhadora, empregando inúmeras formas de resistência, e sofrendo com diversas perseguições e ameaças. Vistos como subversivos, os sindicalistas sempre correram mais riscos do que ofereceram, ainda assim, há uma inversão de papéis, ferramenta privilegiada daqueles que detém o controle das narrativas, e a imagem que chega à população geral acaba por não ser condizente com a realidade.

## FONTES

1. PAIS e alunos fazem carreta e pedem retorno das aulas em escolas de Niterói. Extra, 2020. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/pais-alunos-fazem-carreta-pedem-retorno-das-aulas-em-escolas-de-niteroi-24770632.html> - Acesso em: 01/12/2020 18:27
2. GRUPO vai elaborar retomada das atividades presenciais nas escolas em Niterói. O Fluminense, 2020. Disponível em: <https://www.ofluminense.com.br/cidades/niteroi/2020/11/1154800-grupo-vai-elaborar-retomada-das-atividades-presenciais-nas-escolas-em-niteroi.html> - Acesso em: 01/12/2020 18:32
3. “ESCOLAS não são responsáveis pelo crescimento da pandemia na PB”. PBAgora, 2020. Disponível em: <https://www.pbagora.com.br/noticia/educacao/as-escolas-nao->

[sao-responsaveis-pelo-crescimento-da-pandemia-diz-presidente-do-sindicato-dos-estabelecimentos-de-ensino-privado-da-pb/](#) - Acesso em: 01/12/2020 19:51

4. JUSTIÇA no RJ exige vacinação ou prova de que não há risco de contágio para volta às aulas. Gazeta do Povo, 2020. Disponível em:

<https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/justica-no-rj-exige-vacinacao-ou-prova-de-que-nao-ha-risco-de-contagio-para-volta-as-aulas/> - Acesso em: 30/11/2020 15:46

5. PROFESSORES da rede privada de Macaé e região aprovam greve em defesa da vida. Sinpro Macaé, 2020. Disponível em: <http://www.sinpromacaee.com.br/professores-da-rede-privada-de-macaee-regiao-aprovam-greve-em-defesa-da-vida/> - Acesso em: 30/11/2020 16:02

6. CAFARDO, Renata. Pais vão à Justiça para pedir volta às aulas presenciais em SP ainda este ano. Uol Notícias, 2020. Disponível em :

<https://educacao.uol.com.br/noticias/agencia-estado/2020/11/30/pais-vaao-a-justica-para-pedir-volta-as-aulas-presenciais-em-sp-ainda-este-ano.htm> - Acesso em: 30/11/2020 16:40

7. NOTA de repúdio | CNEC demite professores da faculdade cenecista de Rio das Ostras (FACRO). Sinpro Macaé, 2020. Disponível em:

<http://www.sinpromacaee.com.br/nota-de-repudio-cnec-demite-professores-da-faculdade-cenecista-de-rio-das-ostras-facro/> - Acesso em: 30/11/2020 16:58

8. APESAR de pressão, sindicatos de professores não conseguem impedir reabertura de escolas no País. Folha de Pernambuco, 2020. Disponível em:

<https://www.folhape.com.br/noticias/apesar-de-pressao-sindicatos-de-professores-nao-conseguem-impedir/155430/> - Acesso em: 01/12/2020 20:48

9. OLIVEIRA, Elida. MEC determina volta às aulas presenciais nas universidades federais a partir de janeiro. G1, 2020. Disponível em:

<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/12/02/mec-determina-volta-as-aulas-presenciais-nas-universidades-federais-a-partir-de-janeiro.ghtml> - Acesso em: 02/12/2020 19:32

10. MEC volta atrás e revoga portaria das aulas presenciais. R7 Notícias, 2020.

Disponível em: <https://noticias.r7.com/educacao/mec-volta-atras-e-revoga-portaria-das-aulas-presenciais-02122020> - Acesso em: 02/12/2020 20:01

11. SINDICATO de escolas do Rio critica isolamento social: 'Não é ciência'. Uol Notícias, 2020. Disponível em:

<https://educacao.uol.com.br/noticias/2020/07/28/sindicato-de-escolas-particulares-do-rio-critica-isolamento-social.htm> - Acesso em: 15/02/21 10:32

12. JUSTIÇA suspende a volta às aulas na rede particular no Rio até haver vacinação ou segurança para retorno. Extra, 2020. Disponível em:

<https://extra.globo.com/noticias/rio/justica-suspende-volta-as-aulas-na-rede-particular-no-rio-ate-haver-vacinacao-ou-seguranca-para-retorno-24634012.html> - Acesso em: 14/02/2021 15:57

13. CASTRO, Nathalia. Sindicato de professores defende esperar vacinação para liberar retorno presencial no Rio. Bom Dia Rio, 2021. Disponível em:

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/01/07/sindicato-de-professores-defende-esperar-vacinacao-para-liberar-retorno-presencial-no-rio.ghtml> - Acesso em 14/02/2021 16:12

## REFERÊNCIAS

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, J.P.; SIRINELLI, J.F. (Dir.). *Para uma História cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 349-363.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EDUCAÇÃO. Coletiva de imprensa “Educação em tempos de Pandemia” debate EAD e financiamento da educação. Brasília, 24 abr. 2020. Disponível em:

<https://cnte.org.br/index.php/menu/comunicacao/posts/noticias/73066-assista-ao-video-da-coletiva-de-imprensa-educacao-em-tempos-de-pandemia-2>. Acesso em: 01/12/2020.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTO DE ENSINO. *Todo apoio aos/às professores/às da CNEC e aos sindicatos que lutam por seus direitos!* Brasília, 23 jun. 2020. Disponível em: <https://contee.org.br/todo-apoio-aos-as-professores-as-da-cnec-e-aos-sindicatos-que-lutam-por-seus-direitos/>. Acesso: 01/12/2020

D'ARAÚJO, Maria Celina. *O Estado novo*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2000.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? *Cadernos CRH*, Salvador, v. 24, p. 37-57, 2011. Número especial I. DOI: 10.1590/S0103-49792011000400004.

GOMES, A. M. C.. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, v. 1, 2005.

GOUVÊA, Leda Aparecida Vanelli Nabuco de. As condições de trabalho e o adoecimento de professores na agenda de uma entidade sindical. *Saúde em Debate*, 40(111), 206-219, 2016. <https://doi.org/10.1590/0103-1104201611116>.

\_\_\_\_\_. Concepções de Saúde na Pauta Sindical da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. *Trabalho, Educação e Saúde*, 16(2), 519-533, 2018. Epub April 16, 2018. <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00127>.

GOUVEIA, Andréa Barbosa, e FERRAZ, Marcos Alexandre dos Santos. Financiamento da Educação e Luta Sindical: Conflitos em uma Grande Rede de Ensino. *Educação & Sociedade*, 37(134), 285-302, 2016. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302016148726>.

\_\_\_\_\_. Sindicalismo docente e política educacional: tensões e composições de interesses corporativos e qualidade da educação. *Educar em Revista*, (48), 111-129, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0104-40602013000200008>.

HARVEY, David. *Política anticapitalista em tempos de Coronavírus*. 24 mar. 2020. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/24/david-harvey-politica-anticapitalista-em-tempos-de-coronavirus/>. Acesso em: 02/12/2020.

KARP, Stan. Desafiar a reforma escolar empresarial... e dez sinais esperançosos de resistência. *Educação & Sociedade*, 33(119), 431-454, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000200006>.

MOUFFE, Chantal. “A política e o político”. In: \_\_\_\_\_. *Sobre o político*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

REMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

RODRIGUEZ, Margarita Victoria, e FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola. Professores e sindicatos: do associativismo corporativo à organização autônoma. *Educar em Revista*, (48), 131-147, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0104-40602013000200009>.

SOBREIRA, Henrique Garcia. Alguns Aspectos da Reorganização do Movimento dos Professores Públicos do Estado do Rio de Janeiro (1977-1980). *Educação & Sociedade*, 22(77), 131-160, 2001. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302001000400007>.

SOUZA, Kátia R. et al. Trabalho remoto, saúde docente e greve virtual em cenário de pandemia. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 19, 2021, e00309141. DOI: 10.1590/1981-7746-sol00309.

## Viajando no século XIX: Uma análise do diário do comerciante francês Louis- François de Tollenare

Jéssica Priscila de Melo Machado  
Universidade Federal de Campina Grande  
jespmelo@live.com

No século XIX teve lugar um novo expansionismo europeu, auxiliado por toda uma literatura que estava sendo produzida a partir de relatos e experiências de viajantes que observavam e catalogavam o mundo. Esse projeto expansionista buscava não só a conquista de novos mercados, mas também a conquista da cultura de povos tidos como primitivos e que por isso necessitavam de uma intervenção de um padrão superior de civilização. Para o caso brasileiro essa literatura foi deverás importante para a construção da nossa historiografia no início do século XX e ainda se apresenta com rica fonte para se pensar o século XIX. Neste aspecto buscamos perceber como o diário do comerciante francês Louis-François de Tollenare se enquadra nesse tipo de literatura de viagem. Fazendo uso dos conceitos de anticonquista, transculturação, zona de contato, desenvolvidos por Mary L. Pratt, aplicamos uma metodologia de análise exegética, extraindo da fonte as informações relevantes em nossa pesquisa. Desta feita, percebemos que as *Notas Dominicais* possuem caráter etnográfico, mas revestido de cientificismo que o enquadra dentro desse contexto maior de literatura de viagem.

Palavras-Chave: Viajantes; Louis-François de Tollenare; Literatura de viagem.

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O ato de viajar faz parte da experiência humana. Somos seres movidos pelo desejo de conhecer, descobrir, desvendar. Atraídos pelo diferente, buscamos entender o outro a partir de nossas próprias convicções e preconceitos. Os homens ilustrados do século XVIII grandemente influenciados pelo Iluminismo e o desenvolvimento das ciências naturais, passaram a pensar o mundo de modo classificatório. Buscavam desta maneira catalogar e classificar plantas, animais e gentes, compondo o que chamariam de História Natural. Esses naturalistas produziram toda uma literatura científica e impulsionaram também muitas viagens ao redor do mundo, para que assim pudessem atingir seus objetivos.

Essa literatura científicista era resultado direto das experiências vivenciadas nas viagens empreendidas por esses homens ilustrados. A essa literatura ainda podemos dar o nome de literatura de viagem, que contribuiu de forma significativa para traduzir o novo mundo que se descortinava a esses homens para uma Europa sedenta por informações, que alimentassem o seu imaginário sobre terras nunca antes vistas. Temos no século XIX uma gama de diários, relatos, manuais, entre outros escritos produzidos com essa finalidade de traduzir o “novo” para o “velho”.

É para esse tempo e esse tipo de fonte que queremos centrar esse trabalho, os diários de viagem que foram produzidos do século XIX. A literatura de viagem produzida a partir do século XVIII, que serviu para descrever as mais diversas realidades, esses viajantes faziam uso da pena para registrar suas experiências e buscavam atingir objetivos específicos. Fazendo uso do diário do comerciante francês Louis-François de Tollenare, buscamos então perceber como ele enxerga a população que vivia na Capitania de Pernambuco em pleno século XIX e suas relações interpessoais, também é nosso desejo analisar o modo como ele faz seu registro e quais os objetivos que almejava atingir.

## AS LITERATURAS DE VIAGEM

O século XIX se caracterizou por uma nova era de expansionismo europeu. Essa não era apenas uma expansão do capitalismo por meio da conquista de novos mercados, mas também uma nova conquista no âmbito cultural, pois o sentido de superioridade cultural europeia destinava-se a levar a civilização para povos tidos como menos desenvolvidos, primitivos ou selvagens (GALVÃO, 2001).

É nesse contexto que surge na Europa um novo tipo de literatura de viagem. Porém aqui é importante salientar que houve pelo menos três tipos de literatura de viagem que chegaram à Europa. A primeira, durante o século XVI, as chamadas crônicas do descobrimento, que falavam das maravilhas do Novo Mundo apelando sempre para o caráter exótico dos lugares e das gentes da América. Em um segundo momento, já no século XVIII, o cientificismo provocou novas viagens, desta vez de naturalistas que buscavam catalogar e classificar plantas, animais, acidentes geográficos, os tipos humanos de todas as partes do mundo conhecido, com pretensões de escrever uma História Natural do mundo (MIRANDA, 2007). O famoso naturalista Lineu chegou até a escrever uma espécie de manual que deveria ser lido por aqueles que pretendiam se lançar nessa aventura. Esse manual de Lineu consistia em ordens e instruções para seus alunos que partiriam em viagem. Esse manual acabou por influenciar muitos outros viajantes, e serviu de modelo para a produção de diversas outras obras (GERALDINO, 2015).

Entretanto, na passagem do século XVIII para o XIX, com a Revolução Industrial, a Revolução Francesa e as Guerras Napoleônicas, e a Europa tendo passado por diversas transformações, desenvolveu um novo tipo de expansionismo no século XIX (MIRANDA, 2007; SECO, 2004). Desta feita as viagens que seriam a partir de então empreendidas buscavam a conquista dos mercados e dos costumes, pelo modo europeu de viver e pensar (LEITÃO, S/D). O Brasil se destacou como um dos alvos principais desses viajantes. Durante todo este século, estiveram por aqui diversos viajantes das mais diversas nacionalidades, eram ingleses, franceses, alemães entre outros. Homens e mulheres cumprindo missões diplomáticas ou não, passaram por essas terras registrando as suas experiências em diários e relatos, construindo assim uma literatura rica a respeito do Brasil, de seu povo e seus costumes. Conforme nos indica SECO (2004), estudar o outro diferente, dominou a mentalidade deste século.

O grande interesse dos viajantes no Brasil se associa ao fato de que durante três séculos essa colônia esteve sobre o monopólio exclusivo de Portugal, não possuindo autorização para se relacionar com qualquer outra nação. Essa falta de informação sobre o território brasileiro gerava uma imensa curiosidade, e quando imaginado a partir das crônicas do descobrimento, o desejo por conhecer esse território tão exótico aumentava ainda mais. Tudo isso, porém, começou a mudar, quando em 1808 a Real Família portuguesa, fugindo das guerras napoleônicas que agitavam a Europa transferem a sua corte para o Rio de Janeiro, e nessa cidade fixa residência. RICUPERO (S/D) nos exorta a não minimizar as consequências que essa mudança da corte de Portugal para o Brasil

teve em sua época. A abertura dos portos, segundo o mesmo autor, às nações amigas foi uma dessas consequências e que muito contribuiu para a vinda desses viajantes, que em sua maioria cumpriam missões diplomáticas, e por isso mesmo estava servindo a um projeto de expansão dessas nações europeias. Enquanto que para uns, muitas possibilidades se apresentavam e os fascinavam, para outros a chegada ao Brasil representou uma total frustração de suas expectativas, pois muitas vezes a realidade encontrada aqui era bem diferente da que era representada na Europa (GALVÃO, 2001).

A dita literatura de viagem e sua recepção pelos leitores estava alimentando um mercado editorial cada vez mais crescente na Europa. Desta feita, o viajante servia como uma ponte entre dois mundos, articulando os diversos interesses envolvidos (GALVÃO, 2001). De acordo com MACHADO (2000), a produção de signos de poder, e a construção de sentidos para as práticas sociais do outro presente nesses relatos, buscava traduzir esse “Novo Mundo” para o “Velho Mundo”, criando mecanismos ideológicos e semânticos por meio de uma literatura romântico-naturalista, que por fim, conseguia reinventar de forma criativa a realidade colonial.

Entretanto, o viajante não pode ser considerado como imparcial e/ou objetivo, na verdade muitas de suas próprias contradições podem ser encontradas em seus relatos. Isso porque o viajante tem seu olhar condicionado, tendo em vista que os “óculos” por ele usados para enxergar o mundo, é o ideal de progresso e civilidade europeu, marcado por um projeto de intervenção nas sociedades coloniais, que também se via como aquele que estava levando um tipo novo de civilidade (LEITÃO, S/D; GALVÃO, 2001). Mary Louise Pratt em sua obra *Os olhos do Império. Relatos de viagem e transculturação*, trabalha uma ideia que conceitua como anti-conquista, em que para ela as viagens enquanto discursos autorreflexivos desse homem que ao viajar está observando, refletindo e catalogando terras e gentes, realiza uma apropriação discursiva que resulta em um gênero literário, ou seja, a literatura de viagem que serve para suprir as necessidades de cultura, educação e lazer. Assim, a anti-conquista se caracteriza por um repertório comum a respeito dos povos selvagens e um consenso sobre a necessidade de intervenção por parte do homem branco, europeu, civilizado, sendo expresso um desejo de posse a ser realizado sem violência (PRATT, 1999).

Somado a isso temos ainda as trocas culturais e as apropriações dos saberes nativos, que faz com que representar o outro seja representar a si mesmo. Pois, como dito anteriormente, o olhar traz consigo uma bagagem cultural que condiciona o modo de observar. A forma como o viajante ordena e interpreta esse novo mundo se utiliza de

conceitos e noções anteriormente estabelecidos. Aqui novamente recorremos a PRATT (1999) e a seu conceito de transculturação, no qual a autora afirma que os contatos entre europeus e nativos provocam apropriações de estilos culturais, construindo por sua vez novos modos de representação do outro.

Portanto, podemos afirmar que esse novo campo discursivo que foi criado em meados do século XVIII e dominou a literatura de viagem ao longo do século XIX, aponta para diferentes fases do expansionismo europeu capitalista, que com a pretensão de ser neutro e objetivo, lança-se a uma conquista não só dos mercados, mas das mentes e conseqüentemente adentrando ainda mais o interior desse mundo colonial, descortinando-o para o leitor europeu (SECO, 2004).

### LOUIS-FRANÇOIS DE TOLLENARE E SUAS *NOTAS DOMINICAIS*

Pouco sabemos sobre o francês Louis-François de Tollenare, porém segundo CARVALHO (2015), ele era nascido em Nantes, e foi um comerciante de algodão, viajando sozinho ao Brasil à negócios, sua viagem ocorreu entre os anos de 1816 e 1818 vindo de Portugal onde provavelmente também tinha negócios.

O diário que escreveu durante a sua estada no Brasil foi chamado de *Notas Dominicais*, isso porque ao longo da semana ele estava ocupado com seus negócios e apenas aos domingos dedicava-se a escrever sobre as suas experiências semanais. Seu diário traz uma narrativa bem diversificada, no qual ele fala sobre os mais variados assuntos, como por exemplo: a arquitetura da cidade do Recife, os escravos, os engenhos de açúcar e seus respectivos relatórios financeiros, além de notas sobre o clima, os animais e as árvores. Apesar de ser apenas um negociante de algodão, Tollenare demonstra ter certo conhecimento de botânica e da taxonomia de Lineu, pois enquanto ele faz as suas minuciosas descrições sobre a fauna e flora, o que nos parece lhe trazer muito prazer em fazê-lo, sempre é possível encontrar um vocabulário característico dos escritores naturalistas, o que de fato era bastante comum na literatura de viagem que vinha sendo escrita nessa época.

A parte do diário que utilizamos em nossa análise é relativa à Capitania de Pernambuco, iniciada em novembro de 1816. A tradução desse diário do francês para o português foi encomendada pelo Instituto Arqueológico de Pernambuco em 1905. Este diário foi considerado um documento importante para a época, por estar situado em um período também importante para a história de Pernambuco, a saber a Revolução de 1817.

Como dito anteriormente o diário de Tollenare traz uma narrativa bem diversificada, indo desde questões financeiras até questões ambientais. E como não é o objetivo desse trabalho ser exaustivo, escolhemos apenas alguns poucos trechos nos quais buscamos analisar se essa escrita se enquadra nesse contexto maior que foi a literatura de viagem produzida no século XIX.

O diário então começa no dia 17 de novembro de 1816, nesta nota Tollenare descreve os aspectos do litoral da cidade do Recife e de seus primeiros dias em terra firme, depois de uma longa viagem vindo de Portugal. São observações que dão ao seu relato um caráter etnográfico, pelo fato de ser ele um estrangeiro, um mero observador que consegue perceber aquilo que os habitantes locais não conseguiam, exatamente por estarem inseridos nessa realidade. Contudo, o fato de ser estrangeiro também lhe apresenta uma desvantagem, que está no modo de expressar os fatos, sentimentos e ações em palavras, tendo em vista a dificuldade de encontrar correspondentes em sua língua nativa. Segundo SECO (2004) essa dificuldade relacionada a linguagem era um dos grandes desafios enfrentados pelos viajantes desse período.

Talvez a descrição mais interessante e marcante que ele faz dessa primeira semana está relacionada com o que pôde observar sobre a população negra. Ele comenta desde a habilidade que os negros tinham para navegar simples jangadas no mar, bem como de seu contínuo movimento pela cidade e sua atuação no mercado. Em relação aos corpos das mulheres negras, segundo ele apresentam pouca atratividade, porém “*as raparigas conservam os contornos graciosos da adolescência; a côr preta em pouco prejudica o encanto das suas gargantas de Hébe*” (TOLLENARE, 1906, p. 25). Tollenare também fala sobre a indiferença da população em geral com relação ao mercado de escravos, onde estes homens e mulheres negros eram expostos trajando nada mais que um tanga. E mais, um “*grande numero dentre elles padece de molestias de pelle e está coberto de pustulas repugnantes.*” (TOLLENARE, 1906, p. 25), o que além de provocar um odor desagradável, também conseguia gerar no estrangeiro um sentimento de compaixão ao se deparar com uma cena tão lastimável. Ele ainda descreve as crianças negras da seguinte forma: “*os negrinhos brincam entre si como macaquinhos, aos quaes muito se assemelham nos movimentos*” (TOLLENARE, 1906, p. 26). Toda essa descrição é carregada de preconceito, tanto em relação aos negros, como em relação a população em geral, que para ele não possui o sentimento de compaixão que os estrangeiros possuem, e tornam-se apenas indiferentes a toda essa situação.

Em 24 de novembro de 1816, a segunda nota foi escrita por nosso viajante francês. Ele escreve da cidade do Recife, contudo as descrições que irá fazer será com relação a uma viagem que fez a cidade de Olinda, por ter sido essa uma viagem muito breve, pouco pôde observar. Mas antes de começar de fato a descrever a visita, ele faz um pequeno, mas preciso comentário. Tollenare reclama do clima, pois o calor muito o tem incomodado, e desta forma ele descreve como a gente dessa terra faz para manter a água sempre numa temperatura fresca, isso é possível, segundo ele, fazendo uso de vasos porosos. E assim, podemos perceber que apesar de ser apenas um negociante ele também entende, pelo menos um pouco, sobre troca de calor e efeito calorífico, revestindo desse modo o seu diário de um cientificismo muito comum em sua época. Isso também ocorrerá em outros momentos, principalmente quando ele se deterá a descrever a fauna e flora, seus comentários são detalhados e fazem amplo uso da taxonomia de Lineu, o que também era muito comum nos escritos naturalistas.

Depois desse rápido comentário acerca do calor e dos vasos porosos, bruscamente o relato se volta para a viagem a Olinda, na qual só pôde permanecer um dia. Essa é uma nota relativamente curta, e o que mais chama atenção aqui é o interesse demonstrado por Tollenare por plantas, pois havia em Olinda *“um jardim de aclimação das plantas exóticas que o governo estabeleceu e confiou a um francez de Cayenna”* (TOLLENARE, 1906, p. 30). Apesar do pouco tempo que teve para apreciar tal jardim, ele nos diz como se sentiu “embriagado” com tudo o que pode ver, demonstrando em sua escrita um ar de superioridade cultural característica de um europeu. Ele então se compromete com Mr. Germain, seu compatriota e diretor do jardim, a voltar em outra ocasião e com mais tempo, para apreciar mais do lugar. O dia terminou com um jantar no Convento de Santa Thereza, que segundo nos conta o viajante francês deveria pertencer a Terceira Ordem de São Francisco ou mais conhecida como Carmelitas Descalços. Após o jantar ele se encontra numa conversação com o guardião do convento e outro frade, os quais *“demostravam a sua erudição e o desejo de se instruir; mas, não contribuíam a instruir-me do que um estrangeiro deseja saber sobre o Brasil”* (TOLLENARE, 1906, p. 32). Esse diálogo é importante para refletirmos sobre as trocas culturais e também as interações nessas relações assimétricas de poder.

As andanças continuam, as descrições são por vezes empolgantes. Entretanto, nosso escritor não segue a um rigor metodológico, contudo, deseja que seu relato seja o mais fidedigno o possível, isso ele deixa bem claro na nota III que data de 1 de dezembro de 1816, quando diz:

“E’ neste estado que encontro Pernambuco, e é deste ponto de vista que vou examinal-o durante a minha estada aqui. Fallado desta capitania e dos Brasileiros, não pretenderei tratar senão da cultura e do commercio que ella deve aos Europeus, e os meus Brasileiros são decedentes mais ou menos directos, mais ou menos misturados dos Europeus; não me occuparei nem de desertos, nem de monstros selvagens, nem de anthropophagos; entre elles e a minha pessoa medeia uma imensa zona em que se falla o portuguez, e é provavel que não a transporei. Desejaria muito poder traçar aqui um resumo geographico da capitania em geral; mas, não pude ainda nada obter de satisfatorio a esse respeito. Como escreverei á medida que me for informando, me exponho a desordenar muito as minhas notas; mas, isto pouco me inquieta: si algum dia ellas tivérem qualquer merito, será diminuto trabalho estabelecer a ordem necessaria.” (TOLLENARE, 1906, p. 39-40)

Essa citação nos traz algumas questões interessantes a respeito da escrita desse viajante. Ele entende que o seu relato para ser aceito como literatura para o mercado editorial europeu, deveria seguir uma ordem lógica, por exemplo, iniciando com notas geográficas sobre o território que está sendo explorado. Entretanto seu diário toma um caráter mais etnográfico, pois como ele mesmo nos informa, à medida que as coisas vão acontecendo e a partir de suas experiências ele vai fazendo o seu registro. Por considerar sua escrita muito fora do padrão da literatura de viagem, ele mesmo indica que se algum dia ela tiver qualquer tipo de mérito, organiza-la segundo esse padrão será o menor do seu trabalho. Outra questão importante a ser levantada é a preocupação que ele demonstra em não construir uma narrativa com elementos mitológicos, muito comum naquela literatura produzida no século XVI, pelos primeiros cronistas europeus que estiveram em solo americano.

Ao longo de sua viagem, Tollenare tem a oportunidade conhecer muitos homens de negócios, muitos engenhos de açúcar. A esse respeito, ele sempre vai relatar acerca da ausência das mulheres nesses encontros e visitas. Sempre que tem a oportunidade de se hospedar em algum lugar, principalmente em casas de senhores de engenho, somos informados de suas conversas com esses senhores e a completa ausência de esposas ou filhas. Isso demonstra o cuidado excessivo que os brasileiros possuíam com suas mulheres. Mas, a partir do relato que Tollenare faz na nota VIII que data de 9 de fevereiro de 1817, algo novo a respeito dos costumes dos habitantes locais começa a desconstruir a ideia até o momento vinha sendo desenvolvida. Ele nos fala sobre banhos que aconteciam no rio Capibaribe, pelo seu modo de relatar, ao que tudo indica esses banhos pareciam ser bem democráticos, sem que houvesse distinção de cor ou de classe, pois era possível ver “as senhoras da classe mais elevada banham-se nuas, assim como as mulheres de côr e os homens.”

(TOLLENARE, 1906, p. 130) A nudez dessas senhoras aponta para esse algo novo, pois em todas as visitas anteriormente feitas por Tollenare, na quais ele informa que sempre as mulheres e filhas ficavam escondidas da vista dos visitantes, ficando a cargo apenas dos homens acompanhar o hóspede.

Todavia, esses banhos de rio parecem agora ser um prazer que permite tal conduta. E de fato, nos parece um costume bastante prazeroso e atrativo, ainda mais quando levamos em consideração o clima tropical do lugar. O próprio Tollenare demonstra ainda grande surpresa por encontrar em tal divertimento “*as senhoritas N.*,” (TOLLENARE, 1906, p. 130), que eram filhas de um negociante importante no Recife. Algo que mostra, a aparente diferença entre o que ocorre entre o público e o privado. Não fica claro se essas moças tinham ou não permissão do pai para se encontrarem nesses banhos, entretanto pelo tom de surpresa expresso pelo viajante podemos supor que essa permissão provavelmente não existia.

A partir da nota XI, escrita em 9 de março de 1817, Tollenare passa a narrar fatos relativos à revolução que tem lugar na cidade do Recife no dia 6 do mesmo mês. Desta nota em diante esse será o assunto que dominará o seu diário. De fato, nessas notas há muitos outros aspectos que podem ser analisados, entretanto esse é um tema que não desejamos tratar nesse trabalho, pois acreditamos que ele extrapola nossos objetivos aqui traçados. Portanto, deixamos para outro momento essa abordagem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As viagens que foram empreendidas no século XIX, tiveram características nítidas de uma expansão cultural europeia. A literatura produzida como resultado dessas experiências, serviram para construir projetos de conquistas que fossem de certo modo não agressivo, aquilo que PRATT (1999) chama de anticonquista. Deste modo, os viajantes se caracterizam como desbravadores dessa nova descoberta. A elaboração de seus discursos, como novas crônicas, servem de justificativa para a intervenção de nações europeias nas América, África e Ásia.

Em se tratando do nosso viajante francês, percebemos que a forma particular como ele escreve seu diário, acaba por demonstrar como ele próprio percebe o mundo e as práticas culturais e sociais as quais é exposto durante sua viagem. A sua forma de pensar o mundo está representada no seu texto. E mesmo que seu relato não obedeça a um rigor metodológico exigido na época, ele objetivava construir representações que pudessem

dar “sentido” as práticas socioculturais que encontra no Brasil. Seu padrão de observação amalgama o paradigma racialista, muito comum em certas vertentes da ilustração francesa e a surpresa da descoberta. O filtro da concepção de que apenas os europeus eram passíveis de perfectibilidade estética distorce e direciona sua percepção, mas, não a ponto de impedir a subversão das teorias de gabinete pelos padrões de observação da realidade.

As *Notas Dominicais*, podem ser enquadradas em um contexto mais etnográfico, contudo, sendo sempre revestidas de um discurso cientificista que busca ser neutro. É assim, possuindo um estilo de reportagem, que Tollenare deixa para seus futuros leitores um diário empolgante, bem aos padrões de seu tempo.

## BIBLIOGRAFIA

### FONTE

TOLLENARE, Louis-François de. **Notas Dominicais**. Trad. Alfredo de Carvalho. Instituto Arqueológico e Geográfico pernambucano, Recife, 1906.

### Referências

CARVALHO, Mary Lucia Alves de. Os comerciantes cronistas: Henry Koster; Louis François de Tollenare no Piauí do início do século XIX. **Contraponto: Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI**. Teresina, v. 2. n. 1, fev. 2015.

GALVÃO, Cristina Carrijo. **A escravidão compartilhada: os relatos de viajantes e os intérpretes da sociedade brasileira**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Orientador: Marson Izabel Andrade. Campinas, 2001.

GERALDINO, Samuel Mateus Gerencsez. **Os relatos de viagem entre a norma e o gosto: os viajantes franceses e a alimentação no Brasil do século XIX**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Orientador: Leila Mezan Algranti. Campinas, 2015.

LEITÃO, Tânia Maria de Maio. **Aspectos da economia goiana no século XIX: impressões de um viajante europeu**. s/d.

MIRANDA, Luiz Francisco Albuquerque de. **Viajantes no início do século XIX e a representação do sertão brasileiro**. X Simpósio Internacional Processo Civilizador. UNICAMP, FEF. ISBN: 978-85-99688-02-1. Campinas, 2007

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império. Relatos de viagem e transculturação**. Tradução: Jézio Hernani Bonfim Gutierre. Revisão técnica: Maria Helena Machado, Carlos Valero. Bauru, SP: EDUSC, 1999. 394p. ISBN 85-86259-64-0

PRATT, Mary Louise. Os olhos do império. Relatos de viagem e transculturação. Resenhado por MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **Revista Brasileira de História**. São Paulo – SP, v. 20, nº 39, p. 281-289, 2000.

RICUPERO, Rubens. **O problema da abertura dos portos**. Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, s/d.

SECO, Ana Paula. **História da educação no Brasil: o olhar dos viajantes britânicos sobre a educação (1808-1889)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. Orientador: José Claudinei Lombardi. Campinas, 2004.

## As contribuições do critério de cidadania grega para a formação da cidadania educacional na contemporaneidade brasileira

Matheus Gleydson do Nascimento Sales  
Universidade Estadual da Paraíba  
matheusales100@gmail.com

Ana Vitória Imperiano da Silva  
Universidade Estadual da Paraíba  
imperianoanavitoria@gmail.com

O presente trabalho tem como objetivo contextualizar de forma breve o ideal de cidadania no mundo grego, traçando uma gênese de sua formação no período homérico até seu estabelecimento no século V a.C., dando ênfase aos critérios do ser-cidadão no recorte já mencionado. Analisaremos o papel da educação como ferramenta na construção do ideal democrático e a evolução do modelo excelente de educação, especialmente o de Atenas. Em seguida, traçaremos uma análise sobre a construção do ser-cidadão na contemporaneidade sob o olhar historiográfico do “Renascimento” do ideal democrático na educação do século XVIII, a partir do arquétipo de liberdade e igualdade assegurado pela Revolução Francesa que desencadeará um novo olhar político-social na esfera ocidental dos séculos XIX, XX e XXI, voltando-se olhares ao cenário brasileiro.

Palavras-chaves: Cidadania, Educação, *Paidéia*.

## CONCEITO DE CIDADANIA NO MUNDO GREGO ANTERIOR AO SÉCULO V A.C.

Conceitualizar uma ideia tão abstrata e volátil (pelo menos nos dias de hoje) como é cidadania, não é tarefa fácil. Entretanto, uma ideia de pertencimento e um sentimento de responsabilidade para com os seus, pode ser observado já no período homérico. Quando o poeta Homero (século IX ou VIII) escreve na *Ilíada* que após o rapto de Helena, os reis gregos para cumprirem sua palavra, zarpam em direção a Troia

É importante compreendermos que em uma Grécia ágrafa, ou seja, sem escrita, os poetas eram os grandes educadores do mundo antigo. Através dos poemas épicos como a *Ilíada* e *Odisseia*, valores eram transmitidos e eternizados. Dessa forma, a construção desse homem, com ideais divinos, estaria moldada na figura do guerreiro, cuja uma das principais ferramentas de composição seria a educação. Segundo Jaeger (2013, p.23) “O tema essencial da história da educação grega é [...] o conceito de *areté* que remonta aos tempos mais antigos”. Portanto, a *areté* é um dos principais utensílios de formação da personalidade desse homem guerreiro. Guerrero esse, classificado de maneira virtuosa e heroica, pelo poeta grego Homero na sua obra; *Ilíada* (séc. IX a.C.)

[...] herói modelo, nobre, valente e corajoso, o melhor – aristós – entre todos [...]. para além do guerreiro valoroso, valente, corajoso e honrado, Aquiles é o protótipo do perfeito cavaleiro da época homérica arcaica, cortês, cavalheiresco, de boas maneiras, fino e polido no trato social. Mas se é em Aquiles que melhor se realiza este ideal, é evidente que não se chega lá espontaneamente, antes se pressupõe uma educação apropriada. (FONSECA, 1998, p.5)

Logo, na *Ilíada*, a transfiguração do conceito de educação é atribuída diretamente ao ideal de *areté*, personificada na destreza do guerreiro Aquiles, mas não só dele, outros como Odisseu e Telêmaco também figuram como modelos a serem seguidos. A qual, o herói vive na dependência dos deuses, porém em nada desmerece as virtudes de um bom cidadão, pois o soldado que possuía a astúcia de comandar homens em guerras e manejar uma espada, além de, presidir a fala em assembleias, era autuado como o “homem excelente” ou melhor, um guerreiro “belo e bom”.

[...] *areté* designa um atributo próprio da nobreza, um conjunto de qualidades físicas, espirituais e morais tais como: a bravura, a coragem, a força e a destreza do guerreiro, a eloquência e a persuasão, e, acima de tudo, a heroicidade, entendida esta como a fusão da fora com o sentido moral. (FONSECA, 1998, p.7-8)

Entre os séculos VII e VI a.C., ocorreram grandes e importantes transformações sociais e políticas no mundo grego. O pensamento e conhecimento mítico vão perdendo seu papel esclarecedor de mundo, a filosofia nasce da decadência do mito como forma de resposta. E, apesar do modelo excelente mitológico não ter sido substituído, ele não é mais a única forma de educação. A evolução da *pólis* e conseqüentemente seu comércio e economia, preparam o terreno para os sofistas, pensadores livres, que viajavam de cidade em cidade, ensinando uma nova *areté*, esta focada na educação do homem para a gerência e bom trato dos assuntos públicos. Os moldes heroicos vão cada vez cedendo espaço ao novo homem, o cidadão-político.

### A PÓLIS E A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE “CIDADÃO IDEAL”: CONTRIBUIÇÕES DE SÓLON, CLÍSTENES E PÉRICLES PARA DEMOCRACIA E EMERGÊNCIA DO NOVO CIDADÃO

#### Sólón

A partir de 594 a.C., Sólón, o novo legislador, ampliou o leque de reformas políticas em Atenas, iniciada pelos seu antecessor, Drácon. Sólón eliminou a escravidão por dívidas e dividiu a população ateniense por meio do poderio econômico. Que possibilitava a participação dos homens livres nas assembleias, a partir de um critério censitário. Dessa forma, os comerciantes enriquecidos conquistaram direito de participação política e novas instituições foram adotadas. Sua contribuição foi lembrada por todo período que durou o Estado ateniense, por muitos foi considerado “uma das pedras angulares da cultura.”

Um dos mais conceituados especialistas no assunto, Werner Jaeger, *Paidéia*, cap. VIII: “pensemos um instante, o quanto teríamos perdido se nenhum fragmento de Sólón tivesse chegado até nós. Dificilmente, seríamos capazes de compreender o que constituiu a grandeza e as estranhezas das grandes tragédias áticas...” Durante suas reformas criou a *Bulé* ou Conselho dos Quinhentos, sendo este um importante órgão legislativo que acumulava as funções de Conselho do Estado e Comissão Executiva. Funções essas, antes presididas pelo *Aréopago* ateniense, controlado pelos aristocratas. As reformas feitas por Sólón abririam caminho para o estabelecimento do que viria a ser o futuro governo democrático de Atenas do século V a.C., época esta que é considerada o apogeu da cultura helênica, a Atenas da “idade de ouro” grega.

### Clístenes

Em fins do século VI a.C., é eleito para o cargo de arconte, um aristocrata de nome Clístenes, este empreende reformas administrativas e políticas que democratizaram Atenas, as ideias de democracia ressurgem após a tirania de Pisístrato e também de Híppias. Sobre a reforma territorial feita por Clístenes, uma das mais relevantes da história grega, Bruno D' Ambros (2017, p. 97-98) escreve:

O principal evento para a consolidação da democracia, além das reformas anteriores de Sólon e dos Pisistrátidas, foi, sem dúvida a reforma territorial sob Clístenes, ocorrida por volta de 508 a. C. Foi esta reforma que, ao reconfigurar a demografia ática, enfraqueceu os laços parentais das famílias aristocráticas áticas e possibilitou a participação política efetiva nas eleições e nas instituições democráticas atenienses. O que houve, em outros termos, foi que os novos *dēmoi* nascentes, como nova divisão territorial administrativa, se contrapôs com a divisão familiar tradicional de parentesco denominada *genos*, o que contribuiu para a exacerbação da antítese entre uma aristocracia familiar local estabelecida e uma democracia política trans local introduzida. [...] Clístenes tomou uma série de medidas reformatórias, principalmente no que tange à reorganização política do território da Ática mudando a organização política ateniense, que era baseada em quatro tradicionais tribos com fortes laços de parentesco entre si, que foram responsáveis pelas tiranias anteriores. A fim de impedir que a tirania se instalasse novamente através destas relações de parentesco, Clístenes dividiu a Ática em dez tribos de acordo com sua área de residência, o seu *dēmos*. (D'AMBROS, 2017, p. 97-98)

A reforma empregada por Clístenes possibilitou uma maior abertura da participação política na *pólis*. Pela primeira vez, a gerência da cidade deixa de ser exclusividade dos *eupátridas*, não é mais uma herança sanguínea ou mitológica que assegurava o direito do ser-cidadão. Tais mudanças trouxeram a descentralização do poder na política e reformas educacionais. Peixoto (1994) realça a importância que teve o ensino da retórica aos filhos dos abastados comerciantes na influência da nova política ateniense.

### Péricles

Após o governo de Clístenes, Atenas foi governada e liderada por Címon e Efiálfes, respectivamente, antes de Péricles ser nomeado estrategista. Seguindo os passos de Clístenes, Péricles buscou uma maior participação popular nas decisões da cidade e assegurou a isocracia. Desenvolveu pessoalmente o *Paténon* na acrópole de Atenas, teve participação crucial na formação do período imperial ateniense. Construindo uma armada jamais vista e elaborando leis que converteram Atenas na escola da Grécia, sua

influência nesse momento ultrapassava os limites da *Hélade*.

Ainda no início de sua vida adulta se vinculou ao partido democrático, tendo como mentor Efialtes, líder do partido. Teve participação ativa no processo de mitigação dos poderes do areópago, que até então era controlado pelos aristocratas atenienses. Tal proposta foi votada e aceita pela *Eclésia*, dando início a uma era de uma democracia radical. Segundo Péricles, a grandeza de Atenas se devia a liberdade, a igualdade e a fraternidade, princípios que embasariam a revolução francesa mais de dois mil anos depois, corroborando seu memorável discurso de que Atenas não imitava, ela era imitada. Sua importância foi tamanha que o historiador Tucídides (século V a.C.) o considerou como o primeiro cidadão de Atenas. Durante seu governo Atenas alcançou o florescimento da história, da filosofia e do teatro, inaugurando uma época que entrou para a posteridade como a época de ouro de Atenas.

## REQUISITOS DO SER-CIDADÃO

“O cidadão é aquele que tem uma parte legal na autoridade deliberativa e na autoridade judiciária.” (*Política III 1275b 15-20*). Assim define Aristóteles (século V), o cidadão sendo aquele que participa diretamente das decisões de sua cidade, um ser ativo na gerência e manutenção do bom funcionamento desta.

O ponto crítico é que não havia ‘governo’ no sentido moderno. Havia postos e cargos, mas nenhum deles tinha qualquer posição na Assembleia. Um homem era líder exclusivamente em função de seu status pessoal, e literalmente não oficial, na própria Assembleia. (FINLEY, 1988, p. 76)

Fica claro que a própria existência do Estado dependia da gerência de seus cidadãos, havendo inúmeros artifícios para se evitar a corrupção, cada homem era sorteado para um cargo público, com exceção do estrategista. Dessa maneira a isonomia era assegurada e mantida.

Apesar dos cidadãos terem parte na administração e jurisdição da cidade, não eram todos que podiam ser considerados cidadãos. O meteco, tomando como exemplo, era um título dado a todo estrangeiro residente “por muito tempo em território ático”, como define Nicole Loraux (1993, p.16), embora excluídos das decisões da cidade, recebiam proteção física e jurídica.

O escravo de forma semelhante não tinha participação política, porém a

integridade de sua vida era assegurada pelo Estado, como descreve Ferreira (1989, p. 176), “[os escravos] não podiam possuir bens, nem constituir família legal, nem conservar os filhos juntos de si.” Todavia, em alguns casos era investido uma autoridade jurídica sobre algum determinado escravo, como ainda escreve Ferreira:

Os escravos públicos, pertença da própria pólis, além de utilizados em diversos trabalhos manuais, uns – o corpo dos archeiros citas – tinham a seu cargo o policiamento da cidade, com todo o peso que tal facto implica, inclusive autoridade sobre os cidadãos; outros, em número considerável, trabalhavam como funcionários nos diversos órgãos e edifícios da pólis: arquivos, armazéns, tesouros públicos, arsenais da marinha. (FERREIRA, 1989, p. 176).

Já as mulheres, que mesmo não sendo escravas, e filhas dos cidadãos atenienses, também não possuíam participação direta nas instituições democráticas, isso cabe dizer: não podiam votar nem se eleger a cargos públicos. Entretanto, com a chamada “*Lei de Péricles*” (451 a.C.) que restringia o status de cidadão somente aquele nascido de pai e mãe ateniense, uma *status* político maior é considerado as mulheres. Todavia, em sua participação no âmbito público, cabia às mulheres a realização de certos rituais religiosos, a prática de tecelagem, e algumas teriam se dedicado a tarefas agrícolas. (LESSA, 2004).

## AS DIFERENTES CONCEPÇÕES DE *ARETÉ* QUE EMERGIRAM NA CONSTRUÇÃO DO IDEAL DE CIDADANIA

Um dos grandes pilares que contribuiu para a ascensão do ideal de cidadania está proferido na antiguidade, a partir do conceito de *areté* (virtude). Na qual, com base nas obras de Homero; *Íliada* e *Odisseia*, esta concepção é firmada tanto na figura dos heróis quanto dos deuses que transfiguravam um arquétipo formativo e educacional, como modelo base de um homem excelente e virtuoso, a todos os estratos sociais. “Estamos diante de uma pedagogia do exemplo da qual Aquiles encarna a *areté* (o modelo ideal mais complexo de formação) ligada à excelência e ao valor” (CAMBI, 1999, p.77).

Nesse sentido, a noção primeira de *areté* se remete a um atributo próprio da nobreza, um conjunto de qualidades físicas, espirituais e morais tais como a bravura, coragem, força, destreza, eloquência, virtude, capacidade de persuasão, convertida em uma única palavra, a heroicidade.

Contudo, no século V a.C., há surgimento das cidades-estados gregas que presavam por uma educação capaz de atender suas necessidades, definindo os sujeitos detentores de direitos e solidificando a valorização da vida urbana e social. Nesse sentido, em Atenas, as decisões sobre os rumos da cidade eram tomadas por meio de debates nas assembleias públicas, tornando-se indispensável o uso da palavra, de maneira persuasiva, para o convencimento do que se era exposto de forma clara, sistemática e objetiva. Logo, o conceito de *areté* é transmutada para a formação virtuosa de uma educação política pautada na habilidade oratória. Segundo Jaeger (1986, p.22), O empenho em ensinar a *areté* política é a imediata expressão da mudança fundamental que se opera na essência do Estado.

A educação ateniense não tinha por objetivo ensinar ofícios, ou seja, trabalhos braçais, uma vez que esses eram reservados aos não-cidadãos (escravos, estrangeiros), mas sim treinar a liberdade e a nobreza, que deveria ser exercida em sua plenitude (MARTINS,2010, p.19). Dessa forma, para exercer a nobreza era necessário o uso do conhecimento adquirido pelos clássicos, somando-se discussões de teor crítico e a valorização da experiência dos anciãos. Partindo-se desta formação indispensável o grego começava a participar efetivamente das decisões políticas da cidade, tornando-se cidadão. Neste seguimento, Protágoras (481-411 a.C.) um estimado sofista, ao ensinar a virtude política, prometia fazer dos homens bons, cidadãos. Os ensinando a habilidade no agir e falar sobre assuntos públicos e privados. Segundo ele, na natureza humana há possibilidade de avanço moral, mas para que isso acontecesse era necessário o uso da experiência e, sobretudo, da educação, pois a virtude seria a base das atribuições instituídas ao cidadão.

Enquanto os sofistas visavam formar os jovens atenienses para serem bem sucedidos na política, Sócrates e Platão priorizavam, através do saber filosófico, uma formação moral orientada pelo uso da razão e baseada em princípios éticos. Segundo Guthrie (1995), Sócrates quem ampliou o sentido de *areté*, partindo da conotação de um talento ou competência numa arte particular, para um sentido moral, mais próximo do que definimos hoje como virtude; Sócrates acreditava que por meio da dialética surgiria a universalização do processo que envolve o indivíduo e a busca por sua identidade, mediante discussões de cunho racional, a fim de atingir a virtude mais própria do homem que é o “conhece-te a ti mesmo”.

Dessa forma, Platão (século V a.C.) pensou a questão da virtude por duas direções intimamente relacionadas: numa perspectiva ética, partindo da meta educacional

proposta por Sócrates e, numa perspectiva política, direcionada por um modelo de cidadania ideal. Estas duas dimensões contribuíram de forma indissociável no projeto político-pedagógico exposto na obra *A República*, em que o homem moralmente excelente só pode ser formado em um Estado ideal, perfeito, e a constituição desse Estado depende da excelência dos homens que o compõem. Dessa maneira, para que haja a construção moral do bom cidadão é necessário que o mesmo receba uma boa educação. Na *República*, esta educação é pensada de acordo com os estratos sociais, em que, cada qual realizando a função que lhe cabe, contribui para o equilíbrio e harmonia do todo. Desse modo, cada classe deve ser formada para a virtude (*areté*) que corresponde à sua função.

## A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA EDUCACIONAL NA CONTEMPORANEIDADE

Historicamente, verificamos que a ideia de educação está associada a uma formação humana completa, em que na antiguidade grega foi conceituada como Paidéia; ou seja, a educação humana se dava pelo estabelecimento de uma educação integral que frisava o fortalecimento da socialização humana, seja nos aspectos culturais quanto educacionais. Inicialmente, na Grécia antiga, a educação estava voltada ao ideal de guerrilha e militarismo em que posteriormente esse ideal foi transmutando e direcionado aos estudos de artes e educação física.

Nem todos possuíam acesso à educação. Apenas os filhos das classes mais elevadas; já que os escravos, a qual não eram considerados cidadãos, treinavam para trabalhos manuais ou “artes servis”, sendo colocados na condição de desonrosos pelos cidadãos gregos, que deveriam se ocupar de outros pensamentos. Tanto que escola (*scholé*) que significava em grego, “o lugar do ócio”, indicava o local em que os meninos gregos eram conduzidos para receber educação, dedicando-se a “funções nobres, como pensar, governar e guerrear” (ARANHA, 2006, p.62), deixando as atividades cotidianas como dever dos escravos.

Nesse sentido, segundo (COELHO;PORTILHO, 2009) a ampliação do conceito de Paidéia fez com que o termo comportasse uma espécie de simbiose entre as reflexões e as ações humanas, que com o advento da modernidade, através do ideais fomentados pela Revolução Francesa (séc. XVIII) e com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), a noção de educação integral é retomada pela universalização de uma educação comum defendida pelos jacobinos que vislumbravam a

transformação social e humana por meio da instrução. Logo, a reflexão que os jacobinos trouxeram constituiu, basicamente, a tentativa de alcance do desenvolvimento pleno do indivíduo: intelectual, físico e moral. Constatando que as ideias contidas na Paidéia e as concebidas pelos revolucionários franceses pautaram na dimensão formacional do homem ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX.

A partir da Revolução Francesa, essa concepção de educação tão almejada para a formação histórico-social do homem é compreendida na tripartição do pensamento político-ideológico do mundo ocidental. Em outros termos, as matrizes conservadoras, liberal e socialista defendiam uma educação integral baseada em princípios políticos-epistemológicos e metodológicos bem diferentes.

Desembarcando em terras brasileiras, algumas dessas experiências foram desenvolvidas ao longo dos séculos XIX e XX, porém, a principal linha de pensamento que vigorou durante todo o século XX e estende-se até os dias atuais é a ação liberal. Defendida por um dos maiores teóricos da educação brasileira, Anísio Teixeira (1900-1971), que descreve os princípios de uma educação integral voltada para a formação humana por meio do desenvolvimento completo do educando e de suas potencialidades, através de um ensino gratuito, obrigatório e laico. Foi por meio de Teixeira que a primeira experiência efetiva do ensino integral foi implementada no país, por meio de uma escola em tempo integral, o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, em 1950. Para ele, a educação integral era um meio de se chegar à formação completa da criança e para isso, idealizava a escola em tempo integral como caminho do avanço. Teixeira afirma (1997, pág.243)

[...] haverá escolas nucleares e parques escolares, sendo obrigada a criança a frequentar regularmente as duas instalações. O sistema escolar para isso funcionará em dois turnos, para cada criança [...] no primeiro turno a criança receberá, em prédio econômico e adequado, o ensino propriamente dito; no segundo receberá, em um parque-escola aparelhado e desenvolvido, a sua educação propriamente social, a educação física, a educação musical, a educação sanitária, a assistência alimentar e o uso da leitura em bibliotecas infantis e juvenis.

Anos mais tarde, seguindo os ideais liberais de Teixeira, o antropólogo Darcy Ribeiro (1922-1997) implanta nos anos de 1980 e 1990 um programada de educação especial no Rio de Janeiro, os CIEPs (Centros Integrados de Educação Pública) que defendiam uma educação integral baseada em uma política-democrática e humana mais justa que alterasse a tradição elitista e amplia-se o alcance de um número mais expressivo de pessoas. Algumas outras escolas em tempo integral nos moldes do CIEPs ocorreram,

no entanto, essas políticas públicas que se configuram como programas educacionais não vingaram de forma consistente e acabaram fracassando.

Na contemporaneidade, a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) n. 9.394/96, em seu artigo 2º, determina como princípio e fim da educação o "pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho", apontando uma função integralista do modelo educacional. Algumas escolas no país já aderiram ao modelo integral, na qual a instituição é responsável por propiciar o processo de ensino aprendizagem, visando não só o desempenho cognitivo, mas também social, físico e afetivo.

Logo, a base da educação integral na atualidade é manifestada por meio do diálogo entre educador e educando, com o intuito de fomentar o interesse e participação dos estudantes em relação ao processo de construção do conhecimento. Ou seja, valorizar o ensino e reconhecer as necessidades do aluno, é uma forma de proporcionar que eles se engajem cada vez mais e busquem aprender coisas novas, aplicando conceitos e desmistificando-os durante as aulas ou atividades paralelas no ambiente educacional, com a finalidade de preparar esses indivíduos não só em uma esfera técnica, mas social e política.

Verificando essa nova proposta de educação, que ainda suscita várias discussões entre estudiosos da área, principalmente no que tange o tempo integral, a ocupação do aluno com artes, música, dança, teatro e a ampliação de sua permanência diária na unidade escolar, remonta ao ideal de uma educação leve e prazerosa para a formação de um bom cidadão, como os gregos elucidavam. Todavia, o que era de domínio na Grécia Antiga, ainda não se consegue estender a todas as escolas brasileiras seja por políticas públicas não efetuadas, seja por falta de estrutura dos ambientes educacionais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos dizer que foi a partir dos tempos clássicos, que o conceito de cidadania se consolidou; incorporando um pequeno grupo social que era intitulado sob um olhar ideal, virtuoso e excelente. Todavia, com o surgimento de opressões políticas internas e externas na segunda metade do século V a.C., o regime democrático decaiu e esse conceito também. Apenas no século XVIII, com base nos ideais fomentados pela Revolução Francesa, que essa concepção ressurgiu, arraigada a um projeto pedagógico liberal

burguês, criando um novo alicerce para a educação moderna e atribuindo ao Estado o dever de agir na promoção do indivíduo enquanto cidadão.

Portanto, a condição de cidadania vem transmutando ao longo do tempo e na contemporaneidade brasileira esse requisito é intrínseco ao ideal de educação; que se pauta em uma formação integral do homem como ser político e social, vislumbrando suas vertigens na Grécia Antiga sob o arquétipo da Paidéia. Ações, princípios e políticas públicas configuram esse novo modelo de cidadão, na qual o governo intitula a escola como principal agente formadora de indivíduos aptos para exercer suas funções sobre a política, o social e o cultural. Logo, se na antiguidade essa condição exercia prestígio sob uma pequena elite aristocrática, na contemporaneidade esse valor é submetido a todo e qualquer indivíduo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da educação e da Pedagogia geral e Brasil*. 3. Ed. São Paulo: Moderna, 2006. 384p.
- ARISTÓTELES. *Política*. Tradução de Nestor Silveira. São Paulo, 2010.
- CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. São Paulo: UNESP, 1999.
- COELHO, L. M. C. C.; PORTILHO, D. **Releitura da concepção de educação integral nos CIEPs: para além das caricaturas ideológicas**. In: COELHO, L. M. C. C. (Org.). *Educação integral em tempo integral: estudos e experiências em processo*. Petrópolis, RJ: DP et Allí, 2009a. p. 89-102.
- CORDÓN, Juan. & MARTINES, Tomas. *História da Filosofia*. Lisboa: Ed.s 70, 1995.
- DAMBRÓS, Bruno Rodrigo. A reorganização territorial Ática sob Clístenes: a democracia como enfraquecimento dos poderes parental-aristocráticos. *Revista Hélade*, Rio de Janeiro: UFF, a.3, v.3, p. 96-106, 2017
- FINLEY, Moses I. *Democracia antiga e moderna*. Tradução de Waldéa Barcellos, Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda, 1988.
- GLÜCK, Alejandro Ezequiel. *Manual del Derecho Político*. Buenos Aires: El Escriba, 2006.
- GUTHRIE, William Keith C. *Os Sofistas*. São Paulo: Paulus, 1995.
- JAEGER, Werner. *Paidéia (A formação do Homem Grego)*. Tradução portuguesa de Artur M. Pereira. São Paulo: Herder, p. III.
- JAEGER, Werner. *Paideia: a formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- LESSA, Fábio de Souza. *O feminino em Atenas*. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2004.

LORAU, Nicole. **A democracia em confronto com o estrangeiro** (Atenas, Paris). In: CASSIN, Barbara et al. **Gregos, bárbaros, estrangeiros. A cidade e seus outros**. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leitão. Rio de Janeiro: Edições 34, 1993, p. 11-33.

MARTINS, Everton. **Cidadania: o papel da disciplina de História na construção de cidadãos plenos a partir de um olhar histórico reflexivo**. (Dissertação de Mestrado em Educação). Santa Maria: UFSM, 2010.

PEIXOTO, Miriam C. D. Reabilitando os sofistas. **Revista da Fundação Educacional Monsenhor Messias**, Sete Lagoas, v.1, n. 1, 1994, p. 39-53.

PLATÃO, Protágoras. **Relógio D' Água**, Lisboa, 1999.

PLATÃO. **A República**. Trad. Maria Helena da Rocha Pereira. 7. Lisboa, 1993.

TEIXEIRA, A. S. **Educação para a democracia: introdução à administração educacional**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

## Um diálogo entre História e literatura: Casamento, adultério e família patriarcal na obra *O Cortiço*, análise dos personagens *Miranda* e *D. Estela* (Cajazeiras, PB, 2021)

Davi Formiga Rolim de Albuquerque  
Universidade Federal de Campina Grande  
davirolim90@gmail.com

O presente artigo partiu de um processo avaliativo da disciplina de História do Brasil III em que a docente que ministrava a disciplina propôs a escrita de um artigo como avaliação da III unidade da disciplina. A pretensão é analisar o diálogo entre história e literatura, a partir da obra *O Cortiço* de Aluísio Azevedo, e a partir dessa aproximação entre essas duas áreas de estudo, será feita uma abordagem dos personagens Miranda e D. Estela, buscando discutir os conceitos de casamento, adultério e família patriarcal, em torno dos personagens. Para tal discussão serão utilizados três tópicos de abordagem. O primeiro tópico busca estabelecer uma relação de proximidade entre história e literatura, tendo como aporte teórico os textos da autora Sandra Pesavento (2006) e (2003). O segundo está voltado para uma breve discussão sobre o contexto histórico da obra, como também da escola literária que influenciou o autor e também as problemáticas sociais que o livro traz levando em consideração o trabalho de Rubin e Bolfe (2014), referentes a problemática da moradia no Brasil durante a Primeira República. Por último e mais importante iremos explanar sobre os conceitos de casamento, adultério e família patriarcal, tendo como suporte teórico a dissertação de Maria Socorro Cipriano (2002) e do artigo escrito por Roosenberg Rodrigues Alves (2009). O aporte teórico-metodológico se insere nos estudos sobre a História do Brasil, como também no campo da História cultural e História Social, além de trazer estudos sobre história e literatura. Buscamos com a escrita desse artigo elucidar o processo de aproximação entre história e literatura, evidenciando que essa aproximação pode oferecer caminhos de análises teóricas para futuras pesquisas acadêmicas.

Palavras-chave: História e literatura. Casamento. Adultério. Família patriarcal

## INTRODUÇÃO

O intuito deste trabalho é mostrar como História e literatura dialogam entre si, no que se refere à construção de uma narrativa que proporcione ao leitor o entendimento do mundo abordado tanto numa obra histórica quanto numa obra literária. Nesse aspecto, é importante ressaltar que mesmo com o diálogo entre elas, essas duas áreas possuem aproximações, mas sobretudo diferenças, estas que são fundamentais para o entendimento desses dois campos da escrita.

Para entendermos essa aproximação entre história e literatura, vale ressaltar os textos de Sandra Pesavento, *História e Literatura: uma velha- nova história* e *O mundo como texto: leituras da história e da literatura*, que buscam indagar como ocorre essa aproximação entre história e literatura, e, também, sobre a questão de que ambas se constituem como uma ficção, porém com características diferentes.

Em seguida situaremos o leitor a respeito da obra *O Cortiço* de Aluísio Azevedo, levando em consideração o contexto histórico em que o livro está inserido, fins do século XIX, um período pelo qual o Brasil, e sobretudo o Rio de Janeiro, que é o cenário principal em que se localiza o cortiço referenciado na obra, estava passando por uma série de transformações em vários aspectos. Dentro disso, falaremos sobre a influência que a escola literária do Naturalismo teve na construção da obra de Aluísio Azevedo. Além disso, iremos expor algumas questões sociais inseridos na narrativa, dando maior destaque para a questão da moradia. Para auxiliar nessa discussão sobre a moradia será utilizado o artigo intitulado *O desenvolvimento da habitação social no Brasil* de Graziela Rossatto Rubin e Sandra Ana Bolfe.

Posteriormente será abordado a questão do casamento, do adultério e a questão da família patriarcal a partir dos personagens Miranda e D. Estela da obra *O Cortiço* de Aluísio Azevedo, tendo como ponto de partida a dissertação de Maria do Socorro Cipriano denominada *A adúltera no território da infidelidade: Paraíba nas décadas de 20 e 30 do século XX*, que embora traga um recorte temático e temporal muito específico, possibilita o entendimento da constituição dos casamentos na época como também do papel da mulher naquela sociedade, cabendo a ela ser fiel, em um mundo onde os maridos, tinham quase que o direito de ter uma amante, pois fazia parte, e ainda faz em alguns casos da honra masculina.

Dentro dessa abordagem dos personagens é importante ressaltar também a questão da família patriarcal que vai além das figuras do marido, da esposa e dos filhos, englobando também os empregados da casa e os agregados da família, partindo do artigo *Família patriarcal e nuclear: Conceito características e transformações* do autor Roosenberg Alves.

## DIÁLOGO ENTRE HISTÓRIA E LITERATURA

A análise do diálogo entre história e literatura terá como base teórica os estudos de Sandra Pesavento, mais precisamente dois textos. O primeiro deles é *História e Literatura: uma velha- nova história*, e *O mundo como texto: leituras da história e da literatura*. Ambos têm como eixo central discutir a aproximação e o distanciamento entre história e literatura.

Ela inicia o texto falando que essa aproximação fazia da literatura uma ferramenta ilustrativa para a história, “uma afirmação sobre o passado, para confirmação de um fato ou ideia” (PESAVENTO, 2003, p. 32). Essa noção se torna ultrapassada com a crise dos paradigmas, que trouxe questionamentos sobre os modelos explicativos do real.

Vale ressaltar primeiramente o termo “imaginário”, este que “é o elemento organizador do mundo, que dá coerência, legitimidade e identidade” (PESAVENTO, 2006, p. 1). O imaginário é também uma classificação e valorização do real. Nesse aspecto, podemos dizer que a base para o entendimento do imaginário está na ideia de representação.

A respeito disso, podemos afirmar que história e literatura são formas ou modalidades discursivas que tem como referência o real, e essa representação do real, ganharia forma no campo do imaginário, pois este “é sempre um sistema de representações sobre o mundo, que se coloca no lugar da realidade, sem com ela se confundir, mas tendo nela o seu referente” (PESAVENTO, 2006, p. 2).

Antes de entendermos os fatores que distanciam história e literatura, é preciso primeiramente fazer algumas considerações sobre o termo ficção. No dicionário, este termo refere-se ao ato de fingir, de algo imaginário. Entretanto existem outras noções, uma delas foi atribuída por Carlo Ginzburg, no qual classifica a ficção como uma “construção a partir do real”, sendo esta uma saída entre a verdade e a mentira. A segunda noção é a de Natalie Zemon Davies, que considera a ficção como algo possível e plausível, além dela cabe ressaltar também a noção de Isidoro Sevilha, que a considera algo verossímil e também Kosseleck que considera a ficção como uma construção.

É a partir desse entendimento sobre as várias noções de ficção, que se dará o distanciamento entre história e literatura. Embora essas duas áreas do conhecimento tenham como objeto de estudo o homem, este se materializa de formas diferentes nessas áreas. Na história há uma preocupação muito grande com o real, ou seja, ela reconstrói o passado do homem a partir dos rastros deixados de um determinado acontecimento, mas não da forma como ele supostamente aconteceu, mas o reconstrói de forma verossímil, porém com pretensão de ser verdadeira. A respeito disso, Pesavento, argumenta o seguinte: “Na busca de reconstruir uma representação sobre o passado, o historiador está preso a algo que tenha ocorrido e que tenha deixado traços objetivos, pois ele não cria traços, ele os descobre, pela pergunta que faz e o que cria realmente é a versão interpretativa”. (PESAVENTO, 2003, p. 36).

Já a literatura não possui essa preocupação com os rastros deixados pelo homem, o que interessa para ela, é construir uma representação do real, a partir de um imaginário, cujos acontecimentos podem ou não ter ocorrido, ou seja, a literatura não tem a pretensão de “comprovar ou chegar a uma veracidade, mas obter uma coerência e um efeito de verossimilhança” (PESAVENTO, 2003, p. 37).

O diálogo entre história e literatura se estabelece de forma hierarquizada. Essa hierarquização ocorre quando o uso da literatura pela história acontece quando a última lança perguntas, e se debruça na literatura para responde-las. Portanto, o “uso de um campo pelo outro é, pois, possível, a partir de uma postura epistemológica que confronta as tais narrativas, aproximando-as num mesmo patamar” (PESAVENTO, 2006, p. 8). Porém existe um diferencial, o escritor literário, não tem a preocupação em resgatar o passado de forma verídica, mas de que seu texto seja o mais convincente possível, contextualizando seus personagens, sua ambientação e seus acontecimentos, para trazer a “impressão de verdade”. Nesse aspecto, o que enriquece o texto literário é a metáfora que permite ao texto literário atingir, nas palavras de Pesavento, “a dimensão da verdade do Simbólico que se expressa de forma cifrada e metafórica, como outra forma de dizer a mesma coisa” (PESAVENTO, 2006, p.8).

Conclui-se, portanto, que:

A literatura é, pois, uma fonte para o historiador, [...] porque lhe dará acesso especial ao imaginário, permitindo-lhe enxergar traços e pistas que outras fontes não lhe dariam. Fonte especialíssima, porque lhe dá a ver, de forma por vezes cifrada, as imagens sensíveis do mundo. [...]. Por vezes, a coerência que o texto literário apresenta é o suporte necessário para que o olhar do historiador se oriente para outras tantas fontes e

nelas consiga enxergar aquilo que ainda não viu. (PESAVENTO, 2006, p.8).

### O Cortiço

A obra *O Cortiço* do autor brasileiro Aluísio Azevedo, é um dos livros mais influentes na literatura brasileira. O autor Aluísio Azevedo foi influenciado pela corrente naturalista e determinista, que acreditava na influência do meio nas atitudes do homem. Tal influência fica evidente durante toda a obra, pois seus inúmeros personagens tomam atitudes questionáveis no âmbito moral, mas que de alguma forma se justifica pelo meio em que vive, como também pela situação de vida em que se encontram. Um exemplo disso, é o próprio João Romão, pequeno comerciante, que se torna dono do Cortiço, e que usa de todo tipo de trapaça para se sobressair perante os demais, seja roubando materiais para construir o cortiço, seja falsificar uma carta de alforria para Bertoleza, para que ela fizesse os serviços mais pesados na venda que ele possuía, mantendo-a sob um regime de exploração escravista.

Nesse quesito, cabe ressaltar que o Naturalismo na visão de Villanueva consistia em uma representação fiel e detalhista de uma realidade, mediante uma observação eficiente e científica. Com isso, o escritor age como um cientista, pois encontra no cotidiano, que será o seu campo de observação, os elementos necessários para reproduzir aquela realidade da forma mais fidedigna possível.

Publicado originalmente em 1890, o livro encontra-se situado temporalmente nos fins do século XIX, período no qual o país começa a passar por algumas mudanças, dentre elas estavam a abolição da escravidão (que representou o declínio do Império, dando lugar a Primeira República no país, que foi proclamada pelo Marechal Deodoro da Fonseca), dando lugar ao uso da mão de obra livre e assalariada. Além da abolição da escravidão teve também um forte processo de urbanização das cidades brasileiras. Essa campanha de urbanização e embelezamento urbano visava eliminar inúmeros problemas, dentre eles a questão da higiene das cidades que seria resolvido por meio da política de saneamento, e a questão da moradia. O problema da moradia consistia em retirar a pessoas mais pobres (ex- escravos, operários, etc.) das moradias precárias, denominadas de cortiços, que “eram construções amontoadas alugadas para a população de baixa renda” (RUBIN & BOLFI, 2014, p. 202). O discurso das elites em derrubar esse tipo de moradia estava pautado numa preocupação com a saúde e o bem-estar dos trabalhadores. Entretanto, o real motivo que levou a derrubada dos cortiços era dividir o espaço urbano,

ou seja, o centro ficaria para o comércio e para as habitações luxuosas das elites e a periferia seria o espaço da população mais desfavorecida.

Assim, Rubin e Bolfe, afirmam que:

Com a proclamação da República (1889), ocorreram algumas políticas de expulsão das classes pobres das áreas centrais da cidade, com a justificativa de controle sanitário por parte dos médicos- higienistas, como meio de normatização da sociedade. Assim, empresas de iniciativa privada investiram na construção civil e no fortalecimento de habitações, porém esses investimentos não se destinavam à população de baixa renda (RUBIN & BOLFE, 2014, p. 203).

Nesse processo de “evolução” da moradia, a população de baixa renda passou a habitar em terrenos vazios nos subúrbios, e nos morros, que gerou o processo de formação das favelas no Brasil. Com isso, fica evidente a separação do espaço físico urbano entre centro e periferia.

Por estar inserido nesse contexto histórico, a obra de Aluísio Azevedo retrata muito bem essa questão da moradia, pois o cortiço citado no livro abrigava uma diversidade de gentes, estas que se enquadravam como pessoas de baixa renda pelo tipo de trabalho que exerciam, a única exceção a essa regra era Miranda um negociante português que administrava uma loja de fazendas adquirida através do dote de sua esposa D. Estela.

Contudo, o livro não aborda só a problemática da moradia, dentro da obra há partes que abordam também a questão da homossexualidade, mediante o personagem Albino, como também a problemática do adultério e do casamento arranjado mediante dote envolvendo tanto os personagens Miranda e D. Estela, como também Rita Baiana e Jerônimo, em relação a prática do adultério por parte do personagem Jerônimo (casado com Piedade e depois acaba se apaixonando por Rita Baiana e deixa a sua antiga esposa).

Estão presentes também a questão da escravidão em torno da figura de Bertoleza que foi enganada pelo seu patrão João Romão, e deixou de ser uma escrava do campo, para se tornar uma escrava do comércio, por assim dizer. O mais triste nesse contexto da personagem Bertoleza é que ao descobrir que foi traída pelo seu patrão comete suicídio por saber que não sua vida não mudou, ou seja, continuou como um simples objeto na mão de um trapaceiro ganancioso.

No que diz respeito a questão do adultério, será levado apenas em consideração neste trabalho o caso entre Miranda e D. Estela, tendo em vista que o relacionamento

desses personagens conversará com os conceitos de casamento, família patriarcal e adultério.

## CASAMENTO, FAMÍLIA PATRIARCAL E ADULTÉRIO EM TORNO DO PERSONAGEM MIRANDA DA OBRA O CORTIÇO

Em primeiro lugar deve-se levar em consideração a ideia de casamento que pairava na época, sendo este ligado ao pagamento do dote, que além de se constituir como uma garantia para a ocorrência do casamento, servia também como uma forma de enriquecimento, mediante a “compra” da noiva, pois o acordo de casamento era feito entre o pai da noiva e o noivo. Cabe ressaltar que esse tipo de casamento “era restrito a uma elite branca que via nele um símbolo de prestígio e estabilidade social” (ALVES, 2009, p. 3). Sendo assim, a mulher era tida como um objeto valioso cujo dono era o marido.

Nesse aspecto, o homem por ser o cabeça da família, tinha quase que o direito de trair a sua mulher, pois como destaca (CIPRIANO, 2002, p.5), “o homem era definido por sua virilidade, poderia ter outras mulheres fora do casamento”. Cipriano destaca que na República o Código Penal de 1890 “estabelece que, para que ficasse comprovado o adultério masculino, era indispensável ter provas de que o homem casado mantinha uma concubina” (CIPRIANO, 2002, p.5). Com isso percebemos claramente os papéis definidos pelo homem e pela mulher. Para o homem, cabia a responsabilidade de ficar à frente dos negócios da família, como também de cuidar da moralidade da mesma. Já para a mulher, lhe era exigido a fidelidade (em meio a um “território de infidelidade”) e a dedicação à família, pois como aponta Cipriano, nutria-se a imagem da mulher como “guardiã do lar e da família”. Assim, a prática do adultério feminino era vista pelos homens como uma ameaça aos antigos costumes da família tradicional, sendo esta considerada como o maior dos males sociais, pois ela leva a “degeneração da família, a desonra masculina, o desvirtuamento dos filhos, futuros cidadãos, e por sua vez, a destruição da pátria, a partir de uma traição generalizada (CIPRIANO, 2002, p. 3).

A partir do que foi explicitado, podemos notar que o casamento de Miranda com D. Estela, se constituiu, mediante um pagamento de dote, se caracterizando como um casamento arranjado. Este tipo de laço matrimonial ocorria principalmente nas elites e visava perpetuar os privilégios e riquezas dessas famílias através do dote que era obtido para se consolidar o matrimônio.

Nesse sentido, quem era Miranda e quem era D. Estela? Miranda era um negociante português que tinha uma loja de fazendas por atacado (que obteve essa loja mediante o dote matrimonial com D. Estela) cuja residência era a Rua do Hospício. Posteriormente, ele, sua esposa e Zulmirinha, (pela qual não sentia carinho ou amor pela menina, pelo fato de não ter a certeza de ser mesmo o pai dela), se mudaram para o Cortiço construído por João Romão. A desculpa dada por Miranda para tal mudança foi a de que sua esposa não aguentava mais residir no centro da cidade, além de Zulmirinha, que crescia muito pálida, precisava de largueza para enrijecer o corpo. Entretanto, o real motivo da mudança de Miranda era a “necessidade, que ele reconhecia urgente, de afastar D. Estela do alcance dos seus caixeiros” (AZEVEDO, 2012, p. 21). Aluísio Azevedo caracteriza D. Estela como uma “mulherzinha levada da breca”, que estava casada a treze anos com Miranda e que durante todo esse tempo só lhe trouxe desgosto.

É importante ressaltar o desprezo e, por que não o ódio recíproco entre eles. Esse desprezo fazia com que D. Estela cometesse seguidos adultérios e mesmo sem existir amor romântico entre o casal, Miranda não admitia o adultério de sua mulher, pois além de ferir a sua honra masculina, iria também manchar a sua imagem que ele quis construir na sociedade em que vivia, pois acima de tudo estava a manutenção da sua posição social, e para tal era importante manter o seu matrimônio, pois era através dele que Miranda poderia ascender socialmente. Assim Aluísio Azevedo aponta o seguinte: “Ainda antes de terminar o segundo ano de matrimônio, o Miranda pilhou-a em flagrante delito de adultério; ficou furioso e o seu primeiro impulso foi de manda-la para o diabo junto com o cúmplice; mas a sua casa comercial garantia-se com o dote que ela trouxera” [...] (AZEVEDO, 2012, p.21).

Fica evidente, que mesmo infeliz e constantemente traído, Miranda precisava manter seu casamento, porque assim ele alcançaria o seu objetivo, se tornar barão e acaba conseguindo realizar tal feito, tornando-se assim, um homem da alta sociedade como ele sempre quis.

D. Estela, vai de oposto, ao que Socorro Cipriano, aponta como a guardiã do lar e da família, pois esta não sentia afeto, nem pelo marido e nem pela filha Zulmirinha, a qual jurava ser filha do odiado marido, o que justificaria o total descaso com a criança. Dessa forma, Estela não via necessidade de ser fiel ao seu marido, pois além de desprezá-lo, ela não lhe devia nada. Assim a prática do adultério era na visão dela uma forma de prazer e não uma desonra.

Mesmo nutrindo desprezo pela esposa, Miranda, em determinados momentos procurou ela com o intuito de fazer relações sexuais, ideia que mesmo repudiando, ele necessitava naquele momento. Estela estava dormindo quando ele aproximou-se dela, e “como se o olhar do marido lhe apalpasse o corpo, torceu-se sobre o quadril da esquerda, repuxando com as coxas o lençol para a frente e patenteando uma resga de nudez estofada e branca” (AZEVEDO, 2012, p.22). O autor destaca que depois de um mês do ocorrido, Miranda retorna para o quarto da esposa, só que dessa vez ela sabia que ele retornaria e o recebeu no quarto com um sorriso que o deixou desnortado. “A mulher percebeu a situação e não lhe deu tempo para fugir, passou-lhe rápido as pernas por cima e, grudando-se lhe ao corpo, cegou-o com uma metralhadora de beijos” (AZEVEDO, 2012, p. 23). As relações sexuais entre o casal eram selvagens, mostrando que eles como amantes tinham de certa forma uma química, mesmo que passageira. Porém essas relações não foram duradouras, e o ódio recíproco entre eles, só fez aumentar.

Em segundo lugar, cabe ressaltar também o conceito de família patriarcal. Conceito esse que será apontado como:

Um núcleo composto pelo chefe da família (patriarca), sua mulher, filhos e netos, que eram os representantes principais e um núcleo de membros considerado secundários, formados por filhos ilegítimos (bastardos) ou de criação, parentes, afilhados, serviçais, amigos, agregados e escravos (ALVES, 2009, p.2).

Dessa forma, o patriarca ficava responsável pelo gerenciamento dos negócios e pela manutenção da honra familiar, estando os demais membros sob a sua autoridade.

O conceito de família patriarcal nos remete ao tempo do Brasil colonial, sendo o patriarca “o grande senhor rural, proprietário de terras incomensuráveis, onde se plantavam as bases da economia brasileira: café, cacau, cana-de-açúcar e outras lavouras” (ALVES, 2009, p.5). Portanto, a família patriarcal era o modelo histórico que compunha a vida social no Brasil colônia, sendo esta, segundo Alves, “a espinha dorsal da sociedade e desempenhava os papéis de procriação, administração econômica e direção política”, além disso, na família patriarcal havia um grande número de filhos e netos que iriam gerir a fazenda no futuro (ALVES, 2009, p. 5)

Na obra de Aluísio Azevedo, nota-se que a família de Miranda se constitui como uma família patriarcal, pois possui o núcleo principal era formado por ele, sua esposa D. Estela e a filha Zulmirinha, além de possuir o núcleo secundário, composto pela criadagem da família, englobando Isaura e Leonor, Valentim, filho da antiga escrava

alforriada de D. Estela, pelo qual nutria um carinho imenso pelo menino, dando-lhe tudo. Havia ainda o parasita chamado velho Botelho, “um pobre diabo, caminhando para os setenta anos; antipático, cabelo branco, curto e duro como escova, barba e bigode do mesmo teor” (AZEVEDO, 2012, p.33). “Andava sempre de preto, com um guarda-chuva debaixo do braço e um chapéu de Braga enterrado nas orelhas” (AZEVEDO, 2012, p. 33). Sendo este modelo familiar tradicionalmente europeu e o fato de Miranda ser português só reforça a constituição deste modelo familiar.

Em síntese, o estudo a partir da aproximação entre história e literatura permitiu entender como Aluísio ao construir o imaginário do Cortiço no alvorecer da Primeira República (fins do século XIX e início do século XX um período marcado por profundas mudanças na vida cotidiana das pessoas, mudanças essas que foram causadas pela Revolução Científico- Tecnológica) cujo impacto “se faz sentir na sua plenitude, alterando tanto os hábitos e costumes cotidianos quanto o ritmo e intensidade dos transportes, comunicações do trabalho” (SEVCENKO, 1998, p. 11), o fez partindo de um lugar que se encontrava alheio a todas essas mudanças desenfreadas, ou seja, o Cortiço São Romão, em que seus personagens possuem aspectos e características que se assemelham com as pessoas da época. Nesse quesito, é a partir da aproximação entre história e literatura que o historiador pode utilizar a obra *O Cortiço* como um instrumento para entender as sensibilidades das pessoas, como também entender as características e contradições daquela sociedade, sem ter na obra um objeto de afirmação daquilo que ele pretende esboçar, mas sim um suporte.

Dessa forma, Aluísio Azevedo construiu uma história ficcional, partindo de um contexto e cenário da realidade, cuja obra apontava para diversas problemáticas da época e que permanecem até hoje, como a da moradia e divisão do espaço urbano entre centro e periferia, que com o passar dos tempos se tornou um dos maiores problemas da sociedade brasileira, sem falar também na questão do trabalho escravo moderno através da personagem Bertoleza, e que podemos notar esse tipo de trabalho exploratório e análogo a escravidão no Brasil atual, em que pessoas em situação de pobreza extrema são ludibriadas por pessoas que prometem a essas pessoas uma vida melhor e acabam tornando essas pessoas escravas, sendo colocadas numa condição sub-humana de vida, assim como a personagem Bertoleza do livro escrito por Aluísio Azevedo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo procurou mostrar como a partir da proximidade entre história e literatura, podemos entender o contexto histórico em que se encontram os personagens da obra *O Cortiço*, como também as especificidades tanto da sociedade na qual estavam inseridos, quanto dos próprios personagens. Além disso, o artigo se propôs a fazer uma análise dos personagens Miranda e D. Estela, apropriando-se dos conceitos de casamento e adultério, cujo aporte teórico partiu da dissertação *A adúltera no território da infidelidade: Paraíba nas décadas de 20 e 30 do século XX* da autora Maria do Socorro Cipriano, que mesmo com sua abordagem específica, contribuiu para a compreensão da ideia de casamento, de adultério feminino que era algo abominável para os homens, embora estes cometessem tal prática por se acharem no direito de fazê-lo. Além disso, foi abordado também o conceito de família patriarcal, tendo como referência o artigo de Roosenberg Rodrigues Alves, *Família patriarcal e nuclear: Conceito características e transformações* e por fim foi utilizado a obra *História da vida privada no Brasil vol.3: República da belle époque a era do rádio*, pois tal obra aborda em sua introdução as mudanças ocorridas na sociedade brasileira naquela época.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Aluísio. *O Cortiço*. São Paulo: Martin Claret, 2012

ALVES, Roosenberg Rodrigues. *Família patriarcal e nuclear: conceito, características e transformações*. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DA PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA UFG/UCG, II, 2009. Disponível em: [https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/IISPHist09\\_RoosembergAlves.pdf](https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/IISPHist09_RoosembergAlves.pdf)

CIPRIANO, Maria do Socorro. *A adúltera no território da infidelidade: Paraíba nas décadas de 20 e 30 do século XX*. 2002 Dissertação de Mestrado: apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2002. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/278886>

SEVCENKO, Nicolau. *O Prelúdio Republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso*. In: NOVAIS, Fernando A.; SEVCENKO, Nicolau (Orgs). *História da Vida Privada no Brasil vol.3 República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Cia das Letras, 1998. P. 7-48.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e Literatura: uma velha-nova história*, *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Debates, 2006. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/1560?lang=pt>

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo como texto: leituras da história e da literatura. In: *Revista História da Educação*, v.7, n.14, Rio Grande do Sul, 2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30220>

RUBIN, Graziela Rossato & BOLFE, Sandra Ana. O desenvolvimento da habitação social no Brasil. In: *Ciência e Natura*, v.36, n. 2, Santa Maria. 2014,. Revista do Centro de Ciências Naturais e Exatas- UFSM. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4675/467546173014.pdf>

FORTUNA, Daniele Ribeiro. **Do Naturalismo ao Realismo sujo: a tendência realista na literatura brasileira**, Cadernos do CNFL, vol. XVI, nº 04, t.1. Disponível em: [http://www.filologia.org.br/xvi\\_cnlf/tomo\\_1/042.pdf](http://www.filologia.org.br/xvi_cnlf/tomo_1/042.pdf)

## As vertentes pedagógicas críticas do século XX e as suas influências no ensino de História

Marinita Moreira Cordeiro  
Universidade Estadual da Paraíba  
marinitacordeiro@gmail.com

Amanda Thays Cavalcante de Albuquerque  
Universidade Estadual da Paraíba  
amanthayl@gmail.com

O presente artigo tem como objetivo analisar as vertentes pedagógicas críticas que contribuíram para o ensino de história na segunda metade do século XX, e quais são as suas influências no currículo. Ao longo dos tempos, é notável a preocupação por professores em tornar o ensino de história prazeroso, e que gere um interesse em relação à disciplina, isto é, utilizar didáticas que sejam inovadoras e que se interliguem aos conteúdos e por conseguinte, faça valer conhecimentos reflexivos a partir das temáticas apresentadas em sala de aula. Dessa forma, o artigo irá propor uma discussão sobre o ensino de história nos últimos anos, e os fatores que podem torná-lo crítico, para além dos livros didáticos, como o uso de fontes historiográficas, e em seguida apresentar a importância que as vertentes pedagógicas tiveram nesse processo formador de um ensino mútuo.

Palavras-Chave: Ensino de História. Pedagogias Críticas. Sujeito Histórico. Ensino-Aprendizagem.

## INTRODUÇÃO

A discussão sobre as vertentes críticas pedagógicas no ensino de história é fundamental, pois a partir delas pode-se entender que o ensino obteve uma visão reflexiva e crítica dos conteúdos, além de ter cooperado para a construção de conhecimentos significativos.

Nos dias de hoje, a preocupação para um ensino de história que possibilite ao aluno se sentir parte da história é permanente, principalmente no âmbito acadêmico, na formação de professores, isto porque há professores que ainda estão vinculados ao modelo tradicional de ensino, como por exemplo, usando o livro didático como o único meio de ensinar, neste os conteúdos expostos narram os grandes fatos, as grandes figuras da história e as datas importantes. Professores com essa perspectiva estão contribuindo para um ensino memorizador cujo resultado será o aluno, ao sair da aula, não aprender o conteúdo ou não problematizá-lo, mas sim decorado. E a história desempenha um papel essencial na vida da sociedade, pois ela permite encontrar soluções e problemáticas no passado que podem ser refletidas no tempo presente, contribuindo para que o aluno possa ser tornar um sujeito ativo em seu meio social.

É preciso pensar metodologias de ensino que interliguem a teoria com a prática, e não as distanciem, para que seja uma transmissão de saber problematizadora, reflexiva e, acima de tudo, crítica. Quando o aluno se aproxima da história ele percebe que é capaz de problematizar e refletir sobre o assunto, afinal ele é um sujeito que faz parte da trama da história e perceberá isso de forma inconsciente e consciente, ao associar os conteúdos em sala com relações do cotidiano.

Portanto, as vertentes críticas pedagógicas que surgiram na segunda metade do século XX, como a Pedagogia Libertadora de Paulo Freire que surgiu no ano de 1960, visando a formação crítica cidadã do aluno, e a Pedagogia Crítico Social dos conteúdos que surgiu no ano de 1970, foram umas das primeiras vertentes no Brasil que influenciaram o ensino de história reflexivo. O professor conhecendo essas vertentes e como elas contribuíram para a história perceberá a importância de um ensino-aprendizagem mútuo e diverso.

## O ENSINO DE HISTÓRIAS E AS COMPLEXIDADES

Em pleno século XXI o ensino de história ainda é questionado por muitas pessoas, seja por pais e/ou alunos “para quê?” e “por que se estuda isso?”, além de ser visto como decoreba. Essa concepção deveria estar ultrapassada ou até mesmo excluída, mas por que ainda existem pessoas que pensam assim? Haja vista que nos últimos anos no Brasil reacendeu uma onda conservadora e moralista, em que a educação é o âmbito que sofre os maiores ataques pelo governo, como por boa parte da população, principalmente as áreas de humanas das quais são concebidas como as matérias que propagam doutrinação, e, por conseguinte, o comunismo.

Essa concepção é atrelada ao modelo de um ensino que não concebe reflexão, no qual o aluno não tem conhecimento sobre fatos passados que precisam ser lembrados para não se repetirem, ou seja, através das humanidades, como a disciplina de história, contribuirão com o desenvolvimento do intelecto do aluno e sua criticidade perante as relações sociais que o rodeiam, mas esse modelo de educação fere uma sociedade baseada no conservadorismo. Outro fator é que existem alunos que estão atrelados ao modelo de ensino com o caráter capital, ou seja, se dedicam a estudar as matérias que sejam mais práticas na sua vida cotidiana como também irão beneficiar seu futuro campo de atuação e assim se dedicam mais a elas deixando as outras de lado como a história por considerar enfadonha.

Diante disso, o mundo está cada vez mais globalizado, os alunos estão conectados aos aparelhos eletrônicos por muitas horas ao dia, seja o *smartphone*, o *tablet* ou o *notebook*, tendo um consumo de mídia social exagerado onde as informações que chegam são instantâneas e muitas das vezes sem fundamentos, as quais se propagam rápido e, muitas vezes, são *Fakes News*. Nesse caso, estudar o passado não se faz necessário e se torna sem importância, mas receber informações prontas da internet, por exemplo, de forma superficial que não estimule o seu senso crítico é mais prazeroso. Os que acusam a história como enfadonha não buscam mudar essa relação com a matéria, e tampouco se interessar por ela.

O livro didático é um dos instrumentos eficazes para auxiliar o professor em sala de aula, ele vai nortear os conteúdos e principalmente facilitar a aprendizagem dos alunos. Mas, existem professores que o usa como um guia único, inquestionável e, por conseguinte, o único meio para dar aula, insistindo em um ensino tradicional em passar resumos, provas com quesitos do livro, que contribui para um ensino decoreba e que permite a propagação de uma história única, com apenas aquela versão sobre

determinado fato, impossibilitando assim a expansão do senso crítico do alunado. É importante salientar que os livros didáticos

(...) muito criticado muitas vezes considerados os culpados pelas mazelas do ensino de história, os livros didáticos são invariavelmente um tema polêmico. Diversas pesquisas têm revelado que são um instrumento a serviço da ideologia e da perpetuação de um ensino tradicional (BITTENCOURT, 2008, p. 300).

Diante dessa visão, surge a demanda por um ensino inovador que busque desconstruir essa visão única, nesse caso é preciso que o professor aproxime o ensino de história do aluno, e que ele perceba que a história tem um papel reflexivo, transformador e crítico na sua vida. Segundo Dalposso (2006):

O aluno precisa entender que, o conhecimento histórico é um meio para compreender o mundo, as questões da atualidade, suas origens, as diferentes explicações para um fato e que o conhecimento histórico não é uma verdade acabada. E que é necessário questionar, levantar hipóteses, comparar, relacionar para entender as diferentes abordagens, para a sua apropriação. (p. 6).

Nessa abordagem, o ensino de história deve instigar o senso crítico do aluno para que ele se perceba como sujeito histórico, não alguém que vai mudar o mundo em poucos dias, ou um herói de lutas, mas que ele se perceba como sujeito do seu próprio tempo que está interligado a uma cultura social, seja em casa, com a família ou com os amigos, e que essas relações são fundamentais no seu processo de sujeito da história. Para Jaime Pinsky e Carla Pinsky (2007):

Quanto mais o aluno sentir a História como algo próximo dele, mais terá vontade de interagir com ela, não como uma coisa externa, distante, mas como uma prática que ele se sentirá qualificado e inclinado a exercer. O verdadeiro potencial transformador da História é a oportunidade que ela oferece de praticar a inclusão histórica. (p. 28).

A inclusão histórica está em harmonia com a perspectiva de sujeito histórico, pois o aluno deve se perceber como parte da história a partir de uma construção consciente e inconsciente das ações e relações entres os diferentes grupos sociais tanto no passado como no presente.

## A ABORDAGEM DE MÉTODOS PARA UM ENSINO-APRENDIZAGEM REFLEXIVO

A relação entre ensino e aprendizagem consiste em uma troca mútua de conhecimentos entre o professor e o aluno, a figura do professor será de mediador para controlar a roda de conversa, não mais como o centralizador que tudo sabe, mas o que irá apresentar as visões sobre o conteúdo e nisso partindo tanto de suas experiências de vida como também as dos alunos.

Para a ampliação do ensino-aprendizagem, pensar em como ligar os métodos ao conteúdo é essencial. Caimi (2015, p.115) aborda “todo professor de História, para poder ensinar, deve antes que nada, saber história”. Isto é, o docente que domina a sua área, vai saber aplicar suas metodologias ao conteúdo, havendo assim uma relação do saber e do aprender. A história nos permite trabalhar com variados tipos de fontes historiográficas como, por exemplo, fotografias, jornais, revistas, documentos: cartas, diários, etc.; como também a elaboração de materiais didáticos como a cápsula do tempo; ou até mesmo aproximando o ensino às tecnologias na criação de *blogs*, na exibição de filmes ou produção de documentários, reportagens, ligando a uma concepção de história oral, na qual pode ocorrer análises críticas, leituras e visões diferentes sobre uma determinada concepção.

Ao incorporar diferentes linguagens no processo de ensino de História, reconhecemos não só a estreita ligação entre saberes escolares e a vida social, mas também a necessidade de re(construirmos) nosso conceito de ensino e aprendizagem. (SELVA GUIMARÃES, 2004, p. 149-156, apud., ALVES e ROSA, 2016, p. 38).

Essas percepções permitem a vinculação entre ensino e aprendizagem, em que o aluno vai perceber que determinados momentos da história se fazem presentes até os dias de hoje nos diferentes meios sociais e que ele faz parte da trama histórica. Esses métodos podem e devem ser eficazes na elaboração de uma consciência histórica do alunado, e nisso sua concepção de uma história decoreba venha a mudar.

No entanto, esses diferentes meios de ensinar podem se tornar um problema se o professor não souber manusear, Para Dalposso (2006):

Não adianta substituir a metodologia sem que a própria concepção de História seja repensada. O professor precisa refletir, ler, ser um pesquisador, conhecer novas linhas de pensamento, discuti-las e ter

clareza sobre o que, e como vai ensinar; da consequência do seu compromisso com o ato de educar. (p. 6).

Essa afirmação nos consiste em pensar que para ter um bom desempenho nos métodos que o professor for utilizar, ele precisa ter um bom aprofundamento teórico, isto é, deve pesquisar diferentes formas de aplicar tal didática, além de planejá-la levando em consideração as problemáticas que possam surgir como por exemplo, ocorrer a falta de interesse dos alunos, tendo em vista que nunca se consegue a atenção de toda uma turma, além do mais a sala de aula é um ambiente repleto de diversidades, onde cada aluno tem uma forma diferente de compreender o mundo e as diferentes relações sociais que ocorreram durante um tempo, como as que ocorrem, outro fator é o apoio da direção escolar na aplicação do método, pois há aqueles profissionais que rejeitam o que há de novo no ensino, como também a falta de recursos na escola seja de sala de vídeo, como tipos de papéis ou Datashow.

(...) todas as formas de que lança mão o professor para transformar um conteúdo específico em aprendizagens, como analogias, demonstrações, experimentações, explicações, exemplos, contraexemplos, representações, inclusive a sequenciação que dá aos conteúdos e à ordenação de um mesmo assunto em diferentes tópicos. (CAIMI, 2015, p. 14).

## A INFLUÊNCIA DAS PEDAGOGIAS CRÍTICAS NO ENSINO DE HISTÓRIA

No Brasil o ensino de História passou por diversas transformações ao longo dos séculos XIX e XX. O ensino era voltado para a elite e principalmente para narrar os grandes fatos, homens e seus feitos, e o professor era visto como o que tudo sabe, ou como o centralizador, e o alunado como mero ouvinte, só para absorver os conteúdos, tornando-se assim um ensino acrítico.

Desse modo, não havia uma relação entre o ensino e a aprendizagem, eles eram desassociados, o ensino remetia ao professor e a aprendizagem ao aluno formulando, dessa forma, o *ensino tradicional* (pedagogia tradicional), exaltando o ensino da memorização que estava entrelaçado no discurso do professor, e nas respostas dos alunos através das atividades como por exemplo, copiar, citar nomes e escrever, além dos questionários que requerem respostas objetivas.

Nos anos 1950 e 1960 ocorreram diversos movimentos sociais com influências de intelectuais nacionais e internacionais que debateram sobre a educação brasileira, nos

quais a proposta era de um ensino popular e democrático que superasse as desigualdades sociais e formasse cidadãos preparados para os desafios econômicos e cientes de exercer sua cidadania.

A conjuntura brasileira revelava um fortalecimento do nacionalismo e das classes trabalhadoras industriais que haviam surgido com outra grande força no país a partir da década de cinquenta; de outro lado, constatava-se um nível crescente de organização e consciência social por parte do povo na reivindicação de seus direitos. Isso tornava o clima no país, cada vez mais preocupante e 'perigoso' para grandes homens do capital monopolista transnacional, que viam a necessidade de uma expressão política para enfrentar o quadro de 'desorganização' que atravessava a nação (ALVES e ROSA, 2016, p. 34).

No entanto, a década de 1960, mais precisamente em 1964 o Brasil passava por um período intensamente conturbado sob o regime militar, no qual não existia liberdade de expressão tampouco política, e, nesse caso, o ensino sofreu consequências tendo os primeiros movimentos fechados como as primeiras ideias de pedagogias libertadoras que difundiram-se no início do século XX por escolas modernas do educador espanhol Francisco Ferrer Guardia (1859-1909), como também a perseguição aos educadores do país que buscavam a acessibilidade do ensino.

A partir da segunda metade do século XX, foram intensificadas as ideias de pedagogia libertadora, advindas da cultura popular, dando origem às novas vertentes pedagógicas que beneficiaram o ensino de história, a primeira delas foi a Pedagogia Libertadora de Paulo Freire que surgiu no ano de 1960, em 1970 surgiu a Pedagogia Crítico Social dos conteúdos.

A primeira visava a formação crítica cidadã do aluno, priorizando a formação política e não mais a quantidade de conteúdos que eram acumulados, as atividades partiam de discussões que buscavam transformar a realidade do aluno, e assim deveria partir de seus conhecimentos prévios adquiridos antes e no cotidiano. Contudo, Azevedo e Stamatto (2010) mostram que essa concepção sofreu críticas:

O ensino de história, em tal perspectiva, em décadas posteriores, consolidou-se em práticas voltadas para temas geradores, normalmente partindo de situações do presente para relacionar com situações do passado, sem a preocupação de seguir os conteúdos tradicionalmente vistos na disciplina. Fato que acarretou críticas a tal abordagem, por considerar a falta de acesso aos saberes sistematizados um empecilho para a ação transformadora da sociedade. (p. 74).

Os educadores por demonstrarem uma nova adaptação nas formas de ensino foram alvos de grandes apontamentos, pois o padrão de ensino que eles buscavam adaptar era voltado para aguçar o lado crítico do aluno, como também envolver o sujeito no presente e em tudo que acontece ao seu redor principalmente influenciando a pesquisa e o ensino, para assim despertar o interesse pela história e em tudo que ela tem para oferecer.

Posteriormente surgiu a Pedagogia Crítico Social dos conteúdos, na qual a escola era o principal meio responsável pela socialização da cultura, visando a democratização dos conhecimentos que eram sistematizados pela humanidade durante todo o percurso da história.

Seu ensino-aprendizagem estava interligado aos conteúdos tradicionais, isto é, a ideia de narrar os grandes fatos, mas ela buscava propostas desafiadoras e questionadoras que desenvolvessem a argumentação do aluno, havia uma relação entre a ação do professor a partir do conteúdo abordado e a reflexão do aluno ao estudar tal conteúdo. Essa pedagogia sofreu diversas críticas, sendo chamada de “verdades consagradas”, que voltava às atividades com questionários de perguntas e respostas apesar de serem buscados de forma crítica.

Essas novas vertentes contribuíram de forma significativa para o Ensino de História, pois a partir delas o professor levava os alunos à reflexão crítica social sobre os conteúdos, além do mais minimizaria a postura centralizadora que o professor tinha em sala como o propagador da verdade.

No final do século XX essas vertentes foram renomeadas de Teorias Críticas do Currículo, se baseavam na educação multicultural, ou seja, a participação dos alunos como sujeitos críticos, relacionando exemplos do seu meio e o conteúdo escolar. Diante disso, surge a relação de ensino-aprendizagem, trazendo a interação dos alunos com o professor a partir do assunto explanado.

Ao longo do tempo em que as vertentes foram se introduzindo no currículo, percebe-se que havia uma preocupação em colocar o aluno como sujeito da história, partindo de exemplificações do seu cotidiano com o conteúdo abordado pelo professor para que houvesse uma transformação no ensino e principalmente na aprendizagem.

A pedagogia crítica de Freire no currículo expandiu o conceito de uma educação bancária, ou seja, o professor sendo o único que transmite o conhecimento, e o aluno só recebendo. Essa concepção é comparada ao depósito bancário no qual o banco recebe

depósitos de dinheiro, e posteriormente esse dinheiro é sacado ou transferido, e assim era o aluno com o conhecimento que recebia do professor, só iria depositá-lo na prova.

A crítica de Freire era voltada para que o conhecimento fosse investigado, questionado e de fato aprendido, ou seja, que houvesse uma relação de ensino e aprendizagem entre os alunos e o professor, “Não é alguém soberano, que faz qualquer coisa, mas alguém autônomo, que não é domesticado, que não é aprisionado, como se fosse apenas treinado, adestrado para ser obediente.” (CORTELLA, 2018, p. 84. apud., REVISTA PAZES, 2018).

As pedagogias críticas propuseram uma nova linha de pensamento buscando um ensino além de crítico, interdisciplinar tendo a concepção de outros filósofos, pensadores e sociólogos, adentrando o debate sobre as questões de gênero, étnico-raciais, orientação sexual, classe social, cultura e identidade, apesar dessas temáticas serem fortemente discutidas, no entanto, esses debates ainda fazem parte de um “currículo oculto”, isto é, estão nas entrelinhas dos assuntos expostos no currículo e não de forma clara e objetiva.

As problemáticas de um currículo oculto carregam consigo preconceitos enraizados devido a uma sociedade patriarcal na qual vivemos, e por isso o professor precisa saber adequar os conceitos em sala de aula como a valorização do patrimônio sociocultural e a importância do direito à cidadania, além de levar a ideia de respeito à diversidade cultural para que os alunos possam compreender que as temáticas discutidas são importantes e estão presente no seu cotidiano.

Portanto, essas diferentes fontes didáticas e métodos permitem a vinculação entre ensino e aprendizagem, em que o aluno vai perceber que determinados momentos da história se fazem presentes até os dias de hoje nos distintos meios sociais, e que ele como sujeito social não se desvincula dela, mas através de suas e experiências coletivas e individuais faz parte da trama histórica.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os objetos analisados ao longo do trabalho, fica evidente que o ensino-aprendizagem em história deve ser uma relação mútua, permitindo ao alunado uma visão de mundo reflexiva e crítica partindo dos conteúdos estudados em sala de aula.

Ao longo da pesquisa percebe-se que o ensino de história passou por transformações que o beneficiou até os dias de hoje, mesmo sendo marcado como

decoreba, ajuda os professores a pensarem sobre um ensino interdisciplinar e plural que é marcado por grandes debates.

Vale ressaltar que os métodos exemplificados são formas de ensino que a história proporciona e que existem inúmeras possibilidades para colocá-los em prática, pois dependendo da maneira que um conteúdo é transmitido em sala, o professor pode mudar a concepção do aluno sobre a matéria, como também as suas ações no cotidiano.

Por fim, é preciso que os professores de história como profissionais da educação que trabalham numa sociedade enraizada no autoritarismo, reflitam sobre a sala de aula como um ambiente diverso e que seus métodos não englobarão a atenção completa de toda uma turma, mas que irão transformar boa parte dela. Com isso, se faz necessário que o professor se volte um olhar sensível para os seus alunos e estabeleça debates em sala de aula, para que permita a construção de saberes e discussões plurais.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Carlos Jordan Lapa; ROSA, Geder da Rocha. **Uma Reflexão sobre o Ensino de História: um estudo de caso e processo de ensino-aprendizagem.** São Paulo, 2016.

Disponível em: <http://www.opet.com.br/faculdade/revistapedagogia/pdf/n11/artigo3.pdf>  
Acesso em: 28 de fev. 2021.

AZEVEDO, Crislane Barbosa de; STAMATTO, Maria Inês Sucupira. Historiografia, processo ensino-aprendizagem e ensino de história. In: **Revista metáfora educacional.** Bahia, 01.dez. 2010. Disponível em: <http://www.valdeci.bio.br/revista.html> Acesso em: 12 de maio. 2021.

CAIMI, Flávia Eloisa. **Por que os alunos (não) aprendem História?** Reflexões sobre ensino, aprendizagem e formação de professores de História. Rio Grande do Sul: Scielo, 2006.

CAIMI, Flávia Eloisa. **O que precisa saber um professor de História?** In: \_\_\_\_\_. Londrina: Scielo, 2015.

DALPOSSO, Neldi. **História Aprendizagem Prazerosa.** Paraná, 2006. Disponível em: [http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes\\_pde/artigo\\_neldi\\_dalposso.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_neldi_dalposso.pdf). Acesso em: 28 de fev. 2021.

PINSKY, Jaime; BASSANEZI, Carla Pinsky. Por uma história prazerosa e consequente. In: KARNAL, Leandro (org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas.** São Paulo: Contexto, 2016, pp. 17-36;

Você sabe o que é uma “educação bancária”? O professor Cortella explica. **Revista pazes.** São Paulo, 10 ago. 2018. Disponível em: <https://www.revistapazes.com/voce-sabe-o-que-e-uma-educacao-bancaria-o-professor-cortella-explica/> Acesso em: 28 de fev. 2021.

## A experiência do Estágio Supervisionado em formato remoto nas cidades de Natal/RN e Olho D'Água do Borges/RN: Pensando a prática docente durante a pandemia de Covid-19 (Campina Grande/PB, 2020)

Emmily Keturyn Moreira da Paschoa  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
emmilykmp@gmail.com

O seguinte trabalho tem o objetivo principal de responder como foi experienciar os estágios em História no formato remoto e quais as experiências vividas na execução da intervenção e regência, respectivamente. Demonstra-se que o ensino de História com métodos digitais adaptáveis é possível mas, para isso, é preciso refletir sobre as metodologias e condições dos alunos envolvidos no processo de construção do conhecimento. Para que sejam feitas primeiras reflexões sobre isso, o trabalho se propõe a relatar as experiências vivenciadas nos estágios remotos em duas escolas públicas, uma em Natal/RN e outra em Olho D'Água do Borges/RN. Respectivamente, para o 9º ano do ensino fundamental e 2º ano do ensino médio. Além disso, proporciona uma reflexão sobre o ofício do professor de História na pandemia de covid-19 através de análises contextuais e referenciais teóricos com discussões sobre o ensino de História, como as novas tecnologias podem ser utilizadas na prática e intercaladas com reflexões sobre como a pandemia interfere na prática do professor de História.

Palavras-chave: Estágio. Ensino. História. Covid-19.

## INTRODUÇÃO

Os estágios 2 e 3 foram realizados entre os anos de 2020 e 2021 para os alunos das licenciaturas da UFRN, durante a pandemia de COVID-19 e representaram novos desafios a serem enfrentados e vencidos na educação e, principalmente, no que concerne à disciplina de História. Como professorandos, fomos incentivados a pensar em metodologias ágeis (e, de certa forma, múltiplas) tendo em vista as formas de adaptações que foram necessárias para se adequar aos recursos digitais que estavam disponíveis, no momento em que os mesmos se tornaram uma das principais (ou principal, em determinados casos) ferramentas do professor para fazer a aula acontecer.

Todos tiveram que passar por adequações no currículo e no método de ensino, da faculdade à escola, entre alunos, professores e gestores. Professores tiveram que se adaptar à realidade do isolamento e suspensão de aulas presenciais causados pela pandemia e repensar seus métodos de aula através do ensino remoto, modalidade esta que fora adotada por várias escolas e universidades ao redor do mundo para que a educação pudesse continuar, enquanto alunos se adaptaram para encarar este desafio. O estágio escolar é uma exigência contida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9394/96) e proporciona ao licenciando uma formação que associa teoria e prática docente.

No estágio 2, a dificuldade foi maior pelo fato de que o semestre começou presencial e em março de 2020 houve a suspensão dessas aulas. Havia, portanto, a sensação de não saber o que fazer, como procederia o estágio obrigatório e como seria se adaptar a essa metodologia não-habitual de aulas online, questões que representaram muitas incertezas. Ambos os estágios aconteceram em escolas públicas do Rio Grande do Norte e uma das dificuldades do início foi o fato de que muitas escolas, apesar de estarem utilizando recursos digitais, não estavam fazendo aulas síncronas (modalidade em que professor e alunos estão conectados em tempo real através de uma chamada, que pode ser por vídeo ou não) e isso dificultou o processo. Sem contar fatores externos que influenciam diretamente na produção e operação de nós, estagiários, na execução das atividades.

Para o estágio 3, a expectativa que tinha era a de que as atividades seriam feitas de forma mais simples, visto que já havia experimentado a experiência de ensino remoto no estágio anterior. No entanto, não devemos medir as situações pela mesma régua do passado e, de tal forma, o estágio 3 também representou um desafio a ser enfrentado pela

complexidade de se lidar com uma turma que já está há quase 1 ano em ensino remoto e sem a experiência de vivenciar seu último ano do ensino fundamental 2 no contexto físico da escola. Mas, poderia dizer que o maior desafio deste último, foi o pouco tempo para execução das atividades.

Por isso, é preciso pontuar que este trabalho de relato e reflexão sobre a própria prática enquanto futuros professores de História, são de extrema importância. E, mais que isso, este trabalho que visa tratar dessas questões vivenciadas (e escritas) durante um contexto pandêmico, figura num campo que poderá servir aos futuros historiadores para pensarem sobre o ensino da disciplina durante esse momento e de que maneira as ferramentas digitais podem contribuir para novas metodologias. Este trabalho é também uma escrita de si, de uma experiência vivenciada pela autora deste trabalho, com reflexões e análises que superam o campo particular e perpassam o macrocosmo ao redor.

## PRIMEIRAS REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA DO ENSINO DE HISTÓRIA DURANTE UMA PANDEMIA

A experiência no estágio (tanto a prática quanto a discussão com os outros colegas) proporciona o momento de ter uma reflexão sobre a situação e realidade do sistema de educação nacional, faz repensar metodologias e os objetivos que são almeijados como professores atuantes nesse sistema. Buscando, portanto, adotar uma postura de professor-pesquisador que, como afirma Crislane Azevedo, é importante para “tornar o profissional da docência agente consciente da sua própria profissão, assumindo a postura de sujeito pensante e de um profissional intelectual” (AZEVEDO, 2012). Ademais, se entendemos que é preciso proporcionar a todos os alunos um ambiente de construção do conhecimento e o desenvolvimento de inteligência, com suas múltiplas competências, então pensar a prática envolve refletir também sobre os objetivos e a metodologia que cumpra com o citado acima e, mesmo estando em uma pandemia, este foco deve ser mantido (mas sempre adaptado de acordo com cada realidade).

Para os alunos, a pandemia também se mostrou como desafio. Além do esforço de permanecer conectado por várias horas durante o dia de aula e ainda ter que fazer as atividades das disciplinas, existia a necessidade de conciliar isso com as atividades domésticas e o dia-a-dia de suas famílias/casa. Certamente, para pessoas que não tiveram contato com esse tipo de desafio anteriormente, foi um período intenso para alunos e

professores. Os relatos de cansaço e desesperança são, em sua maioria, compreensíveis por esse motivo.

Como se já não fosse grande o estresse de lidar com uma situação de saúde pública delicada, em que pessoas morrem diariamente em todo o mundo, os educadores ainda têm que suportar a pressão psicológica imposta pelo sistema para ministrar as melhores aulas remotas possíveis, independentemente de seu estado de saúde mental. Essa é outra questão delicada, cujos impactos só serão avaliados após o término da pandemia. (OLIVEIRA, Vítor., 2020, p. 8)

No entanto, a educação permanece firme, resistindo às intempéries mais distintas e se mantendo forte, por seus alunos e funcionários. Seja como instituição física, mas principalmente como espaço que possui uma “[...] tarefa complexa, e como sempre, polêmica. É complexa porque não basta passar a crianças e jovens o conteúdo que seus pais aprenderam, na escola e fora dela, como pensamento único de um determinado grupo influente.” (BARCA, 2007, p. 05). Principalmente tendo em vista que “a sala de aula não é apenas um espaço onde transmite informações, mas onde uma relação de interlocutores constrói sentidos.” (BITTENCOURT, 2012, p. 57).

De acordo com o artigo 205 da Constituição Federal, “a educação é um direito de todos e dever do estado e da família, com a participação e colaboração da sociedade, visando o desenvolvimento pleno, o preparo do sujeito para exercer a cidadania e para o mercado de trabalho” (BRASIL, 1988). Pensando nisso, portanto, é necessário que escola e Estado como um todo (desde os cargos maiores de administração como presidência e ministro da educação) reflitam sobre a profissão e função do professor nesses tempos de pandemia, em como a escola enquanto instituição educacional pode estar junto do professor dando o suporte necessário, também ajudando o aluno e a comunidade escolar.

Nesse sentido, é possível relacionar com o que foi dito por Carlise Schneiders que: “As novas tecnologias oferecem a informação na palma da mão, mas não o aprendizado e a sabedoria, nesse papel, o professor ainda é o sujeito indispensável, principalmente quando envolve a educação básica.” (SCHNEIDERS, 2020, p. 215). Pensar nas condições dos sujeitos da escola (alunos, professores, gestores e demais funcionários) é mais que necessário. E, a fim de ajudá-los, cabe à escola pensar em maneiras de tornar esse momento menos desafiador e, se possível, buscar o apoio dos governantes para tal. Em um momento como o que estamos vivendo, o apoio múltiplo é essencial para execução das atividades. Penso que a educação não deve se restringir ao seu caráter pedagógico mas deve pensar também como um “ato político, como ato de conhecimento e ato criador”

(GADOTTI, 1996, p. 80) que alunos e professores levam para a vida, para lugares além do ambiente escolar.

Visando a tentativa de cumprir o que diz a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como documento de caráter normativo no desenvolvimento de alunos brasileiros durante a Educação Básica, o aluno deve estar assegurado de, pelo menos, 10 competências gerais. Sendo “competência” a mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores capazes de resolver demandas e questões relativas à vida cotidiana, exercício da cidadania e do mundo do trabalho. (BRASIL, 2018, p. 8).

Para pensar essa prática também é essencial ver o que está descrito na Competência 3 de História do Ensino Fundamental (BNCC) e a Competência 1 da área de Ciências Humanas do Ensino Médio (BNCC): que o aluno deve ser capaz de “elaborar questionamentos, hipóteses, argumentos e proposições” e “analisar processos políticos, econômicos e sociais”, respectivamente. Os objetivos eram que, mesmo sob dificuldades da pandemia, os alunos fossem capazes de articular seus conhecimentos, habilidades e valores para investigar seu objeto, elaborar questionamentos em cima disso e se posicionar de forma crítica. Aplicando em nossa prática profissional, dessa forma, o que Margarida Maria Dias de Oliveira escreve como “[...] exercitar a produção do conhecimento histórico. [...], pelo menos, o exercício sistemático da pesquisa.” (OLIVEIRA, 2014, p. 115) durante o processo de formação em licenciatura em História.

## EXPERIÊNCIAS NO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL EM ESCOLAS PÚBLICAS DO RIO GRANDE DO NORTE

Foram observadas escolas diferentes nos dois estágios, uma delas localizada no interior do Rio Grande do Norte, na cidade de Olho D'Água do Borges, e outra em sua capital, Natal. Ambas com realidades diferentes, mas dificuldades similares. As idades dos alunos também eram diferentes, assim como as séries (2º ano do ensino médio e 9º ano do ensino fundamental II). Nas duas escolas as aulas estavam acontecendo de modo remoto, síncrono ou assíncrono. As ferramentas utilizadas para as aulas acontecerem eram: videochamadas pelo Google Meet, e-mail e Whatsapp para receber e enviar atividades e também o Google Classroom. Diante da realidade de cada uma das escolas (com alunos que podiam acompanhar sincronicamente e os que não podiam), eram esses os recursos que faziam o ensino remoto acontecer. Frisando, inclusive, que durante a era digital em que vivemos, não deveríamos ter esses recursos como uma novidade, mas uma

realidade que eventualmente teria de ser enfrentada. Algo que age em consonância com o dito por Danilo da Silva em sua dissertação: “Nesse contexto da era digital, a educação precisa ser reestruturada e, conseqüentemente, o ensino de História carece de ser repensado.” (SILVA, 2018, p. 12). Apesar de não ser o melhor cenário para fazer esse processo, fomos todos inseridos nesse contexto e, como alunos e estagiários, tivemos que pensar em iniciativas nesse sentido de como não perder o objetivo das aulas mas sem impor o rigor que seria em casos presenciais. A situação da pandemia e ensino remoto transferiu o espaço da docência para as nossas casas, para o mundo digital.

Em 2020, em decorrência da parada pela pandemia, o ano letivo sofreu um atraso que fez com que o mesmo só viesse a terminar em março de 2021. Conforme o final do ano letivo se aproximava, os alunos pareciam mais cansados e com menos vontade de assistir às aulas e/ou participar das mesmas. O que, de certa forma, é compreensível. Me coloco no lugar deles enquanto aluna que também está passando pelo processo de ensino remoto e entendo que esse formato é mais desafiante e que existe um momento que se torna cansativo e desmotivante. Assim como compreendo também a posição dos professores que relatam o mesmo cansaço e desmotivação.

Outro fator que diferenciou as experiências foram os usos diferentes do livro didático e compreensão da História. Acredito que os livros didáticos são auxiliares ao conteúdo da aula, mas não o único caminho. Pois, vejo que devemos buscar meios que possam “[...] ensinar o aluno a levantar problemas e a reintegrá-los num conjunto mais vasto de outros problemas, procurando transformar, em cada aula de História, temas em problemáticas” (SCHMIDT, 2010, p. 67), demonstrando que há mais para se observar e ampliar a visão dos mesmos sobre a História, de forma a “[...] dar condições para que o aluno possa participar do processo do fazer, do construir a História. O aluno deve entender que o conhecimento histórico não é adquirido como um dom.” (SCHMIDT, 2010, p. 57) e isso pode acontecer mesmo sob as condições extraordinárias ocasionadas pela pandemia.

É interessante para a formação como professor(a) de História fazer o exercício de pensar atividades para ambas as turmas sob o contexto vivenciado, principalmente no estágio 3 (estágio em que se assume a sala de aula por um determinado período pensando e executando atividades para a turma) em que o tempo de execução foi menor, mais corrido e que foi preciso pensar em atividades mais completas que pudessem explorar o conteúdo de forma mais abrangente, para que os alunos que não possuíam acesso contínuo à internet.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), “o ensino de História possui objetivos específicos, sendo um dos mais relevantes, o que se relaciona a constituição da noção de identidade” (BRASIL, 1997) e essa noção de identidade relaciona-se com o reconhecimento de um indivíduo atuante da História. Portanto, em todo o momento se faz necessário tentar pensar nisso e numa maneira de aproximar a História dos alunos para os quais as atividades em ambos os estágios foram pensadas.

## O ESTÁGIO SUPERVISIONADO 2: UM RELATO DA EXPERIÊNCIA DE INTERVENÇÃO NO ENSINO MÉDIO

No estágio 2, executamos uma atividade de intervenção que pudesse ter relação com um conteúdo que eles já haviam trabalhado, mas trazendo pontos que iriam fazer frente aos pontos explicitados já anteriormente. É importante mencionar que a atividade ocorreu na turma do 2º ano do ensino médio, em uma escola da rede pública de Olho D'Água do Borges/RN, de forma síncrona. Além disso, seguiu um caminho que pudesse contextualizar os problemas atuais com os problemas do passado, discutindo questões norteadoras como pontos de partida, tendo em vista que um dos objetivos em ambos os estágios seria trazer essa identificação dos alunos como sujeitos atuantes na História, inclusive observando que alguns movimentos históricos são contínuos a sociedade.

Partimos do pressuposto de que, por eles serem comunicativos e participativos nas aulas observadas, conseguiríamos obter um certo engajamento nas atividades e aulas. Tivemos participações, mas não foram tantas como o esperado. No entanto, as participações que tivemos foram intrínsecas para um “desfiar da trama”.

No primeiro momento, uma das perguntas que mais chamou a atenção foi relacionada à mulher responsável pela Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã (1791), o aluno perguntou se ela era feminista. Respondemos que ela era uma mulher de seu tempo e que o conceito de feminismo não se encaixa na época por se tratar de uma criação posterior ao momento. Foi interessante pensar e tentar buscar uma explicação para o possível caminho que o aluno seguiu para chegar à essa pergunta, talvez ele estivesse pensando que uma mulher tida como revolucionária e que luta pelos seus direitos fosse advinda do movimento feminista, mas foi interessante o questionamento do aluno. Foi a ignição para um diálogo sobre as conquistas femininas e sobre as condições da mulher na sociedade da época da Revolução Francesa e nos dias atuais.

No segundo momento da intervenção, o tema era um pouco mais delicado e sensível, porém, necessário. Optou-se por trabalhar a Revolução do Haiti e suas Constituições por serem discussões recorrentes até hoje (temas como trabalho, moradia/terras, direitos e negritude que se iniciaram durante a Revolução do Haiti e reverberam até os dias de hoje). Assim como a experiência anterior, a participação pontual se deu no momento em que houve a contextualização de acontecimentos do passado com o que vemos no presente, discutindo e problematizando o assunto por meio de uma exposição de fatos que vão contra vários pontos positivos e conquistas tidas nas Constituições do Haiti e na Brasileira.

## RESULTADOS E CONCLUSÕES

Apesar de ser um assunto que requer cuidado, o retorno obtido foi positivo. Eles compreenderam o objetivo da intervenção e da discussão. E, inclusive, o mesmo aluno que fez a pergunta chave do primeiro momento, fez comentários bastante pertinentes sobre as problemáticas que trouxemos. Foi interessante relacionar a resistência dos pretos haitianos e como suas lutas percorrem até a atualidade. Foi obtido um saldo positivo ao final das intervenções. Pelo retorno obtido através de áudios dos alunos, eles relataram que haviam gostado bastante da intervenção e que realmente conseguiram ampliar o olhar deles para observar a trama histórica de uma forma mais cuidadosa e criteriosa, prestando atenção em informações e questões que antes passariam em branco, provavelmente.

Por fim, é válido pontuar o resultado da atividade que foi passada ao final da intervenção. Foi uma atividade básica, para que de fato houvesse uma melhor noção do que eles haviam inferido das discussões, mas de forma escrita. Na atividade constavam algumas perguntas para sondagem do conteúdo e para entendermos qual foi o resultado que ficou para eles. Partindo das respostas foi possível perceber 2 detalhes, sendo estes: o primeiro momento da intervenção ficou mais marcado para eles pois a maioria dos comentários sobre as aulas eram relacionados às mulheres e suas lutas. Além disso, nota-se que alguns deles se valeram de respostas prontas para realização da atividade; por desatenção, fizeram comentários que não tinham muita relação com o direcionamento da questão, vale salientar que a atividade pedia para que eles comentassem dos assuntos que foram vistos na intervenção, a entrevista em vídeo disponibilizada e como eles observavam a relação destes com o cotidiano e realidade no livro didático. Algo que, por

si só, se houvesse mais tempo para tal, poderia ser trabalhado de maneira mais atenciosa e criteriosa em outros momentos e aulas.

### O ESTÁGIO SUPERVISIONADO 3: A EXPERIÊNCIA DE DOCÊNCIA EM ENSINO FUNDAMENTAL 2

A intervenção no estágio anterior nos dá apenas uma prévia do que acontece no estágio 3 mas, por ser apenas 1 momento em que assumimos, a experiência é mais simples do que a que vem a seguir. Particularmente, o estágio 3 começou com um desafio: o tempo. Seria uma corrida contra o tempo para conseguir cumprir com as atividades propostas pela professora orientadora do estágio e as requerentes para realização do estágio. Por já ter tido experiências anteriores em planejar aulas e assumir na prática, essa parte não representou um desafio a ser vencido. O tempo, no entanto, já representou.

Por conta do atraso do ano letivo, o mesmo só veio a terminar em março de 2021. Além disso, a escola campo de estágio, situada na cidade de Natal/RN, já estava em período final das atividades e com o calendário apertado. De acordo com o cronograma, as atividades estavam acontecendo de forma quinzenal, de forma síncrona ou assíncrona. No mais, o grande desafio digno de um relato foi o exercício de pensar atividades e aulas que pudessem compreender as dificuldades de cada aluno da turma sem nem mesmo os conhecer bem, como a experiência pessoalmente em sala de aula proporciona. Pensando então de que forma seria possível manter o que dizem as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica quando estas afirmam ser inadiável, para uma educação inclusiva, o debate em sala de aula sobre a diversidade humana, social, cultural e econômica dos grupos historicamente excluídos (BRASIL, 2013, p. 16). Nesse sentido, enquanto professores em formação, é imprescindível colaborar com a formação dos alunos da escola em que atuamos, de modo a contribuir com uma visão diversificada da História, sem nos prendermos a historiografia tradicional que trata sempre sobre os mesmos atores sociais apontados pelos alunos em suas respostas, ainda que o tempo seja bastante curto.

Então, pensamos em dar continuidade a aspectos parecidos com a forma que a professora já vinha conduzindo a turma e adicionando aspectos nossos e que cumprissem com os objetivos do estágio, como uma forma mais prática e menos exigente com os alunos da turma do 9º ano. Não seria favorável trazer um método totalmente diferente para eles que já estavam no final das suas atividades. Além disso, a própria professora já

possuía uma metodologia de aula boa, algo que propunha aos alunos (de forma indireta) o cumprimento das competências já citadas anteriormente que estão presentes na BNCC e nos PCN-História.

Foram 5 aulas remotas com a turma, de modo que foram feitas 4 aulas assíncronas e 1 síncrona. O objetivo central das aulas seria o de instrumentalizar os alunos ainda que minimamente para que eles pudessem relacionar questões do passado com o que observam do presente e analisar de que maneira esses problemas e detalhes chegam reverberando até nós, até o seu redor.

O material utilizado deveria servir tanto para os alunos que possuíam condições para estarem conectados à internet e participar de ligações de videochamada, quanto para aqueles que não poderiam acompanhar as atividades síncronas da escola.

O método adotado pela professora supervisora consistia em produzir o material didático com o assunto, nesse material poderia conter textos jornalísticos, imagens para problematizar o conteúdo e fazê-los estimular o pensamento crítico e a capacidade de interpretação, incluindo também um resumo ou esquema para explicar o assunto central, que variava de acordo com a unidade de estudo e uma atividade com perguntas dissertativas.

Pensando em uma forma de simplificar o trabalho para todos os envolvidos, seria interessante manter o mesmo formato de material, pois seria uma forma que os próprios alunos já estavam acostumados a trabalhar e demandaria menos esforço para cumprimento e realização das atividades. Apesar do pouco retorno dos alunos, o que já era esperado e compreendido, foi possível notar que eles atingiram o objetivo desejado. Nesse ponto, o exercício da empatia foi o mais importante.

## RESULTADOS E CONCLUSÕES

As maiores dificuldades, para além do pouco tempo de realização das atividades, foram a criação de vínculos com os alunos e com a professora supervisora do estágio. A comunicação foi extremamente necessária e importante, mas nos limitava a apenas uma forma de contato que, muitas vezes, era bastante impessoal e feita através do Whatsapp. Na sala de aula, presencialmente, o contato é diferente, o olho no olho, a criação de vínculos e relações entre professor-aluno, professor-comunidade escolar se dá de maneira mais facilitada e simples. Para isso, como forma de tentar conhecer um pouco mais dos

alunos e da realidade da própria professora orientadora, a realização de questionário diagnóstico foi essencial dada as condições e o pouco tempo disponível.

Apesar disso, foi possível ter um retorno (ainda que baixo) satisfatório, após a realização do diagnóstico, foi observado que grande parte dos alunos estavam se sentindo cansados pelo ensino remoto e que isso afetava diretamente o rendimento escolar durante as aulas. Novamente, portanto, o exercício da empatia foi posto em jogo de forma crucial. Era necessário que nós, como professores (em estágio), pudéssemos pensar em formas que não exigissem mais ainda do psicológico dos alunos e ainda pudesse incluir a parcela daqueles que não poderiam acompanhar essas aulas em formato síncrono. Por isso, o material didático pensado pelos estagiários seguiu o formato já aplicado, ele contemplava essas questões já citadas.

Este trabalho, por fim, foi um trabalho em conjunto entre estagiários da turma, professora supervisora, alunos da turma e professora orientadora. Juntos pudemos unir forças para atentar quais seriam as metodologias mais aplicáveis e que dariam mais certo para as demandas e necessidades da turma acompanhada. Foi um exercício mais rigoroso de reflexão da profissão e das condições de trabalho em formato remoto. Não poderia, por fim, não levar em consideração o fator principal de todos esses estágios: a formação dos alunos. E, por isso, mantivemos sempre como foco principal que o ensino de História para os nossos alunos pudesse servi-los para além do momento, que pudessem identificar na História os elementos que fazem parte da sua cultura diária, do seu ambiente e da sua vida.

É papel social do professor munir os alunos com instrumentos que possam ser aplicados em sua vida e fazer a diferença no seu cotidiano. Dar-lhes condições de que estes se percebam como sujeitos ativos no processo de construção da sua cidadania e sociedade, permitindo que estes discentes realizem suas escolhas políticas, sociais, econômicas e culturais com base no arcabouço de conhecimento fundamentado pela História.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o início, os estágios em formato remoto demonstraram ser desafios a serem enfrentados. Havia muitos receios sobre seus procedimentos, dificuldades e problemas, além do cansaço mental causado pela pandemia de COVID-19. No segundo estágio, o tempo não foi tão corrido quanto no terceiro, isso fez com que o estágio pudesse ser mais

detalhado e aproveitado. Essa experiência proporcionou a nós, alunos de licenciatura, o exercício de metodologias digitais que pudessem estar auxiliando nessa jornada. Além disso, foi através dos mesmos que a nossa empatia enquanto sujeitos foi posta à prova, foi de vital importância compreender que todos - alunos, professores, estagiários - estamos enfrentando um período delicado, não é comum passar por uma pandemia.

Como já apontado anteriormente, o tempo foi um dos maiores obstáculos a ser vencido. Principalmente durante a realização do terceiro estágio, pensar em estratégias que pudessem estar em consonância com o planejado já pela professora e adequar às propostas do estágio dentro do tempo estipulado se demonstrou como uma dificuldade, não podíamos dar ao luxo de parar e planejar isso com antecedência, afinal, não tínhamos tempo.

Por isso que os professores supervisores e orientadores do estágio foram peças fundamentais na realização e continuidade das atividades. Do momento de discussão de textos norteadores às práticas de sala de aula (entre a aplicação das aulas e planejamento), o comportamento e a metodologia dos mesmos foram cruciais para nos instrumentalizar e preparar. Particularmente, gastei algumas horas e noites de sono pensando e refletindo sobre isso e como me colocar no lugar dos alunos sem, necessariamente, ter a minha experiência como espelho para as decisões. Foi uma experiência desafiadora e nova, levarei comigo todas as lições aprendidas pela vida profissional e humana, a educação é sim transformadora.

A experiência ter dado certo, mesmo sob contratempos, reafirmou em mim e aqueceu no meu coração o desejo de ensinar História, sabendo que este se molda, se molda, constrói e desconstrói, se adapta, se transforma e percorre os tempos transformando (e libertando!) vidas e, por isso, o ensino de História resiste. É por poder contribuir ativamente com a construção da sociedade, formação dos alunos e possibilitar trocas e aprendizados como os vivenciados nos estágios citados neste trabalho que sigo com a esperança viva e quente no meu coração. Posso afirmar, sem dúvidas portanto, que a História “re(existe)”.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Crislane. A formação do professor-pesquisador de História. In: **Revista Eletrônica De Educação**. v. 6, n. 2. São Carlos (SP). 2012.

BARCA, Isabel. A Educação Histórica numa Sociedade Aberta. In: **Currículo sem Fronteiras**. v. 7, n. 1, p. 05-09. 2007.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: Fundamentos e Métodos**. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. **O Saber Histórico na Sala de Aula**. São Paulo: Contexto, 2012.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2018.

Disponível em:

[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_%20versaofinal\\_sit e.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_%20versaofinal_sit e.pdf). Acesso em: 16/07/2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Básica**. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. **Secretaria de Educação Fundamental**. Parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

FONSECA, Selva Guimarães. Livros didáticos e paradidáticos de história. In: FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de História**. Campinas: Papirus, 2003.

GADOTTI, M. (org). **Paulo Freire: uma bibliografia**. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire. Brasília: UNESCO, 1996.

OLIVEIRA, Margarida Maria de Oliveira; FREITAS, Itamar. “Formação do profissional de História na Contemporaneidade”. In: **Mouseion**, Canoas-RS, n. 19, p. 109-125, 2014.

Disponível em:

<https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/view/1835/1239>. Acesso em: 16/07/2020.

OLIVEIRA, Vítor Lins. O ofício do historiador nos tempos da pandemia do coronavírus. In: **Anais eletrônicos do Encontro de História da ANPUH-Rio, 2020**. Disponível em:

[https://www.encontro2020.rj.anpuh.org/resources/anais/18/anpuh-rj-erh2020/1601138077\\_ARQUIVO\\_57dc7657748044728b93c70128a192a2.pdf](https://www.encontro2020.rj.anpuh.org/resources/anais/18/anpuh-rj-erh2020/1601138077_ARQUIVO_57dc7657748044728b93c70128a192a2.pdf). Acesso em: 1 mar. 2021.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. A formação do professor de História e o cotidiano da sala de aula. In: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **O saber histórico na sala de aula**. 11.ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 54-66.

SCHNEIDERS, Carlise. O ensino de História no ensino fundamental II em um contexto pandêmico: relato de experiência. In: PALÚ, Janete; SCHÜTZ, Jenerton; MAYER, Leandro. **Desafios da educação em tempos de pandemia**. 1. ed. Cruz Alta: Ilustração, 2020. p. 205-216. ISBN 978-65-991146-9-4.

SILVA, Danilo Alves da. **Letramento Histórico Digital: Ensino de História e Tecnologias Digitais**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2018.

**PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS DE HISTÓRIA**. Secretaria da Educação. MEC. Brasília. 1998.

## A escrita feminina e o cânone literário: Recuperação do tempo impedido

Mayara Kaline Gomes Da Silva  
Universidade Estadual da Paraíba  
mayara.ddgomes@gmail.com

A formação canônica se constituiu dentro de um sistema excludente, rejeitando escritas que não estivessem de acordo com um padrão predeterminado, moldando todas as produções e influenciando a consagração de uns e insucesso de outros. Partindo disso, esse trabalho se faz por meio de uma pesquisa bibliográfica com a pretensão de questionar e levantar reflexões no que se refere ao lugar subversivo historicamente reservado às mulheres, como tiveram suas produções literárias afetadas e as ressonâncias dessas problemáticas no cenário atual. Organizado em três seções, sendo a primeira voltada para produções da literatura inglesa e olhar analítico de Virginia Woolf; a segunda, uma reunião de nomes e o percurso de escritoras brasileiras que hoje, se encontram em um processo de recuperação, mais o caso da poetisa Florbela Espanca; na terceira seção, os problemas que circundam a história emblemática da fundação da Academia Brasileira de Letras (ABL).

Palavras-chave: Cânone literário. Sistema excludente. ABL. Recuperação.

### Agradecimentos

Agradeço a todas as mulheres que um dia lutaram para que hoje eu possa escrever, aos meus livros que são meu único e maior refúgio em diversos momentos, e a Jean Félix por ter me olhado nos olhos apesar de minha timidez.

## INTRODUÇÃO

A posição da mulher no campo da literatura, é, desde muito, pouco favorável, seja como autora ou personagem; tendo em vista que nos séculos anteriores o domínio de todas as áreas do conhecimento, artes e quaisquer fossem as maneiras de expressão, era encontrado, de modo unânime, nas mãos masculinas, até mesmo quando se tratava do pensamento feminino, quem pensava por elas eram eles.

O período entre o final do XVIII até o início do século XX é objeto de profunda e rica pesquisa histórica, no qual procuro apontar como se encontravam as mulheres, quais eram suas ocupações e a que podiam se dedicar.

A rotina doméstica e as amarras sociais não as possibilitavam uma vida com oportunidades para além do lar. Por esta razão, a posição era propícia ao descaso e esquecimento. Com tanto a vencer e provar, a jornada daquelas que se destinaram ao papel de escritoras, lutaram pela autonomia, direitos básicos, como a educação, trabalho e tanto mais, não foi, nem por uma fração de segundo, caminho fácil de trilhar.

Nesse sentido, somente no final do século XVIII inicia-se o processo, ainda fraco, de ascensão dos escritos femininos, o que não significa que elas não se dedicaram a isso em períodos anteriores, no entanto, há poucos registros e de difícil acesso.

Por outro lado, se hoje o fardo nos parece mais leve para carregar, é preciso olhar para trás e recuperar à memória as responsáveis, fazendo jus a seus nomes, e impedir o apagamento de contribuições indispensáveis, que podem nos proporcionar um outro viés da história.

Vale salientar que, no Brasil, o número de pesquisas dedicadas ao processo de recuperação das escritoras esquecidas ainda é restrito, mas vem aumentando cada vez mais. Por isso, a proposta desta pesquisa se delimita a um levantamento bibliográfico selecionado de diferentes contextos visando pôr cada vez mais em evidência nomes femininos e suas trajetórias no campo da literatura.

Pode-se dizer, então, que não se conhece parte considerável da literatura fora da perspectiva antes dominante. À vista disso, uma das possíveis maneiras de reparação está no contato imediato com esses produtos literários para maior familiarização e recuperação do tempo impedido.

## AS GIGANTES DA LITERATURA INGLESA

Sendo a ficção uma quase completa imitação da vida, e mesmo tendo sido o ser feminino engendrado dentro de um protótipo idealizado pelo patriarcado, com destino certo para o casamento, procriação e cuidar dos filhos e marido, as correntes sociais não foram fortes o suficiente para impedir o desejo de escrever, mesmo que tenham sido prejudicadas, banalizadas e questionadas por uma crítica injusta e parcial. As mulheres escreveram, e escreveram muito e com maestria, apesar das particularidades de cada condição.

Apenas quando soubermos quais eram as condições de vida da mulher comum — o número de filhos que teve, se o dinheiro que dispunha era seu, se tinha um quarto para ela, se contava com ajuda para criar a família, se tinha empregadas, se parte do trabalho doméstico era tarefa dela —, apenas quando pudermos avaliar o modo de vida e a experiência de vida tornados possíveis para a mulher comum é que poderemos explicar o sucesso ou fracasso da mulher incomum como escritora. (WOOLF, 2019, p.10)

O gênero literário no qual puderam se deter, inicialmente, foi o romance, o mais popular do ocidente. As características românticas são a retratação do cotidiano e dos valores culturais da sociedade, com atentamento para ambientação do espaço e tempo inserido. Sabe-se que para uma boa composição, as mais diversas experiências de vida são indispensáveis. Com a tamanha privação de que viviam, os poucos espaços em que se encontravam, em contraste aos escritores, as experiências acabavam por ser bastante restritas.

A melhor parte dos romances de Conrad, por exemplo, caso ele não tivesse podido ser um homem do mar, iria por água abaixo. Retire-se tudo o que Tolstói sabia sobre a guerra, como soldado, e da vida e da sociedade, como um jovem rico, cuja educação o habilitava a qualquer tipo de experiência e *Guerra e Paz* ficaria incrivelmente empobrecido. (WOOLF, 2019, p.12)

Falando da inglesa Charlotte Brontë, Virginia Woolf faz a seguinte colocação “apenas o romance era jovem o suficiente para ser suavizado em suas mãos” (2014, p.111). Apesar dos desvios e perturbações para realização de atividades díspares ao processo criativo, que comprometiam a fidelidade do texto, Charlotte conseguiu produzir o consagrado *Morro dos ventos uivantes* (1847). Como muitas outras naquela época, por falta de instrução e técnica, não havia, ainda, a menor possibilidade de dominação dos demais gêneros literários.

Mesmo quando passaram a atingir o êxito da publicação, escrever ainda era um tabu. Para esconderem seus nomes e sexo, houve a ocorrência do uso de pseudônimos. Emily, Charlotte e Anne Brontë passaram-se por Currer, Ellis e Acton Bell. A autora de *Middlemarch: estudo da vida provinciana* (1871), Mary Ann, também se consagrou sob uso de pseudônimo, o tão conhecido George Eliot. Tudo isso para que seus romances fossem recebidos com maior positividade do público, pois, tinham de lidar também com a discriminação do que levou nome de “literatura feminina” pela crítica, essa que ora as bajulava por serem mulheres ora atribuía descredito em qualquer trabalho que viessem a fazer.

A Inglaterra também dispôs da grande Jane Austen, que publicou anos antes das irmãs Brontë, na capa da primeira edição de *Orgulho e preconceito* (1813) diz apenas “escrito por uma dama”, não publicou nada em seu nome enquanto viva. Hoje, após sua consagração, seus livros estão entre os melhores da literatura inglesa. Cansada do personagem inverossímil, buscou a inovação, em seus romances optou por uma figura oposta ao modelo feminino reproduzido, trazendo uma protagonista que se nega a submissão e se rebela contra os moldes sociais. Bem próxima da sua própria experiência de vida, Austen não se casou e nem teve filhos.

Mas a que argumentos se prendiam os disseminadores da nomeada “literatura feminina”? Aparentemente, a convicção masculina daquele período mostrava-se cada vez mais imbatível no quesito de produzir ficção esdrúxula a respeito delas. As vozes que se levantavam negativamente questionando a qualidade das produções por deduzirem que não era possível o sexo oposto produzir algo relevante, porque só teriam como temática o universo feminino e suas pueris feminilidades, nada páreo para despertar o interesse desses seres que mantinham pleno convencimento de tamanha superioridade. O que explica a segregação.

Ingressadas no século XIX e com ele algumas conquistas significativas, mudanças no mundo intelectual e cultural, maior envolvimento nos ambientes externos, movimento sufragista, abertura para o mundo profissional, portanto, novas obrigações ademais das funções domésticas. E com menos pressão para o casamento ganham, talvez o item mais precioso, um pouco mais de tempo para dedicação à escrita. Tudo isso influenciou a fermentação das narrativas de autoria feminina.

Como entender, se não de maneira totalmente injusta, uma formação canônica sem nomes femininos? O problema claramente não era uma questão de mérito ou pouca

demanda, o x da questão está estritamente conectado aos costumes da época, o sistema político, o contexto sociocultural e o sexo.

## REUNIÃO DE NOMES IMPORTANTES DA LITERATURA E AS MARCAS DE CADA TRAJETÓRIA

Começando por aquela que ficou conhecida como a primeira educadora feminista do Brasil, a grandiosa Nísia Floresta Brasileira Augusta, pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto. Nasceu no dia 12 de outubro de 1810, em Papari, interior do Rio Grande do Norte, hoje, a cidade leva o seu nome. Escritora de quinze livros, levantou temáticas consideradas polêmicas para época, como a igualdade de direitos entre homens e mulheres e abolição da escravatura. Seu livro de estreia recebeu o título de *Direito das mulheres e injustiça dos homens* (1832), uma tradução livre da obra de Mary Woolstonecraft, escritora feminista do século XVIII, sendo primeiro texto de uma mulher brasileira acerca do assunto. Além dos romances, escreveu poemas, crônicas, novelas e ensaios, não apenas em português, mas também em outros idiomas.

Casou pela primeira vez aos treze anos de idade, mas o casamento não durou muito. Logo após muda-se para Pernambuco com a família, na cidade de Goiana estudou em um convento que permitia educação para meninas. Teve dois filhos em seu segundo casamento, com Manuel Augusto e decide morar em Porto Alegre, buscando melhor condição de vida. Cinco anos depois o marido vem a falecer, Nísia agora se dirige ao Rio de Janeiro, lugar onde abre o colégio Augusto, em homenagem ao marido. Além das disciplinas de diferentes literaturas, geografia e história, adicionava-se ao currículo o ensino de línguas francesa, italiana e inglesa. Recebeu bastante críticas por permitir esse tipo de ensino para meninas.

Ciente de todos os acontecimentos importantes do tempo em que vivia, foi enfaticamente a favor da abolição e da república. Também se ocupou com o indianismo, escreveu um poema extenso intitulado *A lágrima de um Caeté* (1849), no qual repudiou as atrocidades que os índios estavam sujeitos. Sua visão indianista nos mostra uma nova versão do índio, mais precisa e real, diferente de algumas obras, em que o índio é mero fruto da imaginação.

Com a mudança para França em prol do tratamento de saúde da filha, morou em algumas cidades do continente europeu. Residir no berço da cultura daquela época a fez perceber como era um lugar favorável à sua escrita e demais conhecimentos. Visitou

universidades e museus, esteve em contato com importantes intelectuais, entre eles Augusto Comte, e acabou por simpatizar com as ideias do positivismo.

Faleceu aos em 1885 na cidade de Rouen, França, lá foi enterrada e quase esquecida. Até que, dá-se início ao processo de recuperação de sua memória. No dia 5 de setembro de 1954, seus resíduos mortais são trazidos para o Rio Grande do Norte, contando com uma grande cerimônia e um avião que jogou do céu milhares de panfletos com o seu retrato.

A obra de Nísia Floresta não perpetuou durante os séculos em vão, seus pensamentos foram de tamanha perspicácia e visionários, principalmente no que pontuou a respeito das mulheres.

Por que a ciência nos é inútil? Porque somos excluídas dos cargos públicos; e por que somos excluídas dos cargos públicos? Porque não temos ciência [...] Eu digo mais, não há ciência, nem cargo público no Estado, que as mulheres não sejam naturalmente próprias a preenchê-los tanto quanto os homens (FLORESTA, 1989, p. 52).

Outro nome ilustre é o da maranhense Maria Firmina dos Reis, nasceu em 11 de março de 1822. Pelo o que consta, é responsável pelo cargo de primeira mulher negra a escrever um romance no Brasil e com teor abolicionista. Sua educação primária foi quase nula, por razão da escassez de oportunidades de ensino. Fez traduções de textos para o francês, e a partir deles sabe-se que dominou o idioma. Filha ilegítima, viveu em uma casa rodeada de mulheres, onde moravam a avó e duas irmãs, a mãe, tia materna e a irmã. Além de escritora, se tornou educadora de instrução primária ao prestar concurso na cidade de Guimarães, tornando-se a primeira a ser aprovada.

*Úrsula* (1859), é o primeiro romance de Reis, apresentado ao público sob a assinatura de “uma maranhense”. A narrativa não só trazia críticas antiescravagistas pela primeira vez, mas também uma escrita inovadora, onde os personagens negros são apresentados de forma humanizada, ganham nome próprio, voz e pensamento, fatores totalmente incomuns para aquele momento da literatura. A preta Suzana, é uma das personagens centrais, faz uma descrição fundamental a respeito das crueldades que sofreu na vinda para o Brasil, uma espécie de denúncia do que realmente aconteceu.

Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativo no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário à vida, passamos nessa sepultura até que abordamos as praias brasileiras. Para caber a mercadoria humana no porão fomos amarrados em pé e para que

não houvesse receio de revolta, acorrentados como animais ferozes das nossas matas, que se levam para recreio dos potentados da Europa. Davam-nos água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca: vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimento e de água. É horrível lembrar que criaturas humanas tratem a seus semelhantes assim e que não lhes doa a consciência de levá-los à sepultura asfixiados e famintos! (REIS, 1859, p.117)

Esse mesmo tópico foi abordado somente uma década depois por Castro Alves, em que faz relato metafórico e um tanto dramático das atrocidades que acontecia nos navios. Dessa maneira, o romance de Maria Firmina é uma leitura muito mais sóbria e comprometida com a realidade. Apesar da diferença dos anos de publicação, Castro Alves é quem fica conhecido como “poeta dos escravos”, o que não causa espanto, visando que gozava de uma posição social bastante privilegiada, além de ser homem e branco.

Embora escrevendo frequentemente e em circulação nos jornais maranhenses, o livro de estreia foi alvo de críticas pesadas, o que contribuiu para o obscurecimento de seu nome e obra. Morreu aos 95 anos, na cidade de Guimarães. Apenas em 1975 alguns de seus escritos passam a ser resgatados por José Nascimento Morais Filho, que reuniu todo material que teve acesso e publicou no livro *Maria Firmina: fragmentos de uma vida* (1975). O romance só veio a ser redescoberto mais tarde em um sebo do Rio de Janeiro pelo historiador Horácio de Almeida, que em seguida reeditou o romance em edição fac-similar.

Em 11 de março de 1852 nascia no Rio de Janeiro, Emília Moncorvo Bandeira de Mello, mais conhecida através de seu pseudônimo mais célebre, Carmem Dolores. Vindo de uma família elitizada, recebeu educação particular de professores contratados pelo pai. Casou-se ainda menina, aos 15 anos, com Jeronymo Bandeira de Mello, 14 anos mais velho que ela, tiveram 6 filhos. Mesmo com condições de ensino e tamanha erudição, não pretendia, de imediato a carreira de escritora. Contudo, ficou viúva aos 34 anos, passando a ser a responsável pela família, e assim, firmou-se definitivamente no ramo literário como cronista, romancista e poetisa, também atuou como jornalista, crítica literária e dramaturga. Apesar de esquecida pela literatura canônica do século XX, recebeu atenção da crítica de seu tempo. Publicou através de periódicos em jornais como *O Paiz e Correio da manhã*.

O Rio de Janeiro passava por um momento de diversas transformações na vida social e cultural, avanços da urbanização, no meio tecnológico e industrial. A cidade estava se vestindo da arquitetura parisiense. Durante 1905 até 1910 escreveu mais de 200

crônicas na coluna do jornal *O Paiz*, onde relatou os costumes da sociedade carioca durante a Belle Époque.

Carros de praça transportavam convidados, lado a lado com luxuosas carruagens particulares ou de cocheira. Dos próprios bondes desciam famílias inteiras em toilettes de gala, que se misturavam, no luminoso vestibulo do Cassino, a outras chegadas mais aristocraticamente. [...] vestidos de rica seda roçando vestidos de pongenelle ou cassa, velhas casacas, na sua honesta lealdade dos tempos imperiais, que já lá vão! (DOLORES, 1905, p. 1)

A escrita de crônicas femininas não era tão incomum, talvez pelo rotulo de gênero “menor” por falar dos acontecimentos do cotidiano. O que possibilitou a Carmem o destaque foram as temáticas abordadas e o a polêmica que estas causavam. Fez críticas diretas a membros do clero ao entrar em conflito com a instituição por defender o divórcio, apoiava ideia de separação entre igreja e estado; a educação acessível para mulheres como meio de libertação da dependência de seus maridos, aqui, remete a sua própria situação quando perdeu o marido e ficou sozinha com seus filhos; e advertiu o preconceito em relação às escritoras, “Não entendo essa coisa de escrever como um homem ou uma mulher, deve-se escrever simplesmente como artista. Obedecendo livremente a sua visão própria, ao seu temperando e sua maneira de sentir” (DOLORES, 1908, p.1). Por isso foi naturalmente desaprovada pela crítica que considerou sua escrita incondizente com o que uma mulher deveria escrever.

Seu romance *A luta* (1909), saiu pela primeira vez em formato de folhetim no jornal do comercio, sendo editado e publicado novamente em formato de livro em 1911 após a morte de Carmem. O título, na verdade condensa uma pluralidade de lutas, o conflito pessoal da protagonista Celina ao se ver insatisfeita com o casamento, pelo marido não ter tanto dinheiro quanto ela imaginava, esse fato da faz breve referência a *Madame Bovary* (1856) de Gustave Flaubert. Acrescenta-se o conflito entre as sogras e segue essa dualidade de valores opostos: tradição e mudança; dever e liberdade. Traz novamente as imagens da cidade moderna e do subúrbio do RJ, como nos contos e crônicas, mais uma fonte de análise do contexto daquela época.

Faleceu dia 16 de agosto de 1910, sua morte foi notada por diversos intelectuais, entre os nomes, Lima Barreto e Julia Lopes de Almeida, que não deixou de manifestar pesar pela morte da escritora.

Com a sua ilustração, mais de uma vez Carmen Dolores nos afirmou nas suas crônicas ter estudado como um homem e com os melhores mestres do seu tempo, tendo concluído cedo os preparatórios que lhe dariam ingresso em qualquer das nossas escolas superiores, se a isso ela se tivesse proposto, aliás provada à saciedade nos seus escritos; com a sua observação da vida, o seu talento excepcional, o seu temperamento vibrátil, a sua coragem de lutadora e a sua capacidade de trabalho, Carmen Dolores ter-nos-ia legado, a par do nome de jornalista brilhante que deixou, uma obra prodigiosa, se acaso tivesse começado a trabalhar aos vinte anos. Houve ao menos, na sua demora em entrar para a carreira literária que tão ardentemente a solicitava, a glória de ter começado como bem poucas vezes acabam, mesmo os que nela mais lidam e mais se esforçam: - magnificamente (ALMEIDA, 1910, p.1).

Julia Valentina da Silveira Lopes de Almeida, nasceu dia 24 de setembro de 1862, carioca e contemporânea de Carme Dolores, cresceu em um espaço favorável, onde recebeu estímulo para leitura. A casa em que morou durante a infância era bem frequentada por escritores e músicos nos saraus elaborados pelo pai. Viver nesse meio artístico teve suma importância para seu desenvolvimento social. Enveredou no campo da escrita aos 19 anos com encorajamento familiar, que enxergavam o potencial da jovem. Como cronista, e assinando com o nome verdadeiro, iniciou as publicações em uma coluna do jornal *O Paiz* em 1884, um ano depois, passou a escrever para a revista *A semana*, onde conheceu o escritor Francisco Filinto de Almeida, com que viria a se casar.

Também foi uma das que se manteve atenta aos acontecimentos trazidos com a modernização e aumento dos centros urbanos do país, compreendeu que apesar das vantagens desses processos, havia um outro lado da moeda, o do aumento da desigualdade social. Também se prontificou defender a causa abolicionista e na luta por direitos iguais entre os sexos e autonomia feminina. Apesar da predominância masculina, conquistou um espaço de destaque no seu meio intelectual, conviveu com figuras importantes como Machado de Assis, José Verissimo, Coelho Neto e tantos outros.

Em sua vasta e diversa produção literária, além das crônicas escreveu romances, ensaios, contos e peças de teatro. *A falência* (1901), um dos seus trabalhos mais notados, publicado postumamente, levanta a questão de um adultério e a hipocrisia social. Passeando por dois contextos totalmente opostos, Camila, protagonista da narrativa, de origem humilde, casa-se com o abastado Francisco Teodoro na tentativa melhorar de vida, por outro lado, acaba por trair o marido com o médico amigo da família, que vivia separado da esposa exatamente por ela tê-lo traído. A novidade decorre do fato de Camila não ser levada irreversivelmente a condenação moral, o que seria o esperado de uma narrativa daquela época.

Mesmo com toda influência, contribuições e uma obra respeitável, Lopes não escapa a caixinha injusta do esquecimento. Minimamente citada em materiais didáticos ou reconhecida em qualquer outro lugar, a redescoberta só vem acontecer em meados de 1970. A razão pela qual pode-se atribuir o ocorrido, acrescentando as dificuldades da produção feminina, foi o escândalo que envolve a formação da Academia Brasileira de letras (ABL), esse episódio será abordado mais adiante.

Fora do contexto brasileiro, temos Florbela Espanca considerada uma das maiores poetisas da literatura portuguesa. Contemporânea de nomes como Fernando Pessoa e Mário de Sá Carneiro, só veio receber tal aclamação postumamente, morreu ainda jovem, aos 36 anos. Lutou pelo seu espaço em meio ao cenário opressor do salazarismo e negou-se a aceitar as imposições excludentes.

A dificuldade em sua trajetória pessoal e profissional não se apartam, filha de uma traição, não recebeu reconhecimento paterno, perdeu o irmão, com quem mantinha uma relação muito carinhosa, em um acidente de avião. Quanto a sua lírica, o desafio também não seria fácil. O erotismo, que apesar de ser uma ferramenta de escrita comum naquele período era totalmente inaceitável para uma mulher, que foi o caso de Florbela.

Sofreu tentativas de boicote, e chegou a ser acusada de manter relações incestuosas por causa da proximidade que mantinha com o irmão, tendo em vista sua situação a acusação é no mínimo duvidosa. No princípio de sua obra o erotismo não é tão evidente, possivelmente pelo fato de que tinha sua libido barrada pela conjectura social na qual estava inserida. Imortalizada, segue sendo referenciada e utilizada como matéria de ensino no seu país.

Produto duma sensibilidade exacerbada por fortes impulsos eróticos, corresponde a um verdadeiro diário íntimo onde a autora extravasa as lutas que travavam dentro de si tendências e sentimentos opostos. Trata-se de uma poesia confissão, através da qual ganha relevo eloquente, cálido, sincero, toda a angustiante experiência sentimental duma mulher superior por seus dotes naturais, fadada a uma espécie de donjuanismo feminino. A poetisa, como a desnudar-se, sem pejo ou preconceito de qualquer ordem, põe-se a confessar abertamente suas íntimas comoções de mulher apaixonada. (MOISÉS, 1975, p.312)

**FUNDAÇÃO DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS E ELAS DE FORA MAIS UMA VEZ**

A Academia Brasileira de Letras (ABL) foi inaugurada dia 20 de julho de 1897, sob a direção de Machado de Assis. Inspirada nos moldes franceses, com 40 membros efetivos e perpétuos, conta também com 20 sócios estrangeiros.

No início ainda não se tinha uma sede própria, as reuniões eram feitas em diferentes lugares, no salão do Real Gabinete Português de leitura, Ginásio Nacional e no escritório de Rodrigo Octávio, Primeiro Secretário. Apenas em 1923 ocorre a fundação da sede, prédio cedido pelo governo francês, com arquitetura similar ao Petit Trianon de Versalhes, o qual permanece até hoje como parte indissociável na história do Brasil.

Ainda no campo do planejamento para a criação da instituição, o círculo dos intelectuais contou com um dos nomes femininos que aqui foi citado, o de Julia Lopes de Almeida. Participou ativamente das articulações, inclusive, reuniões foram realizadas em sua casa, e como esperado, foi cogitada entre a lista dos fundadores. Mas não chega a ocupar o assento da cadeira de número 3, que lhe foi prometida. Como prêmio de consolo pela injustiça, o lugar de Lopes é ocupado por seu marido, e a justificativa foi que, tal qual o modelo francês, a entrada estava reservada exclusivamente ao sexo masculino, e assim permaneceu por oito décadas a fio. A escritora nunca chegou a se pronunciar sobre o assunto.

Em 1930 a escritora e advogada Amélia de Freitas Beviláqua, casada com um dos membros fundadores da ABL, Clóvis Beviláqua, foi a primeira mulher a se candidatar. Antes mesmo da candidatura já frequentava o espaço com seu marido, o que causava espanto aos demais, há em circulação uma anedota, de autoria desconhecida, que diz que ao ser confrontado a respeito do costume, Clóvis teria se posicionado da seguinte maneira “Lá fora deixo o meu chapéu e a minha bengala. Onde minha mulher não pode entrar, eu também não entrarei!” dado o decreto final que fechava as portas para Amélia não há relatos de que realmente tenha voltado.

A segunda tentativa sem sucesso foi a de Dinah Silveira Queiroz. Romancista, contista e cronista, fazia parte de uma das famílias que mais participava do mundo das letras no cenário nacional, seu pai, Alarico Silveira, é o autor de uma Enciclopédia Brasileira. A justificativa ainda continuava agarrada a tradição francesa, que permitia, exclusivamente, a entrada de escritores do sexo masculino.

Entretanto, somente em 1977 a instituição repensou o caso e concede a abertura do espaço para a cearense Rachel de Queiroz, autora do romance *O quinze* (1930), que traz a temática relevante da grande seca no período de 1915. Mesmo não sendo ativa na luta contra a discriminação entre os sexos na literatura, e sem fazer nenhuma menção à causa

em seu discurso de posse, tornou-se símbolo histórico na empreitada duramente construída por tantas mulheres que a antecederam.

Três anos depois, Dinah volta à cena e recebe o ingresso que lhe foi negado. No decorrer do tempo, também ocuparam um assento Lygia Fagundes Telles em 1985; Nélida Piñon, a primeira presidenta da ABL em 1996; Ana Maria Machado, segunda na presidência em 2003; Cleonice Berardinelli em 2009; e Rosiska Darcy de Oliveira em 2012. Quem teve a ausência notada no hall dos imortais foi a escritora Clarice Lispector, porém, a mesma não demonstrava interesse algum, mesmo ocupando um lugar prestigiado no meio literário, ainda assim construiu uma sólida carreira como escritora.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De todos os nomes femininos aqui expostos, muito ainda há o que pesquisar, desenterrar e atribuir o devido reconhecimento. Não restam dúvidas quanto a relevância do papel feminino em todos os campos do conhecimento; no mundo das letras, passou de mero personagem fictício para protagonista, reinventando a si própria na tentativa de desmitificar os equívocos naturalizados no imaginário coletivo por milhares de anos. A jornada não mudou de face de um dia para o outro, mas caminhou com firmeza até aqui e assim prosseguirá.

Os trabalhos recém voltados à luz de spots não servem apenas como uma retratação ou algo parecido, tendo uma dessas obra em mãos, seja ela qual for, tem-se também o passado literário sob uma outra ótica, material de pesquisa histórica sob a perspectiva de quem não se permitiu somente o cantinho da observação de grandes acontecimentos, mas que registrou o quanto lhe foi possível mesmo quando as condições eram minimamente favoráveis.

Afinal de contas “No futuro, desde que haja tempo e livros e um pequeno espaço para a mulher na casa, a literatura se tornará para elas, como para os homens, uma arte a ser estudada. O dom das mulheres será treinado e fortalecido.” (WOOLF, 2019, p.18) hoje já dispõem dessas ferramentas, esse futuro tão desejado é agora, e nada mais justo, que além de um teto, um cânone todo seu.

## REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Fundação**. Rio de Janeiro. Disponível em: < <https://www.academia.org.br/academia/fundacao> > Acesso em: 18 de março de 2021.

D'ANGELO, Helô. Quem foi Maria Firmina dos Reis, considerada a primeira romancista brasileira. *Revista Cult*, 2017. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/centenario-maria-firmina-dos-reis/>> Acesso em: 20 de março de 2021.

FANINI, Michele. **Fardos e fardões: Mulheres na Academia Brasileira de Letras (1897-2003)**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, p.119. 2009.

FLORESTA, Nísia. **Direito das mulheres e injustiça dos homens**. São Paulo: Cortez, 1989.

GODOY, Arnaldo. Amélia Beviláqua na Academia Brasileira de Letras. *Conjur*, 2020. Disponível em: < <https://www.conjur.com.br/2020-mar-15/embargos-culturais-amelia-bevilaqua-academia-brasileira-lettras> > Acesso em: 10 de março de 2021.

LOPES, Maria. “Desafio materno: a luta de Carmem Dolores”. In: CLEMENTE, Elvo (Org.). *Letras de hoje*, v.33, nº3, Porto Alegre, 1998.

MOTTA, Débora. Um olhar crítico sobre a Belle Époque brasileira. *FAPERJ*, 2019. Disponível em: <<http://www.faperj.br/?id=3690.2.5>> Acesso em: 15 de março de 2021.

MORAIS FILHO, José Nascimento. **Maria Firmina: fragmentos de uma vida**. São Luís: COCSN, 1975.

TELLES, Norma. “Escritoras, escritas, escrituras”. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

WOOLF, Virginia. **Mulheres e ficção**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2019.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

## “Pacifidade” e exclusão indígena na formação da capitania da Parahyba: O Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba e a historiografia na 1ª metade do século XX

Gabriel Lopes Dantas  
Universidade Estadual da Paraíba  
gabriel\_lopes91@hotmail.com

Nesse presente trabalho, propomos discutir criticamente a historiografia construída durante a 1ª metade do século XX na Parahyba. Observando e problematizando as proposituras elaboradas pelo Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP), os Indígenas paraibanos e os seus jogos de poder e articulações frente ao processo da conquista da Capitania paraibana e apresentar uma contraposição à formulação de uma identidade “pacífica” lançada pelo IHGP. Posto isso, esse trabalho é embasado com referência nos estudos das autoras Dias (1966) e Gonçalves (2007). Acrescentando também a utilização do documento Sumário das armadas (2006). Metodologicamente é uma pesquisa bibliográfica e documental e é desenvolvido no campo social e educacional. Nesse âmbito, o resultado dessa pesquisa busca contribuir com uma contraposição a pacifidade elaborada na historiografia do IHGP no início do século XX e ressaltar a existência e reexistência dos povos originários que foram excluídos da História.

Palavras-Chave: Paz. Indígenas. IHGP. Historiografia.

## INTRODUÇÃO

O debate em torno do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP) é fundamental para entender a historiografia criada na 1ª metade do século XX e sua narração sobre como foi o processo de conquista da Capitania da Parahyba. Partindo desses pressupostos, torna-se fundamental analisar criticamente como a História foi elaborada na capitania citada, por meio dos interesses da elite. Concordo com o autor Candau (2014) que relata: “a memória, ao mesmo tempo que nos modela, é também por nós modelada”. Nesse âmbito é necessário analisar essa historiografia executada pelo IHGP, pois ela vive em nossa memória, e quando é reanalisada de forma crítica, ela pode reconstruir e reeducar o meio social.

Partindo deste prognóstico, torna-se fundamental discorrer sobre a formação da identidade paraibana de acordo com os estudos elaborados no IHGP. Será debatido de forma crítica e pontual sobre o quesito da “paz” que foi narrada pelo IHGP, sobre a conquista da Capitania da Parahyba, por meio do colonizador com o indígena. Quando se fala de paz, é pensando que os conflitos não vão mais existir, mas iremos ver se realmente houve essa paz, e para quem ela existiu.

Além destas questões, a proposta é também dialogar sobre os povos originários e seus jogos de poder e articulações perante a colonização da Capitania da Parahyba. Na historiografia da 1ª metade do século XX, discorria a respeito dos povos originários como aliados ou como inimigos dos colonizadores, sem que seus históricos de resistências fossem ressaltados. Essa ideia foi fortalecida com base do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro fundado em 1838 fortaleceu esse pensamento, como destaca o autor Meira (2017) que a “ocupação” dos indígenas na história do nosso país, era o passado. Isso resultou em uma historiografia que excluía a participação indígena na nossa história nacional até os meados dos anos de 1970, onde acreditavam até mesmo na “aculturação” dos povos originários que se remetia a assimilação de uma cultura superior, ou seja, a cultura do colonizador, por meio da “inferior” onde gerou os estereótipos sobre: o que é ser um indígena até os dias atuais.

A intenção é mostrar uma historiográfica que se contraponha àquela criada na primeira metade do século XX. Relacionar e comparar a criticidade, problematização da participação dos povos tradicionais em relação a conquista da Capitania da Parahyba. Para desenvolvimento deste estudo, trabalho a partir das perspectivas das autoras como

Dias (1966) e Gonçalves (2007). Do ponto de vista metodológico, essa pesquisa é bibliográfica e documental.

## PROPOSITURAS ELABORADAS PELO IHGP PARA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE PARAIBANA

Inicialmente, é interessante uma contextualização acerca do IHGP. Surge em 7 de setembro de 1905 no governo do Álvaro Lopes Machado e teve como primeiro Presidente o Deputado Francisco Seráfico da Nóbrega. É necessário compreender que a história não é neutra, pois quem escreve ela possui seus interesses e sua ideologia. Principalmente, quando a elite é influenciadora na escrita, como destaca o cordelista paraibano Medeiros Braga (2019):

Quando a história é contada  
 Por quem está no poder  
 Ela é toda deturpada  
 Pra poder satisfazer  
 Uma elite prepotente  
 Quem prática, livremente,  
 Seus crimes ao bel-prazer.  
 (BRAGA, 2019, p. 01).

Nessa perspectiva, o IHGP surge com sócios que ocupavam cargos locais da república, como já dito acima, o primeiro presidente do IHGP foi o Francisco Seráfico da Nóbrega que era um Deputado. É importante também relatar, que não existia a presença de historiadores no IHGP, pois em seu surgimento não existia essa formação. Os cursos superiores de história datam dos anos 1930 do século XX, não sendo possível encontrar um historiador de formação na Paraíba nos anos 1910 e 1920 do século XX, somente em 1949 foi criada pelo governo do estado a Faculdade de Filosofia da Paraíba, que possuía os cursos de História, Geografia, Letras Neolatinas e Pedagogia, em funcionamento apenas três anos após sua construção.

A historiografia local escrita nesse momento, era uma missão realizada por nomes de destaques em suas determinadas localidades e os homens de letras quando adentravam no IHGP, possuíam alguns problemas por conta dos desconhecimentos das fontes. Então, sobrava apenas poucas fontes e muita “imaginação” para a narração da história local da Paraíba, por meio de alguns arquivos contidos no Mosteiro de São Bento e algumas instituições primitivas que estavam nesse território paraibano. Irineu Pinto entre outros

nomes, tiveram a missão de escrever a história paraibana com seus poucos recursos, porém, o que era importante nesse momento era uma “história escrita por paraibanos para paraibanos”, contra a historiografia chamada “luso-portuguesa” que para o historiador Varnhagen (1927), não passava de uma historiografia repleta de mentiras.

Após, essa contextualização a respeito do IHGP e de seus interesses é necessário debater sobre sua influência na identidade paraibana. Inicialmente, o IHGP teve uma tarefa extremamente importante tanto para a época quanto para os dias atuais que era a construção de um passado. Por muito tempo a Paraíba estava ligada a Pernambuco, parecia que o território paraibano não possuía uma história.

E por isso, um dos marcos iniciais para tratar a respeito da história do passado da Paraíba com a ideia de construir essa identidade paraibana também chamada por Dias (1996) de paraibanidade, foi necessário o uso da história da cidade Real de Nossa Senhora das Neves. Cidade essa que foi fundada em 5 de agosto de 1585 pelos colonizadores portugueses e em 1588 recebeu o nome de Filipeia de Nossa Senhora das Neves, em homenagem ao Rei Felipe que nesse momento histórico acumulava os tronos de Espanha e Portugal.

Mas, porque o IHGP pensou em analisar a história dessa cidade? Por um simples motivo, o IHGP construiu a narrativa que a partir desse momento, surge uma nova civilização de forma totalmente diferenciada de qualquer outra capitania dessa colônia (nesse momento histórico) afinal, ela surgiu através de um acordo de “paz”, não foi através do sangue, nem da matança dos povos tradicionais dessa região, foi apenas uma boa expedição por parte dos colonizadores portugueses com um bom diálogo com os povos tradicionais, que analisaram que seria o melhor caminho a se viver nessa região que futuramente recebe o nome de Paraíba, ser feita através de um acordo de paz e não da guerra. Essa paz foi construída através do capitão João Tavares, que representava os colonizadores portugueses com o Piragibe que era líder dos indígenas tabajara que viviam nesse território paraibano.

A civilização desta terra não devia ser comprada a custo de sangue! Ela não tinha que se inundar ao berço com o purpurear rubro do generoso sangue de heróis anônimos. Todo aquele que vimos derramar-se foi inútil para a obra da cultura intelectual, moral e material desta terra. (Revista do Instituto histórico e Geográfico Paraibano. Ano I, vol. 1. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 1980, Reedição, p. 79 e 80).

Evidentemente, uma parte da história antes de 1585 foi ocultada dessa historiografia do IHGP, como ressaltado na contextualização desse tópico, sempre há interesse político-econômico influenciando a escrita da historiografia. Já existia tentativas de europeus colonizar e produzir na Paraíba antes de 1585. Como descreve o documento intitulado; *Sumário das armadas que se fizeram e das guerras que se deram na conquista do rio Parahyba* onde é registrado qualidades de Frutuoso Barbos que possuía um acordo de paz com os potiguaras anterior a ano de 1574, Barbos já comercializava “coisas da terra” e conhecia muito bem a cultura tradicional.

A construção de uma pacificidade apresenta um ideal civilizatório, afinal, era o colonizado e o colonizador, juntos para construir proposituras positivas para região. Sobressai também, a coragem do “colonizador” em tentar dialogar com o que os europeus chamavam de “bárbaros” se referindo aos povos originários.

Outro fato importante para essa construção da identidade Paraibana é sobre a sua possível inclinação para a república, antes mesmo de ser proclamada em 15 de novembro de 1889. Analisando a Revolução Pernambucana, também conhecida como Revolução dos Padres, que foi movimento de caráter liberal e republicano que eclodiu no dia 6 de março de 1817 em Pernambuco, onde a Paraíba em 16 de março, aderiu a revolução, não tem como negar essa possível inclinação para a República, segundo o IHGP, que tenta narrar mais uma participação da Paraíba, e separar ela um pouco de Pernambuco, no intuito de escrever uma história que a Paraíba teve bastante importância para o republicanismo no Brasil.

Porém, o Manuel Tavares Cavalcanti ao escrever sua "Epitome de História da Parahiba" em 1914 (apud GOMES; GUIMARAES, 2016, p. 368), relata:

"A Parahiba não foi jamais um foco activo de propaganda republicana". Entretanto, "Ella jamais foi reflectária à ideia republicana. Acolheu-a sempre com simpatyha e quando aqui chegou o echo da revolução de 15 de novembro de 1889 que derrubara o regimen monarchico e proclamara a república, elle foi aceito sem opposição".

E quando se trata do período imperial do Brasil, o Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, faz poucas críticas e não escreve uma história sobre erros do império nem da elite naquele momento. Acredito, que isso nos mostra que a Paraíba não tem uma inclinação para monarquia e nem para república, possui apenas uma propensão para ser colonizada.

No geral, o IGHP seguia um modelo nacional proposto pelo Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, por meio de nomes ilustres, uma história escrita de paraibano para paraibano, a criação de uma grandeza do estado, desfazendo do mito de ser a “sombra” de Pernambuco, como propõem e constrói o modelo nacional;

(...) A criação, em 1838, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) vem apontar em direção à materialização deste empreendimento, que mantém profundas relações com a proposta ideológica em curso. Uma vez implantado o Estado Nacional, impunha-se como tarefa o delineamento de um perfil para a “Nação brasileira”, capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das “Nações”, de acordo com os novos princípios organizadores da vida social no século XIX (...) (GUIMARÃES, 1988. p. 06 apud PEREIRA, 2012, p. 10).

Porém, o IHGP teve uma tarefa ardil, que foi a construção de fontes e a própria indiferença popular em relação com a sua própria história. Por fim, é necessário relatar que o Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba produzia toda essa historiografia, e no Lyceu Paraibano fundado em 1836 para elite financeira da época, estudava aquilo que era produzido pelo Instituto, como forma de reproduzir e disseminar cada vez mais na sociedade as informações produzidas e reelaboradas pelo IHGP.

## INDÍGENAS PARAIBANOS E OS SEUS JOGOS DE PODER E ARTICULAÇÕES FRENTE AO PROCESSO DA CONQUISTA DA CAPITANIA DA PARAÍBA

Esse tópico, é de extrema importância para ser compreendido quais povos originários estavam em território paraibano com a chegada do colonizador. É para compreender também, como a historiografia excluiu determinados grupos étnicos, para contar uma história repleta de ocultações. Antes e durante o acordo de paz entre os tabajaras e os portugueses, existiam outros povos indígenas presentes nesse território, que o IHGP não escreveu uma historiografia sobre, afinal, nem a dos próprios tabajaras eram importantes para eles. Porém, os povos tradicionais foram essências para quaisquer conquistas realizadas pelos colonizadores.

Os índios sempre estiveram na história do Brasil, porém, *grosso modo*, como força de trabalho ou como rebeldes que acabavam vencidos, dominados, escravizados, aculturados ou mortos. Suas ações não eram, absolutamente, consideradas relevantes para a compreensão dos rumos da história. Essas concepções, predominantes por tanto tempo em

nossa historiografia, já não se sustentam. Inúmeras pesquisas não deixam dúvida sobre o fato de que as ações e as escolhas indígenas deram limites e possibilidades aos processos de conquista e colonização das diferentes regiões do Brasil. (ALMEIDA, 2010, p. 10).

Quando chegaram no Brasil, os portugueses encontraram, segundo dados da FUNAI publicado por Rafaela Sousa, aproximadamente 3 milhões de povos indígenas, divididos entre algo em torno de mil povos, sendo que aproximadamente 2 milhões habitavam a faixa litorânea e o restante se espalhava pelos interiores. Com uma diversidade gigantesca de língua, cultura, etc. Quando se remete a Paraíba também é encontrado alguns desses povos como os tupis das etnias Potiguaras e Tabajaras e a etnia cariris chamados de tapuia.

Segundo a autora Gonçalves (2007), Os Potiguaras eram mais numerosos que os tabajaras tinham em torno de 90 mil dessa etnia, ocupavam a região da Paraíba e saíam fazendo aldeias até o Ceará e entrando um pouco no Maranhão, fazendo assim uma “Costa Potiguar” como dizia os colonizadores. Pertenciam a etnia tupi, tinham uma liderança de acordo com cada maloca, eram um dos maiores povos indígenas guerreiros do Brasil, lutaram fortemente contra o início da colonização portuguesa no nordeste do Brasil.

O Termo potiguara significa na língua portuguesa; “comedores de camarão”, tendo em vista que eles viviam em sua maioria no litoral nordestino. Podiam se relacionar com os parentes do mesmo troco familiar e também os mais velhos tinham o poder de influenciar na decisão de toda a comunidade indígena que pertenciam.

Vale ressaltar, que esses povos eram muito movidos a guerra por questão de honra e vingança, o que gerou muitos conflitos com outros povos originários, já que é algo bem característico da cultura tupi. Os potiguaras costumavam também fazer muitos cativos, com o que eles chamavam de “tabajaras” (relacionado ao inimigo mais próximo) que significa; “inimigo” na língua tupi, para eles os “tabajaras” eram considerados indígenas não aliados.

Os tabajaras eram indígenas também da etnia tupi, se encontravam mais ou menos em um número de 5 mil e também ocupavam o litoral nordestino. Viviam de forma muito parecida com os potiguaras, eram semisedentários, ou seja, viviam uma parte do ano dentro de um determinado território e em outra parte do ano saíam fazendo aldeias em territórios até então desabitados. No quesito da alimentação, eram pescadores, agricultores, etc....

Politicamente os tabajaras aliaram-se inicialmente com o colonizador, recebendo posses e benefícios nesse contexto histórico, como por exemplo; as três sesmarias doadas em 1614 pelo Capitão-Mor, em uma aliança com os tabajaras, portugueses e espanhóis em uma luta contra os potiguaras, pela conquista do território. É importante afirmar que as sesmarias tinham juntas, uma dimensão que ia do Rio Gramame até o Rio Abiaí, no Litoral Sul da Paraíba.

Por fim, existiam os indígenas tapuais, não pertenciam a etnia tupi, eram diferentes dos indígenas potiguaras e tabajaras. O termo “Tapuai” foi o utilizado pelos Potiguaras, que significa: “todo nativo diferente deles” (GONÇALVES, 2007, p. 39). Os tapuias também eram conhecidos como “Língua travada” pois, não falavam tupi, ou seja, os tabajaras e potiguaras não compreendiam a linguagem dos tapuais e para os portugueses eles não falavam a língua dos outros povos tradicionais, aumentando mais ainda a dificuldade dos portugueses compreendê-los. Os tapuias se dividiam em dois povos; os Cariris e Tarairiús. As migrações eram extremamente constantes para ambos e viviam mais no interior da Paraíba, no que hoje é chamado de brejo.

Os cariris eram do tronco linguístico Jê e eram mais baixos fisicamente que os Tarairiús, eles enterravam seus próprios mortos, conseguiam contar o tempo através do uso de cordões nodados que também auxiliava a contar o ano e sabiam fiar tecidos. Os Cariris velhos, que teriam sido civilizados antes dos cariris novos, se dividiam em muitos povos; sucuru, Icós, Arius, Pegas e Paiacú. Destas, os Tapuias Pegas ficaram conhecidos nas lutas contra os bandeirantes.

Já os Tarairiús, tinha agricultura pouco desenvolvida por conta das áreas que estavam presentes, que era o Curimataú Cilindro e Sertão. Eram extremamente nômades, justamente por estarem em áreas mais secas, deslocavam-se até áreas litorais. A colonização quando começou seu processo de interiorização no século XVI, os Cariris e os Tarairiús, foram incorporados ao aldeamento missionário e assim, deixando de existir. Muitos Tarairiús morreram em lutas contra o colonizador português.

## **CAPITANIA DA PARAÍBA E A CONTRAPOSIÇÃO À FORMULAÇÃO DE UMA IDENTIDADE PACÍFICA LANÇADA PELO IHGP**

Inicialmente é necessário ressaltar como era geograficamente essa Capitania da Paraíba. O Rio Paraíba era extremamente importante na região onde suas águas

derramava-se, que futuramente dá nome ao próprio território; “Parahyba” que é um nome tupi, que significa “rio de águas rasas”.

Segundo o Varnhagen (1927), o Rio Paraíba seria decisivo para saber se os portugueses continuariam seu processo civilizatório para o norte ou eles retrocederiam, seria um tipo de experiência. Vale destacar, a influência da religião católica do colonizador que influencia bastante nesse processo de colonização como, por exemplo; o Rio Paraíba, que foi rebatizado pelos portugueses e recebeu o nome de “Rio São Domingos” que foi uma homenagem ao Santo católico São Domingos, fundador da Ordem dos Pregadores.

Os Potiguaras dominavam toda a parte norte do litoral do Rio Paraíba. Essas terras localizadas na área de seu domínio, eram terras extremamente férteis, possuíam os melhores loteamentos, eram localizadas perto dos mares e rios. Existem relatos a respeito de antigamente os potiguaras serem amigos e aliados dos portugueses, e por algum momento na história houve uma ruptura, logo, se aliaram aos inimigos dos portugueses que eram os franceses que lhe garantiam alguns recursos para auxiliar em suas plantações e garantiam a eles a continuidade e proteção para que continuassem ocupando o território no qual eles estavam.

Então, esse contexto acima relata um pouco antes da criação da Capitania Real da Paraíba. Quando se remete ao IHGP, parece que a instituição não se preocupa em escrever uma história antes dos anos 1858, como se não houvesse nada anteriormente. Mas, antes da civilização que nasceu na cidade Filipeia de Nossa Senhora das Neves houve grandes embates dentro desse solo paraibano.

Os potiguaras dominavam maior parte desse território eram os maiores guerreiros do Brasil. Então, quando o acordo de “paz” é feito entre o português e o indígena tabajara, fica nítido o interesse de Portugal na terra paraibana que era extremamente fértil e uma das melhores terras em relação a produção do pau Brasil, principalmente por conta das várzeas na proximidade do Rio Paraíba, segundo o documento Sumário das armadas. Mas, a questão inicial aqui é; a Paraíba foi construída apenas nessa relação de paz? Não houve nenhum derramamento de sangue indígena?

Nesse processo de paz entre João Tavares e o cacique tabajara Piragibe, resultou em um massacre gigantesco, qualquer indígena que resistia a colonização, morria. Os que se rendiam eram escravizados e viravam mão de obra para a construção da cidade de Nossa Senhora das Neves.

Outro relato que não está escrito por meio do IHGP no recorte histórico proposto do artigo, é sobre o “desaparecimento” dos Indígenas Tapuias das etnias Kariris e Tarairiús, que foram massacrados pela cultura e religião colonizadora, gerando um etnocídio e um epistemicídio. Afinal, esses indígenas citados praticamente deixaram de existir no que hoje chamamos de brejo paraibano (mas, também em boa parte do nordeste), por conta das Guerra Contra os Bárbaros. Esse etnocídio e epistemicídio afetou principalmente, os Tarairiús que resistiam bastante a colonização, e basicamente foram extintos no território no século XVII.

As guerras declaradas aos Kariri e demais nações indígenas seja por sua resistência em defesa de seus territórios ou motivadas por aversão ao projeto colonizador, se configuraram num movimento de incursão bélica bastante considerável em direção aos sertões (guerras para dentro) provocando um verdadeiro genocídio prolongado por mais de dois séculos, denominada na historiografia como Guerra dos “Bárbaros” aqui a de Guerra Bárbara contra os tapuias, todavia, uma forma de mensurar o grau de violência praticado pelos responsáveis por esses empreendimentos coloniais (OLIVEIRA, 2017, p. 21).

Se a Paraíba foi fundada por um acordo de “paz”, segundo o IHGP, esse acordo foi apenas com os indígenas Tabajaras que estavam na região sul da Paraíba, já os potiguaras que estavam ao norte da Paraíba foram massacrados e não fizeram parte do acordo tão superestimado. E os outros povos tradicionais aqui presentes, foram praticamente extintos.

Não existe “paz”, onde um acordo para construção de uma capitania é feito por meio de um etnocídio e epistemicídio. E nem muito menos é uma novidade, um colonizador fazer um acordo com um indígena para conquistar algum território, como discorre a autora Almeida (2010): “Inúmeras pesquisas não deixam dúvida sobre o fato de que as ações e as escolhas indígenas deram limites e possibilidades aos processos de conquista e colonização das diferentes regiões do Brasil.”

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir, que o acordo de paz entre o Tabajara e o colonizador, é uma paz é relativa. Ela ocorreu para quem? Acredito que seja a pergunta, e sabemos que ocorreu apenas entre dois povos distintos, o colonizador e os povos tabajaras. Entre os outros povos originários que se encontravam no território paraibano restou apenas o abandono, etnocídio e epistemicídio.

Evidentemente, houve muita resistência como os indígenas Tarairiús, e justamente por conta das suas resistências que muito deles foram brutalmente assassinados. Então, não podemos afirmar que a Paraíba foi fundada em um acordo de paz, afinal, essa paz é baseada apenas em dois povos distintos, dentro de um território onde existiam uma diversidade gigantesca de grupos indígenas. A paz não existe onde a guerra está presente, a paz é “antônimo” da guerra, e não “sinônimo”.

É importante escrever uma história que não sirva para privilegiar uma elite, onde tenha que se reelaborar fatos históricos ou uma historiografia que sirva para regozijar a narrativa burguesa. A historiografia tem que ser escrita de forma crítica, para levar conhecimento para o nosso povo, e não apenas para relatar determinados fatos, a história precisa levar emancipação. E para isso o historiador e historiadora necessita de compromisso e seriedade com aquilo que ele escreve, afinal, influencia diretamente na sociedade que estuda aquele conteúdo produzido.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. Regina Celestino de. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.

BRAGA, Luzimar Medeiros. *Quem foi Lucas da Feira?*. Cordel. 2019.

CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2014.

DIAS, Margarida Maria S. Intrepida ab origine. *O Instituto histórico e geográfico e a produção da história local*. João Pessoa: Almeida editora, 1996.

GOMES, Iordan Queiroz. GUIMARAES, Romério Lima. Cultura política e (re)leituras do passado: Os jornais “gazeta do sertão” e “Verdade” na recepção das ideias republicanas na Paraíba (1888-1889). In.: SANTANA, Flávio Carreiro de. MONTEIRO, Luíra Freire (Orgs.).

GONÇALVES, Regina Célia. *Lutas e sangue ab origine - O pau de tinta e o cativo e os antecedentes da conquista*. In guerra e açúcares. Política e economia na capitania da Parahyba (1585-1630). Bauru: Edusc, 2007, p. 33 – p. 81.

*História: leituras do passado, escritas do presente*. João Pessoa: Ideia, 2016.

MEIRA, Jean Paul Gouveia. Os índios Kariri vão à corte: a circulação das lideranças indígenas pelos espaços de poder do Império Ultramarino Português (Capitania da Paraíba, segunda metade do século XVIII). In: Revista de História Regional 22(1):198-219, 2017.

Oliveira, Antonio José de. *Os Kariri-resistências à ocupação dos sertões dos Cariris Novos no século XVIII*. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

PEREIRA, João Paulo Costa Rolim. **Os Indígenas na Primeira História da Paraíba: um Estudo Sobre a História da Província da Parahyba de Maximiano Lopes Machado.** João Pessoa, UFPB, 2012.

**Revista do Instituto histórico e Geográfico Paraibano.** Ano I, vol. 1. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 1980, Reedição, pp. 79 e 80.

Sumário das armadas. **História da conquista da Paraíba.** Brasília: Senado federal, 2006. (Capítulo 1).

VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. **História geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal.** São Paulo/Rio de Janeiro: Melhoramentos: 1927.

## A representação da mulher negra na literatura moderna:

Um estudo da interseccionalidade entre gênero, raça e classe em *Paulina Chiziane*, *Toni Morrison* e *Carolina Maria de Jesus*

Aline da Silva Campos  
Universidade Federal do Piauí  
alinebianca988@gmail.com

Pensar a representação da mulher negra na Literatura, suas vidas, escritas e os significados trazidos nas suas obras. Ao partir de um estudo interseccional envolvendo gênero, raça e classe, o presente artigo buscar conectar as margens do atlântico tomando como a produção literária e o ativismo negro de Paulina Chiziane, com seu romance *Niketche: Uma história de poligamia* (2001), Toni Morrison com *Amada* (1987) e a Carolina Maria de Jesus com seu diário *Quarto de Despejo* (1960), respectivamente, moçambicana, estadunidense e brasileira. Utilizo-me de revisão bibliográfica das obras literárias e historiográficas nos fazendo refletir sobre a condição de ser mulher negra nesses séculos marcados por conflitos sociais que condicionam os sujeitos que foram bases para a formação do mundo.

Palavras-chaves: Mulheres Negras – Literatura – História - Representação.

## INTRODUÇÃO

A Literatura se torna um espaço de produção de sujeitos negros. Os desafios que perpassam a trajetória de vida das mulheres negras, nos permitem observar uma série de insurgências. Analisamos essas experiências que marcam os sujeitos e que nos permite a configuração da nossa identidade enquanto indivíduos, e que podemos levar em consideração os conhecimentos empíricos que transpassam, trazendo a possibilidade de ser e uma nova concepção de mundo estabelecendo conexões dentro dessa estrutura identitária, que foi surge de marcantes desdobramentos que foram determinantes para a nossa sociedade. A literatura de mulheres negras vem trazendo essa possibilidade de trilhar um caminho marcado por experiências – um tanto subjetivas, porque, não? mas que nos apresenta as particularidades dessa identidade negra.

Bourdieu (2006), em *O Poder Simbólico*, identifica o “poder das representações” na construção da realidade social, na medida em que podem contribuir na produção daquilo por elas descrito e designado. De acordo com Chartier e Bourdieu as “representações” são construções sociais da realidade, em que os sujeitos fundamentam suas visões de mundo a partir de seus interesses e de seu grupo.

Representar é, pois, fazer conhecer as coisas mediante ‘pela pintura de um objeto’, ‘pelas palavras e gestos’, ‘por algumas figuras, por marcas’ – como os enigmas, os emblemas, as fábulas, as alegorias. Representar no sentido jurídico e político é também ‘manter o lugar de alguém, ter em mãos sua autoridade’ (CHARTIER, 2002, p. 165).

Analisamos essas três obras sobre a ótica do que Michel Foucault(1973) define raça, sendo a forma que Estado moderno, em que define pessoas sob um sistema de soberania, como que “escolhidas para morrer”. E para mim, enquanto também esse sujeito-mulher-negra que vivencia experiências conflituosas nesse Estado, tenho todas as possibilidades de morrer – e falo isso, baseado nas minhas experiências de vida – seja por causa das minhas características “fenotípicas”, da qual esse Estado se utilizada para oprimir pessoas de cor, à minha localização social como moradora de comunidades periféricas também, chegando até meus futuros filhos que sofrerão também com esse “sistema de seleção natural” e, provavelmente, estarão inclinados a partilhar experiências de sobrevivência contra as constantes tentativas morte que pessoas de cor costumam a enfrentar no seu cotidiano. Compondo assim um grande sistema de opressão. Que

condiciona tanto a minha vida, como a vida de outras mulheres negras, inclusive as autoras que aqui analiso.

Toni Morrison(2019), também discorre sobre a temática, a autora diz respeito que “raça” está em oposição a "racismo". Nós, materializamos o conceito de que, raça é de alguma forma um elemento do mundo natural, e o racismo seu resultado previsível. Assim, é comum falarmos em “segregação racial”, “abismo racial”, “divisão racial”, “filtragem racial” ou “diversidade racial”, como se cada um desses conceitos estivesse fundamentado em algo que não foi criado por nós mesmos. O impacto disso não é insignificante. Se “raça” é obra da genética ou dos deuses, ou de ambos, então podemos perdoar a nós mesmos por nunca termos solucionado o problema.

Morrison(2019) explica que o conceito chave em relação à “racismo” e “raça” pode parecer banal mas acaba atingindo de forma negativa milhões de pessoas. Para Morrison, há um trabalho psicológico de outremização, onde há o convencimento de algum tipo de distinção natural ou divina entre o escravizador e o escravizado. Toni Morrison ainda vem explicar que, a desumanização racista não é apenas simbólica, pois ela delimita as fronteiras do poder, “A raça é uma ideia, não um fato” (MORRISON apud PAINTER. 2017).

Se levarmos em consideração a constituição também do conceito de gênero, compreendemos que parte de uma lógica de divisão dos papéis que são pré estabelecidos dentro da família, precisavam definir o “ser feminino” e o “ser masculino” e determinar comportamentos e afins. Autoras como Carmen Carrasco e Mercedes Petit(2012) fazem uma análise classista sobre a temática do gênero, relacionando-o com as condições de precarização do trabalho aos quais as mulheres sofriam. Percebemos que o capitalismo usa a opressão para pagar os piores salários para as mulheres, mas também se utiliza da facilidade que é “jogar sobre seus ombros” o peso do trabalho doméstico, que é um trabalho infinito, e não remunerado. Reforçando a família, para a burguesia, pois isso lhe rendia certas vantagens, como garantir a transmissão das propriedades.

Michelle Perrot(1984) e Margareth Rago(1998) explicam o apagamento da historiografia tradicional com assuntos relacionados ao feminino, que, afinal, restringia a própria compreensão dos processos históricos, já que não dava conta de ponderar dinamicamente as relações sexuais e sociais, já que as mulheres não vivem isoladas em ilhas. Mas interagem continuamente com os homens, quer os consideremos na figura de maridos, pais ou irmãos, quer enquanto profissionais com os quais convivemos no cotidiano, como os colegas de trabalho, os médicos, dentistas, padeiros ou carteiros. E

conclui pela necessidade de uma forma de produção acadêmica que problematize as relações entre os sexos, mais do que produzisse análises a partir dos privilégios dos sujeitos homens.

Gosto de pensar dessa forma, pois nos ajuda refletir sobre o que a autora Oyeronke Oyewumi(2004) analisa a respeito da dimensão criteriosa pelas quais o gênero não deve ser tomado por seu valor nominal, especificamente quando Oyewumi(2004) articula uma crítica das mulheres africana a respeito do gênero; e como esse conceito foi concebido no ocidente para também marginalizar mulheres. Em primeiro lugar, a autora explora as fontes originais dos conceitos feministas, que são o suporte da pesquisa do gênero. E manifesta que, os conceitos feministas estão enraizados sobre a família nuclear.

A família nuclear é instituição social, que constitui a própria base da teoria feminista e representa o veículo para a articulação de valores feministas. Isto é, apesar da crença generalizada entre as feministas que seu objetivo é subverter esta instituição dominada pelos homens e a crença entre os detratores do feminismo, que o feminismo é anti-família; mas isso não pode acontecer pois, só existe feminismo quando o relacionamos com os papéis sociais, pré-estabelecidos no Ocidente, para o Homem e a Mulher. Apesar do fato de que o feminismo se tornou global, é a família nuclear ocidental que fornece o fundamento para grande parte da teoria feminista. Assim, os três conceitos centrais que têm sido os pilares do feminismo, mulher, gênero e sororidade, são apenas inteligíveis com atenção cautelosa à família nuclear da qual emergiram. Segundo a autora.

Angela Davis, por exemplo, no seu livro *Mulher, Raça e Classe*(1981) nos apresenta o conceito de *interseccionalidade* por sofrer com uma estrutura tripla – gênero, raça e classe, diz respeito sobre como as mulheres negras sofriam e sofrem até hoje com os mecanismos que a estrutura social utiliza para marginalizar, oprimir, torturar sujeitos em todo o mundo. E dentro de tudo isso, não há como analisar a raça sem passar por uma análise de gênero e classe, e vice e versa. Angela Davis(1981), permitiu a compreensão do mecanismo de opressão quanto um sistema estruturante que segmenta os sujeitos, aderindo definições, impossibilitando a compreensão da pluralidade de perspectivas.

É importante mencionar, que no século XIX, houve uma eclosão no afloramento da militância social e política por parte das mulheres negras, Angela Davis vem também como referência na luta das mulheres negras por direitos civis na sociedade norte americana. Presa política, ficou conhecida mundialmente pela hashtag #FREEAngelaDavis, que a tradução em português, quer dizer, Libertem Angela Davis!

Mediante isto, analisaremos essas três obras, escritas por três mulheres negras na Literatura, apresentando como elas irão apresentar o protagonismo de Ser Mulher Negra nessa sociedade marcada pelas referências desses três conceitos ocidentais. Bem como, a discussão da Literatura como um espaço político para estas. O afloramento das discussões e a importância dessas mulheres escreverem sua própria História, inserindo-se nos lugares de representação social alterando os estereótipos deixado pelo processo imperial de construção dos “outros”.

## A LITERATURA MILITANTE DAS MULHERES NEGRAS COMO MISSÃO NA ÁFRICA E DIÁSPORA

Toni Morrison foi a primeira escritora negra a receber O PRÊMIO NOBEL DE LITERATURA, em 1993. Aposentou-se em 2006 como professora de humanidades na Universidade de Princeton. Faleceu em 2019. Em algumas pesquisas, conseguimos compreender como Toni Morrison é marcada por uma trajetória permeada pela estrutura racial instalada historicamente em todo os Estados Unidos da América.

O contexto que marca o pensamento de *Amada* (1987) no pós Guerra Civil envolve acontecimentos políticos, econômicos, culturais e ideológicos no país. Sendo uma professora, escritora dedicada ao desenvolvimento de obras literárias relacionada a se posicionar contra o racismo estrutural que constitui bases sociais dos Estados Unidos, incrementando sua escrita e seu posicionamento perante os acontecimentos desse período histórico.

Colocado este contexto socio cultural da vida de Toni Morrison, é visível pela opressão institucional dos Estados Unidos, além de se debruçar pela docência, Morrison também se propõe a escrever. Sua escrita estabelece uma relação antirracista, e antissexista, que nos permite alocar esses escritos no contexto do país. Abrindo outro contexto que irá encaixar perfeitamente com o que Morrison irá discutir entre as linhas de seu livro *Amada* (1981), cabe ser dito que os Estados Unidos havia grande presença de mão de obra escrava, as mulheres por sua vez, não se distanciava dos papéis que eram colocados aos homens, era interessante utilizar seus corpos como de um escravo do sexo masculino.

*Amada*(1981) reflete a história real da mulher escravizada Margaret Garner, e até hoje seu livro mais celebrado é considerado uma das grandes obras americanas do século XX. Discutindo a maternidade e o papel das mulheres negras como reprodutoras naturais

no sistema escravista dos Estados Unidos. O que devemos nos atentar a essa obra é que, uma mãe mata sua filha para que não seja submetida aquele sistema violento e desumano. Surpreendente é que, o livro trabalha a espiritualidade também, pois a todo momento a filha morta, mantém contato com a sua mãe.

A assombração de Amada, persegue Sethe, a personagem principal, fazendo rememorar todo o medo e sentimento ruim que é ter passado pelo sistema escravista. A nossa análise diz respeito às lutas das mulheres negras. Toni Morrison, também escreve literatura, e *Amada* (1987) corresponde a um dilema ficcional que se passa no pós Guerra Civil, nos EUA. E analisar a problemática que as mulheres negras trazem através da literatura permite tecer vozes que o leitor construa identidades negras.

Houve também uma abrangência do número de publicações, tais como *literatura*, ensaios políticos e textos jornalísticos escritos por mulheres negras norte-americanas. As falas públicas e as obras escritas por essas mulheres durante o século XIX apontavam para as experiências particulares das mulheres negras em virtude da relação entre raça e gênero, durante a escravidão e em virtude da segregação racial no período pós-abolição.

No final dos anos 1970 e começo dos anos 1980, houve um ressurgimento de obras escritas que enfatizaram as experiências das mulheres negras norte-americanas. Durante essa época, mulheres negras nos EUA começaram a desenvolver uma crítica da chamada Second Wave (a segunda onda) do movimento feminista surgido nos anos 1960 e 1970, assim como dos movimentos de direitos civis e *Black Power*.

As escritoras negras buscam e mergulham dentro do fazer literário a fim de representar a mulher negra em seus escritos, assim, a mulher negra deixa de ser o corpo do “outro” como objeto a ser descrito, para se impor como sujeito-mulher-negra. A partir da subjetividade própria experimentada como mulher negra da sociedade brasileira. O fazer literário das mulheres negras para além de um sentido estético, busca escrever sobre o movimento que constitui o devir de todas as nossas lutas. E então essas escritoras, segundo Conceição Evaristo(2005), buscam produzir um discurso literário próprio, uma conha-voz a literatura construída nas instâncias culturais do poder.

A Literatura traz para o estudo da historiografia uma sensibilidade que Nicolau Sevcenko(1983), no seu livro *Literatura como Missão* nos mostra, a possibilidade de usar a literatura e a história, utilizando de dois autores representativos do período da *Belle Époque*, e suas novas concepções e ideais, Lima Barreto e Euclides da Cunha, trabalhando como a intelectualidade brasileira, se encontram principalmente em desapontamento

com aquela forma de viver do brasileiro. O cenário social é basicamente o início da campanha abolicionista no Brasil até 1920, em que o Rio de Janeiro se constitui hegemonicamente com a capital cultural, além do centro das decisões políticas e administrativas.

Importante lançar esse panorama em que Sevcenko traz esses dois autores pois marca o advento do Estado Moderno no Brasil, onde a Semana da Arte Moderna em São Paulo, 1920, vão constituir as bases para a identidade do Brasil enquanto república, e consequentemente a marginalidade de alguns sujeitos nessa sociedade que estava aprofundar os seus tentáculos nas instituições representativas do Brasil.

Escritora brasileira da obra *Quarto de Despejo (1960)*, Carolina Maria de Jesus nasceu na cidade de Sacramento, no estado de Minas Gerais, no ano de 1914. Cidade, da qual mostra passagem de uma colonização portuguesa, e sua composição social, segundo o censo do IBGE 2010 ainda assim se declarava majoritariamente branca e cristã. Carolina Maria de Jesus, era negra e neta de escravos, frequentou dois anos no Colégio Allan Kardec, a escritora afirmou que era forçada a ir à escola que era financiada pela pessoa que sua mãe era responsável por lavar roupas sujas, sua mãe era lavadeira. Carolina de Jesus viveu sua infância e adolescência nesta cidade.

Carolina Maria de Jesus muda-se para a cidade de São Paulo com sua mãe em busca de mais alternativas de vida, e Carolina até conseguiu um emprego de doméstica, cozinheira, lavadeira na casa de um médico mas “[...] Ainda distante da vida literária, ou pelo menos da sua concretude, por assim dizer, em 1948 engravidou do seu primeiro filho, fruto de uma rápida relação com um marinho português, que logo a abandonou. Nessa mesma ocasião, como agravante, acabou sendo dispensada do emprego.” (TOLEDO, 2011. p. 18).

Carolina Maria de Jesus, tinha dentro de si, como muitos “favelados” de classe abastadas o desejo por conforto, por ter sua própria casa, por cuidar da sua vida, e isso iremos notar muito em sua escrita, o quanto ela herdou de sua família, a humildade e a bravura. Sua trajetória envolve uma representação de forças ancestrais que também resistiram muito para que as nossas gerações de hoje tivessem o prazer da liberdade. Sua vida foi travada por desafios que a fizeram mais forte ainda, e isso tudo ela escreve com muita convicção em seus escritos. Toledo(2011), ainda nos diz respeito quando ela tinha certeza que escreveria um livro, mas que isso tudo foi marcado por grandes “chicotadas” do sistema em sua trajetória.

Quero em meu trabalho trazer algumas questões que estudiosos da História do Brasil pensam sobre o contexto histórico desse período. Em análise a *Literatura como Missão*, de Nicolau Sevcenko(1983), a respeito da Primeira República, e da vida dos intelectuais, Euclides da Cunha e Lima Barreto. Existem pontos interessantes para se pensar a história de Carolina Maria de Jesus como, a partir do marco da Proclamação da República em 1889 até 1930 temos um período republicano no Brasil, denominado Primeira República ou República Velha. Esse período foi controlado pelas oligarquias agrárias de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, fortemente ligadas à agricultura cafeeira. Isso é interessante para se pensar como se deu o cenário da vida real dessa escritora negra brasileira, que levanta questões importantíssimas.

Segundo ponto importante apresentado no artigo do Alexandre Maccari Ferreira(2007), que gostaria de reforçar, a respeito das estratégias do esquecimento no Brasil que têm um de seus marcos simbólicos no começo do regime republicano, com a queima dos arquivos sobre a escravidão a mando do ministro plenipotenciário das Finanças, Rui Barbosa, defensor da modernização do país ao estilo anglo-saxônico. Tal atitude é difícil de se imaginar, mesmo que possa ter tido a insana ideia de mandar queimar os papéis, imaginando talvez que o fogo purificasse a chaga da escravidão. E que, a partir daí, esse período foi apagado da História brasileira.

Havia uma verificação do Rio de Janeiro como centro do poder administrativo do Brasil, demarcou uma importante questão estratégica. Outro marco é a queima dos capitais da elite imperial com o Encilhamento, nome que assinalou a emissão de moeda e de ações que geraram enormes especulações, disparando a inflação, propagando a pobreza e fazendo nascer uma classe de arrivistas ricos.

Gosto de pensar essas questões históricas pois marcam a vida de muitos brasileiros no pós colonial, pois de norte a sul, o país passou por um processo de modernização que foi muito caro para os negros, para os pobres, que em sua grande maioria, eram exs escravos. “Jogados” como nem um animal deveria ser, foram procurar suas vidas nas comunidades carentes de todo o país, na verdade, essas favelas nem foram pensadas.

Percebemos no artigo *Relíquias da existência de um intelectual: os mundos fraturados de Júlio de Mesquita Filho na “Era dos Extremos”*(2019) do autor Francisco Adriano Leal Macêdo, que nesse período a cidade de São Paulo era marcada pelos inúmeros conflitos ideológicos. A cidade, portanto, é o palco de uma modernização e de uma revolução constituinte que leva o intelectual a inúmeros textos contra aos cenários e ao seu exílio,

demonstrando seu descontentamento através de textos tanto para o *Jornal Folha de São Paulo*, como em discursos proferidos.

Quando refletimos sobre as consequências de um grande processo sócio político cultural e ideológico no Brasil, para a vida de sujeitos como *Carolina Maria de Jesus*, que tem uma realidade envolvida pelas estruturas sociais. Francisco Adriano Leal Macedo(2019), se necessário quando reflete sobre um indivíduo ou uma coletividade que se instaura na História, através de um regime de historicidade não é uma realidade dada mas pode ser um artefato para esclarecer a biografia de um personagem histórico, seja um homem público ou comum.

Mas é importante mencionar que apesar do que podemos encarar como sendo algo imaginativo dentro da literatura de Carolina Maria de Jesus, as marcas da sociedade de classe se fez presente na autobiografia, isso não podemos ter dúvidas. Como ela se superou. E além disso como o ato da sua escrita é revolucionário e interessante para se pensar a dicotomia do Brasil que se apresentava principalmente na imprensa nesse período, e o que de fato sujeitos como está viviam dia fato. As realidades paralelas. E as desigualdades sociais que atravessam o tempo e o espaço.

Do outro lado do Atlântico, Paulina Chiziane, é a primeira mulher moçambicana a utilizar a escrita literária, com seu romance *Balada de Amor ao Vento* (1990), como grande parte de suas obras esse romance transcreve a oralidade africana para seu papel numa mensagem feminina. Chiziane, nasceu no subúrbio da cidade de Maputo, é de família protestante, onde se falavam as línguas chape e ronga e aprendeu a língua portuguesa. Paulina tem uma trajetória interessante quando analisamos sua participação na política de Moçambique como membro do FRELIMO, que foi uma Frente de Libertação de Moçambique, onde militou durante sua juventude.

É importante analisar esta posição da autora em relação a Frelimo, pois vinda de Moçambique, local da África por colonização portuguesa, decide analisar em *Niketche: Uma história de Poligamia*(2001), a própria prática da poligamia na parte sul do seu país, refletindo a desarmonia social que dessa pratica. O ativismo social de Paulina Chiziane, se refletia muito no que causava incômodo social na sua vida, já que sua revolta era voltada para as formas de relacionamentos e a situação da mulher em seu país e sua movimentação política era justamente contra as formas de configuração do sujeito feminino dentro de uma organização social.

Quando nos propomos a análise da representação das mulheres negras na Literatura, nos deparamos a um universo que reflete um contexto de discussões que vão

desde a África às diásporas africanas e a vivência contemporâneas das sujeitas mulheres negras no Atlântico. De forma que se conseguimos utilizar as simbologias dessas obras podemos mergulhar numa teia de significados que passam a ser questionadores do antigo discurso de verdade absoluta que nós pegamos muita vezes a supervalorizar

Moçambique foi fortificado e se tornou a resistência central aos mulçumanos bem como um importante porto de abastecimento para as frotas das Índias. Havia uma forte disputa portuguesas, que a princípio, concentraram-se no comércio do ouro, exportando importantes quantidade para a Índia a fim de pagarem as importações europeias de especiarias e outros bens asiáticos. Importante comentar sobre a grande disputa religiosa no local, pois havia um conflito entre as missões jesuítas e os mulçumanos.

Paulina Chiziane nessa obra, analisa para além, do fator econômico que Heberth apresenta uma teia de significados quando escreve seus romances, deixando marcado uma discussão bem importante sobre como Moçambique se constituem no pós-colonização, havendo uma divisão bem marcante do lado islâmico e do lado cristão do seu país.

Irineia Lina Cesario(2004) analisa que a principal questão da obra é trazer as analogias do diálogo plural, no espaço da experiência perceptiva e cultural geradora de imagens libertárias da consciência feminina no contexto poligâmico moçambicano.

Lina Cesario(2004) nos apresenta que entre os anos de 1497 e 1499, período em que registra o início da viagem de Vasco da Gama à Índia, o litoral leste africano teria servido como ligação entre o Ocidente e o Oriente. Numa de suas viagens o navegador português, teria chegado nas Ilhas de Moçambique, 1498. Isso faz refletir sobre a relevância econômica do país, levando o país atrair mulçumanos, portugueses, franceses, norte-americanos, espanhóis, cubanos, brasileiros, além de negros livres e escravos. Cesário(2004), nos traz que o país congregou, desta forma, a heterogeneidade própria do continente africano, no qual os povos falavam línguas diferentes, tradições religiosas e noções de propriedade distintas, valores diversos e vários modos de hierarquização de suas sociedades.

É interessante está pesquisando a representação das mulheres negras na literatura de Paulina Chiziane, pois a autora nos traz a partir de *Niketche*(2001) um dos vários desdobramentos da colonização em Moçambique. Chiziane(2001) se refere a poligamia como consequência desta colonização, sempre mencionando a distinção social

que obtiveram os papéis femininos, que seriam hierarquizados nesta prática. Sua obra apresenta uma crítica a prática da poligamia no seu país.

*Niketche*, segundo a cultura africana descrita na *Revista África e Africanidades*, por André Sampaio(2009) discorre que Paulina Chiziane representa um desses belos exemplos de escrita, pois através de elementos culturais específicos apresenta a riqueza encontrada em Moçambique e nos leva por caminhos ainda pouco explorados e percorridos. O país era dividido por práticas tradicionais e práticas herdadas da colônia portuguesa. Rico em descrições, o romance nos traz sensações quase reais, onde os cheiros, as cores, os ambientes e os sentimentos das personagens são relatados de forma concreta e apresentados sem exageros, chegando a uma fórmula perfeita que leva o leitor a fundo no perfil complexo das personagens.

Importante trazer autores que também irão conectar os vários encadeamentos que traz para as fontes efeitos de verdade, uma verossimilhança no campo historiográfico sejam significativos para entrelaçar as obras literárias dessas mulheres negras serão muito ponderador nas teias de significados que personagem como dona *Rami*, no livro da Paulina Chiziane teria sentido dentro do contexto de gênero dando representatividade a mulher literária que discute questões de gênero no seu país, marcado pela prática que Oyèrónké Oyèwùmí(2004), diria que é um conceito subordinado aos discursos da supremacia moderna que colonizou até os debates de gênero.

Oyèrónké Oyèwùmí(2004), traz que a ideia de modernidade evoca o desenvolvimento do capitalismo e da industrialização, bem como o estabelecimento de estados-nação e o crescimento das disparidades regionais no sistema mundial. O período tem assistido a uma série de transformações sociais e culturais. Significativamente, gênero e categorias raciais surgiram durante essa época como dois eixos fundamentais ao longo dos quais as pessoas foram exploradas, e sociedades, estratificadas.

Uma característica marcante da era moderna é a expansão da Europa e o estabelecimento de hegemonia cultural euro-americana em todo o mundo. Em nenhum lugar isso é mais profundo que na produção de conhecimento sobre o comportamento humano, história, sociedades e culturas. Como resultado, os interesses, preocupações, predileções, neuroses, preconceitos, instituições sociais e categorias sociais de euro-americanos têm dominado a escrita da história humana. Um dos efeitos desse eurocentrismo é a racialização do conhecimento: a Europa é representada como fonte de conhecimento, e os europeus, como conhecedores. Na verdade, o privilégio de gênero masculino como uma parte essencial do ethos europeu está consagrado na cultura da modernidade. Este contexto global para a produção de conhecimento deve ser levado em conta em nossa busca para compreender as

realidades africanas e de fato a condição humana. (OYEWÚMÍ, 2004. p. 1)

Paulina Chiziane(2001) descreve através de dona *Rami*, como aqueles tipo de relacionamento eram algo marcado pelo desconforto no papel da mulher naquela expressão de sociedade que se constituía. Por meio de dona *Rami* e as outras mulheres envolvidas nas questões de gênero que marcaram uma localização para as mulheres no contexto comum que cabia aos papéis femininos em Moçambique. A prática da poligamia é para Chiziane uma pauta a ser discutida a zona onde se encontram as mulheres.

Seu *Tony*, o esposo infiel, que estava com outras mulheres, Chiziane(2001) expressa isso no cotidiano de *Rami*, lidar com a traição do marido, já que os dois mantinham um matrimônio. O mais interessante que percebo nessa obra é como *Rami* é uma mulher revolucionária em conseguir no seu contexto dirigir aquele casamento que estava para acabar. A percepção que a obra traz, é nesse sentido de perceber aquelas mulheres negras em papel de protagonismo, evidenciando como a violência machista sujeita mulheres através da afetividade por seus companheiros. E como essas mulheres negras em nome do amor, acaba por ser condicionada a supremacia masculina da escolha entre várias.

*Rami*, que Paulina Chiziane(2001) cria, dá asas para as mulheres organizadas que conseguem quebrar com uma lógica de submissão que seus corpos estão ligados. Percebemos como *Rami* carregava aqueles velhos estereótipos que marcaram sua identidade. O que *Rami* acha sobre as outras mulheres, é que são suas “rivais” - expressão que *Rami* usa para se referir às outras mulheres envolvidas com seu marido, o *Tony*. E a partir dessa situação que passa com seu relacionamento passa a questionar a si mesma.

André Sampaio (2009) diz que *Niketche: uma história de poligamia* tem como narradora e protagonista *Rami*, uma mulher que vive sob o signo da infidelidade de seu marido. Uma moçambicana que pensa e age sobre a condição de mulher negra, à margem da sociedade, da família e do casamento. *Rami* busca seu verdadeiro lugar, refletindo sobre o seu próprio eu, buscando o melhor caminho para lidar com a colisão dos opostos mulher/homem, esposa/amante, monogamia/poligamia, tradição/ruptura, numa dança da existência, na solidão do seu íntimo, cometendo erros e acertos na busca incessante da sua própria identidade.

Pensar *Rami* como uma representação do que no cotidiano da mulher negra moçambicana enfrentava na sociedade, *Niketche: uma história de poligamia*(2001) tem na sua

narrativa a vivência do cotidiano. Conflitos como a ausência paterna que Tony representava, mas ao mesmo tempo a construção social que dava ideia de homem como proteção familiar. Patriarcalismo presente como a construção masculina. “Homem traz a proteção” (CHIZIANE, 2001. p.11).

Dona Rami, desconfia do seu marido. Porém continua com ele, pois existe dentro dessa situação, a questão da instituição familiar e de integridade da mulher, o respeito de ser uma mulher casada. Se conseguimos compreender Paulina Chiziane nessa perspectiva, entendemos que a protagonista do romance, é apresentada como uma mulher que resolve as coisas dentro de sua casa, contrapondo a ideia de submissão que as noções da apresentação do homem que patriarcalismo trouxesse, dona Rami segue dirigindo o seu lar dentro dos limites que as amarras de gênero estivessem sobre seu corpo.

Gosto de pensar também o quanto dona Rami se solidariza com as outras mulheres, que apesar de ter um momento no livro em que todas brigam por causa do Tony, os paramentos do que hoje entendemos por rivalidade feminina não se sobrepõe toda a conectividade das situações experimentadas por todas as mulheres envolvidas. A solidão, a preterição, a falta de companheirismo de amor e todos esses problemas que os relacionamentos abusivos causam nas mulheres. Chiziane retrata em seu livro, o quanto foi essencial para recuperar a autoestima daquelas mulheres, a união de todas elas, no combate do machismo que ficou impregnado em Moçambique pós colonial, e na sociedade contemporânea.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os significados que podemos perceber nessas obras literárias que aqui analisamos no artigo fazem parte de simbologias pela qual devemos pensar as questões que marcam a sociedade contemporânea. Nicolau Sevcenko, quando fala sobre Euclides da Cunha e Lima Barreto, percebe a literatura desses autores como uma escrita a denunciar, uma *literatura militante*. Toni Morrison, Paulina Chiziane e – por meio do seu diário – Maria Carolina de Jesus, são escritoras que se propõe a pensar o seu tempo, tornando-se uma representação de sujeito mulher negra da qual propõe a escrita de autoras negras, que Lilly Caldwell(2010), aponta que surge durante os anos 70 e 80 nos EUA e Brasil.

Valdemir Zamparoni(2007), defende que no Pós Segunda Guerra Mundial e com a falência dos regimes defensores do racismo, emergiu no ambiente acadêmico brasileiro uma nova geração que não pactuaram com *Gilberto Freyre* e que claramente se distanciava do discurso racista. Caio Prado Jr, Florestan Fernandes e depois Otávio Ianni entre outros discípulos de Roger Bastide, começaram em São Paulo a estudar o negro sob perspectivas novas, fossem inspiradas por Weber, fosse por Marx: os temas passaram a ser a escravidão enquanto sistema de opressão e alienação e os modernos conflitos raciais, relações de classe.

Para o autor, temas sobre as diásporas da África só re-emergiu no Brasil, numa perspectiva das relações internacionais – e anticolonialistas – com José Honório Rodrigues em obra que coincidiu com o desencadear da luta armada de libertação nacional na Guiné-Bissau e Angola. É desse período a criação de três centros de estudos africanos existentes ainda hoje no Brasil: em 1959, o Centro de Estudos Afro-Orientais (Ceao) na Universidade Federal da Bahia; em 1961 o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA) ligado à presidência da República, fechado com o golpe militar; em 1963, o Centro de Estudos e Cultura Africana, junto à Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, hoje denominado Centro de Estudos Africanos (CEA) e, em 1973, o Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) do Rio de Janeiro, uma espécie de herdeiro do IBEAA.

O contradiscurso que Carolina Maria de Jesus, a partir da escrita de si, expressados nos seus cadernos, mostra São Paulo de uma forma totalmente diferente, a favela de Canindé-SP. A violência, a exploração, fome, um contexto de total desigualdade social se insere como uma sobreposição ao anseio que marcavam a literatura pós *Semana da Arte Moderna de São Paulo (1922)*. Permitir que Carolina Maria de Jesus expressa vem junto com sua vivência trouxe margens para sua vontade de mudança, permitindo as várias expressões do seu protagonismo e resistência dentro daquele cotidiano descrito na sua obra.

Toni Morrison por sua vez, se insere também num contexto social bastante determinante para sua escrita, que são os levantes dos anos 60 nos Estados Unidos, que representou como a figura de uma mulher negra revolucionária dentro da literatura abrindo, as portas para outras mulheres negras, protestarem a partir da sua escrita, a emocionar. É importante ter exemplos como a imagem de Angela Davis que ficou associada à luta dos/as afro-americanos/as, pois representa uma figura afirmativa e positiva da mulher como uma referência intelectual relevante para a sua geração, marcada

pela fala contundente embasada de denúncia ao racismo e ao capitalismo norte-americano.

Paulina Chiziane, faz a denúncia da opressão de gênero que as mulheres moçambicanas enfrentam no seu cotidiano trazendo uma nova representação da importância da mulher negra está inserida não apenas nos movimentos políticos, mas também culturais soltando a imagem estereotipada da mulher que foi ancorada nos discursos literários também.

Ser mulher negra na sociedade em geral, é ser envolvida por estereótipos negativos, há muitas possibilidades de estudos que precisam e são aprofundados no Brasil, um país escravocrata até o séc. XIX, 1888, mas que carregam as consequências desse processo até nos dias de hoje. E em partes, de fato, podemos perceber que após inúmeros estudos acadêmicos sobre a formação do Brasil, a participação de negros e índios nas bases sociais, o decreto de lei que tornou obrigatório o estudo étnico, indígena e afrodescendente no ensino fundamental e médio, houve uma variedade de possibilidades abertas para nós, pessoas de cor, possibilitando a mudança da base social dentro das academias, a partir de quando aderimos às políticas de ações afirmativas. Resultado de grandes enfrentamentos tanto de movimentos sociais, como também do movimento literário.

Para encerrar a mensagem final, baseada também no livro, de uma escritora negra, é sobre a importância de nos vermos em lugares de representação, seja em livros, novelas, na política. É indispensável que nossas crianças cresçam sem nenhum referencial consciente e não se vejam representados na vida em sociedade. Devemos sempre nos lembrar da escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie e *Os perigos de uma História única*(2019) para que entendamos que os perigos desta história única é roubar dos sujeitos a dignidade da pessoa humana. É também, permitir no nosso imaginário que essa história única ocidental abarque a totalidade das pessoas. Crescemos em um mundo que desvalida experiências e as especificidades, e acabamos por achar que os melhores livros são os estrangeiros, precisamos falar sobre a literatura de mulheres negras e a representação a partir da sua escrita, do seu protagonismo. Em especial os possíveis diálogos entre História e Literatura entendendo assim, a interdisciplinaridade do conhecimento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- CALDWELL, Kia Lilly. **A institucionalização de estudos sobre a mulher negra: Perspectivas dos Estados Unidos e do Brasil**. Revista ABPN. Goiânia. v. 1, n. 1, p. 18-27. 2010.
- CARRASCO, Carmen; PETIT, Mercedes. **Mulheres trabalhadoras e marxismo: um debate sobre a opressão**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2012.
- COSTA, Renata de Jesus da. **Subjetividades femininas: mulheres negras sob o olhar de Carolina Maria de Jesus, Maria Conceição Evaristo e Paulina Chiziane**. São Paulo. 2007. 161 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. \_\_\_\_\_. **A Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietudes**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.
- CHARTIER, Roger. **A Nova História Cultural existe?** In: LOPES, Antonio Herculano; VELLOSO, Monica Pimenta; PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e Linguagens: texto, imagem, oralidade e representações**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006. p. 29-43.
- CHIZIANE, Paulina. **Niketche: uma história de poligamia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- FERREIRA, Alexandre Maccari. **A relevância da literatura como missão histórica**. Revista RILA. Santa Maria, RS. v. 4, n. 1, p. 149-154. 2007.
- FONSECA, Mariana Bracks; MANNARINI, Giovanni Garcia. **Áfricas: representações e relações de poder**. Rio de Janeiro: Edições Áfricas/ Ancestre, 2019.
- FOUCAULT, Michel. **Genealogia del racismo**. Traducción Alfredo Tzveibel. La Plata: Editorial Altamira, 1992.
- FROBENIUS, Leo. **A gênese africana: contos, mitos e lendas da África**. Tradução Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Martin Claret, 2010.
- GOMES, Flávio; BARRETO FARIAS, Juliana; XAVIER, Giovana. **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Seio Negro, 2012.
- JESUS, Maria Carolina. **O quarto de despejo: diário de uma favelada**. Ed. 1ª. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1960.
- JOHN, Thornton. **A África e os Africanos na Formação do Mundo Atlântico 1400-1800**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- MACÊDO, F. A. L. **Relíquias da existência de um intelectual: os mundos fraturados de Júlio de Mesquita Filho na “Era dos Extremos”**. *Intelligere*, [S. l.], n. 8, p. 17, 2019. DOI: 10.11606/issn.2447-9020.intelligere.2019.160994. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/revistaintelligere/article/view/160994>. Acesso em: 8 maio. 2021.

MORRISON, Toni. *Amada; Beloved*. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras. 2007.

OYEWUMI, Oyeronke. *Conceituando o Gênero: Os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas*. CODESRIA Gender Series. Dakar, CODESRIA, 2004.

SEVCENKO, N. *Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense. 1999.

ZAMPARONI, Valdemir. *A África e os estudos africanos no Brasil: passado e futuro*. *Cienc. Cult.* [online]. 2007, vol.59, n.2, pp.46-49. ISSN 0009-672.

## O desaparecimento do indivíduo: Um questionamento sobre as relações humanas na Sociedade da Informação a partir da análise do filme *O Círculo* (2017)

Brenda de Souza Silva  
Universidade Federal do Ceará  
brendamnato@gmail.com

Caio Rennery de Oliveira Silva  
Universidade Federal do Ceará  
kaioennery@gmail.com

Aborda os paradigmas referente a Sociedade da Informação e as Tecnologias de Informação e Comunicação, tendo como objetivo principal levantar questionamentos sobre o contexto e efeitos que elas causam sobre as relações humanas em paralelo com o filme *O Círculo* (2017), delimitando o enfoque do artigo para a quebra das barreiras no espaço e tempo, do virtual e real. Para isso, o levantamento bibliográfico sobre a temática e a análise do filme *O Círculo* (2017) foram usadas como metodologia, a obra é relevante devido a possível observação do que as novas tecnologias têm causado nas sociedades corroborando com o objetivo do artigo, já que a informação é objeto central dessa nova dinâmica. Além disso, pode-se refletir sobre sua presença como fomentadora da modernidade e as consequências dessa situação, conclui-se assim que o ciberespaço ajuda na abstração do indivíduo pelo coletivo e sua robotização.

Palavras-chave: Ciberespaço. *O Círculo*. Sociedade da Informação.

## INTRODUÇÃO

A Sociedade da Informação (SI) surge, fomentada pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's), devido a tentativa de articular um vínculo *on-line* entre os seres humanos, tratando de uma sociedade imersa por novas tecnologias em suas mais diversas camadas e com seus mais diversos autores, com o intuito de estreitar as relações humanas auxiliando no processo de comunicação, assim conectando os indivíduos em meio às redes virtuais, o sujeito passa a adentrar no ciberespaço, onde a informação sofre com crescentes ressignificações por conta da evolução tecnológica, entretanto, a contínua produção informacional e o ambiente virtual afeta as pessoas inseridas nele, decorrente do processo de desumanização contínua, o indivíduo tende a perder características próprias para fazer parte de um todo.

Dessa forma, as relações afetivas acabam ocorrendo a partir das redes, modificando as interações humanas e ajudando a criar um ambiente propício para a exclusão informacional daqueles incapazes de se adaptar a essa nova realidade.

O Círculo (2017) é uma importante obra que leva a reflexão sobre as modificações que a sociedade humana tem sofrido por conta das novas tecnologias, em especial, as redes sociais. Mesmo que a obra em questão seja classificada como ficção científica, pode-se observar que o que acontece não difere totalmente da sociedade real humana, O Círculo funciona e é operado tal qual uma rede social real. Por conta disso, neste trabalho, a obra em questão possui papel central na análise.

A partir do panorama apresentado, abre-se espaço para a seguinte reflexão: por conta da quantidade de informações produzidas, existe uma ineficácia humana em acompanhar esse processo, o qual, além de tudo, traz malefícios. Assim, ao ponderar tudo isso, chega-se ao questionamento: o ser humano realmente vive em uma Sociedade da Informação?

## SOCIEDADE DA (DES)INFORMAÇÃO

O surgimento da Internet em meados da década de 1960 até as contínuas evoluções e transformações no ciberespaço, bem como nos indivíduos que o utilizam e as novas facetas sociais resultantes desse ambiente mais fluido, eclodem em usuários vistos quanto produtores, consumidores e por fim mercadoria.

Segundo Silva e Gomes (2015), o conceito de informação e seus paradigmas mudam conforme o mundo desenvolve-se, por consequência das tecnologias, assim novas utilidades daquilo que é considerado informação passam a existir, no aspecto etimológico a palavra vem do verbo em latim *informare* e quer dizer "modelar ou dar forma"; onde:

A ação de informação articula esses estratos em três principais dimensões: uma, **semântico-discursiva**, enquanto a informação responde às condições daquilo sobre o que informa, estabelecendo relações com um universo prático-discursivo ao qual remetem sua semântica ou conteúdos; outra, **meta-informacional**, onde se estabelecem as regras de sua interpretação e de distribuição, especificando o contexto em que uma informação tem sentido; a terceira, uma dimensão **infraestrutural**, reunindo tudo aquilo que como mediação disponibiliza e deixa disponível um valor ou conteúdo de informação, através de sua inscrição, tratamento, armazenagem e transmissão. (GÓNZÁLEZ, 2000, p. 04).

O atual panorama social, onde barreiras de tempo e espaço entre as pessoas são derrubadas constantemente, as vertentes que González (2000) discorre, aparecem cada qual em específicos momentos do cotidiano e em suportes diferentes, auxiliando na criação de um mundo desterritorializado. As Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC's) também são responsáveis pelos ressignificados da sociedade.

A Sociedade da Informação (SI) emerge agregada a demasiados processos de transformações por conta dos avanços tecnológicos e científicos, assim:

Implica o reconhecimento de íntima relação entre poder e sistemas de conhecimento, na medida em que se entende que esses sistemas consistem em discursos que codificam técnicas e práticas para o exercício do controle e do domínio social. Tais sistemas têm o caráter disciplinar: vigiam o ambiente social de modo a se prevenirem transgressões às normas e aos valores sociais, e ao mesmo tempo criam uma ordem discursiva legítima. (NEHMY; PAIM, 2002, p. 10).

A Sociedade da Informação é vista sob alguns panoramas: movimento social, consequência da extrema globalização, estratificação social e movimento capital; alguns autores como Bell (1978) e Toffler (1980) pioneiros no estudo desse novo paradigma adotam posições de desconfiança e amedrontamento pelo futuro e a inevitabilidade de determinados acontecimentos, pois, é visível a mudança drástica do modo de vida, uma sociedade que passa a buscar constantemente bens materiais centrados na produção de informação.

Nesse aspecto, tendo as relações sociais pautados em uma sociedade regida pela informação e tecnologia, elas passam a ser grandes ditadoras na formação dos vínculos afetivos que estão sendo estabelecidos pelos indivíduos, por vezes, determinando novas perspectivas sociais, essa relação de controle é vivenciada, principalmente nos ambientes virtuais, onde seus usuários são bombardeados a todo momento.

A SI concebe um espaço de produção e consumo sendo a informação o elemento primordial de poder e domínio, a predominância das redes, a flexibilidade e usabilidade favorecem seus usuários no processo de atualização, acompanhando as transformações do cotidiano em uma velocidade extrema, devido esse fluxo as pessoas se encontram no meio de algumas impossibilidades modernas, em que 1)Torna-se inviável acompanhar o que é produzido; 2)A sociedade impõe ao ser humano estar atualizado, aqueles que não conseguem são excluídos e sofrem inúmeras perdas; 3)As pessoas tendem a ser desumanizadas e posteriormente tornam-se mercadoria e 4)As relações afetivas em rede são líquidas.

Portanto, os indivíduos defrontam-se com vários problemas recorrentes para acessar e utilizar as ferramentas de tratamento e recuperação de informação providas das TIC's. Sendo um movimento tão complexo, Nehmy e Paim (2002) defendem que os discursos produzidos devem ser entendidos a partir das relações humanas, pois são nessas relações que é estabelecido o vínculo de poder e dominação, as normas e os valores sociais.

Tendo em vista esse deslocamento, ocorrendo em intensidade diferente para cada sujeito, demais perspectivas entram em discussão, evidenciando a nova relação da ciência e tecnologia mediada pelos interesses de produção, emerge o conhecimento técnico-científico utilitário, um traço do capitalismo, onde o real interesse para essa dinâmica é o conhecimento que pode ser padronizado, codificado e introduzido no processo produtivo; o capitalismo operando através das redes.

Dessa forma, a tecnologia passa a ser o fio condutor dos discursos sociais e os seres humanos seus autores. As pessoas estão vivendo mudanças econômicas e conflitos políticos em rede, gerando um novo fenômeno social e formas de vidas em que a informação é a matéria prima desse movimento, destacando o bem estar social em decadência e a presença das TIC's na vida econômica e social.

## O CÍRCULO E AS IMPOSSIBILIDADES MODERNAS

No ciberespaço a vida privada passou a ser vivida on-line exposta e encenada para um grupo de telespectadores nas redes sociais, assistida em “tempo real” e consumida como produto de entretenimento.

A adaptação cinematográfica O Círculo (The Circle no original em inglês) é um filme dirigido por James Ponsoldt, possui 1h e 50min de duração, foi lançado tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil em 2017 e é baseada no livro homônimo escrito por Dave Eggers e publicado em 2013. A película tem como premissa discutir a dependência tecnológica exacerbada a partir da visão de Mae Holland, interpretada por Emma Watson. A personagem, nova contratada da empresa, passa a conectar-se a todo instante, alcançando popularidade e acesso a um grande público, assim possui a capacidade de ditar tendências, comportamentos e opiniões; a situação da Mae assemelha-se ao movimento dos influenciadores digitais, perfis com um número considerável de seguidores que estabeleceram credibilidade em um nicho de mercado específico.

Além de Mae, somos apresentados ao personagem Bailey, interpretado por Tom Hanks, que é o chefe da companhia e vê grande potencial na funcionária. John Boyega interpreta Kalden, um introspectivo gênio da computação e fundador do Círculo que acredita que a tecnologia desenvolvida está sendo utilizada de forma errônea. Outra personagem relevante é o melhor amigo de Mae, Mercer, interpretado pelo ator Ellar Coltrane, que terá um papel importante para o desenvolvimento da protagonista da história e também na análise a ser feita em uma próxima seção do trabalho.

Conforme o enredo do filme é desenvolvido, alguns questionamentos são pontuados como a valorização do meio virtual sobre o real, a divisa do que é eticamente aceito em detrimento dos avanços tecnológicos, exemplificado posteriormente no caso envolvendo a campanha eleitoral dos EUA.

O Círculo é uma empresa de comunicação e dados, onde os funcionários encontram tudo que necessitam dentro do campus e não precisam nem ao menos sair do local de trabalho, realidade vista como utópica e distante se não fosse por todo grande aglomerado tecnológico, o design do ambiente, conceito e métodos de trabalho do Círculo que lembram, de forma proposital, empresas como a Apple e Google. O enclausuramento voluntário que os funcionários do Círculo causam a si mesmo, pode ser entendido como uma alusão ao mundo em redes, seus usuários e o deslocamento para o virtual.

A relação da Mae com o ciberespaço é um reflexo da vida moderna, não se trata de utilizar esse espaço de forma saudável para conectar-se com os outros, mas de

compartilhar as demasiadas facetas da rotina numa superexposição do indivíduo, em prol do exibicionismo cujo objetivo não é mais informar os usuários e sim invadir a vida cotidiana. Esse movimento parte de uma sensação globalizada de que tudo precisa ser mostrado incessantemente.

O Círculo, embora seja um filme classificado como ficção científica, levanta reflexões e questionamentos sobre a sociedade humana real tecnológica. Dessa forma, a partir da análise do filme, pode-se chegar às impossibilidades que serão melhor exploradas nos tópicos a seguir.

### **TORNA-SE INVIÁVEL ACOMPANHAR O QUE É PRODUZIDO**

Na sociedade atual existem diversas redes sociais, que possuem diversos acessos e usuários de todo o globo. Além disso, a própria internet, por se propor um local democrático, onde usuários podem criar e compartilhar conteúdo, possibilita a proliferação de informações. O Círculo, nesse sentido, assemelha-se às redes sociais não fictícias, como Facebook e Instagram.

O problema, entretanto, é que a cada dia que passa torna-se inviável a um usuário acompanhar tudo o que é produzido. O usuário, ao tentar acompanhar essa produção ou se sentirá constantemente desatualizado, ou desenvolverá síndromes psicossomáticas, como *burn out*, condição que leva ao esgotamento do corpo e da mente.

Mae utiliza o contato com a natureza como válvula de escape dessa realidade na qual está inserida. Em diversas cenas, vemos a ligação que ela possui com a natureza através de passeios de caiaque.

Em uma cena do filme, logo após um acontecimento que revela a natureza destrutiva das redes sociais, bem como de seus usuários, Mae rouba um caiaque e o leva a um rio, em uma tentativa exemplar de fuga. Porém, ela quase pereceu durante o processo e é salva pela polícia.

### **A SOCIEDADE IMPÕE AO SER HUMANO ESTAR ATUALIZADO**

No enredo do filme, percebe-se que a protagonista, Mae, ao entrar na empresa O Círculo, onde ela atuaria inicialmente como suporte ao cliente, é coagida por alguns funcionários a atualizar sua rede social, pois assim todos saberiam o que gostava de fazer e o que não gostava, além de diversas outras informações pessoais.

Logo após essa cena, os mesmos funcionários comentam que Mae não tem participado de todos os eventos dentro da empresa, que acontecem aos finais de semana. A personagem se mostra surpresa ao perceber que os eventos eram obrigatórios e faziam parte da carga horária do serviço. Entretanto, os funcionários rebatem as informações alegando que os eventos não são obrigatórios, mas é importante que todo funcionário seja ativo dentro da comunidade virtual e participe, além disso, há um ranking de participação, que se assemelha com um ranking de popularidade.

Mae sente-se coagida a participar desses eventos, que são a transposição de eventos online em uma rede social para a realidade, pois, para o usuário estar conectado e participar, ele precisa abrir mão de outras situações que poderia julgar importantes. Para Mae, essas situações são os encontros com sua família aos finais de semana que ela deixa de lado para participar da comunidade de O Círculo.

É interessante constatar que esse fenômeno em muito se assemelha ao que acontece na internet de maneira geral e nas redes sociais reais, a impossibilidade de acompanhar o que é produzido, pois quanto mais informações são produzidas, menos tempo as pessoas possuem para consumi-las. Conforme exemplifica Braga (2008, p. 1):

Mais de 1.000 novos títulos de livros são editados por dia em todo o mundo; Uma só edição do jornal americano The New York Times contém mais informações do que uma pessoa comum recebia durante toda a sua vida há 300 anos (Revista Veja de 05 de setembro de 2001); Atualmente existem mais de três bilhões de páginas disponíveis na Internet; Estão em circulação mais de 100 mil revistas científicas no planeta; Há 15 anos a Televisão brasileira tinha menos de 10 canais. Hoje tem mais de 100 e, daqui a 10 anos, estima-se, terá mais de 400 canais.

Assim, ao fazer uma simples pesquisa na internet as pessoas já se deparam com uma imensa quantidade de páginas e, conseqüentemente, de informações. Então, percebe-se um dilema, ao mesmo tempo que a sociedade impõe a constante atualização ao ser humano, é impossível conseguir conectar-se, pelo simples motivo de a vida humana ser finita.

## AS PESSOAS TENDEM A SER DESUMANIZADAS

A busca por pertencimento é uma procura antiga dos seres humanos, impulsionada por crescentes movimentos sociais e de identidade numa tentativa de definir a experiência do indivíduo perante uma sociedade globalizada, segundo Santos

(2003, p. 126) “[...] O desenvolvimento tecnocientífico iria permitir a inclusão progressiva de todos numa sociedade moderna [...]”; entretanto, esse compromisso esvaeceu-se perante a pressão das mídias e meios de comunicação com seus espectadores.

Essa drástica ruptura é sentida a partir do momento que o progresso tecnocientífico é usado em prol do capitalismo, aspectos estes que foram explanados no filme *O Círculo* (2017), em que as novas tecnologias bombardeiam as pessoas com um catálogo gigantesco de produtos incentivando o consumo, seja para atingir padrões sociais ou se reafirmar perante indivíduo na sociedade através de bens materiais, onde a vida econômica e ascensão social são questões mais relevantes resultando num distanciamento das classes sociais, aguçando o sentimento de competição entre os sujeitos pelos recursos, novas tecnologias e cargos de trabalho.

A luta pela sobrevivência agora está ligada ao quão rentável o ser humano é. “[...] A cidadania só é concedida e reconhecida para aqueles que se encontram inseridos nos circuitos de produção e consumo[...]” (SANTOS, 2003, p. 127); assim o direito de existir passa a ser o direito de consumir.

Adentrando em um novo patamar em que o pertencer é também consumir, o sujeito passa a ser uma marca e o mundo moderno significa a desvalorização e desumanização do ser humano, o incessante sacrifício físico, emocional e psicológico para adquirir o novo numa velocidade sobre-humana para perpetuar a consagração do inédito e “o projeto de uma sociedade-por-vir” (MELLUCI, 1996, p. 202).

O ser humano vem alterando o seu habitat natural para atender às suas exigências e interesses, com ênfase especial para as vantagens comerciais e por consequência o controle das massas em suas preferências, não contente em apenas exercer seu domínio na natureza, o homem é pioneiro na exploração de um novo lugar que cresce exponencialmente quebrando antigas noções de realidade, permitindo seus usuários se interligarem globalmente no ciberespaço.

Nesse panorama Melluci (1996) explana que o movimento de globalização alcançou seu ápice e evoluiu para a “Planetarização” em que o caráter divisório não existe mais, bem como a ideia de espaço e tempo, impondo para seus indivíduos a necessidade de estar conectado com tudo e todos.

Novos sistemas simbólicos passam a existir a partir da necessidade do ser humano de viver em rede, cita-se o documentário *Privacidade Hackeada* (2019) que mostra as formas como a empresa de comunicação Cambridge Analytica usou informações privadas dos usuários da plataforma Facebook, sem a autorização dos mesmos, para assim

categorizá-los e ofertar aos clientes da empresa dados e maneiras de melhor atingir esse público, tática usada durante as eleições presidenciais de Donald Trump em 2016 para alcançar os eleitores indecisos o que levou posteriormente a abertura do seu processo de impeachment; a informação, correta ou incorreta, passa a ser um recurso e os dados dos usuários uma moeda.

Nesse momento, o enredo do *Círculo* (2017) sai do domínio fictício e adentra na realidade, pois assim como a Cambridge Analytica, a empresa no filme, propõe usar os dados de seus usuários e o alcance que possui, pautando-se no experimento que fizeram com a Mae, para fazer o processo eleitoral Norte-americano totalmente on-line, utilizando a plataforma da própria empresa para tal ação, entretanto, para que isso ocorra, toda a população do país precisa se conectar ao *Círculo*.

Outro aspecto presente no enredo do filme e que também é transposto para o mundo real, ocorre quando Mae posta uma foto de luminárias feitas com chifres de cervos, marca seu amigo Mercer e assim, ele passa a ser perseguido on-line, difamado e recebe ameaças de morte, vale frisar que Mercer não é adepto ao ciberespaço e não possui conta no *Círculo*.

O que ocorre com o personagem, assemelha-se ao movimento virtual e social chamado "cancelamento", onde uma pessoa, influente e como um número significativo de seguidores, passa a ser julgada pelos usuários on-line, seja por uma atitude, comentário ou posicionamento. Um exemplo, seria a situação que ocorreu na edição do *Big Brother Brasil 2021* com os participantes Lucas Koka Penteadó e Karol Conká, em que Lucas foi "cancelado" pelos outros participantes do programa e Karol pelos telespectadores. Assim como Mercer, eles foram analisados por um júri pautados em visões periféricas, angulares e inverdades. Cabe a quem "cancelar" a existência de um sujeito, com suas dicotomias e ambiguidades, sendo que os mesmos são seres humanos tal qual aqueles que o "cancelam"?

Percebe-se que há uma disposição ao esquecimento e desaparecimento do indivíduo através da contínua padronização humana, seja por meio ideológicos, culturais, tecnológicos ou financeiros, portanto, ocorre a exaltação do grupo a partir do banimento de características individuais para o encaixe nos valores coletivos, perdendo assim a noção da existência do outro, auxiliando na mecanização e desumanização do sujeito.

## AS RELAÇÕES AFETIVAS EM REDE SÃO LÍQUIDAS

De acordo com Santos (2003, p. 136)

Há um modo muito mais sutil e perverso da vigilância eletrônica violar a privacidade, método que prescinde da instalação de câmeras no espaço domiciliar e até mesmo do consentimento do vigiado que se encontra superexposto. Trata-se do cruzamento e processamento dos dados que cada um de nós gera ao entrar, sair e transitar nos diversos sistemas informatizados e nas diversas redes que compõem a vida social contemporânea.

O mundo em redes virtuais é assim inserido nas relações afetivas, fomentada pela internet e a exibição do sujeito, tendo como característica marcante da sociedade moderna a relação de afastamento e aproximação dos indivíduos uns com os outros, os conjuntos de interesses, estimuladores de emoções e foco das atenções, os seres humanos e os relacionamentos líquidos que simultaneamente concedem o impulso de liberdade e a ânsia por pertencimento.

Santaella (2007, p. 394-395) afirma que “Num mundo cujos fragmentos podem ser duplicados, ao simples toque da ponta de um dedo, por um aparelho pequeno, leve, quase aderido ao corpo e facilmente manuseável, perde-se a noção do que que é trivial para ser registrado”; sendo essa a representação de uma sociedade fragmentada, obcecada por compartilhar exageradamente tudo e do comportamento invasivo que as pessoas passaram a adotar nos ambientes, onde os limites entre o público e o privado borram-se cada vez mais, a falta de privacidade alcança novos níveis.

Portanto, o experimento que Mae passou de estar conectada a todo momento, algo parecido com uma *live* eterna, nada mais é que uma alusão a superexposição no ciberespaço, que passa a ser involuntária com o contínuo processamento e cruzamento de dados gerados por cada sujeito ao adentrar no ciberespaço, ao sair e transitar pelos diversos sistemas informacionais e nas diversas redes que fazem parte da vida social moderna, combinando e analisando os padrões informacionais gerados pelo consumo online, pouco a pouco colonizando e capitalizando as redes. Reforçando que no mundo do consumo virtual o indivíduo faz parte do mercado tanto como consumidor como quanto mercadoria.

Os seres humanos passam a ser testemunhas do efêmero e da liquidez da modernidade, fadados a transitarem pelo ciberespaço, com seus dados transmissíveis a todas as partes do mundo ao mesmo tempo, presenças rápidas e etéreas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação da informação com seus usuários sofreu modificações em virtude da aceleração tecnocientífica e econômica, alavancada pelo capitalismo e o mundo do consumo. As consequências dessas mudanças são perceptíveis quando a ideia de propriedade se transforma rapidamente, o interesse passa a ser nas performances das empresas e na conduta dos consumidores, substituindo a propriedade pelo acesso e a relação de compra e venda pela relação de fornecimento e uso. Na era do acesso, a propriedade continua existindo, mas ganha um novo significado. Com essa mudança de perspectiva o consumidor não é mais alvo do mercado e passa a ser o mercado, cujo potencial é preciso conhecer e processar, é necessário poder acessar o consumidor. Assim é imprescindível controlar os consumidores e suas potencialidades numa coleta e tratamento de informações dos mesmos. No âmbito econômico ocorre o movimento de colonização das redes impactando na criação de novas tecnologias e abrindo espaço para discussões sobre cidadania, democracia, direito aos dados de cada indivíduo e a liberdade da informação.

Demais transformações modernas, assim como as observadas em *O Círculo* (2017), causam a quebra dos laços humanos, alterando como se dá os relacionamentos do indivíduo com o outro num afastar-se e aproximar-se em sinais confusos de pertencimento e distanciamento, mas também como o ser humano se relaciona consigo mesmo, conectado no ciberespaço, porém isolado. É importante ressaltar que Mae Holland, a partir do momento em que adentra na rede social fictícia, passa por esse processo, assim como observado nas análises.

Visando sanar o questionamento proposto no tópico inicial deste trabalho, propõem-se uma metáfora em que a Sociedade da Informação é vista sob o viés de um produto, que em sua mais alta glória pode ser benéfico em vários âmbitos quanto a comunicação e produção humana, entretanto, por vezes, os pontos positivos do produto são caros demais para serem pagos e os malefícios também, os cidadãos são transformados à condição de consumidores cativos com suas informações sendo utilizadas por empresas na criação de estratégias de compra e venda, retificando os padrões exorbitantes de consumo, superexpostos e com sua privacidade violada, assim como *O Círculo* (2017) explora bem em sua trama, levando a reflexão que a má utilização da tecnologia e informação pode trazer sérios problemas aos seres humanos.

O indivíduo tem a vida processada, sendo desumanizado e visto como gerador de conteúdo informacional manipulável. O ser humano passa a ser um banco de dados

ambulante. O poder da dominação da tecnociência e da economia sobre o ser humano passa a ser ilimitado.

## REFERÊNCIAS

BRAGA, Ryon. **O excesso de informação: a neurose do séc. XXI**. 2008. Disponível em: [encurtador.com.br/ipyNS](http://encurtador.com.br/ipyNS). Acesso em: 21 fev. 2021.

DICIONÁRIO Priberam. **Significado de Informação**. 2018. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/informação>. Acesso em: 12 Out. 2018.

GÓNZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Metodologia de pesquisa no campo da Ciência da Informação. **DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação**, [Rio de Janeiro], v. 1, n. 6, dez. 2000. Disponível em: [http://www.dgz.org.br/dez00/F\\_I\\_aut.htm](http://www.dgz.org.br/dez00/F_I_aut.htm). Acesso em: 21 jun. 2013.

MELUCCI, Alberto. **A experiência individual na sociedade planetária**. Lua Nova, São Paulo, n. 38, p. 199-221, Dec. 1996.

NEHMY, Rosa Maria Quadros; PAIM, Isis. Repensando a sociedade da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p.9-21, 2002.

O CÍRCULO. Direção de James Ponsoldt. Roteiro: James Ponsoldt, Dave Eggers. Música: Danny Elfman. [S.I]: 1978 Films, 2017. 1 (110 min.), DVD, son., color. Legendado.

PRIVACIDADE Hackeada. [S.I]: Netflix, 2019. (114 min.), son., color. Legendado.

SANTAELLA, Lucia. **Linguagens líquidas na era da mobilidade**. São Paulo: Paulus, 2007.

SANTOS, Laymert Garcia dos. **Politizar as novas tecnologias: o impacto sócio-técnico da informação digital e genética**. São Paulo: Editora 34, 2003.

SILVA, J. L. C.; GOMES, H. F. Conceitos de informação na ciência da informação: percepções analíticas, proposições e categorizações. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 25, n. 1, p. 157, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/93211>. Acesso em: 21 fev. 2021

## Educação Decolonial: Um Sonho Distante (Itaúna/MG, 2021)

Andressa Oliveira Boim  
Universidade do Estado de Minas Gerais  
andressa\_oliveira90@hotmail.com

O presente artigo propõe uma análise das dificuldades da educação decolonial e como essa ainda é distante da realidade dos docentes e discentes universitários no Brasil contemporâneo. Visto que, a permanência dessas ontologias eurocêntricas, são heranças da modernidade construídas durante a América Portuguesa. Logo, é apresentado um breve panorama histórico, através do qual esses mecanismos e mentalidades foram desenvolvidas e como a partir delas, serão responsáveis por uma série de homogeneizações da cultura dos povos subjugados atualmente. Além disso, aponta-se como algumas dessas estruturas hierárquicas são na realidade, uma maneira de manutenção da elite cultural e econômica do país, apoiadas nos moldes estatais promovidos e implementados por essa classe dominante. Sendo uma desses mecanismos estruturais, o progressivo sucateamento das malhas educacionais no território nacional; tendo como intuito desmotivar a educação dos alunos e assim sustentar e ampliar a dominação e opressão do povo brasileiro.

Palavras-chave: Educação. Decolonial. Elite Cultural.

### Agradecimentos

A minha família e amigos anti-fascistas.

## INTRODUÇÃO

Ao adentrarmos o século XXI, aumentaram os debates acerca dos processos que viabilizem a educação decolonial e como esses mecanismos seriam implementados. Visto que, não há uma concordância sobre a metodologia, porém essa deve ser adaptada as necessidades regionais de cada parte do Brasil. Apesar da identificação da problemática por alguns docentes, esses ainda mantêm-se inertes a iniciar as mudanças necessárias para a ruptura da educação clássica e retrógrada. Antes de explorar a temática da educação decolonial, é necessário compreender como a sociedade e, posteriormente a educação foram colonizadas e tornaram-se essa estrutura contemporânea nacional. Sendo assim, investigo alguns processos responsáveis pelas principais modificações do mundo moderno e da construção do imaginário da América portuguesa.

Por trás da pesquisa qualitativa teórica, com artigos, livros e teses; também foram realizadas três entrevistas: uma triangulação da região do centro-oeste mineiro (Divinópolis, Itaúna, Para de Minas), com alunos formados na rede pública de ensino nacional. Esses apresentaram através do relato oral, a falta dos processos decoloniais também dentro do ensino médio.

A partir disso, entender a estruturação contemporânea do Brasil e como a falta da educação decolonial promove a manutenção do capital cultural e econômico concentrado nas elites coloniais remanescentes do país. Impostos e viabilizados através dos mecanismos estatais neoliberais, governados ainda por esse mesmo conjunto elitista e excludente dos grupos marginalizados e camadas mais abastardas da população.

Esses fatores constituem a opressão sistêmica do povo Brasileiro, principalmente através da educação, esses sujeitos são conformados a aceitarem sua condição subalterna dentro da sociedade, sem uma perspectiva de ascensão de classe. Impulsionada pelo despreparo dos docentes a lecionar, além das estruturas físicas em ruínas das escolas, vítimas do sucateamento das verbas públicas e também do material didático colonizador disponibilizado pelo governo, com a manutenção dos cânones retrógrados dos clássicos historiográficos.

Consequentemente, há necessidade urgente na formação de sujeitos críticos e autônomos, possibilitando a identificação e posterior ruptura desses indivíduos com o sistema opressor capitalista e o estado neoliberal. Essas rupturas promovidas principalmente pelo estímulo a educação para que os indivíduos sejam ativistas sociais dentro de seus meios e possibilidades.

## A MODERNIDADE PORTUGUESA

Sendo assim, ao observar a modernidade europeia portuguesa, pode-se identificar uma série de rupturas ideológicas e estruturais com o antigo sistema feudal. A primeira, é promovida com a rachadura do antigo imaginário das tradições feudais clássicas e religiosas, contrapostas na modernidade com o movimento humanista e posteriormente, o iluminismo.

Esses movimentos foram responsáveis pela formação do ethos moderno dos portugueses e também europeus, centralização da razão e do empirismo, buscando respostas universalizantes. O desenvolvimento do letramento da população ordinária contribuiu para que o iluminismo fosse incorporado a todas as camadas sociais da população não só portuguesa, mas também europeia e a partir disso, formar uma identidade nacional e política. Visto que, o conhecimento anteriormente ficava retido na aristocracia e principalmente no clero.

Os antigos escritos que antes eram monopolizados pela igreja católica tanto na sua produção quanto leitura, agora são podem ser lidos e interpretados pelo cidadão comum. Além do aumento considerável da produção de livros após o século XVII e também o desenvolvimento da imprensa ocidental, favoreceram a disseminação do conhecimento além do religioso. Essa acessibilidade a informação abriu uma fresta para o estudo epistemológico português.

A segunda, promovida principalmente pelas expansões ultramarinas e a colonização de novas terras. O espírito aventureiro não limitava-se na captação de recursos e riquezas nos quatro continentes, mas foi a partir dele que se solidificou uma economia capaz de implementar estruturas físicas dentro do novo mundo. Fundamentado nessas, iniciou-se a imposição cultural com a conversão religiosa dos gentis, pela atuação dos jesuítas. A tentativa desesperada de hegemonizar os povos nativos e logo em seguida os africanos, para uma manutenção da calma nas colônias.

Apesar do desenvolvimento de alguns sincretismos religiosos promovidas pelas trocas culturais, seria incorreto afirmar que essas representações conseguiram algum espaço dentro da sociedade colonial brasileira, visto que eram severamente reprimidas, sendo esse outro fator que reafirma a dominação, resultante desse caráter iluminista, universalizante e homogeneizador. Apesar das muitas resistências culturais dos povos

subjugados, a reafirmação da dominação era um lembrete constante no cotidiano colonial.

A formação do mundo moderno é fundamental para compreender essas imposições epistemológicas durante a América portuguesa. Os conhecimentos dos nativos ameríndios foram apagados da história clássica canônica, já que eram comunidades ágrafas. Além de comprovar a forte construção ideológica que foram capazes de articular, a herança portuguesa deixou no país uma série de padronizações morais hegemônicas em um povo multicultural. Durante anos os estudiosos e brasileiros mantiveram as ontologias dos dominados e ainda mantem. Apresentado no trecho:

Do ponto de vista dos oprimidos, passado não é uma acumulação gradual de conquistas, como na historiografia "progressista", mas sobretudo uma série interminável de derrotas catastróficas. (BENJAMIN, 2005, p. 66).

A dominação também pode ser percebida na crítica do ativista indígena, Ailton Krenak:

A ideia de que os brancos europeus podiam sair colonizando o resto do mundo estava sustentada na premissa de que havia uma humanidade esclarecida que precisava ir ao encontro de humanidade obscurecida trazendo-a para essa luz incrível (KRENAK, 2019, p. 8).

A construção do imaginário civilizador português, foi responsável por décadas pelo silenciamento da cultura dos povos nativos e seus descendentes, explicitada no trecho acima. Os processos descritos saem da modernidade como uma onda, se arrastando para o contemporâneo. Apesar de perder forças com o avanço do tempo, ainda não saímos de sua crista. Esse breve panorama do mundo moderno está inseparável da colonização e é a base para iniciar a decolonização dos indivíduos.

## O SUCATEAMENTO DA EDUCAÇÃO

Como e quando seria a revolução educacional? Essa resposta e ação estão cada dia mais distantes. Visto o sucateamento das universidades públicas, de acordo com o MEC (Ministério da Educação) entre 2019 a 2020 apresentou uma queda no repasse das verbas em mais de 16%. Além do corte nas bolsas Capes, cerca de 15%, apresenta a fragmentação no ensino superior. Inviabilizando projetos de pesquisa e extensão, além do próprio funcionamento da universidade.

Já no ensino básico e médio, o aumento do êxodo escolar durante a pandemia de acordo com o UNICEF (Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância): De acordo com o último levantamento estatístico, mais de 5,5 milhões de crianças e adolescentes foram privadas de seu direito básico constitucional à educação em 2020. (UNICEF, 2021, p.47).

Além dos números apresentados pela UNICEF, devemos considerar ainda as crianças em situações análogas ao trabalho escravo, visto que essas também não teriam acesso a educação. Sendo assim, cerca de 1,8 milhões de crianças e adolescentes poderiam ser incluídos ao número da cartilha, totalizando aproximadamente 7,3 milhões de jovens estão sem o acesso a educação. Esse número, na prática é exponencialmente maior a medida que se analisa outras situações brasileiras. A cartilha demonstra como a educação vem sofrendo sucessivos golpes em sua estrutura, dificultando ainda mais os processos libertadores que a educação deveria proporcionar. Esses dados apontam também o déficit tecnológico Brasileiro, comprovado no último ano pela demora e dificuldade de adaptação das atividades presenciais para o virtual. O problema permeia a dificuldade de conectividade, estrutura dos servidores, falta de aparelhos compatíveis para acessar a rede, além do desconhecimento individual de operar dentro desses mecanismos digitais.

Além da diminuição da carga horária das aulas, todos esses fatores deslocam e aumentam o desequilíbrio para o lado dominante, que incessantemente vence. As dificuldades apresentadas acima inviabilizam até mesmo pequenas mudanças na área educacional. A falta de democratização dos meios e acesso a internet, escancara as distâncias educacionais, já muito evidenciadas presencialmente, essas foram potencializadas durante o ensino remoto no território brasileiro. Apesar das medidas publicadas pelo MEC (Ministério da Educação), para a flexibilização das atividades, torna-se ineficiente caso o aluno não tem estruturas necessárias para estudar, do acesso ao ambiente residencial estável. Tais problemas contribuem para o agravamento e distanciamento tanto do capital cultural, quanto econômico das classes sociais brasileiras. Tendo em vista, a educação, principalmente do ensino superior como um meio de mobilidade e melhoria da condição econômica prévia. Sendo assim, a educação mostra-se, novamente, fragilizada.

De acordo com Bourdieu, o capital cultural e as desigualdades sociais iniciam-se na escola e tem manifestações durante todo o processo, evidenciados pelos rendimentos escolares. O conceito de capital cultural utilizado representa como a união dos recursos

econômicos familiares, hábitos e costumes que são incorporados pelo indivíduo durante todo seu crescimento, manifestando principalmente pelo domínio da linguagem. (BOURDIEU, 2017). O sociólogo discorre em seu livro sobre como as diferentes classes sociais lidam com o ingresso no ensino superior e, se, concluem os ensinos médio e básico. As classes vinculadas a um maior capital econômico apresentam chances mais significativas de permanência nos estudos e êxito, que as classes operárias. Visto que a última necessita de um retorno econômico mais imediato para garantir a sua sobrevivência.

Sendo assim, a educação esta num vínculo profundo com a economia e as diferenças de classes. Apesar das contradições teóricas entre a educação libertadora de Paulo Freire com a obra analisada de Pierre Bourdieu; a respeito da possibilidade de mobilidade social. Já que Pierre vê a situação educacional em inércia, como uma reprodutora dos padrões sociais e das estruturas capitalistas. Esse pessimismo é exemplificado durante toda sua obra na sociedade francesa, mas facilmente adaptado e modificado ao contexto da nossa própria.

Através desses processos excludentes evidenciados, a decolonização da educação fica ainda mais inviabilizada. Onde caberia espaço para esse debate enquanto há uma dificuldade da transmissão básica dos conteúdos para o cumprimento do ano letivo? Há a necessidade de drenar algumas temáticas da bases curriculares nacionais e adequação das mesmas para a construção de um conhecimento que estimule os alunos na ruptura do sistema remanescente colonial.

É impossível reinventar a sociedade e modificar sua estrutura sem os novos agentes políticos, esses que estão finalizando o ensino médio ou iniciando a sua vida proletária, se adequem e percebam as opressões sistêmicas que desencadeiam diversas tensões sociais desnecessárias para a vida coletiva cotidiana, como o racismo. O estralo da consciência crítica é abafado pelas mãos do estado.

## INDUÇÃO A DESMEMÓRIA COLETIVA

A podridão das heranças coloniais permeia o estado e o consomem lentamente.  
Explicitado:

Esse desejo de mudança e de justiça, igualdade, e direitos para aqueles que sofrem opressão e injustiça, emerge da experiência da diferença colonial, arraigada no imaginário, com toda a certeza, na estrutura

social do mundo colonial/moderno a partir de 1500. (WALTER, 2004, p. 52).

A possível mudança provocada pelas percepções das desigualdades seria viabilizada através dos estudos decoloniais. Porém quantos processos educacionais progressistas seriam suficientes para reverter essa situação? Ou o estágio de decomposição já está tão avançado que somos incapazes de atuar? A decomposição provocada pelo estado neoliberal esta aproximando-se ainda mais da educação, visto que esses tem abraçado um estranho conservadorismo nos últimos anos, que infesta as salas de aula como uma praga. Como o movimento: “Escola sem Partido”.

Compreende-se a construção do indivíduo tanto pela educação: familiar e escolar, quanto pelos moldes estatais. Porém com o poder concentrado desigualmente ao lado estatal, por si só já promove uma situação injusta para aqueles cidadãos que tem o potencial de romper com os moldes impostos, através da educação. Seria a solução dos problemas colonizantes a ruptura dos civis com o estado? Já que esse, com suas falhas constantes na garantia dos direitos educacionais, como também das condições básicas devidas a cada cidadão, visto em nossa constituição: Garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade." (FEDERAL, Constituição, 1988, Art. 5).

A soberania estatal deita-se nas premissas de proteção civil, garantia dos direitos básicos exemplificados no artigo acima e também a educação. A problemática se instaura quando esses acordos sociais se rompem pela ineficácia do mesmo, dando assim uma possível prelúdio para uma revolução social e política dentro desse. A possível ruptura com o estado seria capaz de promover algum tipo de equidade revolucionária que a sociedade brasileira urge por esperar.

Os indivíduos alienados de sua condição e posição, não devem ser culpabilizados pela sua falta de consciência, já que são condicionados e coagidos a elas desde o seu nascimento. A ruptura desse processo deveria acontecer através da educação, visto em:

A prática da liberdade só encontrará adequada expressão numa pedagogia em que o oprimido tenha condições de, reflexivamente, descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria destinação histórica. (FREIRE, 1987, p. 5)

Já que seria impossível um processo revolucionário sem que o indivíduo e grande parte da população nacional, tome consciência de sua própria alienação e classe social. A conservação dos cânones europeus como verdades universais e exclusivas, são inviáveis dentro dos ideais progressistas e da construção de uma identidade nacional forte,

voltadas a nós, brasileiros, e não ao estrangeiro.

Sendo assim, como seria possível descolonizar onde a maior e mais influente peça; o estado? Visto que esse não apresenta o menor interesse para tal feito? A tomada de consciência de classes ainda é algo perigoso e ameaçador a soberania estatal.

Que revolução verdadeira faríamos contra o sistema estatal que adoça os indivíduos com meia dose de cultura e uma gota de poder de consumo. Essa ainda, na maioria das vezes, imposta dos grandes países imperialistas colonizadores, através de filmes, séries, músicas. Além disso, essas pequenas doses são apenas o suficiente para manter o controle e nada mais para romper com o véu da ignorância, tendo por esse conceito:

As partes não conhecem as circunstâncias particulares de sua própria sociedade. Ou seja, elas não conhecem a posição econômica e política dessa sociedade ou o nível de civilização e cultura que ele foi capaz de atingir (RAWLS, 2000, p.147).

O estado nada mais é que um comerciante de véus, esses que desfocam a visão do cidadão ordinário, reforça a construção de representações distorcidas da realidade em que o indivíduo se encontra. Seria muito simplista acreditar que esse processo seria rompido somente através da educação, mas entre um de seus pilares, lá esta ela, no centro de tudo.

Esse ainda é extremamente falho, opressor e não assegura os direitos constitucionais básicos. Isso, por si só, deveria oferecer os aparatos suficientes para que a população reivindique seus direitos básicos. Porém encontram-se adormecidos, sufocados por múltiplos véus.

## DO CURRÍCULO A PRÁXIS

Uma das mais contínuas representações da colonização que temos dentro da sociedade brasileira esta voltada para o apagamento e homogeneização das culturas ameríndias e afro-brasileiras. A retirada da historicidade dos povos nativos ainda é responsável por também retirar sua voz, e um sujeito sem voz é facilmente transformado em um objeto de dominação. Com o início do milênio, ocorreu uma reorganização do currículo nacional: a obrigatoriedade do ensino de História e cultura Afro-Brasileira. Essa proposta teria como objetivo abraçar a diversidade cultural do país. Sendo assim, o ano de 2003, inicia-se com uma reforma progressista e motivadora:

Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro- Brasileira. O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. (Congresso Nacional, 2003).

Após 14 anos dessa obrigatoriedade, os alunos da rede pública continuam sem a disciplina. Os três ex-alunos entrevistados afirmaram não terem presenciado nenhuma aula específica de cultura afro-brasileira. Além disso, a apresentação dos povos africanos girava em torno dos processos escravocratas e as falas dos professores, muitas vezes despreparados para apresentar o conteúdo, retiravam toda a historicidade desses, colocando-os como passivos de um movimento maior que seus corpos e culturas nativas.

Mesmo com o decreto da lei, as aulas ministradas demonstram o despreparo para as práticas antirracistas e decoloniais no ensino médio. Além disso, apenas um dos entrevistados lembrou algumas aulas que abordavam os povos nativos. Esses seguiram a mesma lógica passiva dos africanos e supostamente não teriam sido escravizados pela proteção dos jesuítas. Visto isso, aparentemente, há uma preocupação maior dos professores em preservar a igreja católica no estado Brasileiro, que fragmentar as estruturas racistas no qual nossa sociedade vem se desenvolvendo. A decoloniedade não é só um movimento educacional, mas também político que clama por uma maior adesão a luta.

Romper com esses processos reafirmados pelas décadas não é um trabalho simples para o docente. É uma luta diária contra o sistema, em sucessivas tentativas de ocupar uma parcela maior do imaginário dos estudantes. As ações e explicações didáticas decoloniais terão um impacto, se bem sucedidas, no microcosmos dos alunos e posteriormente familiares. Através das reflexões e emancipações incitadas na sala de aula levadas ao debate na estrutura familiar clássica.

### **(DES)PREPAROS ACADÊMICOS**

A realidade educacional do ensino superior não se difere muito do ensino médio. Infelizmente, os processos acadêmicos permanecem extremamente bancários. De acordo com Paulo Freire, a educação bancária vê o aluno como um receptáculo pronto para ser preenchido pelo conhecimento, esse que é apenas um depósito de conhecimento e os

valores morais que os educadores julgam corretos através das aulas.

O ego inflado dos professores universitários também não contribui para essa ruptura, além de promover um distanciamento dos mesmos em relação aos alunos. A forma primitiva de estabelecer ordem por meio da hierarquia, como única forma de controle e domínio de uma sala de aula, me leva a pensar que pouco importa, a muitos “educadores” transmitir o conhecimento, formar seres críticos ou desenvolver processos libertadores durante o processo de ensino. Visto em:

É a hierarquia dos valores intelectuais que dá aos manipuladores prestigiosos de palavras e ideias superioridade sobre os humildes servidores das técnicas. (BOURDIEU, 2017, p.56).

Esse processo colonizador por parte dos docentes são alarmantes. A manutenção dos cânones estrangeiros e as análises de seus textos com uma frequência alta, comprovam que estamos sendo colonizados compulsivamente durante toda a graduação. Apesar dos processos de revisão historiográfica e das teses clássicas, ainda são de forma lenta e inconstante, além de raramente apresentadas e discutidas dentro da graduação. Os processos revisionais na grade curricular e das ementas ainda são lentos, as vezes, inexistentes. As bases textuais para muitas das discussões em sala de aula são de origem estrangeira; qual ruptura os discentes seriam capazes de realizar enquanto imersos nesse ciclo vicioso colonial, mantido pelos próprios professores? A crista da onda é prolongada por mais uma geração de acadêmicos que formam-se e provavelmente reproduzirão o mesmo sistema opressor.

Apesar da aparente contradição no artigo, entre a crítica aos acadêmicos estrangeiros e o uso dessas teses para promover o decolonialismo, possui uma finalidade: comprovar a influência das correntes eurocêntricas dentro da academia brasileira e ainda como elas estão bem estruturadas e atuantes na construção do pensamento subordinado ao colonialismo. Além disso, como sua divulgação e a facilidade de acesso é bem difundida, os livros, artigos e teses disponíveis online são muito bem servidos. Nas palavras de Boaventura: (2007, p.68);

O central em nossa questão é saber se os instrumentos hegemônicos podem ter um uso contra-hegemônico. Sim, eles podem. Devemos compreender como a disseminação dos moldes cartesianos foi tão bem sucedida e assim usa-los a nosso favor dentro da luta decolonial. (Boaventura 2007, p.68).

Sendo assim, a construção crítica pode apresentar elementos estrangeiros, porém com uma análise cuidadosa do material, para que possamos adotar uma expulsão

convulsionária dentro do corpo acadêmico para que ocorra uma ruptura ao mínimo parcial durante as aulas até a graduação. E a partir disso, proporcionar a base de um pensamento crítico dos moldes impostos pelo estado, pelas elites e pela herança colonial.

Além disso, a articulação dentro dos grupos estudantis para pressionar as mudanças citadas acima, não são fáceis. A simples pluralidade social muitas vezes é desrespeitada, a falta da compreensão dos direitos éticos básicos e os diferentes posicionamentos acabam levando as reuniões e as discussões para um caminho muito pouco proveitoso. Além disso a falta de representatividade provoca o silenciamento de alteridade nos estudantes, desmotivação e conseqüente exclusão dos mesmos dos grupos sociais e processos educacionais do ensino superior.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da construção do imaginário do mundo moderno e dos processos colonizadores, herdamos a doença universalizante dos portugueses. Esses aspectos, aplicados na educação e desenvolvido pelas teorias que abraçaram na pós-modernidade uma hegemonização do conhecimento e uma estagnação do mesmo.

Não há como negar o caráter opressor e genocida que a América Portuguesa assumiu, a partir da dizimação e exploração dos corpos nativos e recursos naturais aqui presentes. É inviável a construção da pós modernidade com heranças repletas de manchas de sangue.

A reformulação da identidade nacional deve ser repensada de forma urgente, numa maneira a eliminar os resquícios hierarquizantes. Apoiadas num falso multiculturalismo globalizante, visto que esse surge como tentativa de manutenção da ordem imperialista, que apesar dos ciclos temporais mudarem de endereço, continuam cumprindo seu papel fundamental: a exploração e opressão dos mais fracos.

Os processos educacionais ficaram presos nessa teia; A formação dos novos docentes são impregnados por essas teses clássicas e conseqüentemente formam profissionais que reproduzem as mesmas dentro das salas de aula. Sendo assim, contribuem para a padronização dos alunos, não com o intuito de formar um cidadão crítico e autônomo, mas outra mão de obra, pronta para mover as engrenagens do sistema capitalista.

A educação é capaz de promover a ruptura de sua condição previa de cidadão alienado e a partir disso desenvolver um senso crítico sobre seu papel dentro da sociedade

capitalista brasileira, durante até mesmo, suas ações cotidianas. Sendo assim, aponto a estagnação da academia em promover esse rompimento. Abraçados por um ciclo vicioso, mesmo tendo conhecimento dele. Apresento nesse alguns pontos que fragilizam a educação brasileira e como esses ataques a educação por meio do estado e dos dirigentes são uma tentativa de silenciamento explícito das classes populares. Esse, promovido visivelmente pela diminuição dos investimentos públicos na educação e a partir disso promoção da ignorância em massa e manutenção dos moldes estatais, com diversos véus distribuídos para cada cidadão de classe inferior.

Logo, apresentei alguns aspectos que chamam atenção na manutenção das estruturas coloniais dentro do nosso país, principalmente pelos processos educacionais dentro das instituições de ensino. Atordoando e padronizando os pensamentos críticos, esses que deveriam ser estimulados durante toda a formação. Caso esses pensamentos fossem estimulados, formaria um efeito em cadeia gigantesco. Através das novas perspectivas introduzidas por esses novos professores, romper com as amarras condicionantes do estado e libertar os alunos. Sendo assim o sonho decolonial esvanece no horizonte em mais uma turma de graduação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Valéria. **IBGE: Brasil tem 4,6% das crianças e adolescentes em trabalho infantil**. Rio de Janeiro, 2020. Online <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-12/ibge-brasil-tem-46-das-criancas-e-adolescentes-em-trabalho-infantil>>

BENTHAM, Jeremy. **Introduction to the Principles of Morals and Legislation**. United Kingdom: Oxford University Press, 1996.

BETHENCOURT, Francisco. **Racismos: das Cruzadas ao século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BRASIL, Casa Civil. **Lei número 10.639, Art-26-A. Brasília, (2003)**. Online <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm)>

Constituição da República Federativa do Brasil. **Artigo 5º**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

DENNIS, Carol Azumah. **Decolonising Education: A Pedagogic Intervention**. In: *Decolonising the University*. London: Pluto Press, 2018. p.190-207.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- GALLINDO, Lucione Santiago; SILVA, Maria Martins da. **Pedagogia Decolonial - Kanteatro: prática de uma educação antirracista**. Olinda: UFPE, 2018.
- HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Nova Cultural, 2004.
- INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resultados**. In: Ministério da Educação, 2019/2020, online <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>>
- KRENAK, Ailton. **Ideias para Adiar o Fim do Mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. Lisboa: Presença, 1993.
- SANTOS, Boaventura Sousa. **Decolonising The University**. In: *Decolonising the University: The Challenge of Deep Cognitive Justice*. Inglaterra: Cambridge Scholars Publishing, 2018. p.119-239.
- SANTOS, Boaventura Souza. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- SOUZA, Josiane Nazaré Peçanha. **Por uma Educação Transgressora: antirracista e decolonial**. In: KWANISSA – Revista de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros . Maranhão, UFMA, 2019.
- UNICEF, Brasil. **Enfrentamento da cultura do fracasso escolar, reprovação, abandono e distorção idade-série**. In: UNICEF Brasil, Instituto Claro e Cenpec, 2021, online <<https://www.unicef.org/brazil/relatorios/enfrentamento-da-cultura-do-fracasso-escolar>>
- WALSH, Catherine. **Interculturalidade crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver**. 2009.
- WALTER, Benjamin. **Avisos de incêndios: Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- WALTER, Mignolo. **História Local/ Projetos Globais. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento limiar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003

## O jornal francês Charlie Hebdo e suas charges: As representações orientalistas (2013 - 2015)

Gabriel Filipe Matos dos Santos  
Universidade Federal de Ouro Preto  
gabriel.santos@aluno.ufop.edu.br

Em jornais, filmes e meios digitais, o Islã frequentemente é associado a imagens de terrorismo, guerras, bombas e ao extremismo religioso. Diante disso, sob o conceito de Orientalismo do teórico Edward Said, o presente artigo tende a analisar as charges etnocêntricas e xenofóbicas do jornal francês Charlie Hebdo. As charges encontradas neste periódico no recorte de 2013 a 2015 tencionam uma construção estereotipada e unívoca acerca da sociedade árabe, sobretudo de muçulmanos. Constrói-se a imagem do homem muçulmano como o bárbaro e terrorista enquanto a representação feminina é apontada como um corpo sexualizado e lascivo.

Palavras chaves: Orientalismo. Islã. Charlie Hebdo. Charges.

## INTRODUÇÃO

Enquanto a Europa imergia na Idade Média durante o século VI, o mundo árabe absorvia e conseqüentemente produzia todo o conhecimento da Pérsia e dos legados helenísticos. A organização social das etnias árabes como os povos semitas e os beduínos eram diferentes visto que, apesar de falarem a mesma língua, viviam em diferentes tribos com diferentes estilos de vida e de crenças. Os beduínos eram povos nômades e intercalavam entre regiões do deserto e dos oásis, explorando-o com suas colheitas e criação de animais. Não apenas vivendo em desertos com suas criações, os árabes estabeleceram um sistema de comércio único, que ligava o Oriente ao Ocidente dando início aos processos urbanos como o caso das cidades de Bagdá e Cairo. Tal sistema de grande potência, possibilitou a conexão com diferentes culturas, povos e religiões proporcionando uma fusão entre os extremos.

Nesta expansão do mundo árabe, o Islã – religião monoteísta baseada no Alcorão – surge e opera como um fator de mobilização das populações da península Arábica, tendo em vista a sua diversidade. Baseado no Alcorão ou Corão, os muçulmanos que são os seguidores e fieis do islamismo, acreditam na imagem do Profeta Maomé como precursor das palavras sagradas de Allah (deus em árabe). Maomé recebeu a tarefa de reconduzir a humanidade para a vivência do monoteísmo universal e autêntico sendo o islã essa religião. Assim, Maomé segue ensinando a fé em um único deus, Allah, que se revelou aos homens por meio de profetas como Abraão, Moisés e Jesus. Além disso, enfatiza-se ainda que os conceitos de árabe e muçulmano não podem ser tratados como unívocos haja visto que, ser árabe significa pertencer ao grupo étnico que habita principalmente regiões do Oriente Médio e das Áfricas sendo assim associado a noções de territorialidade. Por outro lado, ser muçulmano está intrinsecamente ligado a questão religiosa sendo fiel aos preceitos do Islã e não necessariamente interligado com questões de território.

Em seu artigo “Charges, fotos e produções imagéticas – quando o Islã está em foco”, Francirosy Ferreira (2004) explicita as diversas ramificações do islã assim como as suas porcentagens no que tange as representações populacionais ao redor do mundo. Com isso, o Islã apresenta três segmentos: os sunitas, que representam aproximadamente, 85% a 90% dos muçulmanos, no mundo, sendo aqueles que aderem a Sunna (composta pelos hadiths que são os ditos e falas do profeta), os xiitas, que correspondem de 10% a 13%, além dos povos sufistas como frisa Ferreira (2004). Esta

divisão foi estabelecida após a morte do profeta Maomé, com a discussão acerca de sua sucessão. Abu Bakr era, a priori, o único herdeiro a tornar-se um califa – sucessor de Maomé – por ser um grande aliado de Maomé. Entretanto, Ali, que era primo e genro do profeta, considerava que ele deveria ser o sucessor por pertencer à família, portanto, partindo-se do pressuposto hereditário. Com isto, os sunitas acreditavam que o sucessor califa deveria ser escolhido ou eleito pelos muçulmanos, enquanto os xiitas apostavam na hereditariedade.

Como evidencia El Fasi (2010, p.46), os ensinamentos do Corão são de natureza global e visam guiar o homem em suas relações com Deus, assim com os outros membros da sociedade. Assim, os princípios da religião muçulmana partiam de um monoteísmo absoluto, da realização de orações cinco vezes ao dia (*salât*), do jejum (*saum*) privando de todos os prazeres materiais durante o nono mês lunar, da obrigação social da doação de esmola obrigatória (*zakât*) e por fim, à peregrinação anual à Meca.

Dessa forma, com a presença cultural diversificada e um modelo de religião diferente de outras monoteístas, a pluralidade do mundo muçulmano reflete em um contraste entre o Leste e o Oeste marcada pelos ritos, história, economia e sociedade. Entretanto, o Islã e suas multiplicidades tem sido frequentemente associado em noticiários, filmes, desenhos animados, novelas e jogos de videogame reduzidas à ideia do terrorismo, do fanatismo religioso e da barbárie. Nessa perspectiva, o mundo árabe que possui 22 países, com diversas regiões do mundo, enorme multidão de grupos étnicos, linguísticos e religiosos, além de centenas de anos de história, é reduzido a uma única imagem.

## O ORIENTALISMO

Edward Saïd, nasceu em Jerusalém em 1935, filho de comerciantes árabes cristãos protestantes, recebeu parte de sua educação no Cairo. A partir da década de 1960, Saïd começou a se envolver no movimento pela causa Palestina e, desde então, se debruçou a estudar e pesquisar sobre as questões que envolviam o Oriente Médio. Formula, portanto, o conceito de Orientalismo aonde em sua obra “O Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente” (2007) tenciona como a construção do Oriente parte dos pressupostos criados e impostos pelos europeus.

Segundo Saïd, o “Oriente era praticamente uma invenção europeia e fora desde a Antiguidade um lugar de episódios romanescos, seres exóticos, lembranças e paisagens

encantadas, experiências extraordinárias” (SAID, 2007, p.24). Seguindo essa lógica, o que se entende sobre o Oriente perpassa por uma lógica e por um discurso elaborado do Ocidente, entre os séculos XVIII e XIX, por meio da constituição, afirmação e fortalecimento de estereótipos anteriores. O discurso orientalista tende a dominar e reestruturar o Oriente baseado a partir da política imperialista sob influência da França e Inglaterra na era colonialista. Assim, o Oriente se torna fruto de uma narração colonialista europeia que buscou qualificar a multiplicidade das experiências políticas, religiosas e culturais do mundo árabe islâmico enquanto, subalterna e abaixo do modo de vida ocidental.

O Oriente é uma parte integrante da civilização e da cultura material europeia. O Orientalismo expressa e representa essa parte em termos culturais e mesmo ideológicos, num modo de discurso baseado em instituições, vocabulário, erudição, imagens, doutrinas, burocracias e estilos coloniais. (SAID, 2007, p.17)

Sob o prisma desse discurso Orientalista, o Oriente é apontado como um bloco monolítico, estático, lugar exótico e de grandes aventuras. Said (2007) ainda frisa que, o orientalista descreve, narra e fala do Oriente dando-lhe voz, porém, “a força do discurso cultural ocidental parte de uma força erroneamente como apenas decorativa” (SAID, 2007, p.56). Isto é, ao apontar o Oriente, o orientalista tenciona uma narrativa inautêntica sobre o outro, reduzindo-se a um único bloco.

As imagens e os relatos de viagens construídos pelos imperialistas nas terras do Oriente durante o processo de Neocolonização dos séculos XVIII e XIX, apontam uma construção imagética fundada na imagem do Eu e do Outro, isto é, o Eu enquanto a Europa e o Outro os orientais. A construção do “eu diferente” fomenta um “poder europeu-atlântico sobre o Oriente como um discurso verídico sobre o Oriente” (SAID, 2007, p.33). Caracterizações do estilo dual como, por exemplo, o irracional e racional, o depravado e o virtuoso, o infantil e o maduro provocam as narrativas acerca dessa invenção orientalista.

Dessa maneira, os discursos orientalistas impõem as visões sobre o Oriente como uma invenção construtiva e atribuída pelos ocidentais. Seguindo essa lógica de dominação europeia, as imagens, a literatura, os filmes, e as artes em modo geral, mergulham em narrativas errôneas criadas pelo ocidente acerca do oriente. Fruto dos discursos orientalistas, as representações de muçulmanos como homens bombas, bárbaros e terroristas, potencializa essa noção de superioridade ocidental. Neste caso, o

periódico francês Charlie Hebdo fortalece todo esse sistema imperialista de inferiorização dos orientais e de supremacia europeia por meio de suas charges e cartuns.

## O QUE É UMA CHARGE?

A charge, palavra que vem do francês charger (carregar, exagerar), incide em desenhos humorísticos que tendem a caricaturar um fato, uma personagem ou evento social. Além disso, a tradição chargista está bastante presente na França. Segundo o historiador George Minois (2003), a função da charge é a dessacralização, o rebaixamento dos antigos valores, mestres e ídolos. Os principais recursos que ela utiliza são a ironia e a ridicularização. Dessa forma, as charges se propõem a constituição de um discurso demasiado, que superdimensiona ou distorce um determinado tema, a partir dos interesses e das intenções de quem as elabora. O humor, a ironia e a ridicularização são instrumentos utilizados na linguagem midiática afim de arquitetar sentidos nesses meios, como, por exemplo, em charges de cunho político ou caricaturas de personagens famosas, tal como aquelas veiculadas pelo periódico Charlie Hebdo.

O aparecimento do humor nos meios midiáticos, principalmente nas charges, é apresentado por meio da sátira, “uma das expressões do cômico que esteve presente desde a antiguidade” (TAVEIRA, 2013, p.47). Por meio deste mecanismo, tende-se a criar o efeito do riso satírico no leitor, a fim de delatar ou expor algum fato ou evento. Assim, o riso, instrumentalizando a hipérbole, existente no jornalismo impresso, satiriza e ironiza a realidade a qual o chargista pretende se referir.

Tendo como vista a função social de uma charge, apontaremos algumas charges selecionadas do período de 2013 a 2015 do Charlie Hebdo que tendem a conduzir com um discurso orientalista.

## AS CHARGES DE *CHARLIE HEBDO*

O Charlie Hebdo é um periódico semanal que aborda conteúdos internos da sociedade francesa, mas expande espaço, também, para a crítica de assuntos exteriores. Tem como fonte estrutural as matérias críticas às religiões das mais distintas matrizes, seja o Cristianismo, seja o Islamismo ou Judaísmo. Contêm um linguajar áspero e impetuoso. O periódico iniciou suas atividades em 1970 e tem sua atividade até a atualidade. Em 07 de Janeiro de 2015, foi alvo de extremistas islâmicos e 12 de seus

cartunistas – entre eles, o diretor Charb (Stéphane Charbonnier) – foram mortos. Tal ato, assumido pelo Estado Islâmico, em 2015, continha como objetivo interromper com a circulação de imagens pejorativas da religião islâmica. Ressalta-se ainda que em novembro do ano de 2011, a sede do jornal foi vandalizada e destruída por um ataque criminoso aonde o presidente francês François Hollande o definiu como um atentado terrorista (G1, 2015).

As charges, de cunho xenofóbico, como por exemplo, a representação do profeta Maomé sendo decapitado por um membro do Estado Islâmico ou então a representação do Corão sendo fuzilado por balas, nos anos de 2013 e 2014, movimentam a construção de uma imagem distorcida e equivocada, exclusivamente violenta, do mundo muçulmano. Além disso nota-se que, as charges analisadas neste presente artigo foram retiradas de outros periódicos jornalísticos tais como o jornal G1, a Folha de São Paulo e até mesmo de redes sociais como o Facebook do próprio periódico francês visto que, o respectivo *Charlie Hebdo* tornou-se disponível fora do território francês apenas para seus assinantes que pagam pelo acesso aos seus conteúdos. Assim, neste entendimento, as charges selecionadas durante o recorte temporal de 2013 até 2015 perpetuam uma imagem estereotipada e errônea do Islã e como frisa Said (1990), seria uma forma de versar o Oriente como uma construção europeia, baseada em políticas imperialistas, que estão na base de um discurso etnocêntrico.

Por meio do humor gráfico, isto é, linguagem verbal ou não verbal que interrogam, recusam ou excedem as realidades do mundo, a imagem do mundo muçulmano é fabricada sob óticas do ocidente. Na charge de 2014 (Figura 1), observamos mulheres árabes com o *Xador* – vestimenta tradicional das mulheres no Irã (sobretudo praticantes), onde o véu cobre a cabeça e o corpo, mas não a face do rosto – com a seguinte tradução “As escravas sexuais de Boko Haram zangadas: Não toquem em nossas locações”.

Na imagem, as mulheres orientais são apontadas como agressivas e animalizadas, com aspectos grotescos ao gritarem. Ao apontarem o nome de Boko Haram – vertente de um Estado Islâmico com seu califado nas regiões da África – os chargistas associam a ação desse exército nas terras orientais com a presença feminina, reduzindo-as em mulheres escravizadas dos califas. Não apenas isso, as subjugam como lascivas, vulgares e disponíveis sexualmente como algo naturalizado. Dessa maneira, “o Oriente é aceito como natural com o status de verdade científica” (SAID, 2007, p.81).

Figura 1: Capa da revista Charlie Hebdo em 2014

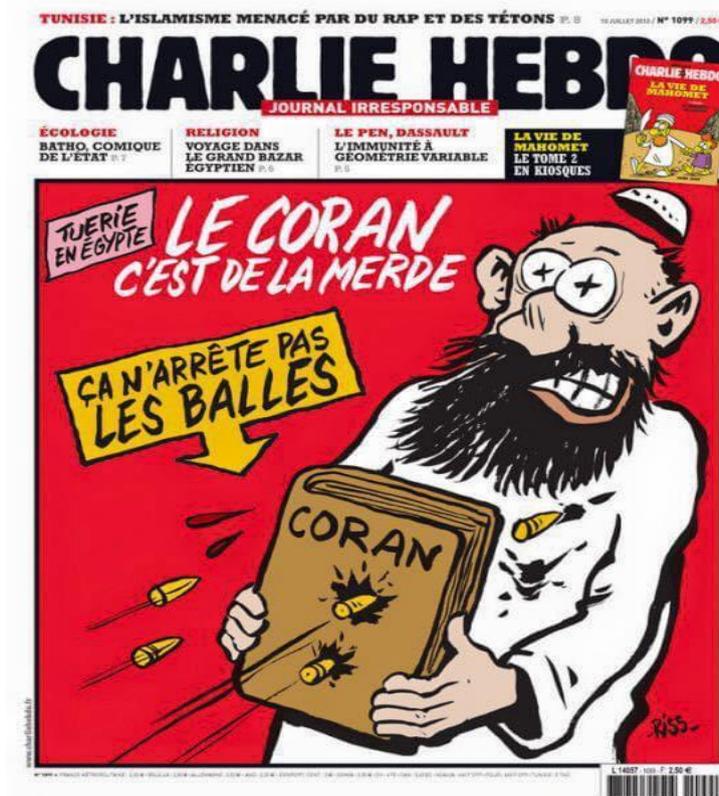


Fonte: Repercussão Facebook. Acesso em: 08 maio 2021.

Outra charge do ano de 2013 (Figura 2), reforça a construção da narrativa orientalista ao publicar uma imagem do Alcorão sendo alvejado de balas em uma suposta guerra. Na charge abaixo, um homem muçulmano carrega o livro sagrado da comunidade muçulmana acompanhado da seguinte frase “*Le Coran c’est de la merde*” (O Alcorão é uma merda) enfatizando uma intolerância religiosa por parte dos criadores da charge.

Além disso, a imagem vem acompanhada da seguinte frase “*Tueri en Égypte*” (terrorismo no Egito) que reforça um imperialismo francês sob as terras antes colonizadas. Essa frase e imagem, deixa evidente o poder e o discurso que a França cria acerca do imaginário dos povos muçulmanos ao adicionar a figura do homem bárbaro, possuído de uma violência impulsiva e exagerada. Ao transpassar essa ideia e inferiorização do ocidente, a charge portanto, demoniza e desumaniza os muçulmanos afim de mostrar uma realidade daquela não vivida. Assim, este discurso por detrás da charge frisa “uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhes impomos em todo o caso” (FOUCAULT, 2014, p.50).

Figura 2. Capa do Charlie Hebdo, em julho de 2013



Fonte: Portal virtual G1 (2015). Acesso em: 08 maio 2021.

Na charge de 2014 (Figura 3), o sentimento anti-muçulmano vem em voga devido à publicação da imagem islamofóbica e xenofóbica aonde o profeta Maomé é decapitado por um possível membro do Estado Islâmico. Para os muçulmanos, segundo Francirosy Ferreira (2004), reproduzir uma imagem criada por Deus corresponderia colocar-se no lugar dele. Dessa forma, “a fé islâmica não aceita o culto a imagens de pessoas ou animais e qualquer representação de Deus é absolutamente proibida” (FERREIRA, 2004, p.7). Portanto, a charge estabelece um significado literal do que se pretende representar neste caso, o líder da fé islâmica sendo decapitado como uma forma de insulto aos preceitos islâmicos e caricaturização do rosto do profeta.

Figura 3. Capa do Charlie Hebdo, em outubro de 2014



Fonte: Portal virtual G1 (2015). Acesso em: 08 maio 2021.

Acompanhada do seguinte diálogo “... Se Maomé retornasse... ‘Eu sou o profeta, burro’ ‘Sua garganta, infiel”, a charge cria ponte para a construção da imagem do grupo Estado Islâmico do Iraque e da Síria (ISIS) ou Estado Islâmico (EI) como sendo criado sob réguas do profeta afim de propagar uma luta *jihadista*. Associa-se a ideia de terror e terrorismo ao muçulmano a ponto de violentar seu próprio profeta com uma faca, assim, a imagem que se tem do árabe e muçulmano é sempre negativa. Ressalta-se ainda que o termo *jihadista* tornou-se usualmente por ocidentais afim de referir a muçulmanos que praticam a violência afim de propagar sua religião, como é expressado na charge acima. Por fim, a charge tende a associar e deduzir a ideia de decapitação e violência ao homem muçulmano construindo uma imagem dos muçulmanos como terrorista e homem bomba.

Já em 2015, as charges de Charlie Hebdo evocam um caráter anti-imigratório, atacando e ridicularizando questões imigratórias de muçulmanos na França. Na charge abaixo (Figura 4), é possível notar uma ridicularização do jornal ao menosprezar a religião islâmica. A imagem de Jesus Cristo é apresentada afim demonstrar uma

superioridade europeia enquanto os pés de um menino muçulmano são imergidos nas águas. Assim, coloca os cristãos acima dos muçulmanos aonde a fé islâmica não permitiria a salvação sobre as águas. Nesta perspectiva, a charge promove uma desaprovação pela maneira como os refugiados são recebidos na Europa, demonstrando um sentimento ácido e asqueroso.

**Figura 4. Charge retirada do Charlie Hebdo, em setembro de 2015**



Fonte: Página virtual do Jornal O Globo (2015). Acesso em: 08 maio 2021.

A charge ainda ridiculariza e satiriza a morte do menino sírio Aylan Kurdi em uma praia turística turca de Ali Hoca Burnu durante a grave crise de refugiados que a Europa sofre desde 2015. Segundo uma reportagem publicada no portal de notícias G1 em 2015, “alguns governos têm se recusado a receber refugiados e resistido a propostas da União Europeia para criar um plano comum para lidar com a crise” (G1, 2015, p. n.p). Dessa forma, essa imagem do outro oriental, para Said (2007), está fortemente ligada ao fato de alguns países do oriente terem sido colônia da França e da Inglaterra.

Portanto, a charge de 2015 parte do pressuposto de reestruturação de dominação de autoridade sobre o Oriente pelo viés imperialista europeu e orientalista como enfatiza Said

Orientalismo pode ser discutido e analisado como a instituição autorizada a lidar com o Oriente — fazendo e corroborando e corroborando afirmações a seu respeito, descrevendo-o, ensinando-o, colonizando-o, governando-o: em suma, o Orientalismo como um estilo ocidental para dominar, reestrutura e ter autoridade sobre o Oriente. (SAID, 2007, p.18)

Por fim, as charges apontam a caracterização do Ocidente em um espaço monolítico, aonde o homem oriental muçulmano é apontado como indolente, bárbaro, terrorista e nocivo a sociedade. A mulher oriental muçulmana é apontada como objeto sexual, lasciva determinada exótica. Nesta concepção, as charges tendem a construir e perpetuar uma imagem estereotipada do Islã assim, a movimentação dessas charges teria potencializado para uma preservação do ódio ao Islã e o acrescentamento da violência contra as culturas e a religião muçulmanas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apontado, a circulação das charges, pautadas pelo Orientalismo, incentiva uma concepção de história única sobre o mundo muçulmano e dos povos árabes carregando os estereótipos e as falácias sobre o Oriente. Nessa lógica, “é assim que se cria uma história única: mostre um povo como uma coisa, uma coisa só, sem parar, e é isso que esse povo se torna” (ADICHIE, 2019, p.22). Assim, ao satirizar a imagem do homem muçulmano associado a terroristas e mulheres à escravizadas sexuais, o Ocidente constrói, modula e propaga uma história única sobre todo o Oriente, reduzindo a um único adjetivo: a barbárie. Portanto, “a história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentiras, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história” (ADICHIE, 2019, p.26).

A ridicularização da fé islâmica por meio do jornal, tem promovido um desenrolar de violência e ataques na França que perpassa a ataques e discurso extremistas a comunidade muçulmana. Segundo uma reportagem publicado no jornal El País (2016), os casos de islamofobia triplicaram durante o período de 2015 sendo notificados 400 tipos de agressões a comunidade muçulmana. Dessa maneira, o periódico fomenta este cenário de ataques por meio de seu discurso de coerção a uma parcela da sociedade muçulmana,

além de reforçar a ideia de que a Europa, segundo Said (2007), controla e comanda maior parte do mundo.

Por fim, as charges de Charlie Hebdo extrapolam o limite da liberdade de expressão ao ponto de utilizar a imagem da comunidade muçulmana como um objeto humorístico. Amplia-se assim, uma odiosidade contra os muçulmanos e árabes, incitando-se a uma imagem de uma cultura subalterna e inferiorizada aos moldes europeus. Com isso, a mídia, especialmente o jornalismo impresso, atua como potencializador da narrativa orientalista. Portanto, o Oriente é apontado como o fruto de um discurso colonialista europeu que por anos, buscou qualificar a multiplicidade das experiências políticas, religiosas e culturais do mundo árabe islâmico sendo inferiores ao modo de vida o modelo ocidental.

## REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALÉM DE MAOMÉ, Jesus, o papa e políticos foram capa do semanal. **G1**, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/01/alem-de-maome-jesus-o-papa-e-politicos-foram-capa-do-semanal.html>>. Acesso em: 08 maio 2021.

ATAQUE em sede do jornal Charlie Hebdo em Paris deixa mortos. **G1**, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/01/tiroteio-deixa-vitimas-em-paris.html>>. Acesso em: 10 maio 2021.

ATOS de islamofobia triplicam na França em 2015. **El País**, Paris, 03 jan. 2016. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/30/internacional/1451510403\\_463522.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/30/internacional/1451510403_463522.html)>. Acesso em: 16 mar.2021.

CHARLIE HEBDO é criticado por capa ironizando menino sírio morto. **O Globo**, São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/charlie-hebdo-criticado-por-capa-ironizando-menino-siriomorto-17486142>>. Acesso em: 08 maio 2021.

CHARLIE HEBDO. França. Disponível em: <<https://charliehebdo.fr/>>. Acesso em: 16 mar. 2020.

COGGIOLA, Osvaldo. **Islão Histórico e Islamismo Político**. São Paulo: Instituto da Cultura Árabe, 2007.

EL FASI, Mohammed & HRBEK, Ivan. **O Advento do Islã e a Ascensão do Império Muçulmano / Etapas do Desenvolvimento do Islã e da sua Difusão na África**. In: EL FASI, Mohammed (ed.). **História Geral da África**. v. 3: África do Século VII ao XI. Brasília: UNESCO.

FERREIRA, Francirosy Barbosa. Charges, fotos e produções imagéticas – quando o Islã está em foco. In: **Anais do 31 Encontro Anual da ANPOCS**, 2007, online

〈<https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/31-encontro-anual-da-anpocs/st-7/st19-5>〉. Acesso em 16 mar. 2021.

**FOTO chocante de menino morto revela crueldade de crise migratória.** *GI*, São Paulo, 02 set. 2015. Disponível em: 〈<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/09/foto-chocante-de-menino-morto-vira-simbolo-da-crise-migratoria-europeia.html>〉. Acesso em: 16 mar. 2021.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970.** São Paulo: Loyola, 2014.

HEBDO, Charlie. (S.l.): Facebook, 2014. Disponível em:〈<https://www.facebook.com/CharlieHebdoOfficiel/photos/a.152346428121837/826225840733889>〉. Acesso em: 08 maio 2021.

MINOIS, Georges. **História do Riso e do escárnio.** São Paulo: UNESP, 2003

SAID, Edward W. **Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

TAVEIRA, Caroline Gonçalves. Humor e crítica no Seminário Bundas. *Extraprensa*, São Paulo, v. VII, n. 13, dezembro 2013.

## Esboço Histórico, a história picuiense traçada por Abílio César de Oliveira: Análise Historiográfica

Elielma da Silva Nóbrega  
Universidade Estadual da Paraíba  
elielma.nobrega@aluno.uepb.edu.br

Magnólia Suellem da Silva Azevedo  
Universidade Estadual da Paraíba  
magsuelle@gmail.com

O presente artigo pretende analisar de forma historiográfica a obra “Município de Picuí (Esboço Histórico)”, do memorialista Abílio César de Oliveira, publicada em 1963. Objetiva por meio de esta análise compreender o viés que impulsionou a elaboração dessa narrativa, de cunho positivista, que se consolidou como “história oficial” da cidade de Picuí. Com esta análise percebe-se o objetivo de Abílio César com a escrita do esboço histórico sobre Picuí, seria seu escrito um presente a sua terra natal e assim ele descreve todo o município, os fatos e personagens elegidos por ele como importantes para a construção da cidade. Esta análise é importante para observarmos a primeira obra escrita sobre a cidade, o lugar social do autor, os eventos e personagens que ele contempla em sua história para assim compreendermos a sua obra com outros olhares e abordagens. A fonte primordial para a produção de referida pesquisa foi o livro Município de Picuí (Esboço Histórico) utilizamos como referencial teórico Chartier (1991), Dosse (2004) e Monteiro (2016).

Palavras-chave: Picuí. Narrativa. Abílio. Historiografia.

## INTRODUÇÃO

A escrita da história para os leitores é diferente da leitura de quem a produz, ou para aqueles que têm um olhar aguçado para o fazer historiográfico, com habilidade de compreender e perceber, as escolhas do autor, o que ele escolheu contemplar, é o que ele excluiu da sua escrita. “uma história da leitura não se pode limitar unicamente à genealogia de nossos modos de ler, em silêncio e com os olhos, mas tem a tarefa de redescobrir os gestos esquecidos, os hábitos desaparecidos” (CHARTIER, 1991, p. 181).

Existe uma constante imposição por parte do meio editorial, para que os historiadores desenvolvam essa aptidão, é esse espaço não seja cedido para profissionais de outras áreas que também se dedicam a publicações de teor histórico. Diferente da escrita de um historiador, um memorialista não necessita preocupar-se com métodos e técnicas do ofício da história. A escrita memorialista se caracteriza pela seleção de um tema desejado, é a exposição de um leque de informações e fontes, exposta de forma prática, de modo que seja de fácil compreensão, sem a intencionalidade de indagações ou críticas. É importante destacar, que essas obras são importantíssimas no campo da História, visto que os profissionais da história podem fazer uso desses escritos como fontes, pois elas constituíssem em um amplo leque de assuntos pertinentes à escrita da história.

Essa discussão é trazida para a obra Município de Picuí (Esboço Histórico) do escritor memorialista Abílio César de Oliveira. Busca-se aqui entender como esse cidadão Picuiense se perpetua como um importante intelectual para sua cidade, a partir da contribuição da sua escrita para a história da Uber, pois ao lançar-se como pioneiro na busca dessa narrativa o seu nome é registrado na história da cidade, mas para além deste registro de autor, o que pretendia Abílio César de Oliveira?

No processo de construção do seu texto, o escritor programa as suas escolhas, os caminhos narrativos a serem seguidos, dedica-se a produzir um texto interessante para o seu público leitor. O texto histórico, precisa de uma sequência, de acordo com o que foi pesquisado e pensado para o seu desenvolvimento, o que demanda um mínimo de talento literário.

É visível que a produção desta obra partiu do lugar em que o autor encontrava-se inserido, pelas questões do sentimento de pertencimento e principalmente pelas lacunas existentes na historiografia do Município. Entretanto é necessário que ao se propor construir uma escrita, o fazer historiográfico do autor mantenha um distanciamento do

seu objeto de estudo, isto é, que esse fazer historiográfico, não seja influenciado por interesses pessoais ou coletivos.

A escrita do historiador participa de uma prática do distanciamento, durante a qual o sujeito historiador percebe que realiza um trabalho em um objeto que “volta na historiografia” (DOSSE, 2004, p.102). Pois os historiadores estão sempre em um contínuo retorno problematizador ao passado, isso implica dizer que esse passado que “volta na historiografia”, atua antagonicamente, pois na medida em que abre novas possibilidades de fazer para o presente, assim como sendo fonte inesgotável de sua própria problematização. Por isso a necessidade do compromisso do historiador com a História, pois caso haja negligência no seu fazer historiográfico, haverá implicações sociais, institucionais e tantas outras no trabalho do historiador. Além disso, outros historiadores ao retornarem a temática ao se depararem com sua produção historiográfica poderá comprovar sua hipótese e utilizá-la como referência em sua pesquisa ou refutar suas ideias, através da problematização historiográfica.

Nosso objeto de pesquisa foi escolhido por ser a primeira fonte escrita sobre a história da cidade de Picuí, é pela sua importância para a historiografia do Seridó paraibano. Tendo em vista que Picuí apresenta uma lacuna no tocante das fontes "primárias" escritas, partindo disso há uma inquietação em compreender como foi construída a escrita da obra de Oliveira, que se propõe a fazer uma reminiscência, contemplando um extenso recorte temporal. Deste modo existe uma necessidade de uma análise desses poucos escritos, fazendo-se necessário esses questionamentos acerca do que é privilegiado pela sua escrita, é o que não foi privilegiado, portanto, o presente artigo já evidencia a sua importância para o campo da historiografia, é importante salientar que a escrita desta análise vem para agregar as produções historiográficas existentes sobre Picuí. Em que possibilita ao leitor um olhar problematizador.

## AS POSSÍVEIS INFLUÊNCIAS NA ESCRITA DE OLIVEIRA

Na historiografia ainda no século XIX, surgiu uma tendência na criação de histórias que antes não eram registradas, como podemos ver “A fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, respondeu à lógica do contexto de emancipação política do país, norteando-se pela tarefa primeira de criar uma história para a nação” (MONTEIRO, 2013, p. 24).

Dessa forma, percebe-se logo que essa tendência pretendia seguir a história oficial, onde será criada pelo IHGB. Seguindo essa linha das emancipações, com o desejo de narrar este caminho, registrando os fatos, elencando os episódios considerados como principais e os personagens envolvidos no processo de formação da nação.

Com a instauração da República, o IHGB, que era financiado pelo Imperador, entrou em crise e, para manter-se, retomou o projeto da construção da história nacional a partir das histórias locais e regionais. A proposta de Martius para a escrita da História do Brasil poderia agora ser montada pelos chamados estudos locais. Sendo assim realizado por institutos que seriam abertos em todas as províncias, acompanhando o que já havia sido feito em Pernambuco (1862), Alagoas (1869) e Ceará (1887), que criaram seus próprios institutos, com o objetivo de produzir sua historiografia.

O IHGP nasceu no início do século XX, precisamente em 1905 sob o mesmo modelo do congênere nacional: com sócios de renome, ocupando os cargos locais da república. Sem formação diplomática historiadores, jornalistas, professores, advogados, clérigos, médicos, juizes e promotores se destinaram a ingressar na oficina do fazer história. Eram nomes de destaque em suas localidades, instruídos na missão de construir a história local. Devemos lembrar que os primeiros cursos de História só vêm surgir depois dos anos de 1930 e na Paraíba só vem ocorrer depois dos anos de 1949. (MONTEIRO, 2020, p.28). Dessa forma é exposto o caráter elitista e conservador que se fazia presente na indicação da construção da narrativa nacional e que não fugiu à regra nos institutos locais. Haveria então por trás dessa história produzida uma elite letrada que tinha acessos aos mais diversos meios para se produzir essa história.

A produção de biografias de varões ilustres por letras, armas e virtudes fazia parte do programa histórico do IHGB, a história produzida por Varnhagem é exemplo. Ele procurou fixar os nomes daqueles que deveriam ser lembrados pelos seus feitos de heroísmo e bravura. Aqueles que a seu ver haviam levado à edificação do Estado nacional brasileiro, e que se constituíam na exemplaridade a ser imitada. Celebrá-los seria uma estratégia discursiva para se cultuar valores e sentimentos do seu tempo. Buscou descrever em minúcias os feitos de Martin Afonso, para construí-lo como o primeiro herói da nação. A história do Brasil era o resultado da ação de homens brancos, cristãos e defensores do Estado monárquico como forma legítima de governo. Foram Martim Afonso, Tomé de Souza e outros heróis na escrita de Vanhagem, que concentraram em suas mãos os rumos da história, somado com a intervenção da providência divina. Posto ser predestinados a desvendar e civilizar o mundo desconhecido.

É interessante ressaltar que essa história oficial que estava sendo produzida precisava ser incorporada na população para desta forma despertar o sentimento de identidade tanto no primeiro momento como mais tarde com a instalação dos institutos locais. Contudo, os indivíduos das classes mais abastadas eram quem geralmente tinham mais acesso à educação. E justamente eram os mesmos que produziam as narrativas para serem lidas por seus filhos, netos e outros letrados também de classe elevada.

Sua narrativa da criação do Brasil pelos portugueses a partir da construção de heróis tornou-se, posteriormente, largamente reproduzida nos manuais didáticos, que ostentaram as imagens desses heróis, de forma a que seus semblantes fossem gravados pela população nacional que frequentava a escola, transcendendo seus rostos à própria menção de seus nomes. Definia-se, assim, uma identidade nacional almejada e minuciosamente planejada. (MONTEIRO, 2013, p. 60)

A identidade brasileira produzida no IHGB gerou outras identidades cada vez mais específicas. Como também a abordagem de novos heróis mais próximos de cada localidade, ensejando o desejo de cada lugar contar sua história.

## ABÍLIO CÉSAR, O PRIMEIRO FILHO INTELECTUAL E MEMORIALISTA DE PICUÍ

Poucos foram os que se dedicaram a escrever sobre a História do Município de Picuí. Abílio César de Oliveira, se dispôs a registrar a História do município, em um pequeno livro, intitulado de “Esboço histórico”. Oliveira fez um apanhado histórico desde os primórdios da história do Município. Sendo ele o primeiro picuiense a pensar a história dessa terra, a escrita desta Obra, levou o escritor a ocupar lugar de grande prestígio na sociedade Picuiense e na sua história.

“Os grandes mestres desses tempos idos eram poucos e, por causa disso, angariavam tanto prestígio que, não raro, tornavam-se líderes da comunidade e até políticos, como aconteceu com o parelhense Graciliano Fontino Lordão, o professor Lordão, que se tornou deputado muito influente, cujo nome ainda é lembrado”. (OLIVEIRA, 1963, p.)

Os demais memorialistas, escritores e historiadores que se propuseram a escrever acerca da história desse lugar, necessariamente recorreram à leitura dessa obra, em virtude da sua abrangência e das fontes nela compilada, portanto tornou-se leitura obrigatória, para os estudos da história de Picuí e da microrregião do Seridó Paraibano.

Para a elaboração de uma análise historiográfica se faz necessário compreender o lugar social do Autor, portanto, analisaremos a vida e obra de Abílio Cezar de Oliveira. Nascido em 13 de dezembro de 1899, filho de Antônio Domingues de Oliveira e da senhora Joana Vitalina Bezerra. Deixou a cidade de Picuí ainda menino, mudou-se com a sua família para a cidade de Currais Novos, aos 10 anos de idade, onde residiu até o ano de 1915. Durante a sua estadia na cidade, Abílio frequentou o grupo escolar Capitão mor Galvão, que no período em questão era dirigido pelo professor Gonzaga Galvão.

O senhor Antônio Domingues de Oliveira, por obrigação do ofício, do magistério, voltou a se deslocar, tendo como destino a cidade de Cerro - Corá, no Estado do RN, onde lecionou em uma escola municipal. A profissão do seu pai, teve influência direta no caminho traçado por Abílio, seu pai era professor do Ensino Primário, ou seja, era responsável por ensinar as primeiras letras as crianças, nessa época o professor tinha que dominar todo o conteúdo, já que sua missão era ensinar o primordial. Assim como seu pai, Oliveira exerceu a função de professor do ensino primário, na cidade de Acará - RN, onde passou a residir com o seu progenitor. “Os frequentes deslocamentos, numa quase constante peregrinação pelas cidades do Seridó” como foi descrita por Antídio de Azevedo, nos “Traços Biográficos do Autor”, a qual ele afirma valer por um prefácio. Evidência a situação dos professores da época, em que não existia uma remuneração justa, bem como, o quadro de carreira no setor público, fato esse que explica os constantes deslocamentos e mudanças de residência, motivadas pela busca de melhorias, visando melhores condições de vida.

Pouco tempo depois, estabeleceu residência na cidade de Jardim do Seridó - RN, lá assumiu as funções de secretário e de tesoureiro da Prefeitura, também ocupou o cargo de escrevente do Cartório Judiciário. Tais funções lhes foram conferidas pelo seu nível de letramento, o que o coloca em lugar de privilégio. Na cidade de Jardim do Seridó, casou-se com a senhora Discíola Augusta de Medeiros, filha do Médico Manuel Augusto de Medeiro e da Sr.<sup>a</sup> Francisca da Mota Medeiros. Abílio César construiu sua família, entretanto continuava a aspirar por uma vida melhor, o que motivou a sua viagem para a cidade de São Paulo. De acordo com Antídio de Azevedo, a vida naquele Estado, não lhe foi propícia, o que o motivou a retornar para a sua Cidade Natal, onde fixou residência definitiva. Em Picuí, ocupou de imediato a função de Contador e sucessivamente o cargo de Secretário da Prefeitura Municipal, durante muitos anos, até a sua aposentadoria. Nesta Cidade também ocupou as funções de presidente do Grêmio Recreativo “Felipe Tiago Gomes”, foi orador do Picuí Clube e contador da cooperativa Banco rural de Picuí,

cargo que exercia, no ano da publicação da obra aqui analisada, bem como a profissão de advogado provisionado, já que o mesmo não tinha diploma. Essa prática era comum nesse período em que raramente formava-se um advogado na região, os autodidatas, residentes nas capitais, como nas comarcas do interior, tornavam-se habilitados para exercer, em primeira instância, a postulação em juízo.

Charadista, jornalista, poeta e cronista, Abílio César colaborou em Jornais, revistas e emissoras nordestinas do país. No ano de 1950, a Imprensa Oficial da Paraíba editou um dos seus livros intitulado de “os sentimentos”, o conteúdo abordado na obra, tratasse de crônicas filosóficas e moralistas, cuja a qual teve o prefácio escrito pelo folclorista, historiador, antropólogo, advogado e jornalista brasileiro, Luís Câmara Cascudo, do qual era Discípulo. De acordo com (AGRA, 2014, p.274) Abílio César, chegou a ajudar o mestre potiguar no processo de elaboração do seu Dicionário do Folclore Brasileiro. Essa obra é referência mundial no campo do estudo do folclore, juntamente com outros livros de sua autoria, o que o faz de Câmara Cascudo, uma autoridade no estudo do folclore e etnografia brasileira.

É importante ressaltar que os poucos escritos a respeito do autor sempre fazem referência ao escritor Potiguar, Câmara Cascudo, no intuito de afirmar a existência de laços estreitos entre os escritores. Há relatos de que os encontros eram sempre recorrentes, quando Abílio visitava a Capital Potiguar.

Tendo em vista esses apontamentos sobre o papel social de Abílio César na historiografia picuiense, compreendemos o seu interesse pela cidade, como cidadão de destaque e considerado um dos filhos mais ilustre da cidade de Picuí, a sua narrativa sobre Picuí demonstra-nos seu lugar de fala, em que se destacou como um Intelectual. Sua escrita buscou registrar a história do município, a partir de um levantamento de informações, que abrange aspectos geográficos do município, limites territoriais, hidrografia e a sua riqueza mineral, informações essas que são descritas no texto e relacionadas a períodos de relevância para a história local. A escrita de Oliveira, também contempla o processo de desenvolvimento inicial do povoado, a Instrução primária, sua organização municipal e questões econômicas, entre meados do séc. XIX e a primeira metade do séc. XX. Seguindo a linha dos memorialistas da época, o autor se volta para os grandes nomes e personagens, no capítulo intitulado de “O fundador de Picuí” traz os nomes dos fundadores do povoado, dando destaque a nomes de fazendeiros, coronéis e a Barões. Em um capítulo mais adiante, Oliveira, chegou a iniciar a árvore genealógica da família Macedo, família do fundador do município, cuja a qual o escritor é descendente.

O que evidencia um sentimento de pertencimento é a sua intencionalidade em colocar essa família no centro desta narrativa.

A escrita de Oliveira é de cunho positivista, voltada para a elite local, as suas perspectivas e escolhas, evidencia o seu lugar de fala, é as suas relações estreitas, com autoridades que detinham o domínio da documentação histórica, utilizada por Abílio para a elaboração da sua obra. Através da sua escrita, fica clara a intenção de engrandecer homens que demonstrem valentia, poder e integridade, para fortalecer a ideia de uma cidade promissora, enraizando essa identidade, que exalta os grandes nomes, heróis locais, assim como acontecimentos de relevância nacional. A respeito da sua escrita, Oliveira (1963) relata:

“Quando comecei a escrever estas despreziosas achegas para a história de Picuí, jamais me ocorreu a ideia de fazer literatura. O meu único escopo, forçando minha inteligência, sem medir as dimensões de um sonho, talvez irrealizável, foi tão-somente pagar minha terra natal, o favor imenso que lhe devo e aos homens e mulheres de bem que nela residem, por terem-me acolhido no momento mais agudo da minha vida”. (OLIVEIRA, 1963, p.58)

Por meio desse trecho, podemos compreender a intencionalidades do autor, em retribuir, a sua acolhida na cidade, depois de anos buscando melhorias em outras federações do país, ao retornar a sua terra natal, Oliveira sentiu se acolhido, por ter recebido condições que lhes conferiu estabilidade.

## ESBOÇO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE PICUÍ- A ANÁLISE

A obra de Abílio César possui mais de 80 páginas, a versão do livro utilizada nessa análise é incompleta, faltando algumas páginas, que infelizmente não temos ainda conhecimento de quantas sejam. Sabe-se que toda a obra foi escrita pelo autor, com exceção do prefácio que foi redigido pelo Antídio de Azevedo. Oliveira, se propôs a escrever toda a história de Picuí. A escrita do autor engloba um amplo recorte de tempo, bem como a conjuntura nacional e mundial, atreladas ao desenrolar da história local. A primeira data mencionada no texto é referente ao ano de 1704, essa data trata-se do primeiro requerimento de terras por sesmaria, na região. O ano de publicação da obra é de 1963, esse recorte temporal tem a extensão de 259 anos, a partir do seu surgimento e povoamento.

A obra é dividida em 14 capítulos respectivamente intitulados: I- *A primitiva região e a natureza* II- *De um voto surge um povoado* III - *Denominação do povoado e seu desenvolvimento* IV- *O fundador de Picuí* V- *Os limites do município notas complementares* VI- *Bacia Hidrográfica* VII- *Riquezas do subsolo* VIII- *Lavoura e criação* IX- *Organização municipal* X- *Instrução primária* XI- *Genealogia da família “Macedo”* XII- *Lendas & fatos* XIII- *Lendas & fatos* XIV- *Prefeitos de Picuí outras informações*. Ao longo da análise, analisaremos 7 capítulos, deixando os demais capítulos para estudos posteriores. Os capítulos analisados respectivamente são: I, II, IV, VII, X, XII, XIII.

O capítulo I, intitulado “*A primitiva região e a natureza*” vai da página 7 a 14, tratasse de uma descrição geral em torno da colonização da região, da sua orografia, agricultura, pluviometria, fauna e a flora que Picuí dispõe. São dados e informações, que são brevemente introduzidos, são bem mais detalhadas nos capítulos seguintes. Acerca da colonização, é abordado o primeiro requerimento de terra na região, através deste requerimento foram obtidas por sesmaria, três léguas de terra em um riacho denominado na língua do gentio de Pucuhy, mais adiante Oliveira elenca as demais datas que foram conquistadas, posteriormente, é desse modo formando o distrito de Picuí. Que era composto por territórios que atualmente são municípios vizinhos: Pedra lavrada, Cuité, Nova Floresta, Frei Martinho, Barra de Santa Rosa, é os demais municípios circunvizinhos, constituía a comarca de Picuí.

O II capítulo com o título “*De um voto surge um povoado*” aborda o surto de cólera morbus, que para a historiografia picuiense é tida como fator que promoveu a intensificação do povoamento da região, isto porque, no ano de 1856, um forte surto epidêmico de cólera assolou todo o Nordeste Brasileiro, atingindo a população do interior paraibano. Diante dos elevados números de mortos, a população recorreu à fé. Uma promessa foi feita ao santo mártir São Sebastião, o voto consistia em assentar o santo mártir como padroeiro do povoado e elevar uma capela em sua honra. Sobre o desfecho deste acontecimento, Oliveira discorre:

“A verdade é que, ou por milagre do Santo invocado pelos agricultores locais, ou por extraordinária coincidência, daquele dia em diante, segundo narram os antigos, ninguém morreu mais de cólera morbus em nossa terra.” (OLIVEIRA, 1963, p.17)

De acordo com os escritos de Oliveira, não havendo mais registros da doença, a construção da capela teve início no mesmo ano, em um local que até então era um curral de gado. Com a construção da capela, surgiram os primeiros traçados urbanos do

povoado, isto evidencia que a intensificação desse povoamento se deu em decorrência da construção da capela, em virtude do voto religioso.

É importante ressaltar que neste capítulo, Oliveira faz uma descrição de dados e fatos importantes para a história das doenças, a partir da descrição acerca da medicina paraibana da época, em que o interior era desfavorecido, pois não era alcançado pela medicina. A sua escrita também é bastante relevante para compreendermos o modo como o interior paraibano foi afetado por essa epidemia. A questão dos rituais fúnebres que já não eram os mesmos, a criação de novos cemitérios (campos santos) para o sepultamento desses mortos, bem como acerca da forte religiosidade da época. Nesse período em que o catolicismo no Brasil, tinha uma forte influência na sociedade brasileira.

O capítulo IV é dedicado ao fundador de Picuí, neste capítulo, o autor retoma o assunto iniciado do primeiro capítulo, com relação aos primeiros registros de povoamento da região. Criadores de animais e agricultores oriundos dos estados vizinhos de Pernambuco e Rio Grande do Norte foram responsáveis pelo povoamento inicial. Neste capítulo é apresentado os nomes de alguns personagens da história de Picuí, personalidades que contribuíram para o seu povoamento. Dando ênfase para Antônio Ferreira de Macedo, e seus filhos. De acordo com o autor, esses homens foram responsáveis pela escolha da localização da capela de São Sebastião.

Essas informações trazidas pelo autor foram obtidas através de relatos de antigos moradores, isso fica claro quando o autor cita o senhor Galdino Otílio Pinheiro, ao relatar a chegada do patriarca da família Macedo aos solos Picuienses. Antônio Ferreira de Macedo era proveniente da cidade de Pedra Lavrada, é leva o mesmo nome que o seu pai, tinha dois irmãos: Vicente Ferreira de Macedo e Estevão José da Rocha, esse último, ficou conhecido na história da Paraíba, como Barão de Araruna. Ao colocar o nome de barão de Araruna entre parentes, após mencionar o seu nome oficial, é mais uma evidência de exaltação aos grandes nomes por parte do autor.

Ao prosseguir o texto discorrendo sobre a linhagem dos Ferreira de Macedo, Oliveira nos apresenta mais um personagem da mesma família, o José Ferreira de Macedo, filho de Antônio Ferreira de Macedo e de sua esposa, a senhora Teresa da Conceição de Macedo. Enfatizando que essa família é conhecida como a família dos fundadores da cidade. De acordo com Oliveira, José Ferreira de Macedo, foi o responsável pela realização da promessa a São Sebastião, que impulsionou a construção da capela de São Sebastião, onde atualmente está localizada a Igreja Matriz da Cidade. Oliveira,

afirma serem vários os motivos pelo a quais o coronel José Ferreira de Macedo fosse legitimado como fundador do povoado de São Sebastião, acerca disto, destaca:

“Efetivamente, foi José Ferreira de Macedo quem além da promessa, teve a iniciativa da construção da capelinha, assumindo a administração da obra, até a sua conclusão, para o que teve de angariar auxílios entre os habitantes da localidade. A primeira casa residencial foi por ele construída, no alinhamento do novo povoado. E, aí, instalou o primeiro estabelecimento comercial, chamado “A casa Grande”. Ocupou o cargo de fiscal e conseguiu trazer para o povoado o primeiro mestre-escola, o primeiro costureiro de roupas masculinas e o primeiro mestre de música. Dizem até que foi ele quem sugeriu o acréscimo de TRIUNFO ao nome de São Sebastião.” (OLIVEIRA, 1963, p.25)

Em seguida ele cita um feito considerável, do patriarca Antônio Ferreira de Macedo, que foi responsável por escrever uma carta a Dom João da purificação, Bispo de Olinda, na ocasião, foi solicitado permissão para o “benzimento” da capelinha. De acordo com Oliveira, é com o Livro de Tombo da paróquia, o ato foi realizado em 15 de outubro de 1856, pelo padre visitador Francos de Holanda Chacon. Para o autor a ação não é motivo suficiente para considerar o patriarca da família Macedo, como fundador, portanto o título de fundador foi conferido ao seu filho José Ferreira de Macedo.

O autor destaca dois descendentes da família Macedo, figuras emblemáticas e de grande destaque na historiografia do município. O primeiro trata se do coronel Manoel Lucas de Macedo, filho do fundador Cel. José Ferreira de Macedo. Cel. Manoel Lucas foi um dos chefes políticos do município de Picuí, destacado pelo autor como energético, inteligente e arrogante. De personalidade oposta, o segundo descendente, de nome Cel. Antônio Xavier de Macedo, é definido pelo autor, como um homem, nobre e humanitário, sendo bastante prestigiado pela população local. O autor trás um documento histórico da doação do terreno em que a cidade foi edificada. O documento é de 1861, e foi feito pelo herdeiro da família Macedo, doadores do território. O capítulo é finalizado, com a cidade sendo exaltada, ao ser descrita como pitoresca e bela.

O capítulo VII, de título “*Riquezas do Subsolo*” é iniciado, fazendo menção aos estudos geofísicos realizados, ao longo do tempo na região. Ao longo deste capítulo, o autor busca exaltar as riquezas minerais da região, citando as suas principais jazidas. Uma característica da escrita de cunho memorialista, é o amplo apanhado de fontes elencadas pelo autor. Abílio César, cita neste capítulo os escritos do Prof. Coriolano de Medeiros, que em seu dicionário corográfico, registrou que o engenheiro francês Jules Destrod, havia realizado um estudo científico sobre a mineração paraibana, por interesse

do Governo da Paraíba, decretado em 8 de março de 1899, pelo decreto de núm. 133. Assim como Coriolano, Oliveira transcreveu em sua obra trecho do relatório do engenheiro francês, contidos nas pág. 45 e 46.

Na obra é mencionado o primeiro caso de morte em decorrência da mineração, nas terras seridoenses. Trata-se da morte do operário Manuel Vicente Alves Barreto, conhecido como Manuel Bezouro, à vítima faleceu no alto do umbuzeiro cabeludo. Ele teria sido responsável pela descoberta da presença de estanho na mesma colina em que aconteceu sua morte, Oliveira nos conta que era extraído em regular quantidade, é comercializado em barras no Recife. Com isso intensificou-se boatos de jazidas nesta região. Com a vinda do engenheiro, Manoel ficou encarregado de auxiliá-lo. Sobre o acontecido, o autor relata:

“Numa tarde, no momento em que Manuel Bezouro examinava uma nova arma de cano longo (rifle), justamente a primeira que aqui apareceu, trazida pelo tal engenheiro, ouviu-se um tiro na barraca. E o inditoso rapaz, que tombava gravemente ferido, meia hora depois estava morto!” (Oliveira, 1963, p. 47)

Ao término do relato, o autor fala que o seu pai, Antônio Domingues de Oliveira, era o escrivão de paz, e que o mesmo trabalhou no processo-crime que foi instaurado em torno do caso. Isto explica, o conhecimento dos fatos pelo autor. Diante da escrita do autor, é visível uma vasta pesquisa, relacionada a todos os apontamentos da obra. Com relação às informações obtidas sobre as riquezas minerais dos municípios de Pedra Lavrada e Picuí, é citado os Boletins, publicados pelo ministério da agricultura, segundo Oliveira, esses Boletins forneceram subsídios para o conhecimento das diversas matérias primas, incluindo as de caráter bélico. O autor concluir o capítulo, afirmando que os municípios de Picuí e Pedra Lavrada são conhecidos em toda parte do mundo, com ênfase para os Estados Unidos, que de acordo com o autor, foram confeccionados mapas da região mineralógica, mapeando todas as jazidas, que produziram minérios que contribuíram para a vitória dos Aliados, na Segunda Guerra. Diante disto, é possível perceber um esforço por parte do autor, em destacar a cidade de Picuí no âmbito da história mundial.

Ao IX capítulo o autor antes de iniciá-lo menciona sua obra como pagamento a sua terra natal, um favor que deve tanto a cidade como aos homens de bem que nela residem, por terem o acolhido em um momento de dificuldades. Nessa fala é interessante perceber que ele faz menção à sua volta de São Paulo à Picuí, que agora se encontrava em categoria de cidade. Fixa nela residência e ocupa cargos públicos. Segundo o mesmo

presenteia Picuí e seus dirigentes, com a escrita da história deste município, pelo sentimento de gratidão a esse acolhimento.

Neste mesmo capítulo o autor segue mapeando a organização da cidade. Enfatiza a lei que cria freguesia, a posse do primeiro padre, as datas de fundação de vila e posterior elevação da categoria de município e cidade. As eleições municipais com a posse do primeiro prefeito municipal o Cel. Manuel Lucas de Macedo, a criação do Conselho Municipal, hoje Câmara dos vereadores, e seus respectivos membros eleitos. Inclusive, o autor faz menção ao seu pai António Domingues de Oliveira, que em suas palavras era “um cidadão probo, honesto e simples” (OLIVEIRA, 1963, p.60), como sendo o primeiro secretário nomeado ao conselho municipal. Do mesmo modo também traz o nome do seu avô paterno ao cargo de primeiro Escrivão do Cartório do Registro Civil de Casamentos, Nascimentos e Óbitos. Sua família esteve intimamente ligada à administração da cidade, por isso é importante perceber seu lugar de fala. Neste capítulo são mencionados vários nomes majoritariamente do sexo masculino, que ocupavam cargos públicos tanto na área administrativa como na judiciária, como também aos que estavam à frente das associações municipais. Destaca as festas de cunho religioso como as mais importantes, principalmente as que realizam homenagem ao padroeiro São Sebastião, no dia 20 de janeiro, e as de São Francisco e Santa Teresinha, no mês de outubro de cada ano.

O capítulo X é dedicado para informações importantes sobre a instrução primária do município. Assim como o seu pai, Abílio exerceu a profissão de professor e desta forma começa o capítulo descrevendo com familiaridade a missão do ensino. De acordo com o autor, o ensino primário é tido como a mais espinhosa e ingrata missão, principalmente para os professores dedicados. Descreve os mestres pioneiros e pioneiros diplomados ou não, da instrução primária como também a quantidade e localidade das escolas espalhadas pelos povoados e fazendas do município.

Abílio César como um professor, mostrou-se preocupado em descrever como se encontrava à educação. É perceptível a satisfação na sua escrita com os rumos desta no município. Na sua fala faz questão de descrever o trabalho honroso de cada professor e principalmente professoras, que apesar de ser uma profissão espinhosa e pouco valorizada, é uma missão grandiosa em favor da sociedade.

Ao decorrer do capítulo discorre informações sobre o Grupo Escolar Professor Lordão e sobre a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, que mantinha o Centro Piloto neste município, segundo Abílio, um presente do Dr. Felipe Tiago Gomes, a sua terra natal. Destaca os primeiros diretores e as diretoras com muito apreço. É

interessante perceber neste capítulo como o autor cita nomes de mulheres protagonistas na educação picuiense, com muito estigma em relação ao trabalho desenvolvido por elas. Diferente de outros capítulos, em que não são falados em nomes de protagonistas mulheres, por exemplo, no capítulo do fundador.

Nos capítulos XII e XIII o autor se dedica a contar lendas e fatos sobre o município e seus habitantes. Na primeira seção se atém a narrativa sobre a vida do herói Silvino de Macedo, no qual seria descendente de um filho de Manuel Nunes de Macedo e uma escrava do Cel. José Ferreira de Macedo. Abílio conta toda a biografia de Silvino e de como ele chega à Escola de Aprendizes Marinheiros no Recife, seguindo, depois, para o Rio de Janeiro participando de uma das revoltas armadas contra a posse ilegítima de Marechal Floriano Peixoto. Silvino depois de preso é morto a mando do próprio Floriano no Recife. Abílio apresenta na sua escrita a bravura de Silvino até no ato da sua morte. Tendo em vista a abordagem do personagem como herói, local e nacional, enfatiza assim na sua escrita, um Picuiense ligado a luta por a defesa da nação, assim, exaltando também a história da sua terra natal.

O autor aborda mais uma seção de lendas e fatos. Desta vez, acerca da Permuta dos Santos Padroeiros de Picuí e Cuité. Segundo Abílio César o ano de 1877 trouxe uma grande seca que atingiu muitos habitantes da região. Devido à falta de chuvas o vigário de Cuité, José do Coração de Castro, escreve ao o pároco Manuel Franklin de Sousa da freguesia de Picuí, para que houvesse uma permuta dos santos, que por meio destes chovesse no sertão e na serra. Marcado dia e local da troca, saíram às duas procissões para o local indicado. Segundo Abílio, quando se encontram houve a maior confusão, pois cada povo queria ficar com o seu santo padroeiro. De acordo com o autor não houve a troca e as duas regressaram às suas freguesias, enquanto que os padres ficaram inimigos para sempre. Essa pendenga, segundo a tradição, originou a disputa histórica entre os dois municípios, sendo fortalecida por meio de desavenças políticas no início do século XX, e se perpetuando pelos anos posteriores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta análise percebe-se o objetivo de Abílio César com a escrita do esboço histórico sobre Picuí, seria seu escrito um presente a sua terra natal. Como trineto de José Ferreira de Macedo (o fundador), professor, advogado, suplente de vereador e ainda ocupando os cargos de contador e secretário da prefeitura era notavelmente um

participante ativo da cidade e da região, dispunha de um maior acesso de fontes e achou-se necessário registrar os fatos que, evidentemente, precisaram de uma pesquisa. Seu livro é uma obra de imensurável valor aos Picuienses e a todos que se interessam em pesquisar sobre a temática, pois nos serve como base acerca de informações históricas para pesquisas futuras e novos olhares.

A História está para além da narrativa dos fatos e nos permite uma infinidade de abordagens e de olhares para aquilo que já foi abordado. Devemos levar em consideração que Abílio César, não era historiador, e não realiza uma obra historiográfica, mas traça uma história marcadamente por nomes de “heróis” e personagens que possuíam prestígio perante o povoado e posteriormente cidade.

Não foram registrados nessa escrita agricultores, trabalhadores de modo geral, que construíram também aqui suas famílias, mesmo que fossem em terras particulares, mas que de alguma forma também contribuíram para essa construção. Os personagens que foram elencados nestas linhas são os considerados “ilustres” que já identificamos através das narrativas oficiais. A sua história é direcionada ao seu papel de elite, como advogado/político/servidor público esteve em uma posição mais elevada que os demais, pois para a sua época ocupar tais lugares e ser indicado por outros não era proporcionado a cidadãos comuns. Seu livro é pertinente ao seu lugar de fala, aos personagens que descreve, então a partir disso entendemos o que é determinado para estar na sua escrita. Abílio César entrará e se colocará na história de onde viveu o maior tempo da sua vida e trabalhou, quando decide contar a história. Abílio César era versátil com uma capacidade intelectual ímpar, onde também é de sua autoria o próprio hino de Picuí, cuja letra se encontra na contra capa do seu livro. Era um exímio orador, sendo solicitado para discursar em momentos importantes não apenas em Picuí, mas em toda região. (AGRA,2014, p.274). Dessa forma, só confirma o importante lugar de fala e influência deste autor para ser o pioneiro em sua obra.

## FONTES

O livro utilizado para a análise trata-se de um arquivo em pdf, produzido e cedido pelo Picuiense Udenilson Silva Silveira.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGRA, Fabiana de Fátima Medeiros. Picuí do Séri do século XX, vol. 1, 1900-1950 / Fabiana de Fátima Medeiros Agra- João Pessoa: A União, 2014.
- AGRA, Fabiana de Fátima Medeiros. Picuí do Séri do século XX, vol. 2, 1951-2000 / Fabiana de Fátima Medeiros Agra- João Pessoa: A União, 2015.
- ARAUJO, Laiza da Rocha. Pedro de Andrade e o cultivo das raízes por ele elegidas em 1981 para a cidade de Aroeiras/PB: uma análise historiográfica. 2020.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. Estud. av., São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, abr.1991.
- DOSSE, François. História e ciências sociais. Bauru, SP: Edusc, 2004.
- MONTEIRO, Luíra Freire. Retórica da alteridade: Portugal e portugueses na historiografia brasileira. São Paulo: Hedra, 2016.
- OLIVEIRA, Abílio César de. Município de Picuí - Esboço Histórico. Natal: Tipografia Santa Teresinha, 1963.

## A construção do mito político de João Pessoa: Da interventoria de Anthenor Navarro (1930-1932) à consolidação de um projeto reformista

Ruan Azevedo Batista Lima  
Universidade Estadual da Paraíba  
ruanzevedo18@gmail.com

O presente artigo tem como objetivo dissertar sobre como ocorreu a consolidação das políticas do governo de Getúlio Vargas no início da década de 1930 na Paraíba, através do interventor, nomeado pelo mesmo, Anthenor Navarro e a construção da figura mitológica do falecido João Pessoa, principal articulador do movimento que ocorreu na mesma época, como pilar das medidas reformistas do governo intervencionista. Para o desenvolvimento desta pesquisa foram utilizadas diversas matérias de jornais da época e artigos produzidos a serem analisados a partir da metodologia de análise de conteúdo. Para a realização desta metodologia, foram analisados os discursos midiáticos e as medidas do Anthenor Navarro que constituíram socialmente a figura do mito político de João Pessoa. A partir disso, compreendemos a importância da comunicação e da construção de políticos com efeitos mitológicos que representam mais do que a si mesmo, significam uma causa, um valor, um projeto e como essa imagem reflete na construção política de um Estado ou um país, em especial o Brasil, tanto para a década de 1930 quanto para as décadas posteriores que utilizaram de uma narrativa semelhante.

Palavras-chave: Mito político. Política da Paraíba. João Pessoa. Movimento de 1930.

## INTRODUÇÃO

O movimento político que ocorreu em 1930 e que ficou conhecido popularmente como “Revolução de 1930”, foi um evento histórico que marcou toda a política do século XX e XXI no Brasil pelo seu impacto político, social e cultural, pois se fez como um ponto de ruptura do modelo político brasileiro. Em toda sua construção, o governo utilizou-se das reformas políticas e econômicas para adaptar-se às realidades vigentes do povo brasileiro e à conjuntura política nacional e internacional. O mundo estava envolto de crises econômicas graves e, portanto, necessitava de reformulações para garantir a constituição de não somente trabalhadores, mas consumidores assíduos e sustentadores do sistema capitalista. Desta forma, o movimento de 30, para além de um projeto reformista, tinha como pressuposto o abafamento das disputas políticas que estavam surgindo, em especial das camadas mais populares e de intelectuais da época que continham discursos mais “radicalizados”, como os conceitos políticos do marxismo e do anarquismo que estavam cada vez mais presentes nas organizações de cunho sindicalista, por exemplo. Esse pensamento expressa-se na frase de Antônio Carlos de Andrada (1870-1946), presidente do Estado de Minas Gerais na época, dirigida em um discurso ainda em 1929, este diz “Façamos a revolução antes que o povo a faça pelas armas”.

Neste cenário o Brasil ainda se encontrava em meio a diversas crises econômicas e políticas por ainda se concentrar em agroexportador e manter o poder concentrado em famílias tradicionais, uma situação de estagnação política, econômica e social. Assim, não demoraria para que os setores liberais construíssem uma disputa mais acirrada com o modelo vigente.

No Estado da Paraíba o político João Pessoa, figura controversa e que, membro de uma das famílias mais tradicionais da política paraibana, deu iniciativa a um projeto dito revolucionário e de enfrentamento às oligarquias comandadas pelos “coronéis” da região. Essa proposta tinha como principal fundamento a centralização do poder na capital e no Presidente do Estado, construindo assim maneiras de capitalizar os recursos com mais equidade.

Entretanto, esse projeto era bastante contraditório em sua realização, pois se colocava como uma quebra dos paradigmas eleitorais e de uma renovação para todo o governo e povo, se distanciando do “velho” modelo político existente, mas que em sua concretude e relações não deixou de realizar alianças com o modelo conservador e as oligarquias, demonstrando, portanto, que o movimento de 1930 buscava não destruir e

reconstruir as estruturas de poder, mas remodelá-las aos novos protagonismos e combinações partidárias. Partindo deste pressuposto, é possível notar uma participação bastante efetiva das antigas estruturas de institucionais desde o âmbito federal, estadual e nas políticas locais. O próprio João Pessoa, que tinha uma família com laços profundos com outras oligarquias, que usou-se de um discurso de reconstrução administrativa, utilizou das “muletas” do antigo sistema para constituir seu mandato. Demonstrando as incongruências discursivas do movimento de 30 e sua denominação dita “revolucionária”.

Porém, com a morte de João Pessoa no ano de 1930 pelas mãos de João Duarte Dantas, seu grande adversário político e que representava diretamente às manutenção do poder institucional as famílias oligárquicas e tinha ligação direta com o então presidente Washington Luís, todas as discordâncias de alguns setores e as controvérsias de sua gestão, como a realização de barreiras de imposto para a venda de produtos do sertão da Paraíba, foi-se constituída em torno do seu nome e da sua imagem a figura do homem que morreu em uma tentativa de reconstruir a política paraibana, um mártir da liberdade e da moralidade. Não obstante, sua figura foi tão reverenciada que o próprio Getúlio Vargas o citava em discursos e construiu uma campanha em torno do seu emblemático falecimento. Para muitos historiadores sua morte foi o estopim para o movimento que estabeleceu o golpe eleitoral no mesmo ano, pois significava, para além da morte de adversários políticos, um ataque aos representantes de todo o agrupamento que lutava para acabar com a política do “Café com Leite”, esta que era uma forma de governo onde existia uma alternância no governo federal entre as oligarquias de São Paulo e de Minas Gerais.

Estabelecido o golpe em 1930, que impediu a posse de Júlio Prestes (1882-1946), Getúlio foi empossado como Presidente do Brasil e deu início a um processo de interventorias nos Estados, colocando em nos principais cargos as pessoas de mais confiança e de aliança com o governo federal, com o fim de provocar uma centralização do poder e garantir o fim da extensa autonomia dos poderes locais, reduzindo a quase nulo o processo de paradiplomacia. Essa articulação foi o que capacitou os primeiros anos da gestão a se manter e construiu uma reforma política eficaz através da consolidação do mito político em torno da figura do mártir do movimento político de 1930, o paraibano João Pessoa.

## O CONCEITO DE MITO POLÍTICO

O “mito político” é um conceito construído na atualidade para se referir aqueles que utilizam do imagético social e de meias verdades para projetar um ideal na consciência popular e transformar isto em poder eleitoral. Poder este conquistado através do voto pela convicção de um ser que remete a um viés característico de salvação e moralidade acima do que é regularmente estabelecido.

Apesar de “mito político” ser uma junção de dois conceitos distintos, eles não são dissociáveis, tampouco dicotômicos, estes se entrelaçam na constituição de ambas. O primeiro conceito, o mito em si, advém da concepção grega de *Mythos* que constituía uma ideia básica em torno de diversos significados, *mythos* é discurso, é fábula, é criação e relato, seja ele imaginário ou não.

O mito é sobre o passado e a explicação daquilo que não pode ser provado e compete a subjetividade da dúvida entre o real e imaginário, como coloca o primeiro historiador grego Heródoto (HARTOG, 2003, p. 37). E numa sociedade onde a compreensão social é repassada pela oralidade, o mito ganha uma força e conotação ainda mais forte, pois encontra-se como elemento concretizador da história e da própria realidade, uma vez que é o fundamento básico para o entendimento dos elementos naturais e socioculturais estabelecidos que, de forma dialética, vão adaptando-se aos contornos do real.

Entretanto, o mito não estava longe da política, uma vez que a mitologia era a estrutura organizadora das classes e da capacidade de pertencimento do povo aos acontecimentos, dando base para as respostas concretas dos anseios do povo. O mito é, portanto, um elemento que precede o empirismo científico, mas que constitui a história de um povo e toda ela é constituída de articulações políticas.

Assim, os autores do artigo *Possibilidades e Limites do Conceito de “Mito Político”* declaram:

A elaboração da narrativa mítica, em torno de feitos heróicos, geralmente é tomada como fundamento e referências dos quadros simbólicos de uma comunidade ou grupo social. Um mito articula elementos e feitos de caráter exemplar e que reiteram uma forma específica de legibilidade e inteligibilidade de acontecimentos concretos. (HOFFMAN; MARTINO; MARQUES *apud* MORAIS, 2019, p. 4)

Esse caráter exemplar é a definição concreta do que gera as tendências políticas da contemporaneidade, uma vez que, o ser político necessita ser representação dos anseios de uma comunidade, de um ideal e de uma ideologia. Portanto, cabe a este construir em suas narrativas a necessidade de representação destes meios e garantir a consequência desta representação que é, antes de tudo, orientadora de suas ações.

Com a construção das políticas do ocidente pós Idade Antiga, surgiu a necessidade de compreender qual o papel do ser político e como este deveria incidir perante os seus próprios seguidores. Nicolau Maquiavel na obra *O Príncipe* de 1532, coloca:

“...deves parecer clemente, fiel, humano, íntegro, religioso – e sê-lo, mas com a condição de estares com o ânimo disposto a, quando necessário, não o seres de modo que possas e saibas como tornar-te o contrário.” (MAQUIAVEL, 2010, p. 83)

O ser político é um discurso construído para dentro de fora da bolha social que este é inserido. Assim, cabe a este responder aos seus anseios individuais e aos mitológicos da sociedade da qual este representa, ou seja, o político é a expressão de um povo sobre suas pulsões individuais.

No Ocidente estas expressões têm como característica uma aproximação da imagem do Cristo, o homem puro que se doou por nós, assim, esta construção busca “despolitizar” o projeto em nome de uma fé estrutural.

Isto posto, a figura de “mito político” perpassa a representação de um ser salvador. Esta não é uma tática política bem utilizada e projetada em diversas situações que tem como objetivo claro conquistar a adesão popular em torno para um viés messiânico, uma vez que a estrutura social do Ocidente é edificada em torno dos preceitos cristãos e, portanto, tem como forte característica o individualismo do ser. Essa teoria é construída nos moldes do liberalismo clássico.

Assim sendo, utilizar-se deste conceito é uma prática que requer domínio claro sobre a comunicação e a própria História, pois o que fomenta tais criações é a releitura de acontecimentos históricos para evidenciar ideais específicos e, assim, ser critério da verdade do surgimento de tais fenômenos.

O fenômeno social denominado por “mito político” é, portanto, um artifício histórico que foi constituído como elemento unificador e centralizador de uma verdade. Com o advento da contemporaneidade, este recurso foi amplamente utilizado nas democracias burguesas, pois, diferente dos regimes monárquicos e imperiais, a

democracia burguesa necessita ainda mais da consolidação de um povo, pois, cada um(a) é escolhido através do voto para representar uma ideia perante a sociedade.

Manusear tais ferramentas possibilita a adesão política dos candidatos às camadas populares e garante uma vantagem a si, a sua ideologia e ao partido nas eleições subsequentes. Sendo assim, fomentar um mito político é uma desejável ambição de todos os blocos partidários para a manutenção do poder, especialmente aqueles que utilizam da prática política que envolve o populismo, já que necessitam essencialmente do personalismo e dos sentimentos advindos do “salvador” ou “mártir” idealizado pela população.

No Brasil, no decorrer do século XX, encontram-se diversas figuras que desenvolvem suas campanhas e narrativas numa tentativa de se estruturar por estes pressupostos, como iremos ver adiante.

## A CONSOLIDAÇÃO DO MITO DE JOÃO PESSOA ATRAVÉS DA INTERVENTORIA DE ANTHENOR NAVARRO

No Estado da Paraíba o primeiro interventor indicado por Getúlio deveria ser José Américo (1887-1980) por todo o esforço que este fez dentro do governo e estabelecer que uma real capitalização interestadual e construir, unificado com a Aliança Liberal, o golpe seria efetivo. Entretanto, Getúlio convidou Américo a construir seu governo a nível federal onde este obteve o cargo de Ministro da Viação e Obras Públicas. Enquanto isto, indicou o Anthenor Navarro (1899-1932) para ser o interventor no Estado.

Esta intervenção ficou marcada pela tentativa de centralização dos poderes e a construção do mito em torno da figura de João Pessoa. Navarro utilizou do cargo em que lhe fora concedido para dar continuidade ao trabalho que foi iniciado outrora, fez uma frente rígida perante as oligarquias tradicionais causando um desconforto em todos os apoiadores do antigo regime e um contentamento pela maioria dos liberais e da população. Uma das principais medidas que Navarro utilizou foi a substituição de cargos e/ou cidades, ou desligamento total de diversas pessoas que estavam em relevantes cargos no interior da Paraíba, utilizando para isso o poder do Estado e o nome do falecido Pessoa como guia de seus atos.

As trocas ocorridas tinham como objetivo maior retirar privilégios e certificar gestões mais técnicas e profissionais, pois aqueles que iriam para outras instâncias (ou eram substituídos) compreenderiam o real poder do Estado e a fragilidade que as

oligarquias passariam nos novos tempos. Como podemos observar no destaque do Jornal da União de 1930:

O interventor Federal neste Estado assignou nesta data os seguintes decretos: Removendo o administrador da Mesa de Rendas de Campina Grande, Antonio Cassiano de Oliveira, para igual cargo na de Cajazeiras; Sabino Mathias de Assis, administrador da Mesa de Rendas de Cajazeiras para a de Souza; Juiz Raymundo Bezerra, administrador da Mesa de Rendas de Catolé do Rocha, para a de Mamanguape; Manuel Cyrilo de Sá Filho, administrador da Mesa de Rendas de Areia para igual cargo na de Patos; Joaquim Carneiro Mesquita, estacionário fiscal de Umbuzeiro, para igual cargo em Ingá; Francisco Alves de Souza, escrivão da Mesa de Rendas de S. João do Cariry para igual cargo na de Catolé do Rocha... Exonerando, a bem do serviço público, o sr. Genésio Gambarra, administrador da Mesa de Rendas de Guarabira. (A UNIÃO *apud* SANTOS NETO, 2007, p. 46-47)

Entretanto, a forma da qual Navarro lidava com as oligarquias e os poderes locais não estavam de acordo com o Governo Federal, uma vez que, Getúlio construiu toda sua trajetória em busca de uma conciliação e reforma, agradando os diversos setores da sociedade e fazendo mudanças graduais para que o Estado não entrasse em um colapso, além disto, suas medidas garantiam que não houvessem inúmeras revoltas armadas contra seu governo e pudesse certificar uma “tranquilidade” satisfatória nos anos do Governo Provisório. Isto fez com que o próprio incidisse, em conjunto com Américo, nas decisões que foram tomadas pelo interventor e conte-se a incomplacência que estava surgindo. Assim, aliado à construção imagética que Navarro construiu, seu governo foi marcado por um diálogo fervoroso, mas com certa harmonia em comparação ao de João Pessoa.

O discurso desenvolvido em sua gestão estava cercado da elaboração de uma moralidade política consoante com a atuação que estava-se estruturada na Aliança Liberal. Para construir essa moral ele utilizou, como já citada, a imagem de João Pessoa como mártir da revolução com disposições de obrigatoriedade na efetivação de imagens, símbolos e representações do “mártir revolucionário” que conduzia as políticas governamentais de sua gestão.

Podemos observar desde o anúncio de que Navarro havia assumido o poder executivo do Estado, feito pelo jornal “A União”, o discurso de sua gestão irá se sustentar a partir da consolidação de uma figura de caráter bondoso, revolucionário e, especialmente, a sua devida ligação com o então falecido, João Pessoa.

Moço de intelligencia, de character firme e de decidida actuação revolucionaria, o d. Anthenor Navarro assume o govêrno com a confiança e applauso dos grandes chefes revolucionários, e do povo do Estado que bem conhece a sua **inconfundível actuação como auxiliar do Grande Presidente João Pessoa** e secretário do Interior do govêrno de José Américo. (A UNIÃO, 1930, p. 1 – Grifo nosso)

Mais adiante, num discurso proferido por Anthenor Navarro diante dos oficiais da guarnição federal que aqui se encontrava e de seu general, Juarez Távora, assim como, para os repórteres e políticos presente, proferiu-se desta forma:

Auxiliar obscuro, mas decidido do meu grande Presidente João Pessoa, depois secretário de José Américo de Almeida, seu braço direito, vejo-me hoje pela confiança do general Juarez Tavora, como interventor federal da Parahyba. [...]

**Imitando, como sempre, procurei fazer, João Pessoa**, eu nada prometo mas de ante-mão vos asseguro que, sejam quaes forem as dificuldades, surjam impecilhos grandes ou pequenos, procurarei dar aos meus actos todo o esforço de moço, e todo o critério de revolucionário. (Idem – grifamos)

Anunciando desde os primórdios de sua gestão os caminhos que seguiria, de respeito ao processo que estava desenrolando-se no âmbito federal, com pouca expressão personalista e com um imenso apreço e sentido de continuidade para com a política pessoense.

Para o autor Girardet (1987), que promove um estudo sobre a figura de Napoleão Bonaparte, este aponta um “designio organizado de fabricação” da chamada “lenda napoleônica”, que resultaria na utilização de diversos sistemas de imagens, símbolos e representações que resultasse na formulação de um discurso de enaltecimento de um indivíduo e da sua existência enquanto essencialmente necessária para o decorrer dos fatos, o elevando a um papel de salvador mítico e o evocando enquanto um herói público. Este mesmo caso ocorre aqui na figura de João Pessoa, pois, apesar de sentidos diferentes, a prerrogativa é a mesma para ambos, a necessidade de fortalecer a imagem de um homem como representação máxima de um heroísmo necessário para a transformação social.

Graças ao Salvador, e através dele, existem para um certo número de homens, as mesmas emoções a partilhar, os mesmos fervores e as mesmas esperanças. Estão presentes, no calor da comunhão reconquistada, os mesmos signos, os mesmos apelos, as mesmas palavras de ordem, as mesmas referências e as mesmas certezas. Em torno dele, em submissão, na devoção do entusiasmo, uma vida coletiva se reestrutura, as fidelidades se reconstituem, as trocas afetivas se

estabelecem, uma nova trama social se consolida. (GIRARDET, 1987, p. 96)

Além disso, foram construídas estátuas, mudanças de nomes de parques e ruas além do nome da capital que deixara de ser Parahyba em homenagem ao mártir. Inúmeras homenagens foram organizadas em seu nome na garantia de sua honra não fosse esquecida, que sua luta não fosse em vão e que sua presença se tornasse constante para a renovação política daquele Estado.

Anthenor Navarro, nas emendas oficiais, utilizava-se de um discurso de enaltecimento e canonização. Através do poder institucional, buscou constantemente rememorar o antigo Presidente e efetivar que a população estivesse em consonância com suas práticas políticas. O esquecimento de Pessoa significava que os anseios ditos revolucionários não estavam em sintonia, portanto, o espírito deste movimento repousava sobre os ombros de seu antecessor e, conseqüentemente, era imprescindível revivê-lo.

O mito de João Pessoa como um salvador da política paraibana e brasileira serviu bem as decorrências que surgiram, servia para legitimar toda e qualquer ação em um sentido muitas vezes sobrenatural, longínquo e imaterial. Negar, portanto, a multiplicidade do projeto em torno de uma unidade em comum, da qual não se faz presente, comove e compartilha um sentimento comum e único de superação e de sacrifício por uma causa maior.

Entretanto, esta prerrogativa utilizada pelo interventor iniciou-se anteriormente ao seu mandato, como podemos ver em diversas matérias dos jornais da época logo após o assassinato de João Pessoa.

No nosso grande pesar, invocamos a figura extraordinária do Presidente João Pessoa que deu em holocausto a sua própria vida, contanto que a Parahyba não vergasse aos caprichos e ambições dos políticoídes. (A UNIÃO, 1930, p. 1)

Esta edição apresentada é uma das mais importantes para análise do discurso midiático e popular não somente da figura de João Pessoa, mas para a percepção da época sobre o movimento reformista que estava em curso. Ainda na mesma página citada, que refere-se a capa do jornal, encontra-se o título “PRESIDENTE JOÃO PESSOA – O assassinato hontem, em Recife, do eminente e bravo parahybano” (Idem) e que segue com

uma imensa foto do mesmo. Neste sentido, constatamos que o fato em questão apresentava o início da formação da figura heroica sobre este sujeito.

No dia 19 de julho de 1931, data que marcava um ano da morte de João Pessoa, novamente o jornal “A União” tem em sua capa uma imensa figura do antigo presidente e diversos artigos que referendou as comemorações que ocorreriam na cidade da capital paraibana, em especial. Observa-se o sentimento conferido nas palavras que descrevem o antigo presidente:

Na semana que hoje começa, a saudade da Parahyba, unida ao pensamento cívico da pátria, veste as côres espirituas da tristeza para cultura a memória de João Pessoa, na passagem do primeiro aniversário do seu desaparecimento. [...] **O povo de João Pessoa não precisa que se lhe ensine o culto dessa figura de exceção**, que lhe deu a consciência dos direitos e garantias de outrora banidas por uma política obstinada no erro. (1931, p. 1)

E adiante, constata-se que existe uma política institucional organizada por Anthenor Navarro para orientar as comemorações do aniversário da morte de João Pessoa, destinando horários específicos nos dias da semana para realização destas celebrações:

19/07/1931

8 h - Partirá do Palácio passeata cívica com o retrato de João Pessoa conduzido pelo Interventor Federal, a fim de fazer a aposição no Altar da Pátria, em frente à Escola Normal. [...]

26/07/1931

10 h - Inauguração do pavilhão do Chá.

14 h - Reunião de todo povo na Praça da Independência em frente a casa que morou João Pessoa. Na ocasião falou o padre Matias Freire. Desfile das bandas de música e corporações militares até a Praça João Pessoa onde às 17:23 h, tocará por trinta segundos sirene de A União, anunciando a hora em que morreu o presidente, afim de se guardar um minuto de silêncio. Hinos. Fala o interventor Antenor Navarro. Hino Nacional. (Idem, p. 3)

Esta narrativa se constitui na mídia para operacionalizar as reformas que estavam em vigor, construindo, através de um mártir, um sentido canônico para seus atos e equivalente os posteriores a uma mesma narrativa. Analisando o discurso apresentado, constata-se o seu heroísmo e bravura em defender seu Estado até a morte e contra todos aqueles que tentavam derrubar um projeto reformista.

Para Anthenor Navarro, utilizar deste artifício político, onde este colocava-se como sucessor de um legado heroico, era imprescindível para a continuidade do seu

governo. Afinal, toda esta narrativa adentrava no coração do povo paraibano que ansiava por melhores condições socioeconômicas. É importante salientar que o governo de Vargas era de cunho populista e trabalhista, portanto, tinha como pressuposto uma reformulação capitalista que visasse garantir direitos à classe trabalhadora e, para isto, necessitava direcionar seus esforços a criminalizar os governos anteriores que vivam em um estado de latência política.

Navarro é um político crucial para a construção deste mito político, pois efetiva em seu mandato a realização de eventos oficiais do Estado que promovam a imagem do mártir. Ele se propõe a não apagar a memória de João Pessoa, não somente em partilhamento de emoções, pelo fervor do momento e dos anseios sobre o movimento que se constitui e perpetua na década de 1930, mas numa relação política ainda mais estreita, pois esta narrativa se torna necessária para a constituição do mesmo como um homem distante dos anseios pessoais, próximo ao sentido “revolucionário” da qual o movimento se dispunha e, não menos importante, representava o sentimento do povo paraibano que não observava a morte do seu Presidente com bons olhos, pelo contrário, muitos temiam o decorrer dos eventos e encontravam em Navarro a garantir da manutenção deste projeto e da paz social. A criação de uma narrativa institucional sobre a morte do antigo presidente era uma articulação fundamental para o decorrer de todo o movimento em âmbito nacional.

Portanto, devemos compreender o papel de distanciamento de Anthenor Navarro de sua própria imagem como uma tentativa de garantir a efetividade de seu serviço, em razão de, não era uma figura de expressiva participação política e nem encontrava-se em uma família tradicionalmente poderosa. Destarte, quando questionado em suas decisões, muitas consideradas radicais, se absteve de qualquer tentativa de construir uma identidade própria, pois servia a um bem maior e, portanto, garantiria que seus esforços não fossem lidos como personalistas, mas de um construtor de uma verdade que jamais deveria ser esquecida.

Sendo assim, a política exercida por Navarro é caracterizada por uma das grandes contribuições políticas que este período possibilitou, a comunicação. Para estes governadores, para além da máquina administrativa ser reformulada, era necessário uma abordagem de construção de um imagético distanciado do que havia sido estabelecido anteriormente e, exclusivamente, definir uma profissionalização e modernização de um país por inteiro. Sendo assim, dialogar com o povo através da fé e da razão foram os artifícios perfeitos para assegurar que a reforma aconteceria como um todo.

Em sua Dissertação de Mestrado, Martinho Guedes afirma:

Esse simbólico não é construído pela simples dimensão dos feitos administrativos de João Pessoa, mas, pela própria dimensão simbólica a que pertence o movimento de 30. Ou seja, é um exercício de dominação com a ideia de unidade e homogeneidade produzida a partir da visão dos “vencedores de 30”. Criou-se, então, uma continuidade histórica de culto ao mito e homenagem àquele que podia continuar realizando a obra do “grande presidente”, que nesse caso, não seria o interventor, mas, o Estado representado por ele. (2007, p. 59)

Vale assegurar que se trata de uma reforma política e não uma revolução de fato, pela simples questão de que, este projeto buscava reformular conceitos, abrir novos espaço e construir uma nova cidadania, portanto, não pode-se desconsiderar como importante salto sociocultural em todo o país. Desta forma, mantinha-se regalias, acordava com as oligarquias e buscava manter, minimamente, as características que foram construídas na estrutura do Brasil, como a fé e a família tradicional.

Entretanto, este avanço tende-se a suprimir os avanços populares e de cunho revolucionário que “pipocavam” nas quatro direções e garantir que as propriedades essenciais para o domínio da burguesia, seja do campo ou da cidade, e na centralização de um Estado forte e soberano perante o povo paraibano.

Anthenor Navarro, representou a consolidação da política de 30 e utilizando-se da imagem de João Pessoa, fortificou as estruturas político-econômicas do Estado e garantiu a centralidade com o governo de Getúlio Vargas.

## OS MITOS NO ELEITORADO BRASILEIRO PÓS-30

Observa-se, portanto, esta característica de “mito político” nas mais diversas eleições de âmbito federal, estadual e municipal no Brasil, diversos atores políticos se colocaram como “salvadores” e detentores de uma verdade para reedificar um sistema falido e obsoleto. Reformistas em seus projetos, constroem através de sua imagem a esperança de um povo, a paixão de sua nação e os sonhos de um novo amanhã.

A ideia de um mito político, como João Pessoa, foi bastante utilizada pelo próprio Getúlio Vargas, detentor do título “pai dos pobres”, este edificou uma nova política no país onde responder aos anseios do povo era necessário para deter o poder, pois controlar as massas, que já tinham acesso às políticas sociais como o Comunismo, Socialismo e Anarquismo, era imprescindível. Assim, era necessário inserir no governo políticas de reformas básicas para “acalmar” os povos. Para isto, a imagem de um político íntegro, com

moral e salvador, como foi Getúlio, se tornará o principal método utilizado no país. O que nos leva a questionar, o Varguismo realmente acabou? Este trabalho não tem como direção trabalhar sobre o tema, mas é uma questão pertinente, pois nos coloca a observar o quanto a criação de um “mito político” pode ser influente dentro de uma conjuntura nacional.

Outro político que podemos observar a utilização da imagem de um mito político é Luiz Inácio Lula da Silva. Presidente do Brasil em 2002-2010, edificou desde sua campanha e durante sua gestão, a característica de um homem trabalhador, que veio da zona rural e que trazia com si a “cara do povo”. Sempre lutando à margem da sociedade, Lula conquistou o povo com seu carisma, com sua simplicidade e veracidade daquilo que construía. Encontrava o país numa crise econômica, onde milhares tinham fome, não tinham educação qualificada e que, com reformas estruturais, o país encontraria uma saída para a crise originária no governo de Fernando Henrique Cardoso. Em seu governo fez alianças com a direita, com grandes bancos e manteve a classe burguesa em tranquilidade, mas conseguiu transformar o país e possibilitar caminhos para ascensão social.

Lula virou um mito político, maior e mais importante até mesmo que o seu partido, significava a possibilidade de mudança, de esperança e autenticidade e ao mesmo tempo, por representar um projeto, foi odiado, perseguido e culpado por todo e qualquer problema que se encontrasse no país. Lula, assim como Vargas, não é mais um homem político que saiu do nordeste em busca de trabalho no sudeste do país, eles representam uma ideia que se perpetua para além dentro da sua imagem e que são absorvidas por outros, como podemos observar nas figuras de outrora vide Júlio César, Napoleão Bonaparte e outros.

Alguns outros políticos utilizaram destes exemplos e discursos imateriais, distantes e messiânicos como são verificados em figuras como Cássio Cunha Lima na década de 1990 e 2000, que na Paraíba representava o fim dos ciclos mandatários e uma nova política, onde renovaria a cidade e representava a imagem deste mito.

Políticos atuais, referindo-se a temporalidade da qual este trabalho foi produzido, utilizam estas narrativas para consolidação de seu governo. Podemos observar a figura de Jair Bolsonaro neste sentido, pois o mesmo, que advém de um movimento fascista que é essencialmente personalista, desenvolve uma narrativa que representa todas as características aqui citadas. E vai além, o presidente Bolsonaro construiu sua campanha política no ano de 2018 com duas palavras essenciais, “mito” e “messias”. Este é um

excelente exemplar para construir narrativas futuras sobre sua participação no governo brasileiro, especialmente utilizando conectivos entre sua gestão e as do fascismo do início do século XX, mas que não nos cabe neste artigo.

Destarte, é importante salientar que a construção de um “mito político” não é exclusiva de nenhum espectro do campo político, pelo contrário, é uma assinatura que percorre a história do Ocidente como um todo e é assimilada por estes, desde que dentro dos programas partidários existam possibilidades para tal.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como podemos observar, a comunicação foi essencial para o sucesso desta inventiva. Portanto, Getúlio ganhou o prestígio popular nos primeiros meses da revolução através da utilização desse marco histórico. João Pessoa representou para o Brasil, naquele instante, o progresso e abandonava o campo do real para figurar eternamente no imaginário popular.

Conseqüentemente, o projeto político foi bem aprovado e Anthenor Navarro, mesmo com todos os conflitos, garantiu que o Estado fosse reformado de acordo com o que a Aliança Liberal pretendia, sustentou o avanço do projeto de Getúlio Vargas e certificou João Pessoa como mártir do povo paraibano, característica ainda presente atualmente. Morreu em 1932 num acidente de avião, mas sua atuação em dois anos foi suficiente para garantir-lhe um efeito histórico imprescindível, a construção de um político que se absteve dos anseios pessoais por um programa imensamente maior que a si mesmo.

Além disso, seu governo possibilitou a implantação de um modelo de gestão e de comunicação inovador e que serviu de modelo para as futuras gerações. De fato, Anthenor respondia a um projeto político bem maior e mais estruturado, mas foi diretamente responsável por implantar, através de uma política institucional, a figura emblemática de João Pessoa nos anais da História, proporcionando ao povo brasileiro a identificação da integridade política e do fim de ciclos catastróficos para a política. O projeto foi inovador e marcante, pois de tempos em tempos surgiram e surgirão, políticos com o perfil de ambos, o mártir messiânico que não tem pretensões próprias e responde a um projeto dito revolucionário e popular.

## FONTES

1. Acervo digital do Jornal A União – [Jornal A União — A União - Jornal, Editora e Gráfica \(auniaio.pb.gov.br\)](http://Jornal A União — A União - Jornal, Editora e Gráfica (auniaio.pb.gov.br).).
2. Repositório Institucional da UFPB – [Repositório Institucional da UFPB: Página de Busca](#).

## REFERÊNCIAS

- A UNIÃO, João Pessoa, 19 de julho de 2019. Disponível em: [A União 19-07-1931 — A União - Jornal, Editora e Gráfica \(auniaio.pb.gov.br\)](#). Acesso em: 7 de maio de 2021.
- \_\_\_\_\_, João Pessoa, 11 de novembro de 1930. Disponível em: [A União 11-11-1930 — A União - Jornal, Editora e Gráfica \(auniaio.pb.gov.br\)](#). Acesso em: 7 de maio de 2021.
- \_\_\_\_\_, João Pessoa, 27 de julho de 1930. Disponível em: [A União 27-07-1930 — A União - Jornal, Editora e Gráfica \(auniaio.pb.gov.br\)](#). Acesso em: 9 de maio de 2021.
- FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Republicano. Sociedade e Política. 1930-1964. 10. ed. São Paulo, Difel, 1992.
- GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São paulo, Companhia das Letras, 1987.
- HARTOG, F. *Os antigos, o passado e o presente*. Brasília, Editora da UNB, 2003.
- HOFFMAN, A. G.; MARTINO, L. M. S.; MARQUES, A. C. S. **Possibilidades e limites do conceito de “mito político”**: aspectos genealógicos e operacionais da noção nos estudos de comunicação. In: *COMPOLÍTICA*, VIII., 2019, Brasília.
- MIGUEL, Luís Felipe. **Em torno do conceito de Mito Político**. Rev. Dados. Rio de Janeiro. vol. 41 n.3. 1998. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52581998000300005&lng=pt&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581998000300005&lng=pt&tlng=pt) Acesso em 22 set. 2020.
- MAIA, J. N. B.; SARAIVA, J. F. S. **A paradiplomacia financeira no Brasil da República Velha, 1890–1930**. Brasília. Rev. Bras. Polít. Int. v. 55 n. 1 p. 106-134, 2012.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010.
- MATOS, Júlia Silveira. **A revolução de 1930, os intelectuais e as críticas ao personalismo**: heranças da tradição do pensamento político brasileiro.. XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP – USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. Disponível em: [Microsoft Word - Julia Matos.doc \(anpuh.org\)](#) Acesso em 30 set. 2020.
- SANTOS NETO, M. G. **Os Domínios do Estado**: a interventoria de Anthenor Navarro e o poder na Paraíba (1930-1932). Tese (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2007.
- SILVA, Bárbara Bezerra Siqueira. **O poder político de José Américo**: A construção do Americismo (1928-1935)., Tese (Mestrado em História) - Universidade Federal da

Paraíba. João Pessoa, 2015. Disponível em: <[arquivo total.pdf \(ufpb.br\)](#)> Acesso em 18 set. 2020.

## Sismo de Lisboa de 1755: (Des) continuidades político-econômicas

Kivinny Augusto de Brito Silva  
Universidade Federal de Campina Grande  
kivinnyaugusto2020@outlook.com

Rafael Santana da Silva  
Universidade Federal de Campina Grande  
rafael.santana@estudante.ufcg.edu.br

No dia primeiro de novembro de 1755, dia de todos os santos, um violento terremoto de epicentro oceânico se abate sobre o oeste da Europa e Norte d'África. Portugal, devido a sua locação geográfica, no extremo ocidente, foi o país europeu que mais sofreu seus efeitos. O sismo chocou-se a uma Europa marcada pelo embates e mesclas entre teorias econômicas mercantile liberais, religiosidade e secularismo, e discussões sobre limites do poderes régios. Nas atividades que se seguiram a reconstrução de um país arrasado, fez-se espaço de disputa e prevalências entre idéias. O presente artigo visa se debruçar sobre as continuidades e descontinuidades das ideologias e práticas econômicas e políticas, que guiaram a reconstrução de Lisboa, e se encarnaram na nova distribuição dos espaços e funções urbanísticas.

Palavras-chave: Lisboa, terremoto, ideias, continuidades.

### Agradecimentos

À professora Maria Liège Freitas Ferreira e ao colega Epitácio Júnior Lima Barbosa, pelo apoio e disponibilidade.

## INTRODUÇÃO

Para este artigo foram selecionadas fontes primárias, isto é, fontes produzidas por pessoas que presenciaram o acontecido e seus desdobramentos. Sobre o evento produziu-se larga bibliografia nos anos imediatamente posteriores a 1755, muita dela disponibilizada no acervo digital da Biblioteca Nacional de Portugal. Foram selecionados livros publicados entre a segunda metade da década de 50 e ao longo da década de 60 do século XVIII, que abordam desde os acontecidos de primeiro de novembro de 1755 até o processo de reconstrução e reestruturação, passando por elucubrações teóricas de caráter econômico inspiradas pelo terremoto. Na escolha de fontes, primou-se pela diversidade dos pontos de vista e autores (Religiosos, Funcionários públicos, Militares, estrangeiros, decretos régios), visando a uma amplitude nas amostras de discursos. As obras selecionadas foram quatro: “A nova e fiel relação do terremoto que experimentou Lisboa, e todo Portugal no 1. de novembro de 1755, com algumas observaçoens curiosas, e a explicação das suas causas” do coronel Miguel Tibério Pedegache, o “Juízo da verdadeira causa do terremoto, que padeceo a corte de Lisboa, no primeiro de Novembro de 1755”, do padre jesuíta Gabriel de Malagrida, o “Diario dos sucessos de Lisboa, desde o terremoto até o exterminio dos Jezuitas”, de António Pereira de Figueiredo, A “Rélacion historique du treblement de terre survenu à Lisbonne le premier novembre 1755 précédé d’un discours politique sur les avantages que le Portugal pourrait retirer de son malheur.” (Em tradução livre: Relação histórica do terremoto ocorrido em Lisboa no primeiro de novembro de 1755, precedido por um discurso político sobre as vantagens que Portugal poderia retirar de sua desgraça.)

Além dos obras descritivas e argumentativas, três éditos reais foram utilizados como fonte: o “Decreto mandando demolir as barracas de Lisboa”, o “Decreto sobre a edificação de um novo palácio real e respectivas demarcações” e o “Edital determinando a demolição de casas que não estãoem conformidade com os planos descritos no edital de 30 de Dezembro de 1755”.

O referencial teórico utilizado enquadra-se em dois eixos, o primeiro de caráter mais abrangente que busca estudar a relação humana com o seu meio, a partir da perspectiva marxista apresentada pelo autores Ivo Tonet e Sérgio Lessa na obra “Introdução à filosofia de Marx” e a conceituação humana do desastre natural através da perspectiva teórica apresentada no artigo “Dos desastres da natureza à natureza do desastre” de Victor Marchezine. O segundo eixo tem caráter mais específico em relação

ao recorte do presente artigo, tendo como principais expoentes trabalhos de historiadores na linha político-econômica. Destaco os artigos “Os impactos económicos do terramoto”, do historiador José Vicente Serrão e “El terremoto de Lisboa de 1755 y la política de regulación económica del Marqués de Pombal” (em tradução livre: O terremoto de Lisboa de 1755 e a política de regulação econômica do Marquês de Pombal) do economista José Luis Cardoso. A metodologia utilizada é do diálogo entre as fontes e os teóricos, através da revisão de literatura, comparando, mesclando e problematizando as diferentes vozes que se propõem a falar do terremoto, propondo-nos como autores a sermos mediadores das ideias e dos argumentos, agentes da contextualização histórica e sobretudo pesquisadores que buscam desvelar o evento em suas construções dialéticas.

## DESASTRES NATURAIS E SOCIEDADES HUMANAS

Ao longo de toda a história, a relação entre o homem e o seu ambiente, mais ou menos antropizado, sempre foi fonte das influências à humanidade, sendo a recíproca igualmente válida. Os autores marxistas Ivo Tonet e Sérgio Lessa, na obra “introdução à filosofia de Marx”(LESSA, TONET. 2008, p. 23) apresentam o conceito marxiano do materialismo histórico-dialético como a superação das correntes de pensamento materialista e idealista, que creditavam existência de tudo ao campo do material e das ideias, respectivamente. Por sua vez, o já citado conceito leva em consideração a necessidade da análise da história humana além da simples dualidade entre ideal e material. As direções tomadas por sociedades humanas, segundo o conceito, são impossíveis de serem atribuídas apenas a determinada alçada, pois o curso da história se dá pelas modificações que o homem, através da prévia ideação mental, faz em seu meio. Mas, é impossível sair incólume, pois modificações no meio levam a uma série de novas probabilidades, e a conseqüentemente mudança na forma de ver e se relacionar com o mundo.

Um dos eventos que mais penetra em todos os aspectos das sociedades humanas, dos mais públicos ao mais recôndito do indivíduo, é o desastre natural. De acordo com Gilbert (1988, p. 13), um dos três principais paradigmas na interpretação do desastre natural é o do agente externo. A natureza, a que se credita o papel embedido em passividade de base do mundo material antrópico, quando assume posição contrária, é vista como o agente catalisador da desgraça, modelo semelhante aos creditados a ameaças advindas da guerra. Entretanto, de acordo com Gilbert (1988, p. 15), Enrico

Quarantelli traz a confrontação desse paradigma através do presuposto que o desastre seria antes o consenso social a respeito de uma crise, e não o evento em si, sendo portanto a exposição de fragilidades e fraturas pré-existentes no tecido social.

Atente-se que a crise oferece aos homens o caos, o escombros, não simplesmente a desgraça. E neles, abre seu leque de possibilidades: o fim de um povo e/ou de uma civilização, ou ainda um campo de disputa, em que novas políticas e práticas podem mostrar sua competência para reerguer a civilização, ou então para que as políticas e práticas vigentes mostrem dispor de vitalidade suficiente para enfrentar situações atípicas. Em outras palavras, um desastre natural, ao trazer destruição material, também íntima à reconstrução. Novamente a ideação humana deve se por em prática sobre o ambiente, para cumprir seu objetivo de transformação do meio através do trabalho, mas devendo-se atentar a qual dentre as muitas ideações humanas se fez-se prevalecer em meio ao ambiente confuso e caótico.

O cenário anteriormente citado pode ser aplicado a um dos desastres que mais marcaram a modernidade: o sismo que em 1755 se abateu sobre Europa e norte d'África, sendo sentido sobretudo em Portugal. Devido ao fato de ter atingido a cidade de Lisboa, sede do império ultramarino português, as fontes sobre as consequências do sismo se locam sobretudo nessa cidade, tendo legado seu nome à posterior historiografia sobre o evento. Como nas ideias anteriormente apresentadas, o terremoto se chocou contra a temporalidade moderna, marcada por suas rupturas. Falcon (1991, p.10) define essas rupturas como de ordem social, entre a fragmentação política dos feudos e os estados modernos centralizados, de ordem econômica, indo da economia agrária típica feudal à criação de um mercado internacional através das navegações intercontinentais e por último de ordem cultural, do medievo teocêntrico ao humanismo renascentista e pragmatismo iluminista.

É importante notar que o conceito de ruptura se mostra pouco aplicável ao longo período da chamada “transição”, pois implica em substituição, o que obviamente não foi o caso da história europeia entre o século V e XVII, em que os expoentes da suposta ruptura tanto conviveram. O terremoto de 1755 e suas implicações posteriores foram palcos de embate entre os protagonistas dessas rupturas e continuidades, pois como adiante veremos tais ideias não foram imiscíveis, uma vez conveniente, indo da visão religiosa dos desastres e pestes como castigo divino e a visão iluminista da compreensão objetiva do ocorrido, e da economia mercantilista de forte caráter estatal intervencionista e ideias de um nascente liberalismo das riquezas com fonte na

manufatura.

## O TERREMOTO

Na “*Nova e fiel relação do terremoto que experimentou Lisboa, e todo Portugal No 1. de Novembro de 1755. Com algumas Observações Curiosas, ea explicação das suas causas*”, deixada pelo coronel Miguel Tibério Pedegache, segundo o autor, testemunha ocular do ocorrido, no dia primeiro de novembro de 1755, dia de todos os santos, por volta das nove e quarenta da manhã, se fez ouvir um barulho vindo da terra seguido por um pequeno tremor, que causou pouco temor devido a sua brandura. Mas, após um intervalo de 30 segundos, o tremor foi tão forte que a maioria das construções ruiu. Após cerca de um minuto, findo o primeiro terremoto, se precipitou outro de igual magnitude, que derrubou a maioria dos prédios que tinham resistido ao segundo tremor, levantando-se uma nuvem de poeira que segundo o autor encobriu o sol. Após breve descrição dos tremores, a que o escritor dedica pouco mais que uma página, começa a narração do estado de miséria e desespero dos lisboetas:

Mas que tristes objetos se ofereceram aos olhos! Mulheres quase nuas, crianças ensanguentadas, velhos cobertos de poeira correndo de uma para outra parte, corpos desfigurados pela morte espalhados em todas as ruas, religiosos com cruzes, e imagens devotas nas mãos excitando o povo atemorizado às lágrimas de uma sincera penitência, templos derribados, palácios arruinados, e numero de infelizes sepultados nas ruínas sem esperança de socorro. (Pedegache, 1756, p. 9)

Continua Pedegache, dizendo que após estar o caos instalado, o mar se lança contra o cais, excitado pelo sopro de uma forte ventania, deixando outro rastro de destruição, pois além de atingir as áreas próximas da foz do rio Tejo, mata muitas pessoas que tinham ido se abrigar à orla. O autor, longe de se limitar à simples descrição, procura através de suas palavras produzir um panorama, uma espécie de inventário da desgraça coletiva, sem se abster da visão artística e das licenças poéticas, pois considera que “a terra, o ar e a água tinham se conjurado contra a infeliz Lisboa, e seus aflitos cidadãos. Faltava só o fogo para completar nossa ruína” (PEDEGACHE, 1756, p. 10). A cidade fora varrida pelo fogo proveniente dos destroços.

O relato é multifacetado em suas descrições, juntando muitas tipologias textuais. Percebe-se claramente a mescla de três polos de narração, que tomam protagonismo

sobre os outros em diferentes momentos. São eles o de caráter narrativo factual, tanto dos acontecimentos presentes quanto do histórico de tremores de terra em Portugal, que se faz majoritário ao longo do livro, e parece ser o objetivo primeiro do autor, o de caráter mais subjetivo, que representa os quadros de miséria a que o terremoto submeteu Lisboa, lançando mão de recursos artísticos como a comparação da cidade em chamas com Tróia incendiada pelos gregos, e o clamor à subjetividade e imaginação do leitor, considerando as palavras como insuficientes para desvelar todo o ocorrido: “Porque as palavras as mais expressiva poderiam apenas fazer um retrato de morte cor. Quando os males são excessivos, só os sente a alma” (PEDEGACHE, 1756, p. 24).

O terceiro polo narrativo presente na obra, é o de caráter explicativo das causas do terremoto, que representa a disputa de narrativa entre o castigo divino e fenômeno natural. Faremos uma comparação entre as causas citadas pelo autor que utilizamos como fonte até aqui, e as causas citada pelo jesuíta Gabriel Malagrida.

Pedegache atribui os tremores de terra às matérias sulfúreas e nitrosas que se achavam encerradas no fundo da terra. No leito oceânico, as cavernas serviriam como um canal, que conduziria a água ao centro da terra, onde em contato com materiais de natureza explosiva produziria uma espécie de fermentação, resultando em gases comprimidos. No seu furor para sair, os gases passariam pelas fendas submarinas, gerando assim os sismos. Pedegache atribui ainda a força dos tremores à relação entre a quantidade de gás e a dimensão das passagens. Apesar de hoje já saber-se por vias científicas que não são essas as causas dos terremotos, não é julgar a ideia em si própria como correta ou incorreta que compete ao ofício do historiador, e sim analisar a metodologia e o raciocínio empregados na formulação da hipótese, que no caso em questão representa uma clara adesão ao pragmatismo das correntes de pensamento e racionalismo típicos do iluminismo.

O autor não deixa de citar o divino em sua obra, mas apenas em uma parte muito específica: “Os ladrões se senhorearão da cidade deserta, forçarão as portas, e saquearão as casas. A esperança da impunidade eterna animava cada vez mais ao crime a quem desprezava a ira do céu e o braço da justiça da terra.” (PEDEGACHE, 1756, p. 5-6).

Para o autor, a ira divina não se tinha manifestado no desastre natural, e sim na reação das pessoas que se aproveitaram do estado de fragilidade coletiva para dar vazão aos crimes, sendo atribuída a Deus punição pelos atos falhos cometidos com base no terremoto e não o terremoto em si. Ao atribuir culpas, atribui não a pecados, e sim à má edificação dos prédios, que segundo o autor eram construídos com pedras desiguais,

usando na argamassa areia da praia e água salgada do mar.

Outro voz a respeito do ocorrido, o livro “Juízo da verdadeira causa do terremoto que padeceu a corte de Lisboa no primeiro de novembro de 1755”, do jesuíta gabriel de malagrida, dessa vez não mais de natureza descritiva, mas como deixa transparecer o próprio título, acuradamente elucida das causas associadas ao tremor de terra. Considera que

[...] os únicos destruidores de tantas casas e palácios e os assoladores de tantos templos e conventos, homicida de tantos seus habitantes, os incêndios devoradores de tantos tesouros, os que as trazem ainda tão inquieta e fora da sua natural firmeza não são cometas, não são estrelas, não são vapores ou exalações, não são fenômenos, não são contingências ou causas naturais, mas são unicamente os nossos intoleráveis pecados. (MALAGRIDA, 1756. P. 3-4)

Representando portanto uma voz do radicalismo perante a situação, ilustrando bem o já citado dualismo na interpretação causal, representativo micro das mudanças e permanências que passava no macro da erudição em Europa.

## IMPACTOS ECONÔMICOS DO TERREMOTO

Os impactos econômicos do terremoto são de difícil reconstituição, sobretudo em seu aspecto de natureza mais quantitativo. Muitas áreas de Lisboa foram, segundo Pedegache, consumidas pelo incêndio que se seguiu ao terremoto e foi excitado pelo vento, sendo lógico assumir que poucos registros contábeis foram poupados, não permitindo comparações muito sólidas entre a situação portuguesa antes e após o sismo. Isso se observa nas mui escassas citações a valores numéricos do prejuízo na bibliografia contemporânea ao evento, que comumente se limitam a descrever as perdas físicas, de pessoas mortas e edifícios arruinados.

Cardoso (2006, p. 229), depois de discorrer sobre largas estimativas dos prejuízos convertidos em contos de réis, chega à conclusão de que as perdas nacionais giravam entre 100 e 150 mil contos, e as perdas de comerciantes estrangeiros, ingleses principalmente, em cerca de 3 ou 4 vezes menos que as perdas nacionais, fixando em 75% do PIB nacional no ano de 1755, entretanto, sempre fazendo ressalvas à qualquer número exposto, lançando pouca luz aos mistérios quantitativos do sismo.

Isso é necessariamente um empecilho à boa qualidade da pesquisa em relação ao assunto? Certamente não, ao menos na pesquisa em História. No presente artigo,

visamos à interpretação do terremoto como o campo de disputa entre teorias econômicas e políticas, obtidas através da análise de discurso, e para tal, a minuciosa reconstituição quantitativa dos prejuízos não se faz necessária.

Os grandes números dos prejuízos sejam em dinheiro, edifícios derrubados ou perdas humanas, levam a idéia de um ponto de inflexão que provocou uma guinada econômica. Essa idéia é tão comum quanto perigosa, por pressupor indiferenciação entre aspectos monetários e humanos. É importante notar que o campo econômico está longe de se limitar ao físico, sendo igualmente uma área que sofre influências humanas, não apenas do material, como também da ideologia que guia os caminhos dado ao material. É válido questionar se a brusca mudança na base material e capital será passível de mudar completamente a ideologia econômica que guia uma prática política. O terremoto abriu espaço para a manifestação de idéias econômicas voltadas a um estado menor e maior manufatura?

Debruçar-nos-emos em tais questionamentos. Antes de falarem mudanças ou permanências na estrutura macro-econômica portuguesa, saibamos como ela esteve à época do sismo. Discorrendo sobre o tema, o escritor Francês Ange Goudar nos apresenta um Portugal arraigadamente bulicionista, pois diz que as “minas de ouro: aí está a única riqueza de Portugal há 60 anos” (Goudar, 1756, pg 30). O autor coloca o país como um lugar que apesar da fama de opulência, só a tinha enquanto uma ilusão, pois quanto mais metais se acumulavam, mais perdiam o valor, pois menos representavam. No começo do século XVI, o “ouro e a prata eram muito raros em Europa” (IBIDEM, 1756, p. 31), sendo que as primeiras levas de metais chegadas d’América encontraram um mercado ávido, que lhes conferiu grande valor, o encantamento resultante fez as economias de países ibéricos se voltarem para a acumulação metálica. É conveniente questionar então: se a riqueza advinda do ouro era meramente ilusória, para quem e em que contexto ela se fez efetiva? Goudar, em suas claras inspirações anti-britânicas, nos diz que

A providência, me transplantou para este reino em 1752. Creio que ela me colocou no centro da desordem política da Europa. Encontrei uma monarquia esgotada por uma sucessão de revoluções, perturbada por seitas ocultas, empobrecido por suas próprias riquezas. [...] Mas o que no nosso século trouxe o último golpe a este Estado, foi a confiança cega que ele tem por uma nação estrangeira, nação ambiciosa, ávida de grandeza e de poder, que apresenta primeiro uma mão por socorrer, e que oprime depois com uma infinidade de braços. As minas de ouro do Brasil pertencem inteiramente à Inglaterra. O

Portugal, não faz mais que a contabilidade de suas próprias riquezas (IBIDEM, 1756, p. 4, 5 e 6)

Seria, contudo, grande ingenuidade pensar em alguma simpatia desinteressada a Portugal, que claramente não é o protagonista da obra, sendo antes palco de ataques ao imperialismo econômico britânico, que é representado com uma aura quase diabólica, que maquina a destruição da autonomia de uma nação.

A ruína de um Estado nesses tempos modernos é sempre preparada. Ela é conduzida a sua perda por etapas. Oferece-se insensivelmente a si mesmo todos os meios de sua destruição. Ele é aniquilado com arte. [...] Eles não notam sua própria ruína quando não resta mais nenhum meio natural de preveni-la. (IBIDEM, 1756, p. 12-13)

O ímpeto que o autor carrega na defesa de suas idéias atribui-se antes de tudo ao desejo de substituição da influência inglesa pela francesa. Contudo, ainda que levado a cabo tão explícito conteúdo propagandista, não se negue o mérito da obra enquanto um tratado econômico bem embasado e boa fonte histórica para o entendimento e problematização da economia portuguesa no século XVII.

Cardoso (2006, pg. 7) corrobora com a massiva concentração de comércio com britânicos, pois estima que 80% dos prejuízos de comerciantes estrangeiros se deu a ingleses, que acusa a sua majoritária presença comercial. Para Goudar, a riqueza não viria da simples acumulação, e sim de um ciclo, indo da agricultura, à manufatura, e ao comércio. Tal processo geraria uma vultosidade do capital, que então expressaria a vitalidade e fôlego econômico através do ouro, como carregamento simbólico final do processo, mas o ouro, por si mesmo, teria valor proporcional a sua quantidade em circulação. Sintetiza esse raciocínio o seguinte trecho

O metal do Brasil coloca em movimento a indústria desta nação que antes definhava. As manufaturas da Inglaterra, sendo regadas com as chuvas de ouro, brotaram novos germens. Portugal foi a causa e ao mesmo tempo efeito do progresso da indústria inglesa. Não somente forneceu meios, mas permitiu que esse reino os empregasse contra si (GOUDAR, 1756, p. 51)

Portugal tinha então políticas voltadas às matérias advindas de suas possessões, em especial metais, principalmente o ouro brasileiro, em épocas que a Espanha já abarrotara o mercado europeu com este metal, sendo de pouca expressão as manufaturas, a adição do valor do trabalho ao que chegava ao país. De Tal forma, Lisboa

enquanto centro de um vasto império ultramarino, recebia inúmeras potenciais riquezas, repassadas no seu comércio dependente da Inglaterra, onde aí sim se transformavam em mercadorias. Portugal era então, de acordo com Goudar, um entreposto, porta de entrada da Europa, onde as matérias se acumulavam, davam a aparência de abundância, para depois se dispersarem onde lhes seriam impingidos reais valores advindos do trabalho.

Nesse contexto de entreposto, e não destino comercial, o terremoto se verificou mais como um prejuízo de cargas alfandegárias, e não como a ruína de um centro que espalhasse outras ruínas entre seus dependentes em efeito dominó. As estruturas administrativas reais lisboetas não eram revolucionárias à época, o que se afigura no rápido restabelecimento dos órgãos afetados pelo terremoto.

Num outro plano, era indispensável pôr em funcionamento as alfândegas, as casas de despacho, os armazéns e os cais de acostagem, ainda que em instalações precárias. Em Lisboa, assim se fez em poucas semanas ou meses, como já ficou assinalado. (SERRÃO, 2007, p. 159)

O que demonstra claramente que acima dos escombros pairavam igualmente ideologias mercantis bulicionista, que logo após se reerguerem os edifícios caídos, neles voltaram a se manifestar. Mas não se entenda portanto tal continuidade dos aspectos econômicos como simplesmente advinda da passividade e conformidade dos gerais com o sistema, mas antes como o prevalecimento de um estado fortemente centralizado, que fez dos escombros um rápido espaço de demonstração de poder e mantenedora de suas políticas. Embora sejam escassas as referências numéricas *in loco*, as fontes que mostram rápida e eficiente ação estatal no restabelecimento da ordem pública são quase abundantes. Figueiredo traz como ações mais imediatas as de caráter precatório, através da limpeza dos entulhos e sepultamento de mortos, (por meio da mobilização de exércitos), anelando evitar propagação de doenças, o comprometimento das fontes de água e falta de alimentos:

Para dar providência e apartar o grande perigo da peste e fome, que o terremoto ameaçava manda sua Majestade Fidelíssima ao Duque de Lafoens, regedor das Justiças, por cartas suas as determinações seguintes: Que todos os ministros da cidade façam que os cadáveres de homens e animais sejam sepultados, convocando para isso companhias militares. (FIGUEIREDO, 1761, p. 20)

Cuidada essa parte, segue o relato de Figueiredo relatando que em seguida, dá-se especial atenção a segurança alimentar do reino. Foram mandadas cartas a políticos de Espanha, para que enviassem a quantidade de farinha que não ameaçasse a própria subsistência, e comprar trigo à cidade de Santarém, menos atingida pela catástrofe, além dos meios de confiscação de víveres de navios que navegassem em águas portuguesas sem licença para tal, garantindo assim a estabilidade da oferta interna do produto, e pela satisfação da necessidade mais básica, a manutenção de relativa ordem e submissão do povo aos desígnios reais. Sanada a questão da continuidade do abastecimento, combate-se então a cobrança de preços abusivos pelos artigos de primeira necessidade:

Proíbe Sua Majestade fidelíssima, com graves penas a todos os estalajadeiros, taberneiros, e os mais vendedores de víveres, que vendam coisa alguma por maior preço do que antes se vendia. (IBIDEM, 1761, p. 16)

A partir de então as ações voltam-se mais extensivamente à manutenção da propriedade privada. Avisa-se aos ministros das cidades e províncias que todos os ladrões deveriam ser no mesmo dia que autuados, enforcados. Tal ação revela diretrizes voltadas ao fortalecimento do poder régio, imprimindo-se a imagem de uma monarquia que sobre tudo poderia ter controle. Garantir-se-ia a vida dos submissos ao governo, através do controle dos preços de alimentos e contenção de doenças, mas qualquer foco de desordem foi prontamente combatido, pois dada a rapidez das sentenças e execuções, é inclusive lógico imaginar que tenha sido dado uso não só contra os furtos, mas como um órgão ágil na concentração de poder e subsequente disciplinarização das massas, o que Figueiredo expressa explicitamente ao dizer que “[...] se levantarão por diversas partes altas forcas, nas quais se pregarão as cabeças de réus para que servissem de terror e emenda aos costumes perversos.” (1761, pg. 14). Completa o mecanismo a ação eclesiástica, pois de acordo com Cardoso (2007, pg. 218) ao mesmo tempo também se voltou a operar os serviços religiosos, importantes no incutir doutrinar, através do medo de represálias divinas advindas do aproveitamento do estado de fragilidade social. Note-se que apesar do caráter pragmático das ações estatais na reestruturação portuguesa, não se deixou de utilizar os recursos religiosos quando convenientes ao andamento do processo.

Segue-se então o processo que perpetuou essas medidas, a reconstrução da parte física da cidade, que constitui a maior arte do atual conjunto arquitetônico lisboeta, popularmente conhecido como a baixa pombalina. Diz nos Figueiredo que as atividades

efetivas de reconstrução dos edifícios danificados se iniciaram no dia três de dezembro:

Mandou-se ao duque de LaFoens que as paredes que estavam arruinadas com o terremoto se deitassem abaixo, e se limpassem as ruas de entulho, que impedia a passagem: que se desse êxito às águas do monte e as imundices da cidade (FIGUEIREDO, 1761, p. 22)

Começa então um processo que terá duas diretrizes: modernização e higienização dos espaços, sendo interessante notar o protagonismo português um processo que só viria a se espalhar posteriormente por outras partes do mundo. São muitos os decretos alvarás que revelam o meticuloso intervencionismo na reedificação da cidade com viés da implantação de um padrão modernizador.

Tal modernização não teria acontecido sem a expulsão de populações vulneráveis para longe das áreas privilegiadas. Em um édito régio, fala-se nas “Barracas”, casas de madeira que foram erguidas, como resposta mais imediata ao desalento, mas que representavam obstáculos aos projetos higienistas, pois colocavam em perigo a ordem pública:

Casas de madeiras velhas e inflamáveis, os repetidos incêndios que em diferentes ocasiões tem posto em perigo alfândegas e outros edifícios públicos, e particulares da mesma cidade. (PORTUGAL, 1761, p. 23)

Retomo o dito acerca da teoria econômica baseada no comércio internacional que logo vai se estabelecendo e guiando as obras de reconstrução, guiando a construção de um espaço pretensamente moderno e arrojado que se impregnava de idéias já há muito vigentes. Na Lisboa modernizada não poderia haver espaço para nada que ameaçasse o sistema vigente, sendo a citação anterior a legitimação da proteção estatal à burocracia ultramarina e seguinte citação a legitimação do poderio estatal na regularização dos espaços:

Que todas as casas que depois do referido edital de 30 de dezembro, e daquele tempo em diante se acharem fabricadas de parede de pedra e cal, frontais e tabiques que no ato da demarcação que se fizer acharem contrário aos referidos planos serão no mesmo ato demolidas às custas de seus donos [...] (IBIDEM, 1761, p. 23)

Criam-se também dois pólos urbanos, o pólo do poder econômico e o pólo do poder político. O primeiro dá-se pela concentração dos órgãos administrativos

comerciais, entre eles alfundegase casa das Índias, na região portuária, por onde se carregavam e descarregavam navios. Já o paço da Ribeira tinha sido devastado pelo sismo. O poder régio vai então se estabelecer

[...] naquele novo bairro, e pela residência, que a nobreza e pessoas ocupadas do meu real serviço devem fazer nas vizinhanças dele, como é natural e costumado em outras cortes da Europa, e faz justo e necessário que as ruas domesmo bairro sejam regulares, decorosas e como tais descentes para por elas passarem os cortejos nas funções mais célebres da corte [...] (IBIDEM, 1761, p. 24)

Criando assim uma ressignificação dos espaços, uma apropriação dos terrenos periféricos enquanto um lugar que mais ou menos afastado do meio urbano mais intenso, criaria um lugar isolado, uma ilha de realeza. Lisboa receberia então as emanções da autoridade real advindas do cais e do interior, onde se faria onipresente pelos dois lados o poder econômico e político do Estado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo Marchezini,

[...] a natureza dos desastres deve ser buscada na organização social, compreendendo-os como um processo ligado à vulnerabilidade social, suas causas devem ser explicadas como problemas estruturais, devendo ser contextualizadas. (2019, p. 50)

Apesar da problemática da escassez de trabalhos científicos de humanidades relativo ao tema considerado na citação anterior, note-se que o próprio termo mais comumente utilizados já traz em si uma implicação social: o “desastre natural”, pois se tens fatores naturais como catalisador, são seus efeitos nas comunidades que lhe valem a adjetivação de “desastre”.

O campo de estudos do sismo de Lisboa de 1755 oferece uma espécie de subversão da máxima mais comum: é a bibliografia de relatos de experiências e visões a respeito que nos impõe uma indissociável carga humana sobre o acontecido, sendo praticamente impossível seguir a linha tão prevalente atualmente do reducionismo numérico das tragédias.

Ao longo do texto, apresentei algumas obras selecionadas sobre o tema, variando amplamente a visão, o nicho social que a produziu, e mesmo a nacionalidade de quem

produziu, sendo contudo evidente que o sismo fez pairar não apenas em Portugal, mas em Europa como um todo uma grande comoção e quiçá desconforto. Qual a lógica da situação, se ao longo da história europeia os terremotos nem de longe foram eventos raros?

Têm-se aí portanto a indissociabilidade do período histórico. A grande questão para a mentalidade da época não foi o terremoto em si, e sim a indagação de como se posicionariam sobre o tema sociedades cujas elites tinham pés fincados tanto no racionalismo típico iluminista, quanto em crenças teocêntricas que tiravam do homem o entendimento empírico do mundo natural.

Embora ao longo de todo texto tenha-se apresentado o pós-terremoto como um campo de disputas, não é o objetivo do presente artigo dar a decisão de um “ganhador” dessas disputas, ou então mostrar a reconstrução como um ato de puro racionalismo ou uma expressão de temor perante a cólera divina. Viu-se claramente o convívio dos mais diferentes tipos de explicação, impedindo portanto o reducionismo a apenas uma mentalidade da época.

Em relação a política e economia, concluo que os quadros gerais pouco ou nada se alteraram. Embora a natureza quase que escatológica da produção artística a respeito, concluo a pouca ou nenhuma mudança nas estruturas políticas e econômicas, sendo antes um reforço. Num momento de fragilidade generalizada, a ação estatal, da limpeza de escombros e estimativa das perdas à reestruturação das cidades, foi rápida e coordenada, sintomática da antiga concentração de poder na figura real, aliando no momento o empirismo (enterro imediato de mortos para evitar surtos de doenças, rápido julgamento de ladrões, por exemplo) e recorrência a piedade divina (missas ordenadas pelo rei dedicadas a santos protetores contra terremotos) e posteriores obras em louvor da ação real. Em relação a economia, percebe-se que ao contrário de mudanças, no pós-terremoto mostrou-se um reforço da economia buliccionista e dependente do imposto das colônias. De acordo com Adriana Romeiro (2015), cobrou-se nas câmaras através de todo o império ultramarino o chamado “donativo voluntário”, imposto de caráter obrigatório apesar do nome.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDOSO, José Luis. El terremoto de Lisboa de 1755 y la política de regulación

económica del Marqués de Pombal. *Historia y política: Ideas, procesos y movimientos sociales*, n. 16, p.209-236, 2006.

FALCON, Francisco. *Mercantilismo e transição. Tudo é história*, vol. 7. São Paulo: Brasiliense, 1991.

FIGUEIREDO, António Pereira de, 1725-1797 *Diario dos successos de Lisboa, desde o terremoto até o exterminio dos Jezuitas*, traduzido do idioma latino por Mathias Pereira de Azevedo Pinto, Moço da Camera do Serenissimo Senhor Infante D. Manoel. - Lisboa :na Offic. de Francisco Borges de Sousa, 1766. - [6], 65 p. ; 8º (14 cm)

GILBERT, C. Studying disaster: changes in the main conceptual tools. In: QUARANTELLI, E.L. *What is a disaster? Perspectives on the question*. Routledge: London and New York, 1998. p.11- 18.

GOUDAR, Ange, *Rélation Historique du Tremblement de Terre survenu à Lisbonne le premier Novembre 1755 /.../. Précédé d'un Discours Politique sur les avantages que le Portugal pourrait retirer de son malheur*, La Haya, Chez Philanthrope, 1756.

LESSA, Sérgio. TONET, Ivo. *Introdução à filosofia de Marx*. (2008) São Paulo: Expressão Popular, 1ª ed. 2ª tir. 2009

MALAGRIDA, Gabriele. *Juizo da verdadeira causa do terremoto, que padeceo a Corte deLisboa, no primeiro de Novembro de 1755*. na officina de Manoel Soares, 1756

MARCHEZINE, VICTOR. Dos desastres da natureza à natureza do desastre. In: *Sociologia dos desastres: Construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. Org: COSTA, Juliano, MARCHEZINI, Victor, SIENA, Mariana, NORMA, Valencio. Versão eletrônica. RiMa, 2019: São Carlos, SP.

PEDEGACHE, Miguel Tibério, 1730?-1794 *Nova, e fiel relação do terremoto que experimentou Lisboa, e todo Portugal no 1. de Novembro de 1755. com algumas observaçoens curiosas, e a explicação das suas causas / por M. T. P.. - Lisboa : na Officina de Manoel Soares, 1756. - 23, [1 br.] p. ; 4º (20 cm)*

PORTUGAL.. Leis, decretos, etc. [Decreto mandando demolir as barracas de Lisboa]. - [Mafra] : [s.n.], [depois de 8 de Outubro de 1760]. - [4] p. ; 2º (29 cm)

PORTUGAL.. Leis, decretos, etc. [Decreto sobre a edificação de um novo palácio real e respectivas demarcações]. - [Lisboa] : [s.n.], [depois de 2 de Julho de 1759]. - [3, 1 br.] p. ; 2º(29 cm)

PORTUGAL.. Leis, decretos, etc. [Edital determinando a demolição de casas que não estãoem conformidade com os planos descritos no edital de 30 de Dezembro de 1755]. - [Lisboa]: foi impresso na Chancelaria mór da Corte, e Reyno, [depois de 10 de Fevereiro de 1756]

SERRÃO, José Vicente. "Os impactos económicos do terramoto." *Vários, O Terramoto de(1755): 141-163.*

WERNECK, Gustavo. Riqueza de ouro preto reconstruiu Lisboa após terremoto no século 18. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 24 de outubro de 2015. Disponível em: < [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/10/24/interna\\_gerais,700993/riqueza-de-ouro-preto-reconstruiu-lisboa-apos-terremoto-no-seculo-18.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/10/24/interna_gerais,700993/riqueza-de-ouro-preto-reconstruiu-lisboa-apos-terremoto-no-seculo-18.shtml) >. Acesso em: 23 de outubro de 2020.

RELATOS DE  
EXPERIÊNCIA  
EM SALA DE AULA



## Residência Pedagógica e desafios diante da pandemia da Covid-19 no Brasil (Campina Grande/PB)

Gabriel de Araujo Souto  
Universidade Federal de Campina Grande  
gabrielldearaujo@gmail.com

O artigo tem como finalidade expor o trabalho dos docentes residentes diante da pandemia da covid-19, assim como os desafios, tendo em vista que o trabalho realizado com os alunos foi uma experiência nova. As aulas foram divididas em quatro, isso para encerrar o quarto bimestre do ano letivo 2020, pois as turmas foram assumidas pelos residentes já neste bimestre. Estima-se que muitos jovens abandonem o ensino remoto, por fatores como falta de acesso a computadores e/ou internet, assim também como o desânimo e frustrações diante da ameaça invisível da COVID-19. Ressaltamos a importância de políticas públicas eficazes para evitar a defasagem escolar que será maior ainda num contexto pós pandemia, mesmo com recomendação do Ministério da Educação para que alunos não sejam reprovados. Alguns questionamentos são levantados quanto ao papel da família, da escola e do estado nisso tudo, assim como reflexão a respeito da pedagogia libertadora de Paulo Freire.

**Palavras-chave:** Residência Pedagógica. História. Pandemia.

## INTRODUÇÃO

A residência pedagógica é um programa da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), sendo uma atividade de formação realizada por um discente regularmente matriculado em curso de licenciatura e desenvolvida numa escola pública de educação básica, denominada escola-campo. Na escola-campo, o residente será acompanhado por um professor da educação básica, denominado preceptor. A orientação do residente será realizada por um docente da IES (Instituição de Ensino Superior), denominado docente orientador.

O intuito do programa é inserir o aluno na sala de aula e aperfeiçoá-lo ainda na graduação, para que este tenha um desempenho mais significativo e rico ao fim da graduação, proporcionando assim um maior amadurecimento profissional e humano.

O programa pela UFCG com subprojeto História, tem como coordenadora Regina Coelli Gomes Nascimento, sendo o preceptor Deuzimar Matias de Oliveira. A escola-campo é a Escola Cidadã Integral Assis Chateaubriand, localizada no bairro do Santo Antônio na cidade de Campina Grande - PB.

O artigo tem como finalidade expor o trabalho dos docentes residentes diante da pandemia da covid-19, assim como os desafios, tendo em vista que o trabalho realizado com os alunos foi uma experiência nova para muitos professores já enveredados na profissão, sendo assim, também não seria diferente para alunos ainda em formação. Portanto, o objetivo do trabalho é ressaltar as metodologias nada usuais a que muitos professores estiveram e estão sujeitos durante a pandemia que se estende desde 2020, assim como buscar expor relatos e experiências pessoais que são enriquecedoras para o âmbito do ensino, tendo em vista que o intuito do programa da CAPES é justamente contribuir para a melhoria do ensino público nas escolas de ensino básico.

### 1. REUNIÕES DA RESIDÊNCIA

Ingresso do programa residência pedagógica da CAPES pela UFCG, fui selecionado como voluntário para integrar a equipe de 12 alunos. Revelada a escola-

campo, logo iniciaram-se as reuniões e planejamentos junto a coordenadora e ao preceptor.

A primeira reunião ocorreu no dia 13 de outubro de 2020, nessa mesma reunião foram discutidas propostas para o subprojeto história e o trabalho da residência durante a pandemia, além claro, da apresentação dos integrantes.

No dia 20 do mesmo mês, a reunião ocorreu apenas com a presença do preceptor, onde foram discutidas como estavam ocorrendo as aulas remotas na ECI Assis Chateaubriand, o planejamento e o envio de documentos referente a escola. Já no dia 28, houve o compartilhamento da coordenadora e do preceptor de textos e vídeos sobre aulas remotas, elaboração de vídeo aulas, aulas invertidas e metodologias ativas, assim como discussão das atividades assíncronas. No dia seguinte (29), Reunião pedagógica sobre aulas remotas, elaboração de vídeo aulas.

No dia 11 de novembro de 2020, foi enviado um questionário para os alunos buscando conhecer melhor o perfil dos mesmos. Dia 18 do mesmo mês, ocorreu outra reunião geral, discutindo os eventos da Residência e do PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência). Vale ressaltar que também foi discutido a avaliação do primeiro mês de atividades Formulário Google, assim como se daria o relatório das atividades.

Nos dias 26 e 27, ocorreu finalmente o evento Webinar PIBID e Residência Pedagógica. Nossa última reunião ocorreu no dia 10 de dezembro de 2020, onde foi avaliado o evento e discutido as últimas informações a respeito da elaboração do relatório.

Imagem 1 – Reunião geral

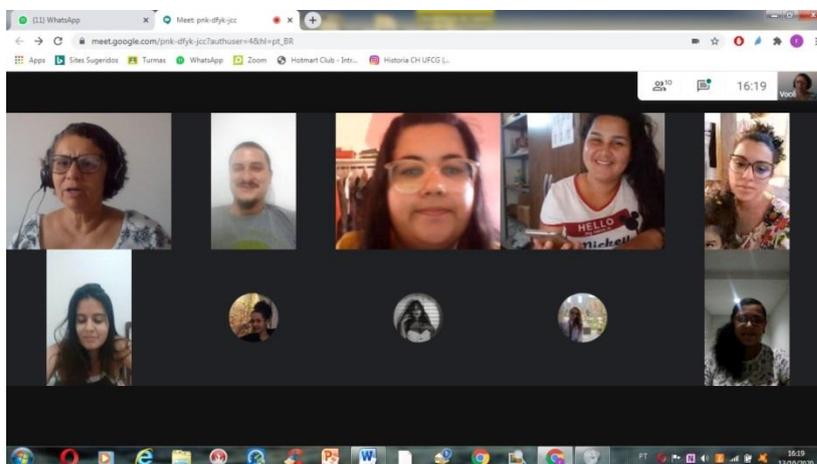


Foto: Regina Coelli (Print, 2020)

## 2. O FATOR PANDEMIA

Ir para a sala de aula já é algo bastante assustador para algumas pessoas, ainda mais quando se trata da primeira vez como professor, porém dessa vez não seria da forma convencional, daríamos aula das nossas casas, sem nenhum contato com os alunos. Quando pensamos em ser professor buscamos levar para o aluno aquilo que aprendemos durante nossos anos de formação, no entanto, é uma tarefa um tanto difícil quando esse saber não pode ser repassado de forma presencial, o vínculo que é tão importante entre professor e aluno se perde ou pouco existe.

É importante ressaltar também, que levando em conta o contexto socioeconômico das crianças e adolescentes que frequentam a escola, para muitas, acompanhar o conteúdo será uma tarefa tão árdua quanto as dos professores que buscam se readequar a nova forma de ensino ou não perder aquele aluno dentro do “ciberespaço”.

O fator pandemia trouxe grandes mudanças no dia-a-dia das pessoas, não exclusivamente no âmbito escolar, porém é a esse espaço que volto minhas atenções, muito pelo fato de que o Brasil sofre a muito tempo com uma grande defasagem de alunos das escolas. Segundo dados do Governo no Brasil a evasão escolar é um grande desafio para as escolas, pais e para o sistema educacional. Segundo dados do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira), de 100 alunos que ingressam na escola na 1ª série, apenas 05 concluem o ensino fundamental, ou seja, apenas 05 terminam a 8ª série hoje 9º ano (IBGE, 2007).

De acordo com o Censo Escolar, em 2019, havia 47,9 milhões de alunos matriculados em todo o país na educação básica (educação infantil, ensino fundamental e médio) considerando escolas públicas e particulares. Esses estudantes estão agora em casa, junto de seus familiares. Estima-se que muitos jovens abandonem o ensino remoto, por fatores como falta de acesso a computadores e/ou internet, pais que não estão preparados para assisti-los em casa e entre outros. Tudo isso somado ao desânimo e frustração diante da ameaça invisível da COVID-19.

É importante mencionar que a evasão escolar é consequência de fatores socioculturais, econômicos ligados à política do município em estudo, o que se observa é que, a educação não tem sido plena no que se refere ao alcance de todos os cidadãos, assim como no que se refere à conclusão de todos os níveis de escolaridade. (FERNANDES, 201-?)

No que tange à defasagem de aprendizagem, talvez seja esse um dos maiores empecilhos para os professores quanto à permanência do aluno no ritmo das aulas, em virtude desta defasagem, os alunos não conseguem acompanhar as atividades escolares, e conseqüentemente acabam abandonando os meios de ensino disponibilizados pela escola, ou mesmo se distraíndo nas plataformas.

Portanto, ressaltamos a importância de políticas públicas eficazes para evitar a defasagem escolar que poderá ser maior ainda num contexto pós pandemia, mesmo com a recomendação do MEC (Ministério da Educação) para que nenhum aluno seja reprovado, pois ao meu ver, será muito mais difícil para um aluno de rede pública reingressar a rotina escolar presencial após a pandemia.

Esse aluno está em casa desprovido de orientações, tendo muitas vezes que contribuir com a renda da família de alguma forma, e se ele não está tendo que ir à escola, resta ocupar esse tempo livre com alguma forma de trabalho para ajudar os pais. No entanto, não cabe apenas aos pais o dever de prover educação aos filhos, e não seria ainda justo culpa-los pelas condições ao qual se encontram – pois é isso que algumas ideologias buscam –, pois é dever do estado também prover e cuidar do bem-estar da criança e do adolescente, provendo a eles educação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (1997:2) deixa bastante claro essa questão.

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Com isso, é importante levantar alguns questionamentos: como superar mais um elemento causador de defasagem escolar? O que os pais e o estado estão fazendo para orientar esse jovem? Qual o papel da família e da escola? O que as pessoas pensam sobre a defasagem no ensino brasileiro?

São questionamentos como esses que nos levam de certa forma a um futuro incerto com mais perguntas que respostas. Mas sabendo que diante de todas as dificuldades e sucateamento do ensino público, a educação ainda sobrevive.

### **3. ELABORANDO AS AULAS**

Sabendo que as aulas seriam gravadas, cada residente ficou livre para escolher as melhores ferramentas e metodologias para planejamento de suas aulas.

As aulas foram divididas em quatro, isso para encerrar o quarto bimestre do ano letivo 2020, pois as turmas foram assumidas pelos residentes já neste bimestre. Sendo responsável por uma turma do segundo ano do ensino médio, as aulas foram planejadas da seguinte maneira, respectivamente:

#### **1ª – EUA no Século XIX**

- **Objetivos:** Abordar processo de expansão territorial para o oeste e contexto da Guerra Civil, dando ênfase as ideologias envolvidas no processo: Destino Manifesto e Doutrina Monroe.

#### **2ª – História do Brasil: Primeiro Reinado**

- **Objetivos:** Abordar processo de reconhecimento da independência do Brasil; apontar primeiros passos na construção do estado nacional; problematizar o poder moderador de D. Pedro I

#### **3ª – História do Brasil: Período Regencial**

- **Objetivos:** Abordar disputas políticas entre conservadores e liberais; apontar características das regências; destacar as inúmeras revoltas; discutir golpe da maioria.

#### **4ª – História do Brasil: Segundo Reinado**

- **Objetivos:** Abordar processo de abolição da escravidão e como ele buscava agradar tanto elite como abolicionistas; expor avanço da industrialização; discutir como D. Pedro II conseguiu equilibrar seu governo por tanto tempo.

As aulas foram gravadas pelo Google Meet com auxílio de slides. Após finalizadas, eram enviadas no grupo da turma. Os recursos utilizados para a elaboração das aulas foram: livros didáticos, podcasts e vídeo aula de outros professores. O recomendado pelo preceptor era que as aulas tivessem um tempo máximo de quinze minutos para não exaurir os alunos que não se concentram em vídeos longos.

As ferramentas de comunicação em meio digital são muitas. Dentre os meios que estão sendo mais utilizados estão, Google Classroom, o aplicativo “Zoom”, “Youtube”, grupos de “Wattsap”, dentre outros.

Foi realizado também a elaboração de atividades complementares das aulas ministradas. Duas atividades que foram passadas para o preceptor que por sua vez repassou para os alunos responderem. Uma atividade referente a primeira aula (EUA no século XIX) e a segunda referente a última aula (Segundo Império), no caso desta, foi recomendando pelo preceptor que fizéssemos em conjunto com outro residente, pois alguns assumiram turmas com a disciplina de Artes. Com isso, se encerraram as atividades da residência em 2020 no dia 1 de dezembro, com o envio da última aula gravada e da atividade elaborada.

Atividades e aulas eram enviadas por aplicativo Whatsapp, por lá também se dava o pouco contato com os alunos, assim como tínhamos uma ideia de quem eram os mesmos.

## **CONCLUSÃO**

Por fim, acredito ser importante destacar o quanto o programa da residência se faz importante em quesito de amadurecimento profissional e pessoal, assim como também nos permite evidenciar precariedades do ensino público de forma que possamos levar essas dificuldades para o âmbito universitário e buscar junto aos professores alternativas e meios de se lecionar de forma justa, não caindo na falácia de alguns discursos que se restringem ao meio acadêmico. E foi justamente por isso que escolhi o programa, para não ficar preso aos muros da universidade.

Não deixando de ressaltar o quão foi difícil em tempos de pandemia ser um professor assertivo, tendo em vista as ferramentas didáticas, a realidade dos alunos

e a pouca ou nenhuma experiência EAD (Educação a Distância), assim como a falta de contato com os alunos para feedbacks. Essa falta de contato deixa uma lacuna gigantesca, onde muitas dúvidas não são sanadas e o professor acaba se vendo impotente.

Trazendo o princípio da pedagogia libertadora de Paulo freire, é de extrema importância trazeremos para a discussão a ação mediadora do processo de conscientização, problematização e transformação do mundo opressor. Pois não é doação, muito menos generosidade, mas:

O caminho, por isto mesmo, para um trabalho de libertação a ser realizado pela liderança revolucionária, não é a “propaganda libertadora”. Não está no mero ato de “depositar” a crença da liberdade nos oprimidos, pensando conquistar a sua confiança, mas no dialogar com eles. Precisamos estar convencidos de que o convencimento dos oprimidos de que devem lutar por sua libertação não é doação que lhes faça a liderança revolucionária, mas resultado de sua conscientização. (FREIRE, 1992, p. 54)

O diálogo é uma exigência radical e revolucionária porque é elemento fundante da práxis. Portanto, quanto mais cedo se iniciar o diálogo, mais cedo teremos uma revolução na nossa educação.

Dessa forma, acredito que o importante é somar forças junto a gestores, professores, alunos e pais. Só assim alcançaremos um bom trabalho seja de forma presencial ou seja aliado as formas de tecnologias disponíveis. A pandemia passa e logo teremos os velhos problemas juntos aos novos problemas, devemos estar preparados para agir e cobrar de lideranças políticas maior atenção. A educação é direito e não se contenta em ser apenas preocupação de pauta eleitoral.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1987.

FERNANDES, Gislaine Hosana Araújo. **Evasão Escolar: Um Estudo Para Além Dos Muros Escolares**. UFPB: 201-?. TCC: Curso de especialização em gestão pública.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **SÍNTESE de indicadores sociais, série Estudos e pesquisas.** Informação demográfica e socioeconômica. Rio de Janeiro: 2007.

MACHADO, Patricia Lopes Pimenta. **Educação em tempos de pandemia: O ensinar através de tecnologias e mídias digitais.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 06, Vol. 08, pp. 58-68. Junho de 2020. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/euacao/tempos-de-pandemia>.

# RESENHAS



## A importância do acompanhamento psicoterápico destinado ao psicólogo hospitalar: A morte e o morrer vivenciado numa perspectiva profissional

Diego Mendes dos Santos  
Centro Universitário Maurício de Nassau  
potter.dyegoo@gmail.com

FARIA, A. M.; FERNANDES, S.; COELHO JUNIOR, L. L. - Psicologia Social da Saúde: Estudos Interdisciplinares. 1. ed. João Pessoa: Ideia, 2018. v. 1. 180p.

Capítulo 03; as representações sociais da morte para os profissionais da psicologia hospitalar. Autores: Anderson Carlos Cavalcante Pereira e Leconte de Lisle Coelho Junior. Páginas: 46 – 62.

O presente capítulo e estudo, tem como objetivo abordar aspectos sociais e subjetivos que é representado ou associado pela morte e o morrer em instituições hospitalares para profissionais atuantes na psicologia. A pesquisa conta com participações de 10 profissionais da área da psicologia hospitalar. O conteúdo tem por objetivo mostrar estudos que foram desenvolvidos dentro de uma instituição hospitalar pública, na cidade de Campina Grande- PB no ano 2017. O contexto em que foi desenvolvido o trabalho, usa como análise a teoria das representações sociais de Serge Mascovi, adjunto de falas e questionamentos aos participantes. Aspecto cultural, social e socioeconômico fazem parte da ficha, como perspectivas e pensamentos sobre morte.

No dia a dia pós moderno, o homem passou a distanciar a presença da morte nos lares, que geralmente aconteciam em sua maioria das vezes em casa; os velórios se tornaram mais discretos ou com ambiente mais “hospitalar” seguido também de

modernizações funerárias, que é o caso da cremação. Em primeiro lugar, o estudo mostra em algumas falas a extrema necessidade e preocupação dos participantes da abordagem do assunto “morte e o morrer” no cotidiano, como por exemplo; escolas, universidades, trabalho, família e amigos; 90% dos participantes dizem que não são ou não foram preparados para as abordagens do tipo a serem usadas no cotidiano na formação acadêmica.

A morte e o morrer se tornou um meio de expressar a subjetividade, assim como o sentimento básico do indivíduo consciente de si mesmo que é o medo, e suas projeções, tornando-se assim objeto de si; a morte não tem distinção econômica, racial ou de faixa etária. O homem criou a ilusão que é imortal, possuindo como influenciador dessa utopia, a medicina e a ciência moderna. No final das contas, ele sabe que é frágil e impotente, onde segue adiante, mentindo para si sobre sua condição insuficiente. O psicólogo hospitalar tem como função apoiar o paciente, com a intenção de que o mesmo venha passar por tal fase com maior conforto e resiliência, o apoio também se estende a seus familiares, que geralmente, acompanham o doente. O cuidado é necessário, porém é nesse ponto que nasce as reflexões dos profissionais da saúde sobre a finitude humana, a participação e o envolvimento com a morte.

Para o antropólogo americano, Ernest Becker em – A negação de morte (1973), o grande problema do ser humano é justamente o medo que ele tem da morte, o medo da dissolução final. Para o homem primitivo, a morte significava uma elevação espiritual, uma passagem para o sagrado cultuado, ou para um mundo melhor, designado como paraíso; para o homem contemporâneo essa prática ou pensamento, já é difícil de aceitar e passa ser um problema, problema que está atrelado a lado narcísico, pois se esse narcisista quer o destaque ou a imortalidade, para nada serve o espaço onde se debate o assunto morte. A negação para alguns se torna uma defesa para fugir do tema e não pensar sobre o fato; a religião se torna uma âncora dos fragilizados que não encontram respostas mais claras sobre o natural fim humano;

“... Procuramos não lembrar, evitando estender certo sofrimento por aquela ausência” – Participante 6.

“... Minha própria experiência de morte não é nada fácil, mas que é algo que procuro trabalhar através da minha prática espiritual ou religiosa” (...) – Participante 5.

O homem nega a morte ao mesmo tempo que se aproxima dela, nesta perspectiva, as diferentes culturas e povos constituem sistemas simbólicos que influenciam a função de negar a realidade, permitindo que as pessoas acabem criando uma ilusão de estarem distantes do inevitável. Se a morte é inevitável, por que somos tão covardes a diante dela? A consciência da morte é filosoficamente um fator fundamental para não ficarmos orgulhosos, ou em volto a vaidade; o oráculo de Delfos, nos traz o famoso diálogo com Sócrates, em uma segunda parte de “Conhece-te a ti mesmo” logo vem o “Lembra-te de que és mortal”, portanto, ser mortal não mostra nenhum sentido de que somos corajosos, mesmo que essa coragem não garanta a imortalidade, mas que venha nos fazer a superar e sentirmos mais vivo enquanto humano.

O presente trabalho acaba por abordar junto com os participantes suas perspectivas sentimentais e o que pensam sobre a finitude humana, as características da morte vem tomando rumos diferentes na história ao longo dos anos, de modo que a influência histórico cultural, acaba por influenciar a forma de debate e reação da morte, o que acabamos por encontrar em falas dos profissionais.

“Tristeza, dor, sofrimento, alívio. Medo em relação a minha finitude e sentimento de perda em relação ao outro” -Participante 3.

O sentimento de angústia em sua maioria se torna eminente ao contexto social envolto do profissional da psicologia que trabalha na unidade hospitalar, que mais uma vez, ver a necessidade de um trabalho mais existencial, tanto com o paciente, familiares e para si, afim de amenizar os sentimentos que interferem o modo de agir à morte, sendo assim, os participantes se veem na necessidade da busca de uma psicoterapia também, onde dos dez participantes, apenas um estava participando de sessões terapêuticas.

O luto significa o desconforto de uma perda e o cotidiano traz a adaptação a uma nova fase vivida diante a perda; 80% dos entrevistados informaram que em seu cotidiano agem normalmente de forma espontânea diante do fato, eles dizem

que a morte se trata de uma fase natural do humano, mesmo não sendo fácil, acabam seguindo resilientes, talvez se espelhando em seus pacientes.

“Profissionalmente busco dialogar de forma tranquila. E trazendo elementos dessa experiência para a vida” - Participante 6.

Quando a espécie sapiens passou a enterrar seus mortos, de alguma maneira começou a constituir-se um ritual, uma cultura, o homem já tinha consciência de sua finitude, e este ritual funeral marca um novo ciclo na vida da espécie humana. A consciência da fragilidade da vida, foi um baque que fez o homem ver a si. Foi a consciência da fragilidade da vida, do quanto tudo é provisório e instável, que impulsionou os humanos em direção à cultura. Como diz o buda histórico, Sidarta Gautama em seus ensinamentos – “Nada fixo, nada permanente”. (Monja Coen, 2019 p. 192)

A angústia diante da morte é inevitável e acaba comprometendo a impessoalidade do profissional que lida dia a dia com o fato, muitas das vezes mascarando suas subjeções a respeito do tema, principalmente pela falta do discurso no cotidiano. A real consideração exposta na pesquisa é de que não existe espaço para o assunto morrer, morte e luto; o próprio ambiente profissional, adjunto do cotidiano, impossibilita o profissional de expor suas emoções ou de se expressar.

“Acredito que tal educação se faz necessária. A morte está inerente a vida, como se sabe. E ainda é possível perceber o quanto este tema é coberto por mistérios, questionamentos e sofrimento, ter certo entendimento acerca de um tema tão difícil, com diálogos abertos, traz certo “conforto” na travessia do fracasso” - Participante 6.

A ausência de espaços especializados e destinados para reflexões existenciais, se tornam uma queixa e que os entrevistados sentem essa falta no dia a dia, não só no âmbito hospitalar, mas também na sociedade, já que essa repressão do assunto acaba trazendo um mal-estar na sociedade contemporânea. O objetivo da pesquisa como do trabalho desenvolvido a partir dela, é de que discussões e reflexões acerca do tema, não só a morte, mas da vida, se faz mais que necessário e urgente. Trazer discurso ao assunto é humanizar os espaços sociais, não findando

a dor, tristeza ou angustia, mas proporcionando um ambiente seguro e possibilitando o indivíduo ser mais resiliente.

“A violência é a negação do direito à vida”:  
O genocídio da juventude negra no Brasil. Pedagogia da  
crueldade: Racismo e extermínio da juventude negra

Gabriel Lopes Dantas  
Universidade Estadual da Paraíba  
gabriel\_lopes91@hotmail.com

GOMES, Nilma Lino; LABORNE, Ana Amélia de Paula. **PEDAGOGIA DA CRUELDADE: RACISMO E EXTERMÍNIO DA JUVENTUDE NEGRA**. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 34, p. 1-26, 2018.

O artigo científico que será analisado é chamado; “Pedagogia da crueldade: Racismo e extermínio da juventude negra. Foi publicado em 2018 no 34º volume da revista: “Educação em Revista” que existe desde 1985. O artigo possui 26 páginas dividido em cinco tópicos nessa revista referencial que possui qualis A1.

As autoras desse trabalho científico são: Nilma Lino Gomes e Ana Amélia de Paula Laborne. É necessário compreender um pouco da biografia de ambas. Inicialmente apresentaremos o contexto da vida de Nilma Lino Gomes. Ela é formada em Pedagogia pela Universidade Federal de Minas Gerais, possui mestrado em Educação também por meio da Universidade Federal de Minas Gerais, doutorado em Antropologia social na Universidade de São Paulo, pós-doutorado em Sociologia na Universidade de Coimbra (Portugal) e em Educação pela Universidade Federal de São Carlos.

Atualmente, é professora titular emérita da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Foi reitora Pró-Tempore da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB (2013-2014). Foi Ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial -SEPPIR - (2015) e do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos (2015-2016) do governo da ex-presidenta Dilma Rousseff. Suas

áreas de pesquisa são em: diversidade, cultura e educação, relações étnico-raciais e educação, formação de professores e diversidade étnico-racial, políticas educacionais, desigualdades sociais e raciais, movimentos sociais e educação, com ênfase especial na atuação do movimento negro brasileiro.

A autora Ana Amélia de Paula Laborne possui graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal de Minas Gerais, mestrado em Educação também na Universidade Federal de Minas Gerais e doutorado em Educação na universidade supracitada. Atualmente desenvolve seus estudos de Pós-Doutorado no PPGE/ FAE/ UFMG.

O trabalho acadêmico das autoras citadas, trata especificamente a problemática em torno do extermínio da juventude negra, refletindo em tais aspectos a partir do racismo. Têm como características principais evidenciar o extermínio da juventude negra por meio do racismo, comprovando com dados dos Índices de Vulnerabilidade Juvenil, dos Atlas e Mapas da Violência que mostram por meio das estatísticas essa dura realidade existente no Brasil e também evidenciar a causa do extermínio da juventude negra e propor como superar o racismo.

Inicialmente, é preciso compreender que a violência contra a juventude negra é um fenômeno multicausal, perante a negação a vida por meio da violência contra essa juventude, as autoras Nilma Lino Gomes e Ana Mélia de Paula Laborne (2018) destacam os meios de resistências da juventude negra, e como fazem para denunciar o que sofrem. A juventude negra organiza-se e denuncia a violência sofrida em vários âmbitos como, por exemplo: a juventude universitária negra faz suas denúncias através da União Nacional dos Estudantes em seus Encontros Nacionais de Jovens Negros (ENJUNE). Observa-se também outros jovens que se organizam em coletivos e setores de negritude partidária, militantes orgânicos do movimento negro, pesquisadores sobre a temática de juventude negra, na esfera da cultura especificamente o Hip Hop na área do RAP com letras críticas ao sistema que mata diariamente jovens negros. Vale destacar que há também jovens que não são organizados nesses setores, mas lutam incansavelmente contra a violência diária sofrida.

A palavra mais utilizada atualmente pelos movimentos sociais é o “genocídio da população negra”, porém, ainda é presente a negação desse

genocídio com base não apenas social, mas política também. O termo “genocídio” da população negra não começou a existir hoje, foi ressignificado e ampliado, mas nota-se presente desde a década de 1970 na obra de Abdias do Nascimento, intitulada: *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado* (1978). Nesse âmbito ele denuncia a “história de violência imposta aos negros e negras durante e após o processo de escravização” (GOMES; LABORNE, 2018, p. 5). Esse mesmo termo também é utilizado CPI da Câmara dos Deputados que investigou o assassinato de jovens negros (2015) e a CPI do Senado que investigou a morte de jovens (2016). Ou seja, há um reconhecimento da existência do genocídio da juventude negra, desde os movimentos negros da década de 1970 até os dias atuais por meio de várias esferas da sociedade.

Alguns dados reforçam essa afirmação a respeito do genocídio populacional dos corpos pretos e pretas; O Atlas da Violência (2017), organizado por Lima e Bueno *et al* (2017), mostram que: “de cada 100 pessoas que sofrem homicídio no Brasil, 71 são negras. Jovens e negros do sexo masculino continuam sendo assassinados todos os anos como se vivessem em situação de guerra (p. 30)”. (GOMES; LABORNE, 2018, p. 5).

Mesmo esse dado sendo verificado durante um período que houve uma progressão em ações afirmativas para a população negra que ocorreram durante a gestão do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) e a ex-presidente da República Dilma Rousseff (2011-2016) como, por exemplo: Pela primeira vez é instituída a Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). Cotas raciais através das Leis: 3.524/2000, 3.708/2001UERJ institui reserva de vagas: 50% para candidatos oriundos da rede pública de ensino e 40% para candidatos que se declaram pretos (as) ou pardos (as) na Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 2002. A Lei 10.639/2003, que alterou a LDB 9394/1996 e incluiu no currículo oficial da rede de ensino pública e privada a disciplina de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em 2003 e também aprovado o Estatuto da Igualdade Racial, por meio da Lei nº 12.288 de julho/2010, que garante igualdade de oportunidade e dos direitos à população negra e o combate à discriminação e às formas de intolerância étnica que prevê o estabelecimento de políticas públicas de valorização da cultura negra para a correção das desigualdades provocadas pelo sistema escravista no País. Vale destacar que essas

progressões existentes durante esses governos citados acima, são consequência de uma longa jornada de luta dos movimentos negros.

Conseqüentemente, esses dados indicam algo: não basta apenas o Estado brasileiro construir uma “reparação histórica” de qualquer forma, ou seja, não tem como produzir ações afirmativas caso não haja acompanhamento contínuo de todas as esferas envolvidas, pois, não basta como, exemplo: apenas o jovem negro adentrar a universidade pública ou privada por meio das cotas raciais, é necessário manter ações de permanência estudantil para que ele consiga sustenta-se dentro da universidade.

Outro dado alarmante descrito pelas autoras Gomes e Laborne (2018) é o de “jovens negras com idade entre 15 e 29 anos têm 2,19 vezes mais chances de serem assassinadas no Brasil do que as brancas nas mesmas faixas etárias” (GOMES; LABORNE, 2018, p. 5), esses dados foram obtidos por meio do Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (BRASIL, 2017). A Paraíba nesse índice ficou em terceiro lugar, “onde a chance de uma jovem negra ser assassinada é 5,65 vezes maior do que a de uma jovem branca”. Esse dado precisa ser extremamente levado em consideração, pois, designa um feminicídio negro que é preciso ser fortemente combatido.

Necessário destacar que a violência policial sustentasse no Código Penal que autoriza que o policial se defenda caso haja resistência. Quantos jovens negros morrem nesse impasse? E as “desculpas” são sempre as mesmas “a polícia atirou para se defender”. Ora, se foi uma forma de defender-se segundo a polícia militar, por que a defesa por meio da arma de fogo sempre atinge os corpos negros em pontos letais? Vale destacar que segundo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) entre os anos de 2009 e 2013, a polícia brasileira matou 11.197 jovens com as características das mesmas justificativas de sempre “auto resistência” (ação onde a polícia defende-se contra uma “suposta” resistência contra sua “autoridade”).

Diante de dados tão alarmantes, em 2017 a Organização das Nações Unidas organiza no Brasil a campanha; “Vidas Negras” que buscou juntamente com todo o sistema e sociedade visibilizar o problema da violência contra a juventude negra do Brasil, denunciando abertamente que a macrocausa da violência existente contra jovens negros é o racismo.

Mas, é necessário compreender a branquitude e suas ações, é destacado que “parte da grande massa populacional brasileira passa a projetar no outro, no seu igual, um sentimento de medo que, na realidade, é o medo de si mesma” (GOMES; LABORNE, 2018, p.13). E por meio desse medo é gerado a exclusão do outro (negro) que foge dos padrões estabelecidos pela sociedade predominante, por meio desse medo também é realizado a dominação.

Diante desses fatos, a juventude negra resiste e reexiste diariamente em suas lutas contra o racismo e tudo que ele impacta e produz na vida e trajetória deste segmento étnico e geracional. É importante destacar que, jovens negras e negros seja por meio do empoderamento de assumirem seus cabelos, sua cor da pele, vestimentas, formas de falar ou seja pela arte, têm buscado caminhos para estas resistências. As resistências vêm em âmbitos diversificados, mas é existente, afinal, essa luta não é atual, tem uma longa trajetória no Brasil.

As autoras (GOMES; LABORNE, 2018) concluem que a violência contra a juventude negra é multicausal, porém o racismo e toda a estrutura que lhe sustenta, é multirreferencial. Logo, são importantes formas de combate através de ações afirmativas, que provenham de todas as esferas que envolve a sociedade, quer seja pelo governo municipal, estadual e federal com suas respectivas secretarias e ministérios, ambos possuindo uma intenção de erradicar de vez com aquilo que os números apontam: o racismo. A violência que é existente é a negação da vida que está presente em vários âmbitos sociais como, a negação a educação, segurança pública, saúde entre outras que são direitos garantidos por meio da Constituição brasileira de 1988 como cita o Art. 6º: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. Porém, na realidade para a juventude preta esse artigo é apenas teórico e não ocorre na prática.

Com a fundação intergovernamental da Organização das Nações Unidas em São Francisco (Califórnia) nos Estados Unidos em 24 de outubro de 1945. Foi debatido fortemente por meio dessa organização sobre a questão dos direitos humanos, conseqüentemente em 10 de dezembro de 1948 em Paris foi proclamada a Declaração Universal dos Direitos Humanos que em seu artigo 3º garante que: “Toda pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”. Porém, no Brasil os

Índices de Vulnerabilidade Juvenil (2017) e dos Atlas e Mapas da Violência (2017) mostram uma dura realidade para a juventude negra: A violência, que conseqüentemente tornasse a negação do direito à vida. Então é necessário que ocorram mudanças que venham a produzir novas configurações na estrutura social, em termos de direitos e justiça, uma mudança que abale essa estrutura na qual os jovens negros fazem diariamente, realizada por meio de suas organizações, porém o Estado brasileiro não pode abster-se diante dessas estáticas assustadoras é necessário agir.

Os dados apresentados são irrefutáveis, esse trabalho acadêmico das autoras (GOMES; LABORNE, 2018) é fundamental na luta contra os negacionistas que tentam diariamente negar a estrutura racista que existe no Brasil, como já foi até dito por um certo político reconhecido nacionalmente onde não cabe descrever seu nome: “não existe racismo no Brasil, isso é coisa dos Estados Unidos”. Ora, esses dados não evidencia o racismo? A trajetória social brasileira nos mostra que o projeto colonialista subverteu os direitos do povo negro e deste modo é urgente a criação e continuidade das formas que combatam tais prática, caso contrário a reprodução de tais ações não vai provocar mudanças. O negacionismo não pode tomar de conta da consciência popular do povo brasileiro, e esse artigo das autoras supracitadas possui uma contribuição grande para combater.

Na atualidade, basta apenas ligar a TV, entrar em uma rede social ou ler um jornal e observar o tanto de jovens negros que são mortos diariamente. “A cada 23 minutos, um jovem negro morre no Brasil”, diz ONU ao lançar campanha contra violência em 2017. Estas reflexões mostram a necessidade deste debate, pois, torna-se importante visibilizar crescentemente o que ocorre em cada rua, viela e beco desse país. Como progressivamente perde-se a juventude preta, logo a juventude que popularmente é conhecida como: “futuro da nação”, e não há futuro sem os jovens. A cada corpo tombado pelas próprias “mãos do estado” em sua maioria é preta. Então, é necessário erradicar essa estrutura racista que vem deixando cada vez mais mães tristes devido as perdas de seus filhos e filhas, é necessário transformar esse luto em luta, para que o amanhã ainda seja possível, sonhar por um futuro melhor, numa educação e prática social antirracista.

Recomendamos a leitura deste artigo para diversos públicos, entre os quais chamamos atenção para docentes das escolas públicas e privadas. Evidentemente

deve está presente também dentro das universidades, esses espaços de saberes históricos precisam cada vez mais aderir na luta antirracista.

## Do paraíso na terra ao inferno psíquico: Os fatos e tramas por trás da vida da “rainha louca”

Jean Felix Borges  
Universidade Estadual da Paraíba  
jean.jeremiasfelix@gmail.com

PRIORI, Mary del. **D. Maria I: as perdas e as glórias da rainha que entrou para a história como "a louca"**. São Paulo: Benvirá, 2019.

*D. Maria I: as perdas e as glórias da rainha que entrou para a história como "a louca"* (2019) veio para inovar no campo historiográfico ou de produções referentes à história de D. Maria I, rainha de Portugal. É escrito por uma mulher, historiadora e defensora dos direitos das mulheres e adepta da causa feminista, Mary Del Priori, cuja obra lança novas luzes sobre a personalidade e pessoa de D. Maria I ao reescrever a sua história desde uma perspectiva feminina, histórico-social e psicológica, com fins e objetivos de entender o “como” e o “porquê” recebeu o título de “a louca” pela historiografia tradicional. Titulação esta que abafa e abafou por muito tempo as glórias de uma mulher que foi rainha em um contexto no qual as mulheres eram educadas para viverem à sombra dos maridos, enquanto meras reprodutoras, a serviço da casa.

Nesse sentido, na presente obra, D. Maria I constitui-se enquanto símbolo de autonomia, inteligência, sabedoria e capacidade feminina; some-se a isto outros tantos adjetivos como os de devoção, santidade, fidelidade, caridade, amor e benevolência, etc., que caracterizaram uma rainha que cuidava de seu povo como seus filhos, em um contexto no qual as mulheres sempre foram vistas como o “segundo sexo”, como seres incapazes e sujeitos às paixões, inaptas a dominarem a si mesmas, descapacitadas para governar.

Mary Del Priori, estruturou a narrativa histórica em nove capítulos, através dos quais nos contou a história dessa mulher que ficou conceituada na história,

pela a alcunha de louca, partindo desde a sua infância de brincadeiras, de rígida educação religiosa – para o lar – baseada nas normas da corte portuguesa, adentrando na sua adolescência, nos apresentando um cotidiano marcado por visitas constantes e contínuas a conventos e igrejas.

Ademais, a autora, nos convida a visitar a juventude da jovem rainha, notável por obras de caridade, de benevolências, de traumas e algumas perdas profundas. Por outro lado, nos apresenta a sua idade adulta, célebre pelo período de reinado e vida político-administrativa do Reino de Portugal e afins, etapa na qual sofreu grandes pressões políticas, psicológicas, emocionais etc., por parte de opositores, inimigos e “amigos” de sua realeza. Por fim, nos narra a sua velhice, através da qual nos contará, a partir de uma janela, a história do misterioso período de silêncio, insanidade (sã?), passeios e de clausuro no Convento do Carmo na antiga capital do Brasil, Rio de Janeiro, onde morreu em 1816.

No capítulo intitulado “Era uma vez...”, com o qual a historiadora abre a obra para o público leitor, ela se preocupou em realizar um primeiro movimento argumentativo que leva o seu público a ter uma ideia dos processos que culminariam na loucura de D. Maria I. Nesse sentido, a historiadora nos convida a perceber o indivíduo enquanto produto da educação que recebe, educação esta que formou e forma parte significativa de sua memória (entenda-se, aqui, memória enquanto matéria do pensamento e possibilidade de leituras e percepções do real, bem como referência para reflexão e para o agir individual e em sociedade no mundo, sendo esta, produto de um tempo, de uma época, de uma cultura e de um lugar.), ao realizar esse movimento reflexivo, começamos a perceber que, o que será taxado enquanto loucura, no futuro da nossa rainha, em parte, tem a ver com a educação que ela recebeu na infância e que permeou o seu agir por todo o tempo em que viveu.

Esse fato, nos leva a pensar e a nos questionar o seguinte: se nasce louco/louca ou torna-se louco/louca? Se nos tornamos loucos/loucas, como e por que nos tornamos? Sendo assim, é a loucura uma resultante de um processo no qual o sujeito passar para chegar a ser louco? Essas são perguntas, pensamentos e reflexões inquietantes que nos possibilitam realizar uma releitura da trajetória de vida de D. Maria I, pelas lentes revolucionárias, humanas, feministas e inovadoras de Del Priori.

Após a exposição desse capítulo introdutório, nossa autora realiza um movimento que se assemelha ao trabalho de uma cronista, pois inicia um longo, ora fluido ora cansativo, relato da vida e cotidiano de D. Maria I, na corte portuguesa. Segundo pensamos, ela realiza este movimento como uma forma de pôr em evidência uma D. Maria I humana, ativa, autônoma, que viveu e vivenciara desde os mínimos até os maiores prazeres que a vida na corte poderia propiciar por um lado e, por outro, os traumas e as perdas que culminariam em sua loucura.

Acontecimentos como a morte dos filhos, dos pais e sobretudo o suplício da família Távora, o maldoso castigo que seu pai mandara executar para ocultar um adultério que cometera, que a deixou profundamente arrasada e sentindo-se em um futuro dentro da narrativa histórica, extremamente culpada ao ponto de crer que perderia o seu bem mais valioso, a salvação, parte integrante e fundamental de sua identidade.

Com isso, Del Priori vai tecendo um panorama contextual da vida na época, a qual era profundamente marcada pela “catequese do medo”, pelo o pensamento mágico, pela a mística e profecias que ousaríamos denominar como sendo um tempo de fé. Tempo no qual a mínima dor era concebida e compreendida enquanto resultado de um ato pecaminoso ou de se encontrar em pecado; uma vez que as duas vias de explicação ou decodificação das coisas, no sentido da significação e interpretação do mundo eram Deus e o Diabo.

Desse modo, é sabido que os mais variados saberes da época, eram e foram baseados nesse binarismo, o qual fora traduzido de várias formas como Bem e Mal, Luz e Trevas, etc., ao longo da história da humanidade. Dessa maneira, se perpetuou até os dias atuais, através de um processo de ressignificação no transcurso da História, de acordo com cada saber e épocas específicas, ganhando um novo significado. Além disso, também fora utilizado enquanto via de explicação e significação do mundo, forjando assim, uma mentalidade receptiva aos sistemas mágicos de elucidação e interpretação da realidade.

Nesse sentido, Del priori expõe e defende a tese de que D. Maria I foi levada à loucura, à perda de sentido, à desesperação por uma cultura e tempo marcados pelo medo do inferno, pelo anseio da morte e busca pela salvação da alma, que seria “o morrer para não morrer” de Santo Agostinho.

D. Maria I sofreu, então, uma coação de seu tempo e de sua cultura, de seus usos e de seus costumes, por um lado através dos acontecimentos marcantes em sua trajetória de vida, como as mortes, os incidentes e acidentes entre outras coisas; por outro, mas não menos importante, pela a influência de seus confessores, sobretudo a do bispo de Algarves José Maria de Melo, fanático religioso, formado pela “catequese do medo.”

Esse confessor trouxe à memória de D. Maria I, incessantemente, os atos atrozos de D. José, seu pai. Memória que lhe atormentava dia e noite. Além disso, José Maria de Melo não se cansava de falar do inferno, dos castigos que esperavam aqueles que estivessem em pecado, pregando um verdadeiro “evangelho do medo”.

Por fim, as vivências de D. Maria I somadas às constantes pregações e apelos de José Maria de Melo, que requeria dela o perdão para a família Távora e de todos os que sofreram o suplício, a nossa rainha desenvolveu a crença de que era culpada, pecadora e que o demônio habitava em seu corpo. Nesse caso, tal crença a levou a acreditar que não era digna de perdão, o que significava a perda da salvação e o ganho do inferno, porém, ao perder a salvação, D. Maria I perdeu a si mesma, perdeu a sua identidade caindo em um abismo inconsciente e confuso, que hoje, em psicologia, se chamaria uma “dissociação do eu” ou seja uma perda da consciência.

O que nos leva a pensar que, em outras condições, de menos pressão, de menos perdas, em um outro contexto de que suas crenças e orientadores não a tivessem levado a consciência da inutilidade de si e perda da salvação, D. Maria I não teria perdido a sua organização simbólica da realidade. Essa violência contra seu ser significou o extravio de si mesma em uma estrutura mental receptiva aos sistemas mágicos, míticos e religiosos que lhes levariam a viver o inferno no que foi um dia, o seu céu na terra.

Não menos importante, nas palavras de Mary Del Priori: Maria Francisca Isabel Josefa Antônia Gertrudes Rita Joana de Bragança e Bourbon não foi só uma pessoa que adoeceu. Foi, sobretudo, esposa e mãe querida, avó e sogra generosa. Foi boa rainha e adorada por seus súditos. Sabíamos muito pouco dela, conhecíamos apenas “a louca”. Hoje nos foi apresentada uma Mulher. “E Mulher como tantas de nós.”. Priori (2019, p. 199).

## Humanização dos seres folclóricos: Entidades presente entre nós

Fábio Alexandrino da Silva  
Universidade Estadual da Paraíba  
ffabio.alexandrino@gmail.com

**Cidade Invisível (1ª Temporada)**. Direção: Júlia Pacheco Jordão; Luís Carone. Produção: Prodigio Film; BottleCap Productions; Boipeba Filmes. Brasil – 2021. 280 minutos.

Cidade Invisível, nova série brasileira da Netflix chegou na plataforma no dia 05 de fevereiro de 2021. Criada por Carlos Saldanha, a série fez grande sucesso já nos primeiros dias de lançamento, alcançando o primeiro lugar no TOP 10 da Netflix nos primeiros quatro dias de estreia. A inquietação não é por menos, além de ser uma série brasileira, os episódios investigam o folclore brasileiro mostrando como seria a relação entre entidades mitológicas com os seres humanos nos dias atuais.

Uma das primeiras coisas que se vem à mente ao falar sobre o folclore brasileiro é o famoso *Sítio do Pica-Pau Amarelo* de Monteiro Lobato, no qual trata às figuras folclóricas como personagens ameaçadores, cenário que é completamente invertido em *Cidade Invisível*, cujo Carlos Saldanha, conhecido por animações como *Rio* e *a Era do Gelo*, nos traz tais entidades como seres totalmente cheio de suspenses e ao mesmo tempo misteriosos, vivendo às margens da sociedade e passando a adotar novas personas na cidade. Deixando os efeitos visuais de lado (não completamente), permitindo que torne a série mais próxima do nosso mundo, além dos personagens serem totalmente humanizados, abandonado inteiramente o conceito de bons ou maus e trazendo a trama de uma perspectiva mais cética.

A atenção dos espectadores é captada pela história inicial, na qual o seriado acompanha Eric (Marco Pigossi) um detetive policial ambiental do Rio de Janeiro, que

dá mais atenção ao seu trabalho do que à família. Logo no início não é surpresa quando ele recusa um convite de sua esposa, a antropóloga Gabriela (Julia Konrad) para ir junto com sua filha para a festa junina na vila de pescadores onde ela trabalha, chamada Vila Toré; a filha de Eric e Gabriela, Luna (Manuela Dieguez) é atraída para a floresta, quando um misterioso incêndio, aparentemente acidental, se inicia, Gabriela ao tentar proteger a filha acaba falecendo, deixando um trauma familiar para a família, além de uma investigação criminal.

Após um período de recesso Eric volta as atividades do seu trabalho, descobrindo que as investigações sobre o incêndio da Vila Toré foram encerradas, formando um confronto com o seu superior Ivo (Rafael Sieg) e assim dando continuidade à história. No primeiro episódio, desafios como cuidar da filha já são mostrados, a tristeza do luto e a vontade de saber respostas pelo suposto crime deixa o Eric sem muitas alternativas. Muitos problemas são apresentados, o inicial, do porquê um Boto Cor-de-rosa está nas areias de uma praia, no qual o animal é derivado de água doce, e logo após problemas aparecendo na Vila Toré. Não podendo deixar de falar da construtora que aparenta ser dona da Vila Toré, cujo os moradores tem uma pequena parcela de direito, no qual o velho Ciço (José Dumont) entra em conflito com o seu filho João (Samuel de Assis) que passou a trabalhar para a construtora, tentando influenciar aos moradores a venderem a parcelas de direito de suas terras.

A mitologia folclórica é inserida quando o Isac (Wesley Guimarães) tenta recuperar o corpo do Boto Cor-de-rosa, fazendo assim o uso de seus poderes, além das famosas travessuras. Com a tentativa falha, o corpo é encaminhado para o IML, Inês (Alessandra Negrini) usa seus poderes para fazer o corpo virar lenda. Eric procura respostas sobre o desaparecimento do corpo, que é levado para o Cafofo Bar, no qual aparentemente algumas das entidades estão reunidas, Eric é enfeitiçado pela Camila (Jessica Cores) e futuramente, também enfeitiçado pela Inês com a famosa cantiga de ninar. Desafiando o conceito de cético que o personagem de Eric mantém desde o começo da série.

No decorrer da história o vilão aparece, esclarecendo pouquíssimas dúvidas e abrindo o leque para outras. Com isso Eric começa a investigar sobre seu passado a fim de descobrir sobre o seu pai, personagem que sempre era dito que morreu em um acidente de carro, ao procurar respostas sobre o pai, a única saída que Eric ver é procurar e investigar sobre sua mãe; depois de um desfecho ele consegue descobrir sobre o seu verdadeiro pai, logo após indagando sua avó Januária (Thaia Perez) na qual ela esclarece a verdadeira história. Um dos grandes pontos da série se dá quando Márcia (Áurea

Maranhão) que é companheira de Eric nos casos de investigações, começa a desconfiar dele, abrindo assim investigações secretas e descobrindo uma série de segredos e mentiras. Com isso a trama policial não poderia ficar de lado e Eric recebe um afastamento ficando furioso.

Ao Eric investigar seu passado ele se aproxima de Ciço, para assim pedir ajuda e o mesmo lhe fornece amparo e fala sobre um ritual que poderia mostrar com clareza as respostas que Eric tanto portava. O grande ápice da série se dá quando Eric descobre quem está matando as entidades e assim muitos eventos são mostrados, desde a abertura dos olhos de Iberê (Fábio Lago) sobre o que estava acontecendo ao seu redor até incidentes que ocorrem no ramo policial, e também o ponto de João e Ciço se reconciliarem depois de acontecimentos impremeditados.

Indicado duas vezes ao Oscar em categorias de animação, Carlos Saldanha não é somente um mestre nesse setor como também se tornou referência em Hollywood em mostrar o Brasil para o exterior, principalmente em seu trabalho na franquia Rio, assim não seria diferente em Cidade Invisível, na qual o mesmo tenta mostrar o folclore de forma prática, mas sem perder o esplendor desses determinados contos, envolvendo também o mistério no desenvolvimento das entidades. Outro ponto marcante é a questão do debate entre as mudanças vindas de um dito processo de preservação ambiental, algo que nos é ancestral.

O que mais impressiona na série é a construção de cada entidade, no qual a visão hegemônica de Monteiro Lobato é deixada de lado. A adaptação de elementos da construção visual é bem impressionante, mostrando o Saci, conhecido pelo seu gorro vermelho usa uma espécie de bandana a qual desempenha a mesma função, e a visão da Cuca sendo uma bruxa no formato de uma jacaré loira é totalmente invertida por um dos personagens de mais impacto na série, onde passa a ser simbolizado por uma borboleta, além disso, cada entidade tem uma característica individual. Além de muitos dos nomes das entidades fazerem algumas anagramas, brincando com o imaginário e a curiosidade dos telespectadores.

Um ponto que não poderia deixar de comentar é sobre a trilha sonora que carrega consigo características relevantes da cultura brasileira. Do funk brasileiro, como por exemplo, no primeiro episódio é utilizada a música 'Tu Tá na Gaiola' de Kevin O Chris para a construção da personalidade do personagem de Isac além de apresentar aspectos da cultura jovem, até músicas do MPB, exemplo maior é no segundo episódio onde Camila canta 'Sangue Latino' de Seco e Molhados para também mostrar a complementação da identidade da personagem. Uma música que não poderia deixar de fazer parte da trilha

sonora é a famosa cantiga de ninar brasileira ‘Nana Neném’ que é utilizada para a manifestação dos poderes da Cuca. As músicas do famoso samba brasileiro também estão presentes na obra, principalmente em cenas com o Boto Cor-de-rosa. Muitos outros grandes sucessos são usados na obra, como ‘Ave, Lúcifer’ de Os Mutantes, Yê Mete de Elis Regina, ‘Quando era meia noite’ de Cantadeiras do Souza, além de outras obras marcantes. Junto com a música a fotografia não poderia ficar de lado, envolvendo o espectador a mergulhar mais profundamente na imersão da história, principalmente nas cenas da Cuca, na qual a iluminação toma um tom mais escuro para deixar o clima de mistério no ar.

Apesar de ter muitos pontos positivos, a série deixa algumas falhas no roteiro, como a continuação do desenvolvimento da história, a objetividade em certos pontos que poderiam ser facilmente resolvidos, a investigação policial que deixa as coisas sem muita originalidade ao ponto de deixar um pouco entediante. Porém uma das falhas mais marcantes – uns dizem que é um acerto – é a gravação sendo feita em Ubatuba, São Paulo e no Rio de Janeiro, sem nenhuma explicação por qual motivo todas as entidades se reuniram no Bairro da Lapa.

Outro ponto que necessita de uma explicação são algumas falhas das identidades, deixando sem muitas referências as origens de tais lendas e da própria construção do folclore brasileiro, excluindo a região Norte da cultura brasileira, além de deixar no esquecimento a importância da cultura indígena na construção dessas histórias. Ou seja, ao dá destaque ao tema ambiental na relação de construtoras e posse de terras florestais, ela acerta talentosamente, porém, poderia ter dado mais visibilidade para as questões ligadas ao folclore e suas origens, podendo fazer até à utilização de atores indígenas, onde todos os atores do elenco não têm uma ligação sequer com indígenas. O único momento que aparece uma tímida aparição de atores indígenas é quando se mostra o conto do Curupira, no qual os mesmos nem sequer falas possuem.

A maioria dos enigmas provocados pela série são resolvidos, mas são deixadas muitas pontas soltas, e das voltas e voltas no mesmo ponto, além do final sem uma conclusão, provavelmente se pensando na segunda temporada, na qual a Netflix no último dia 02 de março de 2021, anunciou a renovação da segunda temporada, divulgando que devido a janela de gravação bem como produção, a segunda temporada deverá estreiar no primeiro trimestre de 2022.

Apesar de algumas deslizadas no ritmo, Cidade Invisível é uma série que deve ser aplaudida de pé. Em um país cheio de histórias e contos como o Brasil, porém a população não dando tanto crédito, a série busca essas atenções de chamar os telespectadores para

dentro, não apenas para dentro de si, mas para dentro de suas culturas e raízes, para assim descobrir essa riqueza, mostrando que podemos gerar grandes e inovadoras obras artísticas.

A obra de Carlos Saldanha é uma adição valorosa no catálogo de obras brasileiras, e não poderíamos deixar de prestigiar essa grande obra. Além de ser uma série importantíssima para não deixar os contos que fizeram parte da nossa infância, caíam no esquecimento.

## ENTREVISTA

com IORDAN QUEIROZ GOMES



Doutor em História Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e Graduado em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Realiza estudos nas áreas de Metodologia da Pesquisa em História, Teoria da História, História da historiografia e História Política, com foco na Primeira República, coronelismo e oligarquias regionais. Atuou como professor substituto nas disciplinas de Teoria da História, Metodologia da Pesquisa em História, Historiografia brasileira e História e Interdisciplinaridade no Departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Professor colaborador da Especialização em História Local e membro da Núcleo de Pesquisa e Extensão em História da Paraíba NUPEHP, vinculado ao departamento de História da UEPB. Atualmente é professor concursado, lotado na Secretária de Educação do Estado de Pernambuco, atuando na Rede Pública Estadual.

### A pretexto de uma ou duas palavras sobre si...

Quero, antes de mais, agradecer o convite feito pela Revista... – por intermédio do meu querido amigo Jilton Joselito de Lucena – pela oportunidade, prazerosa, de rememorar traços de minha trajetória acadêmica/profissional. Devo dizer a princípio que este foi um exercício de autorreflexão incrível, notadamente por permitir imaginar que todos nós que tomamos a história como objeto de pesquisa também nos constituímos como objeto, que compomos história/ou histórias – quando se trata de pensar que compartilhamos ao longo da vida com diversas pessoas, em diferentes tempos e lugares. Refletir sobre como elaboramos os nossos objetos ao passo que também podemos ser objeto de análise é um exercício que também pertence ao trabalho cotidiano de qualquer historiador. A propósito, imagino que é parte integrante do processo histórico de elaboração do conhecimento à abertura de um espaço em que o próprio sujeito do

conhecimento possa se debruçar acerca de si mesmo, isto é, pensar/refletir sobre a sua trajetória pessoal/profissional. Obviamente que esta não é uma tarefa das mais fáceis, especialmente por partir do pressuposto de que uma reflexão dessa natureza – quando posta em um texto narrativo – irá figurar como essencialmente lacunar. Porém, para encarar esse desafio talvez seja oportuno imaginar que, em última instância, o exercício de narrar-se, mesmo que sumariamente, mesmo que reconhecendo todo o seu caráter lacunar, pode relevar para o ontem e/ou para o hoje algo do nosso universo social, ou como diria certo intelectual francês, deve traduzir traços significativos do nosso *lugar social*, aspecto importante no (re)conhecimento do fazer operatório de cada intelectual imerso no campo do conhecimento histórico. Quero dizer que este é um exercício importante para se entender determinadas posições, interesses e perspectivas inerentes a interpretação/tradução/produção do campo disciplinar a que estamos ligados, isto é, a História.

Quanto ao início da caminhada, como geralmente afirmam aqueles cujas lembranças do passado são evocadas em ocasiões específicas: “parece que foi ontem.” De fato, não faz tanto tempo assim, embora a impressão da aceleração do tempo e, muitas vezes, o ritmo de vida agitado nos traz a sensação de que tudo passou/passa de forma muito rápida. Ao longo desse tempo, é claro, muitas aprendizagens, trocas, conquistas, perdas, medos, desilusões, expectativa/esperança e, acima de tudo, uma certeza: tudo muda, nada é estático! Nesse universo de mudanças, recordo com certa clareza a entrada no curso de História da Universidade Estadual da Paraíba em 2004. Uma conquista sem igual, sentida primeiramente no plano das realizações pessoais. Os preparativos, as renúncias, as leituras – a entrada no universo das obras indicadas para a prova de literatura –, as aprendizagens, as trocas de experiências e a expectativa que fizeram daquele processo – vestibular – uma incrível jornada em busca da realização de um sonho que era intimamente vivido por mim e por aqueles que estiveram mais próximos.

Havia muita expectativa com aquele ingresso, em partes, advinda do gosto pessoal pela disciplina, algo desenvolvido ao longo da vida escolar. Aqui, certamente poder-se-ia perguntar, por que escolhi o curso de história? Esta é, aliás, uma pergunta sobre a qual já me debrucei outras vezes, tentando responde-la mais diretamente sempre que indagado. Em uma delas – cabe o registro –, antes mesmo de qualquer esforço para tentar responder, o interrogador completou “– história é muito fácil!”. Ainda hoje não entendi o sentido literal da pergunta e eventualmente da resposta dada por ele mesmo. Presumo, contudo,

que ele talvez pretendesse desqualificar uma escolha pessoal e/ou, de fato, compreendia que a história – pareceu sugerir que a disciplina em questão se limitava a reproduzir/repetir mais ou menos o que foi o passado – é um tipo de conhecimento ameno, sem importância. No último caso, certamente reproduzia a velha máxima de que a história – por remeter ao passado – não serve ao presente, ou seja, em nada contribui para a nossa experiência atual. Nesse ponto, ele poderia ter completado: para que serve a história? Ou ainda, por que estudar o passado? De que serve estudar o que passou? Ou tantas outras perguntas que, ao longo do curso, aprendi serem tão comuns quando se trata de pensar/ou não, a importância da história. Mas, ele não fez. Se limitou a destacar a suposta *facilidade* do conhecimento que ingressara. Confesso. Eu ainda não a encontrei, afinal, ontem e hoje, continuo com a impressão de que pensar – em qualquer campo do conhecimento e em qualquer situação da vida prática –, não é um exercício fácil. Quanto ao interrogador, por vezes o reencontro; hoje como um comerciante de sucesso na esfera local.

Por outro lado, como sinalizei, essas foram perguntas que me debrucei por diversas ocasiões. Por que escolhi a faculdade de história? Por que estudar história? São questões que se complementam e que cuja resolução perpassa por uma ampla reflexão existencial/profissional experimentadas em fases diferentes da vida. Sumariamente, passado o tempo e vendo os eventos daquele contexto, vejo que sempre houve algo – explicável – que me atraía ao passado. Nostalgia? Não. Antes da busca profissional, necessária a um tempo de formação, haviam outras questões que orbitavam em torno da ideia de que a compreensão de si também passa pela interpretação do outro, de sua experiência vivida em dado tempo de outrora. Essa hipótese foi ficando robusta ao longo da trajetória e a escolha, para além das questões mais pessoais, fora sendo ajustada de maneira cada vez mais compreensível. E, já no primeiro ano de curso, o campo da teoria foi se tornando fundamental para compreensão dessa consciência, poder-se-ia dizer, uma *consciência histórica*. Do diálogo com a teoria, aos poucos fui alinhando a experiência vivida com uma expectativa temporal guiada pelo agir.

Aliás, a polifonia do campo teórico que iluminam os estudos da história assume um capítulo importante na composição de minha consciência histórica e, poderia dizer, um lugar fundamental na formação profissional. Aqui, cabe bem a reflexão sobre a constituição da história enquanto uma ciência que toma como objeto a experiência humana no tempo. Hoje, compreendemos que esse objeto é sempre tratado de maneira

especializada, recortado em um conjunto de questões particulares, mas, obviamente, sem perder de vista o todo que poder-se-ia chamar de contexto geral. A ideia de que a história é uma ciência de perguntas gerais e respostas particulares vai ao encontro dessa questão e permite imaginar que essa perspectiva vai da constatação da existência da árvore à floresta, ou da experiência particular a existência da marcha humana. Ou seja, no trabalho de pesquisa histórica vai-se da visão de conjunto à especialização de cada tema e vice-versa. Esta é uma noção que se aprende com o decurso do trabalho de pesquisa em que a teoria exerce um papel fundamental. Ou seja, isso significa afirmar que é a partir do campo teórico que adquirimos essa visão geral do todo em sintonia com a parte. Dito de outro modo, a teoria guia os nossos passos em meio a visão geral da floresta ao encontro das árvores/objetos especializados.

Já na graduação, quando recorro da estrutura curricular do curso de História, compreendo que tive oportunidade fazer esse passeio pela grande floresta antes mesmo da especialização/recorte de um objeto particular. De maneira geral, desde a passagem das filosofias da história à escola Metodica e ao historicismo, do marxismo à renovação dos Annales, da história social à história cultural e da micro história à história política, ou ainda passando pela historiografia brasileira e suas conexões com as grandes matrizes do pensamento histórico, aos poucos vai se criando essa visão de conjunto dos campos teóricos que iluminam o trabalho do historiador. Sumariamente, recorro, por exemplo, o (re)encontro com Marx, Engels e o marxismo e como a tradução dessa teoria no campo da revolução social que impactou certa fase dessa construção. A ideia de que as classes se conflitam e que há uma luta histórica – tratada dentro de uma ordem pensável – alimentada pelas desigualdades sociais, políticas e econômicas constituídas historicamente era preciosa à certa percepção da minha vida pessoal; elas diziam muito sobre as lutas que movem o curso da história, isto é, que movimentam o curso da vida. Questões que foram discutidas, aprimoradas e melhor dilucidadas ao longo do contato com a disciplina de Teoria da História ofertada no curso. Aquele foi um período em que ocorrem debates importantes, potencialmente caros à reflexão – marxista – de que a produção das ideias, das representações e por assim dizer da consciência está estritamente vinculada à atividade material e aos intercâmbios materiais da experiência dos homens. Quer dizer que nós somos produtores de nossas ideias, representações e ações. Em síntese, da nossa história.

Nessa perspectiva, sobressaiu a ideia de que os indivíduos são compreendidos em face das relações sociais que mantêm, pela organização social a que pertencem e que os constitui. Uma hipótese fundamental à tentativa de encontrar as regularidades da estrutura, aspecto nodal de um projeto intelectual que objetivava atribuir um sentido lógico à história, como um conjunto de questões próprias do tempo. Apesar de uma crítica que parte da necessidade de não transpor modelos, dali também compreendi que essa hipótese geral, apesar de válida, não poderia ser aplicada em tempos e espaços diversos. Compreendo, aliás que esse é um acerto metodológico aplicado a todo e qualquer objeto apreendido pela história. Por outro lado, as reflexões ali assentadas, entre outros aspectos, foram importantes para leitura da História Social cuja matriz de pensamento me fez debruçar na tradição inglesa. A compreensão do reencontro com Marx/Engels e o marxismo por essa matriz de pensamento entre as décadas de 1940/1950 fora marcada pelos estudos da classe trabalhadora. Experiência, costumes, tradição, consciência de classe, resistência, *teatro*, *antiteatro* foram conceitos importantes extraídos dessas leituras e maturadas ao longo do tempo. Conceitos que provinham de um encontro que esse campo teórico promove com a antropologia, exercitando uma visão cultural do cotidiano. Tal encontro, foi fundamental para a compreensão de que, apesar da necessária especialização em um dado objeto, as matrizes teóricas que tratam de determinadas dimensões da vida podem e devem ser entrecruzadas, pois no plano da vida prática não se separam as dimensões econômicas da dinâmica social, nem estas se dissociam da esfera cultural e, de maneira correlata, estão entrelaçadas às questões políticas de uma dada época e espaço. Da relação entre a história social e cultural, por exemplo, aprendi que é preciso pensar que as práticas culturais interferem diretamente na dinâmica social e vice-versa. Dessa apreensão se extrai, por exemplo, que um gesto, uma prática, um costume ou uma tradição pode ser uma janela para se entender uma dinâmica social/econômica/política e cultural em movimento.

A história cultural, cuja reflexão adveio da leitura de um conjunto de autores franceses foi ainda fundamental naqueles anos da graduação. O conceito de práticas, representações, imaginário e a *questão indiscreta* discutida por Michel de Certeau, seguida de uma série de conceitos extraídos da *Invenção do Cotidiano – I e II* – orientaram sobremaneira a escolha de um objeto de pesquisa. Sobre ele, recordo de sua gestação em meio à disciplina História da Paraíba. A essa altura, algumas parcerias já vinham sendo construídas entre os colegas de turma e alguns professores do curso. Entre eles, o professor, hoje amigo, Dr. Flávio Carreiro de Santana havia montado aquela disciplina

com um foco voltado para os estudos urbanos. Este fora um dos fios norteadores do seu objeto no mestrado, notadamente quando trabalhou a experiência urbana da cidade de Pombal, no sertão do Estado da Paraíba. Foi ali que mantive pela primeira vez o contato com o objeto de estudo cidades, pensado sob a luz de uma vasta literatura que, no Brasil, o toma sob diversos ângulos de análise. Dessa literatura, compreendi que a cidade é um rico objeto de estudo dado a amplitude dos vários recortes temáticos que oferta. Foi igualmente daquela disciplina que sai com a pretensão de produzir um texto sobre a cidade de Aroeiras, local de minhas origens, posso dizer, onde abriga parte do meu *eu interior*. Identificado o objeto, o tema foi ganhando forma e diante das leituras ofertadas, não restava dúvidas que deveria percorrer o passado da cidade em busca de estudar a experiência de seus antigos moradores com os símbolos do moderno. Esse fora o objeto de pesquisa que resultou em um texto monográfico apresentado como requisito para conclusão do curso em 2009.

Sob a orientação do então professor Flávio Carreiro, a delimitação do objeto ficou registrada em seu título: *Sensibilidades e representações: Cartografias do Espaço Urbano Aroeirense (1950-1960)*. Foram quase cem páginas em que as influências teóricas/conceituais e metodológicas ficaram delimitadas já a partir da epígrafe. Do ponto de vista temático, a reunião de uma série de trabalhos que tratavam das experiências modernas na Paraíba e região fundamentou a pesquisa. Na época, pensamos em produzir uma história urbana; ou uma história cultural do urbano. Porém, para alguns pares, aquele trabalho parecia uma tarefa impossível. Falar de uma pequena cidade, tentar encontrar em seu passado indícios de que os seus habitantes mantiveram contato com os chamados signos modernos era algo aparentemente impensável. Em partes, uma crítica lançada à distância e dentro de uma visão englobante que geralmente aponta para inexistência de arquivos locais que guardem as marcas do passado urbano e o próprio fato de se considerar que a cidade, a julgar pelo seu tamanho espacial e o número de habitantes, não dispunha de história passível de ser recuperada à luz da *operação historiográfica*. Em última instância, se era possível toma-la como um objeto, acreditava-se que não sob o ponto de vista temático das chamadas experiências modernas.

Apesar disso, acredito que três fatores depunham favoravelmente. Primeiro, a existência de uma teoria da história possível de ser aplicada ao objeto. Aos poucos, os trabalhos que tratam das pequenas e médias cidades paraibanas e suas experiências de modernidade se abundavam, apresentando importantes caminhos teóricos/conceituais e

metodológicos. Na Paraíba, os estudos sobre Campina Grande e outras cidades do interior, por exemplo, motivaram e motivam ainda hoje muitos trabalhos dessa natureza. Entre outros aspectos, essas leituras deixavam claro que falar de experiências modernas nas cidades do Norte/Nordeste implicava, primeiramente, não transpor modelos que tomem como parâmetro o que foi vivido nas grandes cidades e capitais espalhadas mundo afora entre fins do século XIX e início do século XX. Aliás, compreendendo melhor a questão ao longo do tempo, entre as próprias cidades interioranas há diferenças quanto a forma com que os seus antigos moradores conviveram com as mudanças em sua paisagem urbana e comportamentos que não podem ser transferidos de um espaço/tempo para outros. Temporalmente, cada cidade deve ser analisada em suas especificidades, isto é, na maneira singular com que experimentou o contato com certas transformações inseridas em seu cenário urbano. Essa foi uma lição valiosa que oportunizou pensar que era possível recuperar as transformações urbanas vividas na cidade de Aroeiras no contexto proposto. Além disso, as fontes disponíveis ajudaram a compreender que naquele contexto a cidade vivia um momento singular de sua história, movimentada por uma série de sonhos e desejos de lhe conferir feições urbanas.

Aqui entra o segundo fator. Ele diz respeito ao rol de fontes disponível sobre a cidade que tomei como objeto de estudo. Nesse ponto, recorro com certo entusiasmo ao contato com os documentos e a entrada nos arquivos locais. Um deles, a Câmara Municipal – onde trabalhei por um tempo, aspecto registrado em uma das notas de rodapé daquele trabalho – dispunha de um conjunto de livros de Atas das sessões do Legislativo que cobria toda a temporalidade estudada – 1950-1960. Um conjunto de documentos importantes. No contexto da década de 1950, por exemplo, as Atas traziam uma série de projetos/anteprojetos de lei e justificativas verbais sobre construções e aquisições de instrumentos/equipamentos – Rádio/TV – que foram instalados na cidade no contexto pós emancipação política que ocorreu em 1953. Nessa documentação, usada sobremaneira no segundo capítulo, fora possível perceber como os poderes legislativo e executivo discutiram os projetos de construção material e simbólica da cidade.

Além dos livros de atas, o encontro com o que chamei na época de documentação “esquecida” foi fundamental aos propósitos daquele trabalho. Tratava-se de um acervo documental que pertenceu a um memorialista e personagem importante na política local, autor dos primeiros livros de história da cidade. Pedro Paulo de Andrade falecera no início da década de 1990 e havia deixado esse acervo sob a posse de suas sobrinhas – Inácia e

Kali –, ficando um bom tempo guardada e esquecida em uma área de serviços. A permissão de vasculhar e recuperar parte da envolvente documentação foi fundamental para aquele e outros trabalhos que vieram posteriormente. Digo envolvente porque julguei difícil mensurar a sua riqueza num universo de escassez de documentos disponíveis. Acumulado ao longo do tempo, o acervo era composto de cartas, recortes de jornais, livros, discursos, cópias de projetos e anteprojetos de lei – o titular fora vereador em Aroeiras e Umbuzeiro –, discursos, fotografias entre outros que tratavam da cidade em diferentes temporalidades. Grande parte dessa documentação havia sido usada em primeira mão como fontes – embora não declaradas – de suas pesquisas sobre a cidade, cujas primeiras notas começaram a ser esboçadas narrativamente na década de 1950. Dada a diversidade quanto a natureza dos documentos – motivo êxtase – uma tarefa gigantesca se apresentava. Durante o trabalho de separação/leitura/tradução, fui percebendo que os documentos ali disponíveis não só faziam conexões com outros, mas davam pistas importantes sobre a possibilidade de ampliação do rol documental. Notadamente nos recortes de jornais e exemplares avulsos que Pedro Paulo guardou, chamava atenção a presença do Jornal *A Imprensa* – importante periódico editado na capital do Estado entre fins do século XX e a primeira metade do século XX. Ali, o então povoado/Vila de Aroeiras e a antiga cidade de Umbuzeiro eram frequentemente citadas em matérias sobre acontecimentos diversos, entre eles, as transformações urbanas que conviveram em temporalidades diferentes. Pistas importantes que guardei. Naquele momento, contudo, as informações contidas na documentação disponível foram amplamente utilizadas para dar forma ao texto monográfico apresentado para conclusão do curso.

Àquela altura, um conjunto de lições de método orientaram a escrita. A despeito das características de um trabalho monográfico, a tradução de um dado campo teórico e a sua aplicação na interpretação de um conjunto de fontes foi, por assim dizer, um primeiro exercício mais sistemático em torno da produção historiográfica. Do ponto de vista metodológico, as impressões de que o conhecimento histórico é por natureza indiciário já se fazia presente. Já na graduação, fui levado a refletir sobre essa condição em algumas disciplinas, a exemplo de Métodos e Técnicas de Pesquisa em História. Desde então, foi se tornando caro o argumento de que falamos de um passado ausente por meio dos indícios por ele deixado. Aspecto que, sob determinado ponto de vista, é o que torna a História um conhecimento possível. Correlativamente, se o conhecimento histórico é indireto – posto que é mediado pelas fontes – era preciso desde cedo aprender a

ler/interpretar documentos. Uma tarefa difícil, não menos empolgante, cujo gosto foi se tornando cada vez mais latente.

Por fim, um terceiro fator fora fundamental. Entremeado por questões de ordem mais pessoal, esse fator motivou o recorte do objeto monográfico e parte das pesquisas que vieram posteriormente. Me permito abrir um pequeno espaço para rememora-lo, talvez por ser esse fator mais um daqueles que depõe sobre o nosso lugar social. Ocorre que, no fundo, além das questões teóricas que me levaram ao objeto, havia uma expectativa de poder conhecer um pouco mais do local. Parte dessa motivação era advinda da relação que mantive com o meu avô paterno. Sérgio Izídoro Gomes fora um funileiro que ficou viúvo ainda moço e saiu pelo mundo em busca de trabalho para poder criar os nove filhos. Com os equipamentos de solda manual sob o ombro, ele percorreu grande parte da região – notadamente nas áreas rurais – em busca sobretudo dos serviços de reparos a serem feitos nos depósitos de silagem – em estanho – que eram distribuídos pelo governo do Estado da Paraíba para que os agricultores pudessem estocar grãos. Com o tempo, algumas partes desses depósitos estragavam pela ferrugem, necessitando de reparos. Ele viu nesse tipo de serviço um negócio rentável que fora administrando junto com a venda de mercadorias – algumas iguarias – nas então chamadas vendas/bodegas que encontrava pelo caminho. Na bagagem, costumava trazer, além do sustento, muitas histórias do que vivia/ouvia/testemunhava. A minha convivência com ele fora operada em outro estágio de sua vida. Já velho e alquebrado, trazia consigo um esforço por manter viva parte dessa experiência. Eu ouvi e viajei em muitas de suas histórias. Contudo, a sua partida se deu em 2005, contexto em que estava dando os primeiros passos no curso de História. Lamentei ao longo da trajetória não o ter mais por perto para ser mais uma companhia/testemunha na busca pelo (re)conhecimento do passado aroeirense. Aquele texto foi dedicado a ele. Isto é, à sua memória ausente.

A pesquisa realizada naquele contexto fora importante para a criação de determinada expectativa. Recordo que antes mesmo da defesa e aprovação da monografia, fui alimentando a ideia – em parceria com o trabalho de orientação – de que aquele era um objeto que poderia render mais. Dessa percepção, resultou a inscrição na seleção de mestrado da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG – na linha de pesquisa Cultura e Cidades. A existência desse programa, aliás, traduz à importância dada aos estudos urbanos na Paraíba de maneira geral, embora sejam entrecortados sob diversos pontos de vista temático de maneira particular. O projeto com o qual me inscrevi

trazia a mesma temática desenvolvida na monografia, ampliando a temporalidade, os objetivos e algumas questões teóricas/metodológicas. A entrada no programa representou outra fase da trajetória acadêmica. Entre outros aspectos, estava se ampliando o horizonte profissional. A princípio, pode-se imaginar a expectativa de poder estabelecer diálogo mais direto com alguns dos autores lidos/interpretados durante a graduação, especialmente aqueles que se debruçavam sobre as temáticas urbanas a nível regional. Muitos deles, eram professores do programa. Até então, o (re)conhecimento desses personagens se dava exclusivamente pelo universo de leituras. Somado a isso, estava a perspectiva – apontada no projeto/objeto da seleção – de poder alargar a pesquisa inicial. Havia ainda a expectativa de ampliar os horizontes de leitura/compreensão do campo teórico e a percepção acerca da operação de fazer história. De fato, das disciplinas obrigatórias – Teoria da História, História Social e Metodologia da Pesquisa – foram extraídas muitas aprendizagens. A especialização de que falei em linhas anteriores, fora sendo tomada como uma experiência de pesquisa latente em sintonia com uma visão do todo.

No decurso das disciplinas, outras parcerias foram sendo firmadas. A turma era extensa, diferente daquela experiência vivida anteriormente. Já entre o corpo docente, em menor número – diferente da rotatividade de professores da graduação – estabelecia-se um maior diálogo que era motivado, entre outros aspectos, pelas aproximações teóricas/metodológicas e objetos temáticos em comum. Era uma aproximação, antes de mais, necessária e até de certa forma exigida pelo programa posto que desse diálogo nasceriam as parcerias de orientação. No meu caso, o contato com o professor Gervácio Batista Aranha fora feito durante a disciplina de Teoria da História por ele ministrada. O Dr. Gervácio Aranha é o responsável por um dos mais importantes trabalhos sobre a experiência de modernidade das cidades do Norte, discussão extraída de um dos capítulos de sua tese de doutorado defendida na Unicamp em 2001. Falar-se-ia, a partir desse estudo, em seduções do moderno, em sensibilidades modernas, em símbolos modernos e, por assim dizer, em experiências modernas como questões teóricas/conceituais e metodológicas possíveis e que poderiam ser aplicáveis na leitura/tradução de espaço urbanos de tamanhos diversos. Obviamente, aqui valia o acerto metodológico de que era impossível transpor modelos, o que implicava dizer que as cidades deveriam ser estudadas a partir de suas particularidades, de seus ritmos e aspectos diversos. Essas lições já haviam sido tomadas de algum modo ao longo da experiência de pesquisa da monografia. Mas, precisavam ser alargadas e melhor

dilucidadas. O professor Gervácio tornou-se o orientador do objeto levado para o mestrado. Sobre essa parceria inicial, recorro sumariamente das lições valorosas; do intenso diálogo e leitura teórica; das reflexões sobre o método e, acima de tudo, do incentivo à pesquisa de campo. A ampliação dos horizontes de pesquisa dependia da amplitude do universo de fontes e informações disponíveis.

Este último aspectoolveu os meus passos em direção aos arquivos públicos dispostos na capital do Estado. Era, de fato, um novo estágio da atividade de pesquisa, da operação intelectual. Aqui, é preciso lembrar que o itinerário daqueles arquivos havia sido traçado pelas pistas dispostas nos documentos de Pedro Paulo de Andrade. O foco principal era, portanto, o arquivo da Cúria Metropolitana, guardião do acervo do *Jornal A Imprensa*. Aliás, o trabalho com os jornais foi um exercício importante ao longo de toda a trajetória acadêmica. Nesse ínterim, a pesquisa no acervo do *Jornal A União*, disponível no Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba – IHGP – fizeram daquelas idas à João Pessoa um exercício que rendeu bons resultados do ponto de vista da produção e elaboração da pesquisa já na segunda metade do curso. Recordo que no IHGP, o trabalho de pesquisa se iniciava às 8h da manhã e se estendiam até às 12h. Já na Cúria Metropolitana, as portas do arquivo eram abertas às 13h e estendidas até às 17h. Essas também eram viagens que tinham um custo efetivo que pesavam para quem não dispunha de bolsa de estudos. Um desafio que, no todo, fora essencial ao trabalho e, sobretudo, a formação profissional.

Pode-se imaginar, nesse último ponto, a sensação – diria até indescritível – de entrar nos arquivos de pesquisa com o desejo – quase incontrolável – de encontrar evidências do passado que iluminassem a escrita de um texto, isto é, da narrativa histórica. Antes de qualquer leitura teórica sobre o fazer historiográfico, é nesse momento em que você é levado a perceber a importância do seu trabalho, especialmente no que diz respeito ao exercício de escuta – silenciosa e solitária – do que o outro tem a dizer sobre o que foi a experiência passada. É no arquivo, com as suas regras e normas de pesquisa, que se opera grande parte do trabalho do historiador; um local em que os testemunhos dos mortos do passado são interpelados ao olhar dos vivos. Uma experiência impactante. Tanto que dediquei parte significativa do texto final para falar dessa experiência de pesquisa. Além de seguir orientações epistêmicas importantes para mim naquele momento, na elaboração dessa parte da narrativa era movido por um misto de objetividade/subjetividade advinda daquela experiência. Entre esses registros, destaquei

o testemunho dos vários pôr do sol vislumbrados de uma das partes altas do mosteiro de São Francisco – onde funcionava o Arquivo da Cúria – que prenunciavam a finalização dos trabalhos do dia e a expectativa do retorno. Uma expectativa que era seguida da imagem das águas do Sanhauá que reluziam aos raios do sol visíveis na lateral do mosteiro ao sair da sala gélida do arquivo. Mais um convite ao retorno. Afora aquela memorável paisagem atlântica, uma série de sensações entremeavam-se entre o silêncio das fontes – quando se passavam páginas e mais páginas do jornal pesquisado sem que houvesse nenhuma menção à cidade/objeto da pesquisa –, e à exultação de (re)encontrar o *dito do passado inscrito nas fontes* – quando a cidade se mostrava presente nas páginas da imprensa. Além da Cúria e do IHGP, o arquivo Público do Estado, o arquivo do Átila Almeida – na UEPB – e o arquivo de periódicos da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ – em Recife foram espaços visitados cujos acervos – especialmente os periódicos paraibanos – foram devidamente pesquisados. Um esforço justificado pela necessidade de encontrar quaisquer evidência que falasse sobre a cidade. Uma busca valorosa uma vez que fui percebendo no trabalho de pesquisa – quando se está envolvido – que uma pista leva a outras pistas e aos poucos se vai juntando as peças de um grande quebra-cabeças aparentemente desconexo. Essa foi, sem dúvida uma fase importante para experiência profissional, especialmente por aguçar ainda mais o gosto pela pesquisa. O trabalho nos arquivos. Na verdade, algo que depõe sobre a sistematização do fazer história; um conjunto de questões que aprendemos nos livros de epistemologia/metodologia e experimentamos na prática. O gosto pelos arquivos trago até hoje.

No plano local, um potencial rol de fontes foi acrescido aos materiais coletados em paragens distantes. As imagens fotográficas que uso naquele texto assumiu um lugar importante no trabalho de leitura/interpretação/tradução do passado. Elas foram coletadas inicialmente na biblioteca pública municipal, local em que o então professor Dudé das Aroeiras – um poeta e memorialista local – guardava o seu acervo fotográfico, objeto de um extenso e longo trabalho de coleta desses objetos da cultura material disponibilizados por antigos moradores do lugar. Um rico acervo, cuja introdução no texto rendeu uma interessante leitura sobre determinadas práticas, representação e transformações operadas na cidade durante a temporalidade objeto de nossa revisitação. Elas foram cotejadas com uma série de outros documentos – e imagens fotográficas – dentro de um exercício metodológico específico. De posse das informações coletadas, o texto dissertativo foi ganhando forma. Intitulada *Sensibilidades e representações na construção do espaço urbano aroeirense entre sonhos, desejos e práticas (1920-1960)*, a dissertação foi defendida

em 2012. Entre os elementos textuais que envolviam a introdução, os três capítulos e as considerações renderam pouco mais de duzentas páginas. Um texto extenso e a despeito dos possíveis excessos – de teoria – acredito que contemplou os objetivos traçados.

Ocorre que ali encarei outras questões de ordem epistêmica/teórica/conceitual e metodológica que me soavam preciosas à compreensão da História naquele momento. Àquela altura, já havia me envolvido nas leituras de Paul Ricoeur dedicadas ao campo da epistemologia do conhecimento histórico e procurei traduzi-las dentro do exercício de fazer história à que me propus realizar. Elas se adensaram diante das conexões feitas com Michel de Certeau acerca da Operação Historiográfica e, já na introdução, assumi certa postura epistêmica em defesa de um conhecimento histórico possível cujo rito de construção/elaboração dever-se-ia seguir a escolha de um objeto recortado em meio de um universo de fontes, a entrada em um campo teórico/metodológico possível e, por fim, a escrita de um texto. Questões que estavam intimamente ligadas à maneira como entendia a leitura do passado por intermédio das fontes. Logo, a defesa de um tipo de conhecimento que se faz de forma indiciária foi avultada na reafirmação da aproximação com autores que defendem esse ponto de vista. Uma síntese dessas leituras – que na dissertação figurou no capítulo de introdução –, reunidas na forma de um texto que tinha a pretensão de discutir teoria e metodologia da história, apresentei pela primeira vez na disciplina de Metodologia. A despeito dos debates operados naquela disciplina, a aprovação do texto e a sua repercussão no interior das discussões indicavam que aquelas eram leituras importantes ao objeto que ganhava forma. De lá, ele fora sendo aprimorado para assumir a versão do texto final defendido no programa.

Durante o trabalho de pesquisa/escrita algumas questões foram se tornando preciosas, especialmente a maneira como a cidade ia surgindo atrelada a dinâmica política de Umbuzeiro. Ocorre que Aroeiras pertenceu durante muito tempo aquela cidade situada na fronteira entre os Estados da Paraíba e Pernambuco. Parte dessa temporalidade me situou no contexto da primeira república, período em que a Paraíba – partindo de Umbuzeiro – fora comandada pela família Pessoa, tendo à frente a figura do ex-presidente Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa (1919-1922). Em vários momentos, na medida em que os jornais iam narrando as transformações urbanas da cidade de Umbuzeiro e os seus principais distritos e povoados – que incluíam a posterior cidade de Aroeiras – a família Pessoa era representada como a grande responsável por tais mudanças. Isso me levou a dedicar dois tópicos do texto para entender como, na década

de 1930, a imprensa – especificamente o jornal *A Imprensa* – havia trabalhado no sentido de enquadrar a memória de Carlos da Silva Pessôa – sobrinho de Epitácio Pessôa –, prefeito de Umbuzeiro na época, como a de um “administrador operoso”, representado como o herdeiro de uma tradição familiar e política na Paraíba. Parecia que havia ali uma questão em aberto. Impressão confirmada após a defesa e em constate diálogo com o professor Gervácio Batista Aranha. Nesse ponto, recorro dos vários cafés tomados na sede do Sindicato dos Professores da UFCG e das visitas feitas ao seu gabinete para discutirmos essa lacuna ao longo do ano de 2013. Àquela altura, Gervácio – antes um orientador – se transformava em um grande amigo e incentivador. Aos poucos, uma ideia fora se tornando robusta e uma hipótese de trabalho fora sendo pensada entre uma pergunta e outra, uma leitura e outra, um café e outro e, acima de tudo, a expectativa de dar seguimento a trajetória acadêmica. O foco era, naturalmente, produzir um objeto para ingressar no doutorado. Montamos o projeto. O verbo está em terceira pessoa, posto que em certa altura da trajetória acadêmica, há a percepção de que para além do esforço individual/pessoal, a produção intelectual é feita a partir de uma série de trocas. Dialogamos com muita gente/um universo de pares para produzir o que Ricoeur chama de *síntese do heterogêneo*, isto é, uma narrativa histórica. Basta lembrar que dentro do nosso texto – de História – se *encontram indiretamente* uma série de autores/personagens que estão em tempos e espaços diferentes e, mais, viveram experiências díspares, mas que, de algum modo se cruzam em perspectivas e pontos de vista diversos. Uma síntese do diferente. Quero dizer com isso que o objeto que levei para o doutorado fora sendo construído a partir desse universo de trocas. Julgo ser essa uma questão importante de ser dita na autorreflexão que me ponho a fazer nesse momento.

Maturada as questões levantadas na dissertação, compreendi que muitos aspectos da trajetória política da família Pessôa não haviam sido devidamente explorados pelos estudos publicados até então, principalmente no que diz respeito a participação dos Silva Pessôa de Umbuzeiro no jogo político paraibano e na montagem da oligarquia epitacista. Essa questão foi central para apontar um objeto. Surgiu o objetivo de compreender como a criação e a defesa de um prestígio político, associado a construção de uma tradição familiar, alimentada historicamente enquanto uma estratégia de manutenção do *status quo*, se constituíram como aspectos integrantes da configuração do poder político da família Pessôa na Paraíba entre 1889 e 1942. Objeto delineado após os diálogos, a leitura inicial de um conjunto de fontes – coletadas durante a pesquisa do mestrado –, à identificação de um campo metodológico e, sobretudo, teórico/conceitual. Nesse último

ponto, a leitura e identificação de uma vasta literatura sobre o campo da história política em sintonia com a história social e cultural figuraram no horizonte teórico/conceitual da pesquisa. Aliás, devo dizer que tais leituras foram fundamentais para levantar outras questões para um tema – o poder político familiar dos Pessoa – em tese já tratado em outros importantes trabalhos da literatura regional e nacional. Este era, inclusive, um dos desafios da proposta, qual seja, apresentar o que poderíamos chamar de nova leitura/interpretação de um tema já tratado. Questão que levou bastante tempo para ser melhor dilucidada. Uma exigência a ser encarada, discutida já na fase de preparação do projeto.

O Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia se mostrou como um caminho possível dada a natureza da proposta. Ali, a linha de pesquisa Sociedade, Relações de Poder e Região trazia uma proposta interessante aos propósitos elencados no projeto, especialmente por direcionar o foco ao campo do poder, das relações de poder e da política. Outra fase da trajetória se iniciava tomando como roteiro a *Baía de todos os Santos*. Uma fase importante. Estávamos no verão de 2015. No PPGH/UFBA, a bagagem fora enriquecida com uma série de aprendizagens e trocas. Ali, os interesses da pesquisa foram alinhados à orientação do professor Dilton Oliveira de Araújo com quem mantive copioso diálogo, ora presencialmente, ora por estrada virtual. Dilton, além de orientador, também se tornou um grande amigo de cuja partilha enriqueceu o campo da experiência que trago/levo para a vida. Sob a sua companhia, no trânsito entre a Paraíba e a Bahia, a tese foi ganhando forma. Do ponto de vista da pesquisa, parte do caminho já havia sido traçado no mestrado, ao menos no que tange à identificação dos arquivos e das possíveis fontes a serem trabalhadas. Revisitei o IHGP inúmeras vezes entre 2016 e 2018. De lá, o arquivo público municipal fora outro alvo da pesquisa focando no arquivo dos presidentes do Estado. A cada busca pelos arquivos, o horizonte da pesquisa se ampliava e novas rotas precisaram ser traçadas. Esse foi o caso do Arquivo da Casa José Américo de Almeida, ainda na Capital do Estado, que guarda o acervo do jornal *A Notícia*, periódico que circulou na Paraíba entre 1915 e 1916. Fundamental aos meus propósitos. Dos arquivos paraibanos, na medida em iam ganhando forma um conjunto de questões, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHBG) tornou-se um dos pontos de visita inevitável, especialmente por guardar, desde 1963, o arquivo pessoal de Epitácio Pessoa, acervo pesquisado entre 2017 e 2018, cujos resultados me rendem bons diálogos até os dias de hoje. Aliás, uma oportunidade

incrível a poder participar de um trabalho de revitalização desse acervo nos últimos dois anos.

De posse desse material, os capítulos foram sendo construídos em meio a um solitário, desafiante e não menos empolgante trabalho de leitura/interpretação e tradução das informações do passado contidas nas fontes e da literatura teórica/conceitual e metodológica que fundamentara a tese. Em meados de 2019, ela estava nos preparativos finais de redação. A defesa ocorreu em fins daquele ano. A tese rendeu pouco mais de quatrocentas páginas. Guardo com esmero cada palavra da banca avaliadora. Com aquela defesa, se encerrava mais um ciclo da trajetória acadêmica. Ao longo desse processo de especialização e aperfeiçoamento profissional, a experiência no campo docente fora iniciada ainda em 2010. Naquele ano, a conclusão do curso de graduação coincidiu com a aprovação em vaga de professor na Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco. Vínculo que colaborou de maneira substancial para execução do trajeto percorrido. Em 2015, veio a primeira seleção para professor substituto da UEPB. Processo que há tempos me cobrava submissão. Ali, fiquei por quatro anos. Uma experiência acadêmica sem igual, difícil de ser descrita no primeiro momento quando se trata de pensar o retorno à casa onde tudo começou. Naquele momento, assumindo outro lugar. Na verdade, a experiência docente à nível superior já vinha sendo gestada desde 2012, posto que a conclusão do mestrado também coincidiu com uma oportunidade de trabalho como professor do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú UVA, sob a coordenação do professor Flávio Carreiro de Santana. Naquela instituição permaneci por quase uma década.

Hoje, o retorno ao ambiente escolar – onde, aliás, tudo começou – é movido por uma sensação diferente. Um universo cercado de desafios, embora, não menos gratificante e, poderia até dizer, de valor inestimável, quando pensado que a atividade profissional realizada nesses espaços também nos leva ao contato com crianças e jovens de diversas camadas sociais – em sua maioria essencialmente médias e baixas – que recorrem ao ensino público nos estados e municípios Brasil afora. Um dos desafios lançados é, sem dúvida, fazê-los se reconhecer enquanto sujeitos detentores e produtores de história e, sobretudo, a tomarem consciência das dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais do mundo em que vivem. Uma oportunidade sem igual para se perceber, em dimensão mais aguda, o sentido prático do conhecimento histórico na vida.

Por fim, devo dizer que do vivido até aqui, a certeza de que o tempo da experiência e o da intenção se entrecruzam para mover o nosso agir foi fundamental para traçar os caminhos percorridos. A oportunidade ofertada de poder compartilhar com o outro algo dessa trajetória é, sem dúvida, um exercício sem igual, notadamente por que uma janela se abre no sentido de tornar uma experiência privada, como privada, se apresentar como pública. Me parece, nesse ponto, uma oportunidade de tornar suportável aquela constante solidão existencial que parecemos levar quando se imagina que a experiência vivida, como vivida, não pode ser transmitida tal como foi para mais ninguém. Compartilhar sentidos desse vivido parece ser um exercício importante ofertado pela narrativa que me propus inscrever nesse texto. Apesar de sua natureza lacunar, ele traduz, no ontem e no hoje, algo de mim e, eventualmente, algo de nós, isto é, do *nós histórico* que segue o curso do viver.

*Prof. Dr. Jordan Queiroz Gomes*

*Campina Grande, 30/07/2021.*